Karla Carloni
Lívia Magalhães
(Orgs.)

MULHERES
NO BRASIL REPUBLICANO

Editora CRV

MULHERES
NO BRASIL REPUBLICANO

Reunindo artigos de 19 historiadoras, a publicação identifica a agência de mulheres e experiências de feminilidades e de feminismos diversos no período republicano. Contribui para a compreensão de realidades mais complexas do que a tradicional noção de "ondas feministas" como única forma de transgressão da masculinidade hegemônica.

Karla Carloni e Lívia Magalhães
(Orgs.)

Editora CRV

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Karla Carloni
Lívia Magalhães
(Organizadoras)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

MULHERES NO BRASIL REPUBLICANO

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2021

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem da capa: Tarsila do Amaral (Capivari, São Paulo, Brasil [Brazil], 1886 – São Paulo, Brasil [Brazil], 1973).Composição (Figura só) [Composition (Lonely Figure)], 1930. Óleo sobre tela [Oil on canvas], 85 x 129 cm. Comodato [Long-term Loan] MASP Ronaldo Cezar Coelho – C.01277. Foto [Photo] de Eduardo Ortega.
Termo de Autorização para Reprodução de Obras Artísticas nº 568/2022 - Tarsila do Amaral Empreendimentos
Revisão: As autoras

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE
Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

M954

Mulheres no Brasil republicano / Karla Carloni; Lívia Magalhães (organizadoras) – Curitiba : CRV, 2021
390 p.

Bibliografia
ISBN Digital 978-65-251-2635-7
ISBN Físico 978-65-251-2634-0
DOI 10.24824/978652512634.0

1. História do Brasil 2. História das Mulheres 3. Relações de Gênero 4. Brasil República I. Carloni, Karla, org. II. Magalhães, Lívia, org. III. Título IV. Série.

CDD 305.40981 CDU 396(81)

Índice para catálogo sistemático
1. História das mulheres – 305.40981

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!

DISPONÍVEL NO Google Play
Baixar na App Store

2021
Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV
Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: **www.editoracrv.com.br**

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFFS)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)
Helmuth Krüger (UCP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Comitê Científico:

Adriane Piovezan (Faculdades Integradas Espírita)
Alexandre Pierezan (UFMS)
Andre Eduardo Ribeiro da Silva (IFSP)
Antonio Jose Teixeira Guerra (UFRJ)
Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP)
Carlos de Castro Neves Neto (UNESP)
Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO)
Edilson Soares de Souza (FABAPAR)
Eduardo Pimentel Menezes (UERJ)
Euripedes Falcao Vieira (IHGRRGS)
Fabio Eduardo Cressoni (UNILAB)
Gilmara Yoshihara Franco (UNIR)
Jairo Marchesan (UNC)
Jussara Fraga Portugal (UNEB)
Karla Rosário Brumes (UNICENTRO)
Leandro Baller (UFGD)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO)
Luiz Guilherme de Oliveira (UnB)
Marcel Mendes (Mackenzie)
Marcio Jose Ornat (UEPG)
Marcio Luiz Carreri (UENP)
Maurilio Rompatto (UNESPAR)
Mauro Henrique de Barros Amoroso (FEBF/UERJ)
Michel Kobelinski (UNESPAR)
Rafael Guarato dos Santos (UFG)
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol (UNESP)
Sergio Murilo Santos de Araújo (UFCG)
Simone Rocha (UnC)
Sylvio Fausto Gil filho (UFPR)
Valdemir Antoneli (UNICENTRO)
Venilson Luciano Benigno Fonseca (IFMG)
Vera Lúcia Caixeta (UFT)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Apoio:

FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13
Karla Carloni
Lívia Magalhães

ROSALINA E HELENA: o corpo da mulher branca emancipada no Rio de Janeiro da década de 1920 pelas lentes da literatura de Benjamin Costallat 21
Karla Carloni

TEATRO AMADOR NO RIO DE JANEIRO: trajetórias femininas no final do século XIX e início do XX 43
Luciana Penna-Franca

O NOSSO FEMINISMO E A ARTE DE ENSINAR CRIANÇAS: professoras primárias entre práticas de controle e agências no Brasil Republicano (1900-1920) 57
Luara dos Santos Silva

É PELAS MULHERES BRASILEIRAS! Os sufragismos da poetisa Gilka Machado durante a Primeira República 75
Bárbara Freixo

O PROTAGONISMO DA ARTISTA JÚLIA MARTINS: questões de raça e gênero no teatro de revista carioca (1890-1932) 93
Juliana da Conceição Pereira

PROIBIDAS E ACEITÁVEIS: a memória e os discursos sobre o corpo feminino e a prática do futebol de mulheres 107
Nathália Fernandes Pessanha

UMA LÍDER CONTROVERSA: Therezinha Zerbini e a luta das mulheres pela anistia no Brasil 125
Ana Rita Fonteles Duarte

O GOLPE, A DITADURA E A CAMDE: notas sobre a trajetória de uma pesquisa 145
Janaina Martins Cordeiro

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

FEMINISMO, COMUNISMO E A POLÍTICA DO COTIDIANO: um debate sobre família, moral sexual e independência das mulheres (1940-1970) 163
Iracélli da Cruz Alves

CLARA NUNES: espaços sociais e postura política nas capas dos LPs Esperança (1979) e Brasil Mestiço (1980) 185
Silvia Maria Jardim Brügger

REVISITANDO O MITO IARA IAVELBERG (1944-1971): história oral, cotidiano e armadilhas da memória sobre a luta armada na ditadura civil-militar brasileira 201
Juliana Marques do Nascimento

A AUTORIA NO FEMININO: um estudo sobre as trajetórias intelectuais de Rachel de Queiroz e Natália Correia 223
Natália Guerellus

MENINAS "MALCOMPORTADAS" E SEUS ROMANCES PROIBIDOS NO SERTÃO DA BAHIA: entre a rebeldia e a armadilha do casamento (1942-1959) 245
Tânia Mara Pereira Vasconcelos

"EM CADA PEITO DA MULHER BRASILEIRA ESTÁ UMA CHAMA DE VEEMENTE PATRIOTISMO": a revista *Jornal das Moças* e o Estado Novo varguista 267
Vitória de Almeida Machado

REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE AS MULHERES NA PANDEMIA DE COVID-19 OU DISTOPIA E UTOPIA NO CENÁRIO ATUAL: história das mulheres entre passado e futuro 287
Andréa Casa Nova Maia

"A PESSOA QUE EU PODIA TER SIDO": mães de origem e filhos adotivos 301
Lívia Gonçalves Magalhães

BEATRIZ ROQUETTE BOJUNGA – DIRETORA DE PRODUÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO: entre o trabalho e o "brilho na sociedade" 317
Sheila Schvarzman

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

"POR ESTA TUA AUSÊNCIA POR TÃO LONGOS TEMPOS": maridos e esposas – assistência às famílias durante a campanha "Mais borracha para a vitória" (1942-1946) 337
María Verónica Secreto

"MULHERES INDÍGENAS, ORGANIZEM-SE! MESMO QUE SEJA EM SUAS CASAS": as ações político-pedagógicas do Grupo Mulher-Educação Indígena (décadas de 1980 e 1990) 355
Michelle Reis de Macedo

ÍNDICE REMISSIVO 379

SOBRE AS ORGANIZADORAS E AUTORAS 385

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

APRESENTAÇÃO

Karla Carloni[1]
Lívia Magalhães[2]

Um útero é do tamanho de um punho
num útero cabem cadeiras
todos os médicos couberam num útero
o que não é pouco
[...]
quem pode dizer tenho um útero
(o médico) quem pode dizer que funciona
(o médico)
i midici
o medo de que não funcione
para que serve um útero quando não se faz
filhos
para quê
(FREITAS, 2017)[3]

A Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia da covid-19 em março de 2020. Naquele momento, tivemos nossas vidas e rotinas interrompidas. E não demorou muito para que percebêssemos que, diferente de algumas reflexões iniciais, não estávamos todos "em um mesmo barco": a pandemia impactou e vitimou com diferenças brutais de acordo com gênero, raça e classe.

De fato, o grande impacto inicial em termos profissionais para nós foi a ausência de estar em sala de aula. Com o passar dos dias, também percebemos que, cada vez mais, nos atingia a distância dos arquivos, das bibliotecas e, por consequência, de nossas leituras e debates coletivos. E, assim, nos propusemos a pensar, com as ferramentas que nos eram possíveis e disponíveis para o trabalho remoto, formas de continuarmos ativas.

Foi nesse cenário que começamos a desenhar este projeto. Durante os primeiros meses de isolamento, iniciamos a organização de palestras semanais, de forma remota, para os nossos alunos do curso de História da Universidade Federal Fluminense. Convidamos historiadoras de instituições nacionais e internacionais para apresentarem suas pesquisas a respeito de experiências de mulheres de diferentes raças, origens sociais e regiões do Brasil ao longo do período republicano.

1 Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista do programa Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

2 Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense.

3 FREITAS, Angélica. *Um útero é do tamanho de um punho*. São Paulo: Cia das Letras, 2017. p. 49.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Estávamos no mês de junho de 2020 e, em um primeiro momento, pensamos a atividade como um meio de nos conectarmos semanalmente com alunas, alunos e colegas, diminuindo, assim, o impacto da angustiante experiência que vivíamos. Seria algo passageiro, visto a expectativa de retorno à normalidade em pouco tempo. Mas, com o prolongamento do período de atividades remotas e a indefinição do futuro, nasceu o ciclo de palestras *Mulheres no Brasil Republicano*, integrado às atividades do grupo de pesquisa *Brasil Republicano*: *pesquisadores em História Cultural e Política*, fundado em 2013[4].

Durante os anos de 2020 e 2021, realizamos 22 encontros de forma remota e aberta para o público em geral. Foram momentos fascinantes nos quais conhecemos interessantes pesquisas que identificam a agência de mulheres e experiências de feminilidades diversas, as quais ajudaram a reforçar a nossa percepção de feminismos formais e informais multifacetados na vida republicana brasileira. Assim, as palestras contribuíram para a compreensão de um cenário muito mais complexo do que a tradicional noção de "ondas feministas" como única forma de transgressão da masculinidade hegemônica.

Discutimos as múltiplas vivências femininas na República junto com a experiência de cidadania dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, já que os avanços, limites e retrocessos na luta por direitos civis, políticos e sociais básicos estão intimamente atrelados à ação direta ou indireta de mulheres organizadas ou informalmente mobilizadas. Trata-se de uma longa estrada nas lutas por direito ao ensino; à participação política; ao exercício de uma profissão; ao controle da própria sexualidade; e direito reprodutivo, associadas às pautas identitárias, a exemplo das negras, indígenas, lésbicas e transgêneros.

Como não poderia deixar de ser, os nossos encontros suscitaram conexões com o presente. Se impôs a urgência de reflexão e de posicionamento diante do cenário de crise sanitária e práticas misóginas nos espaços dos lares, das ruas e das instituições republicanas, legitimadas pelo vagalhão de obscuridade que inundou o Brasil nos últimos anos, como a retomada pública de estereótipos tais quais o da "bela, recatada e do lar"[5]. Ainda que, hoje, quase a metade dos

4 O grupo deu origem ao *Laboratório Brasil Republicano Pesquisadores em História Cultural e Política* e, atualmente, é formado pelos professores Jorge Ferreira, Karla Carloni, Laura Maciel, Lívia Magalhães e Renato Coutinho, todos do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), e por um grupo amplo de professores de universidades e centros de pesquisa de todo o Brasil na qualidade de Pesquisadores Associados. Convidamos a visitar a página para conhecer os demais projetos em www.brasilrepublicano.com.br.

5 Em 2016, durante o processo do golpe de Estado que levou ao impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, a revista *Veja* publicou a reportagem "Marcela Temer: Bela, recata e do lar" enaltecendo e retomando um perfil conservador, um modelo do que seria uma "mulher ideal" para um determinado país que se reivindicava cada vez mais conservador em seus costumes no ambiente de crise política. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/. Acesso em: 10 jan. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

lares do país sejam sustentados por mulheres, é baixa a representatividade feminina nos espaços políticos e nas instituições que podem promover segurança e bem-estar para aquelas que são duplamente responsáveis pelas bases do capitalismo neoliberal: realização do trabalho e reprodução da mão de obra.

Instituições de pesquisa e cientistas comprometidas com a defesa da democracia confirmam que os marcadores sociais de classe, raça e gênero são fundamentais para pensarmos sobre as formas de violência e exclusão das mulheres no Brasil. E, por conseguinte, pensar também a fragilidade das camadas mais vulneráveis à experiência de discursos e práticas institucionalizadas de violência. Uma masculinidade destrutiva cada vez mais contestada pelos setores progressistas da sociedade. Diariamente, milhares de mulheres brasileiras, sobretudo as negras pobres, vivem a ameaça e o impacto do retrocesso de direitos civis e sociais, da violência de gênero, da sobrecarga de trabalho doméstico, do desemprego ou da exploração dos subempregos, do colapso da saúde pública, da destruição de políticas públicas voltadas para elas e da fome. Negras, brancas e indígenas; integrantes das elites, intelectuais, artistas e populares; das esquerdas e das direitas políticas e de diferentes regiões do país. Em nossos debates e encontros, reafirmamos a partir de pesquisas e reflexões que o "bela, recata e do lar" não passa de uma construção, uma tentativa de imposição e silenciamento que não reflete a trajetória das mulheres brasileiras. E esses encontros do ciclo de palestras *Mulheres no Brasil Republicano* deram origem a este livro, com algumas autoras somando novas reflexões às suas palestras originais. São 19 artigos que entrelaçam ações coletivas e individuais de mulheres em diferentes temporalidades da república, com a ordem dos capítulos seguindo a cronologia do evento.

Karla Carloni, em "*Rosalina e Helena*: *o corpo da mulher branca emancipada no Rio de Janeiro da década de 1920 pelas lentes da literatura de Benjamin Costallat*", parte das publicações do muito popular Benjamin Costallat, autor hoje esquecido, para tecer reflexões a respeito das transgressões, ambiguidades e limites nas transformações das relações de gênero protagonizadas por mulheres brancas na cidade do Rio de Janeiro durante a década de 1920. Trabalhando literatura e história, o artigo destaca-se pela análise da obra *Mademoiselle Cinema* (1923) e de sua promíscua protagonista, responsáveis por um verdadeiro furor entre os leitores.

Em "*Teatro amador no Rio de Janeiro: trajetórias femininas no final do século XIX e início do XX*", Luciana Penna-Franca traz uma visão original sobre a participação feminina e os teatros amadores do período citado. É interessante como a autora demonstra com as suas pesquisas e análises que os palcos amadores eram locais de sociabilidade cotidiana e debates políticos, além de um espaço de atividades para mulheres tanto no teatro como na escrita e nas agremiações em geral.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Também no recorte temporal da chamada Primeira República, Luara dos Santos Silva, no artigo "*O nosso feminismo e a arte de ensinar crianças: professoras primárias entre práticas de controle e agências no Brasil republicano (1900-1920)*", levanta uma questão que, infelizmente, ainda prevalece em nossa sociedade: o estereótipo da "professorinha", ou seja, a associação da educação infantil e básica à imagem feminina de cuidadora. É a partir das trajetórias de Cecília de Menezes Campos e de Zulmira Augusta que Luara propõe questionar o estereótipo e pensar tais profissões a partir de perspectivas de gênero, raça e classe.

Em "*É pelas mulheres brasileiras! Os sufragismos da poetisa Gilka Machado durante a Primeira República*", Bárbara Freixo analisa com ineditismo as experiências da literata carioca Gilka Machado, famosa por sua escrita erótica, no campo da luta política. Entrelaçando a subjetividade da escritora, explícita em suas obras, e os avanços e impasses do movimento sufragista na capital do país. A autora apresenta aspectos da complexidade das relações políticas e sociais no feminismo brasileiro do início do século XX.

Juliana da Conceição Pereira, em "*O protagonismo da artista Júlia Martins: questões de raça e gênero no teatro de revista carioca (1890-1932)*", parte do caso da atriz de teatro Júlia Martins, sucesso nos palcos cariocas no início do século XX, para refletir sobre as intrincadas negociações e estratégias acionadas por artistas não brancas na indústria de entretenimento da cidade do Rio de Janeiro. E, desta forma, analisa o modo como a mestiçagem teve múltiplos significados no campo cultural.

Por sua vez, Nathália Pessanha, em "*Proibidas e aceitáveis: a memória e os discursos sobre o corpo feminino e a prática do futebol de mulheres*", reflete sobre tema que ainda prevalece associado à masculinidade, a prática do futebol. Atreladas ao debate sobre o corpo e o lugar social da mulher, as limitações e proibições da prática feminina de futebol marcaram grande parte do século XX brasileiro, entre ditaduras e experiências democráticas. E por muitas décadas, após a sua regulamentação em 1983, o futebol de mulheres permaneceu como tema esquecido e apagado do espaço público.

Ana Rita Fonteles, em "*Uma líder controversa: Therezinha Zerbini e a luta das mulheres pela anistia no Brasil*", analisa a instigante trajetória da líder do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e sua relação, muitas vezes conflituosa, com as lideranças das esquerdas políticas da época. A autora também reflete sobre as construções de memória a respeito da participação das mulheres no movimento em defesa da anistia nos últimos anos da ditadura militar.

Em "*O golpe, a ditadura e a CAMDE: notas sobre a trajetória de uma pesquisa*", Janaina Cordeiro faz um balanço da investigação, iniciada no início dos anos 2000, sobre a atuação política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Destaca os períodos de maior atividade do grupo

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

conservador e seu papel na desestabilização do governo de João Goulart e apoio à ditadura militar e estabelece interessante diálogo com a historiografia a respeito dos grupos femininos de direita nos anos 1960.

Iracélli Alves, em "*Feminismo*, *comunismo e a política do cotidiano*: *um debate sobre família*, *moral sexual e independência das mulheres (1940-1970)*", faz instigante reflexão a respeito da obra literária, produzida durante as décadas de 1940 até 1970, da sergipana Alina Paim. A obra ficcional da literata, filiada ao Partido Comunista, é caracterizada por demandas feministas, destacadamente pelo compromisso de romper com o sexismo e denunciar as assimetrias de gênero, parecendo antecipar, assim, demandas da chamada "segunda onda feminista".

Em "*Clara Nunes*: *espaços sociais e postura política nas capas dos lps 'Esperança' (1979) e 'Brasil Mestiço' (1980)*", Silvia Brüger apresenta emocionante reflexão a respeito da trajetória de Clara Nunes. Refletindo a respeito da ideia de Brasil mestiço, a autora estabelece acurada correlação entre a sensibilidade artística da cantora mineira, seu engajamento político e a sua relação com espaços sociais relacionados à identidade negra na cidade do Rio de Janeiro.

Juliana Marques, em "*Revisitando o mito Iara Iavelberg (1944-1971)*: *história oral*, *cotidiano e armadilhas da memória sobre a luta armada na ditadura civil-militar brasileira*", parte de uma das mais conhecidas trajetórias de militantes da última ditadura brasileira para pensar as relações de gênero na luta armada e na política no Brasil recente. A partir de suas pesquisas e trabalhos de História Oral, a autora trata de um tema ainda sensível e polêmico nos tempos atuais.

Natália Guerellus, em "*A autoria no feminino*: *um estudo sobre as trajetórias intelectuais de Rachel de Queiroz de Natália Correia*", apresenta uma sofisticada reflexão a respeito das trajetórias da brasileira Rachel de Queiroz e da portuguesa Natália Correia. Duas literatas que, por caminhos distintos, vivenciaram e produziram suas obras durante experiências políticas ditatoriais. A condição de gênero, os laços de sociabilidade e os espaços de atuação das intelectuais aparecem como fundamentais para compreender as suas trajetórias, as suas escolhas políticas e o legado de suas obras.

Em "*Meninas 'Malcomportadas' e seus romances proibidos no Sertão da Bahia*: *entre a rebeldia e a armadilha do casamento (1942-1959)*", Tânia Mara Vasconcelos analisa processos criminais contendo queixas de raptos de mulheres no Sertão da Bahia durante as décadas de 1940 e 1950, nos surpreendendo ao identificar a agência feminina e comportamentos de insubordinação aos padrões normativos de feminilidade nos casos analisados. Assim, discute as ambiguidades entre comportamentos de insurgência contra a moral vigente e a reafirmação de um ideal de conjugalidade normativa.

Vitória Machado, em "'*Em cada peito da mulher brasileira está uma chama de veemente patriotismo': a revista Jornal das Moças e o estado novo varguista*",

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

destaca o discurso e os projetos do regime para as mulheres. Por meio das representações da revista que dá título ao trabalho, Vitória trata de compreender questões políticas e sociais do período via observação de padrões de representação e mostra que essa estratégia permite verificar as relações de determinado grupo de mulheres tanto com a sociedade como com o próprio regime.

Andrea Casa Nova Maia, em "*Reflexões preliminares sobre as mulheres na pandemia de covid-19 ou distopia e utopia no cenário atual: história das mulheres entre passado e futuro*", apresenta um ensaio com questionamentos e considerações sobre a experiência feminina e de outros setores vulneráveis da sociedade brasileira no contexto da pandemia de covid-19. Utilizando dados estatísticos atualizados que demonstram que marcadores de classe, raça, gênero e origem regional são fundamentais para compreender como o quadro de crise sanitária, associado à crise econômica e ao atual desgoverno, aprofundou o abismo social entre as elites e as camadas mais desassistidas do país. A autora traça um triste panorama de exploração, miséria e morte.

Lívia Gonçalves Magalhães optou por trazer a continuidade das reflexões de sua apresentação em "*'A pessoa que eu podia ter sido': mães de origem e filhos adotivos*". No texto, a autora reflete sobre a importância e o direito de saber as origens biológicas nos processos de adoção. Para Lívia, os movimentos feministas precisam reconhecer tais pautas como fundamentais nas lutas e reivindicações das mulheres e crianças.

Em "*Beatriz Roquette Bojunga – Diretora de Produção do Instituto Nacional de Cinema Educativo: entre o trabalho e o 'brilho na sociedade'*", Sheila Schvarzman aborda com rigor e sensibilidade a trajetória de Maria Beatriz Roquette Pinto Bojunga em sua atuação como Diretora de Produção no Cinema Brasileiro do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), órgão federal dirigido por seu pai, Edgard Roquette Pinto. A partir de entrevistas realizadas com a personagem, a pesquisadora revela o protagonismo profissional e intelectual da jovem que atuou ao lado do cineasta Humberto Mauro e revela que Beatriz foi muito mais do que uma assistente, apesar de suas próprias memórias não lhe atribuírem tal papel.

Retomando ao período do Estado Novo, María Verónica Secreto em "'*Por esta tua ausência por tão longos tempos': maridos e esposas – assistência às famílias durante a campanha 'Mais borracha para a vitória' (1942-1946)*", utiliza interessante acervo de cartas para analisar o cotidiano de trabalhadores e seus familiares – especialmente esposas – no contexto do esforço de guerra e da produção de borracha no Brasil. A pesquisa destaca temas importantes que pouco aparecem nos estudos sobre o período, como os trabalhadores rurais, ausentes das regulamentações e leis trabalhistas, e as políticas de migração interna e deslocamento de mão de obra e famílias pelo país.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Fechando a coletânea, Michelle Reis de Macedo nos presenteia com "'*Mulheres indígenas*, *organizem-se! Mesmo que seja em suas casas'*: *as ações político-pedagógicas do Grupo Mulher-Educação Indígena (décadas de 1980 e 1990)*", trazendo um texto que ressalta a historicamente silenciada luta do Movimento Indígena Brasileiro durante a década de 1980, na transição democrática e, especialmente, na construção do projeto que resultou na Constituição de 1988, a "Constituição Cidadã". As muitas reivindicações exigiam um novo pacto social que parte da lógica decolonial de todo o sistema brasileiro. Michelle mostra a participação fundamental das mulheres indígenas, com seus projetos e reivindicações específicas.

Esperamos que este livro, disponibilizado gratuitamente em formato *e-pub*, possa contribuir para pensar múltiplas experiências de feminilidades e feminismos como estratégia de sobrevivência e subversão em uma república que, embora seja representada simbolicamente pela imagem feminina, necessita de radicais transformações na distribuição de recursos e de poder para garantir efetivamente às mulheres brasileiras os valores supremos definidos na Constituição de 1988: direito à vida, à dignidade da pessoa humana, à liberdade, à segurança, ao bem-estar, ao desenvolvimento, à igualdade e à justiça.

Agradecemos imensamente a todas e todos que participaram do *Ciclo de Palestras Brasil Republicano*. Foram momentos muito especiais. Vários encontros estão disponíveis na página *online* do laboratório e na plataforma *YouTube*. Infelizmente, nem todas as pesquisadoras tiveram disponibilidade para contribuir com os seus textos, por isso convidamos os leitores a assistirem *online*[6] as apresentações de Karoline Carula e Magali Engel. Também agradecemos a Deborah Vasconcelos por sua revisão atenta, sugestões e o cuidado com a leitura.

Por fim, ressaltamos a importância do investimento em pesquisa das agências públicas de fomento para o desenvolvimento da ciência no Brasil. Sem ciência não há progresso. As universidades públicas são uns dos pilares da democracia. Este livro foi realizado com verba da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Agradecemos a Heitor Estanislau do Amaral, representante da Tarsila Empreendimentos e sobrinho-neto da artista, e ao MASP pela gentil autorização de uso de imagem da obra Composição (Figura Só) de Tarsila do Amaral. Em suas infinitas possibilidades interpretativas, a arte da pintora nos evoca a força e a solidão da moderna mulher brasileira na história republicana. Une de forma desafiadora o passado, o presente e o futuro dos múltiplos femininos no desafio de construir histórias que transgridem formas diretas e simbólicas de violência de gênero.

6 Site: www.brasilrepublicano.com.br | Plataforma YouTube: Brasil Republicano – IHT – UFF.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ROSALINA E HELENA: o corpo da mulher branca emancipada no Rio de Janeiro da década de 1920 pelas lentes da literatura de Benjamin Costallat

Karla Carloni[1]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O objetivo do texto é apresentar reflexões a respeito das transgressões, ambiguidades e limites nas transformações das relações de gênero protagonizadas por mulheres brancas na cidade do Rio de Janeiro durante a década de 1920. Utilizamos duas obras de Benjamin Costallat, o livro *Mademoiselle Cinema*, publicado em 1923, e a sua primeira crônica publicada na coluna "Mistérios do Rio" no *Jornal do Brasil*, em 1924, "No dia do trabalho homenagem às suas maiores e mais silenciosas vítimas". Os textos abordam os distintos mundos de duas jovens brancas, uma burguesa rica e uma pobre operária órfã.

Realizamos uma leitura a contrapelo, uma contranarrativa dos sentidos das fontes (Benjamin, 1996), e identificamos, além da moral prevalecente na sociedade carioca entre os setores mais abastados e da estratégia mercadológica do autor modernista, mulheres que subvertiam os padrões de sexualidade socialmente determinados de acordo com os marcadores sociais de classe e de raça na capital do país durante a segunda década do século XX.

Tecemos a leitura das fontes a partir do que não é dito. Os escritos de Costallat revelam muito sobre os valores de seu grupo social e a sua inserção como intelectual no meio literário e editorial. Mas, também, possibilitam acessarmos aquelas que não têm voz em suas obras e, ao mesmo tempo, são as suas protagonistas, as jovens mulheres brancas da capital do país. Temos acesso a elas a partir das palavras de um literato modernista imbuído de missão moralizadora e com tino para os negócios. Analisamos possíveis experiências de feminilidades entrelaçando autor, obra e contexto, sem deixar de considerar os privilégios materiais da protagonista de *Mademoiselle Cinema*, Rosalina, e o fato dela e Helena, da crônica "No dia do trabalho homenagem às suas maiores e mais silenciosas vítimas", serem personagens brancas, portanto, igualmente privilegiadas em uma sociedade recém-saída da escravidão.

1 Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista do programa Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Um autor pornográfico

"Sou um escritor pornográfico". Assim se definiu o escritor Benjamin Costallat (1987-1961) no prefácio de sua mais famosa obra, *Mademoiselle Cinema*, publicada, em 1923 na cidade do Rio de Janeiro, pela editora Costalatt&Micollis. O livro narra a história de uma jovem burguesa carioca, Rosalina. Personagem rica e dona de uma vida descompromissada, cheia de luxo e promiscuidade. Fruto de uma existência regada a festas, bebidas, drogas e prostituição por prazer. A obra é inspirada reconhecidamente na polêmica novela *La Garçonne*, do francês Victor Margueritte, publicada em 1922, que narra história da jovem francesa Monique Lerbier, moça que após decepção amorosa se joga em aventuras transgredindo padrões de comportamento, sobretudo de sexualidade[2].

A definição de pornografia de Costallat está longe de ser a descrição da vida sexual de seus personagens. Apesar de também fazê-la. Trata-se, em sua definição, da missão de desnudar a moral corrompida e viciada da sociedade carioca da década de 1920 e seus "costumes modernos", sobretudo em relação ao sexo feminino. A pornografia de sua "escandalosa e imoral" obra, como ele próprio descreve, seria, na verdade, "o chicote e o chicotear dos costumes" de uma sociedade inteira. Assim, proclamava o autor: "Sejamos pornográficos, eu quero ser pornográfico e viva a pornografia!"[3].

Com escrita ligeira, direta, fluída e com descrições breves, o texto de Costallat traduz a aceleração do tempo experimentada por homens e mulheres da década de 1920. A rapidez da circulação das informações, o frenesi dos eventos sociais, a velocidade dos automóveis e aeroplanos e as ligeiras imagens do cinema. Tudo acompanhado pelo jazz norte-americano com suas danças ligeiras e cheias de requebros. De acordo com os entusiastas, suas publicações despertavam no leitor sensações e sentimentos da vida moderna. Costallat sabia observar com "a rapidez dos cinematógrafos" e escrevia "a galope" segundo o escritor e crítico Paulo Silveira, que mantinha uma coluna em *O Paiz*[4].

Costallat foi autor de inúmeros títulos. Na década de 1920, não era incomum o literato publicar mais de uma obra por ano, tendo frequentemente como temática central o comportamento transgressor das mulheres emancipadas no espaço moderno da cidade. Lançou no mercado editorial livros como *Gurya*; *As Maridas*; *Mult*, *Jeff e Cia*; *Loucura Sentimental; Cok-Tail; Romance Depois*

2 COSTALLAT, Benjamin. *Mademoseille Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. Com enorme repercussão, a obra de Lebier foi adaptada quatro vezes no cinema.

3 *Ibidem*, p. 50.

4 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1924, p. 2.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

da Meia Noite; *A Luz Vermelha*; e *Modernos*. Eram anunciados em propagandas na imprensa e objeto de bons comentários em colunas literárias. Muitos deles tiveram mais de uma tiragem.

Costallat também publicava crônicas em revistas e jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, como *Fon-Fon*, *Jornal do Brasil* e *Ariel*. Na imprensa, se dedicava a registrar as transformações dos costumes na capital do país e a realizar estudos psicológicos e sociais dos variados personagens que nela circulavam. A partir de incursões pela cidade descrevia as práticas religiosas populares, a gente dos subúrbios, a vida de trabalhadores, as ações policiais e o mundo do crime. E não era o único a fazer isso: outros cronistas também tentavam fazer um "retrato fiel" da cidade, despertando curiosidade sobre o outro, o diferente, aquele que estava anônimo na multidão citadina. O literato também se dedicava à crítica musical, teatral e literária.

A circulação da numerosa produção de Costallat era facilitada pelo fato dele também ser dono, junto com o italiano Micollis, de uma editora, a Costallat&Micollis, que era voltada, principalmente, para obras com apelo sensacionalista e recheadas de crimes e sensualidades. Os livros tinham expressiva vendagem, chegando a ter mais de uma edição. Tramas que atraíam pelo uso de uma linguagem simplificada e retratavam o cotidiano urbano de personagens marginais. Sobretudo, mulheres. Embora a editora tenha publicado, igualmente, obras como *Tição do Inferno*, "romance bárbaro" de Gustavo Barroso, que tinha caráter regionalista. A empresa também era responsável pela publicação da *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Ser dono de uma editora possibilitava a Costallat inserir no mercado literário a sua vultosa produção e contribuía para o prestígio entre colegas escritores.

Bacharel em Direito, Costallat era personalidade assídua nas colunas sociais da imprensa carioca. Tinha trânsito entre figuras políticas, intelectuais e personagens ilustres de sua época. Era exaltado por Mário Nunes, importante crítico literário e teatral do *Jornal do Brasil*, que manteve por décadas uma coluna no impresso. Recebia elogios de escritores, como Maria Cecília Bandeira de Melo Vasconcelos, a Chrisantème, destacada literata e colunista da imprensa carioca. Candidatou-se pelo menos três vezes – 1925, 1926 e 1927 – a uma vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL). Porém, foi derrotado por outros candidatos.

O prestígio e a popularidade de Costallat eram grandes. Em 1925, a revista *Fon-Fon* realizou um concurso nacional com seus leitores para escolher "Quais os maiores brasileiros vivos". Na categoria de escritor, Benjamin Costallat ficou em oitavo lugar de uma longa lista de nomes, ficando atrás somente de Coelho Neto, Gustavo Barroso, Oliveira Lima, Medeiros de Abulquerque, Afonso Celso, Magalhães Azeredo e Théo Filho. Foram apurados no total 64 mil votos[5].

5 *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 14 de março de 1925, p. 33.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Na década de 1920, um dos críticos da obra de Costallat foi Alceu Amoroso Lima, o Thristão de Athayde, importante escritor e futuro líder conservador católico que, na década de 1930, assumiu uma cadeira na ABL. Para o intelectual, o autor de *Mademoseille Cinema* seria um escritor moderno pseudoliterato. Seu estilo seria caracterizado por um "modernismo mundano", "de francaria", "literatura de vidrilhos". Alceu não era contrário ao movimento modernista na literatura, mas condenava aquilo que julgava como "modernismo fácil, de capa de figurino, com aquele mesmo saborzinho de escândalo barato, que há nos livros de Benjamin Costallat, o João do Rio de nossa geração". O crítico se incomodava com a estética linguística usada por Costallat e as temáticas que atenderiam a uma perspectiva mercadológica[6].

Apesar de haver tensões entre o universo da tradição intelectual representada pela ABL e os escritores dados ao rompimento com os rigores estéticos dos cânones da literatura, existia uma relação complexa no meio literário carioca, sendo o catolicismo, representado por Jackson do Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, importante elemento estruturador. Ângela de Castro Gomes destaca a existência de uma rede de sociabilidade entre os diversos autores que acabava por criar "um pequeno mundo" especializado no processo de criação e transmissão cultural (GOMES, 1993).

Conceitualmente, o modernismo na literatura brasileira é entendido a partir de três elementos diretamente ligados – um movimento, uma estética e um período –, que suscitam entre os pesquisadores debates e controvérsias. Podemos sintetizar a experiência como um "vagalhão renovador", como define Antônio Candido. O desejo de expressão livre e sem os embelezamentos tradicionais do academicismo com o objetivo de descrever a realidade social e espiritual do país (CÂNDIDO; CASTELLO, 1972). Contudo, vale salientar que, apesar do ano de 1922 na cidade de São Paulo ser um marco fundamental, trabalhos como os de Velloso (1996) e Gomes (1993) chamam a atenção para a presença de elementos modernistas em gerações anteriores. Gomes (1993) define o modernismo como um movimento difuso de ideias presente desde a década de 1910 em diferentes regiões, incluindo o Rio de Janeiro.

Destacamos no espírito modernista o desejo de exprimir a vida diária, os fatos da civilização industrial moderna e as coisas do cotidiano; a busca de um vocabulário usual; a valorização do prosaico; e o uso do bom humor (CÂNDIDO; CASTELLO, 1972), elementos que encontramos na escrita de Costallat. Trata-se, portanto, de um autor modernista carioca. Costallat alimentava o sucesso de sua literatura bebendo na modernidade que criticou em sua mais famosa publicação, *Mademoiselle Cinema*. Em 1924, Paulo Silveira descreveu a escrita de Costallat a partir da sua própria forma acelerada de

6 O *Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1936, p. 4.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

viver: "Ele é um escritor bem nutrido que transpira saúde. É um homem de seu tempo. Vive todos os minutos com emoção e com arte, *americanamente*, sem se preocupar com gramática e com os acadêmicos"[7].

A escrita de Costallat também é marcada pela estética decadentista, caracterizada por "um discurso excêntrico, fortemente contestatório dos ideais de ordem e progresso" que se debruçou sobre "movimentos estranhos e os detalhes originalíssimos que a cidade transformada e os costumes e relações modernizados produzem". Nesse sentido, as suas obras se aproximam de João do Rio e Medeiros Albuquerque (JORDÃO; CORRÊA, 2007).

Hoje, *Mademoseille Cinema* seria considerado um "*best-seller*", apesar do autor e a obra serem praticamente esquecidos. Na época, o livro alcançou a cifra de mais de 75 mil exemplares vendidos (RESENDE, 1999, p. 21). A narrativa, recheada de palavras estrangeiras, registra mudanças de comportamento, destacadamente nas relações de gênero. Causou um verdadeiro *frison*, inspirando nomes de penteado, sorvete, gênero de gravata e deu origem a uma marcha carnavalesca escrita pelo musicista e poeta Freire Júnior, autor de composições de destaque. Nos dois primeiros meses, a obra vendeu 25 mil exemplares, sendo reeditada. As primeiras e segunda edições custaram 5$000, já a terceira 7$000[8].

No ano de 1924, o dramaturgo e produtor de cinema e teatro, Oduvaldo Viana, anunciou que encenaria em sua companhia teatral, batizada com o nome de sua estrela principal, Abgail Maia, uma comédia teatral baseada em *Mademoseille Cinema*. A companhia era dirigida, também, pelo escritor Viriato de Castro e o empresário Nicolino Viggiani e estava instalada no Teatro Trianon, um dos mais importantes da capital. Viana gostava da modernidade presente na escrita de Costallat e percebia o grande potencial comercial do "romancista devorado em todo o Brasil", segundo as suas palavras. Já no ano seguinte, o livro foi adaptado pela cineasta Carmem Santos, que fez o papel da protagonista[9].

A trajetória de *Mademoiselle Cinema* reflete, também, as transformações no mercado editorial brasileiro. A década de 1920 foi caracterizada pela modernização da indústria editorial, ampliação da circulação das obras e seu barateamento. Novos literatos buscavam traduzir, cada um à sua maneira, a sensação de modernidade vivenciada coletivamente nos meios urbanos e os caminhos a serem traçados pelo país no seu processo de modernização, atingindo, assim, um público interessado em ler sobre o cotidiano e pensar sobre os entraves do desenvolvimento nacional. Autores como Monteiro Lobato e Oliveira Viana, eternizados por suas reflexões sobre o nacional, dividiam as prateleiras das livrarias com autores como Benjamin Costallat.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

7 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1924, p. 2.

8 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1924, p. 16. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1924, p. 6.

9 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1924, p. 20.

De acordo dados registrados na época por *O Paiz*, havia uma marcha ascendente em andamento. Os livros de literatura nacional, que até pouco tempo raramente chegavam à tiragem de 5 a 6 mil exemplares, estavam chegando à tiragem de 10, 15 e 20 mil em duas ou três edições. Os gêneros mais procurados pelo público seriam os de caráter histórico, como as obras de Paulo Setubal, tido como o autor mais lido, e de Viriato de Castro, seguidos pelos romances. Além de Benjamin Costallat, na vanguarda destes últimos encontravam-se Monteiro Lobato, indicado como mais lido e responsável pelo impulso dado ao mercado editorial; Humberto de Campos; Gustavo Barroso; Mendes Fradique; Coelho Netto; Catulio Cearense; Antônio Torres; e Oliveira Vianna. Embora, alguns destes, como o próprio Oliveira Vianna sejam conhecidos, hoje, por suas obras de caráter sociológico. Ainda poderíamos fazer referência aqui às obras poéticas, jurídicas e escolares, além de autores de gerações passadas. Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia reuniam o maior número de consumidores leitores[10].

É importante destacar que a década de 1920 foi de profundas transformações no cenário político, social e econômico brasileiro e do mundo ocidental do pós-guerra. Junto à *joie de vivre* dos agitados anos que se seguiram à carnificina que materializou o lado mais cruel e devastador da masculinidade hegemônica (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013), ocorriam, ao mesmo tempo, significativas transformações nas relações de gênero, sobretudo nas capitais cosmopolitas. Igualmente tomavam corpo movimentos conservadores e autoritários que articulavam projetos de modernidades alternativas de organização do Estado e da sociedade. Estes tendiam a reforçar o papel da mulher enquanto reprodutora da força de trabalho e responsável pelo lar (CAULFIELD, 2000; RAGO, 1985; FREIRE, 2009)

Em alguns de seus textos, Benjamin Costallat normaliza e reforça os padrões de comportamento estabelecidos como naturais e desejáveis aos gêneros. Ao mesmo tempo, revela a tensão e a mudança na relação entre homens e mulheres e a inadequação de indivíduos com os seus sexos biológicos. Igualmente, emergem em suas publicações a ação das instituições, como a imprensa, a justiça e a polícia, no enquadramento dos corpos.

Costallat também advogava a favor do ideal de beleza feminina de sua época. Um modelo que aprisionava e era utilizado como arma para desqualificar mulheres e homens que desviavam do padrão imposto pela masculinidade hegemônica (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013). O escritor alertava que as mulheres deveriam ser as únicas "belas e perfumadas".

O artigo "Confusão de Sexos", publicado, por Costallat, no *Jornal do Brasil* em 1925, exprime uma síntese das transformações nas identidades e

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

10 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1928, p. 2.

relações de gênero e o incômodo que geravam na segunda década do século XX. O autor, em prosa leve e sensacionalista, bem ao gosto de seus leitores, revela a repulsa diante dos "traços indesejáveis" em mulheres e homens. Por exemplo, a aparência masculina de uma governadora do Texas, definida como "matrona gorda e feia"; o retrato publicado pela imprensa de uma "menina linda" que a polícia havia prendido, mas que na verdade tratava-se de "um homem em roupas de mulher"; e o caso de um suposto soldado desertor parisiense que, para escapar de ser fuzilado, teria se transvestido de mulher e convivido com a sua esposa e filhos durante longo tempo, causando confusão dos papéis de mãe e pai e marido e mulher. Costallat aconselha:

> Não confundamos os nossos sexos, nem as nossas funções!
> Minhas senhoras queiram apenas ser bonitas e boas!
> Quando a nós, homens, façamos o possível para nunca, nem em caso de deserção, usar saias![11]

O literato também manifestou o seu horror às mulheres que se dedicavam a literatura. Em uma nota sobre a obra poética de Maria Eugênia Celso, considera que a jovem seria uma rara exceção em meio as piegas ideias e o estilo pernóstico que predominaria na detestável e escrita feminina. Em suas palavras, a mulher, devido à "natureza passiva", deveria apenas inspirar os escritos literários e nunca ser autora deles. A maioria das "mocinhas" seria "metrificadora de sandices". Vale registrar que a poetisa que recebeu os raros elogios era filha do Conde de Afonso Celso, importante intelectual e pertencente à elite política de sua época[12].

Em alguns aspectos, *Mademoiselle Cinema* nos lembra o moderno poeta francês Baudelerie, em *Flores do Mal* (1857), e o literato, igualmente francês, Gustave Flaubert, em *Madame Bovary* (1856). Ambos, no século anterior, enfrentaram a opinião pública e a justiça francesa por suas publicações serem consideradas um ultraje a moral pública. Algo semelhante ocorreu com a própria obra *La Garçonne*, de Victor Margeritte, publicada em 1923 em Paris. Já *Mademoiselle Cinema* chegou a ser recolhida em 1924, na cidade do Rio de Janeiro, após grande vendagem. A Liga da Moralidade, organização católica conservadora, que fazia perseguição aos livros nacionais e estrangeiros considerados pornográficos, acionou a Justiça da capital do país. Como resultado, o gerente e o funcionário da livraria Leite Ribeiro foram presos, após ação de busca e apreensão realizadas pela polícia, e foram enquadrados na lei que constituía crime de ofensa aos "bons costumes"[13].

11 COSTALLAT, B. Confusão de Sexos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de março de 1925, p. 5.
12 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1927, p. 5.
13 *O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 setembro de 1924, p. 6.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Em *Mademoseille Cinema*, a protagonista, Rosalina, deixa se levar pelo desejo carnal e material subvertendo as convenções sociais, tal como as musas mundanas dos três autores franceses citados. São jovens mulheres que, instigadas pelos efêmeros e corruptores prazeres da modernidade, perdem a verdadeira natureza feminina. A pureza e a bondade naturais do "sexo frágil" se esvaem diante dos estímulos devastadores da cidade cosmopolita. Seria a decadência da mulher e da sociedade.

Os percalços das personagens e suas sexualidades transgressoras impactaram leitores e críticos literários franceses que consumiam as obras, despertando ondas moralistas. No caso de Costallat, vários foram os críticos e escritores que manifestaram na imprensa contrariedade contra o episódio de censura, defendiam não só o literato e sua obra, que deveria ser entendida como um alerta aos pais, mas, sobretudo, a liberdade de escrita.

A despeito das diferenças e distancias entre os autores franceses e Costallat, podemos dizer que esses literatos tentaram, cada um ao seu estilo, captar as sensações e as emoções da modernidade pensando o lugar social da mulher. Em suas literaturas, a figura feminina, pensada como categoria universal, aparece, ao mesmo tempo, como catalisadora, síntese, promotora e maior vítima em potencial dos novos tempos.

Em Baudelaire, Flaubert, Margueritte e Costallat, a musa é, ao mesmo tempo, admirada e exaltada e causadora da dor e da degradação moral da sociedade. Ao sair da vida privada, o sexo feminino se apropriava de atitudes consideradas tipicamente masculinas, tanto no espaço do trabalho como nas relações amorosas (MENEZES, 2010). Seria essa mulher, assim, a principal responsável pela desintegração dos valores e costumes de uma sociedade idealizada em vias de desaparecimento e pelos sentimentos de mal-estar e perda. A tensão entre a exaltação e o desprezo pela musa moderna convivem nas páginas das respectivas obras, que tentam traduzir as angústias e as contradições experimentadas no mundo moderno.

Assim, Costallat parece dialogar não só com a obra de Victor Margueritte, como ele próprio enuncia no prefácio de sua obra, mas, igualmente, com dois dos maiores expoentes da literatura francesa moderna, Baudelerie e Flaubert, que inauguraram, cada um a seu modo, uma estética que rompeu com antigos cânones e colocou em cena o sexo feminino como protagonista da decadência da modernidade. A mulher deixa de ser passiva e objeto de contemplação. Trata-se de um feminino sujeito ativo, complexo e contraditório que causa perplexidade no escritor e no leitor.

A musa moderna e perversa deixa de cumprir seu fundamental papel de validar a existência do homem. Ela se nega a ser o "Outro", o espelho que legitima as virtudes do sexo oposto. Sai dos poemas e, ao se propor livre, é

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

vista como uma potencial inimiga. Uma ameaça a aquele que seria exclusivamente e unicamente essencial, o homem. Nestes casos, a fêmea não é mais descrita como o ser etério e acolhedor, mediador entre o homem e a natureza. Nas narrativas dos homens enganados e desiludidos, a princesa torna-se uma feiticeira, uma traidora, uma ogra, como bem define Beauvoir:

> A mulher má mergulha suas raízes na Terra, na Vida; mas a Terra é um fosso, a vida é um impiedoso combate: o mito da abelha diligente, da mãe galinha é substituído pelo do inseto devorador, do louva-a-deus, da aranha; a fêmea não é mais a que alimenta os filhotes e sim a que come o macho; o óvulo não é mais o celeiro da abundância e sim uma armadilha de matéria inerte em que o espermatozóide, castrado, se afoga; a matriz, esse antro quente, calmo e seguro, torna-se um polvo sugador, planta carnívora, abismo de trevas convulsivas; habita-o uma serpentte que engole insaciavelmente as forças do macho (BEAUVOIR, 2016, p. 236).

Diante da "mulher má", não julgamos a originalidade ou a qualidade da obra de Costallat aos olhos dos cânones da literatura. Apesar das similitudes entre os universos desses modernistas e suas musas corrompidas e corruptoras, diferentemente de Baudelaire e Flaubert, o literato brasileiro se imbuiu declaradamente e sem rodeios da missão moralista contra a mulher moderna, se aproximando, assim, da proposta de Victor Margueritte. A complexidade e a dubiedade da protagonista Rosalina existem, mas perdem força quando, no prefácio de *Mademoiselle Cinema*, o autor apresenta sua tese sem rodeios ou subterfúgios: "a menina educada sob certos costumes da época, nunca poderá ser mãe nem esposa. Ficam-lhe vedadas as mais puras e as melhores alegrias da vida"[14].

Em *La Garçonne*, Margueritte se dirige diretamente ao movimento feminista de sua época, defendendo que mulheres e filhas exerçam uma liberdade sã. Costallat e Margueritte se colocaram em uma missão contra os excessos e a falta de moral da burguesia da década de 1920. Entendiam o sexo feminino pertencente a essa classe como pedra angular na estrutura da sociedade. Até onde construíram as suas obras com requintes de sensualidade e perfídia como estratégia comercial ou ímpeto moralista, não temos como afirmar e não se trata de nosso objetivo. Constatamos, porém, que o primeiro fim parece ter tido bem mais êxito que o segundo. As obras foram um sucesso de venda, ganharam várias edições e vida própria nas mãos de seus leitores, como era de se esperar. Foram reeditadas várias vezes e adaptadas para o teatro e cinema.

14 COSTALLAT, B. *Mademoseille Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 30.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Rosalina: luxo e prostituição da jovem burguesa na Cidade Luz

"Eu me prostituí e hoje me sinto com uma alma incontentável de prostituta. Quanto mais homens melhor!"[15]. A frase faz parte das reflexões de Rosalina no ápice do romance de *Mademoseille Cinema*. E pode ser considerada síntese do espírito desorganizado da jovem carioca de 17 anos, pertencente a uma rica família. Alva, com cabelos claros e corpo delicado, a protagonista se aproxima, em um primeiro momento, das antigas musas da literatura. Porém, já nas primeiras páginas romance, Rosalina, em viagem com a família, se deixa perder nas ruas de Paris. Vive entre os prazeres do sexo, do álcool, da cocaína e da luxúria burguesa. É sustentada pelo dinheiro do pai, um ex-ministro da República, e pelos ganhos como prostituta. Entre amantes e dinheiro, a personagem faz dos próprios sentidos carnais e mundanos a sua razão de viver. Deixa para trás a idealização de um feminino sexualmente imaculado, inocente e imerso na bondade. Rosalina é apelidada de Mademoiselle Cinema, já que os seus comportamento e valores seriam justamente tal como as imagens da criação dos irmãos Luimière, o cinema. Produtor de imagens artificiais e enganosas.

O som polirrítmico do jazz é a trilha sonora do drama de Rosalina. Na década de 1920, o jazz, gênero musical de origem diaspórica, tomou as principais capitais ocidentais no pós-guerra proporcionando danças sensuais. Dava nome a toda uma geração de jovens, a "geração jazz" (CARLONI, 2019).

Tratava-se, porém, de uma "sensualidade primitiva", segundo alguns contemporâneos. Nos salões o gênero musical era a trilha sonora que impulsionava a elaboração de um novo léxico corporal. A dança era apropriada por diferentes segmentos sociais e, entre as jovens mais abastadas, estimulava subversão de parte das convenções sociais ligadas às identidades e relações de gênero. O corpo feminino conquistava movimentos polirrítimicos e sensações que transgrediam silenciosamente os papéis preestabelecidos para cada sexo. O jazz instigava a construção de uma nova linguagem corporal, caracterizada por uma sexualidade latente e desejos sublimados em um tipo de feminismo informal que se espraiava nos salões, *dancings*, cinemas e cabarés (CARLONI, 2019).

Não é por acaso que Costallat descreve a música norte-americana de origem negra como a trilha sonora da perdição de Rosalina:

> E o jazz, sempre o jazz, como um hospício imenso aos berros, o jazz, sempre o jazz, ainda o jazz, entre as mil luzes estonteantes dos restaurantes noturnos, tonitroa e explode, em homenagem infernal às sacudidelas histéricas e lúbricas do shimmy!

15 *Ibidem*, p. 116.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> E o canto africano, e a música selvagem, vão subindo, subindo a algazarra, até o máximo de estridência e desafinação![16]

O mesmo julgamento aparece em *La Garçonne*: "O jazz-band espalhava no *dancing* em festa seus ritmos selvagens" (MARGUERITTE, 19--, p. 112).

Junto com outras mulheres desregradas, Rosalina bamboleava e requebrava os quadris nos *music-halls* da Cidade Luz. Sempre maquiada, sensual, perfumada e com o corte de cabelo a *la garçonne*. Este, feito a navalha, deixava sua nuca de fora transmitindo, ao mesmo tempo, sinais de sensualidade e masculinização. Para as mulheres, o cabelo curto significava a modernidade, a juventude, o distanciamento do passado e a liberdade para os esportes. Um desejo de leveza e de libertação sexual também. Representava a nova mulher que trabalhava fora e conquistava o direito ao estudo. Por outro lado, a silhueta andrógina de algumas, associada a novos tipos de vestuários e ao comportamento ambíguo, para o desespero dos conservadores, questionava a heteronormatividade e os papéis de cada gênero (PERROT, 2007). Na década de 1920, se intensificaram os olhares sobre o corpo da mulher que dançava, principalmente das jovens que viviam nas cidades. O "tipo feminino moderno" aparece representado de forma ambígua e contraditória na imprensa e na literatura por meio do estereótipo da melindrosa, personagem urbana sedutora e amante dos prazeres que a vida citadina podia proporcionar (CARLONI, 2019; CARLONI, 2020).

A musa moderna burguesa incorria, assim, em comportamentos transgressores que rompiam com a moral e o papel predestinado às jovens de sua classe. Junto à figura nefasta da sufragista, que frequentemente era representada de forma masculinizada não só no comportamento, mas também em suas feições, a melindrosa está presente nos folhetins, nas capas de revistas ilustradas, no cinema, nas charges, nas caricaturas, dentre outros registros. Admirada em sua beleza etérea e temida por seu comportamento viril, o estereótipo da melindrosa carioca, eternizada na pena do caricaturista J. Carlos, correspondia à *garçonne* na França ou a *flapper* na Inglaterra e nos Estados Unidos (CARLONI, 2019; CARLONI, 2020).

Particularmente no caso brasileiro, a ebulição da década de 1920 trouxe junto transformações políticas e sociais importantes que ajudam a compreender a construção de um olhar negativo sobre o sexo feminino. O país vivia um momento de insatisfação de diferentes grupos sociais com os rumos da República, proclamada poucas décadas antes. A sensação era de crise e decadência. O desejo de mudança se alastrava tanto nos setores progressistas quanto nos conservadores. Havia o descrédito do liberalismo e a rejeição ao

16 COSTALAT, B. *Mademoseille Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 94.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

modelo de modernidade predominante. Igualmente, a influência da sociedade norte-americana era tida como corruptora. E a mulher moderna, em sua tentativa de emancipação e transgressão de valores de uma sociedade patriarcal conservadora, foi transformada em uma das responsáveis pelo declínio dos valores morais (CARLONI, 2019; CARLONI, 2020).

A rua era tida como espaço dos perigos e das tentações que somente o "sexo forte" saberia lidar, enquanto o "sexo fraco" seria uma presa fácil. A mulher que frequentava o espaço público era comparada a prostituta. Seus críticos almejavam o retorno a um passado idealizado caracterizado por ordem e integração social. Nele, a mulher estaria restrita somente à maternidade e à família, abandonando qualquer aspiração de atuação no espaço público (CAULFIELD, 2000; PEDRO, 1994).

Tentativas de controle do corpo feminino vinham da medicina, das práticas jurídicas e da Igreja também. O discurso médico-sanitarista no Brasil, desde meados do século XIX, caracterizava a mulher a partir dos seus útero e ovários. Os humores, as doenças e o comportamento estariam ligados diretamente a esses órgãos que, por sua vez, definiam o seu único papel na sociedade: reproduzir filhos saudáveis. À mulher, frágil por natureza, cabia o domínio da vida privada ao abrigo dos perigos da cidade moderna. Assim, a biologia determinaria o seu espaço social (MATOS, 2003; RAGO, 1985).

Aquela que não cumprisse com o papel predeterminado era considerada desviante. Os "prazeres da modernidade", como a dança, a música, o cinema, o bar, o teatro e o cabaré, esse último o mais nefasto de todos, eram entendidos como estimuladores do apetite sexual. Portanto, eram responsáveis pela degeneração do comportamento feminino e, pior, pelo perigo de produzir uma geração de crianças deformadas que comprometeriam o futuro do país. Mulher, maternidade e nação viraram uma tríade (RAGO, 1985; MATOS, 2003; FREIRE, 2009).

A ideia de prostituição vai além da mercantilização do sexo. Era a própria traição do que seria a essência feminina e de sua função social. A temática da mulher prostituta se repete nas obras de Baudelaire, Flaubert e Margueritte. Trata-se da prostituição não só do corpo, mas da moral, dos costumes, dos sentidos. A musa perde a beleza e se torna vulgar, no sentido de se igualar à plebe. Chega mesmo a ser monstruosa (STRÖMBERG, 2012). Devora os homens e suas regras sociais, comprometendo o presente e o futuro. A pureza e o destino da experiência da maternidade pareciam desaparecer do horizonte em nome do prazer imediato, ampliando a sensação de crise social.

A tensão política que tomou vulto na década de 1920 no Brasil não passou ao largo das observações de Costallat. Além de sua literatura manifestar o descontentamento com os rumos da sociedade, destacadamente em relação às mulheres e as novas formas possíveis nas relações de gênero, o autor parecia

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

atento à crise republicana. Junto com outros intelectuais de sua época, o literato assinou uma carta pública em nome da Ação Intelectual Brasileira, datada de 17 de agosto de 1929, em defesa da candidatura presidencial de Julio Prestes. Somavam-se a ele mais de 100 escritores, compositores, artistas plásticos e jornalistas, como: Gustavo Barroso, Villa Lobos, Humberto Campos, Flexa Ribeiro, Luiz Peixoto, Cecília Bandeira de Mello (Chrysantême), Hekel Tavares, Renato Alvim e Brasil Gerson[17]. Além de revelar possíveis circuitos sociais e laços de sociabilidade de Costallat, o documento ajuda traçar ligações entre a literatura, a sensação de crise e decadência inauguradas pela modernidade e o domínio *stritu sensu* da política nacional.

O arrependimento feminino: sofrimento do corpo e da alma

Remorso póstumo
Quando dormires, *minha bela tenebrosa*,
No fundo de tumba feita em mármore negro,
E não tiveres por alcova e por mansão
Mais que uma cova pluviosa e uma fossa oca;

Quando a pedra, *oprimindo o teu peito medroso*
E teus flancos que abranda um charmoso descaso,
Impedir teu coração de arfar e querer,
E teus pés de correr seu curso aventuroso,
O túmulo, *guardião do meu sonho infinito*
(Pois o túmulo sempre entenderá o poeta),
Nessas longas noites de que o sono é banido,

Dir-te-á: "*Que te valeu*, *cortesã imperfeita*,
Não teres conhecido o que choram os mortos?"
– E o verme roerá tua pele como um remorso.
(BAUDELEIRE, 2021)

Rosalina é linda, sensual e inteligente. Desperta o desejo do leitor, embora sua história, segundo Costallat, não tenha sido compreendida por alguns contemporâneos, que se detiveram, quase que exclusivamente, na escrita repleta descrições de um jovem corpo feminino desejado e desejoso de sexo e outros prazeres mundanos que em nada contribuiriam para a mulher honrada. O ar de cinismo do autor ao se defender no prefácio da segunda edição de *Mademoiselle Cinema* nos põe dúvidas entre a missão moralizadora e pedagógica da obra e a estratégia de uma escrita comprometida em atrair leitores e vender muitos livros:

17 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1929, p. 1.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Se mostro quase que cinicamente, a prostituição com todos os seus detalhes, é como se eu dissesse – vejam como é bom ser honesta, ter uma casa, uns filhos, um marido, tanta coisa a se quer bem e que nos dá, em troca, amor, conforto, limpeza moral![18]

Diante das ambiguidades e tensões entre a obra, o autor e o leitor e as possíveis interpretações de *Mademoseille Cinema* hoje, optamos por explorar o tema do arrependimento feminino. O desfecho das vidas de mulheres degradadas e com corpos e moral prostituídos nas obras de Baudelaire, Flaubert, Margueritte e Costallat é a tragédia do remorso e a vontade de ter aquilo que desprezaram: o amor verdadeiro de marido e filhos e a sublimação dos desejos carnais, materiais e sensoriais diante das possibilidades de vivências que a modernidade ofereceria. Madame Bovary tira sua própria vida, a musa de Baudelaire jaz arrependida em seu túmulo, Monique Lebier recupera a lucidez e deseja filhos e marido e Rosalina segue sua vida amargurada por suas escolhas. A sexualidade ativa experimentada pelas protagonistas cobra um preço demasiadamente pesado. Arruína as suas vidas.

Decadências do corpo e de alma caminham juntas. Sorte daquela que, nas últimas linhas escritas por seus criadores, tem a opção de mudar de vida, como Lebier. Certos eram autores de que esse tipo mulher jamais poderia ser feliz. Jamais poderia encontrar a verdadeira razão de viver ao alimentar egoisticamente seus desejos individuais de viver e de experimentar. Suas aventuras trazem o gozo inicial da falsa liberdade dos corpos, mas irremediavelmente levam à ruína. Não há outro modelo de felicidade e de realização a não ser por meio do matrimônio e da maternidade. Desgraçadas são aquelas que, por sua opção ou razões do destino, são impedidas de seguir o ideal feminino.

A costureira Helena: o corpo feminino massacrado pela miséria moderna das cidades

Diante da popularidade, em abril de 1924, Benjamin Contallat foi contratado pelo *Jornal do Brasil* para a produção da coleção de crônicas "Mistérios do Rio", publicadas semanalmente. O autor estava comprometido, segundo as suas próprias palavras, em narrar a verdade das ruas, dos personagens e das ações que ocorriam na capital do país. E fazia uso de diferentes gêneros literários: crônica, reportagem e folhetim. Seu texto tinha o comprometimento de "retratar a realidade", sendo os temas prediletos: vícios, prostituição, miséria, crimes e chantagens, em todas as camadas sociais. "Da favela à Avenida Atlântica"[19].

18 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1929, p. 30

19 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1924, p. 7.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Na primeira crônica de "Mistérios do Rio", publicada no dia 1º de maio de 1924, Costallat alerta o leitor que os mistérios da cidade não eram de histórias de navalhas ou revólveres, mas do retrato da vida de anônimas e anônimos miseráveis que habitavam os espaços sociais mais desprovidos de segurança[20].

A crônica inaugural, intitulada "No dia do trabalho homenagem às suas maiores e mais silenciosas vítimas", é identificada pelo autor como uma homenagem às que mais sofriam e morriam vítimas do exercício do trabalho assalariado nas cidades. As meninas pobres. Jovens ainda menores de idade jogadas no mercado de trabalho e desprovidas de qualquer segurança social. Estavam sujeitas a atividades extenuantes, a salários ínfimos, à falta de moradia, à fome e ao assédio moral e sexual de patrões e outros homens.

O autor tem a pretensão de fazer uma denúncia social sem fantasia ou eufemismos:

> Mistérios do Rio são essas meninas que morrem de inanição porque não têm quem as defenda, e quem grite por elas! [...]
> É a custa da miséria das costureiras, que vivem os grandes armazéns.
> E esses palácios da moda são construídos sobre os gemidos e a fome de milhares de criaturas![21]

Helena é a protagonista órfã que representa a vida de tantas outras meninas que, segundo o autor, sozinhas tinham que se submeter à prostituição ou trabalhos exaustivos que não pagavam o suficiente para sobreviver na capital do país. Com 15 anos se tornou costureira, jovem operária. Alugava um quarto em uma pensão na rua do Lavradio, região central e pobre da cidade. Mas, com certa sorte, conseguiu emprego para trabalhar em uma luxuosa casa de moda feminina como vendedora, deixando para trás o exaustivo trabalho de costurar para fora.

Foi escolhida pelos seus atributos físicos, já que as "empregadinhas", palavra do autor, das lojas femininas eram selecionadas a dedo para atrair clientes, sobretudo os homens que presenteavam suas senhoras. Nesse aspecto, sua cor, branca, e sua idade eram determinantes. Era pessimamente remunerada, mas a atividade de vendedora a encantava por deixá-la próxima dos luxos e mimos da vida das mulheres burguesas, os bordados e as sedas.

Contudo, "não se tem 15 anos, não se é linda e não se é pobre – impunemente, quanto mais abandonada e só". Helena é vítima de repetitivo e violento assédio sexual dos homens que cruzavam seu caminho nas horas de trabalho, como o patrão, os clientes, os entregadores e o varredor do armazém. Costallat

20 COSTALLAT, B. No dia do trabalho homenagem às suas maiores e mais silenciosas vítimas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 maio 1924, p. 9.

21 *Ibidem*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

identifica a atuação dos donos das casas de moda, homens e mulheres, como um "caftinismo inconsciente" por exporem jovens para atrair fregueses.

Diante da exposição e da insegurança, Helena optou por desistir do emprego. Tentou se proteger do assédio e retornou para costura. Fazia serviços por encomenda. Contratada por um turco e pela mesma casa de modas na qual fora vendedora, mal conseguia pagar o aluguel de seu quarto insalubre onde passava o dia e a noite sem se alimentar. Costurava exaustivamente para entregar as peças de roupas. Eram 18 horas de trabalho diariamente.

Como seria comum às jovens, Helena se encantou por um homem. Acreditava estar vivendo o primeiro e verdadeiro amor. Deitou-se com ele sem antes contrair casamento. Após ser deflorada e engravidar, foi abandonada pelo sedutor. Situação extremamente grave em uma sociedade na qual a virgindade feminina era um atributo valioso e o defloramento, termo cunhado em legislação do século XIX, fora do casamento um peso, verdadeiro estigma social, constituindo um crime masculino previsto no código penal de 1890 e ainda em vigor na época.

A morte foi o fim e o descanso para a jovem mãe que logo perdeu sua criança recém-nascida por não conseguir alimentá-la. Em seu último dia, o corpo de menina pálido, envelhecido e definhado, mas ainda com vida, foi recusado como paciente na Santa Casa de Saúde. Não havia leitos disponíveis. Helena morreu de fome e de tristeza. A moça desejava mesmo o seu fim. Era um alívio diante do desespero em uma sociedade que não protegia meninas pobres de toda sorte de assédio no espaço do trabalho e no cotidiano das ruas e da miséria materializada em doença e fome.

A pesada crônica de Benjamin, publicada com ilustrações que impactam o leitor, ocupa duas páginas do jornal. Aparentemente não combina com os outros textos seus que, apesar de poderem ser interpretados como moralistas, são recheados de erotismo e revelam de forma sensual os vícios de uma sociedade como forma a atrair o leitor.

Estamos diante de uma escrita dura da realidade de uma jovem que não teve acesso a direitos mínimos assegurados pelo Estado como menor de idade, como trabalhadora e como mãe. E que vivia em uma sociedade na qual a beleza e a sexualidade femininas eram tratadas como mercadorias capazes de arruinarem as suas donas se não fossem "bem cuidadas". Helena, como outras costureiras e jovens operárias, eram completamente desprotegidas em "uma organização social injusta e miserável que distribuindo mal a riqueza, mata gente de fome e de indigestão", segundo Costallat[22].

A história de Helena nos faz compadecer diante da miséria e, sobretudo, ausências de direitos sociais das trabalhadoras pobres que se submetiam a

22 COSTALLAT, B. No dia do trabalho homenagem às suas maiores e mais silenciosas vítimas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 maio 1924, p. 9-10.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

regimes extenuantes e perdiam a vida ao serem submetidas a condições insalubres. A denúncia social aparece como a primeira interpretação da crônica. Porém, o fato de Helena ser apresentada como jovem branca de pele clara e a narrativa de Costallat se centrar não somente nas condições de trabalho e a exploração a qual a jovem era submetida chama atenção. O autor traz para o centro da narrativa a preocupação com o destino da sexualidade e do útero reprodutor da costureira. Aparecem sempre ameaçados por homens que a cobiçam e são maculados por um aproveitador. O fruto da conjunção carnal inapropriada perde a vida diante da fome de leite, mas, sobretudo, da fome moral da sociedade, levando consigo a própria genitora.

Não minimizamos os sofrimentos de Helena e a realidade do mundo do trabalho que Costalat retrata. Reconhecemos a brutalidade dos assédios moral e sexual, a falta de amparo às trabalhadoras menores e a desassistência de mulheres mães. Mas chama a atenção o investimento do autor e a sua preocupação em levar o leitor a pensar sobre os possíveis destinos do corpo de uma mulher. Helena, diferentemente de Rosalina que foi protagonista em sua própria história, depois de ceder aos encantos de um homem, é penalizada por sua própria condição trágica de jovem órfã, pobre e bonita. Uma mulher desprovida de orientação e proteção vivendo fora do ambiente do lar não poderia ter um final feliz.

Nas entrelinhas do texto, contudo, enxergamos indícios de um tipo de feminilidade não desejada pelo próprio autor. A personagem, por mais passiva que pareça, optou por não se prostituir e buscou pelo amor de forma ativa. Helena procurou seu amor e decidiu deitar-se com ele. Enganada ou não, foi uma decisão dela. Uma postura ativa, conscientemente e, sobretudo, transgressora por se dar fora da instituição do casamento. Helena, dentro dos limites que lhe são impostos, fez escolhas rompendo com padrões de gênero.

Contudo, diferentemente de Rosalina, diante da imposição de seu criador, a operária não teve muito tempo para elaborar o arrependimento de suas escolhas. Só de desejar a própria morte. Sem filho e sem marido, sua existência não tinha sentido. Já estava morta, na perspectiva do autor. Por conta de suas opções, Helena e Rosalina sofreram um colapso identitário ao final de suas tragédias pessoais. Prostituídas no corpo e na moral, eram desprovidas dos elementos que poderiam dar razão às suas vidas. Não se sentiam mais pertencentes ao mundo e nem a ele serviam mais. Seus corpos não tinham razão para existirem.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Ficção e História: a tensão entre os corpos e sexualidades de Rosalina e Helena e os seus destinos

O espaço da rua levou à desgraça os corpos de Rosalinas e Helena, frágeis jovens brancas com cabelos e olhos claros. A prostituição de luxo ou o trabalho degradante não eram para elas. Para Costallat, ambas estariam fora de seu lugar. As musas eram fruto da sociedade corrompida e corruptora. As tristes histórias pessoais das protagonistas comprometeram a função social de constituírem família e gerarem filhos. A cidade aparece, assim, como espaço da degradação da mulher branca que poderia gerar bons descendentes. A sociedade está decadente.

Dessa forma, os textos de Costallat trazem ao leitor a mensagem de que a sexualidade da mulher, traduzida e limitada aos ideais de virgindade, castidade e procriação, seja no universo do luxo burguês ou no mundo do trabalho, precisaria ser controlada. A modernidade seria uma ameaça aos úteros saudáveis expostos ao espaço público e seus perigos. Nessa realidade, as mulheres negras ou mestiças não existem. Fica subentendido que estas poderiam, como desde os tempos coloniais, continuar a ocupar as ruas e serem submetidas a trabalhos extenuantes. Seus corpos seriam fortes suficientes e os assédios de ordem moral e sexual não seriam problemas, visto que os frutos de seus úteros estavam longe de serem desejados como filhos de uma nação que se via como branca ou desejava ser.

Por outro lado, quantas "Rosalinas" e "Helenas" circulavam pela cidade ao ponto de fazerem Costallat, incomodado, se tornar um pornográfico? O alto número de leitores de suas obras, destacadamente de *Mademoiselle Cinema*, parece estar mais relacionado às distintas possibilidades de leituras do que ao sucesso de um discurso pedagógico moralizador. Quais as possíveis leituras que a obra pode ter?

Lendo mais ainda a contrapelo as entrelinhas das fontes, identificamos a ação ativa dos corpos femininos retratados de forma estereotipada por Costallat e que tanto o incomodava ao ponto de se tornarem um dos temas principais de sua escrita. Elas estão lá, mulheres que tinham desejos, não mais sublimados, e seus corpos, que eram, bem ou mal, instrumentos e meios de experiência de viver as suas sexualidades.

Rosalina escolheu os seus amantes e Helena optou por se deitar com um homem antes do casamento. Com acessos diferentes a recursos materiais e por caminhos tortuosos, as personagens transitam no espaço urbano moderno e vivem suas experiências sensoriais de acordo com as possibilidades de sua classe. Construíram novas sensibilidades e linguagens corpóreas que proporcionavam outras formas de subjetividades femininas. Em maior

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ou menor grau, transgrediram de forma ativa o papel destinado ao seu sexo e experimentaram o que era restrito ao universo masculino. Tornaram-se viris.

As histórias das personagens, a despeito da vontade de seu criador, revelam a presença de mulheres e formas de feminilidades transgressoras, ambíguas e contraditórias que incomodavam e forçavam transformações na relação de poder com o sexo oposto. As narrativas de Costallat constituem, por um lado, um registro do mal-estar do homem diante da decadência trazida pela modernidade e da ameaça do modelo de masculinidade hegemônica. E não menos importante, uma boa estratégia comercial de venda ao explorar o sensual, o proibido, o marginal, em uma leitura simples e rápida. De outro lado, traz sinais importantes de transformações nas relações de gênero impulsionadas por mulheres que, mergulhadas nessa mesma modernidade, desafiavam ativamente e em diferentes graus os papéis sociais atribuídos aos seus sexos biológicos. Embora o autor insista em responsabilizar o meio social pelas precárias condições psicológicas de Rosalina e Helena e, consequentemente, de suas escolhas erradas. Ressaltamos que elas fazem escolhas e, diante das possíveis margens de negociação, definem os seus destinos.

Apesar de pertencerem a universos distintos, as histórias das jovens protagonistas ocorrem em um campo comum, o do sofrimento do corpo e da alma, imposto pelo escritor como forma de punição. Mas ao apresentar ao leitor facetas do ambiente de modernização das metrópoles da década de 1920, atravessadas por novas formas, mesmo que marginais, de relação de gêneros, Costallat revela possibilidades e limites de ação, negociação e transformação de identidades, formas de feminilidades e sexualidades.

Os corpos de Rosalina e Helena, inseparáveis de suas sexualidades, ganham vida independente da vontade de seu criador. Suas existências se transformaram a partir da tensão ambígua entre a objetividade da realidade concreta e a subjetividade do eu. Ou seja, entre a tentativa por parte da sociedade, representada pela pena do autor, de naturalizar a inferioridade das mulheres e as formas como as próprias mulheres vivenciaram suas experiências diante da opressão da masculinidade hegemônica. Contradição fundamental enunciada por Beauvoir (2016) e Souza (2021) para compreendermos os processos históricos de “tornar-se mulher”, que, no caso das ficções aqui tratadas, estão atravessados pelas condições de classe e raça.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

BAUDELEIRE, Charles. *Flores do mal*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica*, *Arte e Política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

CÂNDIDO, Antônio. CASTELLO, J. Aderaldo. *Modernismo*: presença da literatura brasileira. São Paulo: Difel, 1972.

CARLONI, Karla. A melindrosa desonrada: imprensa, dança e transgressão da mulher carioca na década de 1920. MAIA, Andrea Casa Nova (org.). *Recortes do Feminino*. Cristais de Memória e Histórias de Mulheres nos Arquivos do Tempo. Rio de Janeiro: Ed. Telha, 2020.

CARLONI, Karla. Requebrando os quadris: jazz e transgressão feminina nas revistas ilustradas cariocas da década de 1920. *Locus*: Revista de História, v. 25, n. 2, 2019. Dossiê – 130 Anos de República no Brasil: entre avanços e retrocessos.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2000.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas* (Florianópolis), v. 1, n. 21, p. 241-282, jan./abril 2013.Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC. Acesso em: 14 jun. 2021.

FLAUBERT, August. *Madame Bovary*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

FREIRE, Maria Martha Luna. *Mulheres*, *mães e médicos*: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GOMES, A. de C. Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

JORDÃO, Lia; CORRÊA, Irineu E. Jones. *Medeiros e Albuquerque*, *João do Rio e Benjamim Costallat*: pequena exposição de livros. Rio de Janeiro:

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Biblioteca Nacional, 2007. Disponível em: http://bndigital.bn.br/projetos/expo/decadentismo/apresentacao.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

MARGUERITTE, Victor. *La Garçonne*. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Modernas de Moura, Barreto & C, 19--.

MATOS, Maria Izilda. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico". *In*: MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

MENEZES, M. A. de. Baudeleire, a mulher e "o amor que não ousa dizer o seu nome". *Albuquerque*: revista de História, Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, p. 117-133, jan./jun. 2010.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, M. *A utopia da cidade disciplinar. Brasil*: 1890-1930. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

RESENDE, B. A volta de Mademoiselle Cinema. *In*: COSTALLAT, B. *Mademoseille Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

SOUZA, Thana Mara de. Feminismo e Existencialismo. *Blogs da Ciência da Unicamp*: mulheres na Filosofia, v. 7, n. 0, 2021.

STRÖMBERG, P. *L'image de la femme dans quelques poèmes de Charles Baudelaire*. Une étude inspirée par L'Albatros et Correspondances. França: Université de Lund; Centre de Langues et de Littérature, Printemps, 2012.

VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro*: Turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

TEATRO AMADOR NO RIO DE JANEIRO: trajetórias femininas no final do século XIX e início do XX

Luciana Penna-Franca[1]

> "*atacava sua fraqueza acusava sem dó a tentação carnal e fazia-lhes antever o inferno com as suas fornalhas acesas, os tanques de azeite a ferve e mil torturas horríveis, até que um arrependimento sincero as fizesse entrar na mansão divina, onde se gozam todas as delícias. E a voz do pregador tornava-se meiga, persuasiva, o rosto iluminava-se-lhe de ternuras estranhas. Sentia-se o soluçar das mulheres* [...].
>
> *Depois de todos terem saído, sua ama ficou ali ajoelhada e mostrou-se impressionada com medo do inferno. Ele então disse*:
>
> *– Carreguei... carreguei um pouco no purgatório, lá isso é verdade, mas aquilo é só para os outros. Olha, vai para casa que eu já te vou indicar o caminho do paraíso"*[2].

Esse artigo foi escrito pela atriz Emília Eduarda para o periódico *O Espectador*, de 1904. Nele ela relata uma missa rezada pelo padre Domingos em sua primeira pregação, porém a fama do padre já era conhecida. A autora conta que havia muitas mulheres de "vinte anos, roliças e frescas" e que uma delas ajoelhou-se no púlpito "passando pelos dedos as contas do rosário" e que o povo murmurou: "– É a ama nova do padre Domingos". O sermão "vibrante" do padre dirigia-se claramente mais as mulheres, como vimos no excerto acima.

Emília Eduarda faz parte da história do teatro amador no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. Assim como ela, outras mulheres que circulavam no meio teatral tiveram importantes participações nas páginas dos jornais daquele período. Para além da grande imprensa que cobria vários assuntos, inclusive a crítica teatral, havia uma pequena imprensa teatral, que produzia especificamente temas, notícias, crônicas e críticas voltados para o teatro, e ainda um periodismo produzido pelos grupos amadores. Essas mulheres faziam parte das associações dramáticas de amadores e atuavam não apenas nos palcos, mas também em outros espaços dessas agremiações (PENNA-FRANCA, 2021, p. 6).

1 Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

2 *O Espectador*: *periódico theatral litterario e recreativo*, Brasília, ano I, n. 1, 6 ago. 1904, p. 3.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A disseminação dos clubes dramáticos amadores se dava por toda a cidade, inclusive no centro, ocupando um lugar muito além dos arrabaldes, como era lembrado pelos cronistas e críticos da época. A diversidade de grupos que escolheram fazer teatro amador era imensa, desde pessoas da alta sociedade, imigrantes, funcionários públicos, empregados do comércio, operários... E essa diversidade estava presente também nas razões e motivações para fazer teatro: podendo ser um teatro engajado politicamente, com objetivos pedagógicos ou simplesmente diversão e lazer. O fato é que fazer teatro amador era uma prática social importante e presente no Rio de Janeiro nesse período.

Foram localizadas 196 associações dramáticas na capital no período entre 1861 e 1930 que se organizavam como grêmios, clubes, sociedades, "theatros" e "theatrinhos". Na década de 1860, localizei referências sobre apenas quatro agremiações e, entre 1921 e 1930, apenas duas. Dessa forma, a maior concentração dos grupos dramáticos ocorreu entre 1871 e 1920 e, por essa razão, esse foi o recorte temporal definido na investigação. Algumas dessas associações se mantiveram durante décadas, resistindo às adversidades outras sobreviviam apenas meses.

Assim como outros tipos de associativismo, como a dança, a música, a literatura ou a produção periodista, mais do que um tablado, muitos clubes dramáticos constituíam-se como lugares de encontro e aprendizado, possuindo também biblioteca e espaços para cursos e aulas oferecidos aos associados e suas famílias. Dessa maneira, se constituíam como espaços de sociabilização e convivência entre vizinhos, imigrantes, colegas de trabalho e familiares. Algumas sociedades assumiam a função de auxílio mútuo, colaborando com os sócios em caso de doença, morte, desemprego... Outras discutiam a valorização do trabalho e podiam atuar na luta por melhores condições de trabalho e vida, inclusive abraçando os ideais anarquistas. O associativismo dramático, ao lado de outras formas de união e práticas sociais, colaborava na transformação do cotidiano social e urbano, sendo parte do movimento mais amplo de invenção coletiva de espaços e estratégias de organização e atuação nos diferentes bairros da cidade, garantindo o exercício da cidadania de seus associados.

Para além da função de auxílio mútuo e valorização do trabalho, Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2013) entende que esse associativismo era mesmo uma forma de participação e ação política que garantia sua cidadania. Através do Club Dançante Familiar Anjos da Meia-Noite, o historiador rebate os argumentos de José Murilo de Carvalho acerca da exclusão dos trabalhadores da participação na política, manifestando-se apenas por mecanismos à margem do sistema político, como revoltas e greves. O clube dançante referido por Pereira foi criado na primeira década do século XX na região portuária da capital, no bairro da Saúde, habitado em sua maioria por negros e mestiços. O clube foi fechado pela polícia acusado de promover desordem

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

pública em dias de baile. Para garantir o direito de realizar bailes e outras atividades recreativas, os sócios do Anjos da Meia-Noite requereram, através de um advogado, um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal. Além de ser uma sociedade recreativa, sem fins políticos, e composta por trabalhadores de baixa renda, causou surpresa um processo aberto por uma sociedade civil. Mesmo tendo sido negado o pedido de *habeas corpus*, a história do Anjos da Meia-Noite revela o grau de politização e mobilização dos seus associados, demonstrando que, ainda que seus objetivos fossem o lazer e a diversão, não estavam à margem da política, muito pelo contrário, comprovam que essas associações eram formas de definir seu lugar em uma República recém-formada e atuar e transformar o cotidiano (PEREIRA, 2013).

Da mesma forma, as sociedades dramáticas de amadores precisavam da autorização da polícia para funcionar e, através das representações teatrais, da oferta de cursos e espaços de leitura e convivência, possibilitando diálogos e debates acerca dos mais variados assuntos, assumiam posições e travavam embates que ultrapassavam as próprias sedes e buscavam espaços nas ruas da cidade. Assim, essas associações recreativas, culturais ou dramáticas constituíam espaços importantes de construção e afirmação da cidadania.

As sociedades dramáticas agrupavam ainda famílias que atuavam juntas, o que dava ao título "familiar" que muitas ostentavam uma interpretação tanto *stricto* quanto *lato sensu* de sua composição social. Essa convivência mensal, semanal ou mesmo diária transformava esses espaços não apenas em locais de sociabilização e reforço dos laços afetivos, mas também provocava tensões sociais, políticas e familiares indicadas, inclusive, pela circulação de amadores entre diferentes clubes.

Em estudo atual, a teatróloga Ângela de Castro Reis mergulha no universo de famílias de artistas e debate a formação atorial familiar "responsável pelo aprendizado artístico inicial", que "é aprimorado no enfrentamento com o fazer teatral, ou seja, assimilando técnicas de atuação pela vivência atorial em cada montagem e não de um conjunto de conhecimentos formalizados a priori" (TELLES, 2009, p. 92, *apud* REIS, 2015). Segundo a autora, o aprendizado familiar vem de uma tradição encontrada na *Comédia dell´Arte* e mantida até hoje no circo, sendo substituída por outras formas de aprendizado a partir do fim do século XIX na Europa e, no Brasil, apenas após a criação da Escola Dramática Municipal e mais especificamente após a regulamentação da profissão de ator na década de 1970. Porém, ainda de acordo com Reis, encontramos "ecos dessa tradição" em trajetórias de dinastias de artistas brasileiros, e ela cita atrizes célebres, como Dulcina de Moraes, Bibi Ferreira e Marília Pêra, que compartilharam com avós, pais, tios e filhos o "exercício da cena".

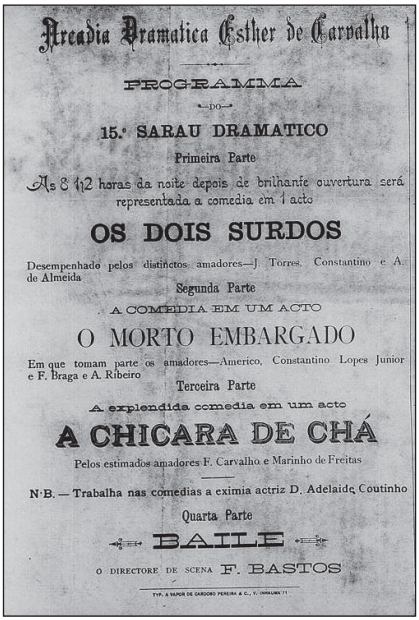
Além dos cursos e aulas diversas oferecidas nas sedes das associações dramáticas de amadores, algumas delas investiam na formação do seu corpo

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

cênico, criando e mantendo escolas dramáticas. Essas escolas tinham regras e obrigações específicas, evidenciando uma preocupação com o conhecimento cultural e técnico dos seus amadores. Sem o compromisso com a profissionalização dos atores, esses clubes estavam preocupados em oferecer um teatro de qualidade para seus associados e oportunidades artísticas para seus membros, com aulas de música e dança além de teatro. Essa oferta de escolas dramáticas, além de outras aulas ministradas nas sedes e suas bibliotecas, indicam uma preocupação com o aprendizado da leitura e da oratória, habilidades fundamentais para os espetáculos teatrais, mas também podem indicar a percepção de que a cultura letrada era uma estratégia para obter melhorias práticas ou para garantir a própria inserção dos seus membros nos padrões sociais estabelecidos.

Como mostra o cartaz do Arcadia Dramática Esther de Carvalho (Figura 1), os programas dos saraus dramáticos apresentavam a estrutura e a duração dessas noites de festa: em geral, iniciavam com uma apresentação musical, depois a representação de uma a três peças e terminavam com um baile. O início era por volta das 20h e podiam acabar com o raiar do dia. Nos intervalos, ainda eram feitos discursos e declamações de poesia. Era mesmo uma festa!

Figura 1 – Programa do 15º sarau dramático do Arcadia Dramático Esther de Carvalho realizado em 15 de abril de 1890



Arcadia Dramatica Esther de Carvalho

PROGRAMMA

—DO—

15.º SARAU DRAMATICO

Primeira Parte

As 8 1/2 horas da noite depois de brilhante ouvertura será representada a comedia em 1 acto

OS DOIS SURDOS

Desempenhado pelos distinctos amadores—J. Torres, Constantino e A. de Almeida

Segunda Parte

A COMEDIA EM UM ACTO

O MORTO EMBARGADO

Em que tomam parte os amadores—Americo, Constantino Lopes Junior e F. Braga e A. Ribeiro

Terceira Parte

A explendida comedia em um acto

A CHICARA DE CHÁ

Pelos estimados amadores F. Carvalho e Marinho de Freitas

N·B. — Trabalha nas comedias a eximia actriz D. Adelaide Coutinho

Quarta Parte

BAILE

O DIRECTORE DE SCENA F. BASTOS

Fonte: Biblioteca Nacional[3].

3 Biblioteca Nacional. Programa do 15º Sarau Dramatico. *A Lyra*: *orgam do Arcadia Dramática Esther de Carvalho*. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 10, 15 abr. 1890, p. 4.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Os periódicos mantidos pelos clubes dramáticos amadores eram bastante diferentes dos publicados pela grande imprensa. Não apenas na sua estrutura, mas nas suas intenções e formas de atuação e alcance junto ao público. Visto que muitos eram distribuídos gratuitamente nas noites de récitas e saraus dramáticos, o objetivo desse periodismo não era o lucro. No entanto, a periodicidade irregular de vários ou mesmo sua existência efêmera revelam as dificuldades em manter um jornal próprio.

Esse periodismo era, na verdade, um espaço alternativo no qual os associados tornavam públicas suas opiniões e formas de pensar e, ao mesmo tempo, intervinham na realidade dos leitores que compartilhavam (ou não) de suas ideias. De qualquer forma, os redatores estabeleciam um diálogo e uma intervenção direta junto aos leitores redefinindo posicionamentos. Mais ainda, demonstravam que escrever e publicar um jornal não era um privilégio dos bacharéis e que criar seus próprios veículos de comunicação era uma forma de conquistar e marcar seus espaços na sociedade. A amadora Adelaide C. Caldas Luna compôs, por exemplo, uma "mimosa polca"[4] para seu clube, Triumpho do Gymnasio da Juventude, demonstrando que a capacidade de criação e atuação ia além do palco, mas alcançava também a literatura, a música, a dança...

A partir da reflexão sobre "alguns periódicos e sociedades criados por trabalhadores envolvidos com múltiplas formas de cultura letrada", a historiadora Laura Maciel (2012, p. 73) afirma que "muitas vezes, os [...] redatores desses periódicos se desculpam perante os jornalistas profissionais [...] por sua má formação, e por se lançarem em tarefas para as quais não teriam a necessária qualificação". Mas, apesar dessas ressalvas, a autora mostra como alguns jornalistas amadores questionaram "o mundo fechado do jornalismo carioca" e outros "mostravam-se atentos aos debates linguísticos e literários travados por meio da imprensa contemporânea assumindo posição e preferências intelectuais" (MACIEL, 2012, p. 74). A autora ainda elenca algumas das motivações de grupos populares para produzir um jornal: a busca de educação ou instrução "para quebrar o monopólio dos espaços e mecanismos de poder" e "não apenas [pela] busca de ascensão social ou profissional" (MACIEL, 2012, p. 69); a busca por "reconhecimento social" ou a utilização da escrita para formular e divulgar reivindicações populares ou, ainda, semear alguma crença ou princípio; para deixar suas memórias ou informar como era a vida nos subúrbios; ou, como no caso do Vagalume, "contra um processo de apagamento e ocultação que, segundo ele, era promovido pela indústria fonográfica e pelo rádio" (MACIEL, 2012, p. 77).

4 *O Scenario*: *periodico do Club Familiar Gymnasio da Juventude*. Ano I, n. 3, p. 3, 13 ago. 1881.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O relato de Emília Eduarda, que deu início ao artigo, foi o único encontrado de alguém que se anunciou atriz, porém poderia haver vários outros que não especificassem a profissão de seu autor ou autora. Além disso, havia colunas, crônicas, poesias e comentários absolutamente anônimos. Ressaltei o conteúdo da história de Emília Eduarda não apenas por ser peculiar e curioso, mas por trazer um assunto importante nas páginas da imprensa teatral discutida nesta pesquisa: a moral do catolicismo. No caso, a atriz faz uma crítica ao comportamento do padre Domingos, que prega um discurso assustador e de condenação para as mulheres descritas como jovens e bonitas, mas parecia ser mais tolerante com seu próprio pecado contra o celibato e, naturalmente, sua "nova ama". Mais à frente vou falar um pouco mais sobre essa moral católica em relação às atrizes.

A atriz Esther de Carvalho iniciou sua carreira no teatro amador e foi homenageada por um grupo amador que se intitulou Atheneu Dramático Esther de Carvalho, mais tarde substituído pelo Arcadia Dramática Esther de Carvalho[5]. Lá tinha uma amadora chamada Maria da Piedade, que começou sua carreira, em 1893, aos 14 anos, na peça portuguesa *O poder do ouro*, encenada tanto por amadores como profissionais. Depois de se casar, tornou-se atriz profissional na Empresa Dias Braga, no Teatro Recreio Dramático, mas migrou para outras empresas até tornar-se a primeira-dama da companhia. No início, tinha pequenos papéis, mas chegou a protagonizar inúmeras peças.

No entanto, nem todas as atrizes partiam para o teatro profissional, muitas preferiam ficar no amadorismo, como o caso da conhecida Marietta Borges ou Therezina Pereira, entre várias que migraram por vários grupos diferentes, todos amadores. A opção para permanecer no teatro amador não era necessariamente pela questão do preconceito com as atrizes profissionais, mas pela busca de reconhecimento social, de socialização, de busca por um espaço de debate e diversão ao mesmo tempo.

A peça *A Morgadinha de Valflor*, escrita pelo português Pinheiro Chagas, traz o personagem de um padre que demonstra a autoridade da Igreja Católica no julgamento das atrizes: "não tem salvação" e as "cômicas" ainda seriam "instrumentos de Satanás". A mãe de Leonor, protagonista da peça, concorda com o padre – "o teatro é um lugar de perdição" – e conta que o pai de Leonor era camarista do rei D. José, mas, quando era preciso acompanhar o rei ao teatro, "voltava as costas para a cena e rezava as suas contas" e agradece a "augusta soberana", D. Maria I, que "[...] ordenou que no teatro da Rua dos Condes fizessem homens o papel de mulheres. Salvou a moral e a religião"[6].

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

5 *A Lyra*: *Orgam da Arcadia Dramatica Esther de Carvalho*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 8 de setembro de 1888.

6 CHAGAS, Manoel Pinheiro. *A Morgadinha de Valflor*. Drama em cinco atos. Parceria: Antonio Maria Pereira. 12 ed. Lisboa: Livraria Editora, 1924. p. 89.

Assis Vieira compreende a atuação das sociedades recreativas na construção de uma cidadania e na própria transformação do cotidiano através da união em torno de um objetivo comum e também através da criação de aulas nas sedes dos clubes, que iriam "completar a sua educação física e moral".

> A mocidade, por sua vez, compreendendo a utilidade da ideia, cumpriu com o seu dever, tratando de desenvolvê-la e ampliá-la – construíram-se edifícios apropriados, criando-se aulas onde empregam o tempo que lhes sobra dos labores cotidianos aqueles que desejam aperfeiçoar e completar a sua educação física e moral; hoje as sociedades recreativas erguem-se como um eloquente testemunho do quanto lhes devem o progresso material deste país e o desenvolvimento intelectual desta população.
> Semelhante resultado enche de nobre e justo orgulho aqueles que contribuem com os seus esforços e sacrifícios para a existência dessas sociedades, porque se moralizar – ensinando é um importante serviço prestado às classes populares, não tem menos direito ao reconhecimento e à gratidão dessas mesmas classes os que se propõem civilizar – recreando[7].

O jornalista finaliza afirmando: "as sociedades recreativas são o marco miliário plantado na senda do progresso moral e material deste país".

Um sonho dantesco, conto escrito por Carlos Lage para o periódico *A Lyra*, descreve um pesadelo e o que era o inferno. O amador aproveita para mostrar sua opinião acerca de todos os "pecadores" que lá estavam: "os padres que tinham manchado a Igreja no mundo de Cristo", "os usuários que tinham vivido adorando vinténs das algibeiras", "mulheres que tinham existido enchendo o ambiente de vícios"[8].

No editorial do primeiro número de *A Lyra*, publicado pelo Arcadia-Dramatica Esther de Carvalho em 8 de setembro de 1888, eles explicitaram seus objetivos: "[...] empunharmos vigorosamente a lança do combate na luta sacrossanta da instrução pelo recreio. Não pôde extinguir-se de nossas artérias o sangue dos obreiros, que vivem e morrem em holocausto pela Moral e pela Liberdade"[9]. Para além da função pedagógica do teatro já discutida, esses amadores valorizam uma moral e uma liberdade, que, por enquanto, precisaremos de mais pistas para entender a *que* moral e a *que* liberdade eles se referiam. A religiosidade, aliada a valorização da virgindade, também marcou as "Revelações a Laura", coluna escrita por Olivio Guerra no mesmo periódico:

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

7 *O Paladino*: *órgão do Club D. Alumnos de Minerva*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 1, 6 ago. 1881.
8 *A Lyra*: *Orgam da Arcadia Dramatica Esther de Carvalho*, Rio de Janeiro, ano II, n. 4, p. 3, 16 fev. 1889.
9 *A Lyra*: *Orgam da Arcadia Dramatica Esther de Carvalho*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 1, 8 set. 1888.

> [...] Os teus dedos passam-lhe no teclado e arrancam-lhe da alma a valsa do Fausto, dessa lenda germânica aonde flutua uma virgem como tu, tão romântica e temente a Deus. [...] Não chores mais, Laura, aquele beijo é ametista da grande joia de Gounod. Desprende-te desse trecho cênico, que só compete à prima-dona, tentada por satanás, mais ou menos endemoniado pelo *mise-en-scene*.
> Guarda tuas lágrimas para chorares eternamente o gozo do nosso primeiro beijo nupcial[10].

A castidade, a virgindade e o beijo sonhado também marcaram a poesia *Idyllios d´Amor*, de Eduardo Rocha, do mesmo jornal e dedicada a Henrique Machado:

> De sonhos de crianças, ideias virginais e risos d´alvorada;
> De meigos pensamentos, ternos e leais, mulher idolatrada!
> Eu fiz um ideal, imenso, sedutor, na terra sem igual!
> Amei-te delirante e castamente, ingênuo D. Juan!
> E nunca te beijei ardentemente, os lábios de romã!
> Nunca teu colo ebúrneo e virginal meus olhos devassaram.
> E num êxtase divino te adorei vivi apaixonado!
> E entretanto por ti, que tanto amei! Eu fui atraiçoado"[11]

O periódico publicado pelo GremioDramatico do Meyer, *O Scenario*, também preferia falar de amor destacando em *Flora*, a "gentil donzela" a quem o autor anônimo dedica sua poesia, ele elogia o "lindo colo" da "virgem formosa"; em seguida, *A Donzela* traz os versos:

> Que seria da donzela,
> Casta, alegre e feiticeira,
> Se um ingrato lhe roubasse
> O botão de laranjeira?[12]

Dessa maneira, percebemos que não havia distinções significativas entre os repertórios escolhidos por alguns grêmios amadores e os assuntos escolhidos para estampar nas páginas de seus periódicos, reproduzindo os valores de uma burguesia dominante: a moral social, o casamento como símbolo da honra feminina, a virgindade, a honra masculina aliada ao caráter, a manutenção de uma hierarquia social rígida e, claro, o amor! Apesar de alguns desses jornais

10 *Ibidem*, p. 2.

11 *A Lyra*: *Orgam da Arcadia Dramatica Esther de Carvalho*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 10 de novembro de 1888, p. 2.

12 *O Scenario*: *Jornal mensal do Gremio Dramatico do Meyer*, Capital Federal, ano I, n. 1, 26 de outubro de 1901, p. 2.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

se mostrarem bastante tradicionais, havia críticas e denúncias, como fez a atriz Emilia Eduarda com o padre Domingos. Na verdade, essa moral proclamada em alguns periódicos está relacionada aos valores culturais mais ou menos compartilhados, às condições sociais e históricas vividas e à aceitação (ou não) da determinação de comportamentos, valores e atos que são coletivos e historicamente explicados.

O *Almanaque d´O Theatro*[13], organizado por Adhemar Barbosa Romeo e que contava com a colaboração de articulistas como Arthur Azevedo, Olavo Bilac, Coelho Neto, Raul Pederneiras, Bastos Tigre, entre outros, organizou um concurso com a intenção de descobrir quais amadores eram mais queridos do público na capital, em Niterói e em São Paulo. Segundo o Almanaque, que justificou serem os amadores "a causa da publicação desse livro"[14], houve irregularidades na eleição do Rio de Janeiro e de Niterói e ainda a recusa do envio de retratos por alguns amadores (uma pena para nós...). Mesmo assim, o total de votos para a melhor atriz carioca somou 3.831 e, para ator amador, 4.597 votos. O Almanaque destaca 19 clubes dramáticos da capital e seus corpos cênicos.

A vencedora do concurso foi a atriz Constança Teixeira, com 392 votos. A amadora era do Club Fluminense, filha do animador do clube, o comerciante José Luiz Teixeira Junior e Delphina Teixeira. Com uma longa lista de peças encenadas – mais de 50, segundo o periódico –, entre seus papéis importantes encontramos "a ingênua Anna Damby, de *Kean*", a "caricata Mme. Chambaudet", Athanais, de *Mestre de forjas* – tradução de seu pai – e, já no Club Fluminense, a Baronesa de Vanhart, de *Marquez de La Seigliére*, "encantando a plateia pela maneira de dizer, de detalhar uns pequeninos nadas – que são tudo"[15]. No Elite Club, antecessor do Club Fluminense, interpretou Ambrosina, a protagonista ingênua de *O Badejo*, de Arthur Azevedo, representada no festival do Centro Artístico em 1898 e dirigida pelo próprio.

No salão de honra de Teixeira Junior, então presidente do Club Fluminense, em um quadro ilustrado por Julião Machado, podia-se ler um soneto de João Luso em homenagem a atriz:

> À senhorita Constança Teixeira
> Essa que a História aponta, a formosa Constança
> Esposa amante e fiel de Pedro, o justiceiro.
> Reinou num grande trono, e foi, a História o afiança,
> Adorada de um povo, entre os povos, primeiro.
> Certo dia, porém, Ignez com a loura trança

13 *Almanaque d`O Theatro*, Rio de Janeiro, ano 1, 1906.
14 *Ibidem*, p. 265.
15 *Almanaque d`O Theatro*, Rio de Janeiro, ano 1, p. 266, 1906.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Do Monarca prendeu o coração ligeiro.
> Pobre rainha então, sem trono, sem esperança,
> Morreu de ingratidão no negro cativeiro.
> É Constança o teu nome, e és tu também rainha
> Mas de um reino melhor, num trono onde se aninha
> Quanto de belo e bom criou a natureza:
> O talento, a bondade, o ideal supremo d´arte...
> Não há no mundo Ignez que possa destronar-te
> Soberana gentil da graça e da beleza[16].

Numa clara alusão a nobreza e história portuguesas[17], João Luso compara Constança Teixeira à rainha, mas a traz para o reino da arte valorizando seu talento, bondade e beleza.

A atriz classificada em sexto lugar no mesmo concurso foi Nair de Almeida, que estreou em 1901 no Gremio Dramatico Esperança e, em 1906, fazia parte do Club do Campinho, em Cascadura, ao lado de seu marido, o amador Geminiano de Almeida. A jovem de 21 anos de idade já participara de inúmeras peças. O brasileiro Geminiano de Almeida também foi um dos vencedores do concurso, ficando em quarto lugar.

A atriz Aurelia Delorme, estrela do Grupo Delormista, foi extremamente elogiada no periódico *O Delormista*, de 1889, que a caracterizou da seguinte forma:

> Era graciosa e tinha *quindins*. Uma das primeiras, senão a primeira peça em que entrou, foi a *Grande Avenida* de Jacobetty. Entre os diversos papeis que lhe distribuíram, tinha a comandante das marinheiras. Dava umas

16 *Ibidem*, p. 267.

17 O soneto remete à Constança Manuel (1318-1345), rainha de Leão e Castela, consorte do infante D. Pedro, de Portugal. Seu casamento deveria ser com Afonso XI, de Castela, porém não chegou a se consumar depois do interesse do nobre em uma aliança com a coroa portuguesa, que resultou em seu casamento com Maria, de Portugal, filha de D. Afonso IV. O novo casamento de Constança foi arranjado com o infante D. Pedro, irmão de Maria, de Portugal. Entretanto, descontente com a situação, seu pai não permitiu que saísse de Castela, casando-se, então, por procuração. O casamento presencial só aconteceu em Lisboa, em 24 de agosto de 1339. Em seu séquito de aias, vinha a jovem galega Inês de Castro – mencionada no soneto –, que teria um romance com D. Pedro. Na tentativa de acabar com essa traição, Constança chamou Inês para ser madrinha de seu primeiro varão, o que, de acordo com a Igreja Católica, lhes daria um parentesco moral e os amantes estariam cometendo incesto. Porém, a criança morreu em uma semana e o romance adúltero continuou às vistas de todos. Em 1344, D. Afonso IV exilou a nobre galega em Albuquerque, na fronteira com a Espanha. Porém, Constança faleceu no ano seguinte sem testemunhar o reinado de seu marido. Inês de Castro, que teve vários filhos com D. Pedro, foi executada a mando do rei, mas acabou sendo conhecida como a "rainha morta". Conta a lenda popular que, ao se tornar rei, D. Pedro assumiu ter se casado com Inês em uma cerimônia secreta e mandou que a desenterrassem obrigando os súditos a beijarem a mão de sua amada. Daí a expressão "Inês é morta". Fonte: *Diccionario Popular*, *Historico*, *Geographico*, *Mythologico*, *Biographico*, *Artistico*, *Bibliografico e Litterario*. Dirigido por Manoel Pinheiro Chagas (socio efetivo da Academia Rela das Sciencias de Lisboa). Lallemantfrères, Typ. Lisboa, 1876.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> voltas, fazia uns tais requebros luxuriantes, que a plateia levantava-se entusiasmada a aclamá-la e cobria-a de flores! Era o delírio da libertinagem no teatro! (BASTOS, 1898, p. 629).

No entanto, a filha do cabeleireiro de teatros do Rio de Janeiro, não brilhou até o fim da mesma forma. E seu biógrafo justifica: "Nunca mais teve tamanhas ovações, porque nunca mais teve papel em que pudesse ir tão despida e em que tanto pudesse rebolar o que a Natureza lhe pôs do outro lado." (BASTOS, 1898, p. 629) O comentário do empresário mostra o que ele considerava importante em uma atriz: ser bonita e saber requebrar. Na verdade, sabemos que esses atributos provocavam "enchentes" nas salas de teatro, então parece coerente a opinião do diretor de companhias teatrais tanto em Portugal como no Brasil.

Outras duas atrizes são elogiadas pelo jornal *O Delormista*, Herminia Adelaide e Manarezi. A primeira não seria uma atriz de "primeira grandeza", mas teria "mérito e talento", com uma "individualidade notável" como artista e "como mulher é uma personalidade comum como tipo português". Manarezi, "graciosa, elegante, inteligente" no palco, estaria "a caminho da fama", um "astro satélite". Tableau, o responsável pela coluna, parece apaixonado pela amadora. Conta que a encontrou na véspera no jardim do Theatro Recreio, bebendo em companhia de "dois elegantes cavalheiros", mas estava "[...] pálida e entristecida; seus sorrisos eram frios, seus olhares desfalecidos. Estava constrangidíssima, por esforçar-se em fazer-se amável naquela ocasião, ela que é a amabilidade personificada". Diz que, quando o viu, pareceu ter ciúmes. Ela o chamou de "bárbaro" e disse que tinha ciúmes da forma como ele "aplaude tão ruidosamente a Delorme". Ele sorriu e teve "tentações de beijá-la"[18].

Atribuições físicas, dançantes e musicais, além de uma veia cômica ou dramática, capacidade de improviso e experiência de palco eram, então, determinantes na escolha do corpo cênico nos clubes dramáticos amadores. Como observado pelos comentários nos periódicos, cada sociedade dramática (des) valorizava uma ou outra dessas características. Para além desses quesitos, é possível perceber também o encantamento que os atores e atrizes provocavam no seu público e nos críticos estabelecendo relações fora dos tablados, demonstrando relevante diferença entre as associações dramáticas e o teatro comercial. Neste, havia os grupos de fãs, porém sem relações pessoais com seus astros. Naquelas, as relações sociais eram estabelecidas também fora dos palcos: nas festas promovidas pelos clubes, nas bibliotecas e espaços de convivência das sedes dessas agremiações.

18 *O Delormista*: *orgão consagrado ao theatro fluminense e ao grupo Delormista*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 2, 31 mar. 1889.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Outra questão importante a considerar acerca dessa acessibilidade ao teatro era a concorrência com o cinema. Nos anos 1910, a expansão da produção cinematográfica aconteceu de forma mais significativa, inclusive com a experiência de filmar algumas peças[19]. Mas foi nos anos 1920 que a indústria de cinema americano invadiu o país. Para driblar essa concorrência, os artistas criaram uma novidade: o teatro por sessões. Essa nova modalidade teatral apareceu, principalmente, em função do crescimento dos cinemas nos bairros do Rio de Janeiro. Eram roteiros curtos em que se encontrava uma gama cada vez maior de autores brasileiros. Era comum, antes do filme começar, assistir a uma peça de um ato, por exemplo. Essas peças mais curtas eram extremamente criticadas pelos literatos da época, que as julgavam como teatro de má qualidade, interessados mais no lucro do que na arte (PAIXÃO, 1971). O teatro por sessões foi também uma forma de aumentar a arrecadação já que, numa mesma noite, podiam acontecer até três apresentações teatrais. No entanto, eram comuns histórias sobre o cansaço dos artistas na última sessão e, por isso, eventos inéditos podiam acontecer, como foi o caso de Otília Amorim no São José:

> Representava-se a revista *Contra a mão*. A orquestra toca a introdução de um número que Otília Amorim devia cantar. Otília não estava disposta, ao que parece, olhou desanimada para o auditório escasso, sorriu e ficou muda. O maestro pensando ser distração da atriz repete o intróito e Otília, nada! Não queria cantar, e a orquestra prossegue sozinha. Então, João de Deus não se conteve e, com aquele tom de molecagem que tão bem vai aos papéis que, por vezes, interpreta, disse:
> – Assim, minha nêga, castiga, castiga esses trouxas que vieram na terceira sessão.
> E o teatro riu, riu com tamanho estrépito, que parecia estar completamente cheio. Somos, dessa noite em diante, dos que não perdem a terceira sessão do Teatro São José (NUNES, 1956a, p. 179).

Os memorialistas que registraram a concorrência do cinema não mencionam *como* ou *se* esse problema atingiu as sociedades dramáticas particulares. Porém, é certo que essa questão se torna mais relevante a partir da década de 1920, período em que a quantidade de clubes dramáticos diminui de forma drástica no Rio de Janeiro e, de fato, há um aumento significativo das salas de cinema inclusive nos bairros dos subúrbios. No entanto, apesar da legislação que regulava as sociedades particulares não ter se modificado nesse período, alguns decretos modificam o contexto do mundo artístico de até então. Em 4 de agosto de 1920, o Decreto 4.092 reconhece a Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais – SBAT – como utilidade pública:

19 BRETAS, Marcos. *O palco proibido*. [Entrevista concedida a] Ana Paula Conde. *Trópico*. Disponível em: http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2690,1.shl. Acesso em: 15 dez. 2015.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Art. 1º Fica reconhecida como de utilidade pública a Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais, com sede no Rio de Janeiro.
> § 1º. É facultado a esta sociedade representar seus associados:
> a) Perante a Polícia ou em Juízo Civil e Criminal ativa e passivamente, em todos os processos referentes à propriedade literária e artística, nos quais esses associados sejam parte.
> *A Noite*, Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1916, p. 2.
> b) Perante as empresas teatrais, para a cobrança das quotas ou percentagens de direitos de autor (*apud* NUNES, 1956b, p. 118).

Ou seja, escolher um repertório de quaisquer autores que não pertencessem ao próprio clube dramático poderia ter um custo que, até então, não era cobrado. E mesmo as peças dos associados tinham que ser registradas, por isso, apenas se o próprio escritor renunciasse ao seu direito, o clube não precisaria pagá-lo. Essa mudança pode ter encarecido e impossibilitado muitos grupos de colocarem peças em cartaz.

A importância e o alcance dos clubes dramáticos amadores está muito além do que a historiografia reconheceu até agora. Desempenhando papel fundamental nos palcos, mas, principalmente, no cotidiano dos associados que dividiam suas experiências e vivências, compartilhavam expectativas e problemas pessoais, ligados ao trabalho, ao bairro, à política, amadureciam e transformavam modos de pensar e agir.

Percebemos, então, que associar-se a um clube dramático amador significava muito mais do que contar uma história no tablado. Fazer e assistir teatro era parte da construção de um espaço para troca de experiências e vivências, compartilhamento de expectativas e problemas pessoais, ligados ao trabalho, à cidade, à política e mesmo à polícia; era uma forma de atuar na realidade, de modificá-la, de definir espaços e meios de ação, enfim, de construir sua cidadania. E nesse processo, a participação feminina era extremamente significativa e demonstra o papel fundamental da mulher nos clubes dramáticos amadores e na sociedade carioca.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

BASTOS, Sousa. *Carteira do artista*. Apontamentos para a História do Theatro Portuguez e Brazileiro – acompanhados de notícias sobre os principaes artistas, escriptores dramaticos e compositores estrangeiros. Lisboa: José Bastos Editor (Antiga Casa Bertrand), 1898.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura letrada, intelectuais e memórias populares. *In*: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. (org.). *Os intelectuais e a cidade – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

NUNES, Mário. *40 anos de teatro [1913-1920]*. Rio de Janeiro: SNT, 1956a. v. I.

NUNES, Mário. *40 anos de teatro [1921-1925]*. Rio de Janeiro: SNT, 1956b. v. II.

PAIXÃO, Múcio da. *O Theatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasília Editora, 1917 (Obra póstuma).

PENNA-FRANCA, Luciana. *Teatro amador no Rio de Janeiro*: associativismo dramático, espetáculos e periodismo (1871-1920). Teresina: Editora Cancioneiro, 2021.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista Tempo*, v. 19, n. 35, 2013.

REIS, Ângela de Castro. Aprendizado atorial em âmbito familiar: paralelos entre o "teatro antigo" e o circo tradicional no Brasil. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS, 28, 2015, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: ANPUH, UFSC, 2015.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O NOSSO FEMINISMO E A ARTE DE ENSINAR CRIANÇAS: professoras primárias entre práticas de controle e agências no Brasil Republicano (1900-1920)

Luara dos Santos Silva[1]

O feminismo das nossas patrícias e os enquadramentos de gênero

> *E n'isto – no ensinar crianças – se resume, por enquanto, o feminismo das nossas patrícias, contrastando com o das inglesas e americanas, que faz meetings de indignação para conquistar, por bem ou por mal, o direito de eleger, não o marido, mas o juiz de paz ou presidente da República*[2] [grifos no original].

A revista *O Malho*, periódico bastante popular no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX, costumava publicar charges satirizando a política e os intelectuais da cidade. Suas páginas traziam também fotografias, os chamados "instantâneos", retratando principalmente o cotidiano das camadas letradas. E o magistério primário, à época majoritariamente feminino, não ficou de fora desses registros: professoras das diferentes escolas existentes nos distritos escolares foram fotografadas, posando de modo harmonioso e ordeiro. Sob os títulos "Professoras Cariocas", "As nossas professoras", "Ensino Municipal" e "O nosso feminismo", essas publicações iam além do ato de retratar essas mulheres, pois reforçavam o bom comportamento e adequação à moralidade vigente.

É o caso do excerto transcrito no início desse artigo, no qual os autores associam feminismo – com o sentido de mobilização feminina – e o "ensinar crianças", em contraste com as mulheres americanas e inglesas que queriam conquistar "por bem ou por mal" o direito à participação na política oficial por meio do voto. Legenda e fotografia se complementam (Figura 1), qualificando positivamente as agências das "nossas patrícias" que se dedicavam ao ensino infanto-juvenil.

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH- UFF). Bolsista CNPq.

2 *O Malho*, Rio de Janeiro, ano VII, p. 37, n. 297, 23 maio 1908. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20190&pesq=%22O%20nosso%20feminismo%22&pagfis=11488. Acesso em: 16 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Figura 1 – O nosso feminismo

O NOSSO FEMINISMO

ESCOLA MODELO JOSÉ BONIFACIO — 1ª fila, da esquerda para a direita: professoras Maria Amelia de Lima, Maria Santos Reis Silva, Zelinda Rodrigues Silva, Maria Reis Santos (directora), Laura Villela, Ludovina Gomes Lobo e Maria Albertina de Mello. 2ª fila, na mesma direcção: professoras Maria Adelina Zumsteg, Isabel Gomes, Corina Cardim, Alice Zumsteg e Diamantina de Almeida. E n'isto — no ensinar crianças — se resume, por emquanto, o feminismo das nossas patricias, contrastando com o das inglezas e americanas, que faz *meetings* de indignação para conquistar, por bem ou por mal, o direito de eleger, não o marido mas o juiz de paz ou o presidente da Republica.

Fonte: *O Malho*, 23 de maio de 1908, p. 37.

As roupas claras e a luz refletida nelas, os cabelos presos, as mãos alinhadas, os olhares compenetrados e a ausência de sorrisos não deixam dúvidas acerca do que se pretendia transmitir através das professoras da Escola Modelo José Bonifácio: a tarefa do ensino, com ares de sacerdócio, reservaria às professoras um lugar de altivez acima das disputas mundanas e menos importantes como o exercício do voto, por exemplo. Como em outras publicações dos mesmos moldes, a autoria desse registro não é informada aos leitores – o que o converte em voz do periódico e não do indivíduo responsável pela fotografia. Era *O Malho*, assim como outras revistas ilustradas da época, que através dos seus editores e como voz da opinião pública estava afirmando e legitimando esse lugar reservado às professoras primárias cariocas.

De acordo com Lúcia Müller (1999, p. 64-95), as professoras foram alçadas às posições de "vestais da Pátria", educadoras por excelência e missão, "civilizadoras", dentre outros atributos relacionados aos ideais republicanos de ordem e progresso. Seria através dessas mulheres que se incutiriam nas novas gerações o "sentimento nacional", o "amor à pátria", o enaltecimento dos heróis – exatamente o que se pode depreender da publicação de 1908. As Escolas-Modelo, que não ultrapassavam o total de dez, recebiam maiores investimentos na estrutura do espaço físico, maior controle e cuidado quanto ao bom funcionamento e até mesmo melhores salários às professoras e diretoras mediante o pagamento de gratificações exclusivas. Os espaços que se convertiam em cartões-postais das festividades cívicas estavam majoritariamente localizados nos perímetros urbanos da cidade, ocupando um *status* acima das demais escolas urbanas e maior ainda das escolas suburbanas.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Por isso, é importante salientar que, embora tenha havido investimentos na construção de imagens e discursos universalizantes acerca da professora pública primária, a realidade cotidiana era diversa e multifacetada. Mas, guardadas as devidas proporções entre os diferentes níveis na carreira do magistério, um ponto em comum era fundamental às professoras das escolas-modelo e demais estabelecimentos escolares: elas precisavam rigorosamente serem professoras-modelo.

Desse modo, um conteúdo central para esse "nosso feminismo" exaltado por *O Malho* era a moralidade – sinônimo de qualidades como a honestidade e respeitabilidade. Por certo, a associação entre esses atributos e o magistério não foi invenção dos tempos republicanos, mas sedimentados ao longo do século XIX através de leis que buscavam controlar o ofício nesse processo paulatino de transformação do mestre-escola em professor público (SCHUELER, 2005, p. 336-337). Mas, os seus sentidos ganham contornos bastante específicos nessa sociedade que mirava o progresso e pautava-se em perspectivas biologizantes para justificar as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Assim é que, em novos tempos, alguns velhos conhecidos mantinham-se firmes na determinação das relações de poder entre alguns grupos sociais, mantendo no topo dessa hierarquia homens brancos e pertencentes às elites.

E a velha conhecida exigência de moralidade para o exercício do magistério, conjugada à moderna construção de imagens como a publicada por *O Malho*, seguia solidificando alguns mecanismos de controle sobre os corpos e comportamentos das mulheres professoras. As que, por vontade própria ou imposição da vida, ousassem contrariar as cartilhas correriam sérios riscos de terminarem exoneradas, como a professora Cecília de Menezes Campos. O pedido feito pelo Diretor Geral de Instrução Pública, Medeiros e Albuquerque, se reportava ao prefeito Francisco Pereira Passos nos seguintes termos:

> À vista das informações que têm chegado a esta Diretoria, quer por pessoas fidedignas, quer pelo Inspetor Escolar do 9° distrito, tenho a honra de propor a V. Excia a exoneração da professora elementar do 9° distrito, Cecilia de Menezes Campos. O Inspetor assevera, e há aliás disso numerosas testemunhas, que se trata de uma mulher extraordinariamente ignorante e incapaz de preencher os seus deveres. A isso que já seria o bastante para justificar a sua demissão, junta ela o fato de estar absolutamente desmoralizada no lugar onde habita, recusando-se os pais a mandarem as filhas à sua escola a vista da deplorável reputação que ela goza.
> (Saudações, o Diretor Geral – Medeiros e Albuquerque[3], grifos meus).

3 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). "Diretoria Geral de Instrução Pública", *Docentes (1900-1904)*, ITP 12.2.2, p. 190.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A solicitação, feita em 10 de março de 1903, foi prontamente atendida pelo prefeito Pereira Passos, que exonerou a professora Cecília Campos em 20 de abril do mesmo ano. A partir desse momento, ela deixaria de receber a subvenção mensal da prefeitura para a manutenção da casa e mobiliário escolar, além do seu próprio pagamento. Portanto, oficialmente ela deixava de ser uma professora habilitada ao magistério público devido a dois fatores: ignorância e a desmoralização onde habitava. A professora Cecília, segundo o julgamento do inspetor escolar, do Diretor Geral da Instrução Pública, do prefeito da cidade e das "pessoas fidedignas" que informaram às autoridades, não era inteligente tampouco honesta o suficiente para exercer o ofício.

Não apenas as autoridades municipais, mas pessoas alheias também contribuíram para a demissão da professora por ela não corresponder aos requisitos que lhe confeririam uma boa reputação. As tais "pessoas fidedignas" tinham alguma relação de vizinhança a ponto de terem informações capazes de minar a atuação profissional da professora Cecília. Embora em nenhum momento sejam explicitados os detalhes dessa falta de reputação, outras fontes nos contam sobre a existência de relação marital não oficializada com o artista Manoel Baptista, gerando uma filha em 1900[4]. No ano seguinte, ela seria mãe novamente, batizando o filho Joaquim, cujo pai não foi mencionado[5].

Assim sendo, a recusa dos pais em enviarem suas filhas à escola da professora tem relação direta à falta de enquadramento aos padrões de moralidade exigidos das mulheres, em especial das professoras. Haveria sérios riscos caso a escolha fosse viver segundo os próprios desejos, gerando desde a difamação local até a perda do meio de subsistência material. Assim, publicações impressas que exaltavam o "nosso feminismo", a supervisão dos superiores e a escuta atenta da vizinhança eram lembretes frequentes de que havia muitos olhos sobre si e dezenas de prescrições a serem seguidas caso o desejo fosse a consolidação na carreira e a manutenção da fonte segura de renda material.

4 Em agosto de 1900, Cecília De Menezes Campos, solteira, deu à luz a um feto de idade intrauterina de sete meses, do sexo feminino, cujo pai e declarante era Manoel Gomes Baptista, casado e artista (BRASIL. Rio de Janeiro. Registro Civil, 1829-2012, Rio de Janeiro, 12ª Circunscrição, Óbitos Abril/1899 a Janeiro/1901, imagem 112. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DYWP-8B?cc=1582573&wc=9GY3--168%3A113334201%2C163536902%2C164762001. Acesso em: 2 jul. 2021).

5 Em fevereiro de 1902, o menino Joaquim, nascido em novembro de 1901, era batizado na Paróquia de São Francisco Xavier, tendo por padrinhos Augusto Macedo Junior e Lucinda de Minerva Macedo. A única filiação registrada foi a materna, indicando-o como "filho natural de Cecilia de Menezes Campos", sendo ela a única filiação referida (BRASIL, Rio de Janeiro. Registros da Igreja Católica, 1616-1980, Rio de Janeiro, São Francisco Xavier, Batismos Fevereiro/1901 a Março/1902, imagem 121. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-W7XB-1?cc=1719212&wc=M6ZY-96D%3A131775101%2C131775602%2C142999201. Acesso em: 2 jul. 2021).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Imagens de controle e a confluência entre raça, gênero e posição social

As perspectivas lançadas sobre as mulheres configuram-se no que Patricia Hill Collins definiu como "imagens de controle", isto é, são definições externas às mulheres e que contribuem para a subordinação social desse grupo. Algo que Collins aponta e que é fundamental para a presente reflexão é a distinção entre as imagens de controle lançadas às mulheres brancas e às mulheres negras:

> De acordo com o culto da verdadeira condição de mulher, associado ao ideal tradicional de família, as mulheres "de verdade" tinham quatro virtudes fundamentais: piedade, pureza, submissão e domesticidade. As mulheres brancas das classes abastadas e da classe média emergente eram encorajadas a aspirar a essas virtudes. As afro-americanas se depararam com um conjunto diferente de imagens de controle (COLLINS, 2019, p. 140).

Consideradas as devidas especificidades de cada contexto histórico, podemos tecer um diálogo direto entre a teorização formulada por Collins e as relações de gênero na sociedade carioca no alvorecer do século XX. Aqui também estamos tratando de uma sociedade secularmente enraizada na escravidão negra e que, recém-saída desse sistema, experimentava processos de urbanização e modernização pautados em pressupostos cientificistas e em ideais de progresso. O principal pilar desses ideais era a crença na divisão da humanidade em raças que estariam hierarquicamente posicionadas, guardando relações de superioridade e inferioridade entre elas. Em nosso caso, uma dessas importantes especificidades diz respeito ao modo como se buscava demarcar os lugares de pessoas brancas e negras mesmo sem a existência de políticas oficiais de segregação racial.

No Rio de Janeiro dos primeiros anos republicanos, também estava em voga o pensamento médico-científico de que a mulher seria frágil, inferior aos homens, afeita ao amor e portadora de virtudes como a sensibilidade, a doçura e a indulgência, o recato e a submissão (SOIHET, 1989). Não estava dito que tais mulheres seriam apenas as brancas porque, no cotidiano das relações sociais, a brancura convertia-se naquilo que era universal, não racializado e do que não precisava ser dito. Era também o pensamento científico que buscava definir a mulher negra como lasciva, sexualmente desregrada e, portanto, fonte de mazelas sociais. Foram diversos materiais produzidos no âmbito dessa literatura médico-científica que, ao contrário do que se possa crer, não ficaram circunscritos aos limites dos gabinetes dos intelectuais que defendiam essas teses.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

É o caso da produção intelectual de José Veríssimo que, dentre outras funções de prestígio, foi diretor da Escola Normal – o lugar de formação das professoras cariocas. Propugnador de uma "educação nacional", ele afirmava que as mulheres em sua "natureza mais nervosa, de uma sensibilidade mais aguda", "menos consciente e mais volúvel" deveriam acessar tanto a educação quanto a instrução (VERÍSSIMO, 1906, p. 150). O objetivo, segundo ele, não seria fazer da mulher uma "sábia", mas permitir que ela não ignorasse alguns conhecimentos básicos da civilização, exercendo com qualidade os papéis de

> [...] mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra dos seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia da sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa, com todos os deveres correlativos a cada uma dessas funções (VERÍSSIMO, 1906, p. 153)

A concepção de Veríssimo sobre as mulheres, em perspectiva universal, era a de pessoas "volúveis", "sensíveis" e "nervosas", como "cientificamente provado", que poderiam ser aperfeiçoadas mediante os processos de educação e instrução. Essas ideias assentadas em perspectivas médico-científicas circulavam amplamente na sociedade urbana e cosmopolita da jovem capital republicana, sendo encontradas nos inúmeros anúncios, charges e demais conteúdos de revistas satíricas como *O Malho*. Lançando mão dessa mesma lógica cientificista, Veríssimo mobilizou outras imagens de controle em suas concepções acerca das mulheres negras:

> Não somente abolindo como degradando o trabalho, a escravidão consumou em nós a morte das energias, já enfraquecidas pelo clima e viciadas pela hereditariedade.
> Extinta a escravidão índia, <u>o africano alegre, descuidoso, afetivo, meteu-se com a sua moralidade primitiva de selvagem, seus rancores de perseguido, suas ideias e crenças fetichistas na família, na sociedade, no lar. Invadiu tudo e imiscuiu-se em tudo</u>. [...]
> As meninas, as moças, as senhoras tinham para os mesmos misteres, as <u>mucamas</u>, em geral <u>crioulas</u> e <u>mulatas</u>.
> Nunca se notou bastante a depravada influência desse peculiar tipo brasileiro, a *mulata*, no amolecimento do nosso caráter. Esse "fermento afrodisíaco pátrio", como lhe chama o Sr. Sylvio Romero, foi um dissolvente da nossa virilidade física e moral.
> Na família é a confidente da sinhá-moça e a amante do nhonhô. Graças principalmente a ela, aos quatorze anos o amor físico não tem segredos para o brasileiro, iniciado desde idade mais tenra na atmosfera excitante que lhe fazem em torno, dando-lhe banho, vestindo-o, deitando-o (VERÍSSIMO, 1906, p. 34-35, grifos meus).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Voltando-se ao recente passado escravista, Veríssimo afirmava uma série de estereótipos que continuavam atravessando as vidas de mulheres negras. As ideias de inferioridade racial do "africano alegre, descuidoso" e "selvagem" combinavam racismo e sexismo quando endereçados às mulheres por serem elas, em sua racista concepção, a "depravada influência" no caráter do homem brasileiro – amolecido pelo clima, pela raça, pela falta de trabalho e pela precocidade da vida sexual (VERÍSSIMO, 1906, p. 36). As imagens de "mucamas", "crioulas" e "mulatas" foram repetidamente mobilizadas na literatura médico-científica assim como na literatura ficcional, contribuindo para o fortalecimento das teses que afirmavam a inferioridade racial das pessoas negras.

Essas teses que articulavam gênero e raça para justificar a objetificação das mulheres negras não eram invenções de José Veríssimo, mas integravam o escopo de pressupostos que historicamente alimentavam o racismo e sexismo. Segundo Giovana Xavier, as produções literárias do oitocentos manipulavam imagens que hiper sexualizavam e objetificavam as mulheres escravizadas, convertendo-as em

> [...] metáfora da patologia, da corrupção e do primitivismo, configurando o corpo feminino negro como doente e, portanto, nocivo à saúde de uma nação em construção. [...] É dentro desse contexto que nasceram tipologias literárias como as da *bela mulata*, da *crioula feia*, da *escrava fiel*, da *preta resignada*, da *mucama sapeca* ou ainda da *mestiça virtuosa* (XAVIER, 2012, p. 67, grifos da autora).

A literatura ficcional e a médico-científica, cada qual à sua maneira, alimentavam e legitimavam uma série de estereótipos sobre as mulheres negras, fossem elas escravizadas ou não, congeladas no passado distante ou transeuntes entre a Escola Normal e as escolas primárias dos anos de 1900.

As publicações da imprensa também eram espaços de consolidação de imagens de controle que combinavam estereótipos raciais e de gênero. Em anúncios de produtos capilares e para a pele, publicados em diversos periódicos da cidade, localizei duas situações aparentemente opostas, mas que se complementam: de um lado uma infinidade de anúncios onde beleza, suavidade e brancura estavam diretamente vinculadas; de outro, produtos que prometiam resolver os problemas "até mesmo das pessoas de cor". É o caso dos produtos "Lugolina", "Lysodor" e "Pilofero", anunciados em jornais e revistas entre os anos de 1895 e 1930.

A "Lugolina" era um produto que prometia resolver o problema do "suor fétido dos pés e do sovaco" que "Não somente as pessoas de côr costumam sofrer desse suor no sovaco, mas também as pessoas brancas muitas vezes o

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

sofrem. Esse mal é às vezes tão persistente que resiste à maior limpeza”[6] (grifos meus). O “Lysodor”, vendido pelo mesmo preço, prometia um alisamento “por mais encrespados ou ondulados” que fossem os cabelos, transformando as madeixas “até mesmo em pessoas de côr!” (grifos meus)[7].

Já o “Pilofero” era anunciado como uma “assombrosa descoberta”, dominação da natureza pela ciência e a grande revolução: “Não há mais cabelos crespos (pixaim). Não se distingue mais as pessoas de cor pelos cabelos. Use o Pilofero!” (Figura 2)[8]. Adjetivos como “crespo”, “pixaim” e “encarapinhado” eram utilizados para desqualificar os cabelos de pessoas negras – um problema (sic) que seria cientificamente solucionado através de intervenções químicas que transformariam os fios em “cabelos lisos e sedosos”[9]:

Figura 2 – Anúncio de Pilofero

Fonte: A Noite, 11 de fevereiro de 1922, p. 5.

O texto e a imagem animalesca que compõem o anúncio não demonstram qualquer preocupação em oferecer produtos voltados especificamente às mulheres negras, tampouco em representá-las como seres humanos. A ideia do “cabelo bom” contrapõe-se aos cabelos crespos e pixains do mesmo modo que ciência e natureza são colocadas em lados opostos.

6 *Gazeta de Notícias*, 1900, p. 6.

7 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 1917, p. 7, grifos meus.

8 *A Noite*, Rio de Janeiro, 1922, p. 5.

9 *A Noite*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1922, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&pesq=%22Pilofero%22&pasta=ano%20192&pagfis=4882. Acesso em: 16 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Por fim, e como maravilhoso resultado da ciência, a possibilidade das "pessoas de cor" não mais serem distinguidas por seus cabelos, negando seus atributos de origem. Cabelo e cor da pele sempre foram marcadores centrais, servindo como ferramenta básica na identificação imediata das pessoas negras e, em uma sociedade racista, demarcando posições sociais a partir daí.

Os anúncios que exaltavam a "brancura da cútis", além de virem acompanhados por imagens de mulheres brancas, também faziam menção às "descobertas científicas" que garantiriam a eficácia do produto em fazer "a pele feia ficar *chic* e mimosa e a velha ficar nova e bela", clareando a cútis e realçando a beleza:

> Beleza Feminina – "Cutisol Reis"
> Produto Científico
> Extingue completamente as sardas, espinhas, cravos, panos, manchas, sem irritar a pele; faz a pele feia ficar *chic* e mimosa, e, a velha ficar nova e bela. Clareia a cútis, fixa o pó de arroz e realça a beleza. Os mais notáveis professores da Faculdade de Medicina atestam a sua eficácia no tratamento da cútis. Vide os atestados que acompanham as bulas. Toda pessoa que dele faz uso aparenta a mais bela juventude. [...]
> Encontra-se à venda nas principais Drogarias, Pharmácias e Perfumarias de São Paulo, Minas, Bahia e Rio de Janeiro[10].

A confluência dessas imagens de controle estabelecia um nexo entre os mecanismos de controle sobre mulheres brancas e as "de cor", impondo sobre as últimas o peso da combinação entre estereótipos raciais e de gênero. Superar tais imagens, mostrando-se como uma mulher bela e de boa cútis, tinha, portanto, o sentido de ser ou aproximar-se de melhores posições sociais, afastando-as da subalternidade e da pobreza.

Quando as professoras primárias eram alçadas à posição de mulher-ideal/ideal de mulher, elas também estavam se deparando com imagens de controle que podemos definir como a da "professora honesta". Aspectos como gênero, posição social, honestidade e boa conduta moral eram associados à importância das professoras na missão de instruírem a população. Distinção social e modelos de conduta feminina eram alimentados e convertidos em padrões que deveriam ser seguidos por outras mulheres. Aparentemente positiva, essa imagem de controle tinha o potencial de legitimar o poder e o controle masculinos sobre as vidas das mulheres. Na lógica das relações desiguais entre os gêneros, ocupar a posição de professora deveria ser a aspiração máxima

10 *O Malho*, Rio de Janeiro, p. 2, 6 maio 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20192&pesq=%22Cutisol%22&pagfis=46988. Acesso em: 16 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

das mulheres pertencentes aos círculos letrados e não o "direito de eleger o juiz de paz ou presidente"[11], como dizia o texto de *O Malho*.

As mulheres negras – pardas, mulatas, mestiças – pertencentes aos círculos letrados e que exerciam o magistério precisariam lidar com imagens de controle pautadas em gênero, raça e posição social, encontrando meios de escapar da objetificação e dos lugares de subalternidade. Suas vidas estiveram atravessadas pela histórica articulação entre racismo e sexismo que, como define Lélia González, "produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular" (GONZÁLEZ, 2018, p. 191).

Agências de professoras negras para além do controle

Como vimos, de forma geral, as mulheres negras enfrentavam uma série de estereótipos raciais e de gênero, que violentavam direta ou indiretamente as suas vidas. Contudo, embora o racismo fosse lançado a todas as mulheres negras, havia alguns contornos bastante específicos relacionados às posições sociais ocupadas. Uma mulher negra professora teria acesso a recursos materiais e simbólicos que as permitiriam algum distanciamento dos estereótipos. Uma mulher negra pobre, iletrada, que vivesse nos cortiços da cidade não teria acesso aos mesmos recursos – o que agravaria sua existência. Por isso, não vejo como um caminho válido a generalização das experiências e os sentidos conferidos a elas, tampouco invisto no equivocado caminho de medir qual forma de violência racial seria "mais branda" ou pior. Ao contrário, estou chamando a atenção às especificidades das experiências negras diante de outras camadas como gênero e posição social, engendrando distintas agências nos espaços públicos e privados.

E é exatamente sobre as agências das professoras negras que trataremos nesta seção. Até aqui discutimos sobre as práticas que visavam o controle do comportamento feminino e as formas pelas quais buscava-se legitimar a subordinação de gênero, mas o que havia para além do controle? A experiência de exclusão do magistério vivido pela professora Alice de Menezes Campos, uma mulher branca, é significativa para pensarmos sobre as agências femininas em meio às tentativas de controle sobre seus corpos e comportamentos. Na contramão do que era cobrado das mulheres, ela não desistiu de suas escolhas afetivas e pagou o preço por não agir em consonância à moralidade exigida das professoras primárias.

Porém, é importante dizer que nem todas as professoras agiram de modo disruptivo e em negação ao que se esperava delas. Ao contrário, muitas delas

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

11 *O Malho*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 297, 23 maio 1908, p. 37. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20190&pesq=%22O%20nosso%20feminismo%22&pagfis=11488. Acesso em: 16 ago. 2021.

cumpriram exatamente o que estava previsto no manual invisível de boas condutas, moralidade e de honestidade. Penso que essas experiências precisam ser recuperadas e compreendidas para além de mero e automático enquadramento feminino. E, especialmente quando se trata das professoras negras, essa adequação às normas ganha outros contornos porque, como vimos, os atributos de "doçura" e "sensibilidade" – e as ideias de moralidade – não eram associados às suas existências.

No interior dessas relações que envolviam controle e relações raciais e de gênero desiguais, as professoras negras que venho investigando teciam modos de ser e estar no mundo em completa harmonia aos parâmetros da moralidade e da honestidade: construíram relações matrimoniais oficiais, tiveram filhos e formaram famílias nucleares em que homens e mulheres cumpriam os papéis de gênero que lhes eram esperados, atuaram com esmero no ofício do magistério, apresentavam-se esteticamente como as professoras-modelo retratadas por *O Malho*. Uma dessas mulheres foi a professora Zulmira Augusta de Miranda: nascida na cidade do Rio de Janeiro em 1877, era filha de José Francisco de Almeida Miranda e de Augusta Miranda Lima. Não há fartos registros sobre sua infância e relação familiar, tampouco sobre seus pais. As poucas menções na imprensa da época registram o falecimento de sua mãe, em 1907, informam sobre o enterro e as missas realizadas para a "respeitável senhora"[12].

Décadas depois, em 1956, Zulmira teve sua biografia contada por Mariza Lira na coluna "Nossas Mestras"[13], contando aos leitores que a "Carioca de nascimento, [...] perdeu o pai bem pequena, tendo sido criada com ingentes sacrifícios pela mãe D. Augusta Miranda"[14]. O principal objetivo da coluna era contar ao grande público as biografias de mestras que fizeram parte do magistério carioca, reforçando sua importância para a história da cidade. Embora esse aspecto da vida privada tenha sido mencionado, a narrativa sobre Zulmira ficou centrada em sua formação escolar e na carreira iniciada após exame de suficiência em 1894 com a nomeação ao lugar de "professora adjunta das escolas primárias"[15]. A formação na Escola Normal, entre 1897 e 1900, teve de ser conciliada com o trabalho – o que tornou o curso noturno fundamental para que ela se diplomasse e alcançasse melhor situação no serviço público.

Mariza Lira conta ainda que, nos primeiros anos da carreira docente, enquanto atuava em uma escola na freguesia da Gávea, Zulmira

12 *A Notícia*, p. 3, 19 jul. 1907.

13 Trata-se de coluna publicada no "Segundo Caderno" do *Jornal do Brasil*, em 1956, de autoria da pesquisadora folclorista Mariza Lira. Ao longo das quase vinte publicações, a autora narrou biografias de professoras públicas primárias que atuaram na cidade do Rio de Janeiro desde fins do século XIX.

14 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 12 fev. 1956.

15 *Gazeta de Notícias*, p. 2, 13 dez. 1894.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> [...] teve de lutar para se tornar destacada, pois, sendo mestiça, tinha que impor as suas qualidades de ótima professora. Mas, simples, acessível, comunicativa, contornava as situações sem reclamações ou atritos. Era de uma habilidade e simpatia extraordinárias [...][16] [grifos meus].

Ser uma mulher mestiça, ou seja, alguém com origens negras visíveis e conhecidas, exigiu de Zulmira "impor suas qualidades de ótima professora" e ser extraordinariamente simpática e habilidosa nas relações interpessoais, contornando as situações "sem reclamações ou atritos"[17]. Para contornar a discriminação e impor o reconhecimento das suas capacidades intelectuais, foi fundamental se adequar à imagem da "professora honesta" e zelosa cumpridora dos seus deveres, dentre os quais os papeis de gênero atribuídos às mulheres. Contornar as situações de discriminação racial com certa leveza também a situava no lugar de mulher a ser respeitada porque tal conduta a aproximava dos ideais de sensibilidade, doçura, domesticidade.

Ao longo de toda a narrativa, Zulmira é descrita como alguém extraordinariamente competente e que, sem qualquer tipo de apadrinhamento, venceu por méritos próprios. A perspectiva do mérito é muito forte no artigo e o tom laudatório seguia o mesmo formato das demais biografias publicadas pela coluna "Nossas Mestras". Mariza Lira foi enfática ao narrar que "a professora cumpria com assiduidade impecável o dever de professora dedicada", vencendo "brilhantemente até o preconceito de cor". E vencer esse preconceito lhe permitiu ser "muito estimada" por todos, tendo por amigas e colegas "muita moça filha das mais distintas famílias"[18]. O auge dessas vitórias foi, segundo Lira, a designação para dirigir a Escola Modelo Benjamin Constant, uma das mais importantes do Distrito Federal – resultado do destaque alcançado pela "professora de cor"[19].

Ao ser promovida ao posto de catedrática e diretora da Escola Modelo Benjamin Constant em 1906, Zulmira Augusta de Miranda – autêntico exemplar da "professora-modelo" – chegou ao que poderíamos chamar de "topo do topo" do magistério público municipal. Além de melhor remuneração, seria possível angariar maior visibilidade e reconhecimento público das suas qualidades intelectuais. E importante resultado desse reconhecimento foi a designação para integrar o Conselho Superior de Instrução Pública Municipal

16 "Nossas Mestras". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1956, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&Pesq=%22Nossas%20Mestras%22&pagfis=59248. Acesso em: 16 ago. 2021.

17 *Ibidem*.

18 *Ibidem*.

19 *Ibidem*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

junto a outros membros como Olavo Bilac e Hemetério dos Santos. Formado por professores e professoras, inspetores escolares e autoridades na Instrução Pública, o Conselho se reunia em sessões que deliberavam sobre a adoção de livros escolares, a elaboração de concursos para o provimento de cadeiras vagas no magistério público primário, regimento interno das escolas e outros assuntos correlatos[20].

A atuação da professora Zulmira, como das demais professoras públicas, foi muito ativa e, devido à visibilidade alcançada, registrada com bastante frequência pelos principais periódicos da cidade do Rio de Janeiro. A coluna "Nossas Mestras", nos conta o quanto a "distincta educadora" e diretora da escola-modelo que homenageava Benjamin Constant (figura central no movimento republicano) se destacava nos círculos letrados da cidade. Localizada na extinta Praça Onze, a escola recebia normalistas que realizavam a disciplina de "Prática Escolar" – uma espécie de estágio que deveria ser cumprido ao final da Escola Normal. Além disso, foi palco para a realização de provas públicas, nas quais essas mesmas normalistas eram avaliadas por "mesas examinadoras das mais gradas personalidades do magistério". Zulmira integrou muitas dessas comissões, ao lado de figuras como Olavo Bilac e de "professoras famosas" como Olimpia do Couto e Ester Pedreira de Melo[21].

Uma das atividades realizadas no âmbito da Escola Modelo Benjamin Constant foi a festa "em comemoração ao natalício de seu glorioso e excelso patrono" em outubro de 1910. A celebração, segundo *O Paiz*, foi pomposa e contou com a participação das principais autoridades públicas: o prefeito Serzedello Correa, o Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Silva Gomes, o coronel Candido Rondon, a família Benjamin Constant "e muitos outros cavalheiros e numerosas famílias". Havia, dentre outras coisas, um altar cívico ornamentado e com um busto de Benjamin Constant cuja "guarda de honra" era realizada por "uma turma de alunas vestidas de branco, com uma faixa a tiracolo em que se lia o nome do glorioso patrono. A escola "dirigida pela distinta professora D. Zulmira Augusta Miranda" se preparou para "comemorar bem dignamente tão auspicioso acontecimento" – o que gerou grande repercussão e "agrupou em torno da imagem do grande república, lusíada corte de verdadeiros patriotas, republicanos da velha guarda, e moços enamorados do ideal sagrado e puro da República"[22].

Ainda de acordo com *O Paiz*, o encerramento do evento contou com a leitura, feita por duas alunas, diante do altar cívico, de "poesias patrióticas"

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

20 *Ibidem*, p. 1.

21 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 12 fev. 1956.

22 *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 de outubro de 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=%22Lysodor%22&pagfis=3991. Acesso em: 16 ago. 2021.

endereçadas ao patrono da escola e à bandeira da República. Houve também espaço para que a diretora Zulmira Miranda pronunciasse, "com voz vibrante e clara, aprimorada oração, cheia de amor e reconhecimento pela memória de Benjamin Constant, e palpitante de patriotismo e ardor cívico." O discurso foi encerrado sob uma "revoada de palmas, forte e vibrante", sendo seguido por outros atos solenes. A festividade no âmbito do espaço escolar foi encerrada após o discurso do prefeito Serzedello Correia, rumando todos os presentes ao cemitério de São João Batista para homenagearam o "túmulo sagrado de Benjamin Constant"[23].

A minuciosa narrativa feita pelo referido jornal transmite a dimensão do que foi a "divulgação da pátria e dos seus símbolos" nas escolas primárias da então capital federal – conforme analisado por Lúcia Müller. Segundo a autora, foi bastante fomentada a "formação da nacionalidade e de tudo que estava relacionado a essa formação, tais como sentimento nacional, a veneração dos heróis e símbolos pátrios [...]" e "À escola foi dada a tarefa de construir o sentimento e a identidade nacional [...]", cabendo à professora primária "dar vida a esses processos" (MÜLLER, 1999, p. 67; p. 200). Foi exatamente esse o papel exercido pela diretora Zulmira Augusta de Miranda que, através das linhas de *O Paiz*, recebeu destaque bem próximo ao que foi dado às autoridades municipais (e masculinas) presentes à solenidade cívica[24].

Como dito, por se tratar de uma Escola-Modelo havia muito mais holofotes e investimentos para que a coletividade escolar exercesse tais papéis – o que não deve ser generalizado, pois entre escolas urbanas e suburbanas, primárias e modelos, existiram muitas diferenças e desigualdades (SCHUELER; RIZZINI, 2019). Estar à frente desse tipo de estabelecimento de ensino permitiu à Zulmira Miranda maior reconhecimento decorrente da grande visibilidade, mas isso não afastava o risco de ser retirada desse lugar caso ela não fosse uma professora "extraordinária". Se não fosse uma professora-modelo, honesta e "extraordinária", suas origens negras e a condição de mestiça seriam facilmente acionadas como ocorrera, alguns anos antes, na escola da freguesia da Gávea.

Embora as narrativas recaiam sobre a figura de Zulmira Augusta, reforçando perspectivas de mérito e excepcionalidade, é importante dizer que mulheres como ela conseguiram acessar a instrução escolar, a diplomação e o lugar no serviço público também como resultado de suas redes familiares nucleares ou extensas. Em seu caso, a família nuclear resumia-se à sua mãe, Augusta Miranda, com quem viveu e dividiu as despesas do cotidiano até o ano de 1907. Além de sua mãe, as parcerias no magistério público primário

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

23 *Ibidem*, p. 2.

24 *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 out. 1910, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=%22Lysodor%22&pagfis=3991. Acesso em: 16 ago. 2021.

e o suporte afetivo de suas alunas também são elementos importantes nessa trajetória construída em meio ao preconceito de cor.

Importante elemento de composição da professora honesta e extraordinária, a estética adotada por Zulmira Augusta era exatamente a mesma portada pelas professoras retratadas por *O Malho* como as legítimas representantes do "nosso feminismo" (Figura 3).

Figura 3 – Fotografia de Zulmira Augusta de Miranda

Fonte: *A Cidade*, 25 dez. 1913, p. 8.

Apesar da baixa qualidade da fotografia, fica visível a harmonia entre o cabelo e a vestimenta, a ausência de adornos como colares e brincos, completados pelo olhar compenetrado e bastante sério. À época desse retrato, Zulmira Augusta já era diretora da Escola-Modelo Benjamin Constant, tendo conquistado respeito e reconhecimento. Portanto, a estética adotada em registros fotográficos e no próprio cotidiano da diretora escolar deveria ser condizente à função exercida, expressando prestígio, honestidade e moralidade. A expressão extremamente séria também deveria condizer com sua condição de mulher solteira e sem filhos, isto é, honesta e respeitável a despeito da ausência da figura masculina em sua vida. Ao não atender às cobranças sociais para contrair matrimônio e gerar filhos biológicos, Zulmira necessitava explicitar ainda mais a sua condição de seriedade, afastando qualquer possibilidade de ser ou parecer "desmoralizada no lugar onde habita" como ocorrera à professora Cecília de Menezes.

Uma leitura superficial pode nos levar a concluir que a trajetória da professora Zulmira Augusta de Miranda tenha se resumido aos enquadramentos de gênero e de posição social. Mas, a contrapelo, podemos enxergar que esse foi um importante caminho para o exercício de sua agência intelectual

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

e para o enfrentamento às perspectivas de inferioridade racial lançadas sobre a população negra. Além do reconhecimento público e do protagonismo em festividades cívicas, o magistério lhe conferiu a possibilidade de uma vida material segura e confortável – o que era prioridade para uma mulher que vivia às próprias expensas em vista de não ter se casado ou tido filhos.

Considerações finais

No Brasil Republicano, as vidas das mulheres estavam atravessadas por perspectivas biologizantes sobre gênero, raça e condição social. Mobilizadas individualmente ou em conjunto, essas camadas atuavam como mecanismos de controle sobre os corpos e os comportamentos femininos, atravessando as vidas de professoras de todas as cores e origens sociais. Para Cecília, Zulmira e outras tantas mestras estava posto que seguir à risca o conjunto de prescrições da cartilha das "professoras honestas" era uma questão de sobrevivência. Observar atentamente os códigos de conduta seria uma das chaves para a entrada e permanência no magistério público municipal. A história da professora Cecília de Menezes Campos mostra que o controle sobre os corpos e as escolhas femininas era o elo comum às vidas das mulheres pertencentes às camadas letradas.

No caso das mulheres negras – rotuladas ao seu tempo como pardas, pretas, mulatas e mestiças –, tais experiências possuíam outra camada ainda mais profunda de controle porque o sólido e secular preconceito de cor continuava alimentando visões e práticas racistas em seu cotidiano. Assim, ser uma mulher negra desviante das normas de moralidade funcionaria como a confirmação das perspectivas que combinavam racismo e sexismo. Por outro lado, para mulheres negras como Zulmira Augusta – cultas, instruídas e bem-vestidas –, abrigar-se nos lugares de professoras honestas e competentes convertia-se em importante meio para refutar o racismo sexualizado que as atravessava.

No alvorecer do século XX, as mulheres das camadas letradas encaravam interdições que iam desde o controle sobre suas escolhas afetivo-sexuais – e as pressões quanto ao casamento e à maternidade – à participação na política oficial por meio do voto. Gerenciar tais interdições, driblando-as aberta ou silenciosamente, exigia das professoras cálculos meticulosos sobre cada passo a ser dado. Nesse sentido, se adequar aos padrões de moralidade e honestidade não pode ser entendido como mera aceitação passiva e acrítica. Foi no bojo das articulações entre as práticas de controle que as professoras primárias da jovem capital republicana construíram suas agências cotidianas, atendendo ou não às prescrições sobre condutas impostas pela lógica patriarcal. Para as professoras negras, atender às exigências de ser e parecer moralizada foi o meio de afirmar a própria humanidade que a todo custo o racismo, chamado à época de "preconceito de cor", tentava lhes arrancar.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia González em primeira pessoa. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018 (Diáspora Africana).

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *As construtoras da nação*: professora primária na Primeira República. Niterói: Intertexto, 1999.

SCHUELER, Alessandra Martinez Frota de. "De mestres escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial". *Educação*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 333-351, maio/ago. 2005.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; RIZZINI, Irma. Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 160-175, 2019.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da "diferença": a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro do século XIX. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 67-83.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

É PELAS MULHERES BRASILEIRAS! Os sufragismos da poetisa Gilka Machado durante a Primeira República

Bárbara Freixo[1]

No dia 17 de Dezembro, de 1910, foi publicado no *Diário Oficial da União*[2] o estatuto do Partido Republicano Feminino (PRF). Estava ali o registro da primeira sociedade civil brasileira exclusivamente formada por mulheres, conforme estabelecido no artigo 2º do documento. O texto do estatuto contava com uma diversidade de posicionamentos que poderiam ser resumidos na busca pela integração das mulheres brasileiras à sociedade da Primeira República.

Destaca-se, nesse sentido, o parágrafo 2º do artigo 1º que coloca como objetivo explícito da associação feminina "pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século"[3].

A ata da reunião que operacionalizou a existência desta organização contou com a assinatura de 27 mulheres que ocupavam diferentes funções naquele contexto. Eram professoras, donas de casa e escritoras, em sua maioria. Dentre as quase 30 brasileiras signatárias do Partido Republicano Feminino, destacam-se dois nomes especialmente relevantes para os sufragismos brasileiros: Leolinda Daltro e Gilka da Costa de Melo Machado. Mais do que a presença atestada na reunião de fundação do PRF, as duas mulheres em questão ocuparam espaços de liderança na agremiação. Merecem, portanto, uma observação mais atenta.

Leolinda Daltro foi a primeira presidente do partido. Para além da luta feminista, tinha como pauta central laicizar a educação indígena para as diferentes etnias existentes no país. Chegou a ganhar o epíteto de "mulher do diabo" (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 370) pelas bandeiras e pelo posicionamento irredutível para o que considerava injusto. Gilka Machado foi secretária da organização. É considerada a primeira poetisa brasileira a escrever sensualidades e erotismos e, justamente por isso, pagou um preço alto diante de uma sociedade extremamente conservadora. Gilka defendia

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

2 Estatuto do Partido Republicano Feminino. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, p. 47, 17 dez. 1910, p. 47. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1796366/pg-47-secao-1-diario-oficial-da-uniao--dou-de-17-12-1910. Acesso em: 10 ago. 2021

3 *Ibidem*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

a liberdade feminina e a igualdade entre os sexos e, no mesmo ínterim, o sufrágio.

Os estudos sobre a conquista do voto feminino acabaram por privilegiar a figura de Bertha Lutz na condução desse processo. Há de se reconhecer a importância da bióloga na liderança da formação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e na própria conquista do sufrágio para as brasileiras. No entanto, considera-se de extrema importância conhecer diferentes atrizes políticas que, com atuações múltiplas, colaboraram para que, a partir de 1932, o voto feminino fosse, ao menos, uma possibilidade legal[4].

Nesse sentido, é possível observar o resgate da atuação de Leolinda Daltro que vem sendo feito especialmente por Mônica Karawejczyk a partir de sua tese de doutorado *As filhas de Eva querem votar*: *dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil* (2013). Gilka Machado, entretanto, segue sem destaque na luta pela emancipação feminina na historiografia. É praticamente nulo o reconhecimento de suas lutas e contribuições.

O presente artigo pretende compreender a relação da autora com a luta sufragista e mapear, ainda que de modo breve, sua atuação na busca pela emancipação feminina. Serão utilizadas fontes diversas, como jornais e revistas de tendências políticas distintas, documentos, poemas e as próprias memórias da escritora apresentadas em uma pequena, mas relevante autobiografia, publicada em 1978, e em uma entrevista concedida à filha, Eros Volúsia (1980).

Para alcançarmos os objetivos pretendidos, será necessário contextualizar a(o) leitora(r) sobre a vida e um pouco sobre a obra da autora. Da mesma maneira, é considerada fundamental uma breve análise sobre a questão do voto feminino no Brasil da Primeira República para que possamos compreender os limites e as possibilidades de atuação da literata.

Gilka Machado: a poetisa insubmissa

Gilka Machado nasceu em 1893 na cidade do Rio de Janeiro e morreu em 1980 no mesmo município. Não havendo nada de muito diferente no curso costumeiro dos acontecimentos, casou-se jovem, aos 17 anos. Em 1910, ano de formação do Partido Republicano Feminino, passou a viver com o também poeta Rodolpho Machado e, com ele, teve um filho, Hélios (1912), e uma filha, Heros (1914). Segundo sua autobiografia, a poetisa teria "cedido" rapidamente ao amor e ao sexo (SILVA, 2007).

4 É sabido que o Código Eleitoral de 1932 possibilitou o voto feminino, no entanto, somente a partir de 1946 que o voto feminino se tornou obrigatório e, portanto, passou a ser efetivo.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Publicou seu primeiro livro, *Cristais Partidos*, em 1916, além de outros sete títulos com uma grande quantidade de poesias inéditas. As temáticas da autora eram variadas: amor, natureza, amizade, saudades, cotidiano e a própria existência. A escritora teria escrito seu primeiro poema aos 12 anos, segundo suas próprias memórias. Para ela, a sua veia poética teria surgido a partir de um sentimento imperativo, de um "transbordamento de emoções e sensações e a necessidade de desabafar" (VOLÚSIA, 1983, p. 161).

Gilka é considerada, por muitos, uma autora simbolista, ainda que não seja um recorte unânime entre os estudiosos (STEFFEN, 2019). A própria poetisa não se identificava somente com o simbolismo. Em uma entrevista conduzida por Eros Volúsia, sua filha, demonstrou se associar, por exemplo, à escola modernista:

> – Dizem que você é uma poeta simbolista. Talvez a única do gênero no Brasil, mas eu conheço bem toda a sua obra e acho que ela abrange todos os gêneros, inclusive os seus últimos são de caráter bem atual.
> – Atual talvez não seja, mas eu fui a primeira poetisa a abranger a então poesia moderna e que já envelheceu (VOLÚSIA, 1983, p. 161).

Ao caracterizar sua poesia, é perceptível que a literata não tinha interesse em se associar exclusivamente à nenhuma escola literária. Sinalizou que sua poesia é "sentida, vivida; cada um dos meus poemas gravam um momento alegre ou triste da minha existência" e complementa "eu nunca escrevi pensando em gênero poético, pois sempre que me vem inspiração não penso em gênero ou escolas, escrevo o que penso e coloco no gênero mais apropriado" (VOLÚSIA, 1983, p. 162).

A despeito dessa discussão, as razões das grandes polêmicas envolvendo a autora passaram mesmo é pelo caráter sensual de sua escrita e pelas denúncias sobre a condição das mulheres no Brasil da Primeira República. Gilka insistiu em questionar os moralismos e os conservadorismos de seu tempo, causando grande impacto na sociedade carioca. Sua escrita denunciante das prisões sociais femininas levou-a a ser percebida, dentre outros vocativos pejorativos, como "uma revoltada completa[5]".

As críticas intensamente vivenciadas pela chamada "Matrona Imoral", como alcunhou o literato Afrânio Peixoto ao ler o primeiro livro de Gilka Machado, tratavam mais da mulher do que da poetisa. Até mesmo nos escritos elogiosos, o fato da autora ser do sexo feminino influenciava a forma como os leitores consumiam sua poesia e criticavam suas palavras. A título de exemplo, o ensaísta e jornalista José Joaquim Medeiros e Albuquerque, ao ter em suas

5 A Noite, Rio de Janeiro, p. 2, 8 out. 1916.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

mãos um exemplar de *Cristais Partidos*, sinalizou, no jornal *A Noite*, que quase não abriu o livro pela bela foto na contracapa, afinal, não seria possível que "a autora fosse bonita e, além disso, boa poetisa"[6].

Para além das muitas críticas negativas sobre a obra de Gilka, é importante dizer que ela também foi reconhecida por grandes nomes da literatura brasileira em momentos diferentes. Lima Barreto, contemporâneo da autora, no jornal *A imprensa*, destacou que o periódico "em seu último concurso literário revelou o (nome) de uma poetisa de verdadeiro talento: Gilka Machado"[7]. Olavo Bilac, outro contemporâneo, segundo as memórias da autora, teria oferecido prefaciar seu primeiro livro diante da relevância de suas palavras (MACHADO, 2017).

Jorge Amado teria afirmado, em 1977, que assim que tomou conhecimento da mudança do estatuto da Academia Brasileira de Letras, que havia passado a aceitar mulher em seus quadros, que "entre as escritoras brasileiras, nenhuma merece tanto quanto a cara amiga" (MACHADO, 2017, p. 39).

Já Carlos Drummond de Andrade, em razão do falecimento da autora em 1980, escreveu o artigo chamado "Gilka, a Antecessora". Em uma notícia de meia página no *Jornal do Brasil*, o poeta apontou que a autora teria sido a "primeira mulher nua da literatura brasileira" e que as "mulheres que gozam hoje de plena liberdade literária para cantar as expansões do instinto e as propriedades eróticas do corpo deviam ser gratas a essa antecessora [...] pobre que ganhava a vida com esforço"[8].

Em 1923, Rodolpho Machado faleceu. Apesar de sinalizar que o marido seria tão pobre quanto ela, a condição de viuvez piorou radicalmente a situação social da escritora. Para criar os filhos e sustentar também sua mãe, Gilka precisou trabalhar como diarista na Estrada de Ferro da Central do Brasil. Apesar de empregada, a poetisa assinalou em suas notas autobiográficas que "o salário não supria nem um terço das despesas das crianças" (MACHADO, 2017, p. 14-15).

Graças ao apoio do também poeta Pereira da Silva na obtenção de crédito financeiro, Gilka conseguiu abrir uma pequena pensão que reunia hospedaria e culinária, no bairro de São Cristóvão, situado na cidade do Rio de Janeiro. Era localizada na Rua São José, no segundo andar de um estabelecimento, onde ela própria seria a cozinheira (SILVA, 2007).

As muitas críticas que se abateram sobre a autora devem ser compreendidas também a partir do lugar social ocupado por ela: uma mulher, viúva, mãe de dois filhos, moradora do subúrbio e consideravelmente pobre que,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

6 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1916, p. 2.
7 *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1911, p. 2.
8 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1980, p. 36.

apesar dos desafios impostos, escrevia sobre desejos e erotismos femininos. Da mesma maneira, precisamos compreender em qual contexto a obra da autora e as críticas sobre sua escrita foram produzidas.

Um breve comentário sobre a questão do voto nos primeiros anos do Brasil República

A república brasileira foi proclamada em 1889, ou seja, quatro anos antes do nascimento de Gilka Machado. O regime incipiente se caracterizou por rupturas, mas, também, por continuidades políticas, econômicas e culturais com o sistema monárquico outrora substituído. Uma das inovações do período foi a instauração do voto universal a partir da consolidação da Constituição de 1891.

Uma universalidade curiosa, vale dizer, já que, até a década de 1930, o modelo eleitoral conseguiu ser mais excludente do que o voto censitário do Império Brasileiro (DINES; FERNANDES; SALOMÃO, 2001, p. 140). Para ter-se uma ideia, a primeira eleição, em 1894, contou com a participação de somente 2,2% da população brasileira (CARVALHO, 2001). Os analfabetos não estavam contemplados como cidadãos políticos e, igualmente, as mulheres seguiam sem seu espaço de representação.

Observar o artigo 70 da primeira constituição republicana ajuda a compreender os limites da universalidade do voto:

> Art. 70 – São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.
> § 1º – Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:
> 1º) os mendigos;
> 2º) os analfabetos;
> 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
> 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.
> § 2º – São inelegíveis os cidadãos não alistáveis[9].

Como se pode notar, o artigo 70 é o responsável por designar os votantes e os não votantes dentre os chamados cidadãos políticos brasileiros. Percebe-se, assim, a exclusão de grande parte da população. Os debates acerca da

9 BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1891. Seção I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

definição dos eleitores brasileiros na formação da Constituição de 1891 foram intensos. O tema do sufrágio feminino e consequentemente da emancipação política da mulher estiveram constantemente presentes naquelas reuniões.

Mônica Karawejczyk (2013, p. 79) destaca que seria então a primeira vez que a questão do sufrágio feminino era "posta em discussão de modo mais sistematizado e por iniciativa dos próprios congressistas". É preciso pontuar, no entanto, que os debates na constituinte não partiram dos interesses masculinos, são frutos dos acalorados posicionamentos de mulheres brasileiras que pleiteavam maior integração na sociedade, inclusive pela via eleitoral. De outro modo, correríamos o risco de sugerir, como a pesquisadora Sônia Maria D'Alkmin, que "a luta pelo voto feminino no Brasil, ao contrário dos outros países, foi uma iniciativa masculina" (D'ALKMIN; AMARAL, 2006, p. 4). Excluindo, assim, décadas de lutas femininas.

A discussão sobre a participação política das mulheres foi polêmica. Parte dos congressistas era favorável à extensão da cidadania ao sexo feminino, mas havia aqueles que o rejeitavam por completo, como Lauro Sodré e Barbosa Lima. Cesár Zuma, político e participante da constituinte também era apoiador da causa e sinalizou a necessidade do voto universal para a república recém-formada. Afirmou: "tão universal que até as mulheres se estenda o direito de tomar parte no "festim político". Outros apoiadores famosos foram Lopes Trovão, Nilo Peçanha e Saldanha Marinho[10].

A pacificação da questão, no entanto, coube ao deputado Almeida Nogueira que era, inclusive, favorável ao voto feminino:

> Eu não vejo que seja necessário em nosso direito público, uma disposição especial estabelecendo a capacidade política da mulher vista como a Constituição do projecto não restringe seus direitos. Se as mulheres não são eleitoras é porque não lhes aprás o exercício dessa função cívica![11]

Esse parece ter sido o representante que amansou a discussão sobre o sufrágio feminino (KARAWEJCZYK, 2013). Nogueira teria afirmado, no pleito, que o artigo 70 não determinava quaisquer proibições ao voto feminino, além disso, sinalizava que a formulação "cidadãos", esse plural masculino, era utilizada por "convenção gramatical", mas que também incluiria as patrícias, não havendo necessidade para aquelas discussões arraigadas. Sobre essa questão, esclarece Rachel Soihet:

> Sabiam os legisladores que se fosse argumentada a fórmula masculina empregada no direito eleitoral, ter-se-ia, igualmente, que isentar às

10 *A Noite*, 14 de novembro de 1927, p. 1.

11 *Ibidem*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> mulheres de obrigações civis ou de responsabilidade criminal, porque as leis penais sempre se referem aos delinquentes e criminosos e não às delinquentes e criminosas (SOIHET, 2000, p. 4).

Na prática, algumas mulheres, como a já citada Leolinda Daltro e a advogada Myrthes de Campos, que buscaram o alistamento eleitoral alicerçadas na prerrogativa da ausência de sua categoria nos excluídos do voto, tiveram seu requerimento negado. Por fim, o artigo 70 apresentou uma formatação interpretativa, já que não era expressa, na Constituição de 1891, a possibilidade do sufrágio feminino. Enfim, Nogueira e outros legisladores acabaram constituindo um modelo de voto impreciso, tal qual sinalizou Soihet:

> Não ousou, porém, a referida Assembleia expressar claramente o direito eleitoral às mulheres, numa época de tantas restrições à sua participação, por outro lado, não permitiu, porém, a Constituinte que esta concessão fosse assinalada, "expressamente a cidadãos varões", como em alguns estados da União Norte-Americana. Infere-se, portanto, que optou a citada Assembleia por uma fórmula vaga, imprecisa que impediria fosse contestada, radicalmente, a capacidade política das mulheres (SOIHET, 2000, p. 99).

Após o desfecho impreciso da Constituição de 1891, a questão do sufrágio feminino só figuraria novamente e de modo institucionalizado na década de 1910, com o Partido Republicano Feminino (KARAWEJCZK, 2013).

Gilka Machado e o Partido Republicano Feminino

A primeira aparição pública de Gilka Machado em jornais e revistas ocorreu quando a autora tinha 14 anos. A poetisa participou de um concurso de contos ganhando menção honrosa com a obra "O Poeta e a Dor"[12]. No entanto, de modo sistemático, as primeiras notícias sobre a autora na imprensa carioca estão relacionadas à sua atuação política. Gilka foi cofundadora e primeira secretária do PRF.

O voto feminino só foi conquistado nacionalmente no Brasil em 1932[13]. Dessa maneira, tratar da existência de um partido político composto

12 *Gazeta de Notícias*, ed. 161, 10 jun. 1907, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pagfis=14983&pesq=gilka. Acesso em: 11 ago. 2021

13 Ratifica-se a questão nacional do voto feminino pois é de importância destacável o caminho paralelo tomado pelo Rio Grande do Norte no que tange ao sufrágio feminino. O Estado não só foi o primeiro do país a acatar o voto feminino, em 1927, mas também foram duas potiguaras, Celina Guimarães e Júlia Alves Barbosa, as primeiras mulheres a votarem na república. Já Luiza Alzira Soriano foi a primeira mulher latino-americana a ser eleita para um cargo do executivo, se tornando prefeita do município de Lages também no Rio Grande do Norte eleita em 1928.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

exclusivamente por mulheres, já que era expressamente vedada a participação feminina, pode causar algum estranhamento. Como destacou Céli Pinto "devemos ter presente que um partido político é uma organização de um grupo de pessoas que propõe à sociedade um programa para chegar ao governo por meio de eleições". Desse modo, o partido republicano feminino "pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos" atuaria de uma maneira extremamente própria (PINTO, 2003, p. 18).

As mulheres que organizaram e fundaram o PRF, dentre elas Gilka Machado, escolheram forjá-lo como partido. Eram conscientes de suas ausências de direito. Mas, a partir dessa escolha, que é em si política, pretendiam expor que não só representavam as causas femininas, como também pleiteavam ocupar o espaço público a elas negado historicamente desde o período colonial. Como destacou Kellen Jacobsen Follador:

> [...] desde o período colonial a exigência de submissão, recato e docilidade foi imposta às mulheres. Essas exigências levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo sempre totalmente submissa a ele (FOLLADOR, 2009, p. 8).

O voto feminino era uma dentre as tantas bandeiras e demandas de emancipação feminina das mulheres organizadas em torno do PRF. Elas buscavam a inserção da mulher na sociedade e na política brasileira, mas também sua independência política, educacional, cultural e financeira, conforme exposto no estatuto do regimento partidário.

Gilka Machado, na qualidade de secretária do partido, protagonizou cenas interessantes. Chamo atenção para o ano de 1911 quando a autora, mesmo antes de ser reconhecida publicamente como poetisa, foi recebida no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, que era a sede do governo federal, pelo então presidente Hermes da Fonseca para tratar das demandas do PRF[14].

Gilka Machado também compunha os quadros do jornal *A Faceira*. Publicou no ano de 1913 um artigo intitulado "Uma glória para a mulher brasileira (*sic*)". Nele, destaca a intelectualidade feminina e ressalta a importância da associação de mulheres representadas pelo Partido Republicano Feminino: "Até mesmo na política nossas patrícias fizeram um ensaio que foi quase um triumpho. Na última questão das candidaturas presidenciais fundou-se aqui na capital um partido, que em menos de seis meses, conseguiu obter três mil sócias"[15].

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

14 *A Notícia*. ed. 220, 19-20 set. 1911, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/830380/17989?pesq=gilka. Acesso em:11 ago. 2021

15 *A Faceira*, ed. 27, out./nov. 1913, p. 5-6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/347906/1142?pesq=gilka. Acesso em:11 ago. 2021

A frente do PRF, Gilka Machado foi também vice-diretora da Escola Orsina da Fonseca, no bairro da Tijuca (Rio de Janeiro). Fundada em junho de 1910, a escola substituiu o antigo instituto de profissões femininas existente até então no mesmo local. O nome da escola é uma homenagem à primeira-dama da República, Orsina da Fonseca, presidente honorária do PRF. O objetivo da escola era ensinar "instrução teórica e prática profissional e artística" para as mil e quinhentas "senhoras e senhoritas" inscritas na sede. Cinco anos depois, entretanto, Gilka deixou o secretariado do partido e se demitiu da vice-direção da escola[16].

O voto feminino é para as outras

As razões para a saída de Gilka do PRF ainda não são totalmente claras. É possível que se relacione ao ônus da produção de seu primeiro livro, ou então com as dificuldades de conciliar a maternidade, o casamento e a profissão literária com tantos eventos e aparições públicas exigidas pelo partido. De todo modo, por mais que a autora não continuasse a responder em nome do Partido Republicano Feminino, não deixou de ser vista como uma representante da luta pela emancipação e equiparação social e política das mulheres aos homens e, portanto, pela conquista do sufrágio das brasileiras.

Esse grau de representatividade pode ser exemplificado a partir de uma entrevista concedida ao jornal *A Época* em 15 de junho de 1917[17]. Naquele contexto, o deputado Mauricio Lacerda, a pedido do PRF, recuperou o debate acerca do voto feminino no Congresso Nacional. O deputado apresentou um documento redigido pelo partido no qual era citado o caso de Izabel de Mattos Villon, a primeira mulher brasileira a votar, ainda em 1880. Tendo se formado em odontologia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a brasileira recorreu ao artigo 4º da Lei Saraiva que estipulava que seriam eleitores "todos diplomados por qualquer faculdade do império". Assim, Izabel teria obtido o título de eleitora no Rio Grande do Sul, em São José do Norte. Sinalizavam as partidárias que, diante desse caso, o arcaico império poderia ser visto de modo mais progressista do que a nova república instaurada[18].

Sobre a retomada do assunto Gilka apontou:

16 *O Paiz*, ed. 9510, 19 out. 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/3996?pesq=Partido%20Republicanofeminino. Acesso em: 11 ago. 2021. *Jornal do Brasil*, ed. 289, 15 out. 1910, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/4618?pesq=Partido%20Republicanofeminino. Acesso em: 11 ago. 2021

17 *A Época*, ed. 18000, 16 jun. 1917, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/720100/14346?pesq=a%20mulherbrazileiraeodireito. Acesso em: 11 ago. 2021.

18 *Annaes da Câmara dos Deputados*, ed. 0010, 22 dez. 1916, p. 205. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/060917_03/76070. Acesso em: 11 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> O voto feminino! Estava eu longe de supor que num paiz tão atrasado relativamente às ideias de liberdade feminina houvesse alguém capaz de propor uma lei discutida e reprovada em países adiantadíssimos, como a Inglaterra, onde a mulher activa e culta, pensa e age livremente no caminho do direito... Acho que a mulher tem o direito e a necessidade de occupar todos os cargos que o homem ocupa, de acordo sempre com a sua competência e vocação.
> [...] a tão falada incapacidade da mulher para as funções políticas fica reduzida a uma simples questão de costumes, que estamos no dever de modificar, desde que com isso venhamos concorrer para melhorar o nosso destino de povo.
> [...] Não sei de inferioridade physica nem moral ao sexo que pertenço. Sei apenas que com a civilização a mulher foi oprimindo o corpo ao preceito elegante do espartilho e espartilhou a alma com preconceitos... No Brazil já há mulheres que não se conformando com a existência parasitária de odaliscas desse disfarçado sutão que é o homem moderno, estudam em academias, trabalham nas oficinas e repartições... A educação feminina é muito necessária em beneficio social de qualquer paiz.

E segue:

> Detesto a política. Com todas as legalidades não me seria agradável nunca uma cadeira na Câmara, mas não posso desconhecer o direito que tem de aspirá-la todas as senhoras que sintam tendências para tão tristes carreiras. Não pretendo votar nem ser votada. Louvo, contudo, a iniciativa de Mauricio de Lacerda[19].

É, no mínimo, interessante a fala da poetisa. Há uma afirmação categórica de que detestaria política. Isto vindo da mesma mulher que foi cofundadora de um partido e vice-diretora de uma escola. A autora, que se fez presente em diversas manifestações e circulou pelos corredores do Palácio do Catete e que é a mesma que utilizou sua escrita com um grau de militância observável, busca na entrevista se afastar das querelas políticas. Seria essa uma das contradições da escritora?

Não cabe descartar que essa posição não seria em si uma contradição, mas também é razoável caminhar por outros vieses de análise. Poderia uma mulher pobre ver algum sentido na representação política? Poderia uma mulher pobre que escrevia sobre tudo e, também, sobre sensualidades, e que era tão rechaçada publicamente admirar ou ter qualquer tipo de fé ou utopia na política?

19 *A Época*. ed. 17900, 15 jun. 1917, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/720100/14346?pesq=a%20mulherbrazileiraeodireito. Acesso em: 11 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Seriam ainda os poucos anos de atuação frente ao PRF que colaboraram para essa descrença na coisa pública? Seria fruto da ausência de representatividade de uma república que nasceu de um golpe de Estado e com as portas fechadas para as mulheres? Nesse mesmo sentido Gilka questionou: "Por que num governo que prega a igualdade, como o republicano, não lhe é lícito (à mulher) aspirar ao poder supremo?"[20].

São mesmo muitas as interpretações possíveis. Dentre elas, a que aqui destaco envolve a análise da vida e da obra da autora. São várias as marcas de desconfiança e de afastamento em relação aos homens e ao mundo masculino. Seria razoável Gilka se mostrar confiante e identificada em relação a essa tal política intrinsecamente masculina? A esse mundo "público" que tanto a defenestrou por sua temática de escrita?

Em um de seus poemas mais famosos, "Ser mulher", escreveu:

> Ser mulher,
> desejar outra alma pura e alada para poder,
> com ela, o infinito transpor; sentir a vida
> triste, insípida, isolada buscar um
> companheiro e encontrar um senhor [...] (MACHADO, 2017, p. 131).

A autora nos coloca que ser mulher é buscar um "companheiro" e nele encontrar um "senhor", ou seja, trata da submissão que invade as questões e a condição feminina. Essa parece uma possível resposta para entendermos que a aversão à política se relacionava ao ambiente amplamente masculino que reforçava a suposta inferioridade feminina. Assim, podemos concluir que o ódio à política seria uma rejeição a esse mundo predominantemente masculino?

Ainda nesse sentido, no poema "Ânsia Azul" percebe-se que a autora só se entende plenamente livre quando afastada da "velha sociedade" e do "jugo atroz dos homens" quando diz: "E que gozo sentir-me em plena liberdade, longe do jugo atroz dos homens e da ronda da velha Sociedade. A messalina hedionda que, da vida no eterno carnaval se exibe fantasiada de vestal" (MACHADO, 2017, p. 56).

Para alargar ainda mais as possibilidades de interpretação, destaco uma passagem de um artigo escrito pela autora onde afirma: "Quanta utilidade teria, não só para o sexo, mas também para a família, a presença de algumas mulheres discutindo e votando na Câmara e no Senado. Mas quanta exploração, quanto torpeza victimará a mulher, si só lhe for permitido votar no homem.". Dessa maneira, relaciona a validez da conquista do voto feminino à elegibilidade das mulheres brasileiras, de outro modo, ao seu ver, o sufrágio redundará

20 *A Faceira*, 6 nov. 1913, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/720100/14346?pesq=a%20mulherbrazileiraeodireito. Acesso em: 11 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

em exploração. A autora conclui afirmando que a proposta do voto feminino deveria conter: "será apenas válido o voto da mulher para a mulher"[21].

Pode parecer pouco concreto falar na luta sufragista de Gilka Machado sendo que ela própria sinalizou que detestava a política e também que não pretendia "votar nem ser votada"[22]. No entanto, o sufragismo não está envolto, necessariamente, na prática do voto e sim na luta pelo mesmo[23]. A atuação da poetisa, e suas falas, estão justamente na compreensão pessoal de que um dos meios para a conquista da emancipação feminina, da integração da mulher à sociedade e da busca da igualdade em relação aos homens era o poder decisório no âmbito da coisa pública.

Cabe dizer que o posicionamento de Gilka Machado não era partilhado por todas as mulheres cariocas. Dentre as próprias sufragistas existiam muitas divergências, vale sinalizar. Aquelas que utilizavam um tom moderado, por exemplo, observavam a fala da poetisa como um extravasamento radical. Leonor Rodrigues Bastos, sufragista contemporânea da autora, era uma dessas mulheres e chegou a declarar que as palavras de Gilka eram "amargas" e que sua colocação "falava contrariamente a maioria das mulheres brasileiras"[24].

Havia, por outro lado, mulheres que não concordavam sequer com a participação política estendida às patrícias. Em resposta às declarações de Gilka, em *A Época*, Carolina Lobato, professora e leitora do jornal, declarou sua rejeição por completo à ideia do sufrágio feminino, rechaçando igualmente o posicionamento de nossa autora: "sou contra, terminantemente contra. Que da política cuidem os homens. A nós, o lar. O santuário do lar. Com espelhos, porque uma mulher sem encantos é como uma flor sem perfumes, em que pese a Sra. Gilka Machado"[25].

O embate entre Gilka Machado e Carolina Lobato no periódico é mais um elemento para observar quando acatamos o sufragismo de Gilka. Apesar de se declarar "infensa a política" a autora buscou a emancipação feminina pelas suas letras e poemas, mas também atuou politicamente em nome da

21 *A Época*, ed. 17900, 15 jun. 1917, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/720100/14346?pesq=a%20mulherbrazileiraeodireito. Acesso em:11 ago. 2021.

22 *A Época*, ed. 18000, 18 jun. 1917, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/720100/14346?pesq=a%20mulherbrazileiraeodireito. Acesso em:11/08/2021

23 O termo sufragismo é utilizado largamente em textos ibero-americanos e passa a compor a escrita brasileira de modo mais recente. Trata da utilização do sufixo "ismo" com o intuito de sistematizar a atuação de mulheres em busca pelo sufrágio feminino. Apresenta ainda definição em dicionário digital. Cf. SUFRAGISMO. *In*: *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa* [onl-ine]. Porto: Porto Editora. Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/sufragismo. Acesso em: 10 ago. 2021.

24 *A Época*, ed. 1804, 20 jun. 1917, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/720100/14378?pesq=gilka. Acesso em:11 ago. 2021.

25 *A Época*, ed. 1802, 18 jun. 1917, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/720100/14363. Acesso em:11 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

conquista da igualdade jurídica entre homens e mulheres. Assim sendo, "pelas mulheres brasileiras", se posiciona politicamente e publicamente favorável ao sufrágio, por "grande amor à causa, à mulher" que julga "digna de gozar dos mesmos direitos dos homens":

> Formosa criatura! Quando atendi ao honroso pedido d'a Época, emitindo a minha opinião sobre o direito do voto feminino, jamais pensei que a tua cabeça lindamente ôca se enchesse então de zangas contra meus conceitos de observadora. Não supus também ter que gastar o meu precioso tempo na escripturação destes vocábulos para esclarecimento de tuas ideias. Embora exerças o magistério e tenha obtido consórcio muito vantajoso, falei sem intenção de alvos, analisando a nossa bruta e pervertida sociedade. Que interesse teria eu no assunto a não ser o grande amor à causa, à mulher que julgo digna de gozar os mesmos direitos que o homem goza?[26]

O código civil de 1916: as prisões sociais e a desigualdade jurídica entre homens e mulheres

A busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres na Primeira República do Brasil passou, sem sombra de dúvidas, pela questão do sufrágio. Essa, aliás, foi a bandeira central das mulheres ativistas do período. No entanto, cabe dizer que o desequilíbrio jurídico entre os sexos era muito maior do que a paridade política em eleição ou elegibilidade.

Gilka Machado, ao destacar que gostaria que homens e mulheres gozassem dos mesmos direitos, referia-se à questão do sufrágio, mas não se limitou a ele. Para além de criticar as desigualdades, a autora escrevia em seus poemas sobre as prisões sociais de seu tempo. Para ela, ser mulher era um fardo tão pesado de se carregar que era preferível deixar de pertencer ao sexo feminino como sinaliza no poema "Ânsia Azul":

> De que vale viver trazendo, assim, emparedado o ser? Pensar e, de continuo agrilhoar as ideias dos preceitos sociais nas torpes ferropeias; Ter ímpetos de voar, porém permanecer no ergástulo do lar sem a libertação que o organismo requer; ficar na inércia atroz que o ideal tolhe e quebranta... Ai! Antes pedra ser, inseto, verme ou planta do que existir trazendo a forma de mulher... (MACHADO, 2017, p. 56).

Gilka em suas poesias apresentava muitas críticas às ausências de liberdade às quais as mulheres brasileiras conviviam. A própria noção do papel

26 *A Época*, ed. 1806, 22 jun. 1917, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/720100/14395?pesq=gilka. Acesso em: 3 mar. 2019.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

social da mulher articulado à maternidade e ao "ergástulo do lar" eram consideradas prisões por nossa autora, que criticava o engessamento dos hoje conhecidos papéis de gênero.

As pesquisas sobre desigualdade jurídica entre homens e mulheres na Primeira República apontam também para os códigos jurídicos da época, como o Código Civil de 1916. As amarras socioculturais que levavam a uma condição feminina de prisão, como a assinalada constantemente por nossa autora, influenciaram e foram influenciadas pela legislação:

> Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:
> I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos (arts. 154 a 156).
> II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.
> III. Os pródigos.
> IV. Os silvícolas[27].

A partir do Código Civil de 1916 fica estabelecido que, com o casamento, a mulher passaria a ser juridicamente "incapaz", ou seja, aquela que não poderia autonomamente tomar decisões sobre sua própria vida. Desloca-se a autonomia feminina e vontade própria à permissividade de seu cônjuge, colocando subordinada também no ordenamento jurídico. Para além do artigo 6º, destaco o artigo 233 que estabelece que o homem é o "chefe da sociedade conjugal" competindo a ele "o direito de autorizar a profissão da mulher" e a "sua residência fora do tecto (sic) conjugal".

Outro artigo que merece nossa atenção é o 242, que reafirma a tendência das ausências de liberdade quando trata do que a mulher não pode fazer "sem a autorização do marido". Para finalizar, põe-se em observação o artigo 380, no qual há a naturalização do poder masculino e, portanto, da vigência da família patriarcal: "Durante o casamento, exerce o pátrio poder o marido, como chefe da família e, na falta ou impedimento seu, a mulher."

Se na Constituição de 1891 nem sequer aparecem os vocábulos "mulher", "cidadã" e "esposa", no Código Civil de 1916 – que foi substituído somente em 2002 –, a fórmula imprecisa não foi utilizada. Tratou-se de especificar juridicamente a inferioridade e submissão das mulheres brasileiras. Gilka escreveu seu primeiro livro no ano em que se discutiu as bases do código, 1915. *Cristaes Partidos* (1916) foi publicado no ano do início da vigência da legislação em questão. Em relação a sociedade da Primeira República, a cultura patriarcal do período e a própria legislação, poderia a poetisa sentir-se livre? Sendo esses pilares tomados de um universo de poder masculino, poderia Gilka ter apego pelo mundo da política?

27 BRASIL. Lei nº 3.071, 1 jan. 1916. Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acesso em: 12 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Uma breve percepção final

Falar de "origens" em uma pesquisa histórica é de uma complexidade gritante e, muitas vezes, pouco relevante para compreender processos tão dinâmicos e fluidos. No entanto, vale destacar que o tema do sufrágio femino é mais antigo do que parece. É possível mapear posicionamentos pelo sufrágio feminino ainda em meados do século XIX. Cristiane de Paula Ribeiro[28], historiadora brasileira, se debruçou sobre um rico documento de 1868 chamado *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*.

O tratado, em formato de manifesto, foi produzido durante o Brasil radicalmente patriarcal, escravocrata e imperial e questionava as razões para que as mulheres brasileiras não podiam ter acesso à educação igualitária e à cidadania política. A emancipação feminina esteve até mesmo em suas discussões embrionárias, entrelaçada ao voto como é apresentado ao longo do documento de 144 páginas. Destaco a primeira frase dessa fonte intrigante: "a mulher nasceu livre, a mulher geme em ferros" (A.R.T.S., *apud* DE PAULA RIBEIRO, 2017, p. 318)[29].

As trajetórias das mulheres que foram atravessadas pela luta sufragista é assunto inacabado na pesquisa histórica, de certo, como quase todos o são. O que é possível compreender é que existem muitas mulheres, muitas histórias e muitos distintos sufragismos a serem observados e pesquisados. Sufragismos, assim, no plural, pois não há dúvidas que a luta pelo voto feminino no Brasil apresentou nuances diferentes.

Os estudos inaugurais sobre a questão são de destacável apresentação. Colocaram um assunto desprezado pela historiografia tradicional na rota da História das Mulheres e das Relações de Gênero e mesmo da História Política e republicana. Se fizeram dando centralidade a grandes personagens como Bertha Lutz, Josefina Álvares de Azevedo e, mais recentemente, Leolinda Daltro. Outro ponto de relevância nas obras de autoras célebres como Rachel Soihet e June Harner é o caráter institucional da luta pela participação política que, de fato, é de extrema importância nesta análise.

No entanto, o caminho estando aberto, é razoável e desejável que se multipliquem as atrizes sociais que estiveram relacionadas direta ou indiretamente, de modo "contraditório" ou supostamente "coerente", com as causas políticas femininas. Outrossim, é interessante que se alarguem as possibilidades de compreensão do que são os sufragismos brasileiros e de que modo foram experimentados e pensados por cada personagem.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

28 Durante o mestrado realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, a autora esmiúça o documento e descobre sua autoria, até então assinalada como "A.R.T.S". Trata-se de Anna Rosa Termacsics.

29 O documento encontra-se disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6702. No entanto, como se trata de um achado de Cristiane De Paula, coube a citação indireta através do texto da autora.

Gilka não deixou de atuar em relação às institucionalidades correntes, através do PRF, mas se destaca porque, mesmo após o distanciamento da agremiação, continuou em uma espécie de cruzada pessoal em relação a conquista do voto e da emancipação feminina. A autora, com caneta e o papel, escrevia sobre a precária condição feminina do mesmo modo que bradava as liberdades que almejava para ela e para as outras. A luta sufragista de Gilka, tal qual a de outras mulheres brasileiras, era mais do que política. A partir do que escrevia e das entrevistas concedidas, parecia entender que o voto era uma importante parte na escalada da possibilidade de "ser livre enquanto mulher". Naquele contexto, a luta pelo sufrágio pareceu o meio mais evidente de conquistar a tão cantada e planejada liberdade. Talvez aquelas mulheres, como a própria poetisa, tenham se decepcionado de sobremaneira ao perceberem que as amarras se reinventariam, se reinventam e se renovam. Assim, de um jeito ou de outro, após quase um século ainda seguimos buscando essa tal liberdade.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos – FGV*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996.

D'ALKMIN, S. M.; AMARAL, S. T. A conquista do voto feminino no Brasil. *ETIC*, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006. Disponível em: http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1219. Acesso em: 17 jun. 2021.

DE PAULA RIBEIRO, Cristiane. A discussão sobre sufrágio em circulação nas páginas femininas durante o segundo reinado do império brasileiro. *Ars Historica*, n. 15, p. 315-333, 2017.

DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan; SALOMÃO, Nelma. *Histórias do Poder*: Militares, Igreja e Sociedade Civil – 100 anos de política no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2000. v. 1.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. "A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental". *Revista Fato & Versões* (Mato Grosso). v. 1, n. 2, p. 3-16, 2009.

FREIXO, B. R. A. *Intimidade Política*: uma análise dialógica do infinito particular de Gilka Machado (1916-1930). 2019. 123f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar*: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. 398f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MACHADO, Gilka. *Poesia Completa*. Organização Jamyle Rkain. Prefácio de Maria Lúcia Dal Farra. São Paulo: V. de Moura Mendonça, Livros, 2017. 440 p. (Selo Demônio Negro).

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SCHUMAHER, Maria Aparecida; BRAZIL, Erico Vital (org.). *Dicionário mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade-biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SILVA, Soraia Maria. *Poema dançando*: Gilka Machado e Eros Volúsia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, p. 97-117, 2000.

STEFFEN, Ana Cristina. Gilka Machado e o simbolismo. *Revista Garrafa*, v. 17, n. 48, p. 8-21, 2010.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O PROTAGONISMO DA ARTISTA JÚLIA MARTINS: questões de raça e gênero no teatro de revista carioca (1890-1932)

Juliana da Conceição Pereira[1]

No dia 14 de outubro de 1932, na coluna "Teatro e Música" do jornal *Diário da Noite*, saiu um informe sobre o falecimento da atriz Júlia Martins. Além de uma foto da artista, o texto descrevia um pouco sua trajetória artística, afirmando que:

> Faleceu ontem à noite, em sua residência a rua do Lavradio n. 70, a atriz Júlia Martins, uma figura que passou pela cena brasileira marcando-a com um vivo traço, tal foi o êxito que sempre obteve. Júlia Martins apareceu cantando o "couplet" nos "cabarets", com tanta graça e brejeirice que logo os empresários a foram buscar para o teatro. Em pouco ela se impôs tornando-se uma das mais queridas "estrelas" de revistas. [...] Era Júlia Martins uma morena de olhos grandes, muito simpática e de tipo elegante. O seu sucesso no palco, como atriz fez vibrar as plateias; fora do palco, como mulher provocou paixões, havendo na sua história casos de amor com personalidades de destaque que são verdadeiros romances[2].

Foram vários os jornais cariocas que noticiaram o falecimento da atriz[3]. Ela foi vítima de um ataque cardíaco, e embora estivesse longe dos palcos há anos, os jornais trataram de prestar homenagens a uma das "mais queridas estrelas" do teatro de revista.

As várias homenagens feitas à Júlia Martins tinham em comum a afirmação de que ela era uma artista morena ou "mulatinha" com ar gracioso[4]. Noticiavam, ainda, que ela obteve sucesso nos palcos atuando em famosas revistas nas décadas de 1910 e 1920.

Segundo as informações, Júlia Martins tinha 40 anos quando faleceu. Não se casou e nem teve filhos. Durante a sua vida, dedicou-se a cuidar da

1 Doutora pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.
2 *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 14 out. 1932, p. 5.
3 *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 out. 1932, p. 8.
O Radical, Rio de Janeiro, 15 out. 1932, p. 7.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 out. 1932, p. 15.
A Batalha, Rio de Janeiro, 18 out. 1932, p. 4.
4 *Diário da Noite*, Rio de Janeiro,14 out. 1932, p. 5.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro,15 out. 1932, p. 8.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

mãe enferma e, após o seu falecimento, a artista se afastou dos palcos. O crítico teatral Alvarenga Fonseca afirma que, após sair do teatro, Júlia Martins dedicou-se a realizar pequenos serviços domésticos[5].

Acompanhando as descrições sobre a artista na imprensa ao longo das primeiras décadas do século XX, podemos perceber que a mestiçagem de Júlia Martins era constantemente narrada nas notícias sobre a sua atuação e eram positivadas por vários sujeitos dos setores letrados que escreviam sobre o universo teatral. Nas descrições sobre Júlia Martins estavam as marcas de várias opressões que estruturavam a sociedade brasileira: os estereótipos de classe, de gênero e de raça também eram reproduzidos no palco. Entretanto, dentro dessa estrutura complexa, vários sujeitos encontraram diferentes meios de organização de estratégias de sobrevivência e de luta por respeitabilidade.

Dessa maneira, o objetivo do presente artigo é, a partir da trajetória artística de Júlia Martins, analisar as negociações e as estratégias acionadas por artistas não brancas na indústria de entretenimento. É propósito deste estudo, também, analisar o modo como a mestiçagem tinha múltiplos significados no campo cultural.

Júlia Martins, uma artista de sucesso

Júlia Martins nasceu na Capital Federal, provavelmente na década de 1890. De acordo com os jornais, ela começou a atuar nos palcos ainda criança, fazendo parte do elenco de algumas companhias infantis. Já na fase adulta, integrou várias companhias teatrais dos teatros Apolo, Rio Branco, República, São Pedro e São José. Chegou a atuar, ainda, na posição de primeira atriz da Companhia São José, o que lhe proporcionou ser protagonista de várias revistas, tornando-a uma artista de sucesso.

Os papéis interpretados por Júlia Martins concentravam-se sempre em mulatas ou morenas. Em outubro de 1914, por exemplo, na revista *O Batuta*, do autor Cardoso de Menezes em cartaz no teatro Rio Branco, sua personagem era a "mulata brasileira"[6]. Já no ano de 1915, interpretou, entre várias mulatas, a personagem "Juvelina mulata" na revista *Rainha Mãe*, de Abadie Faria e Rosa e Arlindo Leal, no teatro São Pedro[7]. Conforme apontou o jornal *Correio da Noite*, "Júlia Martins fez a mulata Juvelina com plena aceitação. Graciosa e conhecedora profunda desses papéis, deu vida ao mesmo, conquistando muitos aplausos"[8].

A revista *Fon-fon* possui um registro de Júlia caracterizada como Juvelina. Na imagem, podemos perceber a construção de uma sensualidade pela

5 *A Batalha*, Rio de Janeiro, 18 out. 1932, p. 4.
6 *Gazeta de Notícia*, Rio de Janeiro,14 abr. 1914, p. 3.
7 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1915, p. 11.
8 *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1915, p. 4.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

vestimenta transparente com algumas partes do corpo bem-marcadas, como os seios, a cintura e o quadril. O figurino também era composto de acessórios nos braços e na cabeça (Figura 1)[9].

Figura 1 – Júlia Martins como Juvelina em Rainha Mãe

Fonte: Fon-fon (1915).

Em abril do mesmo ano, Júlia ainda interpretou Benvinda Mulata na remontagem da peça *Capital Federal*, de Arthur Azevedo. Foi em 1915 também que Júlia Martins atuou na revista *Cabocla de Caxangá*, de autoria de Gastão Tojeiro. Na ocasião, a interpretação da artista foi muito elogiada pela imprensa e, durante muitos anos, foi citada como a "criadora incomparável da Cabocla de Caxangá"[10].

Antes de se tornar peça de teatro, *Cabocla de Caxangá* era uma canção cuja autoria foi atribuída a Catulo da Paixão Cearense e a João Pernambuco. A música foi cantada em bailes de carnaval e virou paródia para alguns foliões, além de ter sido incluída em várias peças de teatro. Mas foi a gravação da canção no ano de 1913, pela Odeon, com os cantores Eduardo das Neves, Baiano e a própria Júlia Martins, somada à atuação da atriz em 1915, que permitiram a construção de uma associação direta entre a personagem da cabocla e a artista.

As mulatas interpretadas por Júlia Martins eram sempre muito elogiadas, as descrições sobre as suas interpretações tinham em comum a afirmação de que a artista tinha naturalidade em atuar como mestiça por ser "morena". Era o que afirmava, o *Jornal do Brasil* em janeiro de 1915:

9 *Fon-Fon*, Rio de Janeiro,13 mar. 1915, p. 44.

10 *D. Quixote*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1919, p. 43.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> A Sra. Júlia Martins não andou a estudar um tipo. Sorridente, uma das mãos num bolso, o andar mole e cheio de langor, a provocação do olhar brejeiro, fiel encarnação da mulata brasileira. Tudo nela é natural; entra, canta com voz muito clara, em que transparece o acento malicioso, e sai com a mesma graça e o mesmo ar de provocante indiferença e desdém que sempre foi o mais característico elemento de sedução das mulheres destas paragens[11].

Considerada a "fiel encarnação da mulata brasileira", todas as características mencionadas no trecho – o "andar mole" e lento, o "olhar brejeiro", a malícia e provocação – remetem à ideia de sensualidade que se consolidou na definição do estereótipo da mulata (CARVALHO, 2016). Nota-se que, ao afirmar que Júlia "não andou a estudar um tipo", o trecho se assemelha com o elogio já mencionado de que a artista interpretava com "naturalidade", sugerindo, assim, que Júlia Martins não precisava se dar ao trabalho de criar uma personagem, pois ela seria a própria personificação de uma ideia construída. Ao afirmar que "quando se vê Júlia Martins, logo se vê a mulata" fica evidente uma tendência, que ainda hoje persiste, em enxergar mulheres negras como iguais, portadoras de condição moral e de certos atributos físicos e morais que lhes seriam inatos e imutáveis (PEREIRA, 2020).

Nesse período, o termo mulata aparecia muitas vezes como uma forma pejorativa de chamar as mulheres mestiças (ABREU, 2004). Esse discurso vinha principalmente das teorias raciais que trabalhavam com a ideia de que a mestiçagem era responsável por supostos prejuízos físicos e morais que, no caso das mulheres mestiças, recaiam em uma série de estereótipos erotizados e sensuais. A suposta sensualidade transcrita nos corpos dessas mulheres transpunha-se para as suas danças. No campo do entretenimento, reproduzia-se o estereótipo da sensualidade nas canções, no teatro de revista e na literatura.

No entanto, a sexualização da figura da mulata também estava sob disputa, havia uma pluralidade de posições em relação à mestiçagem. Ao lado das políticas de embranquecimento da população e das teorias de inferioridade das pessoas miscigenadas, diferentes intelectuais reconheciam e valorizavam a mestiçagem na produção cultural nacional (ABREU; DANTAS, 2011). A positivação de um corpo mestiço feminino nos palcos ficava evidente nas descrições sobre Júlia Martins. Essas ambiguidades faziam parte da arena de disputas em que a mestiçagem estava inserida.

No ano de 1914, um crítico da *Gazeta de Notícias*, ao descrever sobre a personagem "mulatinha" na revista *Chô Mosca*, de Cardoso de Menezes, sublinhou que a artista conseguiu dar a "materialização perfeita da espécie social, fazendo viver em cena a nossa verdadeira mulata"[12]. De modo muito

11 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro,17 jan. 1915, p. 10.

12 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1º abr. 1914, p. 3.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

próximo, no mesmo ano, a coluna "Palcos Salões" do *Jornal do Brasil*, ao tratar da revista *Corta Jaca*, afirmava que Júlia Martins encarnou o que se convencionou chamar o "brasileirismo de mulata brasileira"[13]. A imagem positiva atribuída à mestiçagem no palco ganhou forma nas descrições sobre Júlia Martins. Nesse sentido, o corpo mestiço deu origem à brasilidade, indicando a construção no palco de uma identidade cultural que partia da ideia de unidade entre diferentes sujeitos (CARLONI, 2019).

Quanto mais era elogiada nos jornais, mais personagens que representassem o estereótipo da mulata eram escritas exclusivamente para Júlia Martins. A artista, de fato, foi ganhando certa projeção artística, a sua fotografia estampou duas capas de revistas teatrais, o que não era comum para artistas que eram declaradamente mestiças. De acordo com Orlando de Barros, no começo do século XX, alguns artistas não brancos obtiveram "popularidade e destaque no meio artístico". Entretanto, parecia haver uma resistência ao artista negro ou mulato no palco em papéis de destaque. Alguns artistas conseguiram romper essa barreira. Como exemplo, o pesquisador cita a dançarina Bugrinha e, para a década de 1920, a artista Júlia Martins (BARROS, 2005).

Na foto da Figura 2, Júlia Martins aparece sorridente[14]. A imagem adquiriu uso publicitário, sendo utilizada na divulgação do produto "Juventude Alexandre", que prometia atuar no crescimento dos cabelos, contra os cabelos brancos e contra a caspa. A fotografia também foi utilizada como ilustração nas homenagens feitas à artista no seu aniversário. Imagens de Júlia Martins figuravam principalmente em revistas de teatro. Embora fosse uma artista de sucesso, a sua imagem não circulou em revistas ilustradas como *O Malho* e a *Revista da Semana*.

Figura 2 – Júlia Martins, 1919

Fonte: Blog Arquivo Marcelo Bonavides, 2020.

13 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1914, p. 9.

14 Imagem publicada em: "Grandes cantoras, grandes mulheres". Blog Arquivo Marcelo Bonavides (Estrelas que nunca se apagam). Disponível em: https://www.marcelobonavides.com/. Acesso em: 3 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Além de atuar em peças, podemos ainda mencionar a presença de Júlia na indústria fonográfica como intérprete de várias canções, sendo uma das pioneiras a gravar discos. Foi contratada pela Victor Record, gravando canções em parceria com João Barros, como a canção *Capital Federal*, em 1907. Também gravou pela Odeon duetos com os cantores Bahiano, Eduardo das Neves e Tomás de Souza. Júlia Martins gravou, sozinha, sucessos do carnaval, tal e qual a canção *Caraboo* do ano de 1913 (Figura 3)[15]. Sua "voz atraente" era descrita como uma das qualidades da artista que cantava nos palcos teatrais e ainda conseguiu se inserir na indústria fonográfica[16].

Figura 3 – Disco Caraboo

Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles

Mas o sucesso artístico de Júlia Martins não deixou de ser marcado por disputas e negociações em todos os momentos. Um dos casos mais visíveis dessas negociações ocorridas se deu em maio de 1917, na revista *Adão e Eva*, de Avelino de Andrade e de José Nunes, encenada no teatro São José. Um dos personagens da peça era a África, que à princípio deveria ser interpretada por Júlia Martins, mas, conforme os jornais do período, a artista se recusou a atuar no papel e a personagem ficou a cargo de outra atriz, Dolores Lopes.

Os editores do *Jornal de Teatro e Sports*, que já não tinham muito apreço pela atriz, afirmavam que a recusa foi por "pretensão", mas que como era uma artista mulata "poderia apresentar-se despida, porque seria a completa vitória do preto!"[17]. Júlia Martins ainda participou da revista com outro personagem:

15 Imagem publicada em: Discografia Brasileira – Instituto Moreira Salles (IMS). CARABOO. Intérprete: Julia Martins. Compositor: A. Albuquerque. *Odeon Record*, Rio de Janeiro, 1913. 1 disco. Disponível em: https://discografiabrasileira.com.br/. Acesso em: 3 ago. 2021.

16 *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1914, p. 4.

17 *Jornal de Teatro e Sport*, Rio de Janeiro,11 maio 1917, p. 11.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

a Ásia, mas se recusou a fazer a África. Em uma das sessões da peça, Júlia chegou a ser vaiada por possíveis fãs da artista Dolores Lopes que acreditavam haver rivalidade entre as duas artistas[18]. A personagem África foi representada em *blackface*, sendo caracterizada de modo estereotipado, com uma maquiagem toda preta, com contas e com roupas nada elegantes. A recusa de Júlia Martins pode ser um indício de que a artista não se permitia ser apenas mais um elemento no palco, mas que sua atuação se dava a partir de seus próprios termos.

De igual modo, fica notável que as várias mulatas interpretadas pela artista carregavam o estereótipo de uma imagem de sedução. Todavia, os requebros, as músicas de duplo sentido, a linguagem corporal, aspectos que eram pensados originalmente do ponto de vista de consumo masculino, foram ressignificados por Júlia Martins, possibilitando uma outra forma de se inserir no universo artístico. Como demonstrou Martha Abreu em estudo sobre os músicos negros Eduardo das Neves e Bert Williams, artistas negros "apresentaram e representaram uma identidade negra não mais aprisionada às máscaras dos *blackfaces*". Embora não conseguissem estar totalmente livres de imagens de inferiorização da população negra e de estereótipos relativos à mestiçagem, esses cânones foram "arduamente negociados, ressignificados e subvertidos por esses artistas" (ABREU, 2017).

Em meio a um universo teatral que pensava a presença feminina de modo estereotipado, Júlia Martins usou o palco como importante caminho de afirmação de respeitabilidade. Ela sabia que representar esses papéis era uma das poucas formas de estar nos palcos. Ciente do sucesso da mulata, a artista transformava as personagens, a partir de suas próprias estratégias e visões de mundo, em sucesso de público.

Ainda que as performances fossem construídas do ponto de vista masculino, mulheres como Júlia Martins encontraram caminhos de luta e subversão. Para artistas, mestiças vindas das classes menos abastadas, estar no palco, em papéis de destaque, era quase impensável. O caminho possível de ação para as artistas mestiças perpassava pelo mercado que criava estereótipos constantemente. Ao atuarem nesses personagens, artistas como Júlia Martins, a partir de suas performances, os transformava dentro de suas possibilidades, ainda que não chegasse a romper totalmente com as imagens associadas às negras e às mestiças.

Mestiçagem nos palcos

Nas narrativas, não havia dúvidas sobre a origem mestiça de Júlia Martins. Em maio de 1916, por exemplo, no jornal humorístico *O Rio Nú*,

18 *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1917, p. 3.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

afirmava-se que "Júlia Martins – não é loira como a Cinira [Cinira Polônio] nem retinta como o Benjamin de Oliveira, 'o pau para toda obra' do Circo Spinelli – é o que o povinho carioca apelida com chiste, de café com leite"[19].

O uso do termo "café com leite" é uma explícita referência à mestiçagem. O café escuro somado ao claro do leite sugere uma imagem de hibridez que seria original e poderia ser positiva (DANTAS, 2007). Assim, Júlia era reconhecida, por parte de seus contemporâneos, como uma artista "mulata". Entretanto, as percepções sobre mestiçagem eram ambíguas, ao mesmo tempo em que a mestiçagem de Júlia Martins era positivada, isso não excluía, do meio, a utilização de expressões e adjetivos de cunho racista.

Em dezembro de 1919, a coluna "Estrela e Canastrões", do periódico *D. Quixote*, ao descrever a artista, afirmava que: "começando por ser feia, Júlia Martins tem outras qualidades. Ela é a mais brilhante intérprete da mulata. Nos dengues e nos requebros, ao som de um batuque qualquer, ninguém ainda venceu"[20]. Nota-se que a descrição de Júlia Martins ressaltava os seus atributos de sensualidade, os "dengues" e os "requebros", elogios que apareciam constantemente associados às mulatas. Contudo, não de beleza, muito pelo contrário, Júlia é chamada de feia. Essa caracterização se ressalta, ainda, na caricatura, que acompanhava o texto, de autoria de Cecília Porto (Figura 4).

Figura 4 – Júlia Martins, caricatura por Cecília Porto

Fonte: D. Quixote (1919).

19 *Rio Nú*, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1916, p. 7.

20 *D. Quixote*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1919, p. 43.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A caricatura foi feita a partir de uma imagem de Júlia Martins que circulava em várias revistas teatrais. No entanto, os traços faciais foram exagerados, tornando-se quase que grotescos. O nariz foi alargado e o olhar nos traz uma ideia de infantilidade. A imagem foi concebida em diálogo com o texto que afirmava ser Júlia Martins uma mulher feia.

Além da descrição em *D. Quixote*, na coluna "Perversidades", do *Jornal do Teatro e Sports*, encontramos vários ataques à Júlia Martins. Cabe explicar ainda que, como o próprio nome da coluna exprime, vários artistas eram citados ali de maneira negativa e perversa. Brigas nos bastidores, relacionamentos amorosos e atuações dos artistas eram noticiados sempre de modo sarcástico. Entre os anos de 1914 e 1917, Júlia Martins era mencionada como a "atriz cinzenta", por utilizar muito pó de arroz para supostamente parecer branca em cena. A edição do dia 16 de junho de 1917 afirmou que:

> Quem a vir alvadia na cena.
> Muito embora branquinha pareça.
> Se fitar de perto a pequena,
> Notará na epiderme morena,
> Cor cinzenta, dos pés à cabeça[21].

Semanalmente a artista era chamada de "cinzentinha" ou "cinzenta". Os adjetivos apareciam mais de uma vez em uma mesma edição. Segundo a coluna, Júlia Martins tinha pretensões de ser vista como uma mulher branca. A edição do dia 23 de junho de 1917 foi taxativa:

> Quem desejando ser branca.
> As pretensões alimenta.
> De pós de arroz se atravanca,
> Nos desesperos se tranca,
> Por não passar de Cinzenta![22]

Esses ataques constantes à aparência de Júlia Martins no palco apontam para as complexidades que envolviam a mestiçagem na indústria cultural carioca. As disputas sobre a presença mestiça se davam em todos os âmbitos e envolviam diferentes sujeitos sociais. Além da pele, também encontramos críticas ao cabelo de Júlia Martins na mesma coluna: "Dizem que se a sra. Júlia Martins tem pouco cabelo é devido ao abuso do uso de ferro de alisar, de que faz constante uso, porque quando nasceu trazia basta cabeleira e bem encaracolada. Portanto não é 'rata pelada', como dizem"[23].

21 *Jornal do Teatro e Sports*, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1917, p. 14.
22 *Jornal do Teatro e Sports*, Rio de Janeiro, 23 jun. 1917, p. 10.
23 *Jornal do Teatro e Sports*, Rio de Janeiro,13 jan. 1917. p. 8.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Giovana Xavier, ao estudar a relação entre cosmética e respeitabilidade nos Estados Unidos entre os anos 1890 e 1930, observa que imagens de beleza branca e de uma "*skinculture mulata*" foram fundamentais para a "construção do orgulho racial entre as mulheres de cor" e, também, para o "desenvolvimento de um capitalismo negro". Logo, a proposta de maquiar, clarear e branquear a pele foi consolidando-se como uma das "principais bandeiras da cosmética afro-americana". De modo semelhante, no Brasil, a "ideia de que o melhoramento da raça negra podia ser feito via tratamentos de beleza que primavam pelo clareamento da pele" e alisamento dos cabelos fazia-se presente nos discursos dos jornalistas principalmente da imprensa negra paulistana (XAVIER, 2012, p. 273-75).

O cabelo alisado está historicamente vinculado a um sistema de dominação racial em que os padrões de beleza são estabelecidos pela supremacia branca (bell hooks, 2005). Entretanto não podemos observar as escolhas e preferências individuais de Júlia Martins apenas como uma imitação da aparência branca. Ao optar por usar produtos de maquiagem, que acabavam por embranquecer demais a sua pele, Júlia Martins buscava representar-se de maneira nova e progressista, como uma mulher moderna afinada com as novidades do mercado de cosméticos, como muitas das artistas faziam.

O cunho racista dos comentários da coluna "Perversidades" é evidente. E as posturas de Júlia Martins são sempre tomadas como uma tentativa de tornar-se próxima de um padrão branco, tornando a pele mais clara com maquiagem ou se submetendo ao doloroso processo de alisamento capilar, mas que de nada adiantavam pois no máximo não passava de "cinzenta". Algumas vezes o autor da coluna "Perversidades" chega a sugerir que Júlia deveria substituir o uso do pó de arroz por canela para ficar menos "assombrada"[24].

Entretanto, é curioso que, embora sejam afirmações com um cunho fortemente racista, o autor não deixa de expressar certo interesse para que a artista se apresentasse em cena com os cabelos naturais e com a pele "cor de jambo", livre do pó de arroz[25]. Evidente que essa valorização não deixava de dialogar e de reproduzir os aspectos da teoria da mestiçagem, que reproduzia certos "determinismos preconceituosos, que definiam a própria mistura racial" (ABREU, 2001).

Antônio Herculano Lopes, ao pesquisar a trajetória de Júlia Martins, considera que a teatralidade exagerada da artista provocou uma rejeição por parte dos críticos, sendo ela substituída por Otília Amorim, "uma mestiça com pele muito clara e cabelos escuros e encaracolados", que tinha uma atuação mais "convincente" e mais "aceitável" como mulata (LOPES, 2000). Ter a pele

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

24 *Jornal do Teatro e Sports*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1914, p. 7.
25 *Jornal do Teatro e Sports*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1917, p. 7.

mais clara que a de Júlia pode ter sido um diferencial para a carreira de Otília Amorim, mas o que se perde na análise de Antônio Herculano é a percepção de que a trajetória de Júlia Martins estava presa à trama das ambiguidades que marcavam o significado da mestiçagem no país. Assim, ao mesmo tempo em que ela era exaltada como uma autêntica mulata, a perfeita representação da mulher brasileira no teatro, não estavam excluídos os usos de expressões racistas para adjetivar as mulheres não brancas.

Assim como outras artistas, Júlia Martins também teve que lidar com códigos de conduta, baseados na honestidade sexual feminina defendida por juristas e por médicos higienistas que buscavam definir os novos rumos de comportamento para as mulheres. Michelle Perrot, em pesquisa centralizada na Europa, assinala que a profissão de artista era observada pelos setores conservadores da igreja com certa desconfiança. Esse olhar afetava ainda mais as mulheres que atuavam, pois, constantemente, elas eram comparadas às prostitutas (PERROT, 2007). No caso brasileiro, Andrea de Castro Reis observa que as artistas apareciam, muitas vezes, nas colunas teatrais pela via da suspeição. Em espaços da imprensa dedicados aos bastidores teatrais, não era incomum a publicação de piadas de cunho sexual sobre a vida pessoal das artistas, além de suposições sobre os seus interesses amorosos (REIS, 2001).

Embora mulheres de diferentes origens sociais tivessem que negociar com essa projeção, no caso de mulheres não brancas, os elogios ainda apontavam para aspectos de sensualidade que foram forjados como representações do corpo feminino negro e mestiço (SOIHET, 2003). Não era incomum, nessas notas, a indicação de que essas mulheres tinham uma sexualidade exacerbada e um comportamento que não condizia com o que era esperado (ESTEVES, 1989; CAULFIELD, 2000; FEDERICI, 2019). Nas descrições sobre Júlia Martins, a imprensa fazia várias suposições sobre a sua virgindade ou a falta dela e sobre os possíveis casos amorosos com empresários cariocas[26],

James Green, em estudo sobre a trajetória das artistas Sarah Bernhardt e Cinira Polônio, sublinha que o ser atriz permitia às mulheres uma liberdade e independência que não eram usuais. Elas, nessa perspectiva, poderiam frequentar os espaços públicos e poderiam "gozar uma vida sem as restrições da família tradicional", sendo inclusive "aceitas em certa medida" pela "burguesia brasileira" e transformadas em "ídolos". Ele ainda ressalta ser o teatro um "caminho de ascensão social" àquelas de origem mais humilde. Ao mesmo tempo, a frequente associação com o trabalho da prostituição fazia com que as artistas ocupassem "um espaço limítrofe e vulnerável entre a respeitabilidade e a imoralidade". As artistas acabavam precisando construir uma identidade em contraposição à ideia de prostituição (GREEN, 2004).

26 *O Rio Nú*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1916, p. 3. *Jornal de Teatro e Sports*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1916, p. 7.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Foram vários os modos acionados por Júlia Martins na construção de sua imagem pública. Como demonstram os jornais, uma dessas maneiras parece ter sido se colocando publicamente contra aquilo que considerava injusto. Eram múltiplas as sugestões, em diferentes periódicos, de que Júlia havia reclamado de alguma nota ou de algum artigo publicados pela imprensa. Também se afirmava constantemente que a artista tinha um gênio difícil e que se envolvia em brigas com várias artistas[27]. Nesse sentido, fica evidente que, para garantir a sua sobrevivência e se inserir no competitivo mercado de trabalho, Júlia lutou e negociou cotidianamente contra várias hierarquias de gênero e de raça, dentro do que era possível.

Apontamentos finais

A trajetória artística de Júlia Martins deixa evidente que, ao se inserir no mercado de diversões, artistas mulheres tiveram que lidar com hierarquias de raça e de gênero, que se faziam presentes não só no palco, como em notícias sobre o universo teatral. Ainda assim, negociando com essas hierarquias, foram múltiplas as resistências e ações na busca por independência financeira, por autonomia e por respeitabilidade. Júlia Martins, como uma mulher mestiça, teve que lidar com as várias complexidades e ambiguidades que envolviam a mestiçagem naquele período, mas, ainda assim, a artista, dentro do que era possível, se apropriou da figura da mulata e fez uma personagem que, embora não deixasse de reproduzir várias hierarquias sociais, rompia barreiras a partir de seus próprios códigos de subversão e de luta. Júlia Martins, uma jovem artista mestiça, marcou a sua presença de forma ativa no universo teatral carioca.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

27 *Jornal de Teatro e Sports*, Rio de Janeiro, 26 maio 1916, p. 7.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha Campos. 'Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos': conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)". *Tempo*, Niterói, n. 16, p. 143-173, jan. 2004.

ABREU, Martha Campos. *Da senzala ao palco*: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

ABREU, Martha Campos. Histórias da 'Música Popular Brasileira', uma análise da produção sobre o período colonial. *In*: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (org.). *Festa*: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001. p. 683-705.

ABREU, Martha Campos; DANTAS, Carolina Vianna. É chegada a ocasião da negrada bumbar. Comemorações da Abolição, música e política na Primeira República. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 45, p. 97-120, jan./jun. 2011.

BARROS, Orlando de. *Corações de chocolate*: a história da companhia negra de revista. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005.

CARLONI, Karla G. Eros Volúsia: a bailarina do Brasil moderno. *In*: FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla G. (org.). *A República no Brasil*. Trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura. Niterói: Eduff, 2019. p. 79-120.

CARVALHO, Julia Soares Leite Lanzarini de. *Benvinda a mulata*: o sentido da mestiçagem na Capital Federal de Arthur Azevedo. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

DANTAS, Carolina Vianna. *Brasil* "*café com leite*": história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdida*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

GREEN, James. O joelho de Sarah Bernhardt: negociando a "respeitabilidade" feminina no palco carioca, 1880-1910. *Escritos*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1, 2014.

HOOKS, bell. *Alisando o nosso cabelo*. [*S.l.*], 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/. Acesso em: 10 dez. 2021.

LOPES, Antônio Herculano. *The Jaguar'sLeap: Musical Theater in Rio de Janeiro, 1900-1922*. 2000. Dissertation (PhD) – New York University, 2000.

PEREIRA, Juliana da Conceição. As rainhas do maxixe: gênero e raça no teatro de revista carioca (1889-1920). *In*: SANTOS, Georgina; GARCIA, Elisa (org.). *Mulheres do Mundo Atlântico*: Gênero e condição feminina da época Moderna à Contemporaneidade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 137-151.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, Ângela de Castro. Ser mulher e atriz no contexto social de meados do século XIX ao início do século XX. *Plural Pluriel*, França. n. 8, p. 1, 2001.

SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. *In*: SOIHET, Rachel; MATOS, Maria I. de (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003. p. 177- 198.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Giovana. *Brancas de almas negras*?: beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PROIBIDAS E ACEITÁVEIS: a memória e os discursos sobre o corpo feminino e a prática do futebol de mulheres

Nathália Fernandes Pessanha[1]

Quem nunca escutou que futebol não é esporte de mulher? Ou ainda que as mulheres se interessaram por esse esporte somente no final do século XX? Muitas dessas perguntas e questionamentos são recorrentes no discurso e no imaginário social, alimentados, muitas vezes, por uma memória que tem suas origens desde os tempos em que a prática da modalidade foi proibida no Brasil em 1941, quando os argumentos médicos e jornalísticos apontavam a prática do futebol de mulheres como prejudicial à saúde feminina e ao papel social esperado à época: a maternidade.

Esses discursos, recorrentes na imprensa esportiva e geral à época, fomentaram o debate e alimentaram as justificativas e as desculpas necessárias para que o governo do então presidente Getúlio Vargas pudesse promulgar, em abril de 1941, o Decreto-Lei nº 3.199[2]. Tal determinação criou o Conselho Nacional de Desportos (CND) e deixou a cargo dele a decisão sobre os esportes que deveriam ser considerados compatíveis ou não com o corpo feminino.

Durante os 40 anos de proibição, as mulheres seguiram praticando o esporte, seja usando de subterfúgios para burlar a proibição – como a justificativa dos jogos beneficentes, ou a apresentação das partidas como shows –, seja efetivamente praticando o esporte nos gramados e desafiando as sanções do CND.

Na década de 1970, com a aceitação do esporte feminino em diversos países, havendo inclusive a realização de Copas do Mundo femininas – ainda que fora do escopo da FIFA –, a federação brasileira se viu pressionada a legalizar o esporte. É então que, em 1979, a determinação proibitiva é revogada, sendo o esporte regulamentado somente no ano de 1983[3].

1 Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). E-mail: nathaliafp@id.uff.br

2 BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Rio de Janeiro, 14 abr. 1941. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1--pe.html. Acesso em: 26 ago. 2021.

3 Importante mencionar que, em 1965, o CND publicou a Deliberação número 7, que reiterou a proibição da prática de uma série de esportes pelas mulheres, mencionando, entre eles, o futebol em suas modalidades de campo, quadra e areia. Cf. Página 33 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro de 1965. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2962672/pg-33-secao-1-diario-oficial-da-uniao--dou-de-02-09-1965. Acesso em: 26 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Contudo, mesmo com a regulamentação e a liberação da prática, a memória sobre a incompatibilidade do futebol com o corpo feminino permanece, somando-se a ela novos discursos preconceituosos e estereotipados sobre esses corpos. A erotização e sexualização das mulheres, jogadoras e torcedoras, começou a se transformar em prática recorrente nos periódicos e revistas, buscando agradar ao público que efetivamente se considerava espectador do futebol: o masculino.

O presente artigo buscará discutir, através da apresentação e do uso de reportagens, notícias e discursos, como a memória do futebol como um espaço masculino, alimentada pela proibição do esporte, contribuiu para a naturalização da veiculação de um corpo feminino estereotipado e sexualizado, sobretudo no período pós liberação. Criando, com isso, uma dicotomia entre a mulher considerada padrão e "aceitável" para a prática desse esporte, em oposição aos corpos e sexualidades destoantes do padrão de beleza e heterossexualidade desejada.

Ao longo do artigo, o leitor irá perceber que faço uso do termo *futebol de mulheres*, em substituição à *futebol feminino*. Essa escolha é política. Acredito que o termo feminino possui uma dupla limitação: primeiro, reafirma o estereótipo de uma feminilidade padrão que espera que as pessoas identificadas com o sexo feminino performem, excluindo, ao mesmo tempo, outras formas de feminilidade que não venham de indivíduos associados ao sexo biológico da mulher. Por outro lado, o termo futebol de mulheres busca também atentar para os diversos papéis ocupados pelas mulheres que extrapolam as quatro linhas, além de levar em consideração também os homens envolvidos na prática, promoção e divulgação dessa modalidade. Nesse sentido, em acordo com Cláudia Kressler,

> A adoção de uma nova terminologia, como o uso da expressão futebol de mulheres, visibiliza os fazeres realizados pelas mulheres que participam deste mundo futebolístico, sem se ater aos gêneros que sejam postos em ação, dentro e fora dos campos de jogo. A visibilidade e a livre possibilidade de expressão empoderam essas mulheres, ampliando as percepções do que é ser mulher no esporte (KRESSLER, 2015, p. 49-50).

O princípio da memória "oficial"

Para pensar a memória sobre a presença, ou a ausência, das mulheres no futebol e as representações que se fazem dessas mulheres, sejam jogadoras, torcedoras, treinadoras ou qualquer função que a mulher exerça no esporte, é necessário falar do decreto que proibiu, por quase 40 anos, a presença legalizada dessas mulheres nos campos de futebol. Esse decreto contribuiu para

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

a criação e reafirmação da ideia, enraizada no senso comum, de que a prática do futebol não pertencia ao universo feminino. Essa lógica se reverbera ainda hoje em discursos e opiniões expostas por diversos indivíduos associados ou não ao mundo do esporte. Pois, de acordo com Pierre Laborie,

> Os fenômenos de opinião refletem representações do presente que, apesar das aparências, não exprimem unicamente a relação dos atores sociais com esse mesmo presente. Eles traduzem as reações cambiantes do sentimento coletivo diante das interrogações ou dos acontecimentos do presente, mas também diante de questões atemporais reformuladas ao presente. Nas hierarquias de importância ligadas ao contexto, eles remetem, pois, ao mesmo tempo à visão do presente, às interpretações do passado e às expectativas do futuro (LABORIE, 2009, p. 80-81).

Na primeira metade do século XX, sobretudo a partir dos anos 1930 Com o início do primeiro Governo Vargas, a prática esportiva começou a ser cada vez mais valorizada no país. Essa valorização já era presente em países europeus, como a Inglaterra, por exemplo, desde fins do século XIX, quando a medicina e as ciências médicas começaram a reafirmar a importância da prática de atividades físicas para a saúde do corpo. Como argumenta Dean Allen,

> Em meados da era vitoriana, as escolas públicas masculinas de elite se tornaram os principais centros de treinamento para a próxima geração das classes dominantes. A aristocracia e a pequena nobreza se tornaram firmemente convencidas do valor social inerente ao esporte, e junto com a classe média alta, que emergiu da revolução industrial, houve uma mudança para garantir que a "escola de treinamento moral" continuaria por gerações sucessivas de jovens homens (ALLEN, 2014, p. 22, tradução livre)[4].

Importante salientar que, como citado, o público-alvo das atividades físicas, que melhoravam não só o corpo, mas a capacidade moral de seus praticantes, eram os meninos em idade escolar. Contudo, nesse mesmo país, pouco tempo depois, as mulheres foram também inseridas na prática de atividades físicas variadas, pensando no aperfeiçoamento do corpo feminino para o cumprimento de suas funções naturais[5].

4 In mid-Victorian times the elite boys' public schools became the main seats of training for England's next generation of the ruling classes. The aristocracy and the landed gentry had become firmly convinced of the inherent social value of sport, and along with the upper-middle classes, who had emerged from the industrial revolution, there was a move to ensure that sport's "school of moral training" would continue for successive generations of young men.

5 Sobre a inserção do esporte para as mulheres – principalmente com relação ao futebol nas escolas de moças –, Cf. WILLIANS, Jean. *A Beaultiful game*: International perspectives on Women's soccer. Londres: Bloomsbury Publishing PLC 2007.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

No Brasil, como já mencionado, as atividades físicas começam a ganhar cada vez mais relevância para os cientistas e políticos brasileiros, visando o aperfeiçoamento físico da nação. Segundo Silva Goellner,

> Dentro dessa perspectiva, os exercícios físicos são apresentados como um poderoso instrumento modelador das formas e agente de ordenação dos corpos que, pela prática sistemática, aumentaria o capital-saúde da população. Em função dessa percepção, o esporte inicia, gradativamente, a adquirir importância no cenário cultural das cidades e a educação física é inserida como disciplina integrante do plano nacional de educação, cuja ação, no interior do contexto escolar, deveria desenvolver, ao máximo, as virtudes da raça e as aptidões hereditárias de cada indivíduo (GOELLNER, 2008, p. 3-4).

Dessa forma, gradativamente, a prática de exercícios físicos passou a compor a agenda de preocupação nacional para com seus cidadãos. Nesse mesmo período, o futebol começa a ganhar cada vez mais destaque entre as práticas esportivas, se espalhando para os mais diversos locais, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. Na década de 1930, a prática do futebol – por homens – já era tão consolidada no país que se começou a debater não mais a relevância de sua prática, mas a necessidade de sua profissionalização, para evitar dissonância entre os clubes e entre jogadores[6]. Com tamanha importância, o futebol se torna cada vez mais elemento de coesão e identificação nacional, sobretudo porque se desenvolve em um momento em que os debates sobre a identidade brasileira estavam em alta.

E quanto às mulheres? Nas primeiras décadas do século XX, enquanto o futebol masculino se profissionalizava, as mulheres também estavam praticando o jogo, ainda que, à época, em outros campos. Segundo Aira Bonfim (2019), o circo foi um local que contribuiu para a propagação e circulação do futebol de mulheres em diferentes regiões do país. Enquanto as companhias rodavam o Brasil com suas apresentações programadas, entre elas o futebol de mulheres, o público tinha contato com a prática. Além disso, segundo Bonfim, o teatro de revista também se apresentava como importante palco para a divulgação da modalidade. Para a autora,

> De acordo com as fontes pesquisadas, dos primeiros fenômenos presenciados no teatro de revista do Rio de Janeiro, em 1921, até o ano de 1930,

6 Sobre a profissionalização e expansão do futebol masculino, Cf. SOUZA, Glauco José. *De onde vem tanta paixão?: Os motivos que explicam a popularização do futebol no Brasil. Um estudo sobre o Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Novas Edições Acadêmicas, 2018; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania*: Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> foi possível comprovar a presença do futebol feminino no Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A partir da década de 1930, a geografia desses deslocamentos ganhará a amplitude da Região Norte e Nordeste [...] Além do estado do Paraná (BONFIM, 2019, p. 104-105).

Ainda de acordo com Bonfim, essas apresentações contribuíram para popularizar, ao longo da década de 1930, a imagem da mulher como jogadora de futebol. Contudo, vale lembrar que o futebol que estava ganhando lugar como elemento identidade nacional era o futebol masculino, cada vez mais disputado e popular. O futebol praticado pelas mulheres nos picadeiros e palcos entrava no crivo da diversão, do lúdico, do excepcional.

No fim da década de 1930 e início dos anos 1940, as mulheres começam a aparecer cada vez mais em reportagens de jornais praticando o esporte em campos oficiais, saindo dos espaços improvisados do circo e do teatro e ocupando seu lugar nos gramados. Essa mudança começou a chamar atenção dos defensores e dos críticos da prática desse esporte pelas mulheres. Diversas reportagens são apresentadas no *Jornal dos Sports* mencionando a prática e a criação de novos times de futebol feminino, sobretudo no subúrbio do Rio de Janeiro[7].

Contudo, esse aparecimento crescente das mulheres no futebol começou a incomodar aqueles que consideravam que esse ambiente não pertencia a elas. Parte da imprensa, que antes incentivava e divulgava a prática, passou a apresentar argumentos contrários à mesma, incluindo aí os discursos de pessoas que se consideravam autoridades médicas, visando trazer um viés científico ao discurso contrário à presença feminina nessa modalidade. Manchetes como "O *football* não é *sport* que seja praticado por mulher", em que o professor Nery Machado afirma "condemno a absurda innovação", demonstrava à população que a opinião profissional do professor ia de encontro às práticas que estavam se tornando cada vez mais correntes, afirmando ainda, na mesma reportagem, que as declarações do professor "apresentam o perigo que a prática do *football* representa para o sexo que deveria ser frágil"[8]. Ou ainda a reportagem que traz a opinião do assistente da escola de medicina, Dr. Humberto Balariny, que afirmava "O *football* mata a graça da mulher"[9]. revestindo com um caráter médico e científico os discursos contrários à prática do esporte.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

7 *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 1º maio 1940, p. 6. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 8 ago. 1940, p. 7. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 9 maio 1940, p. 6.

8 *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 1º jan. 1941, p. 14.

9 *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1941, p. 14.

Os argumentos apresentados, e muitos outros presentes em diversos jornais, associam-se a uma lógica de que a prática de determinadas atividades físicas, consideradas mais "brutas", são incompatíveis com o corpo feminino, sobretudo porque, de acordo com os pensamentos da época, poderiam prejudicar aquele que era considerado o principal papel da mulher, a maternidade. Essa preocupação com a maternidade e a procriação, sobretudo de mulheres brancas de elite, estava associada a uma política de embranquecimento e fortalecimento da raça e da nação presente na mentalidade e nas políticas públicas do início do século XX. De acordo com Goellner,

> A educação da mulher passa, portanto, a fazer parte de um projeto nacional que, em busca do embranquecimento e do fortalecimento da raça, prescreve um conjunto de medidas profiláticas que objetivavam definir, determinar, propor e impor um estilo de vida considerado higiênico e saudável (GOELLNER, 2005, p. 90).

Ou seja, visando a procriação sustentável e manutenção de uma *raça* forte, a mulher deveria preservar seu corpo e nutri-lo com ações consideradas compatíveis com a sua natureza, para que a maternidade enquanto papel social fosse cumprida. Garantindo, dessa forma, que o projeto político implementado fosse alcançado.

Nesse ínterim, baseado nos discursos médicos e higienistas que consideravam a prática do futebol incompatível com o corpo feminino e com a manutenção da saúde necessária para a maternidade saudável desejada, foi promulgado, em abril de 1941, o Decreto-Lei nº 3.199, que criava o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão responsável por regulamentar as atividades esportivas no país, e definiu, em seu artigo 54 que "[...] às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país"[10].

Diante do apresentado até aqui, é possível argumentar que tais discursos e práticas, que culminaram com o decreto proibitivo, reafirmaram no senso comum e no imaginário social a ideia de que o espaço do futebol não pertence ao universo feminino. Mais do que isso, afirmaram a mulher como inapta e incapaz de praticar tal esporte, haja vista que o seu papel na sociedade era a procriação.

Essa lógica que afastou e baniu a mulher da prática do futebol contribuiu para a criação de um estereótipo que considera a mulher que domina o esporte,

10 BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199 de 14 abril 1941. Rio de Janeiro, 14 abr. 1941. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

mesmo depois de sua liberação, como menos feminina. Como não integrante das regras que determinam qual o padrão aceitável para ser mulher e jogadora, como será mais bem trabalhado mais à frente.

O machismo escancarado – o espaço do futebol como masculino e a sexualização do corpo feminino

O senso comum de que à mulher não cabe o espaço esportivo, se escancara em falas como a do ex-técnico da Seleção Brasileira de Futebol Masculino, João Saldanha, que comentando, já na década de 1980, sobre o que achava do futebol de mulheres, segundo reportagem do jornalista Juca Kfouri, disse: "Imagine a cena. Meu filho me apresenta a namorada, eu pergunto o que ela faz e ela me diz que é zagueira do Bangu'. Não dá"[11]. Essa fala demonstra como era comum, inclusive para os indivíduos que participavam do universo futebolístico, a não associação desse campo com o feminino.

Ainda assim, os anos 1970 e início dos anos 1980 são representativos de um novo momento para o futebol de mulheres, pois nessas décadas foi observado o aumento de sua prática e a revogação do decreto proibitivo, além de sua regulamentação, ainda que em bases muito iniciais e amadoras. Somado a isso, a década de 1970 foi um palco importante para o aumento do protagonismo feminino a nível mundial. O ano de 1975, por exemplo, foi declarado pela Organização das Nações Unidas como o ano da mulher. Ainda nessa década, a FIFA começou a sinalizar o incentivo às federações nacionais para permitir a prática do futebol pelas mulheres, sobretudo após o mundial feminino organizado no México em 1971, que teve grande repercussão, inclusive no Brasil, e acabou exercendo certa pressão na entidade[12]. Segundo Leda Costa (2017, p. 500) "[...] há, nos anos de 1970, uma espécie de movimento globalizante do futebol feminino, algo que provavelmente foi impulsionado pelo contexto de uma época intensa no que diz respeito à rebeldia e a busca pela libertação, especialmente feminina".

Na década de 1970, o futebol de areia é uma modalidade cuja prática desponta e começa a ganhar mais vulto nas páginas de jornal. Manchetes como "futebol depois da louça lavada"[13] encimavam reportagens de jornais, fazendo referências ao futebol de domésticas que acontecia nas areias da zona sul carioca. Novamente de acordo com Costa,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

11 KFOURI, Juca. João Saldanha foi um brasileiro raro, destemido e carismático. *Revista Movimento*, 3 jul. 2019. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2019/07/joao-saldanha-foi-um-brasileiro-raro-destemido-e--carismatico/. Acesso em: 27 ago. 2021.

12 *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1971, p. 6. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1971, p. 2.

13 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1976, p. 4.

> Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o futebol de areia foi uma modalidade que tinha as mulheres como protagonistas. Essa prática transformou-se numa espécie de moda, atraindo muitas adolescentes e jovens que se reuniam e formavam times que atuavam em partidas informais e em competições diversas (COSTA, 2017, p. 500).

Contudo, o discurso sobre a prática desse esporte pelas mulheres continuava sendo permeado por estereótipos e preconceitos. Opiniões como a do médico do Vasco da Gama, Arnaldo Santiago, continuavam sendo comuns. O médico alegava que o futebol seria uma grande contribuição para que as mulheres perdessem sua feminilidade, que para ele é a "joia mais rara que elas possuem", e se tornassem viris[14]. Esse pensamento sintetiza dois argumentos que eram repetidos sobre o futebol de mulheres na década de 1970 e 1980. O primeiro, já recorrente desde os anos 1940, de que o futebol não era compatível com o corpo feminino. O segundo, voltado para a questão da feminilidade aceitável e desejável do corpo feminino e o medo do rompimento de certas fronteiras de gênero preestabelecidas, em que aquelas que fugissem desse padrão tinham sua sexualidade e características femininas questionadas.

Além disso, sobretudo com a liberação da prática do futebol pelas mulheres, a partir da revogação do decreto proibitivo em 1979, o estereótipo de erotização dos corpos, usado em charges e propagandas, começou a adentrar cada vez mais incisivamente o imaginário coletivo, transparecendo a lógica de que às mulheres cabia agradar ao público que era realmente alvo do futebol, o masculino. De acordo com Goellner,

> Se para as mulheres do início do século XX a beleza era vista como sinônimo de saúde e também de uma genitália adequada para cumprir suas funções reprodutivas, a partir dos anos 70, a esse discurso se incorporará outro: o da erotização de seus corpos. Assim, estádios, ginásios, academias, parques e praças são identificados como locais sociais a espetacularizar os corpos das mulheres ressaltando alguns atributos designados como característicos de seu sexo: a graciosidade, a beleza e, sobretudo, a sensualidade (GOELLNER, 2005, p. 147).

Dessa maneira, ao longo dos anos 1980, os discursos sobre a prática do futebol de mulheres estavam com os olhares voltados para a sexualização dos corpos – prática que permanece na década seguinte, estampada inclusive em capas de revista, como será abordado mais adiante – e para a preocupação da não masculinização das mulheres que decidiam praticar o esporte, estabelecendo, para isso, um padrão "aceitável" de jogadora. Visando não

14 *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1971, p. 10.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

masculinizar os corpos, se reiteravam os discursos sobre a feminilidade que exaltavam cabelos compridos e lisos, em detrimento de cabelos curtos, por exemplo, e buscavam reafirmar que essas jogadoras eram heterossexuais, em oposição aquelas que não atendiam a esse padrão de feminilidade (corpos bem desenhados, cabelos longos, pele branca) e eram tidas como as desviantes do esporte. Segundo Caroline Almeida,

> As matérias sobre o futebol de mulheres, enquanto produção de um sentido, trouxeram ao público discursos que fortalecem o preconceito, pois, ao mesmo tempo, conservam e reforçam estigmas. O discurso parece dividir as jogadoras entre o estigma de violentas, selvagens, homossexuais – "as feras" – e o estigma de 'amadoras', que não matam a bola no peito, que tem limitações devido as suas condições de natureza – "as belas" (ALMEIDA, 2013, p. 97).

A autora faz referência a uma reportagem intitulada "A bela e as feras do futebol feminino", publicada pela *Revista Placar* em outubro de 1983, que trazia, em reportagem de duas páginas, a fotografia de jogadoras e realizava comparações entre sua beleza e feminilidade. De um lado, aquelas que atendiam aos estereótipos de beleza e feminilidade (as belas), e do outro aquelas que fugiam desse padrão (as feras)[15].

Ao longo da década de 1990, algumas capas da *Revista Placar*, importante revista esportiva, expressavam esse estereótipo de feminilidade esperado E reiteravam a lógica de que público apreciador do esporte era efetivamente o masculino. Em edição de agosto de 1995, a revista traz em sua capa a foto de quatro modelos, de azul e amarelo, em referência ao uniforme da seleção brasileira de futebol, de costas e abraçadas, em poses que se presumem sensuais. A manchete traz o título "As garotas batem um bolão (e até trocam de camisa depois do jogo!)"[16]. No mesmo ano, foi realizada a segunda Copa do Mundo FIFA de futebol feminino, na qual a seleção brasileira foi a única da América do Sul a participar e acabou sendo eliminada na fase de grupos. Interessante perceber que, em ano de Copa do Mundo, a revista apresenta a 'seleção feminina' de forma a sexualizar seu corpo e fazer referência a nudez, informando que trocam de camisa após o jogo, buscando atrair a atenção do público que se entendia leitor da revista: o masculino.

Em 1996, a revista traz em sua capa a fotografia de uma árbitra em pose sensual e segurando um cartão vermelho. O título da reportagem diz: "Cleidy Ribeiro. A juíza mais gostosa do Brasil"[17]. Essa reportagem, assim como

15 *Revista Placar*, São Paulo, out. 1983.
16 *Revista Placar*, São Paulo, ago. 1995.
17 *Revista Placar*, São Paulo, jan. 1996

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

outras presentes na imprensa, foca seu chamamento em destacar as curvas do corpo feminino, reiterando a lógica de quais mulheres eram desejáveis como representantes do esporte. Essa reportagem se faz ainda mais interessante pois demonstra que a sexualização e erotização do corpo feminino não se limitava às jogadoras, mas atingia também torcedoras, árbitras, dirigentes e todas as mulheres envolvidas no universo esportivo.

Em edição de 1997 da mesma revista, a capa traz a foto de quatro mulheres, vestidas com biquínis ou roupas curtas, de cor amarela, novamente fazendo relação com o uniforme da seleção brasileira, com manchete intitulada "GOSTOSAS! Haja coração... Quem são as deusas do futebol feminino"[18]. Novamente, a erotização dos corpos reitera que o público-alvo daquela revista era o público masculino, buscando, para isso, atrair esse público apresentando os corpos torneados e atraentes das atletas selecionadas para representar o perfil desejado de uma jogadora de futebol. Em todas essas capas, nenhuma das mulheres escolhidas para representar a 'seleção feminina' fugia do padrão de beleza estabelecido: cabelos compridos e corpos sarados.

As capas aqui apresentadas não foram as únicas da revista, nem se limitam apenas à década de 1990. O intuito dessa seleção não foi, tampouco, questionar a revista em si, ou apontá-la como preconceituosa, inclusive porque, embora o periódico selecionado tenha sido a *Revista Placar*, reportagens com o mesmo teor aparecem também em outros veículos, inclusive televisivos. A intenção com essas reportagens foi apresentar, de maneira bem reduzida, uma espécie de retrato de época. A ideia, presente no senso comum, de que o futebol é um espaço masculino e que foi alimentada e reproduzida ao longo de décadas contribuiu para que fosse possível a apresentação de inúmeras reportagens como essas, vistas de maneira tão naturalizada.

Em concordância com o exposto até aqui, em artigo sobre as publicações da *Revista Placar* na década de 1990, Leila Salvini e Wanderley M. Júnior destacam também a criação de times de modelos, que enchiam as páginas da revista em uma exibição muito mais voltada para a apresentação dos corpos, do que do futebol. Segundo os autores:

> Embora o futebol feminino tenha evoluído dentro do limiar possível e permissível da realidade histórica brasileira, a preleção que envolve as adjetivações normativas de gênero impressas no corpo das futebolistas se manteve presente. Como forma de mascarar ou de vender outra imagem do futebol feminino foram criados nos anos 1990 equipes de futebol feminino formadas por modelos. Podemos entender que segue a mesma lógica das "globetes", ou seja, saem de cena as "globetes" e entram as modelos que "desfilam" futebol. Em se tratando de times de modelos era

18 *Revista Placar*, São Paulo, mar. 1997.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> expressamente proibido que jogadoras federadas, embora esteticamente belas, fizessem parte das equipes, pois, o futebol era menos importante do que a espetacularização dos corpos (SALVINI; JÚNIOR, 2013, p. 149)[19].

Essa visão do futebol como ambiente masculino permaneceu com a virada do século, proporcionando novos estereótipos, recapitulando os antigos, e mantendo a naturalização de diversas visões segregadoras que, pouco a pouco, vem sendo questionadas.

Os anos 2000: continuidades e rupturas

Desde a liberação do esporte e sua regulamentação e, sobretudo, após os anos 1990, o marketing esportivo e o mercado do futebol de mulheres começaram a crescer cada vez mais. Isso fez com que a modalidade entrasse no radar da lógica de consumo, o que também influenciou a aparição e exposição dos corpos das atletas.

Analisando o trânsito de jogadoras entre os diferentes clubes nos últimos anos, a partir da expansão da prática do futebol de mulheres na Europa e nos países norte-americanos, Jean Williams aponta que:

> Não é exagero dizer que o aumento no número e na variedade de jogos internacionais para jogadoras é o movimento mais notável no futebol em direção à equidade nos últimos 25 anos. Isso não só mudou a forma como o esporte foi conceituado, mas também as jogadoras habilidosas mudaram a representação das redes tecnológicas e institucionais do futebol, movendo-se ao redor do mundo para jogar (WILLIAMS, 2013, p. 6, tradução livre)[20].

O argumento apontado por Williams sobre o trânsito de jogadoras nos diversos clubes ao redor do mundo, globalizando a prática do futebol feminino, traz consigo também a dimensão já apontada neste artigo: o olhar do mercado. Quanto mais as mulheres se destacam na prática do esporte, mais as marcas de materiais esportivos e agências de publicidade veem nessas atletas oportunidades de expor e apresentar seus produtos.

Contudo, o mercado esportivo, sobretudo o voltado para o futebol, também está permeado da lógica de que esse esporte pertence ao universo masculino e, em grande medida, busca atender ao interesse de seu público-alvo. Jane Caudwell apresenta em um trabalho uma marca de roupas e artigos esportivos

19 Os autores fazem referências às "Globetes", apelido dado a um time de futebol feminino formado por artistas da Rede Globo nos anos 1980.

20 It is no exaggeration to say that the rise in the number and variety of international fixtures for women players is football's most conspicuous move toward equity in the last twenty-five Years. Not Only has this changed the way that the sport has been conceptualized, skilled female players have changed the representation of football's technological and institutional networks by moving across the world to play the game.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

para mulheres chamada FootieChick que, segundo a própria autora, não existe mais com suas práticas e intenções originais. A marca, que alegava pretender vestir as mulheres para jogar, assistir ou sentir o esporte, acabava por atender a uma lógica sexista de mercado, que entendia os corpos femininos como objeto de exposição de uma feminilidade que se entendia como desejável e padrão. Segundo a autora,

> Os corpos de mulheres e meninas tornaram-se locais de atração potencial para o adorno de trajes de futebol e, concomitantemente, a exibição da feminilidade. Desta forma, o corpo FootieChick é uma emergente incorporação da feminilidade. A feminilidade da FootieChick é delicadamente misturada com um novo tipo de sexualidade e sugere uma heterossexualização da cultura do futebol de mulheres (CAUDWELL, 2011, p. 337, tradução livre)[21].

A partir do apontado por Caudwell, é possível afirmar que a memória social de que o futebol é um espaço masculino aparece também na definição do que é aceitável como feminino. O medo do estereótipo da masculinização dos corpos faz com que a reafirmação da feminilidade e da sexualidade feminina seja uma constante, buscando separar as "belas" das "feras" no futebol de mulheres. Delimitando assim, os corpos aceitáveis para o mercado e aqueles que fogem ao padrão desejável.

Essa separação entre corpos aceitáveis ou rejeitados no esporte se enquadra na definição do que Hilary Radner nomeou sexualidade compulsória. Para a autora, no mundo contemporâneo, a sexualidade e a identidade feminina acabam por atender a uma demanda externa aos desejos individuais. Para ser aceita no universo no qual se insere, a mulher deve atender ao padrão de sexualidade e feminilidade esperado. A autora esclarece:

> Por que a sexualidade é compulsória na cultura contemporânea? A resposta mais óbvia está ligada ao inextricável entrelaçamento da sexualidade e da cultura do consumo. Para uma mulher ser desejável (e, portanto, para se identificar como "mulher"), ela deve ser adepta de manipular e se apresentar de acordo com os códigos estritos da cultura do consumo (RADNER, 2008, p. 98, tradução livre)[22].

21 Women and girls' bodies become potential sites and sights for the adornment of feminine football attire and concomitantly the display of femininity. In this way, the footie chick footballing body is an emerging embodied femininity. The footie chick femininity is delicately laced with a new type of sexiness and suggests a heterosexualizing of women's football culture.

22 Why is sexuality compulsory in contemporary culture? The most obvious answer is tied to the inextricable intertwining of sexuality and consumer culture. For a woman to be desirable (and thus to identify herself as 'woman') she must be adept at manipulating and presenting herself according to the strict codes of consumer culture.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Isso posto, é razoável argumentar que a cultura de consumo no universo do futebol (entendido como universo masculino) cria os padrões de feminilidade e sexualidade desejáveis para o corpo feminino que aparecem em exposição, seja nos jogos, seja na publicidade de roupas e artigos esportivos. A feminilidade padrão esperada dos corpos femininos para agradar ao espectador masculino apresenta-se, inclusive, na criação de campeonatos e competições femininas. O que demonstra o quão profundo na memória coletiva está a ideia de que o verdadeiro apreciador do esporte é o homem heterossexual.

A Federação Paulista de Futebol (FPF), por exemplo, promoveu, em 2001, um Campeonato Paulista de Futebol Feminino. Na seleção das jogadoras, o que chamou a atenção foi o critério adotado pela Federação que, além do futebol, analisava também a beleza das atletas e se elas cumpriam aos critérios estéticos estabelecidos na seletiva, como o uso de cabelos compridos. Na reportagem do jornal Folha São Paulo, a manchete já traduzia o que esperar do campeonato: "Paulista feminino acha o 'futebol bonito' em peneira"[23]. Jorge Knijnik e Peter Horton, observando o regulamento da seleção do campeonato, destacam algumas determinações que norteavam os critérios para a escolha das jogadoras. De acordo com os autores,

> A regra número um, por exemplo, proibiu jogadoras que tivessem cabelos raspados, porque eles só queriam 'moças' com cabelos longos, preferencialmente loiros, para a competição. Depois, eles impuseram um limite de idade abaixo de 23 anos; a motivação da FPF era atrair a audiência televisiva masculina através da exploração das jogadoras, sexualizando seus corpos e projetando a imagem de atletas jovens e bonitas numa tentativa de oferecer a grande audiência televisiva masculina copiosa e potencialmente erótica vista (KNIJNIK; HORTON, 2013, p. 62, tradução livre)[24].

A exposição das jogadoras no campeonato não visava, portanto, a prática do futebol em si, mas a criação de um espetáculo que tinha como propósito agradar ao público que se considerava o verdadeiro apreciador do esporte – e dos corpos femininos: o masculino. Tal pensamento está em consonância com o que vem sendo destacado neste artigo: desde, pelo

23 ARRUDA, Eduardo. Paulista feminino acha 'futebol bonito' em peneira. *Folha de S.Paulo,* São Paulo, 21 set. 2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2109200104.htm. Acesso em: 19 maio 2021.

24 Regulation one, for example, banned players who had cropped hair, because They want Only "ladies" with long, preferably blond hair could compete (Folha de São Paulo, 2001, p. 5). Next, They imposed an age requirement, stating that competitors had to be under the age of 23 years; the FPF motivation being to attract the male television audiences through the exploitation of the players, sexualizing their bodies and projecting the images of athletic beautiful young women in an attempt to offer the largely male television audiences copious and potentially erotic viewing.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

menos, a publicação do decreto que proibiu a prática do futebol por mulheres e as afastou por 40 anos dos gramados, consolidou-se no imaginário e na memória coletiva o pensamento de que o papel da mulher no futebol é o de embelezar o espetáculo, ou, no máximo – e ainda assim com muitos preconceitos – fazer parte de sua assistência.

Sobre aquelas que desejam jogar o futebol recai uma necessidade de reafirmação de feminilidade heterossexual e de beleza padrão esperada, para que sejam minimamente aceitas como jogadoras. Caso contrário, sobra a elas o estereótipo de "feras", destoantes do ambiente futebolísticos e, claro, menos femininas e longe dos *outdoors* e dos desejos do mercado.

A busca pela reafirmação da feminilidade padrão para essas jogadoras está associada inclusive a cores que se consideram 'femininas', estabelecendo uma relação, por exemplo, entre o uso da cor rosa para uniformes e divulgação de campeonatos, com a reafirmação da beleza e da sexualidade heterossexual das mulheres interessadas no esporte. Nesse sentido, Williams afirma que:

> Na busca de dar uma imagem feminina apropriada ao futebol feminino, uma abordagem tem sido enfatizar uma imagem muito feminina, jovem e 'rosa' para o jogo [...] Como pode ser visto pelo exemplo da Superliga Feminina, em alguns casos, esse uso do rosa tem sido visto como uma banalização da participação feminina e, como tal, o roxo tem sido usado na promoção de uma dinâmica mais madura e empoderada para o campeonato. Pode parecer um ponto um tanto trivial e perturbador destacar o uso de uma determinada cor ao imaginar e marcar o futebol como um esporte apropriado para mulheres, mas está claro que o rosa, como o uso da frase 'jogo bonito', é agora um clichê na tentativa de normalizar a participação de mulheres e meninas (WILLIAMS, 2013, p. 89-90, tradução livre)[25].

Como visto até aqui, para participar do universo do futebol, as mulheres precisam atender a padrões estipulados sobre seus corpos, aparência e vestimenta. Padrões esses muitas vezes estimulados pelo mercado para atender ao interesse do público consumidor do esporte, o masculino.

Essas percepções, apesar de serem cada vez mais questionadas, ainda contribuem para reiterar as lógicas e as afirmações de que o futebol é um esporte e espaço masculino. Esse ideário se mostra presente no imaginário

25 In the search to give a feminine-appropriate image to women's football, one approach has been to emphasise a very girl, youthful 'pink' image to the game [...] As has been seen by the example of the Women's Super League, in some cases this use of pink has been seen as trivialising female participation, and as such, purple has been used in branding a more empowered, mature dynamic for the brand. It may seem a rather trivial and distracting point to highlight the use of a particular colour in imagining and branding football as a female-appropriate sport, but is clear that pink is, like the use of the phrase 'beautiful game', now a cliché in trying to normalize the participation of women and girls.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

coletivo inclusive em eventos cotidianos e em falas despropositadas que são proferidas sem perceber. Um exemplo desse ocorrido está, por exemplo, na fala do ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que, em 2016, após a queda de partes da ciclovia Tim Maia, na Zona Sul do Rio de Janeiro, achou de bom tom "brincar" com o ocorrido relacionando a segunda queda de partes da ciclovia com o segundo rebaixamento para a série B do Campeonato Brasileiro de Futebol – na linguagem futebolística também chamado de queda – do Clube de Regatas Vasco da Gama. Quando questionado sobre o teor da brincadeira pela repórter do Grupo Globo Fernanda Rouvenat, o ex-prefeito respondeu: "Vocês são meninas, não entendem nada de futebol. Pelo menos na minha época não entendiam"[26].

Falas como a do ex-prefeito só demonstram o quanto a memória social e coletiva ainda está repleta da ideia, ratificada por 40 anos por um decreto proibitivo, de que o espaço do futebol não pertence à mulher. E, sobretudo, do quanto ainda é preciso percorrer para que esse espaço seja entendido como um local mais igualitário e com menos imposição de estereótipos sobre o corpo e a sexualidade feminina.

Prorrogação: as querelas para depois dos 90 minutos

Como visto até aqui, o presente artigo buscou trazer à tona argumentos sobre a memória social a respeito do futebol de mulheres no Brasil, sobretudo no que diz respeito aos pensamentos e opiniões sobre o corpo e a sexualidade feminina.

A prática do esporte, proibida por lei por 40 anos, deixou no imaginário social a noção de que aquela modalidade não era compatível com o sexo feminino, como já declarava a própria legislação. A função social da maternidade, esperada da mulher, preocupou suficientemente a opinião pública e médica à época para que fornecessem os argumentos necessários para o banimento de futebol de mulheres. Mascarando, dessa forma, os estereótipos de gênero que se pretendia impedir que fossem rompidos com a prática do esporte, como a masculinização dos corpos e o crescimento de músculos.

O argumento de defesa da feminilidade permaneceu ao longo dos anos. Contudo, não era uma feminilidade qualquer, mas aquela estipulada pela sociedade, sobretudo dos anos 1970 e 1980: uma feminilidade branca e heterossexual. O novo padrão imposto com a revogação do decreto reservava às mulheres o cumprimento de um novo papel social para seus corpos. Não era mais só a maternidade, agora também a erotização. Para atender ao público

26 CRIVELLA justifica brincadeira com Vasco da Gama dizendo ser brincadeira de carioca. *Globoplay* (RJ 1), 30 maio 2019. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/7654768/. Acesso em: 14 jun. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

que se considerava consumidor do esporte, as mulheres deviam exibir seus corpos em poses sensuais, roupas curtas e cabelos longos. Por outro lado, aqueles corpos considerados desviantes tinham a sua sexualidade questionada, tornando- se o "*outro*" do esporte, as 'feras'.

A internalização da ideia do futebol como esporte masculino ecoou tão fundo no imaginário social e coletivo que até hoje diversos estereótipos são reproduzidos e esperados quando falamos do futebol de mulheres. Quem nunca ouviu dizer que o interesse da mulher é recente? Afirmação que só pelas linhas desse artigo já pode ser refutada, uma vez que, já no início do século, as mulheres participavam de sua prática e assistência. Ou ainda, que mulher que gosta do esporte nunca se viu obrigada a explicar repetidas vezes o que é um impedimento para ser aceita no círculo social e na roda de conversa? Como se, naturalmente, por ser mulher, ela não pudesse entender de futebol.

O futebol de mulheres – mais do que o futebol feminino, uma vez que é importante reconhecer as variadas formas de feminilidade e os variados futebóis que compõem a modalidade – ainda enfrenta diferentes barreiras e dificuldades para seguir acontecendo. Menos patrocínios, menor visibilidade na mídia, menor qualidade e quantidade de times e seleções de base; sem mencionar os diversos questionamentos sociais que meninas enfrentam, quando ainda pequenas, para reafirmar seu amor pelo esporte e praticá-lo.

O caminho para a igualdade ainda é longo. Mas, um primeiro passo para alcançar essa meta é questionar a memória e o argumento de que o universo futebolístico não é feminino. É arrumar a defesa para que os argumentos contrários ao espaço da mulher no futebol e todos os estereótipos que elas enfrentam não ganhem a jogada. E partir para o ataque, buscando cada vez mais espaço, visibilidade e possibilidades de atuação para o futebol de mulheres no Brasil, rompendo com a erotização e a sexualização dos corpos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ALLEN, Dean. ‘Game for the boys’: sport, empire and the creation of masculine ideal. *In*: HARGREAVES, Jennifer; ANDERSON, Eric (org.). *Routhledge handbook of sport*, *gender and sexuality*. New York: Routhledge, 2014. p. 21-29.

ALMEIDA, Caroline Soares de. *Boas de bola*: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BONFIM, Aira. *Football feminino entre festas esportivas*, *circos e campos suburbanos*: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução a proibição (1951-1941). 2019. Dissertação (Mestrado em História Política e bens culturais) – Centro de Pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

CAUDWELL, Jayne. Gender, feminism and football studies. *Soccer and Society*, v. 12, n. 3, p. 330-344, maio 2011.

COSTA, Leda Maria. O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 493-507, 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, abr./jun. 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. *Recorde*: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2008.

KNIJNIK, Jorge; HORTON, Peter. Only Beautiful Women need apply. Human rights and gender in brazilian football. *Creative Approaches to Research*, v. 6, n. 1, p. 60-70, 2013.

KRESSLER, Cláudia Samuel. *Mais que Barbies e Ogras*: uma etnografia do Futebol de Mulheres no Brasil e nos Estados Unidos. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. *In*: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria F.; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Cultura política*, *memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

RADNER, Hilary. Compulsory sexuality and the desiring woman. *Sexualities*, SAGE journals, [*S. l.*], v. 11, p. 94-100, 2008.

SALVINI, Leila; JÚNIOR, Wanderley M. Notoriedade Mundial e visibilidade Local: o futebol feminino na Revista Placar na década de 1990. *Revista Sociologias Plurais* (Paraná), v.1, n. 1, p. 144-159, 2013.

WILLIAMS, Jean. *Globalising Women's football*. *Europe*, *Migration and Professionalization*. Bern: Peter Lang AG, International Academic Publishers, 2013.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

UMA LÍDER CONTROVERSA: Therezinha Zerbini e a luta das mulheres pela anistia no Brasil

Ana Rita Fonteles Duarte[1]

É impossível desvincular a origem e construção do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) de sua liderança mais conhecida no Brasil, Therezinha Zerbini. A advogada, falecida em 2015, aos 87 anos, em São Paulo, foi idealizadora do movimento e participou ativamente dos momentos de implantação. Esteve presente na sua condução política, na fundação dos núcleos e influenciou na escolha de dirigentes, na organização de atos públicos e na redação de periódicos e documentos.

Seu papel foi reconhecido pelos órgãos de repressão à época. Foi considerada um "dos mais influentes e operosos articuladores do movimento pela anistia", ao lado de nomes como da atriz e produtora cultural Ruth Escobar e, do então deputado estadual paulista pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Alberto Goldman[2].

Suas posições diante dos objetivos do MFPA e formas de ação causaram discordâncias com integrantes dos movimentos de esquerda, incluindo membros de núcleos da organização que coordenava, antes e depois da anistia aprovada em 1979. Enquanto boa parte da esquerda recusou a ideia de anistia como esquecimento e defendeu a punição de torturadores e superiores, Therezinha se colocou frontalmente contra, além de ter se constituído em crítica contumaz do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) posteriormente. Em veículos de comunicação do partido, se reproduziu a ideia de que ela seria uma figura "folclórica"[3].

Em Minas Gerais, os embates com as participantes do MFPA foram mais frequentes e acabaram polarizando posições e constituindo outras lideranças, como a presidente do núcleo, Helena Grecco, que detalhou a natureza das divergências:

1 *Professora do Departamento de História da UFC.

2 ACE 114085, 1978. Centro de Informações do Exército. Fundo SNI. Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal (AN-Coreg), p. 65.

3 O termo é utilizado por Valter Pomar, atual secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, em entrevista com Helena Grecco realizada por ele para a revista Teoria e Debate, do PT. *In*: GRECCO, Helena. Memória: Helena Grecco. [Entrevista concedida a] Valter Pomar. *Teoria e Debate*. 1995. Disponível em:www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1572. Acesso em: 13 out. 2007.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> A Therezinha Zerbini, presidente nacional, dizia que nosso trabalho era pela "defesa da mulher e para que ela influencie a sociedade". Não era só o que queríamos e, assim, um grupo de mulheres mais batalhadoras se uniu. Começou da maneira que a Therezinha queria, mansa e suave, depois passou a ter muita influência. Em 1975, todo mundo estava calado, todo mundo estava calado mesmo, e nós mulheres levantamos a voz, a favor da anistia e dos direitos humanos e contra a discriminação da mulher. [...] Quando me perguntavam se eu conseguia trabalhar com a Therezinha, eu respondia:
> "Não, não consigo". Tínhamos modus operandi completamente diferentes, ela era uma pessoa muito interessante, vivia dizendo: "Não adianta querer transformar o Movimento Feminino pela Anistia, nós somos da burguesia mesmo e vamos continuar na burguesia. Não temos nada a ver com o resto da situação". De modo que trabalhávamos com muitos embates[4].

Com esses relatos, analise-se um pouco mais sua trajetória e liderança nacional controversa. Sua história de indignação com a ditadura militar teve início com os primeiros movimentos da empreitada golpista. Casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, 20 anos mais velho, assistiu à prisão e punição do marido por ex-colegas de caserna.

A detenção arbitrária nunca foi aceita pela mulher, afinal o companheiro estava sendo preso por defender a ordem constituída. Viu a situação como falta de gratidão e respeito. No primeiro ato de rebeldia contra as forças golpistas, Therezinha, ao contrário de mães e esposas da maior parte de presos políticos de esquerda, valeu-se da posição de mulher de general para melhorar as condições do marido detido em cárcere improvisado:

> [...] Eles tinham feito do lugar – que devia medir 2 metros por dois metros – um depósito, cheio de baldes, enceradeira, vassoura. Quando vi aquilo, tive um ataque de fúria. Peguei tudo que estava ali e comecei a jogar da porta para fora, enquanto dizia ao capitão: "Tenham compostura, meu marido é um general do Exército brasileiro, sumam com isso daqui". E pam, pam, pam, as coisas voando. E meu marido dizia: "Therezinha, calma. Therezinha, você não está em sua casa. Isso aqui é um quartel", conclui ela às gargalhadas[5].

O acontecimento propiciou a criação de laços da família com setores de resistência à ditadura militar, como a Igreja e o movimento estudantil. Libertado, porém cassado, o general Euryale Zerbini realizou sonho antigo:

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

4 *Ibidem*.

5 ANJO DA GUARDA. *Caros Amigos*, n. 53, 2000. Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed53/marina_amaral.asp. Acesso em: 12 maio 2005.

cursar Filosofia. Na USP, conheceu o cearense Tito de Alencar Lima, Frei Tito, dominicano do movimento estudantil. Por meio da amizade, tem-se mais um fator de motivação para o ingresso de Therezinha Zerbini na luta pela anistia.

Em meados de 1968, Frei Tito pediu a Therezinha a indicação de um local para a realização de um congresso sem dizer, no primeiro momento, do que se tratava. Ela dirigiu o pedido a um amigo do marido dono de sítio em Ibiúna, interior de São Paulo, que, na verdade, era para o 30º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE). A entidade havia sido extinta pelo regime e o encontro necessitava ser feito às escondidas para a eleição de seu presidente. Em 9 de outubro de 1968, 170 mulheres e 536 homens acamparam no local para discutir estratégias de resistência do movimento estudantil.

Delatado o encontro ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), 706 estudantes foram presos e levados ao Presídio Tiradentes, em São Paulo. Entre eles, Frei Tito, que, solto em seguida, foi vigiado pelo aparato repressivo. A sua segunda prisão, verdadeiro martírio, aconteceria em novembro de 1969.

As investigações levaram à Therezinha Zerbini. Presa em novembro de 1969, depois de prestar depoimento no DOPS, foi liberada. Mas esta não seria a última vez. Numa noite de fevereiro de 1970, foi presa novamente, em sua casa, pela Operação Bandeirante (Oban). Investiu-se de seu papel de defensora da família, mostrando-se uma "boa dona de casa", "cordata" e "inofensiva", ao reagir de forma a desconcertar os policiais e a preservar o marido e os filhos da ameaça:

> Eu disse: "os senhores desculpem, estamos acabando de jantar, por favor passem para lá (aponta a sala de estar), que vou pedir para passar um café [...]".
> Ficou um ambiente horroroso e aí chutei o pé do general por baixo da mesa e falei baixinho: "Eu entro nisso sozinha e saio disso sozinha, ouviu?" E ofereci aos gorilas: "Os senhores não querem compota de pêra?" Eles cada vez mais sem graça. Aí, a Lita veio com café, eles não sabiam mais se seguravam a metralhadora ou a xícara [...][6].

Conduzida à Operação Oban, ela foi interrogada e ameaçada pelos policiais e, embora não tenha sofrido tortura, foi encarcerada com Frei Tito, que se encontrava bastante debilitado pelas sistemáticas sevícias de torturadores. O encontro marcou a sua memória, assim como os seis meses de cárcere, dando-lhe maior compreensão sobre a crueldade contra os opositores do regime:

6 *Ibidem.*

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> [...] O rosto dele vertia sangue, estava todo inchado, meu coração apertou. Ele chegou bem pertinho e me disse com um fiozinho de voz: "Dona Therezinha, a senhora sabia para que era o sítio, não sabia? E eu: "Tito, que o Espírito Santo te ilumine, meu filho. Claro que eu sabia. Claro". E perguntei para os torturadores qual era o órgão que coordenava os estudantes. Por sorte, um dos gorilas respondeu: "A Une, a Une". E eu disse, com a voz cheia de desprezo: "Tá vendo, Tito, até ele sabe". E o Tito, coitadinho: "A senhora me perdoe". "Te perdoar do que, meu filho? Que Deus perdoe esses monstros"[7].

Tudo dentro da lei

O fato de o MFPA ter surgido em 1975, no governo do presidente Ernesto Geisel, pode levar a crer que o movimento tenha tido mais tranquilidade na relação com o aparato repressivo, uma vez que estava em discussão o plano de distensão "lenta e gradual", com o objetivo de assegurar o afrouxamento das tensões políticas no país. De fato, as crescentes dificuldades econômicas do Estado de Segurança Nacional obrigaram-no a adotar medidas de legitimidade e obtenção de apoio político e social.

O desmantelamento gradual do Ato Institucional nº 5, a flexibilização do sistema eleitoral, tornado aparentemente mais livre, além do fim da censura prévia aos veículos da grande imprensa foram iniciativas. Mas a distensão, como lembra Alves (1984, p. 203) foi marcada por conflitos entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. De um lado, possibilitava-se que setores de oposição à ditadura militar tivessem mais espaço para se organizar e fazer reivindicações. De outro, a organização e as reivindicações por melhores condições de vida e mais liberdade de expressão desencadearam reações do aparato repressivo em operações maciças de detenção de opositores, propiciando clima de incerteza.

O que na verdade ocorreu é que, com Geisel, a repressão fez-se mais seletiva e dissimulada, perseguindo e eliminando opositores tidos como ameaça à continuidade do regime. Estavam em mira agrupamentos comunistas remanescentes, não mais envolvidos com a luta armada já eliminada, além de setores mais aguerridos do MDB e movimentos de trabalhadores urbanos e rurais. O intervalo entre os anos de 1974 e 1976 foi marcado por violência contra militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Segundo dados da Anistia Internacional, mais de 2 mil pessoas foram presas no Brasil somente em 1975, ano de fundação do MFPA, das quais 700 continuaram presas e 240 adotadas pela entidade.

7 *Ibidem.*

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A consciência da possibilidade real de repressão, prisão, tortura e risco de morte fez a tomada de precauções na condução do Movimento Feminino pela Anistia. Em 15 de dezembro de 1975, realizou-se a assembleia geral de fundação do movimento, que funcionava desde março como comissão provisória. A ata da fundação registrou a realização, durante a assembleia, de relatório de atividades da comissão, a leitura e aprovação "por aclamação" dos estatutos do movimento, elaborados previamente, e a eleição do conselho geral e da diretoria executiva.

Mas, apesar das tentativas de desvinculação do MFPA de partidos ou organizações de esquerda, os serviços de informação brasileiros acompanharam sua movimentação, desde o início, pela imprensa ou vigilância sobre os membros. Por vezes, buscaram caracterizá-lo como braço político de entidades de esquerda, algumas delas até sem registro e em articulações pouco prováveis ou grotescas. Em um dossiê, elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), de agosto de 1978, conclui-se que o movimento seria relacionado ao Partido Comunista Brasileiro, por apresentar "uma atuação em perfeita consonância com as diretrizes emanadas do PCB". No mesmo documento, na apresentação, no entanto, diz-se que o MFPA seria "tutelado pelo Comitê de Defesa dos Prisioneiros Subversivos, recebendo contribuição da Anistia Internacional e Tribunal Bertrand Russel, organismos de frente do MCI"[8].

A cautela só pode ser compreendida levando-se em consideração as difíceis condições para a luta. Reis (2004, p. 132) lembra que não havia, no momento, a certeza de que o fim da ditadura estava próximo. As pessoas não sabiam como se daria a transição para o regime democrático, já que os generais gostavam de dizer que "suportariam" a oposição, mas não a contestação à ordem.

A estratégia de proteção contra a repressão do MFPA fica clara não só pela visibilidade pública do trabalho, mas pela fonte de elaboração do texto do estatuto. O modelo escolhido foi o do *Estatuto das* "*Marchadeiras*", grupo de mulheres paulistas que organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964. Para garantir amparo legal, um jurista elaborou o *caput* do Estatuto, com os objetivos:

> a) defender e dar apoio e solidariedade a todos aqueles que foram atingidos nos seus direitos de homem e de cidadania, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos subscrita pelo nosso país e lutar pela anistia ampla e geral, visando a pacificação da família brasileira;
> b) promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social

8 ACE 114085/78, 1978. Centro de Informações do Exército. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG). p. 65.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> e cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos[9].

O apelo humanitário, feito pela identidade de gênero tradicional, ou seja, "mães cumprindo o seu papel designado pela sociedade", assim como a sensação de proteção que a situação trazia no esboço de uma reação possível, no momento, são apontados por Lanna (1996, p. 118) como um dos fatores que atraíram tantas mulheres em estados do Brasil. O núcleo mineiro foi um dos mais numerosos, chegando a congregar 300 mulheres.

Como possíveis integrantes do movimento, somente mulheres eram permitidas, entre elas "profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras". Embora não fosse vetada a presença de homens em reuniões, somente elas tinham voz e voto, como lembrou a presidenta do Movimento: "Se eles queriam estar lá para servir café, fazer uma compra enquanto a gente estava reunida, podia. Eles não podiam votar e nem dar palpite. Eu dizia: muito bem, escreve e entrega, depois nós vamos discutir porque senão vira uma anarquia"[10].

A presença somente de mulheres no MFPA não foi algo espontâneo como no movimento das *madres argentinas*, mas obrigatório desde o início. A característica apontada como "estratégia de guerra", por Therezinha Zerbini, é de fundamental importância para a compreensão do protagonismo das mulheres e suas transformações, pela experiência política inédita analisada aqui. Um movimento feminino, fundado no Ano Internacional da Mulher, não incomodaria tanto o regime e ainda daria proteção à intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculinas no período. Sozinhas, ou melhor, apartadas de quem sempre teve a palavra, elas podiam ficar mais à vontade para desenvolver atividade autônoma e ganhar credibilidade por sua "neutralidade" e "ausência de objetivos políticos", prontas para argumentar, articular, como se pode interpretar, conforme fala de Zerbini:

> [...] Onde o homem vai, ele inibe. Você vai numa reunião de operários, de estudantes, tem lá um grupinho de mulheres. Se tem homens, eles inibem. Porque a mulher não foi treinada, ela não tem a velocidade mental porque sempre foi o homem que mandou. Ele sempre foi o chefe e patrão. As mulheres ficavam com medo de falar bobagem. Foi arte da guerra

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

9 MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Estatutos do Movimento Feminino pela Anistia. São Paulo, 15 mar. 1976. Arquivo Therezinha Zerbini.

10 ZERBINI, Therezinha Godoy, 78 anos. Depoimento feito a Ana Rita Fonteles Duarte. São Paulo, agosto de 2006. Acervo da autora.

> mesmo, era treino. E mulher com mulher se entende. E meu forte nunca foi mulher. Sempre foi homem (fala enfaticamente). E eu não sabia lidar bem com elas. Mas olha, Deus dá o frio conforme o cobertor. E a coisa foi muito bem. Tanto é que quando nós começamos o Movimento, diziam – a turminha do PT, a turma do PC do B – que eram eles que tinham feito. Eles queriam abocanhar. Eu dizia: não me venham fazer política dentro do Movimento, que nunca houve, viu. Tanto é que conquistada a anistia, que era o objetivo, acabou. Foi cada um fazer o que queria, porque isso era o certo[11].

Além de apropriação de espaço, de certa forma "protegido" pela identificação "humanitária" e "materna", é possível pensar nas tentativas de militantes homens e mulheres, ligados à organizações de esquerda, de ingresso no MFPA para acompanhar e direcionar os termos em que seria reivindicada ou "negociada" a anistia. Afinal, isso teria implicações políticas para as esquerdas. Há relatos sobre a insatisfação de presos com relação à atuação das mulheres do MFPA, o que camufla o caráter "político" da oposição ao regime: "Não queríamos que o povo achasse que éramos coitadinhos. Nossa intenção era que os brasileiros entendessem que estávamos travando uma luta política"[12].

A preocupação fez-se irritação confessa quando se iniciou métodos de protesto como forma de denúncia e solidariedade aos prisioneiros pelo MFPA, como as vigílias em igrejas, prática registrada em diferentes núcleos do movimento. Afinal, muitos eram materialistas e ainda defendiam a luta armada. "Naquela época não dava para pensar em ficar fazendo vigília. Nossa anistia não poderia ser dada como um perdão do governo"[13].

Mesmo com todos os cuidados, integrantes do MFPA não conseguiram evitar tentativas de repressão do regime, ou mesmo cerrada vigilância sobre as lideranças do movimento. Zerbini sabia que os telefones de sua casa eram grampeados. Encerrada a ditadura, ela descobriu em meio à documentação do DOPSs, fotos em que aparece passeando com cachorros nos arredores de sua casa. Há dossiês de órgãos de repressão em que são relatadas participações em eventos, reuniões e palestras. A fundadora é tratada nos documentos como "conhecida subversiva"[14], que "mesmo antes de 64 alimentava ideias socialistas e atuava no campo psicossocial com propósitos subversivos"[15].

---

11 *Ibidem*.

12 Depoimento do ex-preso "Theodomiro". *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 ago. 2004. Disponível em: www.pernambuco.com/diario/2004/08/27/especialanistia50.html. Acesso em: 2 out. 2007.

13 Depoimento do ex-preso Bruno Maranhão. *Ibidem*.

14 ACE 10317376, 1976. Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Fundo SNI. Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG). p. 2.

15 ACE 84588/75, 1975. Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional-Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG). p. 1.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Por sua vez, Therezinha procurou despistar carros suspeitos, que a seguiam em viagens pelo Brasil afora, e hospedar-se em hotéis mais caros, com maior controle de visitantes, como forma de se precaver contra possíveis atentados.

Lanna (1996, p. 115-117), que analisa as ações do MFPA em Minas Gerais, registra ameaças, atentados e prisões contra militantes mineiras. A mais contundente se deu na visita de Therezinha Zerbini a Minas Gerais, em abril de 1978, durante as comemorações do 33º Aniversário da Anistia Geral, concedida por Getúlio Vargas em 1945. A casa de Helena Grecco, presidente do núcleo local do MFPA, onde Zerbini estava hospedada, foi atacada com uma bomba que abriu um rombo de 2 metros de profundidade. Assumiu autoria do atentado o Grupo Anticomunista (GAC) deixando panfletos. A ameaça de atentado tinha sido feita por telefonemas e bilhetes anônimos dias antes.

Feminino x Feminista

O fato de a organização da luta pela anistia ter partido de mulheres animou as militantes das primeiras entidades feministas criadas no mesmo ano de 1975. Tudo parecia conspirar para o MFPA endossar as reivindicações do recém-criado movimento de mulheres. A I Conferência Mundial da Mulher, organizada pela ONU no México em 1975, foi o mesmo ponto de partida do movimento e de entidades como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB). Este último, criado em São Paulo, com o objetivo de divulgar resoluções e discussões do evento e do Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro.

A expectativa tinha base concreta. Em outubro do mesmo ano, o Movimento Feminino Pela Anistia aliou-se às feministas de Londrina, lideradas pela jornalista Joana Lopes, para o lançamento do primeiro número do jornal *Brasil Mulher*. O primeiro editorial busca a igualdade perdida entre homens e mulheres, centrando crítica em problemas sociais como a pobreza, a superexploração do trabalho, o impedimento do trabalho fora de casa para mulheres, a prostituição. Enfim, uma discussão em função da realidade brasileira e latino-americana.

A reportagem principal da primeira edição do jornal, "Anistia", narra o surgimento do recém-criado Movimento Feminino Pela Anistia – embora não tenha sido o primeiro registro do MFPA na imprensa – ilustrada por foto de Therezinha Zerbini, além da publicação, na íntegra, do *Manifesto da Mulher Brasileira*. A matéria narra a origem do Movimento e suas atividades até o momento, como participação na Conferência da ONU, no México, campanha pela coleta de assinaturas para o Manifesto da Mulher Brasileira, a entrega do documento às lideranças da Câmara dos Deputados, do Senado

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

e da Presidência da República e sua consequente repercussão, além da participação da líder do movimento em debates pelo país.

A parceria entre MFPA e feministas no jornal, no entanto, durou apenas mais alguns números. É possível encontrar, até o final de 1975, uma coluna que registra os passos do movimento, ações empreendidas e adesões recebidas dentro e fora do Brasil. Numa delas verifica-se o posicionamento específico de Therezinha Zerbini sobre a questão da mulher e de sua necessária participação política:

> No Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, realizado de 13 a 20 de outubro, na Câmara Municipal de São Paulo, Therezinha Zerbini falou em nome da Cúria Metropolitana, ressaltando o papel da mulher na sociedade:
> "Como parte do diagnóstico da mulher paulista devemos tomar consciência de que ela é cidadã e caminha lado a lado com o homem. Estamos partejando um mundo novo e todo parto é doloroso. Estamos assistindo a todas essas convulsões mundiais e somos 50% da população do mundo, um contingente revolucionário intocado. Devemos trabalhar com seriedade"[16].

Em vários momentos, a líder do MFPA cobrou mais atividade e responsabilidade das brasileiras com os rumos do país, recordando a participação feminina decisiva em momentos históricos, como nas lutas pela Independência no século XVIII, e nas reivindicações pela anistia em 1932, após a Revolução Constitucionalista, e em 1945, durante a ditadura Vargas. Sua fala convidava ao envolvimento, como mostra entrevista de março de 1976, realizada por ocasião de sua passagem por Fortaleza:

> O Movimento nasceu de uma necessidade emergencial do Brasil de hoje e é formado unicamente por mulheres "para que nós mulheres deixemos de ser apenas parte da História e sim um agente da História". Acrescentou que pretendem mudar o que Spengler afirma: "O homem faz a História, a mulher é a História", acha a dra. Therezinha que "a mulher é a História", dá um sentido muito estático ao sexo feminino que também deve ser participante, "a mulher brasileira deve se reafirmar perante seus cidadãos como democrata, justa e fraterna", complementou[17].

A declaração confundiu setores da imprensa que a chamavam de "líder feminista"[18] ou constantemente perguntavam se era feminista ou o que pensava sobre o movimento de mulheres dentro e fora do País. Depreende-se, no

16 *Brasil Mulher*, Londrina, dez. 1975, p. 2.
17 *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 17 mar. 1976, s.p. (grifos meus).
18 *Folha de Londrina*, Londrina, 26 set. 1975, p. 3.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

entanto, que, se para Therezinha Zerbini era perfeitamente concebível aliança com feministas para divulgação de luta de mulheres em prol da anistia de perseguidos políticos, não significava que estivesse disposta a se engajar em lutas específicas das mulheres, encampadas pelo feminismo no período, como questionamento da dupla moral sexual, direito ao corpo, questionamento da maternidade e heterossexualidade compulsória.

A discordância é a explicação do racha com a equipe do *Brasil Mulher*, não a recusa da anistia para os chamados "terroristas" por parte de Therezinha Zerbini como insinua Kucinski (1991, p. 80). Ela conta que, antes do conflito com os representantes do regime, teve caloroso embate com as feministas.

> O primeiro confronto que eu tive – você vai até dar risada – não foi nem com os gorilas. Foi com as feministas (exalta-se) aqui de São Paulo. Porque elas queriam se adonar do Movimento Feminino pela Anistia. Elas diziam que a luta do MFPA era feminista. Eu digo: "Não, vocês estão equivocadas". A luta do Movimento Feminino pela Anistia é uma luta de cidadania, da mulher cidadã. Não tem nada de feminista. Nós não estamos lutando por avanços. Depois cada um vai fazer o que quiser. [...] Daí resolvemos fazer um jornal que era o Brasil Mulher. E o jornal era de homens e mulheres que viam na liberdade e piriri e pororó. E aquilo foi andando. Daí, as feministas, que queriam uma vitrine, queriam aderir. E daí começaram. E começaram a tergiversar. Tanto é que eu me retirei do movimento, puxei o carro e elas ficaram falando sozinhas ao vento[19].

Divergências e separação entre feministas e MFPA, na figura da presidenta, são registradas pelas autoras da história do feminismo no Brasil. Para Moraes (1981, p. 20), apesar da importância do MFPA para o avanço do movimento de mulheres no Brasil, Zerbini "nunca disfarçou a pouca importância concedida à luta feminista", além de ser acusada de não ter facilitado a convivência unitária do grupo. Para Pinto (2003, p. 63-64), é "surpreendente" que, dois anos depois de ter participado da Conferência das Mulheres no México, a presidenta tenha feito declarações críticas, até agressivas sobre o movimento feminista.

Já Goldberg (1987, p. 127) acredita que a falta de sucesso da organização de movimento amplo de mulheres por parte de "marxistas ortodoxas" as levou a se diluírem no movimento feminino pelos direitos humanos. Associações e grupos surgidos como "feministas", aproveitando a oportunidade do Ano Internacional da Mulher, começaram a se desvencilhar do qualificativo tornado "incômodo", principalmente na realização de atividades conjuntas, como o caso do Movimento Feminino Pela Anistia.

19 ZERBINI, Therezinha Godoy, 78 anos. Depoimento feito à Ana Rita Fonteles Duarte. São Paulo, ago. 2006. Acervo da autora.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Na verdade, as visões carregam, em parte, equívocos e limitam o debate sobre a organização e significado do MFPA. Não há elementos que apontem a atuação de Therezinha Zerbini, filha de classe média alta, esposa de general do Exército, católica, como marxista ortodoxa ou não. A aproximação com a esquerda se dá pelo episódio do Congresso da UNE em Ibiúna. Certamente as vivências da prisão e o contato com o sofrimento de presos políticos e famílias deram-lhe visão mais ampla sobre o regime ditatorial e a necessidade de mudanças, mas não apontam para a atuação política na perspectiva comunista ou socialista. "Sou cristã e não marxista", disse ela em debate[20].

A sua participação na Conferência do México deu-se no âmbito do MFPA, constituído como comissão provisória, o que é possível compreender muito mais como estratégia de luta e visibilidade, além de busca de proteção diante do aparato repressivo. Havia também preocupação de não ampliar o leque de reivindicações para não se perder de vista a conquista da anistia como questão chave para a existência do movimento, como confirma Ramos (2002, p. 57).

Apesar da "promoção e elevação cultural da mulher" prevista como objetivo no *Estatuto do MFPA*, a questão torna-se secundária com relação à luta pela anistia (LANNA, 1996, p. 134). O afastamento ou tentativa de desvinculação da carga simbólica depreciativa carregada pelo feminismo é um dado a ser considerado e analisado. O incômodo do feminismo, recém-chegado ao Brasil na década de 70, é compartilhado por militantes do MFPA, pelos militares e também por amplos setores das esquerdas.

Enquanto nos Estados Unidos e na Europa as especificidades das lutas de mulheres e de grupos oprimidos expunham-se com força, no Brasil, tanto o pensamento liberal como o marxista revolucionário dividiam as possibilidades de luta em dois campos: busca da democracia e derrubada da ditadura ou luta do proletariado contra a burguesia.

Nesse cenário, há pouco espaço para a transformação das problemáticas das mulheres em debate público. Um complicador foi a forte campanha de depreciação sofrida pelas feministas em veículos da grande imprensa e da imprensa alternativa, que ora ignorava o debate, por achá-lo sem importância, ora utilizava-se de ironia e da galhofa para tratar as novas ideias. Nesse aspecto, o nanico *O Pasquim* foi pródigo em imagens que ridicularizam as feministas.

Nesse contexto, compreende-se por que a líder de um movimento formado somente por mulheres, com estratégias de autonomia e fortalecimento da figura feminina, rechaçava uma atitude feminista. Apesar de não se considerar comunista e chamar os comunistas de "exuzada", ao refletir sobre o

20 Discurso durante debate na Conferência realizada no Auditório das Mercês, 15 de janeiro de 1977, Salvador, Bahia. *In*: ZERBINI, Therezinha Godoy. *Anistia – Semente da Liberdade*. São Paulo: Salesianas 1979. p. 74.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

feminismo, Zerbini tende a se aproximar mais da retórica da esquerda que defende o feminismo adaptado à realidade brasileira, não questionando o fato de as mulheres serem chamadas a participar em eventos históricos específicos, sem abandonar a identidade de gênero tradicional:

> As feministas não devem pensar que descobriram a pólvora. Na expulsão dos holandeses do Brasil houve participação autêntica da mulher de Felipe Camarão e de outras mulheres do povo. Na Bahia, as mulheres ajudaram na resistência do Forte Paraguassu contra as investidas do português Madeira. Além das mulheres já citadas nessa entrevista, temos Anita Garibaldi, temos as mulheres dos bandeirantes que os obrigaram a voltar... Quem me deu um depoimento bonito sobre isso foi uma senhora cujo marido está desaparecido: "Olha, dona Therezinha, não somos filhotes de Betty Friedan. Quando a revolução de 30, um movimento realmente progressista – prometeu o voto à mulher, as mulheres votaram com a maior bravura porque queriam participar. As lutas feministas como são colocadas no Brasil, são inadequadas no tempo e no espaço. [...] As feministas brasileiras procuram seguir as feministas inglesas ou americanas, o que não faz sentido num Terceiro Mundo, ou principalmente no continente latino-americano, onde nossos problemas são pão, teto, educação, saúde [...][21].

A convocação à ação das mulheres apela para o discurso tradicional em que esposas e mães estão "naturalmente" dispostas ao lado da liberdade e da pacificação.

As discordâncias não impedem que o MFPA atue de forma articulada, em diversas oportunidades, em âmbito nacional ou local, com entidades feministas para se expressar publicamente. Em 1978, por exemplo, com o Centro da Mulher Brasileira e com a Sociedade Brasil Mulher, o MFPA assinou um manifesto de solidariedade às presas políticas em greve de fome.

É importante salientar que, apesar das posições da líder Therezinha Zerbini, o MFPA representou uma porta de entrada do feminismo de muitas mulheres. A preocupação de que somente mulheres integrassem o movimento assemelha-se às práticas dos grupos de consciência do chamado feminismo de segunda onda. Além disso, a luta coletiva, a influência de grupos políticos, a descoberta da "força feminina" e de sua disposição para a luta possibilitaram a descoberta do feminismo de muitas militantes.

Lideranças como a da ex-presidenta do MFPA de Minas Gerais, Helena Greco, afirmam o caráter verdadeiramente "feminista" do movimento, a despeito das negativas de Therezinha Zerbini, o que demonstra que os núcleos,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

21 *O Pasquim*, n. 418, 8 a 14 de julho de 1977. *In*: ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979. p. 22.

apesar de manterem o respeito às diretrizes registradas em cartório, desenvolvem experiências políticas múltiplas, aliando-se a movimentos sociais e visões diferenciadas do engajamento do MFPA:

> Além de feminino, O MFPA, teve caráter também feminista. O seu programa tinha a centralidade na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e na luta contra a discriminação e a opressão de gênero. Foram os MFPAs que iniciaram no Brasil a comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Sua radicalidade é inquestionável (MAUÉS; ABRAMO, 2006, p. 41).

Entre a exclusão e o estereótipo

A experiência do MFPA mudou a vida de Therezinha Zerbini, inserindo-a no espaço político brasileiro até pouco antes de sua morte, embora não com o mesmo impacto. Aos 80 anos, ainda dirigia o Partido Democrático Brasileiro (PDT) paulista. Além de documentos, possuía ainda um arquivo de notícias e reportagens sobre a atuação do movimento, o que a investiu em certo papel de "guardiã da memória". Isso não implica dizer que foi voz única ou sequer a mais ouvida quando o assunto era o Movimento Feminino Pela Anistia. Candau (1996, p. 67-68) afirma que os guardiões da memória podem ser dotados de prestígio, valorizados pelo grupo, ou tornarem-se estigmatizados e rejeitados em vista das transformações sociais que levam suas posições a serem consideradas obsoletas.

A figura de Zerbini está mais identificada com o segundo comportamento, o que pode ser dito ao se levar em consideração a memória recente produzida de maneira hegemônica pela esquerda sobre a anistia brasileira. Nela se percebe a exclusão da presidenta do MFPA, o que claramente remete à rejeição de suas posições.

Uma das obras memorialísticas mais importantes sobre a anistia no Brasil, *Pela democracia*, *contra o arbítrio*, foi organizada e lançada, em 2006, pela editora da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, que, além do livro, mantém em seu portal depoimentos de diversas personalidades que lutaram pela redemocratização brasileira. As únicas mulheres chamadas a narrar a experiência foram Ana Guedes, Helena Greco e Maria Luíza Fontenele[22].

A figura de Greco, no entanto, não é mais referenciada somente quando se trata de memórias das esquerdas no Brasil. As narrativas históricas acadêmicas também a escolhem quando o assunto é entender a ação política do Movimento Feminino Pela Anistia no país. Em artigo publicado em coletânea, em 2016, pela editora Letra e Voz, Delgado (2016) dedica-se a recuperar a

22 A primeira é membro do Grupo Tortura Nunca Mais, na Bahia e militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A última foi eleita primeira prefeita de capital, pelo PT, em Fortaleza, em 1985.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

trajetória da senhora mineira no artigo *O Movimento Feminino pela Anistia e o Humanismo Intransigente de Helena Greco*. O texto recupera sua trajetória como militante pelos direitos humanos, as perseguições e atentados sofridos, sua atuação inédita na política, já que antes dedicava-se ao lar e à família como a maior parte das mulheres de sua geração e posição social.

O artigo, no entanto, traz uma série de equívocos de informação acerca da sua atuação, atribuindo-lhe, por exemplo, a presidência nacional do movimento, algo que nunca aconteceu, pois a única presidenta nacional foi Therezinha Zerbini. Greco comandou o MFPA em Minas Gerais, fundado dois anos depois do núcleo nacional em São Paulo. O artigo afirma, ainda, que Therezinha foi presidente nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), o que também nunca aconteceu. Ao contrário, Therezinha, muitas vezes, chegou a rivalizar com o CBA.

Entre erros e descuido, é necessário pensar sobre o peso da memória construída sobre Greco em detrimento da tentativa de invisibilidade construída sobre a controversa figura de Therezinha Zerbini, "mulher de general", "durona", "antifeminista" e "burguesona, graças a Deus", como costumava brincar com os que a acusavam[23].

O pensamento e trajetória de Zerbini, a partir da segunda metade dos anos 1990, quando houve uma retomada mais consistente sobre a história da anistia – incentivada especialmente pela aprovação de leis estaduais e federal de reparação a perseguidos políticos e suas famílias – basicamente foi feita através de matérias esparsas em jornais e revistas.

Em 2012, o jornalista Paulo Moreira Leite lançou, pela Arquipélago Editorial, de Porto Alegre, o livro *A Mulher que era o general da casa – histórias da resistência civil à ditadura militar*. A publicação traz várias reportagens sobre personalidades que atuaram na resistência à ditadura civil-militar brasileira, entre elas o reverendo Jaime Wright, Florestan Fernandes e Plínio de Arruda Sampaio. O título da reportagem sobre Therezinha Zerbini dá nome ao livro e, segundo o autor, constitui a última reportagem feita para a publicação.

O perfil foi elaborado a partir das memórias de Therezinha e da filha, a advogada Eugênia Zerbini, que nos últimos anos de vida da mãe a secretariava. O perfil de Leite (2012) constrói-se a partir de algumas narrativas sobre a relação entre Therezinha e o marido, apresentado no livro como o único general que resistiu ao golpe e que, por isso, foi preso e colocado na reserva, a prisão de Therezinha e as repercussões desses acontecimentos para a vida dos filhos pequenos do casal. O texto traz ainda informações biográficas sobre Therezinha que tentam explicar ou buscar coerência para seu comportamento.

23 Termos encontrados em diferentes textos sobre Therezinha Zerbini e ironizados por ela durante a entrevista para essa pesquisa. ZERBINI, Therezinha Godoy de. 78 anos. Depoimento feito a Ana Rita Fonteles Duarte. São Paulo, agosto de 2006. Acervo da autora, 2006.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

As ações, muitas vezes, arriscadas de Therezinha, como esconder um saco de fuzis no jardim da casa, abrigar estudantes feridos em manifestações, utilizar dos filhos para enviar recados escondidos nos canos da bicicleta a moradores clandestinos do bairro, além das viagens por todo o Brasil, ajudam a referendar uma imagem de mulher forte que, após anos como dona de casa e funcionária dos Correios, assumiu um papel de liderança pública e subverteu as relações pessoais, ocupando um lugar de mando também no espaço da casa, algo pouco usual para a esposa de um militar da mais alta patente.

As histórias de autonomia de Therezinha no trabalho, na atuação política e no casamento contrastam com a afirmação peremptória, dela própria e celebrada pelo jornalista, que desconsidera a atuação da presidenta do MFPA como feminista e naturaliza a sua ação pública como extensão dos cuidados tradicionais ligados ao âmbito doméstico. "Com aquele seu jeito manso e firme, Therezinha fala de gestos que mudaram a história com a naturalidade de quem descreve as virtudes de um bom frango empanado que costuma encomendar num restaurante das vizinhanças" (LEITE, 2012, p. 15).

Em 31 de agosto de 2006, estive com Therezinha Zerbini em São Paulo, em sua casa no Pacaembu. Considero a hipótese de que a memória de Therezinha Zerbine elaborada nessa entrevista estabelecia-se como um instrumento de defesa de sua atuação, autonomia e protagonismo. A narrativa fluente, relatos de conversas e grandes e pequenas aventuras, reveladas com emoção e contundência, constituíram, acima de tudo, um espaço de afirmação de ideias, de acerto de contas e de restabelecimento de "verdades", numa memória nitidamente em disputa sobre a trajetória da luta mais ampla pela anistia em que Therezinha não tinha muito espaço, até então.

Ela não havia, a exemplo de outros militantes, escrito ou sido objeto de uma biografia, apesar de ter empreendido nítido esforço de arquivamento de sua vida e atuação no MFPA, através da constituição de acervo pessoal e da publicação, em 1979, do livro *Anistia – Semente da Liberdade*, uma coletânea de entrevistas, matérias jornalísticas (ZERBINI, 1979).

A narrativa de Therezinha Zerbini, em 2006, produzida em diálogo comigo, foi realizada a partir do signo da contraposição e da resistência. Suas memórias da atuação do MFPA foram construídas prioritariamente a partir das disputas realizadas com alguns grupos ou mesmo indivíduos encarados como personagens que tentaram, de formas variadas, apropriar-se da ação política organizada por ela e outras apoiadoras. Nessa memória, aliados são reconhecidos, exaltados, enquanto os adversários são denunciados e encarados como perdedores diante de suas estratégias e coragem.

A presença de diversos militantes de partidos e organizações de esquerda nos quadros do movimento, articulando o MFPA com grupos e setores sociais, é vista como tentativa de aparelhamento por parte de dona Therezinha. Para

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ela, a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia, em 1978, refletiu a tentativa de condução do processo por grupos de esquerda que não teriam encontrado espaço para aparelhamento do MFPA. Os embates travados com os grupos de esquerda são uma constante em sua narrativa, marcada pela ironia e reafirmação da coragem para o enfrentamento, e dão a ideia de um cotidiano de disputas e provocações na construção da luta pela anistia:

> Houve um encontro nacional dos movimentos de anistia, eles punham uns nomes pomposos e nós não podíamos deixar aquilo solto. [...] Mas eles vieram porque queriam tomar o Movimento. Como eles não conseguiram, porque eu não dava chance... Eu dizia: gente, nós não somos donas da anistia, nós não queremos ser. Em São Paulo, os universitários pegaram a bandeira da anistia. Eu chorei na rua quando eu falei com o (Alberto) Goldman, que ele disse que eu ganhava as pessoas pela emoção. Quando eu vi os estudantes no fim do Viaduto do Chá com a bandeira da anistia, eu falei: "Graças a Deus". Nós não estávamos mais sozinhas. A Ordem (dos Advogados do Brasil) pegou a bandeira da anistia, um sindicato pegou a bandeira da anistia. Depois, juntar tudo aquilo era um apito. Não, eles queriam dirigir. Eles queriam tomar para nos dirigir. Falei: "Não!"[24].

Um dos eixos de memória presentes nas narrativas de Therezinha Zerbini refere-se às mudanças provocadas em sua vida pessoal e subjetividade, pelo processo de forjar-se em dirigente política e militante pela anistia, ainda que as expressões políticas tradicionais para as mulheres até então, como a defesa da família e a pacificação nacional, tenham dado a tônica da construção pública do MFPA, pelo menos a partir da direção nacional. As expressões de pequenas e grandes negociações e embates com o marido, mais velho 20 anos, mostram um contentamento com as escolhas realizadas a partir de seu próprio desejo:

> Inclusive aqui em casa aconteceu uma coisa muito importante. O general tinha ciúmes, claro. Eu era uma mulher bonita, andando por esse mundo de Deus, sozinha. E ele encheu porque eu andava como caixeiro viajante, com malinha pra lá, pra cá. Telefonava gente de todo lado e tudo, né? Ele disse: "Pois é, eu, agora, virei o marido da guerreira". Eu olhei bem nos olhos dele. Saiu a voz do meu coração. Eu disse: "Nêgo, por quantos anos eu fui a mulher do guerreiro? Isso nunca me diminui. A bandeira está no chão. Alguém tem que pegar. Você não entende? (disse que com a voz embargada). Ele abaixou a cabeça. Nunca mais, nunca mais [...][25].

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

24 ZERBINI, Therezinha Godoy de. 78 anos. Depoimento feito a Ana Rita Fonteles Duarte. São Paulo: Acervo da autora, ago. 2006.

25 *Ibidem*.

A opinião desprestigiada sobre os caminhos da anistia pode ter feito Therezinha decidir por não escrever sua própria narrativa sobre a experiência no MFPA. Essa opção, mesmo quando se lutou e arriscou a vida entre os anos 1960 e 1980, nas ditaduras militares, é comum a outras mulheres e militantes dos países do Cone Sul. Mas, no caso de Zerbini, discordar da maioria pode ter pesado um pouco mais em decidir não o fazer.

Um outro aspecto importante diz respeito à naturalização de sua ação política como uma quase extensão do esperado para seu gênero, o que acabou abarcando a maior parte da memorialística em torno do MFPA, incluindo a construção das cerimônias de reunião de anistiados em que as militantes são homenageadas por seu amor, coragem, afeto, cuidado e maternidade ampliada. Não se levam em consideração os usos desse mesmo gênero como instrumento de ação política em meio a um cenário de autoritarismo e interdição. As mulheres do MFPA são lembradas em seu sofrimento, dor, resignação e luta pela família como na reportagem de Leite (2012). Os posicionamentos de crítica ao feminismo de Zerbini são narrados como acertos de alguém que já viveu o suficiente para entender "como seriam as coisas" e não a partir de conflitos concretos desenrolados entre ela e grupos feministas num momento de transformação profunda para a situação das mulheres, que também a atingiu e a modificou.

Essa naturalização e ausência de complexidade no trato da ação política do MFPA aparece também em trabalhos de história que ainda enxergam no movimento um abre-alas para a ação do Comitê Brasileiro pela Anistia, considerado o responsável pela luta mais legítima. A pluralidade de vozes e embates é resumida à ação familiar ou ao que seria o posicionamento de setores mais ligados à Zerbini. Pesquisas mais recentes sobre a ação política de grupos do MFPA pelo Brasil e suas articulações com movimentos sociais, partidos políticos e organizações clandestinas mostram que a experiência do movimento está longe de ser homogênea e que o controle absoluto pretendido por Therezinha sobre a condução do MFPA não aconteceu.

A partir desse conjunto de discursos construídos sobre o processo de anistia, é possível compreender os sentidos da entrevista da fundadora do MFPA naquele agosto de 2006 em sua casa em São Paulo. Ansart (2004) diz que cabe ao historiador refletir sobre os ressentimentos na elaboração memorialística, interpretando rancores, invejas, desejos de vingança e os fantasmas da morte.

Dona Therezinha mostrou em sua entrevista, com sua raiva e ressentimento, que ela tinha existido. E, mesmo sem concordar com os entendimentos hegemônicos sobre a anistia e o fazer político de seus adversários, estava longe de constituir-se em figura 'folclórica'.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

CANDAU, Joel. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

DELGADO, Lucília Almeida Neves. O Movimento Feminino pela Anistia e o humanismo intransigente de Helena Greco. *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo (org.). *História oral e movimento social*: narrativas públicas. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo*: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Escrita Editorial, 1991.

LANNA, Anna Flávia Arruda. *Movimento Feminino pela Anistia*: a esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LEITE, Paulo Moreira. *A mulher que era o general da casa*. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. *Pela democracia*, *contra o arbítrio*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Família e feminismo*: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. 1981. Tese (Doutorado Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

RAMOS, Andressa Maria Vilar. *A liberdade permitida*. *Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia:* 1975-1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). *O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

ZERBINI, Therezinha Godoy. *Anistia – semente da liberdade*. São Paulo: Salesianas, 1979.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O GOLPE, A DITADURA E A CAMDE: notas sobre a trajetória de uma pesquisa[1]

Janaina Martins Cordeiro[2]

Em março de 2008 defendi, no Programa de Pós-Graduação em História da UFF (PPGH-UFF), a dissertação de mestrado intitulada *A nação que se salvou a si mesma – Entre Memória e História*, *a Campanha da Mulher pela Democracia* (1962-1974)[3]. Nela, propus tomar como objeto de pesquisa a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), associação feminina conservadora que atuou aproximadamente entre 1962 e 1974, sempre em defesa de valores tradicionais, como a família, a religião e a pátria e, de acordo com o contexto da Guerra Fria, professava intenso anticomunismo.

Naquele momento, interessava-me, sobretudo, compreender a atuação política e o imaginário coletivo que compuseram a experiência de grupos os quais tiveram participação ativa na campanha de desestabilização do governo Goulart, no apoio ao golpe e à ditadura que se seguiu. Especificamente no caso da CAMDE, compreender tal processo passava também pela compreensão das questões de gênero que a militância e o discurso dessas mulheres envolviam. Isso porque elas próprias justificavam sua atuação política a partir dos papéis de mãe e donas de casa preocupadas com a ameaça comunista e suas consequências sobre instituições como a família, a religião e a pátria.

O artigo propõe, sob este aspecto, revisitar a atuação política da CAMDE, com ênfase nos períodos de maior atividade do grupo. Ao mesmo tempo, pretende esboçar algumas reflexões acerca da trajetória da pesquisa que realizei e sobre a historiografia dos grupos femininos de direita nos anos 1960.

Em junho de 1962, o grupo feminino conservador Campanha da Mulher pela Democracia, a CAMDE, foi fundado na Paróquia de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, Rio de Janeiro. Constituída em pleno processo de radicalização

1 As reflexões deste artigo em parte foram desenvolvidas em outras publicações. Cf.: CORDEIRO, 2009; CORDEIRO, Janaina Martins. Direitas e organização do consenso sob a ditadura no Brasil: o caso da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). *Nuevo Mundo – Mundos Nuevos*, v. 1, p. 1-19, 2017; CORDEIRO, Janaina Martins. Mães do ano: a Camde e a imagem da mulher nos primeiros anos da ditadura civil-militar. *In*: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco Carlos; VANNUCCHI, Marco Aurélio. (org.). *O que há de novo sobre o Estado Novo*? Autoritarismo e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 177-197. v. 1.

2 Doutora em História pela UFF e Professora Adjunta de História Contemporânea do Departamento de História da mesma instituição. Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj e Bolsista de Produtividade do CNPq.

3 A dissertação foi publicada, em 2009, pela Editora FGV, sob o título *Direitas em movimento*: *a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Todas as citações a seguir referentes à pesquisa que resultou na publicação da dissertação tomarão como referência a versão publicada em 2009 pela FGV.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

das posições durante o governo de João Goulart, sua atuação política fundamentava-se em uma percepção segundo a qual o trabalhismo e o comunismo constituíam ameaças aos valores tradicionais. Nesse sentido, sua militância refletia certa inquietação com as propostas reformistas e de ampliação da participação política das massas representadas pelo governo Jango. Por outro lado, situada em um contexto mais amplo, pós-revolução cubana, a partir do qual a América Latina tornou-se efetivamente um dos palcos da Guerra Fria, o discurso dessas mulheres reproduzia fortes preocupações anticomunistas.

A CAMDE atuou por cerca de uma década, alternando a militância política em sentido mais estrito com a realização de atividades voltadas para a filantropia. Embora seja difícil precisar a data exata do encerramento de suas atividades, tudo indica que tenha ocorrido em 1974. Ou seja, o grupo atuou por mais de uma década, sempre em defesa da ditadura e de valores e instituições que consideravam ameaçados pelo comunismo, como a família, a Igreja e a Pátria. O período de maior atividade é aquele que vai de sua fundação, em 1962, à edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em outubro de 1965, já sob o primeiro governo ditatorial do marechal Castelo Branco. Sendo seu ápice o ano de 1964, quando tiveram papel de liderança na organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como "Marcha da Vitória", em 2 de abril.

Não obstante, a CAMDE não atuou sozinha. Ao contrário, o surgimento e militância política desse grupo faz parte de um contexto mais amplo da primeira metade da década de 1960, quando foram fundadas associações femininas conservadoras em todo o Brasil (SIMÕES, 1985). Preocupadas com os "rumos do país", com os perigos da "infiltração comunista", e definindo-se como "mães brasileiras", tais mulheres colocavam-se publicamente em defesa de instituições como a família, a Igreja e a Pátria, as quais, de certo modo, orientavam e davam sentido à sua existência cotidiana.

Assim, naquele mês de junho de 1962, um grupo de mulheres reuniu-se a convite de Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada, com o general Antônio de Mendonça Molina, irmão da anfitriã, e com o engenheiro e economista Glycon de Paiva, importante dirigente do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)[4]. Estava presente ainda o frei Leovigildo Balestieri, pároco de Ipanema, que explicava às mulheres reunidas naquele dia o que ele considerava uma "terrível situação". E complementava: "os homens não podem fazer nada, porque estão fracassados. Mas a mulher pode, é uma força nova, de grande influência que, se quizer [*sic*], ainda salvará o país"[5].

4 Arquivo Nacional (AN). Fundo CAMDE. *Histórico*, 1967, p. 2. Arquivo Nacional (AN). Fundo IPÊS. *Lista de sócios-fundadores*, 19--, p. 20.

5 Arquivo Nacional (AN). Fundo CAMDE. *Histórico*, 1967, p. 2.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

De acordo com o Histórico da CAMDE, foi essa reunião que marcou o nascimento da associação. A forte presença masculina – padres, generais e empresários – instruindo os trabalhos seria uma marca de como a própria CAMDE definiria, a partir de então, a sua atuação pública. O que não significa, de forma alguma, afirmar que sua atuação tenha sido manipulada pelos homens. Antes, significa compreender como tais mulheres agiram em prol da manutenção de determinados papéis considerados femininos e masculinos.

Sob este aspecto, as mulheres da CAMDE tinham clareza do fato de que o espaço natural e, portanto, preferencial de sua atuação era o privado, o *lar*. A saída para o espaço público do fazer político era vista como momentânea e circunstancial: uma exceção, em função da situação de perigo vivida pelo país. Assim, em geral, as associadas da CAMDE não estavam inseridas no mercado de trabalho. Na sua maior parte, eram donas de casa – realidade de grande parte das mulheres brasileiras no período. Quando exerciam atividades profissionais, em geral, tratava-se daquelas consideradas "tipicamente femininas". Segundo Michelle Perrot (2006, p. 508), "ensinar, tratar, assistir: essa tripla missão" constituía, desde o século XIX, a base de "profissões femininas". E era justamente nesses meios que podíamos encontrar algumas mulheres da CAMDE atuando. O melhor exemplo, talvez, seja a própria fundadora da associação, Amélia Molina Bastos, que se apresentava frequentemente como mãe, esposa, dona de casa e professora primária aposentada.

Também eram abertamente contra o divórcio. Diretora da CAMDE, Amélia Bastos declarou, em entrevista de 1967, não ser a favor do divórcio porque considerava o casamento "um sacramento" instituído por Cristo e, nesse sentido, o matrimônio deveria ser "um futuro de renúncias, de alegrias e tristezas" (BASTOS, 19--, *apud* POLLANAH, 1967).

Assim, talhadas para ocuparem o espaço privado do lar, para serem mães, esposas e donas de casa, elas eram consideradas – e aceitavam esse papel – o elemento de ligação entre o espaço privado e o público. Em algum sentido, o lugar por elas reivindicado é muito similar àquele que Michelet atribuía às mulheres que tomavam parte na Festa das Confederações durante a Revolução Francesa:

> Em não sei que aldeia, os homens tinham se reunido sozinhos num grande edifício, para redigirem juntos uma mensagem para a Assembleia Nacional. Elas se aproximam, escutam, entram com lágrimas nos olhos, também querem estar ali. Então releem a mensagem para elas; elas aderem de todo o coração. Essa profunda união entre família e pátria trouxe a todas as almas um sentimento desconhecido (MICHELET, 1939/1989, *apud* PERROT, 2006, p. 173-174).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Podemos dizer que, na primeira metade dos anos 1960, a CAMDE constituiu-se como representação de um determinado tipo de feminilidade profundamente ancorado nas tradições e no imaginário do ocidente moderno sobre o lugar das mulheres na sociedade e que encontrava profundo respaldo sobretudo entre segmentos conservadores da sociedade. Sua militância e presença pública definiam-se a partir de determinados aspectos que remetem justamente à "profunda união entre família e pátria" da qual nos falava Michelet ainda em meados do século XIX, mas que significa, antes de tudo, a ênfase dada à separação entre público e privado; pátria e família; homens e mulheres.

Não obstante, embora seja indispensável compreender o papel e o peso do espaço privado na atuação pública da CAMDE, é preciso observar que a entidade nasceu comprometida com as lutas políticas de seu tempo, no campo das direitas conservadoras.

O grupo de Ipanema caracterizou-se, portanto, pela formulação de um discurso eminentemente anticomunista e se definia como organização "apartidária" e comprometida com a "defesa da democracia", bem como com a "luta contra o comunismo e qualquer outro regime de força"[6]. Sua liderança era composta por um pequeno grupo muito bem delimitado socialmente: mulheres católicas, brancas, pertencentes às elites da zona sul carioca. Todavia, não se pode desconsiderar o poder de abrangência do discurso formulado pela CAMDE. Colocando-se como *mães* e falando em nome da *mulher brasileira*, seus clamores mobilizavam sentimentos e apelavam a tradições que não se restringiam às elites brasileiras, transcendendo também o espaço exclusivo do catolicismo e atraindo mulheres de outras religiões. O medo de que o comunismo destruísse a família, a pátria e a Igreja era partilhado pelos mais diversos setores da população. Assim, após a fundação do núcleo central da CAMDE, em Ipanema, apareceram núcleos da entidade em diferentes bairros, extrapolando, muitas vezes, os limites da zona sul: Santo Cristo, Botafogo, Tijuca, Méier, Santana, Ilha do Governador e Rocinha (SIMÕES, 1985, p. 32).

Ao longo de aproximadamente dez anos em que a CAMDE exerceu atividades públicas, podemos distinguir contextos diferentes que definiram de modo direto a forma de organização e execução de suas atividades. De maneira mais geral, pode-se dividir a atuação do grupo em três momentos principais. O primeiro referente à conjuntura anterior ao golpe, compreendendo o intervalo de tempo existente entre o momento da fundação da entidade, em junho de 1962, e o início do mês de março de 1964. Já o segundo refere-se ao contexto relativo à intervenção militar propriamente dita, na qual a ação dos grupos femininos e, nesse caso específico, da CAMDE teve papel central nas manifestações de apoio à intervenção militar que então se efetivava. As

6 Arquivo Nacional (AN). Fundo CAMDE. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 abril 1964, s.p. Recorte de jornal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas pelos grupos femininos em todo o país sintetizam bem esse momento. Por fim, a estruturação da militância no contexto da ditadura e do gradual fechamento do regime até o encerramento das atividades da associação em 1974 (CORDEIRO, 2009).

Desde sua fundação até 1965, quando o Ato Institucional nº 2 extinguiu os partidos políticos existentes, pode-se analisar a atuação pública da CAMDE a partir das aproximações de suas demandas com aquelas que caracterizavam o eleitorado do partido conservador União Democrática Nacional (UDN). De toda maneira, se pensarmos o udenismo refletindo não apenas plataformas eleitorais, mas sim um movimento social anticomunista, moralista e antitrabalhista, temos aí uma boa chave para analisar a cultura política e o imaginário coletivo deste grupo, o qual, desse ponto de vista, sobrevive ao fim do partido político (GRINBERG, 2009).

Assim, de maneira geral, a prática política da CAMDE esteve sempre muito próxima do udenismo. Isso porque eram muitas e evidentes as aproximações entre os valores defendidos, que eram a própria razão de ser da UDN desde a sua fundação em 1945, e os motivos que levaram as *mães* cariocas a constituírem uma associação que militava contra o comunismo e em defesa das "instituições democráticas". Difícil não identificar elementos constituintes da cultura política udenista – por exemplo, o elitismo de suas posturas aliado a um forte moralismo e anticomunismo (BENEVIDES, 1981) – aos sentidos das ações e dos discursos construídos pelas mulheres da CAMDE.

Sobre o período entre 1962 e 1965, podemos pensar que dificilmente as militantes da CAMDE não seriam eleitoras desse partido. Dificilmente uma agremiação política atendesse melhor às demandas daquelas mulheres que a UDN, embora a entidade insistisse em afirmar o caráter apartidário de suas posições. Sobretudo se considerarmos que estamos tratando de uma associação fundada na Guanabara, estado governado, então, pelo polêmico e popular Carlos Lacerda. Em seu estudo sobre a UDN da Guanabara, Izabel Picaluga (1980) discute a importância do voto feminino para a UDN "lacerdista" e admite o peso dos grupos médios, nos quais "é reconhecida a preferência feminina por Lacerda". A autora explica que, na Guanabara, o número de eleitores superava o de eleitoras em quase todas as zonas eleitorais, com exceção da 5ª zona, onde a vantagem da UDN sobre os demais partidos era histórica (PICALUGA, 1980, p. 151). Não por acaso, a 5ª zona eleitoral abrangia os bairros de Copacabana e Leme, região muito próxima ao lugar onde nasceu a CAMDE e residiam muitas de suas militantes. Em suma, na Guanabara, o lacerdismo possuía enorme força e foi capaz, por muito tempo, sobretudo antes do golpe, de aglutinar amplos segmentos sociais em torno das ideias defendidas pelo governador.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Assim, cabe destacar que, mesmo definindo a si própria como apartidária, a identificação e aproximação com o udenismo foi um aspecto importante da militância da CAMDE em seus primeiros anos. Em 1964, a atividade política do grupo viveu momento de grande intensidade, como se pode supor. Aliás, é importante que se destaque: tal atividade não se restringiu ao período mais específico do golpe, estendendo-se ao longo do ano e desdobrando-se em uma série de eventos e mobilizações. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade encontram-se, evidentemente, no centro de tais mobilizações, marcando o apogeu da trajetória da CAMDE e de outros grupos similares.

A ideia da Marcha nasceu em São Paulo, como uma reação ao discurso pronunciado por João Goulart no comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. De maneira geral, os setores das direitas organizadas receberam o comício com apreensão entendendo que, a partir de então, o presidente havia assumido uma aliança com as esquerdas e não mais hesitaria em romper com a legalidade constitucional para levar adiante seu programa reformista. No caso dos grupos femininos, um trecho em particular do discurso de Jango os deixou especialmente alarmados. O presidente falava em "exploração dos sentimentos cristãos", "indústria do anticomunismo" e por fim, dizia que "os rosários não podiam ser levantados contra a vontade do povo" (GOULART, 1964, *apud* FICO, 2004, p. 284).

A suposta "ofensa" de Goulart ao terço motivou os grupos femininos, primeiramente em São Paulo, mas depois em todo o país, a se articularem em um "movimento de desagravo ao rosário". Assim, no dia 19 de março, convocadas pela União Cívica Feminina (UCF) e por uma série de entidades cívicas, cerca de 500 mil pessoas saíram às ruas na capital paulista. Nascia a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, grandes manifestações de rua, que se espalharam por todo o país, representando "um pedido da sociedade civil às Forças Armadas para que realizassem uma intervenção 'moralizadora' das instituições, afastando do país o perigo comunista" (PRESOT, 2004, p. 15).

Poucos dias após a Marcha paulista, a CAMDE começava a preparar a Marcha carioca. Marcada para o dia 2 de abril, a ideia era, a princípio, "dar continuidade ao movimento em defesa da Constituição e da democracia iniciado em São Paulo"[7]. No entanto, a Marcha da Guanabara marcaria uma diferença com relação à primeira manifestação e com as que se seguiram pelo interior do país depois do dia 19: com o desenrolar dos acontecimentos, a antecipação das tropas de Mourão Filho e a deposição de Goulart no dia 1º de abril, a Marcha do dia 2 teria, então, um novo sentido. Tratava-se de *comemorar* a intervenção militar, "salvadora" da pátria, da família e da religião. Era a *Marcha da Vitória*, a maior de todas elas, que levou cerca de 800 mil

7 Arquivo Nacional (AN). Fundo CAMDE. *O Globo*, 24 março 1964. Recorte de jornal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

pessoas às ruas[8]. O discurso de Amélia Bastos durante a Marcha representa muito bem o tipo de sentimento partilhado por aquelas pessoas que participaram da manifestação. Falando em nome da "mulher brasileira", a diretora da CAMDE afirmava:

> Hoje a palavra da mulher brasileira não pode ser a mesma de ontem, quando era súplica, advertência e apelo. [...] A súplica, foi ouvida por Deus; a advertência, pelos homens e mulheres desta pátria livre e soberana; o apelo, atendido pela maioria dos cidadãos responsáveis e, acima de tudo e de todos, pelas classes armadas. Honra e glória aos nossos soldados [...] Esta é, pois, a hora da oração a Deus por haver inspirado as forças da terra, mar e ar, guardiãs do regime, da ordem e da paz nacional, ao cumprimento dos deveres que a Constituição lhes assinala (MATIAS, 19--).

Para além das diferenças entre as Marchas de antes e depois do dia 31, Amélia Bastos explicava a mudança de sentimentos e o conforto que a intervenção militar trouxe para os vastos segmentos sociais que marcharam no dia 2 de abril. Assim, sobre aquele momento, é possível afirmar que os amplos segmentos que tomaram parte na Marcha estavam animados, primeiramente, em função da deposição de Jango. Não obstante, em alguma medida, os *vivas* dados às Forças Armadas evidenciavam já o consenso que se efetivava em torno da formação de um "governo revolucionário".

No dia seguinte à manifestação, a CAMDE começou a trabalhar pela indicação do então general Castelo Branco à Presidência da República. Tratava-se, agora, de legitimar a "revolução", transformando em "chefe da nação" o chefe militar do movimento. A reunião das mulheres em torno de Castelo Branco imediatamente após o triunfo do golpe já indicava, de alguma maneira, que a liderança de Carlos Lacerda, até então incontestável na Guanabara, acabaria secundarizada para a CAMDE. Até as eleições legislativas de 1965, as mulheres oscilaram entre o estilo personalista de Carlos Lacerda e a "opção segura" pela continuação e aprofundamento da "ação revolucionária" com Castelo Branco. Não sem transtornos, a CAMDE optaria pela segunda alternativa, sem que isso significasse, no entanto, uma ruptura com a cultura política udenista, mas sim com o lacerdismo.

A luta pela indicação de Castelo Branco à presidência significava a consolidação da assim chamada *revolução*, e somava-se a ela a batalha pela cassação dos mandatos dos que eram considerados "deputados comunistas". A CAMDE falava, então, em "redemocratização" do país. Mas, para essas mulheres, esse processo estava intimamente vinculado à limpeza de vestígios comunistas, a qual deveria ser feita a partir da reconstrução do governo em bases fortes e da punição intransigente de comunistas ou simpatizantes.

8 *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 abril 1964, p. 5.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Aliás, de acordo com a definição de democracia da CAMDE, os processos eleitorais nunca foram uma preocupação central. Tanto que, em julho de 1964, quando foi prorrogado o mandato de Castelo Branco até 1967, cancelando-se, portanto, as eleições presidenciais previstas para 1965, a associação mais uma vez se colocou ao lado do marechal-presidente. Dias antes da prorrogação do mandato, a CAMDE divulgou um manifesto no qual afirmava "a sua confiança no governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco" e pedia à nação sua "cota de sacrifício" pelo bem do país[9]. Ou seja, após o golpe, as preocupações da CAMDE voltaram-se para a necessidade de preservar e consolidar o regime, preferindo os militares no governo aos políticos tradicionais, mesmo os de direita. Nada mais coerente, pois a CAMDE, dizendo-se apolítica e apartidária, preferia os chefes militares, também não vinculados a partidos. A desconfiança em relação à política e aos políticos; a preferência pela decisão política considerada técnica, desprovida de "paixões ideológicas": aqui está uma referência interessante, que distingue, em certa medida, a CAMDE da UDN e dos demais partidos de direita.

Portanto, o período que se segue ao golpe pode ser analisado como um momento de *reorganização do consenso*. Mas, embora haja diferenças entre os modos de pensar e agir da CAMDE e da UDN como partido político, a cultura política udenista, fortemente anticomunista, autoritária, moralista e golpista continuava sendo um importante ponto de referência entre os setores conservadores da sociedade brasileira. Mesmo quando, a partir da prorrogação do mandato de Castelo Branco em julho de 1964 ou do Ato Institucional nº 2, auge desse processo de reorganização do consenso, a influência udenista continuou sendo forte. Essencialmente, o que mudou nesse momento foi a perda de influência do lacerdismo entre as mulheres da CAMDE.

As eleições estaduais de 1965 na Guanabara constituíram momento importante que precisa ser analisado com cuidado. É preciso compreender o cenário político-eleitoral da Guanabara e, sobretudo, é imprescindível que tentemos entender a dinâmica da adesão da CAMDE ao lacerdismo para compreendermos a posição da entidade diante dos resultados das eleições e, principalmente, diante do AI-2.

Como já mencionamos, a influência do lacerdismo, sobretudo à época do surgimento da CAMDE, em 1962, é notável. Não obstante, logo após a "revolução" a CAMDE teve que fazer uma escolha entre – pode-se colocar dessa forma – lacerdismo e castelismo. Tal escolha não era algo muito nítido. O próprio presidente Castelo Branco se declarava um "'udenista roxo', admirador de Carlos Lacerda e Adauto Lúcio Costa" (BENEVIDES, 1981, p. 130).

A adesão ao lacerdismo não era apenas uma opção político-partidária: tratava-se de um posicionamento ideológico em torno da defesa de determinados

9 Arquivo Nacional (AN). Fundo CAMDE. *Diário de Notícias*, 11 jul. 1964. Recorte de jornal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

valores, representados em âmbito nacional pelo udenismo, mas que, no plano local, na Guanabara, ganhava contornos específicos em virtude não apenas da forte personalidade de Carlos Lacerda, mas também do peso da disputa eleitoral no estado, polarizada entre UDN e PTB. Tal disputa era capaz de mobilizar a sociedade, sobretudo em virtude da tradição histórica e dos valores – opostos – que esses partidos representavam (PICALUGA, 1980, p. 66).

No entanto, após o golpe, a adesão da CAMDE a Lacerda, embora ainda fosse significativa, passou a ser relativizada em virtude da ascensão de uma nova liderança "revolucionária": o presidente Castelo Branco.

Ainda em julho de 1964, quando da prorrogação do mandato de Castelo Branco, frustrando as ambições presidenciais de Lacerda, a CAMDE se colocou a favor do primeiro, rompendo com o governador da Guanabara em outubro desse mesmo ano. Essa posição, naquele momento, significava acreditar que o "aprofundamento da ação revolucionária" dependia do fechamento do regime e da concentração de poderes nas mãos do líder militar da "revolução".

Tratava-se da adesão a um novo líder: Castelo Branco, adorado pelas mulheres da CAMDE. Em uma das entrevistas que realizei para minha dissertação de mestrado, por exemplo, uma das integrantes lembrou, saudosa, as palavras do economista Eugênio Gudin: "Tem um artigo do Gudin que ele dizia que o Castelo Branco tinha que ter feito um governo de pelo menos 10 anos. Pelo menos 10 anos!" (CORDEIRO, 2009, p. 160). E, a rigor, a adesão à ideia da prorrogação do mandato de Castelo foi partilhada inclusive pela UDN. O entendimento era de que, se o governo Castelo Branco fosse interrompido em 1966, o processo de *limpeza* que os militares levavam a cabo também o seria.

Dessa forma, a "revolução" foi levada adiante com apoio de expressivos segmentos da sociedade civil. No caso da CAMDE, apesar da memória controversa das remanescentes do grupo no que tange ao consenso em torno do governo Costa e Silva, com o qual identificam o início da "ditadura militar" (CORDEIRO, 2009, p. 160), na época em que o segundo general-presidente assumiu, Amélia Bastos afirmou ter tido "muita esperança nesse governo" e, além disso, Costa e Silva era uma pessoa "muito comunicativa, muito acessível, de bom humor, inteligente" (Entrevista concedida por BASTOS a POLLANAH, 1967, p. 169).

Nesse sentido, se para os setores comprometidos com o regime de 1964 Castelo Branco era reverenciado como o *líder* da Revolução, na conjuntura em que Costa e Silva tomou posse – tendo em vista, sobretudo a radicalização dos movimentos de contestação a ditadura – era importante, para esses mesmos setores, consagrar a esse presidente o papel de "continuador" e "aprofundador" da ação "revolucionária" iniciada em 1964. Por volta de 1967 e 1968, a CAMDE, em particular, continuava fortemente comprometida com o governo. É o que podemos perceber, por exemplo, em 1968, após a edição do

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Ato Institucional nº 5 (AI-5), quando a associação divulgou uma mensagem de Natal na qual manifestava fé nos rumos da nação:

> Ultimamente vivíamos um clima de intranquilidade, desordens e violências gerados pelo abuso de liberdade, utilizada para fins impatrióticos. Um paradeiro a estes desmandos se impunha, e veio, fazendo-nos retroceder aos idos de março de 1964. Recomecemos mais uma vez com mais ímpeto [...][10].

Esse manifesto, divulgado na véspera do Natal, ou seja, apenas alguns dias após a edição do AI-5, demonstra bem a medida do apoio dado pela CAMDE a uma das medidas mais violentas adotadas pelo regime e que deu à ditadura plenos poderes. Mas, a partir de 1969, após divulgar uma nota lamentando o sequestro do embaixador estadunidense no Brasil por organizações da esquerda armada, as manifestações políticas da CAMDE tornaram-se cada vez mais esparsas. A partir dos anos 1970, as mulheres se dedicaram sobretudo às atividades de assistência social, as quais aliás sempre foram realizadas pela associação, que possuía uma diretoria de obras sociais. Não obstante, nos últimos anos até 1974, quando finalmente a CAMDE encerrou suas atividades, elas se tornaram preponderantes.

***

A atuação política da CAMDE constitui um caso exemplar, embora esteja longe de ser o único, de militância conservadora de direita ao longo da década de 1960 e, em particular, no contexto da crise política que levou ao golpe de 1964. A partir dele, pode-se compreender melhor as referências políticas, materiais e culturais da ampla frente social que, em 1964, apoiou o golpe contra o governo democraticamente eleito de João Goulart e que manteria, ao longo dos anos, apoio fiel à ditadura.

Todavia, do ponto de vista dos estudos acadêmicos e, em particular, da História, a atuação política de mulheres conservadoras na década de 1960 interessou pouco aos pesquisadores. Esse era o desafio que encontrei quando ingressei no Mestrado em História Social do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) em 2006, com uma pesquisa que propunha justamente analisar a trajetória política da CAMDE ao longo do governo Goulart e da ditadura. Naquele momento, não havia, praticamente, pesquisas específicas sobre o tema. É bem verdade que, em seu trabalho seminal sobre o papel desempenhado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) na década de 1960, René Dreifuss (1981) analisa,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

10 Arquivo Nacional (AN). Fundo CAMDE.*O Globo*, 24 dez. 1968, s.p. Recorte de jornal.

ainda que de forma tangencial, as relações entre as associações femininas da época e os empresários do IPES em seu objetivo de "conquistar o Estado".

O trabalho mais substantivo, porém, que tratava especificamente da formação de associações femininas conservadoras na década de 1960, era o da cientista política Solange de Deus Simões, publicado em 1985 e intitulado *Deus, Pátria e família – as mulheres no golpe de 1964*. A autora busca compreender a "novidade política" que representou a atuação organizada de mulheres no espaço público no início da década de 1960. Para tanto, optou por analisar seis grupos femininos: a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE (Guanabara); a União Cívica Feminina – UCF (São Paulo); o Movimento de Arregimentação Feminino – MAF (São Paulo); a Liga da Mulher Democrática – LIMDE (Minas Gerais); a Ação Democrática Feminina Gaúcha – ADFG (Rio Grande do Sul); e a Cruzada Democrática Feminina – CDF (Pernambuco). Tais grupos, segundo a autora, tiveram maior presença e destaque nas mídias e suas ações foram mais organizadas e agressivas (SIMÕES, 1985, p. 27)[11].

Mas foi apenas nas primeiras décadas do século XXI que novos trabalhos, em particular entre historiadores, passaram a se interessar pela atuação de grupos femininos conservadores no contexto da crise política dos anos 1960, já com abordagens distintas da proposta por Simões. É o caso de três dissertações de mestrado, defendidas entre 2004 e 2008: a primeira delas, de Aline Presot (2004), realizada na UFRJ, sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade; em seguida a de Dharana Pérola Ricardo Sestini (2008), sobre a UCF de São Paulo, defendida na USP; e meu próprio trabalho sobre a CAMDE da Guanabara (CORDEIRO, 2009), concluído na UFF em 2008.

O trabalho de Presot (2004) constitui-se no mais expressivo estudo realizado sobre as Marchas em todo o país, concentrando-se na análise do imaginário e representações mobilizados pelas manifestações ao longo dos primeiros meses de 1964. Sob esse aspecto, embora as associações femininas não sejam o objeto central de seu interesse, o papel fundamental desempenhado por elas nas diversas marchas que varreram o país naquele ano torna inevitável considerar suas atuações. Essa dimensão, portanto, não escapa à análise cuidadosa da autora.

Sestini, por sua vez, buscou analisar a atuação política da UCF na capital paulista, tentando compreender, ao mesmo tempo, o modelo de feminilidade propagado e assumido por tais mulheres. Segundo a historiadora, existiu "no Brasil dos anos de 1960 um projeto de 'mulher brasileira' em vigor entre os setores conservadores das camadas médias e altas. Uma mulher dócil, elegante, caridosa, religiosa e que ocupa um lugar social específico: o espaço doméstico" (2008, p. 9).

11 Para uma crítica à abordagem de Simões e Dreifuss quanto à forma de atuação feminina nos primeiros anos da década de 1960, cf.: CORDEIRO, 2009, p. 117-120.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Já meu trabalho propunha analisar o apoio de parcelas importantes da sociedade brasileira ao golpe e à ditadura civil-militar implantada em 1964, bem como as especificidades do processo de construção da memória de grupos claramente identificados com a defesa do regime, observando para tanto um grupo muito específico da sociedade: as mulheres das classes médias e elites cariocas que se reuniram em 1962 e fundaram a CAMDE. Assim, estudei a trajetória do grupo entre 1962 e meados da década de 1970, buscando compreender como sua atuação sofreu importante inflexão depois do golpe de 1964 (CORDEIRO, 2009).

Naquele momento, meu interesse fundamental era compreender a partir de que bases se estruturou o apoio civil ao golpe de 1964 e à ditadura que se seguiu. Interessava também, à pesquisa, aprofundar estudos sobre a memória construída em torno da ditadura ao longo do processo de transição democrática. Para tanto, busquei diálogo com determinada historiografia brasileira que interrogava os complexos processos de construção da memória sobre o passado recente e os silêncios que engendrava[12].

De modo mais amplo, tratava-se de questionar os processos de construção dos silêncios sobre os apoios recebidos pela ditadura e da construção de uma memória de acordo com a qual a sociedade brasileira teria sido essencialmente resistente ao regime. No caso específico da CAMDE, tratava-se de compreender os meandros da memória de um grupo que apoiou abertamente o golpe e a ditadura. Mais que isso, era preciso compreender como se dava a dinâmica entre lembrar, silenciar, esquecer – nenhum deles processos involuntários – para um grupo cuja atuação era, quando realizei a pesquisa, entre 2006 e 2008, condenada pela memória social dominante.

Sob este aspecto, a CAMDE conformava um interessante estudo de caso para refletir sobre a memória de grupos civis identificados com o apoio ao golpe e à ditadura. Mas, principalmente, a partir do estudo de sua militância política, podia-se compreender melhor as referências simbólicas e materiais que orientavam sua ação, bem como a cultura política conservadora na qual estavam inseridas, conformando certo udenismo lacerdista e um profundo sentido anticomunista.

Assim, se era possível compreender a atuação política da CAMDE a partir de um quadro mais amplo da cultura política conservadora de direita, havia um elemento que singularizava sua atuação e que não podia ser ignorado. Qual seja, o fato de se tratar de uma associação feminina. Tal aspecto tornava-se fundamental na concepção de militância adotada por estas mulheres – a forma como entendiam sua atuação pública: eram mães, esposas, donas de casa, irmãs, filhas, que deixavam temporariamente o lar, espaço preferencial

12 Cf. AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006; ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários*: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (3 v.).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

e considerado por elas *natural* de atuação, ao qual efetivamente pertenciam, para clamar aos homens que defendessem as instituições supostamente ameaçadas pelo comunismo, especialmente a família e a Igreja. Nesse sentido, um segundo desafio que o trabalho enfrentava era o de lidar com as questões especificamente de gênero que cercavam a atuação do grupo, a qual encontrava sua fundamentação justamente no fato de que eram mães clamando pela intervenção salvadora dos homens.

Tratava-se, portanto, de lidar, do ponto de vista da historiografia, com dois silêncios: o primeiro relativo aos apoios sociais recebidos pela ditadura; o segundo relativo à atuação feminina conservadora, de direita.

Hoje, mais de uma década após a finalização da pesquisa, o cenário da historiografia brasileira a respeito de tais questões alterou-se profundamente. Especificamente, do ponto de vista das pesquisas sobre as relações da sociedade com a ditadura, a produção tem se diversificado, beneficiando-se da abertura de novos arquivos, do diálogo com outras experiências autoritárias, da ampliação das temáticas e dos objetos[13]. Compreender a CAMDE a partir dessa chave é, para mim, um dos aspectos que torna a pesquisa ainda hoje relevante. Não obstante, acredito também que o tema adquiriu certa atualidade nos últimos anos, a qual apenas o debate sobre os apoios que a ditadura recebeu não explica. Essa atualidade, a meu ver, pode ser atribuída a dois outros aspectos: de um lado, a (re)atualização do interesse pela história das direitas; de outro, as questões relativas ao debate de gênero.

Sobre o primeiro aspecto, é importante destacar que, quando esse trabalho começou a ser elaborado, o estudo das direitas atraía poucos historiadores no Brasil. Podemos destacar alguns trabalhos acadêmicos importantes que ganharam espaço a partir da redemocratização e da década de 1980, a maior parte, no entanto, produzida fora da área de história[14]. Entre os historiadores, talvez seja o caso de marcar os trabalhos sobre integralismo como exceção, os quais atraíram atenção dos pesquisadores pelo menos desde as décadas de 1960 e 1970 e continuou a ser objeto de interesse nas décadas seguintes[15]. Mesmo esses, no entanto, ganharam, mais recentemente, renovado interesse, tendo em vista inclusive a ascensão de novos movimentos e grupos políticos que reivindicam a herança integralista (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020).

13 Cf.: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins (org.). *Por uma revisão crítica*: ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Sagga, 2021.

14 Cf., por exemplo, os livros já citados neste artigo: Dreifuss, 1981; Benevides, 1981; Picaluga, 1980; Simões, 1985.

15 Sobre o tema, cf. TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro da década de 1930. 3. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016a; TRINDADE, Hélgio. *A tentação fascista no Brasil*: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016b; GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. Sobre a historiografia do integralismo, cf. CALDEIRA NETO, Odilon. Dez obras fundamentais para compreender melhor o Integralismo. *Café História*, 20 jan. 2017 Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/integralismo/. Acesso em: 31 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Mas, eram particularmente raros os trabalhos sobre as direitas durante a década de 1960 e, em particular, após 1964. E aqui, é preciso destacar: a produção acadêmica sobre a ditadura militar já era, a essa altura, muito vasta. Todavia, a maioria dos trabalhos voltavam-se para a épica das esquerdas e da resistência – com toda a polissemia que essa palavra adquiriu – ao regime[16].

O cenário alterou-se profundamente a partir dos primeiros anos do século XXI, quando vieram a público, dentre outros, o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta sobre o imaginário anticomunista entre 1922 e 1964[17]; a tese de doutorado de Gizele Zanotto sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)[18]; a tese de Lúcia Grinberg sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), publicada como livro em 2009; e as dissertações de Presot (2004), Sestini (2008) e Cordeiro – publicada em livro em 2009 –, mencionadas anteriormente.

Em certo sentido, o aparecimento de tais trabalhos, acompanha movimentos mais amplos da historiografia internacional que veio, cada vez mais, olhando com atenção para o crescimento de tendências radicais de direita após 2001. A virada para o século XXI é um importante marco do crescimento dos estudos sobre as direitas e, em especial, das direitas radicais. Há uma tendência acadêmica internacional mais ampla, impossível de se dissociar do gradual crescimento político das direitas radicais em várias partes do mundo, no sentido de afirmar que a díade esquerda/direita não só ainda é importante politicamente, como também é válida academicamente para compreendermos os sujeitos históricos, seus modos de atuação política, cultura e formas de mobilização social[19]. A tendência a olhar para as direitas – sobretudo as mais radicais – como "grupelhos paranoicos" ou insignificantes politicamente vem dando lugar a preocupações por melhor compreender suas formas de atuação. O crescimento eleitoral e a força política demonstrados por tais segmentos políticos fez com que, de certo modo, o tema se reatualizasse.

Sob este aspecto e, para o caso do Brasil, se em certa medida as necessidades de compreender e "digerir" o bolsonarismo vem fazendo com que a academia volte suas atenções para as direitas, não é o caso de reduzir o interesse

16 Não se trata, contudo, de uma "ausência das direitas" apenas durante a ditadura. Se tomarmos como referência o período de 1946-64, e para ficarmos apenas no âmbito da produção sobre os partidos políticos, veremos que há muito mais trabalhos, por exemplo, sobre o PCB e o PTB que sobre a UDN ou o PSD.

17 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva; Fapesp, 2002.

18 ZANOTTO, Gizele. *Tradição, Família e Propriedade (TFP)*: as idiossincrasias de um movimento católico. 2007. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

19 Cf. BIARD, Benjamin. *L'extrême droite en Europe occidentale* (2004-2019). Bruxelles: CRISP, 2019; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stephan; BOHOSLAVSKY, Ernesto. Pensar as direitas na América Latina. São Paulo: Alameda, 2019.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

acadêmico pela temática a essa variante. Ao contrário, os estudos sobre as direitas recobraram interesse muito antes da chegada de Jair Bolsonaro à presidência.

O segundo aspecto que, a meu ver, explicaria a atualidade recobrada pela pesquisa sobre a CAMDE, e que é a essência mesma desta obra coletiva, diz respeito à questão de gênero. Não preciso me estender sobre o fato de que, quando comecei a trabalhar com esse objeto, os estudos de gênero no Brasil conformavam um campo que crescia significativamente já há algumas décadas[20]. Tendência que continuou se acentuando e se diversificando com o passar dos anos, felizmente. Não obstante, se eram poucos os trabalhos sobre direitas, era ainda menor o volume de estudos sobre mulheres de direita. Concentrando as atenções exclusivamente no período que estudei na dissertação, ou seja, nas décadas de 1960 e 1970, que cobrem a militância da CAMDE, notamos que é bastante expressivo o número de trabalhos existentes sobre a atuação política de mulheres em organizações políticas de esquerda[21]. Tais trabalhos, por sua vez, mantêm grande relevância e vêm, ao longo dos anos, renovando-se, encontrando novos ângulos de análise e abordagens inovadoras.

Nesse sentido, cabe questionar: se as pesquisas sobre a ditadura militar no Brasil e os estudos de gênero já se encontraram há algumas décadas, por que continua havendo poucos trabalhos que abordam a militância feminina de direita nesse período?[22]

20 Dentre outros, cf. SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969]; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência – mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

21 Dentre muitos outros, cf. RIDENTI, Marcelo. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil: os anos de chumbo. *Tempo Social*, n. 2, v. 2, p. 113-128, 1990; COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003; CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-64*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Arte) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004; BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas*: Trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil – anos 1960-1980. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado do Departamento de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010; DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da Memória*: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP; UFC, 2012; MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. *Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 107-121, 2012; TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista*: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013; RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na Luta Armada*: protagonismo feminino na ALN. São Paulo: Alameda, 2018; NASCIMENTO, Juliana Marques do. *Guerrilheiras e biografias*: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. 2019. Dissertação (Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019; VIEIRA, Daniela Chain. *Tribunas democráticas para as mulheres*: o feminismo marxista dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres (1975-1980). 2021. Dissertação (Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

22 Destaca-se uma recente exceção, mais uma vez vinda de fora da História, a dissertação de mestrado de Lívia Linck, defendida em 2021 na Escola de Direito da PUCRS, sobre mulheres perpetradoras de violência durante a ditadura. Cf. LINCK, Lívia do Amaral e Silva. *Enquanto eu não matasse todos eu não*

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Aqui, é impossível não considerar como as visões preconcebidas e disseminadas socialmente a respeito da militância feminina de direita permeiam também a academia. Em geral, para as mulheres de direita, aceita-se mais facilmente o pressuposto de que a ação política feminina não é espontânea. Isso porque tais mulheres são percebidas como extensões dos maridos, dos pais, do padre ou do pastor e, portanto, sua atuação tende a ser considerada como induzida, manipulada pelos homens. E, em parte, assim o é, porque elas próprias reivindicam este lugar: o lar, a maternidade.

Sob esse aspecto também, os estereótipos que se conformaram sobre as mulheres através dos séculos, tão combatidos pelos movimentos feministas e pelos estudos de gênero, tendem a encontrar certa acomodação e aplicabilidade quando referidos às mulheres de direita. Tomando mais uma vez o caso da CAMDE como referência, o senso comum tende a concebê-las como paranoicas ou loucas, na medida em que enxergam comunistas em toda a parte; fúteis, encarnando a frivolidade da classe média ipanemense; manipuláveis – seres privados, "apolíticos", servindo como marionetes nas mãos dos homens, estes sim, talhados para a política e sua racionalidade própria. Reafirma-se, assim, uma dualidade muito presente desde pelo menos o século XIX, que vincula a razão ao universo masculino, relegando as mulheres ao reinado da emoção, do irracional, do incontrolável e do imprevisível.

Ora, se é preciso, de um lado, questionar essa dualidade quando nos referimos à história das mulheres de direita; por outro, um dos desafios mais fundamentais que esse objeto nos coloca atualmente diz respeito justamente à necessidade de ir além de tal dualidade: mais que reafirmar a racionalidade da ação política feminina, não seria o caso também de historicizar as emoções, transformando-as em objeto de estudos?

O estudo das emoções do passado ou, como sugere Barbara H. Rosenwein, das "comunidades emocionais", entendidas como "grupos sociais cujos membros aderem às mesmas valorações sobre as emoções e suas formas de expressão" (2011, p. 7) podem contribuir significativamente para o avanço de uma história das mulheres – para muito além das mulheres de direita. Isso porque, nos ajuda a compreender que, se as mulheres são, em parte regidas pelas emoções, essa não é uma característica específica, que singulariza o gênero, ao contrário. De todo modo, nos ajuda a compreender que as emoções desempenham papel fundamental na história e precisam ser consideradas.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ia dar sossego: as mulheres como operárias da violência no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo*: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento*: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes*: do Integralismo ao Neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório*: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

MATIAS, Rodrigues. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, *1964*, São Paulo: União Cívica Feminina (UCF), 19--. (Arquivo particular de Gisella Guisard Milliet).

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PICALUGA, Izabel. *Partidos políticos e classes sociais*: a UDN na Guanabara. Petrópolis: Vozes, 1980.

POLLANAH, S. M. S. D. *Amélia Molina Bastos ou como e onde marcha a CAMDE*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 [ano I, v. 5]. (Livro de Cabeceira da Mulher).

PRESOT, Aline. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964*. 2004. Dissertação (Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ROSENWEIN, Barbara H. *História das emoções*: problemas e métodos. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SESTINI, Pérola. *A "mulher brasileira" em ação*: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. 2008. Dissertação (Mestrado em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departamento de História) – Universidade de São Paulo, 2008.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus*, *pátria e família*: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

FEMINISMO, COMUNISMO E A POLÍTICA DO COTIDIANO: um debate sobre família, moral sexual e independência das mulheres (1940-1970)

Iracélli da Cruz Alves[1]

> *No último período da escola da Escola Normal, discutira muito com as colegas sobre a liberdade da mulher; naquela época seus planos de independência reduziram-se à luta econômica, à posse do dinheiro; algumas vezes avançava também no domínio intelectual, procurando ter percepção lúcida dos problemas humanos. Com surpresa, Luísa certificara-se que vencer nos terrenos econômicos e intelectual não constituía tudo para a mulher, falta muito para que seja inteiramente livre, senhora de seu destino.* [...] *Pela primeira vez experimentara independência, tinha consciência de liberdade agora que rompera a escravidão afetiva,* [...] *partira a continuidade de submissão mantida pelas mulheres da família através de gerações*[2].

Com estas palavras, a narradora do romance *Simão Dias* caminha para o fim da novela escrita pela sergipana Alina Paim e publicada em 1949 pela Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, então ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Construído entre agosto e dezembro de 1946, o romance foi o terceiro livro da escritora, que estreou nos meios literários em 1944 com *Estrada da Liberdade*[3].

Seguindo uma tendência forte em quase toda sua trajetória como escritora que mobilizou a ficção para pautar demandas feministas, a obra *Simão Dias* assumiu o compromisso de falar sobre mulheres e caminhos para romper com o sexismo. O trecho que escolhi para abrir este artigo é emblemático nesse sentido.

---

1 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora substituta do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *Campus* Ilhéus.

2 PAIM, Alina. *Simão Dias*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1949. p. 203-206.

3 Natural de Estância, interior de Sergipe, Alina Andrade Leite – Leite Paim após o casamento – nasceu em 10 de outubro de 1919. Era uma mulher branca, filha de um caixeiro viajante e de uma dona de casa. Parte de sua infância e juventude foi vivida em Salvador, para onde se mudou aos dez anos de idade para estudar em um internato católico de onde saiu formada em magistério em 1939. Em 1943, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde desenvolveu grande parte de suas atividades políticas e intelectuais, experiências interconectadas em sua trajetória. Foi no Rio de Janeiro que, em 1945, se filiou ao PCB, após iniciar sua militância anos antes. Como escritora, publicou dez romances, entre os quais uma trilogia e diversos contos em vários periódicos do Brasil; além de escrever literatura infantil (ALVES, 2020).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Nele, está evidente o descontentamento com as assimetrias de gênero socialmente construídas. Ao tratar da "escravidão afetiva" como um dos principais fatores de subalternização das mulheres, a prosa parece antecipar um debate que se tornaria forte a partir da década de 1970, momento em que se convencionou chamar de segunda onda feminista. A autora estaria à frente do seu tempo?

Esse clichê é impossível de se confirmar na prática. As pessoas são sempre fruto do seu contexto e estão, de maneira complexa, afetando e sendo afetadas por ele. No momento em que Alina Paim escrevia o romance, o Brasil atravessava mudanças importantes. Em 1945, a Segunda Guerra Mundial chegava ao fim, acelerando mudanças na ordem social, política e cultural que vinham se processando no país desde o final do século XIX. Os anos de 1945 a 1964, comumente chamado de "anos dourados", passou, do ponto de vista econômico, por uma fase de aceleração do desenvolvimento, marcado pelo avanço do processo de urbanização e industrialização, especialmente durante o governo de Juscelino Kubistchek (1955-1960). No período, a economia e a sociedade brasileira tornaram-se mais complexas com o crescimento dos setores de finanças e de serviços em geral e mudanças nos padrões de consumo. Embora o *boom* econômico não tenha resultado na distribuição de renda e na diminuição das diferenças estrondosas entre os mais ricos e os mais pobres, nos centros urbanos, o salário-mínimo proporcionou aos setores médios acesso aos produtos industrializados e a construção de novos espaços de sociabilidade (PINSKY, 2014).

Essas transformações refletiram significativamente no status socioeconômico das mulheres das camadas médias dos centros urbanos. O incremento do setor secundário e as mudanças na produção eliminaram muitas das ocupações artesanais ou domésticas; ao mesmo tempo em que surgia para elas novas oportunidades de emprego no setor terciário. No período, cresceu a demanda dos trabalhos considerados "femininos". As mudanças impactaram nas expectativas dessas mulheres, que começaram a construir suas carreiras profissionais. Se antes era comum abandonarem a profissão depois do casamento, o hábito paulatinamente deixava de ser regra, não sem resistência daqueles que se autodeclaravam defensores da "família tradicional". As mulheres das camadas médias – que no Brasil têm sido majoritariamente brancas – precisaram constantemente disputar politicamente o direito à esfera pública, incluindo o mundo do trabalho.

A literatura de Alina Paim, uma mulher branca das camadas médias, dialoga com as expectativas do seu contexto e grupo social, além de trazer debates que atravessaram a política do período. Sua escrita estava conectada, mais especificamente, ao movimento feminista de orientação comunista[4] do

4 Chamo de movimento feminista de orientação comunista e não simplesmente feminista-comunista ou *comunofeminista*, porque embora tenha se desenvolvido com fortes conexões com o PCB, contou com a participação orgânica de mulheres de outras organizações e partidos políticos, a exemplo de Nuta Bartlet

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

qual era parte; um feminismo que chamo de entre ondas, por estar fora dos marcos temporais consolidados. No Brasil, a maioria das narrativas historiográficas sobre os movimentos feministas aponta para uma perspectiva linear dividida em três ou quatro ondas que pouco ou nada dialogam. A primeira teria começado no final do século XIX, se estendendo até aproximadamente o início da década de 1940; a segunda, nos anos 1970 – após um intervalo de duas décadas; a terceira, na década de 1990, sofisticando o debate da segunda; e a última teria começado por volta de 2012-2013, inovando radicalmente a predecessora. A emergência das ondas geralmente é lida com o signo da ruptura. A "nova" viria sempre propondo mudanças radicais (TOSCANO; GOLDEMBERG, 1992; ABREU, 2010; BACK, 2013; RIBEIRO, 2015; BLAY; AVELAR, 2017; KREUZ, 2018).

No entanto, um olhar sobre temporalidades comumente negligenciadas pode revelar outras histórias. Entre as chamadas primeira e segunda onda feministas, por exemplo, houve articulações expressivas. O movimento feminista de orientação comunista é um deles e se organizou através de várias frentes, como o Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC), fundado em 1946, o jornal *Momento Feminino*, que surgiu em 1947 e a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), criada em 1949. Além dos meios convencionais, elas também mobilizaram politicamente a literatura (ALVES, 2020). O movimento foi articulado por mulheres cisgênero[5] e se relacionou com o Partido Comunista do Brasil (PCB). Antes da emergência do pós-estruturalismo, ele desafiou – não sem contradições – a naturalização do que significava ser mulher ou homem em um momento em que o gênero ainda não tinha sido forjado enquanto conceito. Partindo dessas experiências, acredito que é mais adequado narrar a história do feminismo no Brasil como *movimento*.

Entendo feminismo como qualquer movimento político – individual ou coletivo, autodeclarado ou não – que constrói instrumentos teóricos e práticos capazes de demonstrar como a construção de gênero é uma fonte de poder e hierarquia que impacta mais negativamente a vida das mulheres e dos homens distantes do ideal de masculinidade hegemônico. Como afirmou Luiza Bairros (1995, p. 462): "É a lente através da qual as diferentes experiências das mulheres podem ser analisadas criticamente com vistas à reinvenção de mulheres e de homens fora dos padrões que estabelecem a inferioridade de um em relação ao outro".

James e Lygia Maria de Lessa Bastos, ambas vinculadas ao partido liberal União Democrática Nacional (UDN). Além disso, a relação com o partido não aconteceu sem tensões e contradições, que analiso mais detidamente na tese *Feminismo entre ondas*: Mulheres, PCB e política no Brasil (ALVES, 2020).

5 Grosso modo, a expressão é utilizada para definir as pessoas que constroem sua identidade de gênero conforme o sexo que lhe foi atribuído no nascimento a partir, principalmente, da genitália.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Partindo dessa perspectiva, neste artigo, meu interesse é analisar parte do debate promovido pelo movimento feminista de orientação comunista. O grupo não desconsiderou os diferentes atravessamentos que cabem no "ser mulher". Concentro-me nas discussões envolvendo a politização da esfera privada[6], fenômeno geralmente lido como uma novidade do feminismo da década de 1970, momento de construção do *slogan* "O pessoal é político" (VARIKAS, 1996). Analiso como estrategicamente o grupo construiu espaços para debater publicamente a política da esfera privada. Entre os vários temas que movimentaram as discussões, destaco as relações de poder no interior da família, a moral sexual e os meios considerados fundamentais para a conquista da independência para as mulheres. A escolha não foi aleatória, serve de demonstração empírica de como o debate, geralmente descrito como uma novidade da década de 1970, já vinha sendo tecido décadas antes.

"Para o coração sim, mas também para o espírito": *Momento Feminino* e a política do cotidiano

Sexta-feira, 25 de julho de 1947. Saía nas bancas a primeira edição do jornal *Momento Feminino*: *um jornal para o seu lar*, "fundado, dirigido e redigido por mulheres"[7]. Editado no Rio de Janeiro, o periódico era impresso pela tipografia *Imprensa Popular*, que pertencia ao PCB. Para se tornar atrativo ao seu público-alvo, investiu em iniciativas de diálogo direto com suas leitoras, entre as quais, as seções "Atendendo a sua Consulta", "Confidências...", "Conversando com as leitoras" e "Nosso Amor, Nossa Vida". Além disso, era comum a publicação de reportagens e entrevistas sobre a vida das mulheres das camadas populares e os diversos problemas que enfrentavam no cotidiano. Para a produção de conteúdo, suas repórteres costumavam subir os morros do Rio de Janeiro com relativa frequência e, vez ou outra, viajavam para ouvir mulheres de outras regiões do Brasil (ALVES, 2020).

Todas essas iniciativas foram fundamentais para que suas páginas imprimissem a ideia de que "o pessoal é político"[8]. A expressão, que se tornou lema do feminismo da década de 1970, não chegou a ser estampada em suas

6 As esferas pública e privada não são tomadas como campos opostos, mas interligados. Como afirma Sueann Caulfield (2000, p. 33), o dualismo casa-rua não é um sistema cultural homogêneo ou estático. Os valores, práticas e relações associados a cada um desses polos mudam ao longo do tempo e variam entre diferentes grupos sociais e indivíduos.

7 JEAN, Yvone. *Momento Feminino*. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 7606, p. 3 (Seção 2), 12 ago. 1947.

8 A expressão ganhou força na década de 1970 (VARIKAS, 1996), no entanto, o debate sobre as esferas pública e privada e os valores atribuídos às atividades desenvolvidas nos dois campos vêm sendo travado por feministas ao longo da história a partir de diferentes perspectivas.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

páginas, mas é visível que as articulistas do periódico assumiram a responsabilidade de colocá-lo a serviço do debate público dos dilemas da vida privada. "Atendendo a sua consulta" e "Confidências" foram as primeiras colunas a ventilar a discussão, mas não tiveram muito êxito. Já a seção "Nosso Amor, Nossa Vida" foi bem-sucedida ao abrir uma interlocução mais direta com e entre as leitoras. Em sua primeira fase, que durou de 20 de novembro de 1950 até maio de 1951, elas eram estimuladas a escrever cartas compartilhando suas atribulações cotidianas. Na edição seguinte, outras leitoras respondiam com sugestões para a resolução do problema. Nessa fase, foram publicadas sete cartas, predominando a discussão sobre os dilemas das relações heteroafetivas (casamento, noivado e namoro). A segunda fase, que durou de outubro/novembro de 1953 até o número 112 de 1955, teve dois momentos: nos dois primeiros números, foi mantido o modelo anterior, mas, a partir de março de 1954, tornou-se mais compacta, publicando apenas o resumo das cartas, seguido imediatamente das respectivas respostas, assinadas por Madalena, provavelmente um pseudônimo. Nesse momento, predominou o debate sobre a educação das crianças, especialmente das jovens moças.

Nas duas fases, a seção discutiu exclusivamente os problemas que as mulheres enfrentavam na vida doméstica a partir das vozes delas próprias. Poderíamos interrogar o grau de novidade da iniciativa, já que as revistas da época destinadas ao público feminino já criavam espaços de diálogo sobre casamento, família e relações afetivas heterossexuais, que, em alguns casos, tinham os textos escritos por homens, a exemplo do *Jornal das Moças* (PINSKY, 2014). Diferente das revistas femininas de grande circulação do período, *Momento Feminino*, mais do que falar de política, sugeria que as mulheres fizessem parte dela, inclusive como forma de abrandar os problemas vividos na esfera privada. Ao insistir em levar para o âmbito público temas atribuídos à intimidade, demarcou que o debate tinha pretensões políticas. Suas redatoras sublinharam, por exemplo, que a finalidade da seção "Nosso Amor, Nossa Vida" "não é, simplesmente, a divulgação de tal ou tal caso sentimental", mas "contribuir para um maior intercâmbio de ideias, o que redundará em benefício coletivo". Era uma iniciativa "para o coração sim, mas também para o espírito"[9].

Suas redatoras estavam cientes de que era preciso debater politicamente os problemas considerados inerentes à esfera privada. O artigo de inauguração da seção defendeu a necessidade de um espaço como aquele, pois, segundo justificou, *Momento Feminino* costumava receber inúmeras cartas das leitoras que pediam ajuda para resolução de problemas; entre elas, chamou a atenção a de uma senhora que "pedia um conselho de caráter íntimo". Assim, resolveram

9 NOSSO Amor, Nossa Vida. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 102, p. 2, out./nov. 1952.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

publicá-la, "entregando às leitoras de *Momento Feminino* a solução do caso apresentado". Mas perceberam que era pouco; daí veio a ideia de criar uma seção especializada em que as leitoras possam dirigir-se umas às outras sobre os mais variados assuntos de suas vidas. *Momento Feminino* será o veículo dessa aproximação"[10].

"Nosso Amor, Nossa Vida" assumiu sua tarefa e não ocupou um lugar qualquer, mas a página principal, lugar que antes era reservada à coluna "Nossos Problemas", assinada por Arcelina Mochel, diretora do periódico. Seu cartão de visita indicava que a nova seção trataria dos temas culturalmente triviais para as mulheres: família, casamento e relações conjugais (heteroafetivas). E assim o fez, mas considerando sua dimensão política. A seção foi recebida com ressalvas. Entre os aplausos, que segundo o jornal marcaram sua receptividade, houve "censuras", para usar uma expressão delas próprias, que interpretaram a resistência como resultado de certo estranhamento de "que num jornal altamente qualificado como o nosso, divulguemos fatos íntimos". As editoras não informaram de onde partiram as críticas, mas responderam justificando a importância do debate público dos temas "íntimos". Logo na edição seguinte à inauguração, o jornal enfatizou que aquele espaço não seria para "sentimentalismos". A finalidade seria contribuir para um maior intercâmbio de ideias para o "benefício coletivo". E o número posterior reiterou que a iniciativa foi motivada pelo desejo de "ajudar as amigas a encontrar o caminho justo e útil para as suas vidas, dando-lhes novas perspectivas de atividades que contribuem para o bem da humanidade, e não fazer um consultório sentimental comum"[11].

A ênfase de que o projeto não se resumiria a um "consultório sentimental comum" parece representar um esforço em convencer o público que os problemas que pareciam ser meramente individuais/íntimos eram experimentados por um sem-número de mulheres, portanto, eram dilemas coletivos e mereciam o debate público em um jornal "altamente qualificado". Essa perspectiva orientou o desenvolvimento do projeto. Não sei responder até que ponto as cartas foram realmente escritas por leitoras, ou se as próprias articulistas criavam as histórias e as publicavam como sendo do público. Mas isso é o que menos interessa aqui. Minha intenção é demonstrar que o debate político sobre problemas considerados de ordem privada foi forjado em suas páginas. Independentemente de quem escrevia, o conteúdo, ao fim e ao cabo, representa a leitura de mundo das mulheres responsáveis pela seção. Em última instância, as cartas selecionadas e o teor das respostas publicadas são condizentes com as ideias e os comportamentos que elas julgavam mais adequados.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

10 NOSSO Amor, Nossa Vida. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 78, p. 2, 20 nov. 1950.

11 *Ibidem*; NOSSO AMOR, nossa vida. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 80, p. 2, 18 jan. 1951.

Parece factível que "Nosso Amor, Nossa Vida" se tratou de uma iniciativa de politização do âmbito privado. Abria-se um espaço onde as mulheres falavam delas e para elas mesmas. Não era incomum que as sugestões das supostas leitoras defendessem uma noção de casamento em que as mulheres deveriam servir aos maridos e aos filhos. Ao responder a uma carta em que a missivista, esposa de um operário, reclamava do peso das atividades domésticas, a leitora Diná Mendes Pereira, colaboradora assídua da coluna, escreveu:

> Isto é da vida de todas as mulheres, esposas de operários. Porque eu sou uma mulher bastante doente e não reclamo contra o meu marido, contra as aperturas de vida que muitas vezes passamos; mais doente me sinto quando vejo que meu marido está pagando empregada em certas ocasiões, pois ele também ganha pouco e não dá para gozarmos de conforto. E assim mesmo, doente como sou, sinto-me satisfeita de cuidar de minhas obrigações domésticas[12].

Sequer posso sugerir que todas – ou parte delas – tinham alguma afinidade com o debate feminista. Ao mesmo tempo, algumas se colocaram contra as normatizações que estabeleciam que o casamento deveria ser o caminho natural para todas as mulheres. A leitora Leonor Gonçalves, por exemplo, se opôs à ideia de que ser solteira era um problema. Segundo ela, o conceito de "solteirona" – forma pejorativa de rotular mulheres que não se casavam até os 30 anos – era atrasado, "próprio da mentalidade de certas pequenas cidades do interior". Ademais, uma mulher de 30 anos estaria "em seu pleno vigor e amadurecimento físico e mental, razão pela qual é ridículo ser apontada como 'solteirona'"

> Digo mais, mesmo que se você tivesse 40 anos não seria de lamentar por ter ficado solteira, pois diz o ditado: "antes só do que mal acompanhada". São inúmeros os casais infelizes quando o casamento se dá pelo medo de ficar solteira. A meu ver, um casamento feliz deve ser baseado no amor e no entendimento[13].

Em que pese as diferentes vozes que circularam no periódico, o que quero destacar é a intenção do projeto. A coluna "Nosso Amor, Nossa Vida" foi um espaço que pretendeu forjar laços de solidariedade entre mulheres e promover o debate público de problemas considerados íntimos, portanto, relegados ao ambiente privado. Essa consciência foi fundamental para que

12 PEREIRA, Dina Mendes. Nosso Amor, Nossa Vida. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 79, p. 2, 20 dez. 1950.

13 GONÇALVES, Leonor. Nosso Amor, Nossa Vida. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 102, p. 2, out./nov. 1953.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

as editoras enfrentassem a crítica e mantivessem o projeto na rua. Embora, por vezes, reafirmassem os valores socioculturais de gênero, certamente não foi fácil mantê-lo. Não por acaso, "Nosso Amor, Nossa Vida" saiu de cena entre maio de 1950 e dezembro de 1951, voltando a circular mais de dois anos depois. Elas pareciam ter noção da necessidade de, no mínimo, desgastar os muros que dividiam em espaços dicotômicos as esferas pública e privada.

Desnaturalização das assimetrias de gênero: relações familiares, moral sexual e independência das mulheres

Se o tom que prevaleceu na coluna "Nosso Amor, Nossa Vida" em muito se conectava com os padrões de gênero socialmente estabelecidos, outros espaços do mesmo periódico imprimiram discursos que questionavam de forma veemente essas normatizações. Para além do jornal, a literatura foi outro meio que enfatizou a dimensão política da vida privada. Entre as várias questões debatidas, destaco a relação de poder no interior da família, a moral sexual assimétrica e os meios necessários para as mulheres conquistarem a autonomia. É o que veremos a seguir.

Família e relações de poder

Um dos temas que ganhou espaço importante na literatura de Alina Paim foi a estrutura familiar tradicional, marcada por assimetrias de gênero. Em *Estrada da Liberdade* (1944), em conexão com suas percepções sobre o mundo real, a romancista construiu uma família nuclear de classe média, a família de dona Edite e seu Augusto. Nela, as relações eram marcadas pelo autoritarismo do marido, subserviência da esposa e autoritarismo de ambos em relação a Roberto, único filho do casal. Parece que a narrativa quis evidenciar que a estrutura familiar fundamentada em uma cultura sexista também vitimava as crianças, que sofriam violências diversas alicerçadas em um modelo de educação autoritário reproduzido por homens e mulheres.

A família de tio Ramiro de *A Sombra do Patriarca* (1950) – outro romance de Alina Paim – era uma família de latifundiários assentada na zona rural e não destoava do padrão urbano no que diz respeito ao autoritarismo do marido e à subserviência da esposa. No entanto, contrariando as normatizações de gênero, a narrativa construiu um homem submisso. Oliveira, marido de Tereza, era passivo diante de uma esposa autoritária como o pai e se submetia aos desmandos dela e do sogro. Ao construir um personagem masculino frágil que precisou da ação de duas jovens mulheres comunistas para libertá-lo – Raquel e Leonor –, provavelmente, a intenção de Alina Paim

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

foi, subliminarmente, se contrapor a naturalização da masculinidade forte e corajosa e da feminilidade doce e passiva (ALVES, 2019, p. 177). A estratégia foi repetida em mais dois romances. Em *Sol do Meio-Dia* (1961), Veloso, o marido de D. Beatriz, era uma voz completamente apagada diante da esposa. Na família de Dona Isabel de *A Correnteza* (1979) não era diferente. Era ela quem tinha voz altiva diante de um marido completamente inexpressivo.

Além de apresentar personagens que se contrapunham ao ideal de gênero culturalmente construído, a autora levou para a ficção a vida de famílias que destoavam do padrão. A narrativa de *Sol do Meio-Dia* trouxe diversos modelos, desde aqueles compostos apenas por "mães solteiras" – como à época eram chamadas as mães que criavam seus filhos sozinhas, hoje chamadas de "mães solo" – e filha; ou mãe, filha e avó; até aquelas normatizadas: mãe, pai e filhos. Eram famílias muito comuns na realidade brasileira, mas que não correspondiam ao modelo idealizado como tradicional. Reunidas na pensão de dona Beatriz, em função das dificuldades como alto preço dos aluguéis, desemprego e carestia de vida, que também atingiam as camadas médias das grandes cidades do Brasil na década de 1950, as várias famílias de *Sol do Meio-Dia* se amalgamaram em um mesmo teto, tornando-se única, numerosa e atravessada por diferentes dilemas. Eram obrigadas a compartilhar o lar e o dia a dia, com suas alegrias e problemas.

A família de dona Isabel – *A Correnteza* (1979) – também destoava do normatizado. Apesar de "normal" na forma (mãe, pai e filhos), o conteúdo escondia segredos inconfessáveis. A matriarca, que vestia a carapuça de "mulher honesta", leia-se casada com aparência de sexualmente recatada, casou-se com o noivo da irmã e, depois do casamento, se prostituía clandestinamente. Apesar da vida pregressa, foi incapaz de acolher uma das filhas que engravidou antes do casamento, expulsando-a de casa. A intenção da autora talvez tenha sido denunciar a hipocrisia que se escondia atrás dos discursos e práticas moralistas de muitas famílias consideradas tradicionais. Mais do que criticar as convenções, Alina Paim construiu uma família ideal. Através da voz de Leonor, personagem de *A Sombra do Patriarca*, defendeu que "família é comunhão", lugar de laços de solidariedade entre os membros[14].

As reflexões sobre a estrutura familiar normatizada com suas assimetrias de gênero não compuseram apenas o universo da ficção que, pela própria forma, o fazia de modo subliminar. Os artigos jornalísticos, como não poderia deixar de ser, foram mais diretos e assertivos. No texto que publicou em *Momento Feminino*, Maria Guerra (provavelmente um pseudônimo) defendeu o que chamou de "organização inteligente da família", leia-se a divisão das responsabilidades com a administração, limpeza e cuidados domésticos

14 PAIM, Alina. *A sombra do patriarca*. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Globo, 1950, p. 205.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

com todos os membros da casa, independente do gênero. Segundo ela, o novo modelo facilitaria a vida das mães e, principalmente, construiria novos homens e mulheres. Se todos os membros colaborassem, a instituição familiar viraria uma pequena coletividade, "forma de organização superior ao caos que geralmente reina nas famílias em que a mãe é uma quase escrava dos filhos ou em que estes não têm voz ativa"[15].

Como Alina Paim demonstrou na ficção, Maria Guerra concordava que a ideia de "família tradicional" também prejudicava as crianças, já que estavam condicionadas a uma educação autoritária. A partir desse pressuposto, reivindicou que as crianças fossem educadas dentro de um espírito coletivo. Independente do sexo, elas precisavam de senso de responsabilidade. A autora considerava fundamental formar "cidadãos e não homens e mulheres aos quais apresentamos exigências morais completamente diversas"[16]. Embora o conceito de gênero ainda não tivesse sido forjado, ela compreendeu que "ser homem" e "ser mulher" não eram meros dados biológicos. Homens e mulheres, em sua concepção, eram educados dentro de ideais de masculinidade e feminilidade culturalmente construídos. Nesse sentido, destacou que os lugares sociais de homens e mulheres eram forjados por uma educação desigual e não pela natureza. Por isso, defendeu que só uma educação pautada na lógica da igualdade reverteria o problema.

Maria Guerra lamentou o fato das próprias mulheres, culturalmente as principais responsáveis pela educação das crianças, contribuírem para a perpetuação da subjugação do gênero feminino. Em seu texto, destacou que as mães julgavam as mesmas atitudes de maneira diferente a depender do sexo da criança. Diante da indisciplina dos meninos, elas tinham "a tendência de considerá-lo varonil, se ele é exigente, autoritário, sentem-se felizes porque saberá vencer na vida; se ele se aproxima do tipo de autocrata caseiro, elas também não protestarão". Mas quando as meninas se comportavam igualmente, eram tratadas de forma diversa. "Desobediência e indisciplina não constituirão provas de 'feminilidade', o autoritarismo e a exigência serão também contrários ao ideal de 'doçura', próprio à mulher. E assim por diante". Já os meninos que tomavam a iniciativa de ajudar as mães nos trabalhos caseiros eram rotulados de "maricas", não correspondendo, portanto, "ao ideal de 'masculinidade'. As mulheres serão as primeiras a poupá-los. Facilmente verificamos que para a menina tudo será considerado ao contrário". E continuou no mesmo artigo:

> Por um lado, as próprias mulheres preparam com extraordinário afã e carinho os futuros maridos, tantas vezes autocráticos e despóticos, de suas

15 GUERRA, Maria. Educação para a guerra, educação para a paz. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 108, p. 10-11, set./out./nov., 1954.

16 *Ibidem*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> filhas; por outro lado, lamentam a sorte destas, considerando-as predestinadas à infelicidade, como se tal predestinação fosse possível. [...] O desejo persistente de confinar a mulher ao lar, de desligá-la da vida social, de colocar em oposição a sua condição de mãe e a sua condição de cidadã, faz também parte do plano educacional geral da sociedade em que vivemos[17].

A análise de Maria Guerra chama a atenção para a necessidade de aliviar o peso da maternidade. Uma sociedade que atribuía às mulheres todo o trabalho relacionado ao cuidado com as crianças contribuía para que o tornar-se mãe fosse interpretado por Nice Figueiredo como uma "tragédia biológica"[18].

Dupla moral sexual

A discussão sobre a moral sexual também ganhou contornos significativos no movimento feminista de orientação comunista. Muito embora endossasse a heteronormatividade, houve um debate importante se considerarmos os limites do contexto. Quando tomamos como referência a maioria das pesquisas sobre o feminismo no Brasil, as questões levantadas chegam a ser surpreendentes. Ao discorrer sobre a possibilidade legal de anulação do casamento caso o marido descobrisse que a esposa não era mais "virgem", prevista no Código Civil brasileiro até 2002, a advogada Nice Figueiredo[19] – em 1947 – prontamente defendeu que a "virgindade" – um conceito sociocultural que, muitas vezes, se constrói a partir da seleção de dados biológicos – não deveria ser um critério para medir a dignidade de uma mulher. A ratificação legal de que as mulheres deveriam permanecer "virgens" até o casamento representava, em sua opinião, uma violação da liberdade individual. Em suas palavras:

> A virgindade é um predicado físico, cuja preservação é assunto que diz respeito tão somente a quem a possui. Dignidade é um predicado moral que independe da existência da membrana virginal. Pode existir com esta e, também, independente desta. A prática do ato sexual não desonra pessoa alguma[20].

17 GUERRA, Maria. Educação para a guerra, educação para a paz. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 108, p. 10-11, set./out./nov., 1954.

18 CONSENTIMENTO para casar. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, p. 8, 26 set., 1947.

19 "Nice Figueiredo era advogada, formada pela antiga Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro). Também se enveredou nas artes cênicas, atuando como atriz na peça *Vestir os Nus*, texto escrito em 1922 por Luigi Pirandelo, italiano prêmio Nobel da Literatura. De setembro de 1947 até junho de 1950 foi responsável pela coluna Direitos da Mulher de *Momento Feminino*. Ao longo de sua trajetória no periódico publicou 51 artigos, a maioria discutindo como as leis ratificavam os valores socioculturais que inferiorizavam as mulheres. No que diz respeito ao seu vínculo com o PCB, não temos meios de atestar uma ligação oficial, mas suas ideias se alinhavam com os valores do partido" (ALVES, 2020, p. 48).

20 FIGUEIREDO, Nice. A anulação do casamento. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 13, p. 6, 17 out. 1947.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Para ela, considerar a "virgindade" como elemento para a anulação do casamento ser "além de uma arma perigosa contra a mulher é, sobretudo, uma humilhação que se lhe impõe em nome de um preconceito que espelha a velha concepção de atribuir absoluta liberdade ao homem e completa escravização da mulher". O sentido da dignidade das mulheres era amplo, "tem um valor menos anatômico e que se traduz na honestidade de seus sentimentos, na pureza de suas intenções, na coragem de suas atitudes e, sobretudo, na coragem de assumir a responsabilidade de seus atos". Eram estas e outras "qualidades morais que qualificam nosso caráter de digno e honesto e não a ausência de uma membrana que a incompreensão dos homens tanto valoriza"[21].

Os discursos conservadores eram contundentes na defesa de que as mulheres deveriam permanecer "virgens" – ou seja, sem praticar relação sexual e com o hímen intacto – até o casamento. Aquelas que desafiavam essa lógica corriam o risco do estigma de "mulher fácil". Algumas sofriam destinos trágicos como a internação em manicômios para não comprometer a "honra" das famílias (ARBEX, 2013). Elas sofriam discriminações tanto no âmbito familiar, quanto no mundo público; ao contrário dos homens, que eram motivados a iniciar a vida sexual ainda muito jovens como prova da masculinidade, fato que não deixava de gerar sofrimento àqueles que não conseguiam desempenhar o papel masculino idealizado.

Além de Nice Figueiredo, a comunista Jacinta Passos[22] também se opôs ao ideal de virgindade das mulheres até o casamento – na prática e textualmente. Em 1944, quando se casou com o comunista James Amado já não era "virgem". A experiência sexual antes do casamento foi narrada no poema *Limitação*, escrito em 1941:

> Nos teus gestos vibra nesta hora, hora única de amor,/ a minha mesma grande ânsia impossível./ Nas tuas carícias sôfregas,/ no apelo magnético do teu olhar debruçado sobre o meu,/ nos teus ouvidos que parecem esperar uma palavra inefável,/ na tua boca ansiosa querendo sorver o sopro substancial de minha vida,/ nas tuas narinas ofegantes,/ nas tuas mãos tateando o meu corpo/ como se quisessem guardar nas pontas dos dedos a memória de minhas formas/ nos teus gestos vibra nesta hora, hora única de amor,/ a minha mesma grande ânsia impossível./ Ânsia de posse total./ Atingir, através de teu corpo, tua

21 FIGUEIREDO, Nice. A anulação do casamento. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 13, p. 6, 17 out., 1947.

22 Jacinta Vellozo Passos – Passos Amado após o casamento – nasceu em 30 de novembro de 1948 na fazenda Campo Limpo, em Cruz das Almas. Mulher branca, era filha da elite política de tradição escravista da região do Recôncavo da Bahia. Ainda criança mudou-se para Salvador, cidade que seu pai – político liberal ligado à UDN – escolheu para fazer carreira política. Na fase adulta morou em várias cidades do país, entre as quais, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Petrolina (Pe) e Barra dos Coqueiros (Se). Foi militante ativa do PCB, partido ao qual se filiou em 1945 após alguns anos de militância (AMADO, 2010).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> essência imutável e única./ Revelar-te a ti mesmo./ Tocar, possuir como uma realidade tangível,/ minha/ o mistério profundo do teu ser[23].

A relação que virou tema de poesia foi confirmada pelo homem com quem Jacinta compartilhou a primeira experiência sexual, que em entrevista à historiadora Janaína Amado, filha de Jacinta, pediu anonimato (AMADO, 2010, p. 365). Ciente dos rótulos aos quais estava exposta por ter violado os padrões culturais ao ter relações antes do casamento – juridicamente legitimados pelo Código Civil em vigor na época –, Jacinta escreveu o poema *Canção Simples*, uma evidente crítica ao duplo padrão moral arbitrariamente construído e normatizado.

> A flor caída no rio/ que leva para onde quer,/ sabia disso e caiu,/ seu destino é ser mulher./ Leva tudo e segue em frente,/ amor de homem é tufão,/ o de mulher é semente/ que o vento enterrou no chão./ Mulher que tudo já deu,/ homem que tudo tomou,/ é mulher que se perdeu,/ é homem que conquistou./ Mulher virgem, condição/ para homem dar – nobre gesto –/ resto duma divisão/ se a divisão deixou o resto./ No sangue, a honra é lavada/ de homem que mulher engana,/ mulher que vive enganada/ coitado! Fraqueza humana./ A flor caída no rio/ que a leva para onde quer,/ sabia disso e caiu,/ seu destino é ser mulher![24]

O moralismo em relação à prática sexual das mulheres abordado tanto por Nice Figueiredo quanto por Jacinta Passos, na perspectiva de Alina Paim, poderia ter consequências trágicas. Mais uma vez, a ficção serviu de meio para denunciar a moral sexual vigente. Através da tragédia envolvendo a família de Dona Beatriz, a narradora de *Sol do Meio-Dia* (1961) demonstrou o quanto seriam violentas o que chamou de "febre da moralidade" e a ideia de "honra". Dona Beatriz, sempre guardiã da moral e dos "bons costumes", obrigou a irmã a casar porque engravidou antes do casamento. Mas o noivo e pai da criança recuou. Para salvar a "honra" da família, ela resolveu tomar o filho de Helena, sua irmã, e registrar como seu. Convivendo na pensão como tia do próprio filho, a mãe entrou numa profunda depressão e cometeu suicídio. Diante do trágico desfecho, a personagem Esther mergulhou intensamente na análise do problema, geralmente visto como de ordem íntima/privada. Mas, na sua percepção, deveria ser publicamente debatido. "Enquanto despreocupada tagarelava aqui e ali sobre eleições, intrigas e boatos corriqueiros, na casa de onde saiu uma vida fora despedaçada"[25].

23 PASSOS, Jacinta. Limitação, 1942. *In*: AMADO, Janaína. Jacinta Passos, coração militante: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica. Salvador: EDUFBA; Corrupio, 2010, p. 63.

24 PASSOS, Jacinta. Canção Simples, 1942. *In*: AMADO, Janaína. *Jacinta Passos*, *coração militante*: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica. Salvador: EDUFBA; Corrupio, 2010. p. 63.

25 PAIM, Alina. *Sol do meio-dia*. Rio de Janeiro: ABL, 1961. p. 309.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Mais terrível que o vazio do quarto era o vulto da sobrevivente [d. Beatriz], na clausura da sala de janelas fechadas, esmagado pela sua participação naquela morte. [...] – Querendo salvar, eu matei. Com as palavras, Helena surgiu ali entre elas. [...] Era uma Helena que nunca soube enxergar quando viva, uma jovem desposada do amor e do filho, um coração em que a esperança foi estrangulada, um pensamento de onde baniram até a sombra de um sonho. Uma criatura só não teria fôlego para tamanha empresa de devastação. [...] O suicídio de Helena lhe surgia mais complexo do que o derradeiro ato consumado na solidão da noite. Era a última parcela de uma soma, a pequena vitória que unida às anteriores permitiu à morte ocupar o espaço inteiro. Teria também concorrido para isso? Qual o volume de sua participação naquela derrota da vida? [...] Com uma lucidez tardia, buscou a mão de d. Beatriz e num aperto sereno, pronunciou com firmeza: – O suicídio de Helena é responsabilidade de muitos[26].

Os "muitos" que a narradora enuncia provavelmente quis chamar a atenção para a responsabilidade coletiva das tragédias cotidianas, muitas delas consequência do moralismo. Era uma forma de demarcar que o pessoal é político. Ainda que d. Beatriz tivesse responsabilidade na morte da irmã, ela também era vítima porque agia em defesa de valores que lhes foram ensinados. Por esse motivo, a narradora não faz da personagem uma vilã. Ela é construída como parte de um sistema atravessado pelo que chamou de "febre da moralidade". Na obsessão em manter a "honra" da família, d. Beatriz não conseguiu dimensionar seus atos e, sem desejar, foi responsável pelo suicídio da irmã. No desenrolar da história, evidencia-se o quanto a defesa intransigente da moral era hipócrita. A própria d. Beatriz, nos subterrâneos da vida conjugal, teve um amante para tentar engravidar, já que não conseguia com o marido. O projeto foi frustrado, a relação acabou e o marido morreu sem saber. Anos depois, ela se casou novamente com um homem 12 anos mais jovem – o que era visto como desvio para uma mulher –, tornou-se mãe do filho da irmã e obsessiva na salvaguarda da "moral" e dos "bons costumes".

Contrariando as normatizações, em *Sol do Meio-Dia*, Alina Paim construiu personagens femininas positivas que desafiavam a moral sexual. A autora cuidou de evidenciá-las como mulheres batalhadoras, sem deixar de destacar que, mesmo assim, eram discriminadas socialmente por destoarem do comportamento considerado adequado para o gênero feminino. Eram os casos de Iracema e Silvia, a primeira desquitada e mãe de uma filha que criava sozinha. Sob a outra recaía a confirmação da suspeita de que mantinha casos extraconjugais. O ato foi considerado imoral pela dona da pensão que a expulsou. Por outro lado, na mesma pensão, Alexandre, marido de Albertina, também

26 *Ibidem*, p. 324-325.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

saía sozinho durante à noite, enquanto a esposa ficava triste por saber que ele mantinha relações fora do casamento. Mas sendo homem, não era condenado por isso. Essa dupla moral aparece como um problema na narrativa.

Antes, através da personagem Luísa – *Simão Dias* (1949) – Alina já nadava contra a corrente do "recato sexual feminino". Apesar da educação religiosa que recebeu durante toda a vida, Luísa subverteu quase todas as regras. Ela não preservou castidade até o matrimônio, não teve filhos, tinha desejos sexuais, mantinha uma relação extraconjugal e não venerava o marido, embora tenha se violentado para satisfazê-lo sexualmente, de acordo com o previsto na moral cristã. Infeliz por sentir suas potencialidades limitadas, Luísa não conseguia sentir prazer quando mantinha relações sexuais com o cônjuge, mas se sentia obrigada a satisfazê-lo:

> Como se sentira suja, poluída e imunda depois daquela cena! Era ridículo. Terêncio estava sozinho, grotesco, se debatendo sobre um pedaço de madeira, sobre um ser morto. Naquele momento Luísa julgara-se amarrada, insensível, morta. Um pedaço de pau. Percebia o que se passava como coisa distante, sentia-se do lado de fora, olhando e vendo. Vendo. Nunca o ato sexual lhe pareceu tão ridículo e brutal. Cafungar de porcos. [...] Coisa absurda. Então a voz de Terêncio chegou-lhe num esforço para sacudi-la. – "Estou dentro de você, querida Luísa". Ódio que não suspeitava em si explodiu e ela deixou por instantes de estar morta para odiar, sacudida pelo forte desejo de matar. [...] Imbecil. [...] Repugnância, nojo como não havia experimentado ainda diante de outra coisa, invadiu-a. Ficou esperando que a situação terminasse, a água tiraria todos os vestígios. Mas não se enganava, mesmo naquele instante Luísa sabia que não conseguiria tirar a sujeira que se entranhara dentro de si. [...] Chegara a pensar em prostituta, mulher que se entrega sem prazer, cavalgada por brutos. Tivera asco e pena de si mesma, bicho passivo, imolado como carneiro no matadouro, sem gemido, olhos arregalados cheios de censura incompreendida[27].

Essa não foi a primeira vez que a narrativa de Alina Paim associou casamento à prostituição. Em seu primeiro romance, a personagem Marina estava certa de que não queria para si um casamento em que tivesse que se submeter a um "senhor", que sequer lhe garantia prazer sexual. Em suas palavras:

> O matrimônio, o grande sacramento que abençoa os filhos e assegura a felicidade dos cônjuges era apenas uma mistificação, uma prostituição santificada, selada com orações e gestos ridículos, onde a mulher se comprometia diante de um altar a entregar seu corpo, em troca de casa, de comida e de roupa, a um homem que não a entendia e que a considerava

27 PAIM, Alina. *Simão Dias*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1949. p. 38-39.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> apenas como uma fêmea. A mulher seria uma arrumadeira, uma cozinheira, trabalhando da manhã à noite, sem merecer consideração alguma, e, na cama, deveria prestar-se à satisfação dos desejos do **senhor** que gozaria sem se preocupar em saber se aquilo agradava-a, trazia-lhe prazer, ou causava-lhe repugnância. Esse casamento era apenas uma escravidão reconhecida pela religião e pelas leis[28].

As narrativas evidenciam como mulheres casadas, por vezes, poderiam ser vítimas de violência sexual dentro de uma cultura que não prezava pelo prazer sexual das mulheres. A partir da voz da personagem Luísa, Alina Paim reivindicou esse direito. Luiza precisava se sentir sexualmente satisfeita, o que era impossível dentro de um casamento em que ela desprezava o marido. O problema era amenizado quando fantasiava ter relações sexuais com outros homens. Naqueles momentos, conseguia atingir o orgasmo, como fica perceptível no trecho: "Imaginando, o corpo inchava e aquecia-se, os olhos doíam e fechavam-se, o lábio inferior pendia úmido e pesado, os seios entesavam-se enrugando-se, os músculos das coxas vibravam nervosos, primeiro tensos depois bambos num relaxamento súbito"[29]. O orgasmo também acontecia em sonhos. Em um deles, Luísa contou que:

> O homem fez-lhe carícias e ela entregou-se toda, confiante. Quis sentir prazer, prazer forte. Sentiu. Veio sono, antes de dormir, num instante de lucidez aguda, perguntou-lhe: – "sou pedaço de pau, estou viva?" E o homem respondeu sem hesitar: – "Está viva Luísa, você é fêmea". Quis ver-lhe o rosto, agarrá-lo. Estava cega, o homem escapou. Mas o fato não a afligiu, tinha paz e tinha sono[30].

Além de reivindicar o direito ao prazer sexual, Luísa se incomodava com as normatizações sociais que criavam desigualdades entre os sexos. Por isso, ela era solidária a todas as mulheres da pequena cidade de Simão Dias, situada no interior de Sergipe, cujas vidas destoavam do que era considerado moralmente certo, a exemplo da viúva "mal falada" e da vizinha que engravidou antes do casamento. Para ela, as pessoas deveriam ser "livres de fazer o que entendem, de agir como julgarem certo"[31].

No mesmo ano de 1949, a autora publicou o conto *Agonia*. Narrado em primeira pessoa, a protagonista-narradora Rachel desabafou a agonia de estar dividida entre o marido e amante e questionou os sentidos da monogamia quando dois amores se cruzam.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

28 PAIM, Alina. *Estrada da Liberdade*. Rio de Janeiro: Leitura, 1944. p. 140.
29 PAIM, Alina. *Simão Dias*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1949. p. 161-162.
30 *Ibidem*, p. 111.
31 *Ibidem*, p. 57-59.

> Vivia ao lado de Armando, deitava-se e levantava-se em sua presença; comia, falava e planejava a continuação dessa vida e, no entanto, nessas mesmas horas seu pensamento estava cheio de vivências insuspeitadas, o coração revolvendo-se torturado pelo desejo de João. Gostava de Armando, não queria fazê-lo sofrer e forjava a semente do sofrimento. Por que conhecendo a verdade Armando havia de sofrer? João não desviara sequer uma parcela do afeto que lhe dedicava. Continuava respeitando-o, a sentir a ternura, ternura maior ainda pela fragilidade de seu sossego. Por que João tinha ciúmes de Armando? Eram sentimentos diferentes, não se confundiam como não se confundiam água e azeite. Ninguém fora lesado, por que haveriam de ser inimigos, uma existência exigindo o desaparecimento da outra? Não poderia escolher, queria os dois, faltando um deles estaria mutilada. Aniquilar João seria escolha?[32]

O tema foi retomado em 1961 no romance *Sol do Meio-Dia*. A personagem Ester também levantou a bandeira contra o que chamou de falso pudor. Mesmo apaixonada por Osvaldo, seu namorado, sentiu "enleio e perturbação" com o beijo que Sérgio lhe deu de repente. "Como podia amar Osvaldo e estremecer com o contato de outro homem?" Sua resposta foi simples: seu amor era Osvaldo, inteira pertencia a Osvaldo, mas "o dono de um jardim não é o único que sente o perfume das flores"[33]. Em linhas gerais, o feminismo aparece em tintas fortes nos romances de Alina Paim, sobretudo nos cinco primeiros. Neles, a autora trouxe uma discussão central acerca da liberdade sexual das mulheres e da quebra das hierarquias de gênero, debate que atravessa os movimentos feministas em diferentes temporalidades.

Independência das mulheres: as dimensões econômica, moral e afetiva

Para a maioria das mulheres que compuseram o movimento que estamos acompanhando nestas páginas, a independência econômica era a chave-mestra da liberdade. Para Nice Figueiredo: "Só a independência econômica assegurará às mulheres um tratamento igual aos homens. Não a independência resultante de herança ou dote, mas a decorrente do trabalho"[34]. Mas a independência econômica não significava simplesmente trabalhar fora de casa. As trabalhadoras pobres sabiam – e o movimento feminista de orientação comunista compreendeu – que trabalhar por baixos salários e sem infraestrutura adequada

32 PAIM, Alina. Agonia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 58, n. 17.184, p. 2 (3ª seção), 27 mar. 1949.

33 PAIM, Alina. *Sol do meio-dia*. Rio de Janeiro: ABL, 1961. p. 129.

34 FIGUEIREDO, Nice. A importância do trabalho para a mulher casada. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 37, p. 11, 16 abr. 1948.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

para as crianças não garantiria a autossuficiência para as mulheres. Dentro do projeto defendido pelo PCB, as mulheres só conseguiriam conquistar efetivamente a independência econômica quando houvesse as condições materiais necessárias no Brasil, o que só aconteceria quando o país se emancipasse do "imperialismo norte-americano". Pensando nisso, Iracema Ribeiro destacou:

> A emancipação econômica da mulher está, portanto, estreitamente ligada à emancipação econômica e política do Brasil. Não se poderá libertar o povo brasileiro dos restos feudais e escravistas, conservando-se 50% da população num regime de opressão. Da mesma maneira, a mulher não se emancipará totalmente enquanto o povo brasileiro estiver submetido ao jugo dos imperialistas norte-americanos que, apoiados no regime de latifundiários e grandes capitalistas, têm todo interesse em manter nosso povo no maior atraso, oprimido e sem gozar de liberdade[35].

Embora circulasse com intensidade a ideia de que a independência econômica era o principal instrumento para a conquista da autonomia, o movimento de mulheres de orientação comunista pavimentou o debate com outros elementos. Nice Figueiredo ponderou que, para uma independência integral, que assegurasse "a capacidade de agir por si própria, o poder de realizar a própria vontade [...]", seria preciso construir, também, a independência moral. E destacou:

> Se você, leitora, é uma mulher capaz de orientar a sua vida sem precisar dos conselhos de todos os seus parentes e vizinhos, se você resolve seus problemas morais ou de qualquer outra espécie sem exigir ajuda de amigos; se você luta para realizar um ideal mesmo contra o ambiente em que você vive; se você tem a coragem de sofrer para não obedecer servilmente; se você prefere perder o conforto, o luxo e a comodidade para sustentar a sua opinião e a sua vontade ou para não fazer o que lhe parece errado, então, você pode ser independente. Você só não será realmente independente se não for capaz, além de tudo, de bastar-se por si própria, de trabalhar e sustentar-se, de se vestir, comer e morar na sua própria casa, ou de contribuir com a sua parcela para a satisfação das necessidades do grupo em que você vive. Esta é a independência econômica que lhe permite ter independência moral[36].

Nesse sentido, a independência moral dependia da econômica, mas esta não necessariamente garantiria aquela. A efetiva liberdade das mulheres estava condicionada à conquista de ambas. Alina Paim concordou que era necessário

35 RIBEIRO, Iracema. Sobre o trabalho do Partido Comunista do Brasil entre as mulheres. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1.468, p. 2-4 (3° Caderno), 3 abr., 1955.

36 FIGUEIREDO, Nice. O que é independência? *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 39, p. 4, 30 abr., 1948.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

que elas garantissem a capacidade de gerir suas próprias vidas sem precisar de rédeas masculinas. Mas o que Nice chamou de dependência moral, ela denominou "escravidão afetiva" a partir de uma demarcação de gênero mais explícita, como vimos no trecho que abre o artigo. Através da voz de Luísa, evidenciou na narrativa que as mulheres estavam imersas em uma cultura que as tornavam afetivamente dependentes dos homens. De geração em geração, eram ensinadas que precisavam de uma figura masculina controlando autoritariamente suas vidas, "primeiro o pai depois o marido". Assim, a sustentação do "poder odioso" era garantida pelas próprias mulheres devido ao "defeito de visão" e à "educação lhe haviam colocado diante dos olhos"[37].

Após uma sucessão de tragédias, a personagem Luísa foi impulsionada a "abrir os compartimentos da alma", processo que lhe possibilitou chegar à conclusão de que a liberdade das mulheres estava condicionada não somente à conquista da independência econômica e ao acesso à instrução, mas, sobretudo, à eliminação da "escravidão afetiva". "Era preciso começar do princípio, reconstruir a vida nos alicerces cavados com a análise de si mesma, levantados sobre a compreensão de uma igualdade real entre os sexos"[38].

Em sintonia com Luísa, a personagem Ester – *Sol do Meio-Dia* – quebrou muito a cabeça para entender os problemas enfrentados pelas mulheres. Como consequência, viveu tensos debates com os companheiros comunistas, que lhe acusavam de ter uma "visão unilateral imbuída de paixões e, por isso, desgarrada do conjunto"[39]. Ela sofreu muitas repreensões, que não a impediu de manter-se firme na defesa da igualdade entre os sexos[40]. Acreditava que os problemas das mulheres não poderiam ser pensados apartados da luta de classes. "Custou-lhe muito entender que não existem problemas isolados, que enquanto todo o povo fosse explorado, a mulher, por abandonar a casa pela fábrica ou escritório, não alcançava por este gesto a sua carta de alforria". Para Ester, o fim da exploração da classe trabalhadora não traria a liberdade para as mulheres de maneira automática. Para alcançá-la, seria necessária uma mudança estrutural radical nos campos político, social e cultural. O projeto só

37 PAIM, Alina. *Simão Dias*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1949, p. 202-203.

38 *Ibidem*, p. 206.

39 PAIM, Alina. *Sol do meio-dia*. Rio de Janeiro: ABL, 1961. p. 92-93.

40 Por meio da narrativa ficcional, Alina Paim traz à tona as tensões que envolveram a relação entre o movimento de mulheres do qual fez parte e o PCB, sobretudo no que diz respeito às demandas feministas, alvo de constantes disputas no interior de um partido de hegemonia masculina e fortemente marcado pelo sexismo. Não raro, a própria escritora foi alvo de críticas que ressaltavam seu suposto "desvio feminista". O crítico literário e comunista Astrojildo Pereira foi um deles. Ao comentar a obra *Simão Dias*, destacou que o romance era marcado por "perniciosas influências", "coisas arbitrárias e estéreis, como "miudezas psicológicas, psicanalíticas e introspectivas". *In*: JURANDIR, Dalcídio. Sobre "A Hora Próxima". *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1.657, p. 4, 13 nov. 1955. Para mais detalhes sobre como os diversos críticos literários reagiram aos romances de Alina Paim, Cf. ALVES, 2020, p. 189-268.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

seria bem-sucedido com a eliminação das hierarquias entre homens e mulheres. "A luta não é mesquinha. [...] E por que é que você pensa que estamos na luta, nós as mulheres? De que adianta vencer se na grande partilha não houver violetas para todas?"[41]

Considerações finais

Espero ter demonstrado ao longo destas páginas que o movimento feminista de orientação comunista problematizou a cultura de subordinação do gênero feminino que atravessa diferentes tempos e espaços. Para as mulheres que protagonizaram o movimento, já havia chegado a hora de quebrar as hierarquias de gênero historicamente construídas. Sem pressa, de maneira progressiva, através de um movimento coletivo e organizado – de preferência, para grande parte delas, dentro dos princípios comunistas – conseguiriam construir um mundo em que não fossem subjugadas, discriminadas e desfavorecidas em função do seu "sexo". Elas se empenharam em construir um universo pautado em valores feministas.

Para encerrar, acho fundamental retomar as vozes das mulheres que construíram o movimento. Abri o artigo com a narradora de Alina Paim, que apontava para os problemas das relações entre os gêneros, enfatizando que as mulheres precisavam se desvencilhar da dependência econômica, intelectual e, principalmente, afetiva. Agora, termino com as palavras de esperança de Nice Figueiredo. Escritas há pouco mais de 70 anos, elas seguem atuais:

> Nós, as mulheres, temos muito que fazer. Temos de lutar contra muita coisa e por muita coisa. Seja por um lugar ao sol ou um descanso à sombra, seja pela igualdade de direitos ou pelo direito de comer, seja pela paz ou guerra às injustiças, ao desrespeito e à irresponsabilidade. Há, e ninguém melhor do que nós, sabe que há, muito que defender e conquistar. [...] É possível que realizemos alguma coisa ou que nada consigamos. Não importa. Virá um ano novo e com ele uma nova esperança. Assim vamos continuando o nosso trabalho enquanto o tempo passa sem olhar sequer para nós. Mas este mesmo tempo indiferente será o nosso mensageiro às mulheres que viverão depois no mundo melhor que estamos preparando[42].

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

41 Ibid.

42 FIGUEIREDO, Nice. Mais um ano de luta. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 24, p. 2, 3 jan., 1948.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no exílio*: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

ALVES, Iracélli da Cruz. A política em prosa: representações comunofeministas em A sombra do patriarca. *In*: BATISTA, Eliana Evangelista; SILVA, Paulo Santos (org.). *Dos fios às tramas*: tecendo histórias, memórias, biografia e ficção. Salvador: Quarteto, 2019. p. 171-187.

ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas*: mulheres, PCB e política no Brasil. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

AMADO, Janaína (org.). *Jacinta Passos*, *coração militante*: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica. Salvador: EDUFBA; Corrupio, 2010.

ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro. Genocídio*: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

BACK, Lilian. *A seção feminina do PCB no* exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 95, n. 2, p. 458-463, jun./dez. 1995.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). *50 anos de feminismo*: Brasil, Argentina e Chile. São Paulo: EdUSP; FAPESP, 2017.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro. Campinas: Unicamp, 2000.

KREUZ, Débora Strieder. A formação do movimento feminista brasileiro: considerações a partir de narrativas de mulheres que militaram contra a Ditadura Civil-Militar. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 316-340, abr./jun., 2018.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

RIBEIRO, Djamila. *Simone de Beauvoir e Judith Butler*: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Mirian. *A Revolução das Mulheres*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desenvolvimento de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 59-80, 1996.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

CLARA NUNES: espaços sociais e postura política nas capas dos LPs *Esperança* (1979) e *Brasil Mestiço* (1980)

Silvia Maria Jardim Brügger[1]

Introdução

O objetivo deste artigo é pensar como e porque os espaços sociais relacionados à identidade negra na cidade do Rio de Janeiro foram retratados nas capas de dois LPs da cantora Clara Nunes (1942-1983). Esse propósito pode causar estranhamento: por que propor essa questão a partir da obra e trajetória artística da cantora mineira? A cultura negra em sua talvez mais emblemática manifestação, o samba, é, sem sombra de dúvida, símbolo por excelência da chamada "Cidade Maravilhosa", ritmo que embala sua principal festa, o Carnaval. No entanto, o reconhecimento desse gênero musical não é acompanhado por uma valorização semelhante dos sujeitos e espaços que o produzem. Tomar uma das principais cantoras de samba do país, que morou por 18 anos no Rio de Janeiro e transitou por diferentes espaços físicos e sociais da cidade, para pensar essa questão e seus significados políticos é um instigante caminho para problematizar essa contradição.

Clara Nunes nasceu em 1942 no interior de Minas Gerais, no distrito de Cedro, hoje cidade de Caetanópolis. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1965, ao assinar contrato com a Gravadora Odeon. Viveu na cidade até sua morte em 1983, frequentando espaços os mais diversos socialmente: morou em Copacabana e, depois, na Gávea, foi assídua na quadra da Escola de Samba Portela, em Madureira, ou na GRAN Quilombo, em Jacarepaguá, participava de rodas de samba e de celebrações religiosas no Morro da Serrinha e na Saúde. Pensando sobre os lugares por onde Clara transitou, segundo depoimentos de várias pessoas que com ela conviveram, tomo como objeto de análise, neste artigo, as capas de dois LPs da cantora: *Esperança* (1979) e *Brasil Mestiço* (1980). As duas únicas dentre as dos 16 LPs gravados por ela que apresentam fotos da cantora em espaços públicos e retratam outras pessoas além da artista. A partir delas, procuro problematizar a escolha dos locais, as pessoas que aparecem com a cantora e os sentidos dessas escolhas.

1 Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Antes de analisar as capas, porém, procurarei situar brevemente a trajetória de Clara Nunes e a obra que produziu.

A artista e sua trajetória

Clara Nunes foi uma cantora brasileira que marcou a história da música popular pela gravação de diferentes gêneros musicais, mas sobretudo por sua relação com o samba e por cantar músicas que abordavam o universo das religiões afro-brasileiras. Iniciou a vida artística cantando na noite, em rádios e na TV em Belo Horizonte. Lançou seu primeiro LP, em 1966, pela Gravadora Odeon, dedicado a músicas românticas e com o explícito intento de torná-la um "Altemar Dutra de saias". No início da carreira, cantou boleros, sambas-canção, flertou com o iê-iê-iê". Tudo sem muito sucesso, no que concerne à vendagem de discos. A partir de 1970, passou a produzi-la o radialista Adelzon Alves, que direcionou sua carreira para o universo da cultura popular, em especial o samba de morro carioca e os diversos gêneros da música nordestina, e incentivou-a a construir uma imagem audiovisual afro-brasileira. Foi a partir desse direcionamento que alcançou popularidade e reconhecimento, expresso, por exemplo, nos nove Discos de Ouro ganhos ao longo de sua trajetória. É considerada como a cantora que quebrou o tabu de que mulheres não vendiam discos. Podiam fazer grande sucesso nas rádios, como Marlene ou Emilinha, por exemplo, mas não alcançavam os índices de vendagem dos cantores. Clara Nunes foi a primeira a suplantar a marca dos 100 mil discos vendidos. Seu LP "Alvorecer", de 1974, vendeu mais de 300 mil cópias e "Claridade", lançado no ano seguinte, ultrapassou 400 mil unidades[2].

Sua figura, vestida de branco, descalça, cabelos volumosos, usando guias da umbanda e do candomblé, cristalizou-se na memória dos que conhecem sua obra.

As capas dos LPs *Esperança* e *Brasil Mestiço*: espaços, sujeitos e cultura negra

As capas de LPs são um importante veículo de comunicação com o público, uma forma de apresentar o produto a ser vendido, mas também de transmitir uma mensagem ou uma emoção. César Villela, diretor de artes das capas dos LPs da Bossa Nova, produzidos pela gravadora Elenco, afirmou em 1962: "Não se pretende que alguém 'entenda' uma capa de LP, mas sim

2 Acervo do Memorial Clara Nunes, Caetanópolis, Minas Gerais. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 de abril de 1983, recorte sem referência de página.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

que se sinta decisivamente atraído por ela. Assim, deve a capa provocar uma reação imediata, um impulso, um apelo. Seu pior fracasso é passar despercebida: ser um envoltório comum, sem força de venda" (VIILLELA, 2003, *apud* VIDAL, 2008, p. 87).

Cabe, então, perguntar: qual o apelo que as capas dos LPs *Esperança* (1979) e *Brasil Mestiço* (1980) poderiam causar? Como elas se relacionam com a obra da cantora e com o momento histórico do país? Comecemos pelo LP *Esperança*. As fotografias são de Wilton Montenegro e a produção da capa de J. C. Mello e Tadeu Valério.

O LP *Esperança* foi lançado em 27 de setembro de 1979 no Pavilhão de São Cristóvão, local tradicional de encontro de nordestinos no Rio de Janeiro. O show, realizado no dia de Cosme e Damião, contou com entrada franca, distribuição de doces e balas para as crianças e de 5 mil discos para o público[3]. Segundo Nei Lopes, Cosme e Damião (no mais das vezes acompanhado de Doum) "são efusivamente festejados pelo povo negro, sobretudo no Rio de Janeiro e na Bahia" (LOPES, 2004, p. 210). A distribuição de doces e brinquedos é vista pelo autor como uma tradição do Rio de Janeiro, sobretudo nos bairros do subúrbio carioca e na baixada fluminense. Monique Augras explica sobre esses santos que

> No Brasil, [...] a sua fama popular diz menos respeito à sua condição de médicos e mais ao fato de serem gêmeos. Em várias culturas africanas, é constante o culto de gêmeos, associado geralmente à proteção das crianças pequenas, o que parece ter infletido a devoção a São Cosme e São Damião no sentido de fazer deles protetores das crianças (AUGRAS, 2005, p. 95).

Realizar o lançamento do LP no dia dedicado aos santos gêmeos não foi mero acaso. Para além da devoção pessoal da cantora, adepta das religiões afro-brasileiras, a data coadunava-se com a imagem da capa do disco: Clara de mãos dadas com crianças pobres e negras do morro da Saúde, no Rio de Janeiro.

O local onde as fotografias da capa do disco foram feitas foi escolhido de acordo com as intenções da cantora. Clara conhecia e frequentava o Morro da Saúde. Os músicos que a acompanhavam em seus shows e gravações eram integrantes do Conjunto Nosso Samba e, em sua maioria, moradores da Saúde. Foi nessa região que o Conjunto se formou. A esposa de Barbosa, um dos membros do grupo, era baiana e mãe de santo com terreiro no Morro da Saúde. Lá Clara costumava frequentar festas de candomblé. Era, portanto, um lugar de seu convívio.

3 Entre outras matérias, Cf. Acervo do Memorial Clara Nunes, Caetanópolis, Minas Gerais. "Clara Nunes lança 'Esperança' e distribui muitos doces e discos". *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 set. 1979, recorte sem referência de página.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Das várias fotos feitas, a que se tornou a capa do LP foi escolha da própria cantora, segundo relato do fotógrafo Wilton Montenegro:

> A gravadora não queria a foto da capa do *Esperança*. Os diretores desejavam a foto que saiu atrás, achavam que ela estava "mais bonita". Queriam que o público consumisse aquela imagem. A Clara tinha consciência disso e queria ir mais longe. Ela argumentou que, naquele disco, naquela foto, é que acontecia tudo em que ela acreditava. De fato, ela não está tão bonita, aparecem as olheiras provocadas pelo tipo de luz que estava a pino. Ela pediu, enfaticamente, que não mexessem, quase uma ordem: "Não quero que retoquem. Deixem as olheiras. E essas crianças são o futuro, eu acredito nelas, é por causa delas que eu canto. Eles são a esperança. Aliás, esse é que deve ser o nome do disco". Os diretores contra-argumentaram, mas ela foi firme: "Eu quero essa foto na capa". Clara não brigava, não discutia. Raras vezes fez isso. Ela nunca me impôs nada, sempre me pediu permissão para fazer qualquer foto, sempre foi de uma delicadeza extrema. Mas naquele dia fez valer a sua autoridade (MONTENEGRO *apud* FERNANDES, 2007, p. 216).

Mas o que diferencia as duas imagens? Na que era da preferência da gravadora, Clara caminha a pé, de cabeça erguida pelo morro, sendo seguida por algumas crianças. Na que foi escolhida por Clara, ela divide o primeiro plano da foto com dois meninos negros. A cantora está sentada e os meninos de pé, ficando assim mais altos do que ela, que segura uma das mãos de cada um deles. Um dos meninos a olha com ar de admiração, ela e o outro menino olham para frente. Este segundo menino apresenta um ar de sorriso contido, aparentando contentamento. Parece-me que, nesta segunda foto, que se tornou a capa do LP, Clara quer dividir seus anseios e responsabilidades com essas crianças. Ela se coloca no meio deles, se faz mais baixa e lhes dá as mãos numa atitude de congraçamento. Na outra, a ação era dela e as crianças a seguiam. Clara preferiu colocar naqueles meninos negros e pobres do Morro da Saúde as suas esperanças. Sintomaticamente o título do LP está centralizado na capa, sobre a cabeça da cantora. No plano de fundo da imagem, outras crianças passam o sentido de comunidade. Os dois meninos em destaque são parte desse universo. Clara, ao lhes dar as mãos, ao mesmo tempo que os apresenta, transmite uma mensagem de inserção em seu meio, de união com seus anseios (Figura 1).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Figura 1 – Capa do LP *Esperança* – Frente e Verso

Fonte: Esperança (1979)[4].

Na própria capa, em texto assinado pela cantora, ela explicava o título do disco e o seu sentido político como tendo sido inspirados pela foto:

> Geralmente meus discos anteriores são batizados com o nome de uma música do próprio disco. Nesse, porém, com as muitas fotos que fiz para a escolha da capa, esta me causou especial emoção e fez brilhar na minha cabeça esta palavra, esperança. Era uma tarde de terça-feira, três de julho, no morro da Saúde, Rio de Janeiro. Os olhinhos inocentes e mãos firmes dessas crianças me mostrando a nossa resistência futura. Através deles a esperança renascendo de novo e permanecendo viva diante de nós. Esperança num prosseguimento de luta. Na verdade, que emana do sofrimento, da pobreza, da arte da gente dessa minha terra. Talvez um deles seja um líder do povo, um homem da caridade, um libertador, um mártir talvez, talvez um músico. Nisso, a minha fé, as minhas rezas, os meus amuletos, e essa minha persistente esperança[5].

A esperança de Clara implica em luta e resistência. O momento do país ajuda a entender o seu posicionamento. Em 1979, o chamado "milagre econômico" dos governos militares já havia fracassado e a situação era de inflação cada vez mais alta, achatamento salarial e pobreza crescente. A insatisfação com os governos militares ampliava-se. Em março, assumiu a presidência da República o general João Baptista Figueiredo, que deveria dar prosseguimento à abertura "lenta, gradual e segura" iniciada no governo de seu antecessor, o general Geisel. As greves operárias agitavam a região do ABC paulista

4 Disponível em: https://www.institutoclaranunes.com/esperança.

5 NUNES, Clara. [Texto no verso da capa]. *In*: ESPERANÇA. Clara Nunes, Gravadora Odeon, 1979. 1 capa de LP.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

e fortaleciam as demandas das classes trabalhadoras. Em agosto de 1979, respondendo à crescente pressão social, foi aprovada a Lei da Anistia, que, por um lado, permitia a volta de exilados perseguidos pelo regime ao país, e, por outro, anistiava também os abusos perpetrados pelos militares. Havia, portanto, sim um clima de esperança no país pelo afrouxamento da ditadura civil-militar. Mas também a insatisfação de setores do próprio meio militar que não hesitavam em explodir bombas em espaços identificados como de oposição ao regime. Dessa forma, a esperança convivia com o clima de tensão e de lutas sociais (SILVA, 1990).

O nome do LP de Clara, portanto, posicionava-se explicitamente a favor da esperança e da luta pela construção de um país melhor. E, ao escolher ambientar essa esperança no Morro da Saúde, a cantora indicava uma compreensão que a aproximava de setores artísticos engajados da década de 1960, que entendiam o popular (e sua cultura vista como "autêntica") como o campo possível para a resistência (NAPOLITANO, 2001). Era o povo, entendido como os segmentos mais pobres e desprivilegiados da sociedade, que deveria conduzir a mudança social e política. O povo é representado na foto da capa pelos dois meninos aos quais Clara dá as mãos e se coloca no meio deles. A própria cantora – vinda de uma família de operários, tendo trabalhado ainda na infância na Companhia Cedro & Cachoeira, em sua terra natal, e depois na Fábrica Renascença, em Belo Horizonte – também se apresenta como parte desse povo e afirma que a verdade que alimenta sua esperança "emana da pobreza, do sofrimento e da arte" dessas pessoas.

Mas o povo presente na capa do LP *Esperança* é específico e a cantora faz questão de explicitá-lo em seu texto: são moradores do Morro da Saúde no Rio de Janeiro. Ser morador do Morro da Saúde não significa apenas ser parte dos segmentos pobres da população brasileira. O Morro da Saúde localiza-se na região portuária do Rio de Janeiro, conhecida como Pequena África, assim batizada pelo sambista Heitor dos Prazeres no início do século XX. Área onde se localizava o maior porto de desembarque de escravos africanos das Américas nos séculos XVIII e XIX e que recebeu, na virada do século XIX para o XX, migrantes negros vindos da Bahia e do Vale do Paraíba, além de portugueses e italianos. A região se tornou referência da cultura negra na cidade, abrigando terreiros de candomblé, ranchos carnavalescos, rodas de samba e de capoeira. O local representa também as lutas dos trabalhadores. Ali funcionou a sede da Sociedade Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, criada pelos trabalhadores do porto após a greve de 1905. A Praça da Harmonia foi o cenário de grande enfrentamento popular durante a Revolta da Vacina em 1904, local onde ocorreram as barricadas da Saúde,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

último foco de resistência do movimento[6]. Foi esse lugar símbolo da luta e da cultura negra carioca que Clara escolheu para manifestar sua esperança num futuro melhor para o país.

A compreensão da cultura como lugar de embates políticos parece-me explícita na escolha da capa e do nome do LP de Clara Nunes. E essa postura se coaduna também com a obra musical da cantora de maneira geral e, especificamente, com o repertório registrado no LP *Esperança*. Nele, destaco a faixa de abertura, "Banho de Manjericão", de Paulo César Pinheiro e João Nogueira, que evoca uma série de práticas das religiões afro-brasileiras para garantir proteção e sorte:

> Eu vou me banhar de manjericão/ Vou sacudir a poeira do corpo batendo com a mão/ Eu vou voltar lá pro meu congado / Pra pedir pro santo / Pra rezar quebranto / Cortar mau-olhado / E eu vou bater na madeira três vezes com o dedo cruzado / Vou pendurar uma figa no aço do meu cordão / Em casa um galho de arruda que corta / Um copo d'água no canto da porta / Vela acesa e uma pimenteira no portão [...][7].

A música abre o disco evocando a fé, os amuletos e as rezas de Clara, como anunciado na capa do LP. E, como afirma no texto, coloca sua fé a serviço da construção de mudanças políticas. Evoca a proteção religiosa para um projeto de transformações sociais: a fé de que aquelas crianças pudessem se tornar líderes políticos, religiosos ou artistas; a fé no prosseguimento da luta e na compreensão de que a "verdade" é fruto do sofrimento, da pobreza e da arte. Ou seja, a infância do morro é colocada como o sujeito da construção de um futuro com menos desigualdade e exclusão sociais. Duas outras faixas do LP são significativas nesse sentido, ambas composições do portelense Candeia e de seu parceiro Jaime: "Minha Gente do Morro" (faixa 6A) e "Ê Favela" (faixa 2B). A primeira refere-se ao sofrimento dos moradores, cujos barracos estariam sendo derrubados pelos que haviam comprado o morro. Para morar no morro, agora, tem que ser doutor, afirma a letra. E o povo tem que ir para longe. O tom de denúncia e lamento pela pobreza, porém, termina num canto de esperança na última estrofe: "Mas um dia hei de ver / O meu povo feliz a cantar / Tra lálálálálálá / Tra lá lálálálálá"[8]. Em "Ê Favela", destaca-se a importância de se lembrar da favela como o berço do samba: "Do samba que

6 PASSADOS Presentes. Memórias da Escravidão no Brasil., 19--. Disponível em: http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php. Acesso em: 1º ago. 2021.

7 BANHO de Manjericão. Intérprete: Clara Nunes. Compositores: Paulo César Pinheiro e João Nogueira. *In*: BRASIL Mestiço. Clara Nunes. Gravadora Odeon, 1980. 1 LP, lado A, faixa 1.

8 MINHA Gente do Morro. Intérprete: Clara Nunes. Compositores: Candeia e Jaime. *In*: BRASIL Mestiço. Clara Nunes, Gravadora Odeon, 1980. 1 LP, lado A, faixa 6.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

te ofereço / Deste samba és a raiz"[9]. Assim, estabelece-se a ligação entre a cultura negra e os lugares símbolos dessa criação, no caso, morros e favelas do Rio, relacionando-se à imagem da capa do LP: Morro da Saúde, Pequena África, centro do Rio de Janeiro.

Trazer esse lugar de exclusão social e – por que não? – de invisibilidade para boa parte dos moradores da Cidade Maravilhosa como capa de disco de uma grande cantora da música brasileira é com certeza uma atitude que visava tornar essas pessoas, suas manifestações culturais e a exclusão social em que viviam mais visíveis para o conjunto da cidade e do país. Trata-se de uma cantora que vendia muitos discos (ganhou nove Discos de Ouro ao longo da carreira) e o fazia para a população que tinha poder de compra para adquirir LPs. Levar a esse público consumidor um disco em cuja capa se afirmava literalmente a esperança de que surgissem líderes do meio dos segmentos pobres e negros da sociedade possui um claro sentido político.

Não é demais lembrar que as duas músicas citadas são composições de Antônio Candeia Filho, falecido no ano anterior (1978), militante do movimento negro e um dos fundadores do Grêmio Recreativo de Arte Negra Quilombo (1975), que pretendia fazer um contraponto ao que considerava os descaminhos das escolas de samba e afirmar a importância política do samba e das demais manifestações da cultura negra. A Quilombo desfilava no carnaval sem concorrer com as outras escolas e, durante o ano, realizava não apenas rodas de samba, mas também de jongo e de capoeira (BUSCÁCIO, 2005). Clara desfilou pela Quilombo e participou de atividades em sua quadra. Portanto, mesmo não fazendo parte de organizações do movimento negro, partilhava com Candeia de sua preocupação com a valorização da cultura negra. Ou seja, a mensagem política de esperança vinculada à cultura negra, presente no LP *Esperança*, articula-se com as percepções da artista.

A mensagem política das faixas do disco e de sua capa pode ser percebida também na capa do LP lançado por Clara Nunes, no ano seguinte, *Brasil Mestiço* (1980). Novamente, as fotos são de Wilton Montenegro. A da capa apresenta, em primeiro plano de enquadramento, Clara descalça dançando jongo com Vovó Maria Joana Rezadeira, tendo em segundo plano à esquerda, mulheres jongueiras, e à direita, em destaque, Mestre Darcy, filho de Vovó, tocando um atabaque[10] (Figura 2). A cena se passa no Morro da Serrinha, tradicional comunidade jongueira do subúrbio carioca e berço da Escola de Samba Império Serrano. Vovó Maria Joana era uma das mães de santo de Clara na umbanda. Nascera em Valença, Vale do Paraíba, em 1902

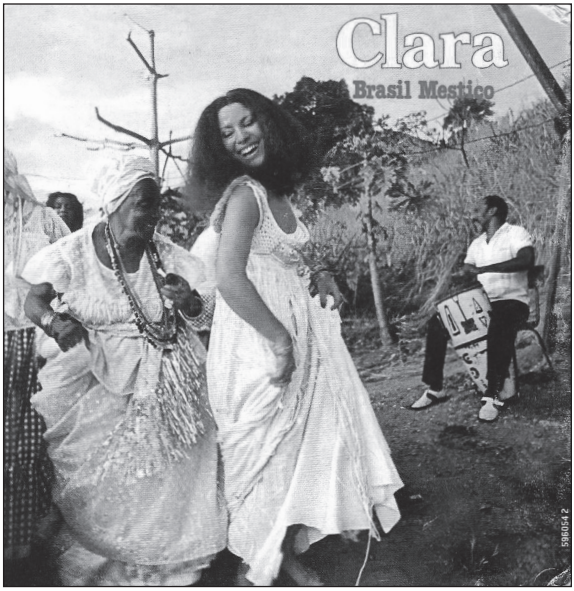
9 Ê FAVELA. Intérprete: Clara Nunes. Compositores: Candeia e Jaime. *In*: BRASIL Mestiço. Clara Nunes, Gravadora Odeon, 1980. 1 LP, lado B, faixa 2.

10 A análise aqui apresentada sobre a capa do LP *Brasil Mestiço* foi publicada em Brügger (2008).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

– descendente, portanto, da última geração de escravos da região – e havia chegado a Madureira na segunda década do século XX, disseminando, com seu marido, o jongo no Morro da Serrinha (ABREU; MATTOS, 2007).

Figura 2 – Capa do LP *Brasil Mestiço*



Fonte: Brasil Mestiço (1980)[11].

Jongo e umbanda são manifestações há muito tempo associadas. O jongo se caracteriza pelo canto de estrutura responsorial, com mensagens cifradas, acompanhado por dois tambores, e pela dança de umbigada, com um casal que evolui no meio de um círculo de jongueiros. Era praticado por escravos provenientes da África Central no Sudeste brasileiro no século XIX, apresentando um forte caráter mágico-religioso (SLENES, 2007), com elementos semelhantes aos que posteriormente caracterizariam a umbanda[12]. Assim, a capa de *Brasil Mestiço* apresenta duas manifestações culturais vinculadas

11 Disponível em: https://www.institutoclaranunes.com/brasilmestiço. Acesso em: 2 mar. 2022.

12 Mary Karasch (p. 354) levanta uma interessante hipótese sobre a origem da umbanda entre os bantos de então. Segundo ela, "[...] as tradições religiosas anteriores a 1850 [no Rio de Janeiro] não vinham da Nigéria ou do Daomé (Benin), mas da região ao sul do Equador (KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000). Isso não significa que o candomblé não existisse no Rio antes de 1850, nem que seus orixás pudessem (*sic*) atrair os escravos que não pertencessem à minoria mina na cidade; mas suspeita-se que o candomblé tenha ganhado um número significativo de seguidores somente depois das migrações baianas para o Rio, após 1835 e 1850.Portanto, na primeira metade do século XIX, a tradição religiosa dominante entre os escravos do Rio não era o catolicismo, nem o candomblé, mas vinha da vasta região do Centro-Oeste Africano. Ademais, é possível identificar no Rio do século passado e na umbanda da década de 1970 muitos traços característicos da tradição religiosa da África."

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

aos negros bantos – tradicionalmente vistos como mais "aculturados" do que os iorubás – e, no caso da umbanda, a práticas religiosas assumidamente sincréticas, muitas vezes interpretadas como um branqueamento do culto dos orixás (ORTIZ, 1978; PRANDI, 2006). Essa compreensão sobre os bantos já foi problematizada pela historiografia, entendendo-se a plasticidade como um traço cultural desses grupos e, portanto, como um modo cultural de origem africana (SLENES, 1991-1992). Perspectiva que, aliás, já se fazia presente no movimento negro nos anos 1960/70, com a defesa da importância dessas manifestações para a afirmação da identidade negra. Assim, Candeia, Mestre Darcy e Mestre Fuleiro, em 1975, levaram ao Teatro Opinião espetáculos de jongo, visando "reavivar a cultura negra autêntica" como o consideravam[13].

A capa do LP de Clara Nunes se somava a iniciativas desse jaez, em um disco intitulado "Brasil Mestiço". Assim, a afirmação da negritude e da mestiçagem se apresentavam juntas nesse álbum e no conjunto da obra da cantora. Nela, identidade negra e mestiça não se contrapunham. Pelo contrário, uma compreensão da mestiçagem mais como trânsito do que como síntese permitia-lhe perceber a cultura e a sociedade brasileira – mestiças – como plurais e plenas de conflitos. Nesse sentido, a mestiçagem não subsumia a diversidade, nem harmonizava as relações sociais (BRÜGGER, 2008). Entende-se, assim, que trazer o jongo na capa de seu *Brasil Mestiço* era, para Clara, uma forma de se posicionar na defesa da cultura negra e, em especial, da preservação dessa manifestação cultural, em um contexto no qual, segundo Martha Abreu e Hebe Mattos (2007), muitos artigos na imprensa destacavam a necessidade de preservar o jongo, tido como ameaçado em sua sobrevivência pela "cultura de massa norte-americana".

Interessante pensar que Clara apresenta o jongo na capa de seu disco em seu lugar de manifestação comunitária. Ainda que o momento tenha sido criado especialmente para as fotos, a cena se dá no Morro da Serrinha – e não, por exemplo, em um teatro –, no bairro de Madureira, subúrbio carioca. Lugar de nascimento da Escola de Samba Império Serrano, vizinha à agremiação do coração de Clara, a Portela.

Quando se pensa nas capas dos dois discos de forma articulada, parece nítida a intenção da artista de mostrar ao seu público (ou, pelo menos a parte dele) os locais onde se produzia a cultura que ela entoava em seu canto. E, mais do que isso, pode-se supor que ela entendia a força política de dar visibilidade à cultura negra, seus sujeitos e espaços de produção. De certo modo, pode-se ler a capa de *Brasil Mestiço* como um desdobramento de *Esperança*. No LP de 1979, Clara trazia a esperança de que as crianças retratadas pudessem se tornar líderes políticos, religiosos ou artísticos. No de 1980, apresentava pessoas que efetivamente se tornaram lideranças oriundas do universo cultural negro:

13 MACHADO, Ana Maria. Hoje é dia de jongo. Corpo e ritmo falando da alma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 29 set. 1975. *In*: Abreu; Mattos, 2007.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Vovó Maria Joana, líder religiosa, e seu filho, o músico e percussionista Mestre Darcy. Assim, ela mostrava que sua esperança não era mero devaneio. Fundamentava-se na trajetória de vida de pessoas negras, lideranças em seus meios.

Se em seus LPs anteriores a cultura negra se apresentava no repertório gravado e era representada nas capas sobretudo pela imagem da cantora, nos de 1979 e 1980, Clara mostrou os espaços sociais de produção dessa música e colocou-se como parte desses universos culturais.

Considerações finais

Nas décadas de 1960 e 1970, se consolidou no Brasil a indústria cultural e, especificamente a fonográfica (VICENTE, 2002). Segundo Napolitano, ela se adequava ao modelo de capitalismo brasileiro voltado para o "consumo de produtos de alto valor agregado e em escala reduzida". E continua o autor sobre o consumo musical:

> Apesar de sermos um país economicamente periférico, o consumo do produto fonográfico mais caro da época em questão – o long-play – era o carro chefe da indústria, uma tendência próxima aos países capitalistas centrais. A própria presença da MPB no mercado fonográfico dos anos 60 e 70 (apesar da memória social qualificar o gênero como consumo musical de uma minoria "culta" e "crítica" em relação ao mercado massivo) se explica, em parte, por essa estrutura concentrada de consumo musical. A MPB era, preferencialmente, veiculada pelo formato LP. E dentro deste formato, representava um produto musical de alto valor agregado, voltado para uma "faixa de prestígio" do mercado, ou seja, direcionado ao público de maior poder aquisitivo (NAPOLITANO, 2002, p. 37).

Não cabe aqui discutir até que ponto a obra de Clara Nunes se inseria no rótulo MPB, mas ela participava desse processo do mercado fonográfico. Como contratada da gravadora Odeon, sua arte era um produto a ser consumido. Mas, como muitos outros artistas, ela afirmava que os critérios que orientavam sua carreira e escolhas não eram apenas os de mercado, como se pode observar em suas palavras:

> Eu não gravo música para vender. Eu gravo músicas maravilhosas dos compositores excepcionais que nós temos, com mensagens também extraordinárias, procurando levar para o público que ainda, sabe, não está bem entrosado com a música popular brasileira, que está acostumado, devido a mil coisas, a ouvir rock, coisas estrangeiras, pra ele se voltar mais para a música popular brasileira, para a raiz da música popular brasileira[14].

14 NUNES, Clara. Entrevista apresentada em especial exibido após a morte da cantora. *Rede Manchete*, abr. 1983. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9noLP29SM_Q. Acesso em: 10 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

É claro que ela também gravava para vender, pois a venda era condição para que sua mensagem pudesse atingir o público. Mas ela entendia o seu canto como uma missão ligada à divulgação do que considerava como a "raiz" da cultura brasileira. O seu público era amplo, envolvendo pessoas de diversas condições sociais, que tinham acesso à sua obra por vários meios. Um bom exemplo das faixas de público atingidas pela obra da cantora pode ser observado nos locais dos shows relativos aos dois discos cujas capas foram analisadas. O LP *Esperança* foi lançado no Pavilhão de São Cristóvão, lugar popular de reunião de nordestinos no Rio de Janeiro, e o LP *Brasil Mestiço* foi lançado na Quinta da Boa Vista, espaço de lazer popular, também na região de São Cristóvão. No entanto, o show "Clara Mestiça" – decorrente do disco de 1980 – fez longa temporada (mais de 100 apresentações) no teatro da própria cantora, no Shopping da Gávea, localizado em área "nobre" da zona sul carioca. Com certeza, os públicos atingidos por essas apresentações tinham perfis sociais distintos.

Os LPs eram comprados por quem tinha poder aquisitivo para fazê-lo[15]. Assim, quando juntamos as palavras de Clara, sua produção musical e as capas dos dois LPs analisadas neste artigo, se torna explícita sua intenção de dar visibilidade a lugares da cidade do Rio de Janeiro desconhecidos de boa parte de seus moradores. As capas identificam sujeitos e espaços sociais produtores de uma cultura que é consumida para além de seus universos de origem e não é associada a uma valorização desses espaços e dessas pessoas como agentes sociais e políticos.

Pensar que essas duas capas foram produzidas e escolhidas pela cantora no momento (1979/1980) em que se encaminhava um processo de abertura política no país, fruto de ações dos movimentos sociais, implica em reconhecer um apelo de valorização das lutas estabelecidas e da importância da continuidade delas em busca do reconhecimento desses sujeitos, seus espaços e cultura.

Escrever sobre essas capas, hoje, em 2021 (mais de 40 anos após suas criações), no contexto político que vivemos no Brasil e, especialmente, no Rio de Janeiro, tem também um sentido político. O sentido de retomar um olhar sobre as comunidades cariocas, seus morros (aqui representados pelos da Saúde e da Serrinha) e seus moradores, como espaços que devem ser reconhecidos como parte da Cidade Maravilhosa, que devem ser tratados com dignidade e respeito e não olhados como lugares de produção da violência, aos quais se destina a ação da repressão policial e a presença das milícias.

Impossível olhar para a capa do LP *Esperança* e não associar a imagem daquelas crianças à da vereadora Marielle Franco, executada no Rio de Janeiro em 2018. Impossível não pensar que Marielle representa, com sua trajetória,

15 Segundo dados da Gravadora Odeon, o LP *Esperança* vendeu 197.300 exemplares e o LP *Brasil Mestiço* 142.000. Cf. Acervo do Memorial Clara Nunes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 abr. 1983.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

exatamente a esperança que Clara Nunes evocava naquela capa. Sua execução nos questiona de forma dramática sobre o que fizemos, ao longo dos 42 anos que nos separam da capa daquele disco, para que a exclusão e a desigualdade social continuem a ser a principal marca da sociedade brasileira. E para que a violência continue silenciando as populações negras da cidade.

Impossível não pensar o quanto a situação em que nos encontramos hoje no Brasil, com um governo de cunho fascista e genocida, se relaciona com um projeto político de manutenção das absurdas desigualdades sociais. Projeto de uma elite que reage a ações que visem minimamente diminuir as distâncias sociais, a reduzir a pobreza e a colocar em questão o racismo em nossa sociedade. Não cabe neste artigo fazer uma análise detalhada da situação que enfrentamos. Mas não poderia concluí-lo sem evocar o quão atual continua sendo a capa do LP *Esperança*, ainda que nossos sentimentos hoje sejam menos esperançosos do que os que animavam os setores de resistência em 1979. Mas, a convicção da necessidade e da importância da luta permanece atual.

Encerro este artigo com uma reflexão de Antonio Callado, escrita após ter assistido a 100ª apresentação do show "Clara Mestiça" em 1981, no qual traça um paralelo entre as percepções de Brasil de duas mulheres emblemáticas da história desse país, Princesa Isabel e Clara Nunes:

> Como preceptora, governanta do menino Brasil, pupilo gigantesco, faltou compreensão a Isabel, e a seu pai. O pior é que o estilo da Corte acabou por instituir um estilo brasileiro de governo, uma determinação de só levar a sério uma parcela mínima da população. O povão ficou órfão desde aqueles tempos do direito divino dos reis até os dias de hoje, do reino de generais de direita. Pois o espetáculo de Clara Nunes que a Bibi Ferreira dirigiu vale muitos livros e muita reflexão sobre esse Brasil que ficou longe dos olhos de Isabel e que só parece inspirar desconfiança aos governantes. No palácio, como na caserna, tem faltado o *Peixe com Coco*, cantado – eu ia quase dizendo servido – por Clara, ou o *Dia a Dia*, de Candeia e Jaime: "Não é mole não / Acordar segunda-feira / Pra tentar ganhar o pão / Não é mole não". Esse povo de brio e de graça refletido em *Clara mestiça* está batendo à porta[16].

Infelizmente, 40 anos depois, ainda falta o *Peixe com Coco* na forma de se governar o país. Se o "Brasil que ficou longe dos olhos de Isabel" continua a inspirar desconfiança aos governantes e às elites desse país, cabe-nos manter a esperança na luta social e na cultura como campos de transformação política.

16 Acervo do Memorial Clara Nunes. CALLADO, Antonio. "Brasil de Isabel a Clara. – Coluna Sacada", *Revista Isto É*, 1981. Pôster com reprodução do artigo. "Peixe com Coco", composição de Alberto Lonato, Josias e Maceió do Cavaco, e "Dia a Dia", composição de Candeia e Jaime, foram gravadas por Clara Nunes no LP *Brasil Mestiço* da Gravadora Odeon em 1980.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe M. Jongo: registros de uma história. *In*: LARA, Silvia H.; PACHECO, Gustavo (org.). *Memórias do Jongo*: *as* Gravações Históricas de Stanley Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folhas Secas; Campinas: CECULT, 2007.

AUGRAS, Monique. *Todos os Santos são Bem-vindos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

BRÜGGER, Silvia M. J. Brasil mestiço pede a bênção, Mãe África. *In*: BRÜGGER, Silvia M. J. (org.). *O Canto Mestiço de Clara Nunes*. São João del Rei: UFSJ, 2008.

BUSCÁCIO, Gabriela Cordeiro. *A Chama não se apagou*: *Candeia e a GRAN Quilombo – Movimentos Negros e Escolas de Samba nos Anos 70*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FERNANDES, Vagner. *Clara Nunes*: guerreira da utopia. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música*: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a Canção*: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis: Vozes, 1978.

PRANDI, Reginaldo. Referências Sociais das Religiões Afro-Brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. *In*: CAROSO, C.; BACELAR, J. (org.). *Faces da Tradição Afro-Brasileira*: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 2006.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. *In*: LINHARES, Maria Yedda L. (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SLENES, Robert W. Eu venho de muito longe, eu venho cavando: Jongueiros Cumba na Senzala Centro-Africana. *In*: LARA, Silvia H.; PACHECO, Gustavo (org.). *Memórias do Jongo*: as gravações históricas de Stanley Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folhas Secas; Campinas: CECULT, 2007.

SLENES, Robert W. Malungu, Ngoma vem!: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, dez./fev. 1991-1992.

VICENTE, Eduardo. *Música e Disco no Brasil*: a indústria nas décadas de 80 e 90. 2002. Tese (Doutorado em Comunicações) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VIDAL, Erick de Oliveira. *As capas da Bossa Nova*: *encontros e desencontros dessa história visual (LPs da Elenco*, *1963)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REVISITANDO O MITO IARA IAVELBERG (1944-1971): história oral, cotidiano e armadilhas da memória sobre a luta armada na ditadura civil-militar brasileira

Juliana Marques do Nascimento[1]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

Em 1992, foi publicado no Brasil o livro *Iara*: *reportagem biográfica*, de autoria da jornalista Judith Patarra, a respeito de Iara Iavelberg, militante das organizações revolucionárias contra a ditadura civil-militar brasileira[2]. Lançamento do recém-criado selo Rosa dos Tempos, da Editora Record, o livro foi um sucesso, com quatro edições esgotadas. A publicação coincidiu com a exibição da minissérie *Anos Rebeldes*, na TV Globo. Esse fato rendeu ainda mais destaque à obra sobre Iavelberg, a qual passou a ser um lugar-comum não só sobre a vida da guerrilheira, mas também sobre a chamada "geração de 1968" como um todo.

Patarra, para escrever a obra, se utilizou de um vasto corpo documental, como fontes da época (processos jurídicos, notícias de jornal, escritos das organizações etc.) e, fundamentalmente, entrevistas realizadas por ela mesma. Pela extensão das fontes consultadas – a despeito da narrativa criada a partir delas, que é estritamente jornalística e ficcionalizada –, o livro de Patarra é considerado uma referência quando se trata de ditadura, esquerdas e movimento estudantil dos anos 1960, sendo largamente utilizado em pesquisas de diversas áreas, inclusive na produção historiográfica.

Com um livro de tamanha relevância, a história de Iara parece ter sido considerada como definitivamente contada e esgotada pela obra. Assim, apenas em 2014, cerca de 20 anos após o lançamento do livro de Patarra, veio a público mais uma narrativa sobre a militante: o documentário *Em busca*

---

1 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), com financiamento da bolsa Doutorado Nota 10, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Iara Iavelberg integrou as seguintes organizações revolucionárias: Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), de 1964 a 1967; Vanguarda Popular Revolucionária, de 1967 a junho de 1969; Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), de julho a setembro de 1969; Vanguarda Popular Revolucionária, retomada após o racha com a VAR, de setembro de 1969 a março de 1971; e Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), de abril até agosto de 1971, mês de seu assassinato.

de Iara, dirigido por Flávio Frederico e roteirizado por Mariana Pamplona, sobrinha de Iavelberg. O documentário explora um grave desacerto contido na biografia feita por Patarra: a causa da morte de Iara. A versão oficial, divulgada pelos órgãos da ditadura e reproduzida no livro, foi a de que Iara teria se suicidado após uma ação da Polícia Federal no apartamento onde se encontrava, em Salvador. Anos depois, porém, depois de muita luta da família, essa versão foi questionada e comprovada como falsa: Iara foi assassinada pelas forças policiais – e é essa correção que o filme traz ao público.

A partir de então, não haveria mais dúvida: a história de Iara teria sido definitivamente contada e explorada ao máximo. Não haveria mais informações inéditas sobre a militante a serem expostas e analisadas. Essa máxima, porém, é refutada com a grande quantidade de documentos da repressão, disponibilizados ao público nos últimos anos como consequência de iniciativas de aberturas de arquivos. Além disso, é preciso problematizar o conteúdo memorialístico da narrativa biográfica construída[3]. Desse modo, novas perguntas surgem para serem feitas às testemunhas.

Estariam as testemunhas, porém, sempre dispostas a respondê-las? Segundo Tzvetan Todorov (2000, p. 17-18), "a memória não se opõe em absoluto ao esquecimento. Os dois termos para contrastar são a *supressão* (o esquecimento) e a *conservação*; a memória é, em todo momento e necessariamente, uma interação entre ambos". Dessa forma, segundo os historiadores Barrero Junior e Costa Junior (2019, p. 176, grifos meus),

> [...] a(o) historiadora(or) deve sempre ter em mente que *os silêncios também devem ser problematizados* na medida em que trazem para o relato representações acerca do passado, remetendo às suas relações com esse tempo rememorado. *Os silêncios podem remeter a critérios de seleção sobre aquilo que*, *mesmo sendo rememorado*, *não poderia ser enunciado* por motivações políticas, morais, traumáticas etc.

Em vista disso, a partir do estudo de entrevistas feitas por mim, mas também de outras feitas pela jornalista Judith Patarra na década de 1980, este artigo pretende analisar os discursos de memória sobre Iara Iavelberg, sua vida e comportamentos. Até o momento, 64 pessoas foram contatadas para conceder entrevista, das quais sete negaram. A maioria não deu justificativa para recusa; as que deram, porém, alegaram dificuldade em falar sobre o período e sobre Iara, especificamente. Das 57 entrevistas realizadas, utilizarei como fonte neste artigo uma amostragem de 18. Estas, por serem as de

3 Para as concepções da autora sobre história e memória, Cf. NASCIMENTO, J. *Guerrilheiras e biografias*: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

pessoas mais próximas de Iara, são as que já foram completamente transcritas até aqui. Todos os depoimentos foram colhidos pelo meio virtual – ou seja, através de plataformas como *Google Meet*, *Zoom* ou *WhatsApp* – em virtude da pandemia do coronavírus. Em relação às entrevistas feitas pela jornalista Patarra, as transcrições – embora claramente não sejam transcrições literais – foram doadas pela autora para o Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e estão disponíveis para consulta. As gravações, porém, não constam no acervo.

Pretende-se confrontar narrativas mais recentes com as mais antigas e explorar as eventuais mudanças, silêncios e esquecimentos, compreendendo suas motivações. Através disso, apontar-se-ão caminhos para, por meio da história oral, constituir uma narrativa historiográfica sobre Iavelberg na perspectiva da história do cotidiano.

O que há de novo sobre Iara?

Os primeiros contatos com os entrevistados selecionados foram, majoritariamente, permeados pela pergunta: "o que há de novo para falar sobre Iara?". Todos, sem exceção, já tiveram contato com o livro de Judith Patarra e uma grande parte viu o filme de Frederico e Pamplona. Assim, para além das dificuldades impostas pelo fato de as entrevistas terem sido realizadas remotamente, em plataformas com as quais os entrevistados nem sempre possuem familiaridade, por exemplo, apresentou-se também a desconfiança. Esse já é um sentimento esperado por nós, historiadores, que trabalhamos com fontes orais. Porém, as frases mais comuns foram: "não tenho certeza se posso contribuir"; "tudo o que tenho para falar, já disse à Judith Patarra". Fica evidente a sensação de repetição e da impossibilidade de haver contribuições inéditas.

Cecilia Scheinberg, amiga de Iavelberg durante a infância e adolescência, demonstrou dúvidas sobre a relevância do tema e de Iara como objeto central da pesquisa:

> Na época que ela era militante, que ela pegava em arma, que ela sequestrou, que ela foi presa, então teve greve pra soltar a Iara, coisa desse tipo, era relevante. *O tempo passou*. *Tudo isso passou*. *Isso já faz 50 anos*. *Então eu não sei mais se é tão importante assim*, *se você quiser*, *quem sou eu*, *sabe?*[4]

Outra colega de infância, Felícia Reicher Madeira, tem uma fala na mesma linha:

4 SCHEINBERG, Cecilia. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 16 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º28'54", acervo pessoal, grifos meus.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Mas eu tive uma ruptura enorme quando ela, na minha visão de adolescente, ela seduziu aquele cara [referindo-se ao primeiro marido de Iara]. [...] Então eu não sei como que eu posso te ajudar, entende? Porque nessa coisa da trajetória mais política dela, eu acompanhei pelos jornais[5].

Albertina Costa, amiga de Iara e então professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, por sua vez apontou:

> Veja, eu fui bastante amiga da Iara, tá? Mas a nossa convivência é de dois anos, certo? Então, digamos, alguma coisa sobre a Iara, eu já falei pra Judith Patarra. Mas por outro lado, isso, eu não participei de nenhum grupo junto com a Iara, não… ah, em geral, as pessoas querem um pouco… estão muito mais interessadas na trajetória política dela [...][6].

A irmã de Iara, Rosa Iavelberg, se recusou a dar entrevista, dizendo, por e-mail:

> Não acho que comigo será proveitoso, tenho passado estas entrevistas, principalmente para o Samuel, que viveu a vida política do período. No meu caso, os fatos são muito relativos à vida cotidiana, o que já discorri no filme da Mari[ana Pamplona]. Não acho que o viés biográfico pessoal da Iara tem importância no momento que atravessamos[7].

Mariana Pamplona, filha de Rosa e sobrinha de Iara, nesse mesmo sentido, afirmou, por e-mail: "os fatos mais importantes que sabemos e descobrimos estão no filme"[8].

Constata-se, assim, que, seja pelo tempo, seja pelo que foi previamente produzido sobre Iara, os entrevistados demonstraram desconfiança a respeito da relevância de suas possíveis contribuições para a pesquisa. Nota-se que grande parte desse sentimento tem como base o desconhecimento sobre fatos da vida estritamente *política* de Iara – como se outros aspectos, como a infância e adolescência, seus relacionamentos familiares e amorosos etc., não fossem relevantes de serem analisados historicamente. De acordo com o historiador Alessandro Portelli (2016, p. 10), "é comum, aliás, que a informação mais importante se encontre para além daquilo que tanto o historiador quanto o narrador considerem historicamente relevante".

5 MADEIRA, Felicia Reicher. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 18 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º37'37", acervo pessoal.

6 COSTA, Albertina. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 9 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 47'13", acervo pessoal.

7 IAVELBERG, Rosa. Assunto: Entrevista – Iara Iavelberg. Mensagem recebida por e-mail em 25 ago. 2020.

8 PAMPLONA, Mariana. Assunto: Pesquisa – Iara Iavelberg. Mensagem recebida por e-mail em 23 jun. 2020.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Essa premissa se concretizou, uma vez que, ao definir Iara Iavelberg como objeto histórico, eu, a própria historiadora, tinha como foco inicial estritamente sua trajetória política. Esse objetivo se ampliou após as leituras, especificamente sobre história do cotidiano, pois, segundo John Walton (1995, p. 16), essas investigações estão "particularmente interessadas em que, partindo de experiências individuais, de pequenos grupos e localidades, se conecte com as esferas mais amplas das ideias e da ação política". Complementando essa ideia, Portelli (2016, p. 3) aponta que "as fontes orais nos ajudam a questionar as fronteiras que dividem o que diz respeito à História e o que não diz".

Porém, uma vez que a memória também é seletiva e está em constante trabalho de reconstrução, faz-se necessária uma análise minuciosa dos discursos, posto que os silêncios falam e os esquecimentos fazem lembrar.

Memória, cotidiano, silêncios e esquecimentos

Iara foi uma personagem importante e conhecida para as esquerdas dos anos 1960 e 1970. Sua figura foi fruto de curiosidade e fascinação por diversos motivos, entre eles sua atuação nas organizações de guerrilha, seus relacionamentos amorosos – principalmente com o capitão Carlos Lamarca[9] – e sua morte.

Uma característica quase sempre usada para descrever a família Iavelberg é sua situação econômica. É recorrente a ideia de que teriam sido uma família de classe média alta, às vezes referida como "família tradicional e de elite". Nesse sentido, o ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) – organizações nas quais Iara também militou – José Olavo Leite afirmou que "tinha uma certa desconfiança que a Iara era uma pessoa, uma mulher rica, já tinha morado na Europa"[10].

O ex-sargento José Araújo Nóbrega, também da VPR e muito próximo a Carlos Lamarca, transmitiu essa ideia a princípio de forma discreta, ao dizer: "eu lembro que ela era... digamos que ela era formada na USP, Sociologia ou Psicologia". Um pouco à frente na entrevista, deu detalhes mais objetivos: "ela tinha vindo da faculdade e ela era uma menina assim da burguesia, de São Paulo, entendeu? E sair da Zona Sul de São Paulo, ir pro Vale do Ribeira [...] não é fácil não, entendeu?"[11].

9 Ex-capitão do Exército que desertou em 1969 para se juntar à organização armada de oposição à ditadura Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

10 RIBEIRO, José O. L. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 28 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 33'23", acervo pessoal.

11 NÓBREGA, José Araújo. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 14 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 38'44", acervo pessoal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A ex-guerrilheira Renata Ferraz Guerra, da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e da VPR, apontou que "tinha um buxixo em relação ao estilo de vida de todas as pessoas de classe média, de certa forma". Disse ainda que, nas ações da organização, "o nosso comportamento de classe média nem sempre era aceitável, pessoas que moravam em bairros operários. Tinha esse choque, claro que tinha"[12].

Fato é, porém, que a própria Iara nasceu e cresceu em um bairro operário, o bairro do Ipiranga. Realmente pertence à zona sul da capital paulistana, mas fazendo divisa com a zona leste – tradicionalmente mais periférica – e com o centro. Apesar disso, seus familiares não eram operários, mas sim comerciantes – por esse motivo, talvez, os comportamentos de Iara eram mais próximos dos considerados "burgueses". Nesse sentido, João Quartim de Moraes aponta que, nas organizações, "havia uma perturbação, pelo charme dela, suas roupas. E a crítica era enviesada, usava o pretexto de classe"[13].

Samuel Iavelberg, irmão de Iara, ao fim da entrevista que fizemos, pediu para que eu me atentasse às condições econômicas reais da família: ressaltou que não pertenciam à elite de forma alguma, mas sim à classe média[14]. Raul Iavelberg, o irmão do meio, deu mais detalhes sobre a situação financeira:

> Olha, na infância havia muita dificuldade financeira, muita dificuldade mesmo. Ninguém passou fome, mas não era toda hora que a gente ganhava roupa nova ou sapato novo. Era apertado na infância. [...] A minha família, que era uma classe média bem média, saiu-se um pouco melhor, melhorou um pouco o padrão de vida que era baixo. Minha infância era bem de classe média baixa. A gente passou pra uma classe média-média depois do golpe de 64[15].

Cecilia Scheinberg, amiga de infância de Iara, corrobora com essa narrativa e aponta que essas eram as condições gerais de todas as famílias judias do Ipiranga:

> Nada de nenhum arroubo, ninguém era muito rico, ninguém era muito pobre. Tinha-se uma vida boa para aquela época [...]. Era se manter com a cabeça fora d'água, ninguém passava fome, todo mundo tinha uma loja

12 GUERRA, Renata F. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 11 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 48'41", acervo pessoal.

13 MORAES, João Quartim. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 27 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º16'05", acervo pessoal.

14 IAVELBERG, Samuel. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 20 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 56'54", acervo pessoal.

15 IAVELBERG, Raul. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 31 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 54'23", acervo pessoal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> e vivia da loja, e uns tinham carro, outros não tinham, e era uma vida normal, pacata, e da classe média típica, classe média típica[16].

Nesse sentido, Felícia Madeira, também moradora do Ipiranga, afirma que, embora morassem em um bairro operário, os pais eram proprietários de pequenas lojas. Porém, ao entrarem na universidade, também não se identificavam com a maioria do público estudantil:

> mas ela [a Iara] não tinha nada de elite, né. Porque na verdade a gente convivia sobretudo na USP, com gente que tinha ou uma descendência intelectual, tal, muito intelectual. E era gente que tinha dinheiro. Então a gente não fazia parte disso. Então talvez lá na USP, confundia a gente com esse tipo de intelectual, filho de intelectual, que tinha muito. E judeu, tinha muito judeu que tinha muito dinheiro. Não era nosso caso[17].

Integrantes desse grupo de origem mais abastada não a reconheciam como tal. Marina Tschiptschin, colega da faculdade, declarou, em entrevista à Patarra que:

> Iara me admirava, embora eu não fosse uma estrela intelectual. *A família dela era muito simples*. [...] Conheci a casa dela no Ipiranga. *Era um apartamento bem modesto*. Os pais eram pessoas muito simpáticas, simples. [...] [Iara] Me deu a impressão de usar qualquer meio para chegar onde quisesse. Pensando agora, também a usei. Para adquirir certas coisas, certo prestígio. Da parte dela, *por [a minha] ser uma família mais rica*, *[eu] tinha uma casa maravilhosa no Jardim Europa*, *na praia*[18].

Diante dessas evidências, nota-se que a família de Iara certamente não era de elite. Porém, não é possível considerar que tenham passado por grandes necessidades, levando em consideração alguns fatos, como os pais terem sido proprietários de loja e imóveis e os filhos terem estudado por períodos em escolas particulares, por exemplo.

Alguns integrantes das organizações armadas nas quais Iara militou – principalmente os do sexo masculino e advindos das Forças Armadas –, contudo, lembram-se dela como extremamente abastada, devido à sua vaidade e forma de se vestir. Esse comportamento destoa do estereótipo da guerrilheira

16 SCHEINBERG, Cecilia. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 16 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º28'54", acervo pessoal.

17 MADEIRA, Felicia Reicher. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 18 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º37'37", acervo pessoal.

18 TSCHIPTSCHIN, Marina. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, s.d. Transcrição. 4 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

e pode ter gerado estranhamento entre os militantes, que frequentemente atribuíam o zelo de Iara com sua aparência a vícios "pequeno-burgueses". Houve espaço inclusive para a criação de uma narrativa que afirma que Iara teria morado na Europa, sendo que ela sequer saiu do país. A ideia pode também ter sido influenciada pelo estereótipo corrente de que todo judeu é rico (ATTALI, 2011).

A família Iavelberg, possivelmente ciente desses discursos sobre sua situação socioeconômica, se adianta, com a intenção de "esclarecer" os mal-entendidos, e descreve uma situação que, em certos momentos, parece bem precarizada.

Outro fato da vida de Iara muito rememorado – e de formas diversas, como veremos – é seu casamento precoce. Em 1960, aos 16 anos, Iara Iavelberg se casou com um então estudante de Medicina, Samuel Haberkorn, de 21. Oficialmente, o casamento durou cinco anos – o desquite foi formalizado em 1965.

Samuel Iavelberg, quando perguntado a respeito da duração do casamento, afirmou:

> Olha, aí… *eu não sei de cara de muito*, *que eu já não tenho essas datas assim*… Mas eu sei que durou pouco, [inaudível] máximo dois anos mesmo né. [...] Eu acho que durou só dois anos, agora eu não… *pelo que eu acompanho*, *eu não sei direito se ela chegou a fazer divórcio no papel ou não*, *eu não sei*. [...] *Foi aquele casamento errado*, *que não devia ter acontecido*, um casamento típico de famílias judaicas [...], e os pais acabaram permitindo que ela casasse com 16 anos né, um absurdo né, era… era um costume meio assim, né?[19]

O irmão ficou visivelmente desconfortável ao tratar do assunto, e evitou dar detalhes, afirmando não saber como as coisas ocorreram. O outro irmão, Raul, a respeito do mesmo tema, aponta:

> **R:** Isso aí é coisa… pra colocar simplesmente, é aquela ideia, muito de cultura judaica. A moça se casar o mais rápido possível, pedir ao rapaz do bairro que tava querendo casar com ela, então casa. Não tem… outra conversa, quer dizer, é porque o objetivo na vida é casar. Então as mulheres, o objetivo era casar, então tinha que casar. Bom, tinha 16 anos, tinha alguém querendo casar, era médico, ótimo, então casou.
> **J:** E como foi, não sei se você era próximo do casal nesse momento, mas como era o relacionamento deles?

19 IAVELBERG, Samuel. [*Entrevista concedida a*] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 20 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 56'54", acervo pessoal, grifos meus.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> **R:** *Não tenho a menor ideia*. *Talvez o meu irmão soubesse alguma coisa*, cê vê, ela casou com 16, eu tinha 12 anos.
> **J:** Muito mais novo.
> **R:** É, eu era criança. Eu só fui informado na hora que eles divorciaram que eles tavam separando[20].

Observa-se também um desconforto ao tratar do assunto e um desconhecimento, mesmo que justificado pela idade. Detalhes não são fornecidos por nenhum dos dois, que pareceram aliviados com a mudança de assunto. Parece ser um tabu para a família, uma questão pouco tratada e sequer conhecida – intencionalmente ou não. Segundo o relato de amigas, esse silêncio se estendia também à Iara. Cecilia Scheinberg e Felícia Madeira, as mais próximas de Iara na época em que o casamento ocorreu, relatam um afastamento dela:

> Na adolescência, a gente se dava muito bem, saía junto, conversava, falava e tal, mas a adolescência dela foi muito pequena, porque com 14 anos ela começou a namorar e começou a namorar meu primo, *então ela se afastou*, porque ela não queria que eu soubesse das coisas dela[21].
> Exatamente na adolescência, [...] a gente ficou muito próxima. *Até o casamento dela*. [...] Eu confesso pra você que *eu não sei em que momento ela começou a se envolver com ele*, e… bom, e acabou casando. [...] *este foi um ponto de ruptura nosso muito forte*[22].

Fica evidente que, após o casamento, partiu de Iara um afastamento de suas amigas mais íntimas até então. Outras pessoas que foram próximas a ela durante a adolescência, antes do período da faculdade, foram entrevistadas, mas nenhuma se declarou próxima o suficiente para saber de confidências e relatos mais pessoais. Aparentemente, portanto, esse silêncio parece ter sido, em parte, *criado pela própria Iara*.

Essa hipótese é corroborada por Honório de Lima Filho, namorado de Iara da época de escola – namoro esse que ocorreu enquanto Iara era casada: "eu não tenho muita informação sobre o casamento dela, porque *toda vez que a gente falava nisso*, *ela mudava de assunto*. Eu nunca vi esse marido dela, ele nunca foi buscá-la na escola"[23].

20 IAVELBERG, Raul. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 31 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 54'23", acervo pessoal, grifos meus.

21 SCHEINBERG, Cecilia. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 16 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º28'54", acervo pessoal, grifos meus.

22 MADEIRA, Felicia Reicher. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 18 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º37'37", acervo pessoal, grifos meus.

23 LIMA FILHO, Honório. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 29 abr. 2020. 1 arquivo de áudio, 29'25", acervo pessoal, grifos meus.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

As amigas da faculdade, por sua vez, teriam o potencial de saberem mais informações acerca desse período. Evelise Marra, uma dessas amigas, ao ser perguntada sobre a dinâmica do casamento, relatou: "eu não sei exatamente, ela… Isso eu não me lembro nunca de ela ter contado como que foi a aproximação dela com [ele]. [...]. Então, eu nunca soube muito como foi o tal do namoro, talvez os irmãos saibam dizer isso melhor"[24].

Ela demonstra, assim, que mesmo sendo grande confidente de Iara, não soube de detalhes específicos acerca desse momento. Aponta, inclusive, que talvez os irmãos pudessem contribuir – o que, conforme vimos, não foi o caso.

Maryse Farhi, também estudante da Faculdade de Filosofia e militante da Polop na mesma época que Iara, afirmou que, embora tenham sido muito próximas, Iara falava muito pouco de seu casamento: "fazia parte da outra vida, daquela que ela tinha abdicado. Pra ir fazer faculdade, se formar, e cuidar da vida. Mas ela falava muito pouco do casamento"[25].

Antonio Prado, amigo e companheiro de militância, a respeito do desquite, disse:

> O cara era um idiota, um contrarrevolucionário. *Ela fez a coisa certa*, *abandonou a vida burguesa*. A ideia central é que ele era um reacionário, um marido tradicional. [...] Então, para nós, desquite, separação, fazia parte do mundo burguês. Do mundo que nós queríamos transformar. E que, portanto, ela tinha feito a coisa correta, que era ter abandonado aquele mundo burguês pra ir pro campo correto, o mundo da revolução. Que era o mundo que a gente vivia loucamente[26].

Ao que tudo indica, de fato esse foi um esquecimento promovido por desejo da própria Iara. O desquite, para além do que as convenções sociais da época ditavam, era justificado por sua escolha pela revolução. Fazia parte de uma outra vida, a qual ela desejava *esquecer*. Esse esquecimento foi compartilhado pelos familiares – os irmãos parecem responsabilizar os pais pelo que consideram ter sido um "erro", impulsionado pelo desejo de seguir uma certa tradição judaica.

Ademais dos Iavelberg, a família Haberkorn se manteve em silêncio durante todos esses anos, jamais dando qualquer testemunho sobre o relacionamento. Tanto Samuel Haberkorn quanto sua irmã, ex-cunhada de Iara[27],

24 MARRA, Evelise. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 28 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 1°8'22", acervo pessoal, grifos meus.

25 FARHI, Maryse. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 22 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 44'31", acervo pessoal.

26 PRADO, Antonio. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 9 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º01'15", acervo pessoal.

27 Optei por não a identificar, uma vez que não obtive seu consentimento para isso.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

foram extremamente difíceis de serem encontrados. O silêncio de Samuel sobre o assunto, contudo, será definitivo, pois, nessas tentativas de contatá-lo, tomei conhecimento de seu falecimento no fim de 2020. A irmã, por sua vez, recusou dar seu testemunho, alegando, através de sua filha por e-mail, que "não tem nada mais a acrescentar [além] do que já foi exaustivamente exposto à época".

Cecilia Scheinberg, que além de amiga de Iara, é prima de Samuel Haberkorn, afirmou, pouco antes da morte dele:

> Foi uma época difícil pra família inteira. Foi uma época muito difícil. E não acredito que eles queiram remexer nisso. [...] É uma coisa que eles querem página virada, o Samuel tentou organizar uma outra vida numa outra cidade, num outro tudo pra esquecer. [...] Sabe, é doloroso pra ele. Das pessoas olharem pra ele da maneira como passaram a olhar ele. E ele teve a finesse de não falar nada, de deixar a coisa morrer[28].

Assim, esse foi um período de certa forma traumático, tanto para os Iavelberg quanto para a família Haberkorn – de formas diferentes, porém. Para os últimos, além do estigma do casamento frustrado, vieram também as consequências posteriores do engajamento de Iara, que levou seu nome a ter destaque nacional. Nos relatos anteriores, viu-se que Iara classificava o então marido como conservador e reacionário, completamente oposto às convicções que viria adotar. Scheinberg reafirma essa ideia: "ela [Iara] era de direita, quando ela saía com a gente, inclusive falava mal do pessoal de esquerda, cê entende? Ela era totalmente de direita. O Samuel, totalmente de direita. A nossa família toda totalmente de direita"[29].

Então, foi estabelecido um silêncio profundo de ambos os lados, acompanhado de memórias confusas e esquecimentos. Conforme citado anteriormente, Samuel Iavelberg (irmão de Iara) não soube afirmar sequer a duração do casamento, apontando que foram apenas dois anos – quando, de fato, foram cinco. Essa confusão pode ser resultado das narrativas criadas pelos pais, atualmente já falecidos, mas que foram entrevistados por Judith Patarra.

Quando o assunto do desquite surge pela primeira vez na entrevista, Eva Iavelberg, mãe de Iara, afirma: "logo depois do casamento, ele [Samuel Haberkorn] fez residência, ficou também com os plantões de todo mundo

28 SCHEINBERG, Cecilia. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 16 dez. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º28'54", acervo pessoal.

29 Samuel Haberkorn trabalhava como médico-legista do Instituto Médico Legal de São Paulo. Assinou, em conjunto com o médico Paulo Augusto Rocha, o laudo necroscópico de Roberto Macarini, militante da VPR, morto em 1970, com causa da morte falsa. No relatório da Comissão Nacional da Verdade consta como conduta sua: "falsificação da certidão de óbito, indicando como *causa mortis* 'asfixia por afogamento'" (CNV, 2014, p. 433).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

para não dormir em casa. *Não se separaram porque a lei diz que tem que de esperar dois anos*". Patarra pergunta, então, sobre a lua de mel do casal, ao que David Iavelberg, pai de Iara, responde: "ela escondeu de nós por uns tempos. Não dava para perceber. *Seis meses depois*, *contou*. Nós estávamos em Santos, ela desceu lá. Chegou desesperada". Porém, logo Eva afirma: "[...] tanto que só fizeram desquite amigável. *O casamento durou cinco anos*. Ela tinha 21 quando se separou, estava na faculdade". Patarra, então, pergunta aos dois sobre como reagiram após a situação relatada em Santos, e Eva responde: "ela já ficou na nossa casa, no apartamento do Ipiranga. Depois [que casaram] demos um apartamento pegado ao nosso para eles morarem. Depois que ela se separou, ela morou lá outra vez. Ele ficou na Paulista. *Ela só desceu pra Santos cinco anos depois*, *dizendo que ia se separar*"[30].

Fica evidente que há uma confusão na narrativa dos pais sobre a ordem dos acontecimentos e a duração do relacionamento. A ideia dos dois anos citada por Samuel Iavelberg mostra-se como uma das versões apresentadas pelos pais. Uma hipótese que pode explicar essa recriação é o fato de Iara ter mantido relacionamentos com outras pessoas, ainda casada. À Patarra, Samuel Iavelberg relatou: "pelo que me consta, no último ano do casamento (o segundo), ela já transava adoidado fora do casamento. Quando ela entrou no cursinho, eu já sacava que ela transava com colegas. *Mas aí eles já estavam separados*"[31]. Eva, nesse sentido, ao ser perguntada pela jornalista sobre como a situação durou tanto, respondeu: "ela tinha outro por fora. *Enquanto viveu com ele*, *um só*"[32].

Assim, detecta-se um incômodo da família com os comportamentos de Iara: o casamento malsucedido, os relacionamentos extraconjugais etc. A tentativa de ocultar ou minimizar essas "transgressões" pode ser a origem da construção desses discursos de memória confusos e descolados dos fatos, conforme alguns documentos evidenciam. Segundo o historiador Alessandro Portelli (2016, p. 19): "até mesmo o erro, a invenção e o mal-entendido – e mesmo as mentiras – especialmente quando são socialmente difundidos, tornam-se sintomas preciosos de processos históricos importantes como a memória e o desejo".

O mandado de desquite de Iara Iavelberg e Samuel Haberkorn, processado no 3° Ofício da Família e das Sucessões de São Paulo, aponta que a sentença foi proferida em 16 de março de 1965[33]. Devido à pandemia, não

30 IAVELBERG, David; IAVELBERG, Eva. [Entrevista concedida a] Judith Patarra. São Paulo, 1988. Transcrição. 49 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

31 IAVELBERG, Samuel. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, s.d. Transcrição. 35 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

32 IAVELBERG, David; IAVELBERG, Eva. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, 1988. Transcrição. 49 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

33 SÃO PAULO. *Mandado de desquite – Samuel Haberkorn e Iara Iavelberg*. Registro Civil do Ipiranga, 18° Subdistrito. São Paulo, 3 nov. 1965.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

foi possível consultar ainda o processo completo, tramitado na 4ª. Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Assim, não é possível saber quando o casal entrou com o pedido. Ainda que o Código Civil vigente na época determinasse que o desquite por mútuo consentimento dos cônjuges, o chamado desquite amigável, só poderia ser solicitado após dois anos de casamento[34] – conforme ressaltado por Eva –, nota-se que o processo foi aberto possivelmente *três anos* depois do período mínimo.

Compreender a real data de separação de Iara[35] e identificar que de fato ela teve relacionamentos extraconjugais, dotando de grande liberdade sexual, nos ajuda a analisar as reações sociais da época diante desse tipo de comportamento. Entende-se muito do papel e das possibilidades de vida de uma mulher de classe média nos anos 1960 e 1970 – e o quanto Iara ousou subvertê-los, encontrando, porém, muita resistência.

Samuel Iavelberg, de forma bem sucinta, demonstrou o incômodo do pai com as ações da filha: "bom, o meu pai, obviamente que não aceitava que ela tivesse qualquer relacionamento depois que ela… divorciou"[36]. Para Judith Patarra, porém, três décadas antes, deu mais detalhes:

> *A única coisa que me chocou*, *realmente fiquei desnorteado*, *foi quando*, *já na faculdade*, *fui à casa dela falar com ela*, *tinha um cara*. Saí pelas ruas, andando. Era tarde da noite, eu estava chegando. 11:30, meia-noite. Aí ela veio falar comigo. Disse que estava separada e que tinha vida dela, namorados. Nem contei para ela o quanto fiquei desbaratinado. [...] A partir daí, passei a defendê-la da rejeição do meu pai. Meu pai enche o saco dela. Queria que ela voltasse cedo para casa, queria controlar a vida dela. Não queria que namorado viesse trazê-la na porta da casa dele. *Teve briga*, *ele chamou ela de puta*. *Teve muita briga por causa disso* – ela morou por uns tempos com meu pai, até ter seu apartamento na [rua] Maria Antônia[37].

O pai, por sua vez, não nega que ficou abalado, mas alega esquecimento sobre suas represálias:

34 BRASIL. *Lei n° 3.071, de 1° de janeiro de 1919*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://bit.ly/3ucJq2X. Acesso em: 25 abr. 2021.

35 Ressalto aqui que a análise de documentos oficiais não quer dizer que eles tragam a "verdade" sobre a real data de separação de Iara, em oposição aos relatos dos familiares. Eles apenas contribuem para uma compreensão mais abrangente das idas e vindas do relacionamento. Embora o casamento tenha *oficialmente* terminado em 1965, Iara e Samuel se separaram e voltaram diversas vezes ao longo desses cinco anos – numa provável tentativa de fazer o casamento dar certo. Entende-se, assim, que, apesar de a separação na prática não ser sinônimo de separação formalizada, o desquite é o que de fato oficializa a separação, encerrando a condição de "casados".

36 IAVELBERG, Samuel. [*Entrevista* concedida] a Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 20 ago. 2020. 1 arquivo de áudio, 56'54", acervo pessoal, grifos meus.

37 IAVELBERG, Samuel. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, s.d. Transcrição. 35 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> **Patarra:** o que disse a ela?
> **David:** não sei. Só sei que, quando ela contou [da separação], minha vida mudou completamente. Fiquei completamente abalado. [...] Eu estava sempre preocupado com ela.
> **Patarra:** e brigava com ela?
> **David:** não me lembro de ter brigado com ela.
> **Eva:** você condenava muito ela, David. Isso aconteceu. Você não lembra quantas vezes o Melo [Samuel Iavelberg] vinha correndo acalmar você?
> **David:** não lembro.
> [Falam idiomas diferentes][38].

Após os Iavelberg começarem a falar em outro idioma, a conversa vai para outro assunto. É provável que, por conta da morte traumática da filha, o pai tenha passado a negar os conflitos anteriores, causados, como vimos, pelos relacionamentos amorosos de Iara, que serão mais bem discutidos no próximo tópico.

O pessoal pode ser histórico?

Conforme apresentado anteriormente, sabe-se que Iara teve muitos namorados e uma vida sexual relativamente livre, se comparada aos padrões da época em que viveu. Esse foi um assunto muito explorado pelo livro de Patarra, que inclusive nomeava os capítulos com o namorado correspondente ao momento contado. Para essa pesquisa, porém, os entrevistados se mostraram reticentes em falar sobre esse assunto.

Marie-Christine Laznik, em conversa por telefone prévia à entrevista de fato, afirmou que seria ideal que este trabalho abordasse questões acadêmicas de Iara, retratando sua seriedade como psicóloga, sua atuação no movimento universitário institucional etc. Ela disse que, durante o momento de escrita do livro de Patarra, a grande preocupação era esclarecer com quem Iara tinha namorado, e que seria necessário haver uma mudança no foco.

Nesse sentido, Bety Chachamovitz, amiga de Iara e, na época, integrante do Teatro da Universidade de São Paulo (TUSP), afirmou por e-mail: "com relação às questões da vida pessoal da Iara, francamente não sei o que podem acrescentar à história, talvez possam servir a algumas estórias comoventes ou divertidas"[39]. Chachamovitz não havia aceitado dar entrevista à Judith Patarra. Após meu contato por e-mail, ela concordou em compartilhar suas memórias, desde que por escrito. Depois do envio das perguntas, porém, optou por não contribuir.

38 IAVELBERG, David; IAVELBERG, Eva. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, 1988. Transcrição. 49 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

39 CHACHAMOVITZ, Bety. Assunto: Biografia – Iara Iavelberg. Mensagem recebida por e-mail em 28 set. 2020.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O documentário de Mariana Pamplona e Flávio Frederico, previamente mencionado, também se mostra muito discreto em relação ao assunto "namorados". Em fala à sessão da Comissão Estadual da Verdade (SP) que pretendia discutir a morte de Iara, em 2013, Pamplona afirmou:

> A gente decidiu há sete anos atrás fazer um documentário sobre a... A princípio seria como que a ditadura fez pra encobrir essa versão, e qual seria a nova versão e quais foram as reais circunstâncias da morte da Iara. [...] Só que esse processo foi muito longo, a gente ficou sete anos, colhendo muitos depoimentos... Então, a gente percebeu que também a gente precisava falar sobre a vida da Iara. Quem era a Iara, quem foi a Iara, os amigos de juventude da Iara[40].

Então, ainda que o objetivo inicial fosse reconstruir as circunstâncias da morte de Iara, o foco do filme foi ampliado e elementos de sua vida como um todo foram incorporados. Porém, o ponto específico da vida amorosa de Iara foi minimizado: contou-se sobre o casamento malsucedido, apenas dois namorados foram entrevistados e, posteriormente, o relacionamento de Iara com Carlos Lamarca foi introduzido. Outros aspectos tiveram mais destaque, como o envolvimento de Iara com o movimento estudantil e seu apreço pelas artes em geral, como teatro, cinema etc.

Aparentemente, refletindo a partir da fala de Marie-Christine Laznik[41], a superexposição dada à vida amorosa de Iara no livro de Patarra gerou um estigma, que passou a ser refutado – ou ao menos evitado – nas narrativas memoriais posteriores, perdurando nas entrevistas feitas para essa pesquisa.

Contudo, mesmo as relações amorosas de Iara devem ser levadas em conta e se mostram muito importantes para uma análise historiográfica que leve em conta a perspectiva da história do cotidiano. Segundo a historiadora Dorothee Wierling (1995, p. 155), "uma história das mulheres, homens, e suas relações mútuas, expandida em uma história do gênero, pode de fato ser investigada muito bem dentro da matriz da *história do cotidiano* dos sexos". Assim, ao observar as relações entre homens e mulheres – sejam elas amorosas ou não –, pode-se compreender os modos de vida e relações de poder de determinado grupo, em determinada época.

A autora ainda complementa que as relações "não devem (ou não podem) mais serem entendidas isoladamente, como relações que são exclusivamente econômicas, ideológicas ou políticas" (WIERLING, 1995, p. 158). Ou seja, para compreender a vida de Iara, é necessário que as relações sejam entendidas

40 COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE (CEV). *Comissão da Verdade trata do caso Iara Iavelberg – Parte 2*. 8 abr. 2013. Disponível em: https://bit.ly/3u6IfBY. Acesso em: 25 abr. 2021.

41 LAZNIK, Marie-Christine. [Depoimento], 2020. Acervo pessoal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

como um todo, sem priorizar determinados âmbitos isolados. Através do estudo das ações cotidianas, que mesclam suas ações político-ideológicas, sua situação socioeconômica, mas também suas relações interpessoais, será possível conhecer mais sobre os comportamentos dos meios que frequentou – como as esquerdas, por exemplo.

Coincidentemente ou não, aqueles um pouco mais afastados do meio universitário, ou que não pertenciam diretamente ao meio das esquerdas, são os que parecem mais dispostos a dividir suas impressões sobre esse tópico.

Uma amiga de infância, que pediu para não ser identificada, declarou:

> Ela, assim, o que eu vejo, acho que alguma coisa eu até sabia, que ela desde pequena, desde que tava lá no primário na escola judaica, já era uma preocupação pros pais, que eu acho que eles tinham muito medo de que ela fosse aprontar. E aí eu tô falando mesmo na coisa de relacionamento com meninos, sexual e tal[42].

Felícia Madeira, nesse mesmo sentido, apontou:

> Eu não sei por que ela casou tão cedo. [...] porque logo depois eu rompi com ela, mas as pessoas que continuavam conversando com ela diziam que ela procurava outros rapazes, saía, não comigo, mas com as outras pessoas do bairro, com as outras moças, não sei o que[43].

Marina Tschiptschin, outra colega de curso, disse:

> Ela me confidenciava que tinha atração por um e outro, contava detalhes, me contava que… apesar de ela ter, ela tinha, *ela era um pouco ninfomaníaca*. Então ela tinha esses episódios de ninfomania, *tinha uma forte atração por fulano*, *sicrano*, *e depois se sentia péssima*[44].

Faz-se fundamental frisar, porém, que os comportamentos de Iara, embora diferenciados do que era esperado das "boas moças", não eram característica única e exclusivamente dela. Maryse Farhi afirma que se lembra de várias meninas do meio universitário com postura e práticas semelhantes às de Iara: "lembro de várias, desnecessário dizer nome, mas eu lembro de várias, inclusive dos nomes"[45].

42 ANÔNIMO. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 2020. 1 arquivo de áudio, acervo pessoal.

43 MADEIRA, Felicia Reicher. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 18 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 1º37'37", acervo pessoal.

44 TSCHIPTSCHIN, Marina. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 2 fev. 2021. 1 arquivo de áudio, 44'13'', acervo pessoal, grifos meus.

45 FARHI, Maryse. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 22 set. 2020. 1 arquivo de áudio, 44'31'', acervo pessoal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Porém, ainda que fosse relativamente aceita no meio universitário e nas esquerdas, perante outros grupos, seu comportamento era visto como completamente *atípico*, quase patológico. Suas ações são colocadas, hoje, como "à frente de seu tempo". A historiadora Werling (1995, p. 152) afirma que "é sempre necessário explorar os diferentes impactos que processos históricos tiveram em homens e mulheres. As pesquisas não podem se preocupar unicamente com tentar prover às mulheres – como um grupo social e gênero previamente negligenciado – com uma história só delas". Assim, cabe a pergunta: havia *homens* com o mesmo comportamento de Iara? Como eram vistos?

Agripino Domingues, namorado de Iara em 1966, disse: "66 era um borboletear, eu estava encantado com o clima. Começamos a nos desentender por ciúme. Eu disse que não tinha condições de dar exclusividade"[46].

Pedro Frazão, também estudante da USP na época, afirmou à Patarra: "não lembro exatamente o que aconteceu, mas durante os 15 dias seguintes, transei com Iara, Marina e Christina"[47]. Como a entrevista foi concedida na década de 1980, há uma possibilidade de que a palavra "transar", gíria muito comum da época, tenha sido usada com o significado de se relacionar, não necessariamente de forma sexual. Contudo, em outros momentos da entrevista, ele fala como se de fato tivesse tido contatos mais íntimos com Iara.

José Dirceu, que namorou com Iara entre 1965 e 1966, disse à Patarra que, na época, "estava acostumado a olhar para as companheiras, as mulheres, e ser correspondido, e ter relações e passar a sair"[48].

A partir disso, é possível inferir que as relações livres e corriqueiras eram relativamente comuns entre homens e mulheres, ao menos no meio da Rua Maria Antônia, onde se localizava a Faculdade de Filosofia da USP. Assim, os comportamentos de Iara não eram tão incomuns, embora não estivessem de acordo com as normas morais para mulheres da época, por isso o *estigma* foi fardo delas, e não deles.

Ainda assim, nas entrevistas feitas com os diversos namorados de Iara – que se relacionaram com ela tanto durante como após o casamento – é possível encontrar um ponto em comum: a grande maioria relata visitas à casa dos Iavelberg. Antonio Eduardo Vieira de Almeida, que namorou com Iara entre 1965 e 1966, relatou à Patarra:

> Fui algumas vezes na casa da família, conhecia Melo [Samuel Iavelberg], professor de Matemática, depois conheci os irmãos mais novos, me dei

46 DOMINGUES, Agripino Alberto. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, 19--. Transcrição. 2 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

47 VASCONCELOS, Pedro A. F. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, 19--. Transcrição. 4 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

48 DIRCEU, José. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, s.d. Transcrição. 17 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> muito bem com a mãe. [...] Tanto o pai quanto Samuel não botavam fé no meu jeito. Não eram muito efusivos. Ela tinha alguns problemas com o pai[49].

Sérgio Lima namorou com Iara por dois ou três meses, provavelmente entre 1963 e 1964, quando, segundo ele, ela estava em processo de separação. Afirmou: "fui à casa dos pais porque quis conhecê-los. O encanto e interesse inicial me fazem querer conhecer quem é a pessoa, como são os pais, outras coisas. Tive uma impressão muito rápida. Foi uma visita ocasional"[50].

Décio Bar namorou com Iara ainda durante o período em que era casada, embora ele não tenha sabido precisar o ano – estima-se que em 1964. A Judith Patarra, contou: "fui várias vezes à casa dela, bater papo, beber, trepar. Já namorávamos". Não fica claro exatamente a qual casa ele se referia, a que Iara morava com o marido ou a dos pais. De qualquer forma, ele aponta brevemente num momento posterior da entrevista: "conheci muito rapidamente a mãe, o pai e os irmãos de Iara – a Rosa e o Samuel"[51].

Dirceu, namorado já após o desquite, conforme apontado, afirmou em entrevista dada à autora:

> **Dirceu:** Fui algumas vezes à casa dela, conheci a mãe dela, o pai. O Samuel eu conhecia porque a gente disputava junto, né… no movimento estudantil [...]. E me lembro assim, eles eram crianças, né, da Rosa e do Raul. Fui algumas vezes no apartamento que era ali na [rua] Dona Veridiana [o correto é rua Martinico Prado] era… no bairro ali, fui algumas vezes.
> **Juliana:** E o senhor ia como namorado ou como amigo, pra família?
> **D:** Não, como namorado… namorado. É.
> **J:** E eles aceitavam bem?
> **D:** Não foram… deselegantes, nem mal-educados. Mas era evidente… que não concordavam, né[52].

Conclui-se, assim, que mesmo com a vontade de transgredir os padrões, de ter mais liberdade sexual, Iara ainda se mantinha presa a certas tradições. Foi comum apresentar namorados à família, possivelmente com o objetivo de obter sua aprovação. Dessa maneira, ao invés de "ninfomaníaca", a Iara que parece emergir é uma pessoa dividida entre o tradicional e o libertário, com o desejo de transgredir, mas também de se encaixar e ser aceita.

---

49 ALMEIDA, Antonio Eduardo Vieira. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, s.d. Transcrição. 6 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

50 LIMA, Sergio. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, s.d. Transcrição. 4 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

51 BAR, Decio. [*Entrevista* concedida a Judith Patarra. São Paulo, s.d. Transcrição. 10 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

52 DIRCEU, José. [*Entrevista* concedida a] Juliana Marques do Nascimento. São Paulo, 17 nov. 2020. 1 arquivo de áudio, 54'55", acervo pessoal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Considerações finais

Em entrevista à Judith Patarra, David Iavelberg afirmou:

> **Patarra:** militância política e violência. Como uma pessoa como ela, mansa, concordou nisso?
> **David:** *eu acuso isso do casamento errado que ela fez*. Intimamente, ela estava revoltada com o destino que teve. Quando viu que o casamento dela deu errado, ela continuou os estudos, mas no íntimo dela devia ter uma revolta. Creio que a causa foi essa[53].

Embora trate como casamento "que ela fez", um pouco antes na entrevista, ao ser questionado sobre as características de cada filho, ele aponta: "eu tinha grande amor pela Iara. Mesmo depois de grande, de casada, *mesmo eu tendo um pouco de culpa nesse casamento errado que ela fez*, ela ainda, quando entrava em casa, se houvesse uma desarmonia, ela em um minuto deixava todo mundo em paz". Em outro momento, quando questionado sobre o casamento precoce, apontou: "tinha essa preocupação, *quando casasse*, *estava resolvido o problema*, *acalmava*, era um a menos que dava trabalho em casa para ir buscar, levar, clube, festinhas"[54].

É possível inferir a partir dos trechos acima que o pai de Iara se culpava, de certa forma, pelo casamento da filha que não deu certo. Para além disso, existia a ideia de que o matrimônio foi o causador de uma "revolta" em Iara, tanto comportamental quanto política. Então, essa revolta, de sua perspectiva, teria acarretado sua dedicação integral à militância, sua ida para a clandestinidade e sua posterior morte.

Segundo o historiador Marcos Napolitano (2020, p. 31), o trauma "à medida que implica na 'impossibilidade' de narrativa estruturada ou mesmo de lembrança ordenada, dificulta ao extremo a transformação do fato traumático da memória em 'experiência dizível' da história". Pode-se dizer, então, que tanto o casamento malsucedido quanto a própria morte de Iara são traumas para a família Iavelberg e, mais do que isso, *traumas relacionados*. Nos trechos analisados previamente, notou-se uma dificuldade em relatar as circunstâncias que envolveram a relação de Iara e Samuel e, para além disso, o desquite. Nem os pais, entrevistados há décadas, ou os irmãos, entrevistados mais recentemente, têm facilidade de falar no assunto. Toda a situação parece ser uma só: o casamento como o primeiro e causador de todos os "males" que viriam depois, como a liberdade sexual, a militância política e a morte.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

53 IAVELBERG, David; IAVELBERG, Eva. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, 1988. Transcrição. 49 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

54 IAVELBERG, David; IAVELBERG, Eva. [*Entrevista* concedida a] Judith Patarra. São Paulo, 1988. Transcrição. 49 f. datilografadas. Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. grifos meus.

A ideia, portanto, de que a vida pessoal de Iara não tenha relevância na atual conjuntura, conforme disse a irmã Rosa, ou a de que tudo o que havia para se conhecer sobre ela já havia sido exposto, são frutos diretos desse trauma tão profundo.

Conforme trabalhado ao longo do texto, analisar a vida pessoal e o cotidiano são sim atividades integrantes do ofício do historiador. Afinal, de acordo com Wierling (1995, p. 155), "o prisma da história do cotidiano revela como relações de poder, como aquelas na família, são formadas frente a frente, porque elas mudam, e a favor de quem, e em quais símbolos e rituais são expressos". Embora a historiadora cite como exemplo as relações familiares, pode-se incluir também as relações com companheiros de organização e com parceiros amorosos, no caso específico de Iara, analisadas no artigo.

Os relatos orais daqueles que conviveram com Iara são fontes fundamentais para obter informações sobre esses aspectos específicos – daí a relação tão direta entre história do cotidiano e oral. Ainda que as testemunhas evitem falar sobre determinados assuntos ou aleguem esquecimento ou desconhecimento, seus comportamentos estão cheios de significados. De acordo com Napolitano (2020, p. 31), "nem sempre a vítima consegue falar sobre o que lhe ocorreu, ainda que existam ouvintes abertos à sua narrativa".

Sendo assim, se a história oral é a arte da escuta, como declara Portelli, como fazê-la nos casos de silêncio? O próprio historiador aponta os caminhos para uma resposta, ao dizer que "a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade – mas também aquilo que tem significado demais" (PORTELLI, 2016, p. 47).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ATTALI, J. *Os judeus*, *o dinheiro e o mundo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARRERO JUNIOR, R. C.; COSTA JUNIOR, J. S. Limpando o passado para viver no presente: modos de pensar a memória e a história oral em dois textos de Meneses (1992) e Portelli (2006). *Hydra*, Guarulhos, v. 4, n. 7, dez. 2019.

NAPOLITANO, M. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História*: Questões & Debates, Curitiba, v. 68, n. 1, 2020.

PORTELLI, A. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Buenos Aires: Paidós Ibérica, 2000.

WALTON, J. Aproximaciones a la historia de la vida cotidiana en Inglaterra, 1850-1940. *In*: CASTELSS, L. *La historia de la vida cotidiana*. Madrid: Marcial Pons, 1995.

WIERLING, D. The history of everyday life and gender relations: on historical and historiographical relationships. *In*: LUDTKE, A. *The history of everyday life*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A AUTORIA NO FEMININO: um estudo sobre as trajetórias intelectuais de Rachel de Queiroz e Natália Correia[1]

Natália Guerellus[2]

Este artigo tem como ponto de partida as trajetórias intelectuais[3] de duas escritoras, uma brasileira, outra portuguesa, com o objetivo de analisar diferentes formas com as quais a autoria feminina é construída em contextos políticos autoritários. Esta investigação também faz parte de um projeto mais vasto que visa compreender as relações entre gênero, literatura e política no espaço atlântico, notadamente nos países de língua oficial portuguesa.

Tanto a brasileira Rachel de Queiroz (1910-2003) como a portuguesa Natália Correia (1923-1993) são reconhecidas publicamente pelos círculos intelectuais mais importantes em seus respectivos países. As autoras conseguiram publicar dezenas de obras em seus próprios nomes, sem a necessidade de pseudônimos, para além de escreverem na grande imprensa do Brasil e de Portugal ao longo do século XX.

Não estão, portanto, na lista dos(as) escritores(as) "esquecidos(as)" ou marginalizados(as) pela história da literatura. Ao menos, não aparentemente. De todo modo, estudar suas trajetórias é tentar compreender um caminho excepcional frente à maioria dos intelectuais do seu tempo e especialmente frente à trajetória da maior parte das mulheres escritoras. Veremos, contudo, que a circulação e recepção dos/aos seus escritos implica uma escolha discursiva que conforma as suas obras a certas definições precisas.

Daí o interesse em conhecer os seus espaços de sociabilidade, as editoras pelas quais foram publicadas, a recepção aos seus escritos e as suas posições políticas ao longo do tempo, ainda mais pelo fato de que ambas as escritoras viveram grande parte de suas vidas sob regimes ditatoriais, em que algumas publicações, temas ou autores(as) corriam o constante risco de serem censurados(as).

1 As bases do texto aqui apresentado foram publicadas originalmente em francês em 2019. No entanto, para a presente publicação, fiz uma revisão e uma ampliação dos argumentos anteriores. Para ler a publicação em francês, Cf: https://www.pluralpluriel.org/index.php/revue/article/view/195. Acesso em: 6 set. 2021.

2 Professora adjunta no Departamento de Estudos Lusófonos da Universidade Jean Moulin Lyon 3, França.

3 Considero aqui o intelectual como "l'homme [femme] du culturel, créateur et médiateur, mis en situation d'homme [femme] du politique, producteur ou consommateur d'idéologie". (SIRINELLI, Jean-François; ORY, Pascal. *Les intellectuels en France*: de l'affaire Dreyfus à nos jours. Paris: Éditions Perrin, 2004, p. 15).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Ora, como essas autoras conseguiram então escrever, publicar e ter o seu trabalho reconhecido em tais contextos? Defendo que, para além dos desafios comuns a todos que querem ter sucesso nas suas carreiras literárias, Queiroz e Correia tiveram de se posicionar, em particular, face às múltiplas definições de gênero e às definições de "escrita feminina", designação primeiramente de senso comum, resquício da chamada *querelle des femmes* da época moderna[4], mas que ganhou interesse acadêmico ao longo do século XX.

Optei por dividir o meu argumento em três partes: primeiro, apresento aqui alguns aspectos da trajetória de cada uma das escritoras em cena. Depois, discuto brevemente a questão da autoria com base em Barthes (1968), Foucault (1969), Cixous (2010)[5], Didier (1981), Brunn (2001) e Compagnon (1998). Finalmente, tento compreender, através das referidas trajetórias, as diferentes formas de construção de uma autoria literária feminina.

Duas trajetórias excepcionais

Rachel de Queiroz nasceu no Nordeste do Brasil, no seio de uma família com tradição política e intelectual, originária do sertão cearense[6]. A própria autora evoca essas origens como argumento para sua legitimação literária. Mas, para além da importância dos seus antepassados e do *status* familiar, Queiroz conseguiu, ela mesma, construir um caminho de sucesso como escritora no Brasil do começo do século XX.

Começou a escrever para a imprensa no estado do Ceará aos 17 anos, publicou o seu primeiro romance aos 19 e continuou a escrever até 2001, quando a idade avançada e as subsequentes doenças dificultaram a escrita. Entre essas duas datas, Rachel de Queiroz publicou dez romances, escreveu mais de 3 mil crônicas de jornal, duas peças de teatro postas em cena, concedeu dezenas de entrevistas, escreveu uma autobiografia e ganhou diversos prêmios literários.

Rachel de Queiroz publicou grande parte de seus romances, peças e crônicas pela Editora José Olímpio, casa editorial de referência no contexto brasileiro dos anos 30 aos anos 90, especialmente para os chamados escritores

4 Sobre o assunto, ver: VIENNOT, Eliane. *La querelle des femmes ou 'n'en parlons plus'*: sur une très longue histoire effacée des mémoires. Donnemarie-Dontilly: Editions iXe, 2019.

5 Neste ano de 2022 a editora Bazar do Tempo publica no Brasil a tradução que eu e Raísa França Bastos fizemos deste texto de Hélène Cixous. Preferi, no entanto, utilizar aqui a versão original em francês.

6 Rachel de Queiroz pertence às linhagens dos "Alencar" e dos "Queiroz", duas famílias importantes na história do Ceará e do Brasil. Ver: HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil*: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012; LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, Tradição e Poder. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995; LIMA, Espiridião de Queiroz. *Antiga Família do Sertão*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

do grupo "regionalista de 30", como a própria Queiroz[7]. A autora também publicou as suas crônicas na revista *O Cruzeiro*, aquela de maior circulação entre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil, além de escrever para jornais importantes como *O Estado de São Paulo*. Além disso, Queiroz foi a primeira mulher a entrar na Academia Brasileira de Letras, em 1977, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985).

Apesar de sua carreira de sucesso, a crítica literária, os livros didáticos e as antologias literárias tendem a reduzir a obra de Queiroz a um único livro: o seu primeiro romance, *O Quinze*, publicado em 1930. Esse livro marca a chegada meteórica de Rachel de Queiroz à literatura brasileira da época. Centrando-se nessa obra, os críticos literários identificam a autora com a literatura regionalista, da qual ela é a única representante do sexo feminino.

Segundo a pesquisadora Heloísa Buarque de Hollanda (1997, p. 104), esse "esquecimento" em relação a outros aspectos do trabalho e da trajetória de Queiroz estaria ligado a um receio por parte dos estudos acadêmicos no Brasil, um

> [...] medo de enfrentar sua relação conflituosa com os movimentos feministas ou com a literatura escrita por mulheres e medo de explicitar as possíveis causas do sucesso e do poder público que esta escritora adquiriu ao longo do tempo, quando transitou com espantosa autoridade e naturalidade pela cena literária e política do país.

De fato, a relação entre reconhecimento e esquecimento, entre admiração e desconfiança, presente na recepção à obra de Rachel de Queiroz, pode revelar uma questão de fundo político[8]. A autora perdeu espaço nos estudos literários

7 Sobre a editora José Olympio, ver: SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Com-Arte, 2010; SOARES, Lucília. *Rua do Ouvidor 110*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006; e PEREIRA, José Mário (org.). *José Olympio – o editor e sua casa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

8 Sobre a trajetória política de Rachel de Queiroz ver: BUENO, Luís. Romance Proletário em Rachel de Queiroz. *Revista Letras*, n. 47, p. 19-38, 1997; IMS – Instituto Moreira Salles. *Cadernos de Literatura Brasileira*: Rachel de Queiroz, Rio de Janeiro, n. 4, 1997; GUERELLUS, Natália. *A velha devorou a moça?* Rachel de Queiroz e a política no Brasil (1910-1964). Curitiba: Appris, 2019; GUERELLUS, Natália. Páginas de militância: Rachel de Queiroz y laprimerageneración trotskista (1933-1935). *In*: VELASCO, Carmiña Navia; ACCORSI, Simone (org.). *Gênero*, *Discurso*, *Textos y Representaciones*. Cali: Universidad Del Valle, 2015. p. 90-111; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. A roupa de Rachel. *Estudos Feministas*, v. 0, n. 0., p. 74-96, 1992; LUSTOSA, Isabel. Rachel e o golpe. *In*: IMS – Instituto Moreira Salles. *Em 1964. Arte e cultura no ano do golpe*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://em1964.com.br/rachel-e-o-golpe-por-isabel-lustosa. Acesso em: 4 nov. 2014; NERY, Hermes Rodrigues. *Presença de Rachel*: conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2002; QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luiza de. *Tantos Anos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010; SANTOS, Raquel França dos. *A Última Página do O Cruzeiro*: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

acadêmicos com o advento da ditadura militar. Para além das próprias mudanças ocorridas na história da literatura brasileira e a consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil ao longo do século XX, é preciso mencionar a posição política de Rachel de Queiroz, intelectual que participou ativamente da instauração da ditadura militar e do governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Este, era amigo da autora, apoiado por ela na grande imprensa, e morreu logo após uma estadia na fazenda de Rachel de Queiroz em 1967[9].

Além disso, Queiroz foi, durante mais de 20 anos, membro do Conselho Federal de Cultura (CFC), uma instituição criada durante a ditadura e responsável pelas políticas culturais da época. Não faltariam críticos às posições políticas da autora, como o escritor Caio Fernando Abreu, que lhe disse frontalmente em um programa de televisão em 1991:

> E a última coisa, não vou me tornar constrangedor. Por várias coisas que você falou, concluo que você colaborou para coisas muito negativas nesse país, no meu ponto de vista. Compreendo que todos nós somos humanos, erramos, nos equivocamos e tal, mas estou me sentindo extremamente constrangido de estar na posição de render homenagem a um tipo de ideologia que profundamente desprezo[10].

No caso de Rachel de Queiroz, portanto, o seu passado político teve um claro impacto na construção da sua autoria, de acordo com as três dimensões da palavra definida por Brunn (2001, 14): figura histórica, autoridade social e função no discurso. O fato de ter sido identificada com a direita que apoiou o golpe civil-militar não apaga toda a história pioneira de Queiroz, mas ajuda a limitá-la a algumas obras, como *O Quinze*, e a temas específicos, como o regionalismo[11].

Passemos, agora, à trajetória intelectual de Natália Correia que, por sua vez, também não está isenta da influência do contexto político. A autora nasceu

9 É importante destacar o fato de que o interesse dos estudos literários acadêmicos pelo romance regionalista dos anos 1930 diminui diante a ascensão da nova literatura brasileira das décadas de 1940 e 1950, representada especialmente por Clarice Lispector e Guimarães Rosa. Isso não impede, contudo, que a universidade continue a estudar com afinco as obras de regionalistas como Graciliano Ramos ou José Lins do Rego. Argumento, dessa forma, que a quase ausência de estudos literários mais aprofundados sobre Rachel de Queiroz até os anos 1980 seja resultado de múltiplos fatores, compreendendo fatores políticos.

10 RODA Viva. Entrevista com Rachel de Queiroz. TV Cultura, São Paulo, 1º de julho de 1991. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/407/Raquel%20de%20Queiroz/entrevistados/rachel_de_queiroz_1991.htm. Acesso em: 20 já. 2013.

11 Minha tese de doutorado voltou-se para o estudo da trajetória intelectual de Rachel de Queiroz visando justamente ampliar as abordagens sobre a autora e sua obra para além do debate sobre o regionalismo literário Ver: GUERELLUS, Natália. *A velha devorou a moça?* Rachel de Queiroz e a política no Brasil (1910-1964). Curitiba: Appris, 2019.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

nos Açores, vinda de uma família de classe média, mas foi criada apenas por sua mãe. Correia escreveu a maior parte da sua obra durante o Estado Novo Português (1933-1974) e alguns dos seus livros foram proibidos de circular pela censura salazarista. Após a Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura, Correia foi eleita deputada da Assembleia da República entre 1979 e 1983 e, novamente, entre 1987 e 1991.

O seu primeiro livro publicado foi um livro infanto-juvenil, *Grandes aventuras de um pequeno Herói* (1945), seguido de um romance, *Anoiteceu no Bairro* (1946). A autora não parou por aí e experimentou todo o tipo de gênero literário: no total foram sete peças de teatro, seis romances, cinco ensaios, assim como artigos na imprensa e 20 livros de poesia, publicados entre 1945 e 1993[12].

Natália Correia foi também editora, tendo publicado algumas antologias importantes da poesia portuguesa, como a que foi censurada em 1965: *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*: *dos cancioneiros medievais à atualidade*. A sua atuação mais controversa enquanto editora, porém, foi a publicação de *Novas Cartas Portuguesas* (1972), livro escrito por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, que foi condenado pela censura salazaristas e se tornou um dos símbolos da queda do regime em 1974.

Embora explicitamente crítica ao Estado Novo e à moral salazarista, Correia não se associou a nenhum grupo político específico durante a ditadura, mesmo tendo assinado as listas do Movimento de Unidade Democrática (MUD) em 1945. Por vezes apontada como burguesa, outras como socialista, outras como surrealista, Correia fazia questão de expressar a sua autonomia face aos vários rótulos, em uma época em que arte e política muitas vezes se confundiam. A sua independência valeu-lhe, inclusive, algumas críticas da parte dos intelectuais de esquerda e do movimento literário neorrealista português dos anos 60[13].

A isso associa-se uma surpreendente amizade com o casal Fernanda de Castro (1900-1994) e Antônio Ferro (1895-1956). Fernanda de Castro foi escritora e tradutora portuguesa de Katherine Mansfield, Ionesco, Rainer Maria Rilke e outros. Antônio Ferro, além de escritor e jornalista, foi o grande mentor da propaganda salazarista no início do Estado Novo. Chefiou

12 Para um relato mais detalhado da biografia de Natália Correia, ver: COSTA, Ana Paula. *Natália Correia*: fotobiografia. Lisboa: Dom Quixote, 2005; CAMPOS, Maria Amélia. *A senhora da rosa*: biografia de Natália Correia. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2006.

13 Comentário publicado por um representante do neorrealismo português, Rogério Fernandes, no jornal *Seara Nova*, ver: FERNANDES, Rogério. Arte poética upto date. *Seara Nova*, Lisboa, n. 1428, p. 314, out. 1964. E o direito de resposta da autora em: CORREIA, Natália. Uma carta de Natália Correia. *Seara Nova*, Lisboa, n. 1430, p. 377-379, dez. 1964. Todos os números da revista estão disponíveis em: http://ric.slhi.pt/SearaNova.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

o Secretariado Nacional de Propaganda – SPN, criado em 1933 (que se tornou Secretariado Nacional de Informação – SNI – a partir de 1944), entre 1933 e 1949, criando prêmios literários, exposições culturais, subvenções a escritores e artistas a serviço do projeto de construção de uma "política do espírito" e de um estilo próprio ao regime.

De todo modo, a relação de Correia com os Ferro tornou-se conhecida publicamente nos anos 50, no início da carreira literária da autora açoriana, principalmente devido às férias passadas com amigos em comum no Algarve. De acordo com São José Almeida (2009, p. 17), esse círculo intelectual era conhecido por ser um círculo de relações homossexuais. Mas como o grupo era precisamente um grupo de elite, estava, de certa forma, protegido contra este tipo de censura moral que levava tantos outros à prisão.

A erudição é também uma marca dominante na obra de Natália Correia. Compreende-se pela influência de sua mãe, educadora e escritora, e pelos círculos intelectuais de elite a que a autora teve acesso. A trajetória privada de Correia foi também original, na medida em que ela se casou quatro vezes, o que poderia ter sido profissionalmente devastador em uma sociedade conservadora como o Estado Novo Português.

É a combinação de todas estas razões que pode explicar certa marginalidade da obra de Correia dentro do cânone literário português contemporâneo, especialmente desde o fim do salazarismo e com a predominância da esquerda nos espaços políticos e culturais do país[14].

Em livro publicado em homenagem à autora em 2010, seu amigo Manoel Alegre (2010, p. 9) escreve: "Porque não se pense que Natália morreu de morte natural. Há muitas formas de matar um poeta. Uma delas é a indiferença, outra o silêncio, outra ainda a omissão. Por todas elas Natália foi assassinada". Se, por um lado, Alegre fala de uma certa indiferença em relação à obra de Correia (notadamente por parte dos estudos literários e de sua não inclusão nos currículos escolares), por outro, pode-se encontrar um número considerável de livros sobre a autora, para além do conteúdo digital a ela referente[15].

Uma comparação entre as trajetórias de Queiroz e Correia revela a importância das suas posições políticas, dos seus espaços de sociabilidade e publicação e da sua constante e variada produção literária, embora em contextos autoritários. Todos esses fenômenos, ligados a um discurso de autonomia

14 Acerca da hegemonia político-cultural da esquerda em Portugal após o fim do Estado Novo, ver: GEORGE, João Pedro. A cultura. *In*: PINTO, Antônio Costa (org.). *História Contemporânea de Portugal*: a busca da democracia (1960-2000). Lisboa: Objectiva, 2015. v. 5.

15 Em minha pesquisa, realizada na França, encontrei 19 títulos impressos sobre a autora na biblioteca Calouste Gulbenkian em Paris, sem contar o material disponível online. Ver: GUERELLUS, Natália. *Le vestibule de l'impossible*: genre, littérature et politique chez Natália Correia. Aix-en-Provence: Le Poisson volant, 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

defendido pelas autoras, contribuíram para a construção de uma autoria excepcional para Queiroz e Correia em relação à maioria dos escritores do seu tempo. No entanto, ambas são reconhecidas principalmente por alguns aspectos específicos das suas obras e da sua trajetória.

Quero agora integrar na minha discussão algumas discussões teóricas sobre a construção de uma autoria feminina no século XX ocidental. Isso nos ajuda a compreender aspectos do que, desde os anos 60, tem sido associado ao feminino como sujeito/objeto da escrita. Pensar na autoria feminina torna-se, então, pensar igualmente uma questão essencialmente política, o gênero, que influenciou as trajetórias de nossas duas autoras, quer no Brasil, quer em Portugal.

Autoria no feminino

A palavra autoria (*auctorialité*) é aqui utilizada de acordo com a definição geral proposta por Alain Brunn (2001, p. 14): "Assim, falar de um autor é falar (e por vezes tudo isto junto) de uma figura histórica específica, de uma autoridade, ou seja, de um valor reconhecido (pela instituição, pela sociedade, ou apenas pelo leitor), e de uma função construída pela obra, ou por tal e tal texto".

No entanto, nosso objeto de investigação requer, para além desses três aspectos, a análise, por um lado, de algumas teorias feministas sobre a questão da autoria e, por outro lado, da história das mulheres escritoras em sua inserção no campo literário a partir desse lugar de gênero, com suas devidas interseccionalidades. Essa dinâmica sincrônica e diacrônica conduz, para além das considerações de Brunn, a uma reflexão sobre a identidade de gênero do/a autor/a e/ou sobre a identidade de gênero atribuída a ele/a pelo/a leitor/a ao longo do tempo.

Depois de explicar alguns aspectos da trajetória das duas figuras históricas aqui analisadas (o que corresponde à primeira parte da tríade apresentada por Brunn) no tópico anterior, passo à relação entre o autor e a autoridade relativa ao reconhecimento institucional, do campo ou da sociedade.

A autoridade exclusiva do nome é particularmente questionada por uma parte dos estudos literários dos anos 60. As suas críticas são dirigidas sobretudo contra a busca incessante pela intenção do autor: "Sob o nome de intenção em geral, é o papel do autor que interessa, a relação entre o texto e o seu autor, a responsabilidade do autor pelo significado e significado do texto" (COMPAGNON, 1998, p. 51).

Na França, Roland Barthes e o estruturalismo francês foram fundamentais no desafio a essa prática. Barthes contribuiu para a polêmica com o seu

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

texto "A morte do autor", publicado em 1968, um artigo que parecia querer distanciar o autor para dar espaço ao leitor: "a escrita é aquele neutro, aquele composto, aquele oblíquo do qual foge o nosso sujeito, o preto e branco do qual se perde toda a identidade, a começar pela do corpo que escreve" (BARTHES, 1968, *apud* BRUNN, 2001, p. 152).

No ano seguinte, Michel Foucault participou da discussão através da sua palestra "O que é um autor?", proferida na *Société Française de Philosophie*. Foucault (1969) não afirma a morte do autor, mas se pergunta como é que a sociedade fabrica seus autores, "ou seja, em que condições e com qual objetivo foi decidido ligar um nome a uma obra escrita" (BRUNN, 2001, p. 75). É, portanto, a relação entre o autor e a função autoral que é colocada em questão. Roger Chartier (1992) desenvolve essa ideia sob o ponto de vista histórico e defende a importância de se observar os dispositivos legais, repressivos e materiais, que contribuem para esta função ao longo do tempo. É nesse sentido, notadamente, que, a meu ver, a autoria feminina participa de uma construção histórica própria, marcada pela diferença.

A crítica literária feminista universitária, que começa em parte com o livro da estadunidense Kate Milliet, *Sexual Politics* (1969), é também uma denúncia da história literária tradicional. Milliet inaugurou a crítica literária feminista nos Estados Unidos e, posicionando-se contra a Nova Crítica Americana, defendeu o estudo dos contextos culturais e sociais na literatura. A pesquisadora faz uma leitura feminista de alguns autores clássicos em língua inglesa, enfatizando os mecanismos de poder presente no campo literário e a sua relação com o patriarcado como sistema[16]: "o seu livro como um todo é a elaboração desta única afirmação, retoricamente estruturada de modo a demonstrar a persistência e a onipresença deste processo ao longo da vida cultural", descreve criticamente Toril Moi (1985, p. 26).

Nos estudos literários, então, algumas afirmações feministas aproximam-se mais de uma exigência pela incorporação dos nomes das mulheres escritoras e o questionamento do cânone, do que de uma defesa da morte do autor ou do fim da autoridade literária *per se*, pois, essa autoridade, sonhada como "neutra", seria, na verdade, marcada pelo gênero masculino. De fato, em um movimento que pode parecer contrário à tese da morte do/a autor/a, a crítica literária feminista tende a exaltar as escritoras no interior de um movimento identitário e político que evoluiu ao longo dos anos seguintes[17].

Paralelamente à exaltação das mulheres escritoras, algumas intelectuais feministas francesas do mesmo período tomaram uma direção interessante,

16 Os movimentos de mulheres nos Estados Unidos e na França dialogam entre si nessa época. Na França, a *civilisationpatriarcale* é igualmente denunciada por Christine Delphy e o *Mouvement de Libération des Femmes*(MLF) em 1970, por exemplo.

17 Basta notar as múltiplas ontologias de mulheres escritoras que pululam em nossas livrarias hoje.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

em diálogo notadamente com a obra de Jacques Derrida e Jacques Lacan (WRIGHT, 1992, p. 7), principalmente no que diz respeito às relações entre a linguagem e o corpo, compreendendo a posição sexual daquele/a que fala (COSSI, 2016, p. 22).

Intelectuais como Hélène Cixous, Luce Irigaray, Julia Kristeva, Béatrice Didier e outros(as) procuraram responder à seguinte questão: existe uma especificidade da escrita feminina? As suas reflexões vão para além da observação da construção social da feminilidade, uma abordagem pioneira na França, através do trabalho de Simone de Beauvoir. Traçando outro caminho, as autoras preocupam-se igualmente com o sujeito que detém a palavra e as diferentes identidades próprias às diferentes posições femininas ocupadas na sociedade (RIOT-SARCEY, 2002, p. 100).

Suas respostas à pergunta variam de acordo com princípios psicanalíticos, históricos ou filosóficos. De uma perspectiva socioliterária, por exemplo, Béatrice Didier escreveu em 1981:

> [A questão é] Se existem, apesar das diferentes épocas, dos diferentes temperamentos e da diferença qualitativa, linhas de força comuns que permitem reconhecer um escrito feminino. Talvez isto se deva, pelo menos em parte, a uma certa situação da mulher na sociedade. Esta situação varia certamente muito. No entanto, a escrita feminina parece ser quase sempre o local de conflito entre um desejo de escrever, muitas vezes tão violento nas mulheres, e uma sociedade que manifesta, ou hostilidade sistemática a esse desejo, ou uma forma atenuada, mas talvez ainda mais pérfida, que é a ironia ou a depreciação (DIDIER, 1981, p. 11).

A partir de outra perspectiva, mais combativa, emergem reflexões que apontam para o futuro, para a potência de uma escrita feminina, como no ensaio-manifesto de Hélène Cixous de 1975:

> Eu falarei da escrita feminina: *do que ela fará*. É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher, e que faça as mulheres virem à escrita, da qual elas foram afastadas tão violentamente quanto o foram de seus corpos; pelas mesmas razões, pela mesma lei, com o mesmo objetivo mortal. É preciso que a mulher se coloque no texto – como no mundo, e na história -, por seu próprio movimento (CIXOUS, 2010, p. 37).

Em qualquer dos casos, a evolução da crítica literária feminista acompanha e se posiciona frente à evolução da psicanálise, dos estudos literários e historiográficos, ao mesmo tempo em que permanece influenciada pelos

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

diferentes contextos políticos, pois que é uma posição intelectual assumidamente não neutra[18]. As reflexões de Hélène Cixous, por exemplo, devem muito ao "Maio de 1968" na França, em que:

> Finalmente, o moralismo, obstáculo à extensão do feminismo, já não tem o mesmo sentido. A dessacralização das estruturas hierárquicas no seio da família, o conservadorismo familiar das organizações tradicionais, o colapso dos principais tabus sexuais – pelo menos verbalmente – abria caminho a uma verdadeira análise crítica da individualidade feminina (RIOT-SARCEY, 2002, p. 96).

Nesse sentido, pensar no processo de incorporação das obras de mulheres aos estudos literários ou tentar compreender uma escrita que seria exclusivamente feminina pode ser visto como diferentes formas de dialogar com os contextos sociopolíticos e culturais do feminismo no Ocidente, que trazem, por sua própria evolução, essas mesmas questões.

Nos Estados Unidos na década de 1970, por exemplo, movimentos de mulheres participam das manifestações contra a guerra do Vietnã e dos protestos pelos direitos civis. No Brasil e em Portugal, porém, a época não foi democrática, o que os diferencia dos contextos francês e estadunidense. O ano de 1968 é lembrado pelos brasileiros como um ano de várias manifestações de rua e pela promulgação do Ato Institucional n° 5 (AI-5), que radicalizou a censura instaurada pela ditadura militar em vigor de modos diferentes desde 1964. Os movimentos sociais, seja o movimento dos trabalhadores, o movimento negro, o movimento das mulheres ou outros, foram impactados pela medida e se mostraram cautelosos em relação à censura e perseguição políticas.

Em Portugal, 1968 foi o ano do acidente vascular cerebral que retirou do poder o ditador do Estado Novo durante 35 anos, Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970). A ascensão de seu sucessor, Marcelo Caetano (1906-1980), prometia ser o início da abertura política e cultural, esperança rapidamente frustrada. Feministas portuguesas e movimentos de mulheres assumem a liderança das reivindicações, principalmente no plano moral, e tomam uma posição mais explícita contra o regime.

Embora de formas diferentes, portanto, os vários movimentos de mulheres e aqueles assumidamente feministas foram de grande importância política na França, nos Estados Unidos, no Brasil e em Portugal ao longo do século XX. A diferença reside no contexto autoritário dos dois últimos países. As

18 A discussão sobre o movimento feminista no Ocidente é claramente um tema de produção acadêmica abundante. Sobre aquilo que nos interessa aqui mais especificamente, ver: OLIVER, Kelly (org.). *French Feminism Reader*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2000; RIOT-SARCEY, Michèle. *Histoire duFéminisme*. Paris: Editions laDécouverte, 2015 [2002].

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

relações entre corpo e política e entre corpo, política e literatura são temas importantes, pois políticas de controle dos corpos são próprias a esses regimes, sendo a reapropriação do corpo pelo sujeito frequentemente identificada como forma de resistência. Rachel de Queiroz e Natália Correia não escapam à discussão, mas suas posições sobre o assunto são muito diferentes.

Assim, para melhor compreender a construção da autoria – figura, autoridade, função, segundo Brunn (2001) – em Queiroz e Correia, não basta conhecer as suas trajetórias, espaços de sociabilidade e de publicação e a lista das suas obras. É necessário acrescentar aquilo que é relativo a uma autoria marcada pelas construções socioculturais e políticas do masculino, do feminino e do feminismo, e suas relações com o autoritarismo.

Para chegar à última parte da minha análise, porém, é necessário considerar o que Antoine Compagnon (1998, p. 52) chama de "a terceira voz" dos estudos literários contemporâneos, aquela que "enfatiza o leitor como critério de significação literária".

Da reticência à exaltação do feminino

As referências ao feminino na recepção dos escritos de Rachel de Queiroz podem ser localizadas desde o início da sua carreira profissional, ainda na década de 1920 (GUERELLUS, 2013), sendo ela uma jovem jornalista. Quando *O Quinze* foi publicado em 1930, Queiroz era um nome frequente na imprensa cearense, mas quase desconhecido do plano nacional[19]. Seu livro, contudo, atraiu a atenção de um poeta pertencente ao círculo intelectual modernista brasileiro, o carioca Augusto Frederico Schmidt (1906-1965), proprietário da Livraria Schmidt Editora, no Rio de Janeiro. Em resenha publicada na revista "As Novidades Literárias, Artísticas e Científicas", Schmidt escreveu:

> Nada há no livro de D. Rachel de Queiroz que lembre, nem de longe, o pernosticismo, a futilidade, a falsidade da nossa literatura feminina. É o livro de uma criatura simples, grave e forte, para quem a vida existe. É que não tem apenas a compreensão exterior da vida. Livro que surpreende pela experiência, pelo repouso, pelo domínio da emoção – e isto a tal ponto que estive inclinado a supor que D. Rachel de Queiroz fosse apenas um nome escondendo outro nome (SCHMIDT, 1930).

O distanciamento de Queiroz da "escrita feminina" (utilizada aqui em sua definição de senso comum, escrita feminina = escrita de mulheres), definida como arrogante, fútil, falsa, é uma estratégia narrativa utilizada por Schmidt

19 Aqui digo "quase" porque Queiroz já havia publicado alguns poemas na revista de circulação nacional, *O Cruzeiro*. Ver: QUEIROZ, Rachel de. *Mandacaru*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2010.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

precisamente para valorizar a obra da autora. Esse afastamento do que seria próprio ao feminino será, a partir desse momento, uma das chaves de interpretação que garantem a incorporação de Queiroz ao cânone literário modernista brasileiro. É, portanto, um movimento que será reforçado com o tempo.

Graciliano Ramos (1892-1953), escritor proeminente do regionalismo brasileiro, por exemplo, admitiu em 1937: "durante muito tempo ficou-me a ideia idiota de que [o autor do *O Quinze*] era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura" (*apud* ELEUTÉRIO, 2005, p. 71). O escritor Olívio Montenegro (1896-1962) escreveu em 1953 que Rachel de Queiroz "afasta-se do sentimentalismo do seu sexo [...] o traço, pelo contrário, que distingue esta romancista é o de uma personalidade viril" (*apud* BUENO, 2006, p. 133).

Acontece que a função masculinizante é reforçada pela própria Queiroz[20]. Em longa entrevista concedida pela autora e publicada em 1997, os *Cadernos de Literatura Brasileira*, do Instituto Moreira Salles perguntaram a Rachel de Queiroz se ela pensava que existiria uma escrita feminina. A autora responde:

> Eu acredito numa escrita feminina, sim. O mundo da mulher não é o mundo masculino. As marcas da escrita feminina estariam principalmente na linguagem. O meu caso é diferente: talvez eu tenha uma linguagem masculina porque venho do jornal. Quando eu comecei a escrever, a literatura brasileira ainda se dividia entre o estilo açucarado das mocinhas e a literatura masculina. Hoje o estilo de muitas escritoras brasileiras se impõe. Clarice, por exemplo. Ela foi a maior de todas nós – e era absolutamente feminina[21] (IMES, 1997, p. 26).

De fato, entre 1930 e 1997, ocorreram importantes mudanças na sociedade brasileira. A incorporação massiva das mulheres ao mercado de trabalho, a sua participação cívica através do voto e a emergência do movimento feminista organizado não podem escapar à nossa análise[22]. A

20 Acerca das temáticas mencionadas, no contexto brasileiro, ver o estudo pioneiro de SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976 (segunda parte) e o livro de SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos*: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

21 A definição de sua escrita como "masculina" não impediu, portanto, Rachel de Queiroz de reconhecer a influência de sua mãe em sua formação enquanto escritora. É a ela que Queiroz atribuiu o "bom gosto literário", a exigência com o estilo, a leitura perspicaz: "Minha mãe sempre foi a minha mais severa crítica, era ela quem tomava conta dos meus maneirismos literários e era também minha melhor espectadora" (QUEIROZ, Rachel de. Entrevista. *Fatos & Fotos*, Brasília, p. 14-15, 14 nov. 1977).

22 Para análises sobre as mudanças do período em relação à história das mulheres, ver: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006; PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

eleição pioneira de Rachel de Queiroz para a Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1977, é um exemplo paradigmático nesse sentido.

Em primeiro lugar, os jornais da época de sua eleição mostram uma forte preocupação do público com a questão do vestuário que a autora deveria usar. Várias propostas de estilistas de moda aparecem nos jornais para substituir o uniforme tradicional, o chamado fardão, e a espada dos acadêmicos. Rachel de Queiroz poderia escolher entre uma túnica, um vestido ou um *tailleur*. Mas a autora exige apenas uma coisa: uma roupa que fosse sóbria (HOLLANDA, 1992, p. 81).

Para além da questão do vestuário, ser a primeira escritora a entrar na ABL inspira as mulheres em geral e as feministas em particular, especialmente em uma época de emergência internacional do movimento através de reivindicações libertárias, mas de conservadorismo no plano nacional. Os jornais escrevem sobre a cerimônia de recepção de Queiroz na Academia: "Mais de mil pessoas, com predominância do público feminino, além de 24 dos 50 imortais estiveram presentes, assinalando aquilo que será, na história da literatura brasileira, um dos fatos mais importantes: a entrada da mulher na ABL"[23].

A autora, contudo, não queria vincular sua eleição à causa das mulheres. Durante o seu discurso não é feita qualquer menção a esse assunto, nem por Queiroz nem pelo acadêmico Adonias Filho, seu amigo e responsável pelo discurso de boas-vindas. A omissão não é insignificante, pois Rachel de Queiroz sempre se considerou "não feminista".

Recordo aqui que, em 1977, Queiroz era igualmente uma intelectual associada ao regime militar, caracterizado pelo seu conservadorismo. Um dos adversários da sua candidatura, o acadêmico Osvaldo Orico, desabafou ao jornal *O Estado de São Paulo*: "Ganhou Rachel, mas perdeu a Academia". Orico vincula a eleição de Queiroz à crescente influência do Conselho Federal de Cultura (do qual ela e outros acadêmicos são membros à época) na Academia Brasileira de Letras[24].

Finalmente, a abundância e qualidade da sua produção, as suas posições políticas, os seus espaços de sociabilidade, para além da sua crítica ao feminismo e a masculinização da sua escrita pela crítica literária, garantem a Queiroz um lugar no campo literário modernista brasileiro. Para isso, Rachel de Queiroz ocupou uma posição específica e excepcional: foi a única mulher a integrar o regionalismo modernista dos anos 30, mas era "uma mulher que escrevia como homem".

Do outro lado do oceano, Natália Correia toma direção muito diferente daquela empreendida por Rachel de Queiroz. O feminino e o diálogo com os feminismos tornam-se, com o tempo, características principais da sua trajetória e do

23 Biblioteca Nacional Brasileira. "Editorial. Rachel de Queiroz é a 1ª mulher na Academia". *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1977, p. 1.

24 Acervo Digital do Estadão. "Editorial". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 9, 5. ago. 1977.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

seu trabalho. O contexto ditatorial foi igualmente fundamental para essa tomada de posição, uma vez que a obra de Natália Correia também foi construída em diálogo e em questionamento ao conservadorismo próprio ao regime salazarista.

Em 1934, Natália Correia chegou a Lisboa com a idade de 11 anos apenas. Ela vinha do arquipélago dos Açores, levada por sua mãe e acompanhada pela sua irmã de 13 anos. Diz-se que a jovem já chamava a atenção. A lenda conta que Lisboa parou para olhar para ela, devido à sua beleza perturbadora, ao seu corpo fascinantemente moldado, à sua presença física. É uma história que Natália Correia condenaria diversas vezes durante os seus 70 anos de vida: "essa asquerosa lenda que circula por aí é a herança de uma mentalidade que subsiste, mentalidade essa que, valorizando o meu aspecto físico, obscurecia o meu valor intelectual" (COSTA, 2005, p. 12). Face a este tipo de olhar, e ao contrário da masculinização utilizada como estratégia por Rachel de Queiroz, Natália Correia reinventou, em sua obra, a feminilidade exuberante que lhe fora atribuída.

Logo no início da sua carreira e logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, Correia publicou cerca de 40 artigos na revista S*ol*: *Semanário de Estudo e Crítica dos Acontecimentos Internacionais*. Apesar da participação de autoras reconhecidas pelo campo literário, tais como Maria Archer (1899-1982), Natália Correia é a única mulher a assinar títulos políticos que não tratam exclusivamente de questões femininas.

No conjunto de textos publicados, um tema polêmico aparece no artigo intitulado "Para a dignificação do jornalismo", de 5 de fevereiro de 1949, onde Correia argumenta: "para que o jornalismo tenha o nível intelectual e moral consentâneo com a sua missão, deve ser condignamente remunerado"[25]. O artigo gerou uma polêmica em que outros semanários, como *A Voz* e *Diário da Manhã*, participaram, para além da Associação dos Jornalistas do Porto e do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Natália Correia denunciava um sistema em que os jornalistas eram mal pagos, ou simplesmente não pagos, podendo, portanto, serem mais facilmente corrompidos. Além disso, a escritora denuncia em seu artigo a má reputação de alguns jornalistas e a atribui a esse mesmo sistema econômico perverso.

Uma carta da Associação dos Jornalistas publica resposta à autora em 26 de fevereiro de 1949, dizendo: "A pessoa que o [artigo] escreveu não nos interessa, tão desconhecida o seu nome é para nós; mas o que sobreleva neste caso é menos essa pessoa do que aquilo que ela sugere, insinua e afirma"[26].

Mesmo o Sindicato de Jornalistas, no qual Correia estava registrada com o número 146, anuncia que encontrou uma categoria especial para Correia a

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

25 Biblioteca Calouste Gulbenkian Paris. CORREIA, Natália. Para a dignificação do jornalismo. *Sol*, Lisboa, p. 11, 5 fev. 1949.

26 Biblioteca Calouste Gulbenkian Paris. Cartas do Sindicato Nacional dos Jornalistas e da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto"». *Sol*, Lisboa, p. 1 e 9, 26 fev.

partir daquela data, de modo a não gozar dos mesmos direitos que a classe que supostamente acusa. Três semanas depois, o periódico *Sol* publicou um artigo coletivo em defesa de Correia contra as acusações, mas o impacto sobre a autora foi efetivo. Seu próximo artigo no semanário só foi publicado três meses mais tarde, versando sobre um submarino atômico[27].

Para além da controvérsia em si, parece importante, por um lado, compreender o efeito da crise econômica sobre a classe intelectual e a posição de Natália Correia nesse campo. Ela é ainda pouco conhecida, jovem jornalista e uma mulher em um ambiente predominantemente masculino. Por outro lado, é evidente que, quando a Associação de Jornalistas publicou a sua nota de repúdio, começa por denegrir a importância do seu nome, definindo-a como "uma articulista com argumentos ignorantes e presunçosos". O Sindicato faz mais, indo além da palavra escrita e punindo a escritora pelo seu artigo. Isso mostra as dificuldades que Correia teve de enfrentar logo no início da sua carreira: o desejo de independência econômica para poder escrever, a censura aos seus escritos e o desafio de construir a sua identidade como autora em um mundo masculino por excelência.

Já a apropriação por Correia dos temas do corpo, e mais especificamente do corpo feminino, se desenvolveu aos poucos, iniciando-se com uma série de artigos intitulados "Breve história das mulheres", publicada no semanário *Sol* em 1947[28]. Os anos seguintes são paradigmáticos nesse sentido.

Comunicação (1959) foi o seu primeiro livro a ser censurado, supostamente por causa da sua imoralidade. Nesse livro, o ambiente mágico lembra a época medieval e o contexto inquisitorial. Nele, a protagonista feminina é acusada de feitiçaria e sua morte coincide com o fim de uma civilização, a Lusitânia, facilmente identificada a Portugal. A moral sexual conservadora é explicitamente discutida através de uma das testemunhas contra a feiticeira: a solteirona[29]:

> A *solteirona*
> Fez uma magia
> Sobre a minha telha
> Um pênis que ria
> Entrou-me pela orelha
> Em insônias roxas
> Vigílias de lama

27 CORREIA, Natalia. Maravilhas do nosso tempo: o submarino atômico. *Sol*, Lisboa, p. 9, 30 abr. 1949.

28 Natália Correia publicou 11 artigos sob este título, entre 26 de julho de 1947 e 8 de novembro do mesmo ano. Os textos foram reunidos e publicados em: Correia (2003).

29 CORREIA, Natália. Comunicação. *In*: CORREIA, Natália. *O Sol nas Noites e o Luar nos Dias I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993(1959). p. 227-251

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Arderam-me as coxas
Nas brasas da cama
Deu-me um lírio preto
Como um diamante
Era um amuleto
Para eu ter um amante
Deu-me duas asas
E disse-me assim
"Já que não te casas
Vai ao teu festim!"
Deu-me o evangelho
De todo pecado
Num ventre vermelho
Sensualizado
Pôs-me num bordel
Com cem meretrizes.
Meu corpo de mel
Fazia-as felizes.
Passei por Sodoma
Na cama dum Bórgia.
Nas ruas de Roma
Deitei-me com a corja.
Num cais de Marselha
Quis um marinheiro
Fingi que era velha
Para lhe dar dinheiro.
Tomei cocaína
E levei pancada
Vi uma menina
Comi-a à dentada.
Com a chicotada
De tanto veneno
Fiquei transformada
Num gesto obsceno[30].

Já na década de 1960, Natália Correia enfrentou as críticas neorrealistas acusando-a de moral burguesa, para além da censura do Estado Novo. Este, proibiu a circulação da obra *O Homúnculo* em 1965, de um artigo escrito pela autora açoriana em 1962 ("A desonra do poeta"[31]), da antologia poética

30 *Ibidem*, p. 238-239.

31 O artigo foi enviado para publicação na revista *Seara Nova* em 1962, mas nunca foi publicado, por conta da censura. Encontra-se numerizado no site oficial da revista. Disponível em: http://ric.slhi.pt/docs/Extras/0000001927.pdf. Acesso em: 6 set. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O vinho e a lira (1966) e da *Antologia de Poesia Portuguesa Érotica e Satírica*, editada por Correia, em 1965. Sua obra é acusada de ser imoral, como se pode ver no relatório sobre *O vinho e a lira* (1966): "Apresentam-se no decurso da obra expressões eróticas imorais, algumas expressas em termos escatológicos e insinuações de ordem política com tendência dissolvente, o que é suficiente para se propor a sua proibição de circulação no país" (AZEVEDO, 1997, p. 116). Mas Natália Correia não para de escrever. Em 1968, ano em que Salazar foi afastado do poder, ela publica *Matria*.

Em um Portugal onde predominam figuras políticas e intelectuais masculinas, uma sociedade que valoriza a virilidade dos seus conquistadores e ditadores, a ideia de Mátria de Natália Correia confronta tudo aquilo que está negativamente associado ao masculino na tradição ocidental: a guerra, o autoritarismo, o ideal da pátria formulado desde o século XIX, a expansão militar, a conquista, a subjugação do outro. Em 1968, Correia criou uma nova origem para o mundo, baseada no feminino, indo além da capacidade feminina de procriação tão celebrada na sociedade, até mesmo pelo discurso conservador. Correia reinventa o universo a partir da descrição poética do ritual sexual de uma deusa, Anaíta[32].

> Foi em Creta. No azul fêmea do Egeu
> as naves embalavas oh sopro de Anaíta!
> Tua pele esticada era o tambor da noite
> cada homem era o dom de ouvir a tua cítara.
> Comovidas pulseiras tangias nos teus braços
> piedosas avelãs escorriam dos teus cílios
> aravam tua terra mamíferos afagos
> cada homem era um príncipe no teu campo de lírios
> Teu levantar de saias, oh esplendor de púbis!
> O joelho agressivo das espadas flectia
> e na face dos homens deixavas a penugem
> das nuvens aniladas que nas ancas movias.
> Eras mansa eras dança e gênio de balança
> que as estações pesava. Fazias sol chovias
> cada homem enchia com frutos o seu crânio
> e na alma caíam as roupas que despias
> Eras mãe eras virgem eras cabra na cama
> o vento que as mulheres menstruadas faziam
> eras tanta eras santa e a catedral de açúcar
> que as pernas das amadas naturalmente abriam.
> Foi em Creta que as têmporas da Europa

32 CORREIA, Natália. Matria. *In*: CORREIA, Natália. *O Sol nas Noites e o Luar nos Dias I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 379-402.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

premeditou no húmus do seu ventre dançante.
Cada homem era a cauda torrencial do filho
bebida pela boca dourada do amante[33].

Em 1969, a casa editoral portuguesa Assírio & Alvim publica uma tradução de *Lettres Portugaises*, obra surgida pela primeira vez em francês 300 anos antes, em 1669. Esse livro desempenhou um papel importante na construção do imaginário sobre o amor romântico no século XVII e compõe-se de cinco cartas supostamente escritas por uma freira portuguesa, apaixonada por um oficial francês que nunca mais voltaria a ver.

A partir dessa tradução, três escritoras portuguesas ligadas aos movimentos femininos da época decidiram reescrever a história a seis mãos. As chamadas "três Marias" (Maria Isabel Barreno, Maria Isabel da Costa e Maria Teresa Horta) já tinham publicado livros em que questionavam os papéis sociais e sexuais atribuídos às mulheres na sociedade portuguesa de sua época, mas nunca tinham escrito um livro em conjunto. O resultado é uma narrativa que desconstrói e questiona a ideia de autoria, a linguagem tradicional e os costumes arcaicos.

Novas Cartas Portuguesas tornou-se um livro ícone do período final do salazarismo sob o governo de Marcelo Caetano, época também marcada pelas intermináveis guerras coloniais no continente africano. O livro das "três Marias" foi publicado pela editora Estúdios Cor, dirigida naquela altura por Natália Correia, que, "mesmo tendo sido instada a cortar partes da obra, insistiu em publicá-la na íntegra"[34]. A audácia das quatro mulheres não passou despercebida, pois o livro foi censurado assim que foi publicado e as "três Marias" foram submetidas a um julgamento que nunca concretizou sua sentença, graças à revolução de 25 de abril de 1974, que pôs fim ao regime.

A trajetória de Natália Correia mostra, portanto, a importância do discurso sobre os gêneros masculino e feminino em um contexto ditatorial como o do salazarismo. Não se identificando com o neorrealismo ou com a esquerda política, Correia escolheu o feminino, o erótico, o corpo como lugar de discurso, transformando-os em uma forma de subversão. Em oposição à integração no campo literário através da masculinização, como ocorreu com Rachel de Queiroz, Natália Correia se construiu autoralmente a partir de uma crítica ao masculino na sua versão patriarcal e autoritária. É, no entanto, importante

33 CORREIA, Natália. Matria. *In*: CORREIA, Natália. *O Sol nas Noites e o Luar nos Dias I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 395.

34 Todas as informações aqui apresentadas sobre *Novas Cartas Portuguesas* foram retiradas do site resultado do projeto com o mesmo título e coordenado pela professora da Universidade do Porto, Ana Luísa Amaral (Novas Cartas Portuguesas. 40 anos depois. Disponível em: http://www.novascartasnovas.com. Acesso em: 6 set. 2021).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

lembrar que a popularidade alcançada por Rachel de Queiroz no contexto brasileiro até os anos 1960 não se compara à popularidade de Natália Correia em Portugal, que permaneceu restrita aos círculos intelectuais mais eruditos. Cabe lançar a hipótese de que suas diferentes posições face à questão de gênero configuram essa diferença de posição ocupada por cada uma das autoras nos campos intelectuais respectivos.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela entrada de Natália Correia na Assembleia da República, após o fim da ditadura. A autora apoiou abertamente o direito ao aborto[35] e iniciou um diálogo com os movimentos de mulheres, tais como o ecofeminismo[36]. No entanto, fiel à sua própria definição de alguém "sem partido, sem religião, sem filiação literária", Correia não subscreve nenhuma denominação feminista, apesar de há muito estar interessada na sua história.

Segundo a autora, o feminismo é "um problema geral e não específico, como sugere a sua nomenclatura. Proficuamente orientado será um fator de educação, de progresso, de robustez mental e fisiológica, que não só se identifica com a metade feminina da espécie, mas com a humanidade inteira" (CORREIA, 2003, p. 107).

Natália Correia constrói, assim, suas próprias convicções a partir da sua experiência com a literatura. Ela critica feministas radicais como Valerie Solanas ou o grupo Wicca e, embora critique uma visão patriarcal da sociedade, não adere à eliminação do masculino como solução social. O elemento feminino como sujeito revolucionário aparece mais especificamente nas suas obras após os anos 60, como em *A Madona*, em *Matria*, no prefácio de *Antologia da poesia portuguesa erótica e satírica* ou em artigos publicados em Luanda em 1970 (CORREIA, 2003).

Se a representação do feminino foi um objeto constante da escrita de Correia, os comentários sobre a autora ou sobre as suas obras também têm enfatizado essa característica. A começar pela recordação constante do corpo da autora, corpo descrito como polimórfico, erótico ou perecível (CONCEIÇÃO, 2005).

Conclusões

Ao apresentar a trajetória intelectual de duas escritoras de origem lusófona, aventei uma análise de diferentes formas de construir a autoria feminina

35 Ver seu poema proclamado em sessão da Assembleia da República em 1982, "Ficou capado o Morgado", não publicado, mas amplamente conhecido pela tradição oral portuguesa. O poema pode ser facilmente encontrado na internet.

36 Ver: MOTA, Ana Rosa de Sousa. *Faces de Natália*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre as Mulheres) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

em contextos políticos autoritários. Para isso, utilizei uma bibliografia especializada sobre a questão da autoria, acrescentando-lhe os estudos da crítica literária feminista. Decidi dividir o artigo em três partes, em diálogo com as três dimensões da autoria de Alain Brunn (2001), a saber: figura histórica, autoridade e função no discurso. Para isso, propus igualmente que se analisassem os espaços de sociabilidade, as editoras, as posições políticas e a recepção aos escritos das duas escritoras ao longo do tempo. Da mesma forma, procurei compreender o diálogo com os movimentos de mulheres e feministas presente, ou ausente, nas suas trajetórias.

Esses aspectos ajudaram-me a explicar como a conformação das suas obras e trajetórias a definições específicas contribuiu para o seu reconhecimento ou posicionamento no interior do campo literário e intelectual de seus respectivos países. Dessa forma, percebo uma masculinização e conformação ao regionalismo na trajetória intelectual de Rachel de Queiroz e uma hiperfeminização em Natália Correia. As funções mencionadas garantem o lugar ocupado por essas autoras no campo literário até hoje, um lugar singular em comparação com a maioria das escritoras de seu tempo. O discurso da excepcionalidade, seja através da masculinização ou da hiperfeminização, é reforçado pelas próprias autoras.

Rachel de Queiroz, no Brasil, e Natália Correia, em Portugal, também conseguiram posicionar-se publicamente face a diferentes contextos políticos de exceção. Ambas sofreram as consequências das suas posições políticas enquanto ainda vivas. No entanto, nenhum dos aspectos sociais mencionados neste artigo seria suficiente para explicar o seu reconhecimento público. Rachel de Queiroz e Natália Correia foram sobretudo capazes de acumular uma imensa produção escrita de qualidade, tanto constante quanto variada, produzida em contextos nacionais autoritários, para além dos seus posicionamentos face às definições de gênero constantemente presentes na recepção a seus escritos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Manoel. A feiticeira cotovia. *In*: ABREU, Fernanda *et al. Natália Correia*: a festa da escrita. Lisboa: Edições Colibri, 2010. p. 9-11.

ALMEIDA, São José. Homossexuais perseguidos no Estado Novo. *Público*, Portugal, p. 17, 12 jul. 2009.

AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e Proibidas*: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

BARTHES, Roland. La mort de l'auteur. *In*: BARTHES, Roland. *Le Bruissement de la Langue*. Paris: Ed. du Seuil, 1984[1968].

BRUNN, Alain. *L'auteur*. Paris: Flammarion, 2001.

BUENO, Luís. Romance Proletário em Rachel de Queiroz. *Revista Letras*, Curitiba, n. 47, p. 19-38, 1997.

BUENO, Luís. *Uma história do Romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CHARTIER, Roger. *L'ordre des livres*: lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIVe et XVIIIe siècle. Aix-en-Provence: Alinéa, 1992.

CIXOUS, Hélène. *Le rire de la Méduse et autres ironies*. Paris: Galilée, 2010. [1975].

COMPAGNON, Antoine. *Le démon de la théorie*: littérature et sens commun. Paris: Editions du Seuil, 1998.

CONCEIÇÃO, Filomena da. *O corpo na poesia de Natália Correia*. Dissertação (Mestrado em Estudos Lusófonos) – Universidade de Rennes 2, 2005.

CORREIA, Natália. *Breve História das Mulheres e outros escritos*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003.

COSSI, Rafael Kalaf. *A diferença dos sexos*: Lacan e o feminismo. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, 2016.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

COSTA, Ana Paula. *Natália Correia*: fotobiografia. Lisboa: Dom Quixote, 2005.

DIDIER, Béatrice. *L'écriture femme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de Romance*: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890-1930). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

FOUCAULT, Michel. "Qu'est-ce qu'un auteur?". *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, n. 63, v. 3, 22 fev. 1969.

GUERELLUS, Natália. *Regra e Exceção*: Rachel de Queiroz e o campo literário dos anos 1930. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. A roupa de Rachel. *Estudos Feministas*, v. 0, n. 0, p. 74-96, 1992.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. O éthos Rachel. *Cadernos de Literatura Brasileira*: Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1997. n. 4. p. 103-115.

IMS – INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Literatura Brasileira*: Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro, n. 4, 1997.

MOI, Toril. *Sexual Textual Politics*: feminist literary theory. New York: Routledge, 1985.

QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luiza de. *Tantos Anos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RIOT-SARCEY, Michèle. *Histoire du Féminisme*. Paris: Editions la Découverte, 2015 [2002].

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCHMIDT, Augusto Frederico. Uma revelação – O Quinze. *As Novidades Literárias*, *Artísticas e Científicas*, n. 4, 18 ago. 1930.

WRIGHT, Elisabeth. *Feminism and psychoanalysis*: a critical dictionary. Nova Jersey: John Wiley and Sons Ltd, 1992.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

MENINAS "MALCOMPORTADAS" E SEUS ROMANCES PROIBIDOS NO SERTÃO DA BAHIA: entre a rebeldia e a armadilha do casamento (1942-1959)

Tânia Mara Pereira Vasconcelos[1]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Na madrugada do dia 21 de abril de 1952, na pequena cidade de Miguel Calmon, na Bahia, um casal que mantinha um relacionamento clandestino fugiu para viver seu romance proibido bem distante daquela localidade. Célia[2] era uma jovem de apenas 16 anos, classificada como branca, vivia na casa do casal João e Rosilda, que era sua tia, e trabalhava no comércio deles. Manoel era casado e pai de três filhos, ele havia se aproximado de Célia na própria casa em que ela vivia durante o período em que trabalhou como motorista do Sr. João, que também era seu compadre. Na noite da fuga, planejada com antecedência, Manoel passou de carro no horário combinado e Célia saiu para encontrá-lo, no entanto, a fuga foi flagrada por três rapazes, empregados do Sr. João, que estavam dormindo na garagem da referida casa. Ao saírem do local e avistarem o carro, os três jovens foram ameaçados por Manoel que estava portando um revólver.

Na manhã daquele mesmo dia, ao ser informado do acontecido pelos rapazes, um tio da jovem foi até a delegacia denunciar o rapto cometido por Manoel e, logo depois, seu pai, que vivia na zona rural, foi fazer a representação formal. Na pequena cidade, os comentários sobre a fuga de Célia com Manoel, que abandonou a esposa e os filhos, circulavam de "boca em boca". Durante o período de três anos em que durou o processo judicial de rapto consensual, não se teve mais notícia do casal naquela comunidade. Célia não foi a única jovem raptada naquele período na região abarcada pela Comarca de Jacobina[3], no entanto, dentre os quatro processos de rapto a que tive acesso, esse foi o único em que o casal fugiu para viver seu romance proibido e não retornou, pelo menos durante o período em que correu o processo.

Na pesquisa que deu origem a minha tese de doutorado, publicada com o título *Sertanejas defloradas e Don Juans julgados*: *relações sexoafetivas*

1 Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB (*Campus* V). Doutora em História pela UFF.

2 Optei por utilizar nomes fictícios das(os) integrantes dos processos, visando preservar suas identidades.

3 O município de Miguel Calmon, embora já fosse emancipado desde 1924, nas décadas pesquisadas estava sob a jurisdição da Comarca de Jacobina.

de mulheres pobres no sertão da Bahia (1942-1959) (2020), trabalhei com 48 processos de crime contra os costumes – sedução, estupro e rapto – da comarca de Jacobina, sendo que dentre eles o delito de rapto foi o menos recorrente, correspondendo a menos de 10% do total. Encontrei quatro processos enquadrados nessa categoria, sendo dois de rapto consensual, um de rapto consensual e sedução e outro de rapto violento ou mediante fraude e estupro, pelo fato de a ofendida ter apenas 13 anos.

O presente texto propõe analisar a insubordinação feminina aos padrões normativos de feminilidade que aparece nesses quatro processos, uma vez que todos os acusados eram casados e os raptos foram pactuados com as ofendidas. Pretendo discutir os paradoxos que marcam a agência feminina nessas histórias, considerando que, embora elas representassem uma insurgência feminina contra a moral vigente, marcada por um ideal de conjugalidade normativa, em certa medida, também reafirmaram esse ideal.

No processo de pesquisa que deu origem à minha tese, diversas tramas que aparecem nos processos judiciais chamaram-me a atenção pela insubordinação feminina aos padrões morais daquela sociedade, com destaque para a rebeldia contra a autoridade paterna, muito valorizada nas representações acerca da cultura sertaneja. Em alguns processos de sedução e nos quatro de rapto, atitudes de transgressão feminina surpreenderam-me pela ousadia e insubordinação das ofendidas[4] às convenções morais daquela sociedade. Meu lugar social de mulher sertaneja – que viveu a adolescência nos anos 1980 naquela região, na pequena cidade de Serrolândia, socializada como uma "moça de família", branca, católica e de classe média –, apesar de toda formação feminista posterior, não me permitia inicialmente imaginar que encontraria tantas jovens que ousavam se rebelar contra a moral sexual naquelas localidades, principalmente em um período anterior à chamada revolução sexual. Além disso, minha dissertação de mestrado sobre uma rede de escolas paroquiais naquela região nas décadas de 1940 e 1950 indicava a presença hegemônica de uma moral católica, na qual a repressão à sexualidade feminina era central (VASCONCELOS, 2009).

Na tese procurei colocar luz sobre essas transgressões com o intuito de questionar uma visão estereotipada, ainda recorrente no Brasil, acerca das mulheres sertanejas, vistas como submissas – a "mulher séria" – ou num sentido oposto, como masculinizadas e deserotizadas – a "mulher valente" ou "mulher macho". No momento atual, a partir de uma releitura de muitos desses processos, meu olhar feminista, cada vez mais aguçado pela percepção das permanências das violências e assimetrias de gênero na sociedade

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

4 Optei por adotar os termos ofendida e acusado, utilizados judicialmente, para me referir aos casais envolvidos nos processos.

brasileira atual, me provocou a fazer uma releitura de algumas dessas tramas. No presente texto, embora continue a destacar a insubordinação e a agência femininas nos processos de rapto, pretendo trazer essa releitura, que coloca maior ênfase aos condicionamentos culturais que de algum modo aprisionavam as mulheres em determinados lugares sociais, especialmente o ideal da conjugalidade.

O município de Jacobina fica localizado no Piemonte da Chapada Diamantina, na Bahia, a 319 km de Salvador, e possui uma história marcada pela exploração aurífera. No período estudado, o município vivia um ciclo de redescoberta e exploração do ouro, passando por grandes transformações econômicas, demográficas e socioculturais. Nesse contexto, emergiu um projeto de higienização e policiamento dos costumes da população pobre por parte do poder público, com o apoio da imprensa, que associava um ideal de modernidade ao de moralidade. A justiça exercia um papel fundamental nesse processo moralizador, com destaque para um juiz, o Dr. Virgílio Rodrigues de Mello, um homem negro e de origem humilde, que condenou a maioria dos acusados nos processos de crime contra os costumes no período pesquisado.

No Código Penal de 1940, em sua versão original, consta duas modalidades de rapto nos artigos 219 e 220, sendo que o primeiro especifica o rapto violento ou mediante fraude como "raptar mulher honesta, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso. Pena – reclusão, de dois a quatro anos", e o segundo trata do rapto consensual: "Se a raptada é maior de quatorze anos e menor de vinte e um, e o rapto se dá com seu consentimento. Pena – detenção, de um a três anos"[5].

O rapto consensual, na prática, significava a fuga de uma jovem da casa da família com o namorado, entretanto, na legislação, a vontade da mulher tinha pouca relevância. A pequena diferença entre as penalidades para os dois tipos de rapto aponta que a gravidade do delito se devia muito mais à ameaça que ele representava contra a autoridade familiar do que a uma preocupação com a integridade física e psicológica da vítima. A moral patriarcal imbuída na legislação fica ainda mais evidenciada no artigo 221, que tratava da possibilidade de diminuição da pena para o acusado: "É diminuída de um terço a pena, se o rapto é para fim de casamento, e de metade, se o agente, sem ter praticado com a vítima qualquer ato libidinoso, a restitui à liberdade ou a coloca em lugar seguro, à disposição da família"[6]. O ideal da conjugalidade normativa é flagrante no texto da lei, uma vez que a gravidade do crime estava

5 BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Diário Oficial da União*, seção 1, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848--7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso: 5 mar 2021.

6 *Ibidem*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

associada à existência ou não da relação sexual fora do casamento, porque se supunha que a "perda da virgindade" comprometeria as possibilidades de uma moça conseguir um futuro matrimônio. No processo contra Manoel, o juiz citado traz em sua sentença a citação de uma *Revista dos Tribunais* que reafirma a lógica patriarcal:

> O rapto consensual, pelas próprias circunstâncias que o cercam, abala a segurança da família e a estabilidade do lar, **a ofendida é apenas figura secundária**. Nestas condições, desnecessária se torna a indagação a respeito da satisfação ou não satisfação do gozo genésico, pois que qualquer resposta não poderá modificar a estrutura jurídica da figura em apreço (grifos meus)[7].

A mulher jovem, "figura secundária", não possuía autonomia alguma sobre o próprio corpo e a própria vontade, que deveriam estar sujeitos à autoridade familiar e, mais especificamente, à autoridade paterna. Essa citação aparece também em outro processo de rapto consensual na argumentação do promotor, na qual ele acrescenta ainda que o rapto é um crime dirigido contra o interesse da "organização ético-social da família" e uma "ofensa ao pátrio poder"; ressalta, assim, o papel da Justiça "como maior órgão do Estado para velar pela segurança dos direitos, cabe, evidentemente, o dever de evitar que a família brasileira se encontre a braço, a cada momento, com os perigos dessa mentalidade destruidora"[8]. A "mentalidade destruidora" estava associada a ideias de liberdade sexual e autonomia feminina que constituiriam as maiores ameaças dos "tempos modernos" contra a família brasileira. Esse tipo de discurso, marcado por um forte saudosismo, aparece recorrentemente nas fontes analisadas, processos judiciais e jornais locais. Utilizando diferentes estratégias, a maioria dos "homens da justiça" no período estudado estava imbuída da missão civilizadora de difusão de um modelo familiar baseado no casamento heteronormativo.

O fato de quase 80% dos processos encontrados em minha pesquisa constituírem processos de sedução[9] indica a importância do ideal da conjugalidade normativa naquela sociedade também entre as camadas populares,

7 JACOBINA. Processo de rapto consensual nº 217. Arquivo da Vara Crime do Fórum Jorge Calmon – Jacobina-BA, 1952.

8 JACOBINA. Processo de rapto consensual, nº 193. Arquivo da Vara Crime do Fórum Jorge Calmon – Jacobina-BA, 1951.

9 O crime de sedução constitui uma ressemantização do antigo crime de defloramento do Código Penal anterior (1890) e se caracteriza por: "Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança." (BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Diário Oficial da União*, seção 1, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso: 5 mar 2021.)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

uma vez que embora as motivações das famílias para darem início a esse tipo de processo fossem diversas, a reivindicação do casamento para as filhas "defloradas" constituía a principal delas. A predominância de processos de defloramento ou sedução perante outros delitos sexuais é apontada também por outras(os) autoras(es) consultadas(os)[10] que trataram do tema, indicando a mesma tendência moralizadora. Entretanto, no caso dos processos de rapto analisados, a busca pelo casamento para "reparar a honra" das filhas não foi o elemento motivador das queixas, uma vez que todos os acusados eram casados, embora nem todos dentro da legalidade do casamento civil. A motivação dos pais para moverem esses processos, aparentemente, foi a busca de uma punição para os raptores de suas filhas.

Ao fugirem com homens casados, Célia, Manuela, Valmira e Arlinda desacataram a autoridade familiar e, aparentemente, iam de encontro ao ideal da conjugalidade normativa, imensamente valorizada naquele contexto.

Meninas transgressoras e seus romances com homens casados nos processos de rapto

> Perg. Depois da primeira vêz se o acusado teve com a declarante outras relações sexuais e aonde? Resp. Que por diversas vêzes o acusado teve relações sexuais com a ofendida, na mesma serra, no fundo do quintal de sua casa de residência e também por muitas vêzes dentro da casa do próprio acusado, quando a família do mesmo se achava ausente, isto continuando até a última vêz que teve relações sexuais com o acusado, ou sêja no dia dezesseis do corrente havendo no dia quinze do mesmo mês fugido com o acusado, as oito horas da noite mais ou menos quando saiu de sua casa de residência indo para o mato [...] aonde já se achava o acusado, permanecendo ambos alí, de onde retiraram-se as doze horas da noite para a casa de trabalho do acusado. Perg. Se tem mais alguma cousa a declarar? Resp. que declara não estar arrependida do acontecido, já tendo até declarado ao pai dela declarante que se não casar com o acusado Luiz, se suicidará[11].

No processo de rapto consensual e sedução contra Luiz (27 anos, ourives, branco, instrução primária), a ofendida Manuela (15 anos, doméstica, branca,

10 Ver, por exemplo: ESTEVES, Marta A. *Meninas Perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). São Paulo: Editora da Unicamp, 2000; FERREIRA FILHO, A. H. *Quem pariu e bateu, que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB/UFBA, 2003; e SANCHES, Maria Aparecida P. *As razões do coração*: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador, 1889-1950. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

11 JACOBINA. Processo de rapto consensual e sedução nº 320. Arquivo da Vara Crime do Fórum Jorge Calmon – Jacobina -BA, 1957.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

instrução primária) relatou ao delegado seu caso proibido com o acusado com um desembaraço pouco comum às ofendidas que depuseram nos processos analisados. Em seu relato, ela afirmou que namorava o acusado, seu vizinho, há cerca de três anos e que o namoro foi se aprofundando sem que seus pais soubessem. A respeito do seu "defloramento", relatou que após insistentes convites de Luiz para que fosse com ele até uma serra que fica nos fundos de sua casa, resolveu aceitar; na ocasião, que não se lembra a data, ele mandou que ela se deitasse, "suspendesse as vestes, e tirasse a carçola, o que tudo foi feito, tendo neste momento o acusado se deitado por cima da ofendida, tendo com a mesma, relações sexuais". Nesse trecho, ao relatar sua primeira relação sexual com o acusado, Manuela evidencia uma atitude de passividade em relação ao mesmo. A insubordinação contra a autoridade paterna demonstrada no final do depoimento, indica que Manuela acreditava na possibilidade de um "final feliz" para o seu romance proibido.

Luiz era casado apenas eclesiasticamente e morava com a esposa e os dois filhos em uma casa vizinha a da família de Manuela, em Jacobina. Sua versão dos fatos não difere muito da dela, o que é raro em processos desse tipo. Ao ser questionado pelo delegado sobre qual sua intenção para com a menor, respondeu: "Que tenciona casar-se civilmente com a mesma, pois lhe tem muito amor e tem certeza que a mesma também muito lhe ama."A intenção de Luiz de casar-se com Manuela também é citada no depoimento de uma testemunha, um vizinho das duas famílias, que relatou que, em certa ocasião – não fica claro se foi antes ou depois do rapto –, Luiz chegou em sua casa pedindo para escrever uma carta em sua mesa, lhe explicando que se tratava de um pedido de casamento ao pai de Manuela, o Sr. Benito.

Na queixa contra o acusado, o pai de Manuela, que era italiano, relatou um episódio que teria ocorrido no mês anterior: ao chegar em casa, teria encontrado uma discussão entre sua esposa e Mariana, esposa de Luiz, que estaria acusando Manuela de ser amásia do seu marido. Para evitar confusão, ele e a família se mantiveram calados, mas a mulher continuou vociferando até que Luiz chegou e, com ameaças bruscas, repeliu-a. No dia seguinte, o acusado expulsou a esposa de casa e ela voltou para a casa da família em outra cidade, levando os filhos com a "roupa do corpo". Benito acrescentou ainda que ele e a esposa, como pais pobres que eram, tudo fizeram para educar Manuela, mas infelizmente seus recursos não permitiram que ela sequer terminasse o ensino primário; sendo ela seduzida pela lábia do ofensor que teria lhe prometido "mundos e fundos". No dia 15 de outubro, Luiz teria atraído Manuela para sua oficina, estuprando-a e mantendo-a em sua companhia, "deixando a família em polvorosa". No dia seguinte, ele foi procurar a Justiça e só à noite foi informado de que a filha se encontrava na casa de um advogado, em cuja residência dormiu "temerosa de regressar ao lar para não sofrer qualquer violência".

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

De acordo com Rosimere Santana (2013), a estratégia de raptar a namorada e deixá-la na casa de uma pessoa de confiança aparece muito frequentemente em romances sobre raptos; a intenção dos raptores seria a de forçar um casamento, porém, preservando a virgindade da moça. No caso de Luiz, não havia a intenção de preservar a virgindade da ofendida até o casamento, uma vez que ele próprio confessou ter "desvirginado" Manuela alguns dias antes do ocorrido, e ele alegou que pediu para seu irmão levá-la até a casa do advogado, depois de terem passado a noite juntos, a fim de evitar atrito com o pai dela. No entanto, talvez houvesse a intenção de pressionar o pai da ofendida a consentir com o casamento, que aparentemente era desejado por ele e por Manuela, uma vez que seu casamento com a esposa não tinha validade jurídica.

Dentre todos os processos de rapto, esse foi o que transcorreu mais lentamente, tendo sido iniciado em outubro de 1957 e finalizado apenas em julho de 1965. Em 1958, o acusado foi intimado para depor no fórum, mas não foi encontrado. Em 1960, houve uma troca de juízes e o processo ficou sem andamento até 1965, quando o novo juiz convocou as testemunhas para depor, porém não convocou a vítima e nem o acusado como era praxe. O defensor público indicou quatro testemunhas de defesa, o que aponta que teria sido orientado pelo acusado. Foram ouvidas então duas testemunhas de acusação e duas de defesa, que não trouxeram muitas novidades; apenas um dos vizinhos relatou que certa feita Luiz teria levado Manuela para a cidade de Miguel Calmon, mas ela foi reconduzida à Jacobina pelo pai. É provável que após essa nova tentativa de fuga, que não sabemos quando ocorreu, o romance tenha acabado, porque Luiz indicou testemunhas para defendê-lo, e, se tivesse se casado no civil com Manuela, como afirmou que desejava, a certidão de casamento teria sido usada em sua defesa.

O fato de haver duas modalidades de casamento naquele contexto – o civil e o religioso – foi utilizado por alguns homens casados apenas eclesiasticamente como estratégia para uma nova conquista com base em promessas de casamento. Além do processo citado, essa estratégia aparece também em alguns processos de sedução. Uma grande parcela da população da região de Jacobina casava-se apenas no religioso, um tipo de casamento que não possuía validade jurídica, apenas simbólica (VASCONCELOS, 2007), o que possibilitava que esses homens abandonassem a primeira esposa para contrair novas núpcias, sem incorrer no crime de bigamia.

O casamento civil, no entanto, era praticamente indissolúvel, uma vez que a instituição do divórcio só foi aprovada no Brasil em 1977, após intensas mobilizações e embates entre divorcistas e antidivorcistas (ALMEIDA, 2010). No período estudado, as pessoas casadas civilmente que desejassem

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

se separar tinham apenas a possibilidade do desquite ou da anulação, essa em casos muito específicos. O processo de desquite[12], entretanto, principalmente quando não se dava por mútuo consentimento, não era simples e não abria a possibilidade legal de contrair um novo matrimônio.

Dos quatro processos de rapto, dois dos acusados eram casados apenas eclesiasticamente e os outros dois eram casados nos dois tipos de casamento, embora um desses últimos vivesse separado da esposa. Nas duas histórias citadas, os acusados Manoel e Luiz abandonaram as esposas e os filhos, aparentemente, para viver com as namoradas. A situação de Manoel, no entanto, se diferenciava da de Luiz, pois o primeiro era casado civil e eclesiasticamente, não havendo a possibilidade de contrair um novo matrimônio. É possível que essa impossibilidade tenha influenciado a sua decisão de fugir com Célia para um lugar distante, enquanto Luiz, aparentemente, expulsou a esposa de casa com os filhos com a intenção de casar-se com Manuela, mas acabou sendo impedido pelo pai dela, como apontam depoimentos constantes no processo.

Em uma sociedade sexista e permissiva em relação ao comportamento sexual masculino, abandonar a esposa e substituí-la por uma jovem inexperiente e apaixonada talvez aparecesse como uma opção atraente para muitos homens, principalmente quando dispunha de uma boa condição econômica, o que, de acordo com o pai de Manuela, era o caso de Luiz.

O abandono da esposa com os filhos por parte do acusado ocorreu apenas nas duas histórias citadas. O caso que tratarei a seguir se diferencia dos demais porque o acusado, Augusto, já vivia separado da esposa e escondia seu estado civil da família da ofendida, Valmira. Outra peculiaridade desse processo é que foi o único enquadrado como rapto violento ou mediante fraude e estupro, pelo fato de a ofendida ser ainda uma criança de 13 anos, enquanto o acusado tinha 28. Nos processos de rapto, a diferença de idade entre as ofendidas e os acusados é bem maior que nos demais processos analisados na pesquisa, questão que retomarei adiante[13].

Augusto (vaqueiro, alfabetizado) morava com um colega, próximo à fazenda onde Valmira (morena, alfabetizada) vivia com os pais. Na queixa prestada na delegacia em setembro de 1948, o pai dela relatou que a filha

12 A ação de desquite litigioso estava prevista no artigo 317 do Código Civil de 1916; entretanto, ela só podia se fundar em algum dos seguintes motivos: "Adultério; tentativa de morte; sevícia, ou injúria grave e abandono voluntário do lar conjugal, durante dois anos contínuos". O artigo 318 instituía também o desquite por mútuo consentimento dos cônjuges, se fossem casados por mais de dois anos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado (Brasil. (1916) Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil de 1916. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 17 dez. 2021).

13 A média da diferença de idade entre os acusados e as ofendidas nos demais processos em que consta a idade masculina (excetuando-se os de rapto) é de 8 anos, sendo que sempre os homens eram mais velhos que as mulheres. Nos três processos de rapto, em que esse dado aparece, a média é de 14 anos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

fugiu de casa devido à reprovação do namoro com Augusto e foi para a casa do acusado que a reteve por lá, mantendo relações sexuais com ela. De acordo com depoimentos das testemunhas, após esse fato, o pai da ofendida chamou a polícia e dois soldados foram até a casa do acusado, que se propôs a casar-se com ela. O casamento estaria para se realizar na Igreja da Conceição, em Jacobina, quando chegou a notícia de que Augusto já era casado. O pai de Valmira, então, impediu a cerimônia, tendo afirmado em seu depoimento que "desejava que o ato criminoso fosse reparado e não com um casamento que viesse contrariar a lei"[14]. Após o ocorrido, Valmira voltou para a casa de Augusto, ele depôs na delegacia e ela chegou a fazer o exame de corpo de delito, entretanto, no dia do seu depoimento, não compareceu porque havia fugido com ele para Queimadas, cidade natal do mesmo.

Em seu depoimento na delegacia, Augusto afirmou que Valmira alegava que era muito maltratada pelos pais, que não era mais virgem, mas queria se casar com ele; teria, então, lhe aconselhado a ter calma. Em uma determinada noite, ela teria aparecido em sua casa contando que a mãe tinha batido nela e pediu que ele a deixasse ficar; ele aceitou e disse que apesar de não ser seu "devedor"[15] poderia se casar com ela. No depoimento, apesar de ser qualificado como casado, ele não foi questionado sobre esse tema.

Valmira prestou depoimento apenas no fórum em junho de 1950, quase dois anos após a ocorrência e depois de ter sido convocada algumas vezes sem ser encontrada. Afirmou que namorou Augusto por vários meses, que ele lhe prometia casamento e dizia que era rico. Em seu relato, ele a teria tirado da casa dos pais à meia-noite, após ter furado a parede da casa e aberto a taramela[16]; indo até seu quarto e levando-a consigo, a deflorou na mesma noite. Não tratou da fuga posterior a esse fato, apenas afirmou que, naquele momento, Augusto estava vivendo em São Paulo.

Duas testemunhas de acusação, no depoimento prestado no fórum, relataram que Valmira chegou a viver por quatro ou cinco meses como "mulher de Augusto". Aparentemente, após esse período, ela teria regressado à casa dos pais.

Nos processos de rapto, a desobediência feminina à autoridade familiar emerge com mais força que nos demais processos analisados na pesquisa. Apesar dos paradoxos que permeiam a agência feminina nessas histórias, as tramas que aparecem nos processos evidenciam que as ofendidas tiveram uma participação ativa no planejamento das fugas com os acusados. Sem a contribuição delas, em maior ou menor grau, não teria sido possível para eles executarem os planos de fuga e retirarem-nas das casas em que residiam.

14 JACOBINA. Processo de rapto violento e estupro nº 96. Arquivo da Vara Crime do Fórum Jorge Calmon – Jacobina-BA, 1948.

15 Na cultura popular nordestina, o termo "devedor", nesse sentido, está associado a "deflorador".

16 Tranca de madeira, muito utilizada nas portas de casas simples na zona rural na região de Jacobina.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Dentre as quatro histórias, a de Célia e Manoel, tratada no início do texto, é a que a agência feminina na execução da fuga mais se destaca. No inquérito, foram ouvidas na delegacia cinco testemunhas de acusação, no entanto, o promotor solicitou que fossem ouvidas novamente, para informar se a ofendida teria sido levada com ou sem o seu consentimento, e, então, o delegado convocou mais três testemunhas ao invés de ouvir as mesmas. Os novos depoimentos acrescentaram novos detalhes à trama do processo: Célia não apenas teria fugido por livre e espontânea vontade como também havia participado dos planos de fuga, tendo furtado da casa em que vivia uma quantia em dinheiro e o revólver que Manoel tinha em punho quando ameaçou os rapazes que testemunharam a fuga. De todas as histórias de rapto, essa parece ter sido a mais bem planejada e a única que, aparentemente, realizou o objetivo do casal, que era o de viver junto. No depoimento prestado no fórum, o Sr. João, marido da tia de Célia, afirmou: "que o denunciado após o rapto nunca mais foi a Miguel Calmon e tem notícias do mesmo ora em Ilhéus, ora em Itabuna, ora em Jequié, Águas Pretas etc.; [...]"[17].

Nos outros processos, as ofendidas acabaram voltando para casa dos pais após terem vivido a "aventura" de fugir com os acusados. A última história tratada aqui, no entanto, teve um final bem mais dramático e penoso do ponto de vista da mulher, uma vez que a relação da ofendida com a família, aparentemente, se rompeu. Arlinda (branca, costureira, instrução primária) tinha 19 anos e morava com os pais no povoado de Serrote. Seu pai prestou queixa na delegacia em 21 de março de 1951, quando ela ainda estava desaparecida, e relatou que Fernando (branco, alfabetizado), um caminhoneiro de 34 anos, residente no povoado de Tapiranga, raptou sua filha em um caminhão e seguiu para Salvador. Afirmou que ignorava que houvesse "amizade" entre Arlinda e Fernando "por saber que o mesmo é casado e reside com a família", porém, no dia seguinte retornou à delegacia acompanhado pela filha e pelo acusado e registrou um "Termo de desistência" no qual declarou: "que foi informado pela filha que Fernando não foi o autor do seu defloramento e sim Aurélio de tal"[18].

No dia 17 de abril, no entanto, Arlinda voltou à delegacia sozinha "declarando ser Fernando o autor do seu desvirginamento e rapto e que fora forçada com ameaças do mesmo a vir dias atrás com seu progenitor a essa repartição, desistir da representação". Em seu depoimento, afirmou que namorava Fernando há uns dois meses, não sabendo que ele era casado. Relatou que ele a levou para Salvador após prometer-lhe casamento e que, logo no início da

17 JACOBINA. Processo de rapto consensual nº 217, Jacobina-BA. Arquivo da Vara Crime do Fórum Jorge Calmon – 1952. Esses lugares ficam em regiões próximas entre si, entre o sudeste e o sul da Bahia, se distanciando de Jacobina entre 410 e 650 km.

18 JACOBINA. Processo de rapto consensual nº 193, Jacobina-BA. Arquivo da Vara Crime do Fórum Jorge Calmon – 1951.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

viagem, parou o caminhão na estrada e a levou para o mato, onde tiveram relações sexuais. O delegado lhe questionou por que teria ido à delegacia com seu pai e o acusado inocentá-lo, e ela respondeu que fora forçada a isso "em virtude daquele lhe ter ameaçado de morte se não fizesse tais declarações, como também não se casaria com a declarante". Novamente foi inquirida: "Por que resolveu vir prestar declarações diferente da primeira?" E respondeu que fez isso em virtude de o acusado, tendo-a levado em sua companhia até Feira de Santana, onde permaneceram por oito dias em uma pensão, a abandonou usando de um ardil: mandou que ela fosse dar um passeio e quando ela desceu do carro ele saiu em velocidade e abandonou-a na rua. Ela só teria conseguido voltar para Serrote após pegar carona no caminhão de um conhecido.

Fernando negou as acusações, afirmando que nunca namorou Arlinda; declarou que, tendo lhe encontrado na estrada, levou-a para a capital a pedido dela. Afirmou que teve relações sexuais com ela, no entanto, o autor do seu desvirginamento, segundo ela própria, teria sido seu ex-noivo. Procurou desqualificá-la afirmando que, em Serrote, ela namorava com homens casados e que ultimamente "é público, acha-se a referida residindo com decaídas nesta cidade".

A desqualificação do comportamento da ofendida é uma estratégia utilizada pela maioria dos acusados com vistas a se defender, uma vez que, em processos de crimes sexuais contra mulheres, o comportamento das mulheres e não o dos homens se torna o centro dos embates discursivos entre a acusação e a defesa. Apesar disso, é possível deduzir que a afirmação feita por Fernando de que Arlinda encontrava-se residindo com prostitutas em Jacobina não foi simplesmente inventada por ele, uma vez que no processo aparecem indícios desse fato.

Arlinda depôs apenas na delegacia e, quando foi convocada para prestar depoimento no fórum, não foi encontrada na casa dos pais, tendo sua mãe informado ao oficial de justiça que ela não mais residia ali. Mais tarde o oficial teria sido informado que ela seria moradora da "Rua da Pilunga" em Jacobina, entretanto, ao procurá-la nesse local, também não a encontrou. O espaço, denominado popularmente por Pilunga[19], não era exatamente uma rua, mas um conjunto de ruas onde ficavam diversos bordéis e residiam as prostitutas mais pobres. Embora não tenhamos informações claras a respeito disso, é possível deduzir que Arlinda teria sido expulsa de casa pelo pai após a fuga malsucedida com Fernando, passando a exercer a prostituição em Jacobina.

19 Ricardo Batista (p. 84), em pesquisa sobre prostituição em Jacobina, caracteriza o Pilunga como as ruas onde se localizavam as casas de meretrício mais pobre em oposição ao Galeão, construído nos anos 1950, como uma casa de prostituição de "alto nível". "O nome Pilunga é uma derivação da palavra espelunca, que significa uma habitação em desordem, um lugar sem asseio, mal frequentado". BATISTA, Ricardo dos Santos. *Lues Venerea e as Roseiras Decaídas*: biopoder e convenções de gênero e sexualidade em Jacobina-BA (1930-1960). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Se perder a virgindade fora do casamento já era motivo para que uma moça se tornasse "falada" naquela comunidade, fugir com um homem casado e com filhos, certamente era motivo para um escândalo ainda maior. Em uma sociedade marcada por fortes desigualdades de gênero e com uma sociabilidade condicionada pelas relações pessoais, a cidade e, mais ainda, os povoados mantinham amplas redes de vigilância coletivas, como a fofoca. Os comentários sobre as fugas de casais feitos por parentes, vizinhos e até desconhecidos aparecem constantemente nos depoimentos, exercendo uma pressão significativa sobre os comportamentos sexoafetivos das mulheres.

Nos processos analisados, destaca-se que, apesar da rebeldia feminina aos modelos normativos de feminilidade, presente em todos eles, a importância do casamento é afirmada em alguns momentos pelas próprias ofendidas, o que indica que o ideal da conjugalidade, aparentemente era a norma mais difícil de subverter naquele contexto.

A armadilha do casamento: paradoxos entre a rebeldia feminina e o projeto de conjugalidade

> [...] A mulher, que o sabe ser, que tem educação racional e científica, faz tudo, tudo para não dar causa a que seu esposo se enfastie do lar, fazendo com que este seja um lugar de repouso e paz aonde tudo respire ordem e harmonia, e procurando adivinhar os menores desejos do esposo, para satisfazê-los completamente, sendo sempre mui delicada e carinhosa.
> E desde que a mulher não dê causas de desinteligencias e saiba cumprir o seu dever, dificilmente o homem deixará de ser cativo procurando fora do lar o que só nele deve existir – A PAZ DE ESPÍRITO.
> Mas, se isso se der por obsessão passageira, falta de educação ou má compreensão das coisas sérias da vida, não deve a mulher desesperar-se e tornar-se ciumenta, demonstrando-o claramente. Isso seria confundir-se com as mulheres de moral inferior. Nesta época degradante em que o pudor passa de longe, em que a mulher não passa de um brinquedo fútil para os homens, é necessário que aquelas que desejam de fato serem honradas e fiéis cumpridoras dos seus deveres, se revistam de uma couraça moral para não serem atingidas na luta pela flecha inimiga, partida das desabrigadas, sem honra, e sem pudor, com capa de honrada, as quais não podendo colocar-se à altura das mulheres dignas, revoltam-se quando veem uma mulher superior a elas em dignidade e altivez, para essas infelizes, não há mulheres honestas e honradas, todas são iguais a elas![20]

O jornal *O Lidador* foi publicado em Jacobina no período de 1933 a 1943. A matéria acima, intitulada "O ciúme – como a mulher deve encaral-o

20 "O ciúme – como a mulher deve encaral-o e evital-o". *O Lidador*, Jacobina – BA, ed. 341, 4 ago. 1940, p. 2.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

e evital-o", fazia parte de uma série de matérias publicadas no periódico jacobinense sobre o tema do casamento, oferecendo conselhos a mulheres casadas ou moças casadoiras de classe média em um momento no qual a família estaria supostamente ameaçada pelos "valores degradantes da modernidade".

Mesclando argumentos religiosos a uma suposta racionalidade científica, os conselhos destinados às mulheres tinham em vista uma pedagogização dos sentimentos, valorizando atitudes de resignação e autocontrole, dissimulados sob uma capa de altivez e superioridade: "A mulher, que o sabe ser, é em alma mais forte que o homem". A responsabilidade da manutenção do casamento recaía apenas sobre ela, que além de ter uma "conduta honrada" deveria ser responsável por influenciar positivamente no comportamento do marido, uma vez que nele qualquer falta era justificada.

No centro dessa pedagogia estava o casamento como uma dádiva, o único destino digno para uma mulher, que não deveria medir sacrifícios para mantê-lo. Ao mesmo tempo em que se afirmava o caráter natural do casamento e da maternidade, naquele contexto ele era colocado como uma conquista feminina eternamente ameaçada pelas outras: as despudoradas, eternas Evas, que, naqueles tempos de "mentalidade destruidora", poderiam estar por toda parte, disfarçadas de moças de família, com "capa de honradas".

Na construção histórica do binarismo de gênero, fundamento de todas as desigualdades justificadas pela diferença biológica entre os sexos, foi essencial construir também uma dicotomia entre as mulheres. Essas divisões, entre homens e mulheres (biológica) e entre mulheres e mulheres (moral), foram imprescindíveis para sustentar a dupla moral sexual, porque, a medida em que construíam uma rivalidade entre as mulheres, desculpabilizavam os homens por suas aventuras sexuais. Na divisão entre as mulheres, é importante considerar o peso dos marcadores de classe e raça, uma vez que o ideal de feminilidade foi construído a partir da imagem de mulher universalizada, que correspondia a branca, de classe média ou alta (GONZALEZ, 1983; CARNEIRO, 2011). Nos processos analisados na tese, foi possível identificar que as mulheres pobres e racializadas, embora sofressem a influência dos valores morais religiosos, no jogo da dupla moral sexual muitas vezes eram vistas pelos homens como simples divertimentos sexuais (VASCONCELOS, 2020).

Tânia Swain (2000) analisa como o casamento e a maternidade foram historicamente produzidos, tornando-se elementos constitutivos do "ser mulher". No sistema de construção histórica de inferiorização do feminino, no qual a mulher foi associada a um corpo deficiente, as imagens da mãe e da prostituta formaram o binômio constitutivo de sua representação social: "Mãe e esposa, sexo domesticado, moralidade, espaço privado, família, reprodução do social. Prostituta: mulher pública, liberação do vício e da lascívia latentes

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

no feminino" (SWAIN, 2000, p. 53). A autora aponta que a reificação dessas duas categorias são fundadas nas premissas da heterossexualidade compulsória e na lógica do patriarcado, segundo a qual as mulheres só podem "estar no mundo" para responder ao masculino, satisfazê-lo, reproduzir para ele.

Na matéria de *O Lidador* citada[21], a divisão entre as mulheres vai além do binômio mencionado pela autora; o texto mira a temida "mulher moderna", que, naquele contexto de modernidade conservadora, iniciado na chamada Era Vargas, era alvo de diversos discursos desqualificadores (MUNIZ, 2005). A imagem dessa "nova mulher", que passava a ocupar espaços sociais anteriormente reservados aos homens e possuía hábitos mais livres, aparecia como uma ameaça ao projeto de conjugalidade normativa, porque borrava a dicotomia clássica entre a boa esposa/mãe e a prostituta e, assim, poderia atrair outras mulheres a desejarem ser "iguais a elas".

Cláudia Maia (2007), na tese *A invenção da solteirona*: conjugalidade moderna e terror moral, caracteriza "a armadilha do casamento" para as mulheres a partir de dois mecanismos – de controle e de coerção – implantados no Brasil especialmente a partir da Proclamação da República. O mecanismo de controle se deu através do casamento legalmente constituído que, enquanto um contrato, pressupunha o princípio da igualdade de trocas e contraprestações entre os cônjuges, mas na prática equivalia a sujeição das mulheres e a apropriação dos seus corpos pelos homens. O Código Civil de 1916 tornava as esposas juridicamente incapazes e economicamente dependentes dos maridos, uma vez que não lhes era permitido trabalhar fora de casa sem a autorização deles. Já as mulheres solteiras que possuíam a liberdade de exercer um trabalho remunerado e ter uma vida mais autônoma, passam a ser outrificadas, à medida que o casamento vai se tornando cada vez mais uma obrigação para as mulheres. O mecanismo de coerção, segundo Maia, se deu através de duas formas: a construção do caráter natural do casamento e a produção da imagem estereotipada da solteirona. A autora identifica, especialmente nas primeiras décadas do século XX, uma explosão discursiva que produziu a emergência da solteirona, vista como uma anomalia social, uma mulher frustrada, infeliz e invejosa, em oposição à imagem da "verdadeira mulher", configurada no ideal da esposa e mãe feliz.

A partir de um conjunto de enunciados que colocaram o casamento e a maternidade como o fundamento da vida das mulheres, a solteirona e a prostituta são outrificadas especialmente pelo discurso médico-científico, que as caracteriza como portadoras de corpos doentios, uma pela falta e a outra pelo excesso de sexo. Para além desse terror científico moral que outrificava as

21 Jornal "O ciúme – como a mulher deve encaral-o e evital-o". *O Lidador*, Jacobina – BA, Eed. 341, 4 ago. 1940, p. 2. Jacobina-BA.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

mulheres que estivessem fora da conjugalidade, a armadilha do casamento se completa através de um investimento discursivo incessante que propagandeava (e ainda propagandeia) os privilégios que seriam exclusivos das esposas, como o direito à livre escolha do marido, o amor romântico e o governo racional da casa (MAIA, 2007).

No período estudado em minha pesquisa, o ideal da conjugalidade normativa adquire uma centralidade sem precedentes no Brasil, se constituindo, de fato, em um projeto de Estado, especialmente com a aplicação de políticas públicas de incentivo ao casamento civil por parte do governo Vargas. No contexto local do município de Jacobina, marcado por um grande desenvolvimento econômico devido à exploração aurífera, esse projeto teve grande ressonância. A análise dos processos de crimes contra os costumes, confrontada com a dos jornais locais e de uma bibliografia sobre Jacobina e região, possibilitou-me a observação da confluência de diferentes poderes em torno de um projeto de moralização e higienização dos costumes, que tinha na conjugalidade normativa seu principal alvo.

Na pesquisa, apesar das insurgências femininas, não encontrei discordâncias significativas entre os valores morais relativos às normas das relações de gênero entre os membros do judiciário e a maior parte dos depoentes dos processos. Apesar disso, foi possível perceber uma distância entre os valores defendidos e a vida prática das mulheres sertanejas pobres, marcada por necessidades imediatas de sobrevivência. Foi possível observar, nos discursos presentes nos processos de sedução, uma grande valorização do casamento formal por parte da maioria das ofendidas e de suas famílias. Algumas relataram que teriam recusado a proposta do namorado para viverem em união consensual, havendo ainda outras que teriam recusado até mesmo o casamento religioso como forma de reparar a "perda" da virgindade (VASCONCELOS, 2020). Certamente, muitos desses discursos podem ser vistos como estratégias para construir uma imagem de adequação à moral vigente, entretanto, não podemos perder de vista a possibilidade da busca dessas mulheres pela segurança e respeitabilidade que apenas o casamento civil poderia lhes proporcionar em uma sociedade marcada pelo abandono masculino dos lares. Os processos de sedução, em alguma medida, representavam esse desejo.

Como destacado, no caso dos processos de rapto analisados neste texto, emergem comportamentos femininos que, em parte, contrariavam o ideal da conjugalidade normativa. As quatro ofendidas fugiram com homens casados, desobedecendo a autoridade de suas famílias e desacatando os padrões de recato e pudor esperados de uma mulher, aparentemente sem se preocupar em ocupar o lugar da "outra" perante a esposa oficial. No entanto, é importante considerar que o desejo de se casar com o "raptor" foi manifestado pelas três

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ofendidas que depuseram nos processos, o que aponta que os mecanismos de controle e coerção que configuram a "armadilha do casamento" não foi totalmente subvertido nessas histórias.

O ideal do casamento como uma dádiva para as mulheres, associado à construção social do amor romântico, confere grande poder aos homens, uma vez que institui uma disputa entre as mulheres pelo afeto/desejo masculino. Esse antagonismo feminino foi construído historicamente a partir de uma lógica que estabelece o valor de uma mulher de acordo com o homem que ela é "capaz de conquistar" e "manter ao seu lado". Somam-se a isso, os privilégios socioeconômicos conferidos aos homens que os colocam no lugar de mantenedores.

Na análise da construção do ideal de conjugalidade normativa, é importante considerar as possibilidades de diferentes formas de apropriação desse ideal pelas camadas populares. Nas fontes analisadas, a permanência de um discurso que enaltecia o casamento civil durante todo o período estudado indica uma resistência popular em incorporá-lo como uma prática, tendo em vista o predomínio de uniões consensuais ou do casamento religioso, sem validade jurídica, entre os mais pobres. Ao analisar discursos populares que aparecem nos depoimentos, sugiro que a valorização do casamento e um certo ideal de pureza feminina atingia as classes populares muito mais através da influência da Igreja Católica do que do discurso moderno produzido por médicos e juristas, que naqueles anos era divulgado através da imprensa escrita.

Considerando a validade simbólica das uniões conjugais alternativas entre os populares, penso que as adolescentes que se rebelaram contra a família para fugirem com homens casados, embora de algum modo tenham subvertido o ideal da conjugalidade normativa preconizada pelas elites, não fugiram completamente da "armadilha do casamento".

A respeito desse tema retomarei brevemente cada uma das histórias seguindo a ordem que aparecem no texto. A primeira, de Célia e Manoel, dos quais não tive acesso aos depoimentos, provavelmente foi marcada pela decisão de viver em união consensual, uma vez que ele já era casado no civil e não podia se divorciar para se casar novamente com ela. Na história de Manuela e Luiz aparece mais explicitamente um ideal de amor romântico, tanto no depoimento dele, quanto no dela. Nesse caso, a promessa de casamento aparece explicitamente, uma vez que ele chegou a expulsar a esposa de casa com os filhos para, aparentemente, casar-se com Manuela no civil. Na história de Valmira e Augusto, a motivação da conjugalidade também estava presente, uma vez que é possível que ela não soubesse que ele era casado e os dois quase chegaram a se casar no religioso após a pressão do pai dela. A história de Arlinda é a que mais destoa desse modelo, uma vez que é difícil

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

acreditar que ela desconhecesse o fato de Fernando ser casado como afirmou em seu depoimento, porque aparentemente esse era um fato notório. Ainda assim, o ideal da conjugalidade aparece em seu depoimento, no qual ela alegou ter sido seduzida através da promessa de casamento, provavelmente como uma estratégia de aparentar não estar fugindo ao padrão normativo de feminilidade.

Ao comparar os processos de rapto com os demais processos estudados, foi possível observar algumas peculiaridades em relação ao perfil das ofendidas, que possuíam algumas características em comum. Nesses processos, todos os representantes legais das ofendidas eram os pais, casados com suas mães. No conjunto dos processos analisados, há um percentual de 37,5 % de ofendidas representadas legalmente por suas mães, solteiras ou viúvas. Em oposição à tendência observada nos demais processos, nos de rapto, todas as ofendidas eram alfabetizadas e a maioria foi classificada como de cor branca (apenas Valmira foi classificada como morena). Embora algumas dessas semelhanças possam configurar simples coincidências, é possível deduzir que o fato dessas ofendidas viverem em famílias legalmente constituídas e fazerem parte de um grupo menos socialmente discriminado do que a maioria, pode ter contribuído para que os acusados tivessem optado por fugir com essas jovens, ao invés de simplesmente manterem com elas relações sexuais descomprometidas como nos processos de sedução. Com exceção de Fernando, que aparentemente desejava apenas viver uma aventura de alguns dias com Arlinda, os outros três acusados manifestaram a intenção de se casar ou viver em união consensual com as jovens raptadas, tendo dois deles abandonado a esposa com vistas a realizar esse intento.

Como mencionado anteriormente, a diferença de idade entre os casais nos processos de rapto é bem maior que nos demais e, pelo menos, duas dessas histórias são marcadas pela sedução de uma criança por um homem adulto e experiente, o que tornava aquelas relações profundamente assimétricas, para além das desigualdades de gênero. Valmira tinha 13 anos no período do rapto e Manuela, que tinha 15 anos, relatou que namorava Luiz há três anos. No caso de Célia, que tinha 16 anos no período do rapto, não foi possível saber com que idade ela teria iniciado a relação com Manoel e nem qual a idade dele. Embora o Código Penal de 1940 criminalizasse a relação sexual de um homem maior de 18 anos com uma menina menor de 14, como estupro por violência *ficta*, a ideia de pedofilia, atualmente criminalizada pela legislação e reprovada pela opinião pública, não possuía a mesma dimensão naquele contexto, uma vez que não era incomum que adolescentes se casassem com homens muito mais velhos. Nos depoimentos presentes nos processos de rapto, destaca-se a naturalização dessa assimetria, uma vez que as testemunhas se referem às ofendidas como mulheres adultas, perfeitamente responsáveis pelos seus atos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O pai de Valmira, por exemplo, só impediu o casamento religioso da filha com o acusado após saber que ele era casado. O pai de Manuela constitui a única exceção nesse sentido, uma vez que manifestou, de algum modo, uma revolta contra a sedução de sua filha considerando a assimetria citada: "Que a sua filha menor, púbere, Manuela, namorava com o Sr. Luiz [...] já há algum tempo, sendo a referida menor, de há muito, perseguida pela lábia e intenção criminosa do ofensor"[22].

A naturalização de uma grande diferença de idade entre o casal, sendo o homem sempre mais velho, é mais um dos elementos que compõe a armadilha do casamento, uma vez que a construção do estereótipo da solteirona, "como uma figura coercitiva que mantém as mulheres dentro do matrimônio" (MAIA, 2007, p. 188), contribuía para pressionar as jovens a se casar cedo. Em histórias contadas por mulheres mais velhas na região de Jacobina, é possível observar como esse terror moral exercia uma pressão sobre as mulheres. A ridicularização da solteirona, chamada popularmente de "moça velha"[23], se dava, entre outras coisas, a partir do uso da expressão "caiu no barricão", usada para se referir a moças que passavam dos 25 anos sem se casar (VASCONCELOS, 2007).

O ideal do casamento como a vocação suprema da mulher é complementado pelo ideal do amor romântico, caracterizado tradicionalmente como o amor tipicamente feminino, que exige o abandono de si em função do outro. Swain destaca que o dispositivo amoroso é um dos elementos que instituiu a imagem da "verdadeira mulher":

> O amor está para as mulheres o que o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem (SWAIN, 2006).

Anthony Giddens (1993, p. 48) estabelece uma distinção entre o amor apaixonado e o amor romântico, sendo que o primeiro resultaria da conexão entre amor e ligação sexual. Segundo o autor, "o amor apaixonado é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana com a qual, na verdade, ele tende a se conflitar", já o amor romântico, divulgado na Europa a partir do final do século XVIII, teria se desenvolvido como a forma de expressão afetiva mais relacionada ao ambiente familiar e doméstico,

22 JACOBINA. Processo de rapto consensual e sedução, nº 320. Arquivo da Vara Crime do Fórum Jorge Calmon – Jacobina-BA, 1957.

23 De acordo com Vânia Vasconcelos (2007, p. 177), em estudo sobre as mulheres em Serrolândia dos anos 1960 a 1990: "O termo faz uma referência ao significado de ser 'moça', quer dizer, virgem; a palavra moça, no sentido literal, significa mulher jovem, havendo assim uma contradição aparente no termo "moça velha".

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

orientado para um futuro previsto e limitado pelas relações conjugais. Considero, no entanto, que o ideal do amor romântico é marcado por um paradoxo porque, embora ele tenha sido construído como distinto do amor apaixonado, estando atrelado a segurança das relações conjugais, em muitas formas de expressão ele se manteve associado a um ideal de paixão intensa e desestabilizadora. Nesse sentido, o amor justifica que os amantes corram todos os riscos para viver seu romance e as proibições e dificuldades práticas que separam um casal alimentam ainda mais o desejo de estar junto.

Em alguns processos de rapto e sedução analisados na pesquisa, as ofendidas que se rebelaram contra a autoridade familiar expressaram, em depoimentos ou cartas, a crença de que a vivência do prazer sexual com o "homem amado" faria parte do caminho para o casamento e a tão sonhada felicidade. Essas adolescentes ousaram viver ardentemente suas paixões, arriscaram sua reputação, tramaram e manifestaram seus desejos eróticos, se rebelando, de algum modo, contra o modelo de feminilidade casta, doce e resignada propagado pelas camadas dominantes e relativamente compartilhado em seu meio social. Entretanto, no contexto em que viviam, o preço a pagar por essas insurgências costumava ser bastante alto, uma vez que a lógica patriarcal que privilegiava os homens concedia ao sexo viril um direito inquestionável à apropriação dos corpos femininos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *Rompendo os vínculos*, *os caminhos do divórcio no Brasil*: 1951-1977. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Geledés*. 6 mar. 2011. Disponível em:https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero. Acesso em: 6 jan. 2021.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1983.

MAIA, Cláudia. *A invenção da solteirona*: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890-1948). 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, 2007.

MUNIZ, Diva do Couto G. Proteção para quem? O código penal de 1940 e a produção da 'virgindade moral'. *Revista Labrys Estudos Feministas*, jan./jul. 2005. Disponível em: http://www.labrys.net.br/labrys7/liberdade/muniz.htm. Acesso em: 15 jan. 2021.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. *Tradições e Modernidade*: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

SWAIN, Tânia Navarro. *A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário*. Brasília: UNB, 2000. (Textos de História, v. 8, n. 1).

SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. *Revista Labrys Estudos Feministas*, 2006. Disponível em: http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/bresil/entre%20a%20vida%20e%20a%20morte.htm. Acesso em: 20 maio 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

VASCONCELOS, Tânia Mara P. *Educar*, *catequizar e civilizar a infância*: a escola paroquial em uma comunidade do sertão da Bahia (1941-1957). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2009.

VASCONCELOS, Tânia Mara P. *Sertanejas defloradas e Don Juans julgados*: relações sexoafetivas de mulheres pobres no sertão da Bahia (1942-1959). Salvador: Edufba; Eduneb, 2020.

VASCONCELOS, Vânia N. P. *Evas e Marias em Serrolândia*: práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990). Salvador: EGBA; Fundação Pedro Calmon, 2007.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

"EM CADA PEITO DA MULHER BRASILEIRA ESTÁ UMA CHAMA DE VEEMENTE PATRIOTISMO": a revista *Jornal das Moças* e o Estado Novo varguista[1]

Vitória de Almeida Machado[2]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

As análises acerca das mulheres na história podem projetar diversas interpretações, relações e correlações. De toda forma, é oportuno salientar que pensar sobre o papel das mulheres de maneira isolada dos seus contextos de atuação e de suas especificidades possibilita o risco de colocá-las à parte da história, deslocando-as de papéis e ignorando sua participação na sociedade.

Dentre as tantas formas existentes de estudar a história das mulheres, a representação feminina em revistas durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) foi a escolhida para este artigo. Acredita-se que entender como eram representadas viabiliza compreender questões políticas e sociais do período que se analisa via observação de padrões de representação. A gestão autoritária de Getúlio Vargas teve um discurso bem específico para e sobre elas. Assim, analisar a publicação escolhida permite verificar a relação das mulheres com a sociedade e com o regime em si, bem como o movimento contrário: a relação do regime para com elas.

Tendo em vista essas considerações, pretendeu-se analisar de que forma as mulheres brasileiras eram apresentadas e representadas na revista ilustrada semanal *Jornal das Moças*. O intuito foi perceber como o Estado contribuiu para tal representação feminina levada a cabo na revista, bem como, paralelamente, como a revista representava as mulheres. Essa investigação visou o entendimento de qual era o papel social das mulheres, suas funções, direitos, deveres, entre outros fatores que construíam o "ser mulher" no Estado Novo, de Getúlio Vargas.

A revista *Jornal das Moças*

A *Jornal das Moças* (JM), revista ilustrada do Rio de Janeiro, surge em 1914 e encerra suas atividades em 1965. Inspirada em modelos de magazines

1 O presente artigo é parte da dissertação de mestrado da autora defendida em 2018.

2 Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduada em História pela Faculdade Porto-alegrense (FAPA). Autora da dissertação *Para além de bordadeiras*: *a representação feminina nos periódicos Jornal das Moças e Modas e Bordados durante os Estados Novos (1937-1945)*. E-mail: vitoriamachado.historia@gmail.com.

ilustrados do século anterior que, por vez, inspiravam-se em modelos franceses, a revista tem sua primeira edição publicada em preto e branco. O uso de cores em algumas páginas ocorreu somente em 1934. Apesar do título do periódico ter a palavra "jornal", *Jornal das Moças* era uma revista[3], por isso, neste estudo, faz-se referência como a *Jornal das Moças*, devido à concordância implícita com a palavra revista. Assim, tem-se: a (revista) *Jornal das Moças*.

A JM se apresenta para a sociedade brasileira como diferente de outras revistas existentes no período. Em sua primeira edição, com uma modelo na capa, a revista – que custava 400 réis e podia ser assinada anual ou semestralmente – afirmava que as outras revistas e magazines existentes não se preocupavam com o real interesse das leitoras, justamente a sua preocupação. Afirmava ainda que as concorrentes não passavam de álbuns de fotografias de modas, que não se preocupavam com o "cultivo de espírito de nossas gentis patrícias", tampouco se ocupava dos conhecimentos mundanos. Nesses termos, a função da revista era deleitar o espírito da mulher brasileira[4]. A ideia de ser a única revista que auxiliava as mulheres, que trazia conteúdos que realmente interessavam às leitoras, que conseguia ir para além da moda pela moda, do consumismo, e que se preocupava com questões morais e com o prazer das leitoras, viabiliza construir a interpretação de que a propaganda da revista tentava trabalhar com conceitos mais subjetivos das leitoras. Se as outras revistas mostravam somente moda e estavam ligadas somente às questões estéticas, a revista *Jornal das Moças* preocupava-se também com questões relacionadas ao intelecto feminino e aos conhecimentos importantes para o dia a dia, tornando-se assim não somente uma revista de moda, mas sim uma conselheira das leitoras, necessária no cotidiano.

Anne Higonnet (1991) apresenta que as revistas voltadas para o público feminino ganharam popularidade a partir de 1830 e que, embora algumas fossem mais centradas em moda ou em afazeres domésticos, todas compartilhavam de uma fronteira da feminilidade tradicional. Para ela, as revistas, de modo geral:

> Com imagens e com palavras, defendem e louvam os valores ligados ao aperfeiçoamento cosmético, à heterossexualidade e à família. [...] As leitoras são exorteadas a melhorar a sua aparência física, a exprimir a sua individualidade, a gerir os seus lares de modo mais eficiente, mais econômico e com mais amor, e a triunfar sobre a adversidade. A leitora das

3 Para compreender como se dava a classificação entre revistas e jornais, Buitoni (1990, p. 17) explica: "[...] jornal para cadernos sem capa dura, impressos em papel mais barato, e revistas em formatos mais trabalhados – capa dura, miolo em papel melhor, geralmente com mais fotos. Não existe só essa diferença material: geralmente, o conteúdo é tratado de modo diverso. No passado, o termo revista relacionava-se mais com o conteúdo do que com o formato, pois, na prática, era difícil distingui-la dos jornais pelo aspecto visual".

4 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1914, ed. 1. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 29 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> revistas femininas é encorajada a dominar a sua situação pessoal – mas não a pô-la em questão (HIGONNET, 1991, p. 418).

Com isso, pode-se pensar que, apesar de tentar se mostrar de maneira diferente de outras revistas e magazines do período, a *Jornal das Moças* não modificou estruturalmente, com o seu discurso, o papel social estabelecido para as mulheres no Estado Novo porque ainda entendia as mulheres no viés de percepção tradicional, embora, segundo sua própria intitulação, tinha o escopo mais amplo que as publicações da época[5].

O periódico circulava em todas as capitais brasileiras, sendo, portanto, um dos principais veículos de comunicação para o público feminino. Com temáticas sobre decoração do lar, receitas culinárias, manutenção do casamento, sociedade e elite do Rio de Janeiro, noções de higiene, dicas de relacionamentos, a revista perpetuava o caráter conservador do período na representação das mulheres. Entre tantas informações apresentadas em sua tese, Almeida (2008) aponta que uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), em 1945[6], colocava a JM como a oitava revista mais lida no país. Dentre as revistas focadas no público feminino, ficava atrás somente da revista *A Cigarra*[7].

A *Jornal das Moças* tinha o corpo editorial formado majoritariamente por homens. Produzida pela oficina e editora de mesmo nome, Empresa Jornal das Moças – Menezes, Filho & C. Ltda, a direção e a edição eram de responsabilidade de Álvaro Menezes e Agostinho Menezes. O fato de ser uma revista dedicada ao público feminino sendo editada e dirigida por homens traz à tona a discussão acerca da importância do corpo editorial de um veículo de comunicação, pois é ele que dará forma à revista. Além da linha editorial, os anunciantes, as pressões políticas e o contexto político-econômico modificam, formatam e alicerçam os veículos de informação[8]. Quem faz determinada publicação? Para quem ela é direcionada?

5 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil/Jornal das Moças, 1914, ed. 1, s.n. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

6 Pesquisas anteriores não são localizadas, uma vez que o IBOPE fora criado em 1942.

7 Fundada em 1914, por Gelásio Pimenta, era quinzenal e trazia uma variedade grande de conteúdos, contando com a contribuição de intelectuais como Amadeu Amaral, Vicente de Carvalho, Olavo Bilac, Menotti Del Picchia, entre outros. Nos primeiros anos da década de 1930, Assis Chateaubriand comprou o direito da revista e passou a ser proprietário. Para maiores informações sobre a revista, indica-se: ALMEIDA, Jaqueline Moraes de. *Madames e mocinhas em revista*: corpo, gênero e moda em A Cigarra (1940-1955). 2015. Dissertação (Mestrado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.

8 "Verifica-se, assim, uma competição ideológica desigual, pois a mídia atua em grande parte no sentido de influenciar direta ou indiretamente o público para a manutenção, aprovação e reiteração da estrutura socioeconômica vigente". Isso advém, sobretudo, de seu caráter de empresa privada, cujo lucro é a principal razão de ser. A dependência dos anunciantes – grandes corporações industriais, financeiras e de serviço – e a vinculação de seus dirigentes a grupos políticos e econômicos submetem os meios de comunicação ao domínio da classe (GOULART, 1990).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Com uma média de 18 mil páginas entre os anos analisados (1937 a 1945), diversas propagandas foram publicadas. Entre elas, a esmagadora maioria se referia a cosméticos, remédios e boutiques. Buitoni (1990) explica que o sistemático processo de industrialização do país durante o Estado Novo desenvolveu o crescimento da publicidade e a ideia de utilidade passou a se referir a tudo que envolvesse o consumo para o lar. Como consequência, a revista passa a publicizar diferentes artigos para casa e objetos supérfluos tornam-se úteis. "As mulheres eram mostradas como estando completamente dependentes dos produtos comerciais para levarem a cabo as tarefas domésticas, atraírem os homens, educarem os filhos ou conseguirem aceitação social". (HIGONNET, 1991, p. 409).

De modo geral, a revista era consumida por um público com capital cultural[9] e econômico significativo. As publicidades nela presentes permitem considerar que as leitoras da JM possuíam condições de adquirir os produtos ofertados. Uma pesquisa feita pelo Censo Demográfico de março de 1951 mostra que 52% da população ainda era analfabeta[10]. Isso leva à dedução de que a parte letrada da população que tinha acesso à revista pertencia a uma elite. Entretanto, pode-se pensar também que eram utilizadas imagens, principalmente nas colunas de modas, apresentando moldes de roupas para justamente ampliar o acesso às demais camadas da população feminina: a não alfabetizada. Deve-se considerar que as mulheres analfabetas também consumiam tanto a revista quanto os produtos nela anunciados, daí a esmagadora maioria de publicidade ser feita de maneira ilustrada.

9 O mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos... os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos." (BOURDIEU, 1987, *apud* SILVA, 1995, p. 25).

10 Pelos dados do Censo Demográfico de março de 1951, a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. O Censo mostra mais: o número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Esse número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52%. (BOMENY, Helena. "A educação no segundo governo Vargas". Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao Acesso em: 19 de dezembro de 2021). Apesar da pesquisa se tratar do ano de 1951, é válido lembrar que a reforma de Capanema (reforma educacional que criou o ensino secundário e a reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil) ocorreu somente no ano de 1942. Portanto, a porcentagem de analfabetos da década de 1930 – 1940 não era muito diferente da porcentagem de 1950.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A relação entre o DIP e a revista *Jornal das Moças*

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 por Vargas, reunia todos os serviços de propaganda e publicidade do governo. O órgão organizava também as homenagens e promoções pessoais, tanto dos familiares do chefe de governo como também das autoridades de seu regime. Nesses termos, o DIP tornou-se órgão máximo de repressão de liberdade de expressão do período.

No Decreto nº 5.077 de 1939[11], que originou o departamento, foi apresentado que seus objetivos eram coordenar a propaganda nacional interna e externamente; organizar os serviços de turismo; fazer a censura do teatro, do cinema, dos esportes, do rádio, da literatura, da imprensa; estimular a produção de filmes educativos; colaborar para que a imprensa estrangeira divulgasse as informações consideradas pelo governo como corretas a respeito do Brasil; promover e organizar manifestações cívicas e festas populares com caráter patriótico e exposições sobre o governo[12]. O DIP pode ser pensado como o *modus operandi* do Estado Novo, como apresenta Silvana Goulart (1990), pois ele demonstrava como Vargas e seu governo posicionaram-se em relação à sociedade, à economia e à imprensa. Analisar a obra do DIP permite perceber que esse departamento foi usado como ferramenta para difusão do projeto político-ideológico estadonovista com a criação de uma base social legitimadora das propostas e das intervenções estatais, seja no âmbito privado ou público.

As atividades do DIP eram divididas em cinco: divulgação, rádio, teatro, cinema e imprensa. Cada uma com sua função estabelecida permitiam que o órgão desenvolvesse suas complexas tarefas. A divulgação tinha como atividades principais a explanação da opinião ideológica do governo e o combate a ideias "desviantes", como o comunismo[13]. A divisão do rádio, por sua vez, tinha como função principal levar à população brasileira e estrangeira notícias e informações sobre as atividades do governo em diferentes esferas. Além disso, fazia a censura de programas radiofônicos e era responsável pelo programa a

11 BRASIL. Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.) Rio de Janeiro, RJ, 1939. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 27 ago. 2021.

12 A obra de Maurício Parada *Educando Corpos e Criando a Nação- Cerimônias Cívicas e Práticas Disciplinares no Estado Novo* analisa a cultura cívica desenvolvida durante o Estado Novo a fim de promover a nação. Datas como Dia de Tiradentes, Dia do Trabalho, Semana da Pátria, Dia da Juventude, Hora da Independência, entre outras, são analisadas cada uma com seus temas e públicos próprios, criando assim uma nova cultura política guiando a nação para a modernidade desejada por Vargas.

13 O Estado Novo possuiu diversas políticas de combate à ideologia comunista e suas ramificações teóricas e valorativas. Indica-se a leitura de: MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Hora do Brasil[14]. Em 1942, a divisão de rádio já havia proibido 108 programas de rádio e 373 músicas, a grande maioria carnavalesca (LEVINE, 20021).

A divisão do teatro e do cinema ficava responsável pela censura ou autorização de filmes e peças teatrais em todo país e, também, tinha a incumbência de publicar no Diário Oficial a lista de filmes e peças censurados. A divisão tinha como intuito fomentar as empresas nacionais a produzirem filmes, o que levou à criação do *Cinejornal* brasileiro[15], que era distribuído em todo país com o objetivo de exibir temáticas nacionais. De importância singular, a divisão da imprensa, por sua vez, existia com o objetivo de censurar a imprensa e contava com uma estrutura que possibilitava ao DIP um acesso aos mais variados periódicos do período.

O controle dos meios de informação era tamanho que o jornal *O Estado de São Paulo* esteve vários anos sob controle do regime. Os jornais que andavam na contramão do governo tinham as tiragens queimadas e os diretores dos jornais eram pressionados pessoalmente para que publicassem o que era desejado pelo departamento (LEVINE, 2001). A liberdade de expressão pertencia ao passado. "O DIP foi, portanto, o resultado dessa tendência progressiva à qual correspondia à ascensão do autoritarismo e da centralização de poderes pelo Estado" (GOULART, 1990, p. 13).

No ano de 1940, a edição 1.282 da *Jornal da Moças* traz uma matéria falando sobre a extinção do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, juntamente com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, que ficaria sob a responsabilidade do jornalista e político Lourival Fontes até 1942. A criação do DIP foi elogiada na revista: "[...] ninguém pode negar o acerto do Sr. Getúlio Vargas criando o novo Departamento a que ficam desde já afetos os serviços de Imprensa, Divulgação, Turismo, Rádio, Cinema e Teatro"[16]. A figura de Lourival Fontes era conhecida no período por sua atuação política e também foi colocada como uma escolha certeira, conforme citação da época:

14 Vargas utilizou frequentemente o programa radiofônico para se comunicar com a população. Levine (2001) apresenta que as datas mais importantes, como o 1º de maio e o 7 de setembro, ganhavam atenção especial do governante. A *Hora do Brasil* era um compilado de informações, notícias, música, dicas de educação para os filhos, trabalho e qualquer assunto que fosse do interesse do regime.

15 Nos anos de 1930 e 1940, o cinema era uma atração extremamente forte no Brasil, em especial para as classes mais abastadas. Era também a partir do cinema que a população recebia notícias, informações, tendências de outros países, sendo os Estados Unidos o país com mais destaque e sobre o qual a população brasileira tinha mais curiosidade e interesse. O cinema e a música estadunidense se faziam constantes no cotidiano do país. É também a partir do cinema que o Brasil vai ser "apresentado" ao resto do mundo, principalmente com a figura de Carmen Miranda. Para maior compreensão da relação do Brasil com os Estados Unidos a partir do cinema, da identidade nacional e da figura de Carmen Miranda, indica-se: GARCIA, Tânia da Costa. *O it verde e amarelo de Carmen Miranda*. São Paulo: Annablume, 2004.

16 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1940, ed. 1282, p. 55. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Foi igualmente feliz a escolha do Sr. Lourival Fontes, em face não só da sua brilhante folha de serviços prestados ao Estado e ao regime, como ainda das grandes faculdades intelectivas e da invejável capacidade de trabalho que o inculcam como o homem talhado – poder-se-ia dizer sob medida – para aquele posto de confiança, no qual muito se pôde esperar do seu largo descortino e das múltiplas reservas do seu talento privilegiado[17].

A imprensa era controlada pelo Estado através do DIP. A revista em análise, por sua vez, tinha estabelecido em sua política editorial um veículo de propagação ideológica, mesmo não sendo estatal. Sabe-se da existência da diferença significativa entre acatar a censura estatal e propagar as ideias de um regime. Afirma-se que a revista possuía uma propagação ideológica pelo fato de veicular, em diversos momentos, matérias com exaltação à figura de Vargas e seu regime. Como o Estado Novo era caracterizado pelo controle das informações que a população recebia, assegurando o domínio cultural do país, o controle social, as publicações permitidas estavam, nas entrelinhas, salvaguardadas pelo controle de repressão. Isso significa dizer que suas publicações estavam dentro dos parâmetros exigidos pelos órgãos de censura da época – o que implica um recorte seletivo das informações às quais o público tinha acesso, haja vista a circulação dos conteúdos permitidos pelo Estado.

Uma das principais funções do DIP era o culto à personalidade de Vargas e à construção de sua figura no imaginário social. É durante a direção de Lourival Fontes que a expressão "pai dos pobres" veio a público e o departamento fazia extensa propagação desse apelido a fim de consolidar a imagem de Vargas, aumentando a aceitação da população ao regime. Getúlio se esforçava de maneira singular para desenvolver técnicas que permitissem a aproximação com a população. Dentre as utilizadas, as expressões e o modo de falar foram os mais trabalhados pelo governante. Com um caráter paternalista, suas falas eram breves e de fácil compreensão. Os discursos escritos pelos seus redatores eram também controlados por Vargas, a fim de que houvesse linearidade no mesmo objetivo: comunicar-se com as massas. Getúlio modifica sua maneira de falar, troca o sujeito "nós" pelo "eu" com a ideia de eliminar qualquer intermediário entre ele e o povo. A fala era direta: ele e o povo eram um só (LEVINE, 2001).

É importante lembrar-se que, durante o Estado Novo, Vargas utilizava escolas como projeto de nação, como divulgação e legitimação do regime. Isso ocorreu com suporte do ministro da Educação à época, Gustavo Campanema. A esse respeito, Maria Helena Capelato reforça a ideia da educação como propaganda política, pois:

17 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1940, ed. 1282, p. 55. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom (CAPELATO, 2010, p. 123).

A representação que a revista faz de Vargas vai se mostrar constantemente favorável ao regime. Na mesma edição supracitada, a educação era apresentada como fonte de problemas, mas que o presidente estaria apto a resolver. "Temos frisado, em comunicados anteriores, a especial atenção que o presidente da República dispensou, sempre, aos problemas educacionais do País"[18].

A *Jornal das Moças* estava também engajada nessa tarefa. Em todas as edições analisadas, as fotos de Vargas em sua maioria são em inaugurações de obras públicas e eventos sociais, reforçando a imagem de "homem que faz". A representação do presidente próximo ao povo poderia ser uma tentativa de aproximar o "Chefe da Nação" da população[19].

A historiadora Silvana Goulart menciona em seus trabalhos a importância do DIP e da imprensa para a construção de valores para a sociedade brasileira. Segundo ela:

> Por intermédio do DIP, e usando os recursos de manipulação da informação, o Estado construiu um sistema de valores a serem incorporados pela sociedade e introjetados na consciência popular. O aparelho estatal, por sua vez, imbuído de uma função ética, visava elevar a população a um nível intelectual e moral que correspondesse ao avanço da industrialização e da urbanização. Nessa tarefa, o DIP exerceu uma função educativa e pedagógica: buscou inculcar na população um modo de ser, um padrão de comportamento público e privado em que o produtivismo se destaca como um dos principais valores a serem incorporados (GOULART, 1990, p. 20-21).

Entende-se que a revista não estava fora desse padrão de ser uma guia de comportamentos requeridos pelo plano de Estado. Como o público-alvo da *Jornal das Moças* era massivamente o feminino, as mulheres consumiam entretenimento, moda e comportamentos anteriormente selecionados.

18 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1938, ed. 1177, p. 6. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

19 A expressão "chefe da nação" foi utilizada muitas vezes nas edições analisadas ao se referir a figura de Getúlio Vargas.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

As mulheres

As mulheres do Estado Novo varguista tiveram que lidar com um projeto pedagógico em que o intuito era, principalmente, o retorno para o espaço privado: o lar, onde elas poderiam servir à família e, consequentemente, servir à nação. Ao se ocuparem com os problemas domésticos estariam distantes do contexto político e social. Enquanto mãe, esposa e educadora, as suas funções passaram a ficar, cada vez mais, distantes das atividades masculinas. O discurso autoritário e conservador só reforçava a ideologia dominante em que a mulher ideal era a mãe beatificada, esposa dócil e filha obediente. Como apontam Maluf e Mott:

> Baseado na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera privada, o discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar,e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã (MALUF; MOTT, 1998, p. 374-375).

Para compreender o regime de Vargas, é necessário ter clareza de que ele ia além do caráter político e econômico. O autoritarismo que se espraiava também no espaço privado uma vez que conduzia moralmente homens e mulheres.

O conceito de autoritarismo, trabalhado por Lamounier (2006), se apresenta como uma ideologia de Estado que dá legitimidade a autoridade do Estado a fim de tutelar a sociedade, uma vez que o chefe do regime, acredita que a mesma não tem capacidade de se organizar sozinha, necessitando, assim, de uma tutela. Essa ideologia de Estado é pensada de maneira orgânica, ou seja, cada setor da sociedade possui uma função, como um corpo humano. Com isso, essa diferenciação dos grupos, profissões e classes faria existir uma harmonia social. Porém, nessa visão organicista, se faz necessário um cérebro da sociedade e esse cérebro seria o Estado. No regime varguista, a figura do Estado se confunde com a figura do chefe de Estado, que era visto como a personificação do Estado, do governo e do regime.

A educação também passou por modificações, ensejadas pelo regime autoritário. Um exemplo disso foi quando o ministro da Educação do Estado Novo, Gustavo Capanema, devido à sua proximidade com o pensador católico Alceu de Amoroso Lima, formou uma aliança no intuito de "reeducar" a sociedade. No que diz respeito às mulheres, o discurso possuía um caráter extremamente conservador. Elas seriam como coadjuvantes do universo masculino. Deveriam focar-se no lar, no marido, nos filhos e em amenidades do universo feminino. Nas palavras de Schwartzman:

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Os tempos de reforma ocorriam simultaneamente aos da ação, mas consistiam, basicamente, na elaboração de um grande painel de normas, regulamentos e projetos para a reformulação total do sistema educacional do país. Era aqui, mais do que em qualquer outra área, que o pacto do Ministério da Educação com a Igreja se revelava com toda sua força (SCHWARTZMAN, 1984, p. 73).

Com o golpe de 1937 e com a criação do Estado Novo, pode-se levar a crer que, já que um novo governo começava a existir, as estruturas sociais poderiam mudar. Porém, as velhas oligarquias e elites permaneceram no poder, de maneira mais burocrática e autoritária. Por óbvio que essas mesmas oligarquias e elites fizeram com que o espaço das mulheres fosse ainda mais limitado e sua participação política e social mais restrita. As conquistas femininas da década de 1920 sofreram um esfacelamento com as políticas varguistas já que "a incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços" (SAMARA, 1986, *apud* NAHES, 2007, p. 34). A revista *Jornal das Moças* corroborava com esse discurso. Além de dicas de beleza, moda e noções sobre como cuidar do lar ou ser uma boa mãe, o discurso favorável ao regime varguista era presenciado em diversos momentos.

Uma das características marcante do regime era o forte nacionalismo e a JM ensina as mulheres a como contribuir para o progresso do país moderno que o Brasil está se tornando graças ao regime autoritário. Na edição 1.238, o nacionalismo era exaltado ao afirmar: "Em cada peito da mulher brasileira está uma chama de veemente patriotismo, pronta a se inflamar e propagar ao primeiro momento. E esse momento chegou!"[20].

Na edição 1.316, o Dia do Soldado teve destaque de três páginas com diversas fotografias e exaltações ao presidente. A primeira imagem de Vargas é ao lado do general Eurico Gaspar Dutra, na época, ministro de estado da Guerra, assistindo ao desfile. Mais 11 fotografias compõem a matéria alusiva ao regime, dessas, Vargas está presente em sete[21].

Na mesma edição há uma matéria, assinada por Heitor Alves: "Ser brasileiro é amar, honrar e defender o Brasil!". Há uma página completa exaltando a nação brasileira e suas paisagens: "quer vivendo no [inelegível] Amazonas, quer nas planícies gaúchas deveriam todos ter o mesmo sentimento de

20 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1940, ed. 1238, p. 11. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

21 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1940, ed. 1316, p. 19-21. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031 Acesso em: 27 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

sinceridade". É apresentado que existem dois tipos de brasileiros: o primeiro que tem alma e sentimentos nacionais e o segundo tipo que se "vende barato". A condição de ser um brasileiro de verdade se dá, segundo a publicação, a partir do sentimento nacional que a pessoa carrega consigo. "E destes milhões de homens esparramados pelo nosso solo e que se dizem brasileiros, poucos o são em realidade, poucos o são em comunhão de espírito e de ideias!"[22]. A exaltação à nação brasileira e à capacidade de Getúlio fazer o "novo Brasil" aparecem em diversos momentos e a exaltação ao regime varguista também.

O espaço social das mulheres era o privado. Não se pretende assim dizer que elas não poderiam frequentar espaços públicos, porém sua atuação enquanto cidadã se dava no privado, ou seja, no âmbito de suas casas. Elas frequentavam clubes e eventos sociais, mas sempre com a função de coadjuvante. Sempre acompanhadas dos cônjuges. O espaço de atuação das mulheres era o lar. Era no lar que elas poderiam contribuir para o país, conforme apontam Maluf e Mott:

> O dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las com sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais (MALUF; MOTT, 1998, p. 373).

A revista publicava diversas fotografias de eventos da elite e, dependendo do evento, o número de mulheres que apareciam poderia ser maior ou menor. Exemplo disso se vê na edição 1.240, em que há fotos de um almoço oferecido no Jockey Clube brasileiro para a Comissão Interamericana de Arbitragem[23]. Nessa ocasião, só aparecem homens. Na mesma edição, há matéria informando de uma conferência sobre Luiz de Camões, poeta português, na Sociedade Científica Supermentalista Tattwa Nirmanakaia. Nessa menção, aparecem diversas mulheres já que a literatura possuía diversos espaços na JM[24].

As profissões consideradas femininas eram sempre uma extensão do lar ou estavam relacionadas ao caráter inerente de ser cuidadora. Assim, muito se lia sobre professora ou enfermeira: o cuidado com o outro. Essas profissões eram focalizadas porque se acreditava que o instinto materno faria das

22 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1940, ed. 1316, p. 59. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

23 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1940, ed. 1.240, p. 24. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

24 *Ibidem*, p. 24.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

mulheres melhores profissionais nessas áreas. “Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)” (KERGOART, 2009, p. 67).

Evidentemente, existiam outras formações que as mulheres estavam incluídas, entretanto a área da educação e da saúde possuía maior proeminência na escolha profissional. Se o espaço privado era o lar, o espaço público deveria ser uma continuidade dele. “A imagem da mãe-esposa-dona de casa como principal e mais importante função da mulher correspondida àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa.” (MALUF; MOTT, 1998, p. 374).

Nas fotografias de formatura em universidades, as publicações da JM deixavam ver essa predominância de gênero em relação ao curso escolhido. Em engenharia, medicina e direito, por exemplo, pouquíssimas mulheres constavam nas fotografias. Nas formaturas de enfermagem e magistério, pelo contrário, somente havia mulheres. Em um cenário em que o acesso ao ensino superior era limitado para a maior parte da população brasileira, as mulheres, por sua vez, tinham menos acesso ainda.

A *Jornal das Moças* afirma que as mulheres que mantivessem a direção do seu lar desde quando se levantassem até a hora de dormir sofreriam muito menos. A “autoridade no governo doméstico” possibilitaria que tudo estivesse em ordem e ocorresse dentro do tempo correto. A revista indicava que as mulheres deveriam ser delicadas com as empregadas para poder exigir o mesmo tratamento “com autoridade”. Porém, reforça que não deveriam permitir a intimidade demasiada, mas cuidando para não ser severa e, com isso, deixar de receber um sorriso de suas serviçais.

A revista ainda salienta a questão da idade: deveria ser sublinhada a questão da faixa etária e sua relação com a experiência em todas as atividades da casa. Moças muito jovens cometiam muitos erros, mas poderiam ser perdoados justamente em razão de seu aspecto incipiente frente ao contexto. Além de alertar, a revista ressalta que a observação deveria ser constante e delicada para que fosse visto como um conselho e não uma reprovação. “Devem as donas de casa despertar a confiança de suas empregadas”[25].

Pode-se considerar que o público principal do periódico, como dito anteriormente, era a elite, uma vez que era essa a classe social que poderia ter empregadas domésticas. É possível perceber dicas e conselhos para mulheres que possuíam funcionárias, assim como é possível perceber conselhos da

25 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1940, ed. 1316 p. 62. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

rotina de casa para mulheres que faziam as tarefas domésticas. Assim, diversas mulheres estariam englobadas nesse discurso. "Se a mulher cuidava da casa, e casa significava todo um saber prático, era natural que os periódicos femininos dedicassem muito espaço a conselhos, receitas e procedimentos" (BUITONI, 1990, p. 73).

Corroborando com a ideia de um discurso de esposa exemplar, a revista publica, em 1939, na edição 1.256, a seguinte matéria:

> Como agradar o seu esposo. Após um dia cheio de trabalho extenuante e intenso, procura o seu esposo a paz do seu lar para recuperar as energias despendidas na luta pela vida. Encontrando em casa uma esposa sadia e alegre que, entre caricias, o vai receber á porta, ele se sente feliz e abençoa os esforços e os sacrifícios que faz pela manutenção de sua família. Infelizmente, porém, muitas esposas, ao invés de receberem alegres e felizes os seus maridos, mostram-se indiferentes, frias e até mesmo irritadas e nervosas. E daí a pior de todas as consequências: os mal-entendidos, as discussões e afinal a infelicidade! Seja a senhora uma boa esposa. Aprenda a agradar o seu marido! Saiba que o nervosismo, a irritação, o mal-estar, as dores pelo corpo, que começam fazer da senhora uma esposa neurastênica e infeliz resultam do mau funcionamento dos seus órgãos femininos. Não descuide. Evite as terríveis moléstias do seu sexo, mantenha sempre sãos e normais os seus órgãos[26].

Neste sentido, entendemos aqui que os meios de comunicação utilizam da violência simbólica para reproduzir o sistema patriarcal que coloca a mulher em posição de subalternidade e inferioridade feminina. Isso significa a identidade feminina sendo alicerçada a partir da ideia de servir ao homem e a casa. Assim, alguns autores, retomando a tese de Bourdieu, afirmam que:

> [...] a construção da identidade feminina teria se pautado na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; o que corresponderia a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal (CHARTIER, 1995, p. 40-44, *apud* SOIHET, 2008, p. 198).

26 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1939, ed. 1.256 p. 73. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Pensar o poder que os veículos de comunicação possuem e o quanto seu discurso midiático é inserido explícita e implicitamente na sociedade faz remeter a Barthes (1987) na obra *Mitologias*. O autor afirma que o discurso midiático é decorrente de ideologias e de relações sociais de dominação. Ao utilizar a ideia de discurso como ideologia e relações sociais de Barthes, pode-se constatar que a violência simbólica afeta o tecido social no momento em que uma dominação, nesse caso masculina, é legitimada a partir de diversos aparelhos, tais como o são os representativos da imprensa feminina da década de 1930 e 1940. A desigualdade de gênero se faz notória em diferentes matérias da revista em questão e, a partir delas, percebe-se a violência simbólica.

Em 1938, a edição 1.178 apresenta uma matéria sobre a recusa das mulheres e como devem lidar com essas situações. Além de sugerir certo comportamento das leitoras, a revista encoraja que elas se posicionem de um modo que hoje seria visto como submisso e de aceitação. Desconsiderando a possibilidade de livre-arbítrio das mulheres, a revista indica o seguinte:

> RECUSAS. A boa mulher não alcança a boa fama somente por ser boa, senão em parecê-lo, por isso que maior dano causa à honra das mulheres as suas desenvolturas e liberdades do que as maldades secretas. Toda recusa a um não comparecimento a uma reunião deve ser enviada com antecipação suficiente, salvo quando tratar-se de uma enfermidade ou um motivo de força maior ou qualquer outro impedimento imprevisto. É corresponder a uma gentileza com outra gentileza; do contrário, revelar-se-ia o deliberado propósito de negar-se, produzindo a desculpa formulada a última hora um efeito deplorável[27].

Em 1940, na edição 1.289, a seguinte matéria foi publicada:

> Pouco a pouco vão ficando postergadas as manifestações de ternura e de carinho. A vida vertiginosa das grandes cidades, onde se multiplicam os meios de atrair a economia alheia a troco de falsas diversões para os quais se confeccionam, sob um véu ridículo a indumentária a mais grotesca e de custo vultoso, esta colocando atrás, em segundo plano, o amor maternal. Com exceções raríssimas, a mulher que é mãe, não esquece uma só das compras que vem fazer na cidade paras satisfação de sua vaidade, mas quase sempre se esquece da farinha alimentícia de que necessita seu filho que a espera em casa. A carteirinha de cigarros

27 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1938, ed. 1.178, p. 60. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> cabe em sua bolsa, que fica sem lugar para o pacotinho de balas. E algumas bolsas já carregam até um pequeno revólver[28].

A maternidade imposta às mulheres e as obrigações cobradas pela revista representam um discurso do período em análise. A mãe cuidadosa, responsável pela prole, estava sempre em pauta. A edição citada possui 76 páginas e em nenhuma a palavra pai é escrita. A obrigação de cuidado com os filhos se torna inteiramente de responsabilidade da mulher e a divisão das tarefas de casa era conceito não existente nas publicações.

É notória a ideia da inserção e quase uma obrigatoriedade de a mulher estar presente no espaço privado e pouco no espaço público. Pode-se pensar que o contato físico, o carinho e a ternura são exclusividade feminina. Que sentimentos "frágeis" deverão vir somente das mães, visto que a função social dos homens-pais seria a de prover o bem-estar da família. Essa ordem social, como apresenta Bourdieu, legitima a dominação masculina e o caráter sexista da revista estudada. Segundo o autor:

> A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, a distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia e de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta (BOURDIEU, 2005, p. 18).

A revista e o teor de suas publicações seguiam o próprio Estado varguista no incentivo à construção familiar tradicional. A Comissão Nacional de Proteção da Família, criada em 1939 por Capanema, tinha como função principal proteger a família em sua estrutura tradicional (SCHWARTZMAN, 1981, p. 71). Ademais, tinha a função de facilitar a realização do casamento, ampliar o conceito de família, promover a aquisição da casa própria, amparar a maternidade, infância e adolescência, informar sobre proteção aos filhos ilegítimos, dar preferência aos pais em empregos públicos, entre outros. Schwartzman (1984) afirma que o Estado Novo considerava a família vulnerável e sob constante ameaça da corrupção. Era, então, necessária a tutela do Estado varguista a fim de que isso não ocorresse.

A Comissão Nacional de Proteção da Família modificou diretamente a vida das mulheres. É sabido que o conceito de cidadão no Estado Novo era o de trabalhador. A valorização do trabalhador formal era constante durante o regime. Capelato apresenta que:

28 Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. *Jornal das Moças*, 1940, ed. 1289, p. 64. Digitalizado. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031. Acesso em: 27 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> O regime alardeava os benefícios da nova cidadania introduzida pelo regime – a cidadania do trabalho. Era considerado cidadão quem trabalhava, e a carteira de trabalho assinada era o documento de identidade mais importante. No entanto, o número de desempregados era muito alto; estes se sentiam, além de marginalizados do mercado de trabalho, excluídos da condição de cidadania (CAPELATO, 2010, p. 122).

Assim, as mulheres estariam excluídas da categoria de cidadão. Para Schwartzman:

> O Estado adotará medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da conveniência familiar (SCHWARTZMAN, 1984, p. 72).

Se legalmente as mulheres podiam se inserir no mercado de trabalho e ter uma independência econômica, na prática a realidade era outra. O discurso da presença das mulheres no espaço privado que se fez presente durante todo o Estado Novo, circunscrevendo-a no espaço privado, era também uma questão moral. Os preceitos morais da *Jornal das Moças* e do Estado Novo ficam claros no momento em que um julgamento é feito às mulheres que não cumprem com as normas sociais estabelecidas.

Considerações finais

Considera-se que a revista representava somente uma parte da população feminina do Brasil, uma vez que não englobava as tantas particularidades que as mulheres tinham, sejam físicas, sociais, econômicas, culturais, pois, ao fim e ao cabo, a publicação trabalha com um universal de público, não contemplando especificidades. De toda forma, essa revista foi importante para a camada feminina durante várias décadas. É complexo analisar a recepção, mas, como já dito, pode-se afirmar que uma revista que durou dezenas de anos foi vista como representativa pelas mulheres.

Não se pretendeu, na presente pesquisa, afirmar que as mulheres brasileiras que consumiam a revista e se posicionavam da forma como o regime esperava assim o faziam por submissão. Acredita-se que, ao compartilhar de uma mesma cultura política, é possível que elas concordassem com essa forma de pensar. Optando, portanto, em obedecer ao papel social delimitado pelo regime. Ao colocar em pauta a revista *Jornal das Moças* e ao abordar parte do contexto que as integrava, procurou-se, ainda que de maneira singela, dar a

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

devida voz a essas mulheres. Demonstrá-las para além das modas e bordados. Inteirar-se de que eram moças enquanto agentes históricas de importância singular para a compreensão das relações de poder e sociais, que se deram durante períodos obscuros da história.

Trazer à luz seus perfis é oportuno na tentativa de que nunca mais as mulheres estejam no silêncio histórico. "Nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais" (PERROT, 2007, p. 16).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nukácia Meyre Araújo de. *Jornal das moças*: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945). 2008. Tese (Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo:o que trouxe de novo? *In*: FERREIA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida das Neves. *O tempo do nacional-estatismo*: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero; Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira, 1990.

HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres no ocidente*: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. *In*: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*: o Brasil republicano, sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. t. 3.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres*?: o Brasil e a Era Vargas. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. *In*: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v. 3. .

NAHES, Semiramis. *Revista FON-FON*: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007

SCHWARTZMAN, S. A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 37, p. 71-77, maio 1981.

SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

SOIHET, R. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 191-207, 2008.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE AS MULHERES NA PANDEMIA DE COVID-19 OU DISTOPIA E UTOPIA NO CENÁRIO ATUAL: história das mulheres entre passado e futuro

Andréa Casa Nova Maia[1]

Quais são as consequências dessa pandemia no que diz respeito à reflexão sobre igualdade, interdependência global e nossas obrigações uns com os outros? O vírus não discrimina. Poderíamos dizer que ele nos trata com igualdade, nos colocando igualmente diante do risco de adoecer, perder alguém próximo e de viver em um mundo marcado por uma ameaça iminente. Por conta da forma pela qual ele se move e ataca, o vírus demonstra que a comunidade humana é igualmente precária. Ao mesmo tempo, contudo, o fracasso por parte de certos Estados ou regimes em se prepararem adequadamente de antemão (os EUA talvez sejam agora o membro mais notório desse clube), o fortalecimento de políticas nacionais e o fechamento de fronteiras (atitude muitas vezes acompanhada de xenofobia panicada), e a chegada de empreendedores ávidos para capitalizar em cima do sofrimento global, tudo isso afeta a velocidade com a qual a desigualdade radical – o que inclui nacionalismo, supremacia branca, violência contra mulheres e contra as populações queer e trans – e a exploração capitalista encontram formas de reproduzir e fortalecer seus poderes no interior das zonas de pandemia. Isso não deve ser surpresa nenhuma.
(BUTLER, 2020, p. 60)

Introdução

Este texto não é um capítulo acadêmico no sentido *lato*. Ele é um ensaio. Você poderá notar uma característica oral na narrativa. Quando a professora

1 Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais; mestre em História pela UFMG; doutora em História pela Universidade Federal Fluminense; pós-doutorado em História pela UFMG; professora de História do Brasil Republicano e História da Arte da Universidade Federal do Rio de Janeiro; presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), gestão 2020-2022; autora de História oral do movimento docente da UFMG (APUBH, 1998); Encontros e despedidas: história de ferrovias e ferroviários de Minas Gerais (ARGVMENTVM, 2009); Waldir dos Santos, o sambista operário. História de uma mina de ouro no tempo de Vargas (GRAMMA, 2019); organizadora de Recortes do Feminino. Cristais de memória e História de Mulheres nos arquivos do Tempo (TELHA, 2020), dentre outros livros e artigos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Karla Carloni me pediu para escrever um capítulo para este livro com base na minha fala para o *Mulheres no Brasil Republicano*[2], estávamos em quarentena. Era novembro de 2020. Hoje, quando escrevo, em julho de 2021, não pude evitar o contexto. Somos mais de 525.000 mortos no Brasil. E tem muita morte e violência contra mulher acontecendo enquanto escrevemos estas linhas de reflexão histórica.

A ideia impressionista colocada por Judith Butler em fevereiro de 2020, destacada no início deste artigo, foi amplamente demonstrada em números e me fez mudar o "rumo da prosa". A vacinação começou apenas em janeiro de 2021 e ainda não conseguiu atingir nem a metade da população. Estão sendo aplicadas as seguintes vacinas: *Fiocruz*/*Oxford*/*Astrazeneca*, *Butantan*/*Sinovac* e *Pfizer*/BioNTech. E outras, como a russa *Sputnik V*, a *Moderna* e a *Janssen*, estão chegando lentamente aos postos de vacinação.

No entanto, as notícias diárias sobre a falta de vacinas em vários centros de saúde do país geram um sentimento de fragilidade, insegurança e profunda angústia. Talvez a angústia maior esteja na constatação que Judith Butler (2020) aponta em seu artigo: a desigualdade foi posta em evidência com a pandemia. Embora o vírus tenha parecido não discriminatório, quem mais sofreu foram os mais pobres, os mais vulneráveis. A pandemia explicitou para o mundo a desigualdade, a pobreza foi exacerbada e as populações negras, periféricas e, sobretudo, as mulheres foram os grupos mais atingidos.

A população negra, pobre e vulnerável é a que mais morre em decorrência do vírus e da necropolítica do Estado brasileiro. O primeiro caso de morte por covid-19 registrado no Rio de Janeiro foi o de uma *empregada doméstica negra*, que foi infectada pelos patrões que acabavam de chegar da Europa. Esse é só um exemplo entre vários, como outro caso de morte, logo no início da pandemia, em que um garçom morador de uma das maiores favelas do mundo, a Rocinha, também foi vítima da doença.

Segundo o Instituto Pólis, na capital do estado de São Paulo – com população de 6,7 milhões de pessoas –, quando é realizada uma análise englobando gênero e raça/cor, a taxa de mortalidade padronizada de homens negros chega a 250 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto a taxa para brancos é de 157 mortes a cada 100 mil. Entre as mulheres brancas, a taxa foi de 85 mil óbitos

2 *Mulheres do Brasil Republicano* é uma série de palestras organizadas por integrantes do grupo de pesquisa Brasil Republicano – Pesquisadores em História Cultural e Política (BR-PEHCP), formado pelos Professores Jorge Ferreira, Karla Carloni, Laura Maciel, Lívia Magalhães e Renato Coutinho, todos do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Também integram o grupo, na qualidade de Pesquisadores Associados, Professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Salgado de Oliveira e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Igualmente participam estudantes de graduação e pós-graduação – níveis mestrado e doutorado.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

por 100 mil habitantes e, para mulheres negras, o indicador subiu para 140 mortes por 100 mil. O Plano Nacional de Imunização para a covid-19 iniciou vacinando idosos e pessoas com comorbidades, além de profissionais das forças armadas. Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Pólis, a organização da vacinação por faixa etária pode ser considerada racista e elitista, visto que a maior disponibilidade de vacinas se encontra nos centros ou nos bairros de elite ou que passaram por processos de gentrificação recente. A população periférica, em sua maioria negra, que não teve seu trabalho interrompido por conta do vírus, a exemplo das empregadas domésticas, se expõe diariamente ao risco, sofrendo com a falta de vacinas e acesso a elas[3].

Além disso, é preciso destacar, no contexto brasileiro, os grupos indígenas e quilombolas. Segundo dados do Ministério da Saúde, até junho de 2021, 82% de toda a população indígena do Brasil – 408.232 pessoas – receberam a primeira dose, enquanto 71% receberam a segunda. Acontece que existem problemas com a vacinação de indígenas que se encontram nas grandes cidades e não estão isolados em territórios demarcados. Os quilombolas enfrentam dificuldades parecidas. Há uma expressiva subnotificação dos casos de mortes dessa população, visto que as secretarias municipais utilizam critérios duvidosos para contabilizar os casos. Segundo dados da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), até o momento, temos 5.392 casos confirmados e 277 óbitos. Dados do Ministério da Saúde informam que 530 mil quilombolas foram vacinados até o momento, mas pouquíssimos receberam a segunda dose. Imaginem as mulheres negras quilombolas![4]

Outros grupos em vulnerabilidade que merecem destaque são os refugiados e imigrantes, muito presentes nas periferias das metrópoles brasileiras. Na página online do Ministério da Saúde que fornece informações sobre os grupos vacinados não constam esses grupos[5]. Alguns estados brasileiros se encarregaram da vacinação desses grupos, como o Piauí, onde foi preconizada a vacinação de 100% dos imigrantes venezuelanos que se encontravam em abrigos mantidos pela prefeitura[6]. Os refugiados sírios instalados em São

3 BOEHM, Camila. Mortalidade por covid-19 é maior entre população negra em São Paulo. *Agência Brasil*, São Paulo, 28 ago. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/mortalidade-por-covid-19-e-maior-entre-populacao-negra-em-sao-paulo. Acesso em: jul. 2021.

4 BRASIL. Ministério da Saúde. COVID-19 Vacinação Doses Aplicadas. Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/DEMAS_C19Vacina/DEMAS_C19Vacina.html Acesso em: jul. 2021.

5 PAGNO, Marina. "Entenda a ordem de vacinação contra a covid-19 entre os grupos prioritários". *Governo Federal*, 28 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/entenda-a-ordem-de-vacinacao-contra-a-covid-19-entre-os-grupos-prioritarios. Acesso em: jan/2022.

6 ROMERO, Maria. Piauí vai vacinar idosos, policiais e bombeiros; capital vacina imigrantes venezuelanos. Piauí, 3 de abril de 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/04/03/teresina-vai-vacinar-venezuelanos-e-garantir-2o-dose-a-idosos-policiais-e-bombeiros-tambem-serao-vacinados.ghtml. Acesso em: jan. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Paulo sofreram com o *lockdown* realizado na cidade e, a partir disso, tiveram que trabalhar com aplicativos de entrega de comida (*Ifood*, *UberEats*, *Rappi etc*.). Conseguiram se organizar num momento de incerteza e encontraram novos meios de sobrevivência. Porém, grande parte do grupo ainda não foi vacinado por conta da sequência cronológica de vacinação preconizada pelo Ministério da Saúde. Não há como mensurar o acesso à vacina desses grupos. Em São Paulo, também encontramos refugiados haitianos. Segundo dados organizados pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e pelo Observatório das Migrações em São Paulo[7], de 2004 a 2020, 31 mil haitianos registraram sua entrada no estado. Um dos trabalhos realizados por esse grupo é o comércio de rua, onde procuram vender mercadorias a baixo custo, como roupas e objetos eletrônicos. Entretanto, enfrentam diariamente a repressão policial que, ao fiscalizar as ruas, recolhe suas mercadorias, sua única forma de trabalho e sobrevivência. Quantas mulheres imigrantes e refugiadas em situação de vulnerabilidade somam-se nesses números?

A pandemia aumentou significativamente o número de trabalhadores informais. Não só os imigrantes e refugiados, mas muitos brasileiros precisaram recorrer ao sistema de trabalho em aplicativos de *delivery*. Nesses serviços, os trabalhadores enfrentam as dificuldades da precarização, com a inexistência de leis trabalhistas e benefícios assistencialistas. Além disso, encaram diariamente o risco de contaminação pelo coronavírus, pois têm que transitar nas ruas das principais cidades.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[8], já no segundo trimestre de 2020, 68% dos trabalhadores que haviam perdido seu emprego precisavam recorrer a trabalhos informais. Outro levantamento, tratando dos trabalhadores formalizados, com vínculo oficial, mostra que, apenas no primeiro trimestre de 2021, os desligamentos por mortes de profissionais aumentaram 71,6%[9]. A partir dos dados, fica claro como tanto os profissionais informais quantos os trabalhadores formais são atingidos pelo vírus, por estarem diariamente nas ruas, entrando em contato com diferentes tipos de pessoas, enfrentando transportes públicos lotados e aglomerações nas ruas e no local de trabalho – como os profissionais das grandes redes de supermercados ou que trabalham na limpeza urbana, por exemplo, em sua maioria desassistidos pelo governo federal. Em Porto Alegre, catadores de papel e materiais recicláveis trabalham diariamente nas ruas. Segundo dados

7 OBSERVATÓRIO das migrações em São Paulo. Nepo, Unicamp. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/ Acesso em: jul. 2021.

8 IBGE. Pesquisa PNAD COVID 19 IBGE – Junho 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 23 jul. 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8aa598ff96d7b31bd752c988f2e39572.pdf. Acesso em: jul. 2021.

9 Boletim Emprego em Pauta, n. 18, maio 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/maio_2021/boletimEmpregoEmPauta18.pdf. Acesso em: jul. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

da Secretaria Estadual de Saúde (SES)[10], no ano de 2020, 8 dos 10 bairros com maiores casos de morte pelo coronavírus se encontravam na periferia da capital de Porto Alegre. O bairro da Restinga, por exemplo, foi um dos que mais se concentraram casos de morte pelo coronavírus. Cerca de 17 mil trabalhadores da limpeza urbana da cidade de São Paulo fizeram, no dia 8 de junho de 2021, uma greve por vacinação. Como ficam as mulheres, quilombolas, indígenas, trabalhadoras formais e informais nesse contexto?

Em abril de 2021, a situação tornou-se tão grave que o parlamento brasileiro instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a responsabilidade do governo federal pelas mortes. Foi através dessa comissão que descobrimos, por exemplo, que o governo federal deixou de responder inúmeros e-mails da *Pfizer*, em que a empresa oferecia ao governo brasileiro, no ano de 2020, o número equivalente a 70 milhões de doses de vacina pela metade do preço cobrado no mercado mundial. Quantas mulheres foram vítimas da negligência do Estado brasileiro?

A história recente que vivenciamos no Brasil nos anos da pandemia nos ensina a importância das redes de solidariedade que conseguimos criar em ambiente adverso – e as mulheres possuem um papel chave nesse sentido, tanto do ponto de vista familiar como dos movimentos sociais. Entretanto, precisamos estar preparados, desenvolvendo políticas públicas articuladas com o Estado. Salta aos olhos o papel das instituições de pesquisa como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantã, mas também das universidades federais, que desenvolveram parcerias internacionais para o desenvolvimento de vacinas e instrumentos de combate ao vírus. O cenário também tornou explícita a importância de um sistema público de saúde, unificado, de qualidade e bem equipado, estruturado para levar as vacinas à população, de maneira ágil e gratuita. Nesses centros de pesquisa e nos hospitais e centros de saúde do SUS e rede privada encontramos inúmeras mulheres dispostas a salvar vidas. Aqui elas também estão fazendo história e mostrando seu papel na transformação social.

O vírus Sars-Cov-2 não escolhe classe social, mas o contágio atinge os mais carentes e que estão menos amparados e, em geral, não vacinados. E, como vimos, as mulheres negras destacam-se nesse contexto. No caso brasileiro, a pandemia mostrou que parte da população estava invisível, sequer estava nos registros governamentais, e isso foi visto quando o auxílio financeiro emergencial foi aprovado durante o isolamento[11]. Foram explicitadas

10 RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Saúde. Painel Coronavírus RS. Disponível em: https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/. Acesso em: jul. 2021.

11 MARCHESAN, Ricardo; SANTIAGO, Henrique; MADEIRO, Carlos; CAVALCANTE, Luciana. Quem são os 'invisíveis'? 38 milhões de pobres sem carteira e nenhum auxílio social foram 'descobertos' pelo governo na pandemia". São Paulo, 22 de novembro de 2020. Disponível em: https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/os-invisiveis-do-auxilio-emergencial/#end-card Acesso em: jan. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

com a pandemia questões como a falta de medidas sanitárias nos locais de moradia mais pobres, problemas de transportes públicos lotados, enfim. A geopolítica e a distribuição de vacinas expressam o cenário da desigualdade social e, quando pensamos nas mulheres nesse cenário, a coisa se complica ainda mais, como veremos a seguir.

A imagem de Adriana

Uma das imagens que mais me marcou nesse processo foi a de uma mulher espancada por ter pedido para o cliente colocar a máscara em um estabelecimento do interior do país. No dia 11 de junho de 2021, a moça foi espancada e teve seu braço quebrado após pedir para um homem colocar máscara[12]. Vários jornais noticiaram a violência contra a mulher, que trabalhava numa padaria, tentou fugir do cliente que foi atrás dela e a agrediu com tamanha violência, que a mesma teve que ser submetida a procedimentos cirúrgicos no braço e ficou com vários hematomas e cortes pelo corpo.

Estas e outras imagens me chocaram, tanto quanto as estatísticas de mulheres pobres negras mortas pela covid-19 por não terem acesso à saúde pública a tempo de sobreviverem[13] e, nesse momento, ver essas imagens me fez questionar o que a história das mulheres tem a nos dizer sobre nosso país.

Por outro lado, as estatísticas e as mortes de mulheres em situação de vulnerabilidade continuavam a gritar por análises. Por que, além de todo feminicídio, de toda violência contra mulher que havia aumentado com o isolamento, ainda tínhamos episódios em que a violência contra mulher derivava de negacionistas, misóginos, partidários do chamado "bolsonarismo"? Seriam todas as lutas pelos direitos e todas as leis conquistadas pelas mulheres, inclusive contra a violência, em vão? Teríamos voltado à "idade das trevas"?

O texto da Butler ecoava em minha mente. Mesmo que a filósofa esteja refletindo o contexto norte-americano, entre Trump e Bolsonaro há inúmeras semelhanças. E Butler afirma:

> A ideia de que talvez pudéssemos nos tornar um povo que deseja ver um mundo no qual a política de saúde seja igualmente comprometida com todas as vidas, com o desmantelamento do domínio do mercado sobre o atendimento médico, que distingue entre quem é digno e quem pode ser facilmente abandonado à doença e à morte – por um breve momento essa ideia esteve viva (BUTLER, 2020, p. 64-65).

12 VÍDEO: Funcionária de padaria é espancada após pedir para cliente colocar a máscara. *DCM*, 16 de junho de 2021. Disponível em: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-funcionaria-de-padaria-e-espancada-apos-pedir-para-cliente-colocar-a-mascara/. Acesso em: jul. 2021.

13 Informe v2 15.10.2020 da ONU Mulheres: *Mulheres negras e covid-19*. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf Acesso em: jan. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Além de me perguntar sobre as mortes entre mulheres, negros, pobres, periféricos, me perguntava sobre o sistema de saúde e tudo que havíamos construído. Mas também me perguntei imediatamente, se Adriana fosse um homem, se esse cliente seria capaz de tamanha violência.

Depois de tantas lutas… não é preciso escrever muito sobre esse assunto. Basta fazer um breve histórico sobre o caminho percorrido até aqui, destacando alguns momentos-chave na luta por direitos no Brasil ao longo do período republicano.

No início do século XX, mulheres, principalmente das classes letradas, somaram-se ao movimento sufragista internacional na luta por direitos políticos. Impulsionadas pelo trabalho de conscientização da ativista Bertha Lutz, se uniram na Federação Feminina pelo Progresso, fundada em 1922. A associação se caracterizava pelo que hoje chamamos de *feminismo liberal*: lutava por igualdade de gênero, acesso à educação, voto feminino e participação na política e na vida pública em geral (MAEDA, 2021, p. 96). As décadas iniciais do século XX também foram de intensa mobilização no mundo do trabalho, e as mulheres operárias – especialmente aquelas que abraçaram a ideologia anarquista – também demandavam direitos, sobretudo na regulamentação de seu ofício, já que atuavam e lutavam, juntas com os demais trabalhadores, por melhores condições de trabalho, sobretudo melhoria dos salários e redução da jornada, entre outros direitos.

A igualdade salarial e jurídica perante a lei e o direito ao voto, bem como os direitos trabalhistas, foram garantidos, no Brasil, na Carta de 1934. Paradoxalmente, a mesma constituição reforçava os papéis de gênero, atribuindo às mulheres os deveres relacionados à maternidade, ao lar e aos cuidados com a família (MAEDA, 2021, p. 103).

Nas décadas de 1940 e 1950, as mulheres brasileiras lutaram cada vez mais por sair das sombras, do espaço privado, da casa, e alcançar seu lugar ao sol, na rua, no espaço público. Lutaram bravamente para romper com estereótipos de educação para o casamento e para os filhos e, na rua, manifestaram-se, participando da resistência à ditadura de Getúlio Vargas e da luta pelo retorno da vida democrática no país. Algumas organizações de mulheres, como o Comitê de Mulheres pela Democracia (1945) e a Federação das Mulheres do Brasil (1947), enfrentavam problemas que atingiam diretamente as mulheres, como a carestia, a extensão de direitos trabalhistas e a discriminação, e também se somavam às lutas gerais (MAEDA, 2021, p. 110).

Já em 1962, a aprovação do Estatuto da Mulher Casada representou um avanço para a independência das mulheres, que não mais dependiam do consentimento do marido para trabalhar e exercer seus direitos civis.

O golpe civil-militar de 1964 contou com o apoio de mulheres conservadoras, que marcharam contra a suposta “ameaça comunista”. A União

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Cívica Feminina, por exemplo, participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade nas vésperas do golpe. Por outro lado, esse mesmo golpe interrompeu bruscamente a atuação dos movimentos sociais e, com a conjuntura de forte repressão, as mulheres de esquerda passaram a integrar a resistência à ditadura, tanto na luta armada quanto em movimentos como a Marcha dos 100 mil. E, após o endurecimento do regime com o Ato Institucional n° 5 (AI-5), passaram a se organizar na clandestinidade, algumas delas enfrentando, inclusive, a discriminação dentro de suas organizações por parte de seus próprios companheiros.

A partir dos anos 1970, destacam-se alguns momentos em que o protagonismo das mulheres merece referência, tais como: o movimento pela anistia, em que mulheres lutavam pelo retorno de filhos e companheiros perseguidos e exilados durante a ditadura, que foi deflagrado pela advogada Therezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia no ano de 1975, o qual contou com a inesquecível presença de Helena Greco, em Minas Gerais, dentre tantas outras bravas mulheres; e a conquista do direito ao divórcio em 1977, que representou a perspectiva de reconstrução da vida com liberdade e a possibilidade do fim dos relacionamentos abusivos, refletindo o movimento feminista internacional, que lutava, naquele momento, pelo direito ao corpo e à autodeterminação. Outro ponto alto da atuação das mulheres nesse período de efervescência política foi o Movimento do Custo de Vida, em que as mulheres, sobretudo da periferia, denunciavam a carestia como uma forma de desgastar a ditadura militar, o que contribuiu para o início de seu fim.

O grande marco divisor de águas na história do Brasil com relação aos direitos das mulheres foi a aprovação da Constituição Federal de 1988, que contou com forte atuação da bancada de mulheres, que garantiu a inclusão de pautas históricas do movimento feminista e a igualdade formal de direitos em todos os campos.

Outro momento-chave da história brasileira de luta por direitos foi a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006. A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Além de apresentar os deveres do Estado na garantia do direito a viver sem violência, foram dispostas, nos artigos da lei, determinadas diretrizes que garantem a fomentação de políticas públicas. De acordo com Wania Pasinato Izumino, assessora da ONU Mulheres e assessora do USP Mulheres:

> Um dos principais avanços sociais desde a aprovação da Lei Maria da Penha ocorreu no campo do reconhecimento da violência doméstica e familiar contra as mulheres e sobre a própria Lei. São avanços inestimáveis, possíveis graças ao intenso processo de divulgação da Lei em campanhas, pesquisas, palestras etc. (IZUMINO, 2017, p. 3).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Com a aprovação da Lei, modificações em torno do atendimento à vítima, investigação, solução e apuração dos casos passaram a ser realizadas de forma mais ágil e efetiva. Juizados especiais foram criados especificamente para tratar dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Modificou-se as obrigações dos poderes públicos que, a partir de então, puderam acelerar os processos civis e criminais (SOUZA, 2020). Os agressores passaram a ter condenações mais rigorosas, não possibilitando que os crimes fossem julgados com menor potencial ofensivo.

A Lei Maria da Penha trouxe importantes avanços no combate à violência de gênero. E, desde então, com o avanço da internet e das redes sociais, novos mecanismos de denúncia e acolhimento das vítimas foram criados. O aplicativo *PenhaS*, por exemplo, do *Instituto AzMina*, auxilia as vítimas, mostrando as delegacias mais próximas. Dentro do aplicativo, que pode ser acessado pelo aparelho de telefone celular, está disponível um gravador de voz, que pode auxiliar a mulher no armazenamento de provas, e um botão de pedido de ajuda, que pode ser acionado nos casos mais extremos[14].

Depois de tantos avanços relatados, parece que, em 2020 e 2021, voltamos à estaca zero. Mesmo com tantas leis e tantos movimentos sociais na rua, mesmo em cenário de pandemia, a avalanche de casos de violência contra mulher ficará marcada na história das mulheres no Brasil. Mulheres que precisam se isolar para não serem infectadas pelo coronavírus, enfrentam uma outra pandemia dentro dos seus lares: a da violência doméstica, do machismo, da misoginia. E os dados estatísticos são estarrecedores por mostrarem o imenso aumento dos casos de violência e mesmo de feminicídio.

São diversos os crimes de violência contra mulher. Diariamente, jornais de todo o Brasil denunciam novos casos. Recentemente, já em 2021, no Rio Grande do Sul, uma mulher, que estava sendo mantida em cárcere privado pelo seu namorado, precisou fingir que estava passando mal para conseguir se desvencilhar do violentador. Ao chegar no Hospital da Alvorada, a mulher pôde pedir ajuda aos agentes de saúde e denunciar o agressor. Segundo a vítima, além do companheiro ameaçar seus quatro filhos de morte, ela fora obrigada a manter relações sexuais com o agressor. Após a denúncia, o homem foi preso pela Brigada Militar, sendo acusado de agressão corporal, cárcere privado e estupro[15].

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

14 APLICATIVO ajuda vítimas de violência doméstica com medo de denunciar. *Claudia*, 12 mar. 2021. Disponível: https://claudia.abril.com.br/feminismo/aplicativo-vitimas-violencia-domestica-penhas/ Acesso em: jul. 2021.

15 PEREIRA, Alfredo. Mulher denuncia companheiro por cárcere privado após fingir passar mal e ser levada a hospital em Alvorada. Gauchazh, 5 jul. 2021. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/07/mulher-denuncia-companheiro-por-carcere-privado-apos-fingir-passar-mal-e-ser-levada-a--hospital-em-alvorada-ckqqfmz4x00090193w2vunzde.html. Acesso em: jul. 2021.

Outro caso de violência que tomou conta das redes sociais e dos jornais foi o caso de uma mulher em Santa Catarina, também em 2021, que, sofrendo agressões físicas e psicológicas de seu marido, desenhou um "X" vermelho em sua mão e pediu ajuda numa farmácia, na região de Rio dos Cedros. Rapidamente o atendente entendeu o pedido de ajuda e ligou para a polícia. Todavia, o agressor notou a movimentação estranha e conseguiu fugir[16]. O tal "sinal vermelho" é um mecanismo de denúncia, criado pelo Conselho de Justiça e pela Associação dos Magistrados Brasileiros, em que as vítimas de violência contra mulher podem ir até uma farmácia cadastrada na campanha para realizar a denúncia. No local, o farmacêutico, já orientado e preparado, aciona a Polícia Militar e presta assistência para a vítima, tudo dentro dos devidos protocolos[17].

Novos dados lançados pelo Núcleo de Estudos ISPMulher, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ)[18], mostram que, no Rio de Janeiro, entre março e dezembro de 2020 – exatamente o período de maior isolamento – 73 mil mulheres foram vítimas de violência. De todos esses casos, mais de 45 mil foram registrados na Lei Maria da Penha. Por dia, 250 mulheres sofreram violência no Rio de Janeiro apenas no ano de 2020. Fazendo um cálculo aproximado, seriam mais de 80 mil casos em um ano. Diante de todo o panorama atual de violência de gênero, fica claro que o problema também é estrutural, cultural e está inserido em nosso cotidiano de uma forma extremamente enraizada. Tão enraizada que mesmo todas as lutas e mobilizações de todas a militância feminina ao longo de tantos anos de denúncia e defesa da igualdade e do respeito não são suficientes para conter essa "outra pandemia"[19].

A violência dentro de casa: outra história de mulheres em tempos de pandemia e isolamento

A violência doméstica contra a mulher durante a pandemia não foi algo restrito ao Brasil. Um estudo importante realizado por Alves, Vital e Bastos (2020) demonstrou que a situação preocupante é planetária. A própria Organização Mundial de Saúde possui dados alarmantes:

16 MULHER denuncia violência mostrando "X" vermelho na mão em farmácia de SC. *Uol*, 5 jul. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/05/violencia-contra-mulher-farmacia--denuncia.htm. Acesso em: jul. 2021.

17 TJ-SC. Sinal Vermelho para a violência doméstica. *TJSC*, 19--. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/campanhas/sinal-vermelho-para-a-violencia-domestica. Acesso em: jul. 2021.

18 RIO DE JANEIRO. Instituo de Segurança Pública – ISP. Monitor da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Período de Isolamento Social. Disponível em: http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/monitor/index.html. Acesso em: jul. 2021.

19 Agradeço aos meus orientandos, a mestranda Beatriz Lemos (PPGHIS-UFRJ) e ao bolsista de extensão Diogo Nunes (Instituto de História – UFRJ), pelos comentários e contribuições ao debate proposto no ensaio.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> A Organização Mundial da Saúde (2013) apontou que aproximadamente 35% das mulheres de todo o mundo, isto é, uma em cada três, declararam ter sofrido violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida. [...] Nessa perspectiva, tem-se que o coronavírus e a quarentena não são as causas desta violência específica, na verdade, apenas evidenciou a vulnerabilidade histórica da mulher na esfera doméstica oriunda da desigualdade de gênero, ao machismo estrutural, entre outros fatores (OMS, 2012, *apud* ALVES; VITAL; BASTOS, 2020, p. 07).

Além da violência física e o alto índice de mortandade pela covid-19, sobretudo de mulheres pobres, negras e periféricas, conforme os dados disponibilizados, temos, no contexto da pandemia, outras formas de violência, como a psíquica e a moral, advindas inclusive da necessidade de isolamento.

No período de *lockdown*, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, ocorreu um processo de aumento do estresse diário das mulheres. Historicamente, apesar das lutas por direitos e pela mulher terem passado da casa para o espaço da rua, ocupando cargos de trabalho anteriormente somente destinados ao gênero masculino, o cuidado com a casa e os afazeres domésticos ainda quedava sobre os ombros femininos na maioria dos casos, embora isso esteja em transformação. Mas o estereótipo de que é trabalho da mulher cuidar dos filhos e da casa, cozinhar, faxinar, arrumar a casa, lavar e passar a roupa, tratar do ensino dos filhos, acompanhando de perto as atividades da escola, ainda que em ensino remoto, continuou a se fazer presente. E, como era de se esperar, mesmo em *home office*, a maioria das mulheres, continuou a exercer o que já era considerada uma tripla jornada de trabalho. Mas a sobrecarga de responsabilidade aumentou entre os casais héteros-normativos. As demandas que já recaiam sobre a mulher foram exacerbadas e explicitadas no contexto do isolamento. Nessa perspectiva, Vieira, Garcia e Maciel (2020, p. 3) evidenciam o que já era sabido:

> A construção do estereótipo de gênero feminino associa as mulheres à sensibilidade, às capacidades instintivas e intuitivas, opondo-as às questões universais, racionais, políticas e culturais. Desse modo, elas são destinadas à devoção pelo particular: o amor familiar, os cuidados domésticos, os projetos de maternidade. Esse senso comum impede a distribuição justa das responsabilidades domésticas.

Alves, Vital e Bastos (2020) também apresentam outras leituras que elucidam essa questão e destacam a sobrecarga e o aumento dos pedidos de divórcio:

> Dessa forma, as mulheres vivenciam, mais acentuadamente no período de quarentena, uma sobrecarga, pois têm que desempenhar as tarefas

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> domésticas, o cuidado com os familiares além do emprego em regime home office. Todos trancados dentro de casa. Resultado: aumento das brigas entre casais. Na China, por exemplo, como consequência do lock-down, ocorreu um aumento do pedido de divórcio (GOULART, 2020). A exemplo tem-se a cidade de Dazhou, situada no sudoeste do país, que em março do corrente ano registrou cerca de 300 pedidos de dissolução do casamento (ALVES; VIDAL; BASTOS, 2020, p. 5).

Podemos levantar, por fim, alguns outros fatores que revelam o agravamento da desigualdade de gênero na pandemia. Segundo Marques et al (*apud* ALVES; VIDAL; BASTOS, 2020),

> [...] o aumento do nível de estresse do agressor gerado pelo medo de adoecer, a incerteza sobre o futuro, a impossibilidade de convívio social, a iminência de redução de renda – especialmente nas classes menos favorecidas, em que há grande parcela que sobrevive às custas do trabalho informal –, além do consumo de bebidas alcoólicas ou outras substâncias psicoativas. A sobrecarga feminina com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, idosos e doentes também pode reduzir sua capacidade de evitar o conflito com o agressor, além de torná-la mais vulnerável à violência psicológica e à coerção sexual. O medo da violência também atinge seus filhos, restritos ao domicílio, é mais um fator paralisante que dificulta a busca de ajuda. Por fim, a dependência financeira com relação ao companheiro em função da estagnação econômica e da impossibilidade do trabalho informal em função do período de quarentena é outro aspecto que reduz a possibilidade de rompimento da situação (p. 9).

Considerações finais

Este breve ensaio, que procurou relacionar a história de mulheres e a pandemia por covid-19, chega ao fim com algumas conclusões. Sobretudo e em primeiro lugar de que é preciso continuar lutando por direitos e pela liberdade das mulheres não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Ainda não conseguimos nos livrar dos estereótipos de "sexo frágil", apesar de já termos demonstrado inúmeras vezes que não temos nada de frágeis e enfrentamos, resistimos, nos adaptamos e lutamos por nós e pelos nossos, amores, afetos, amigos e familiares, e mesmo pelos que nem conhecemos. Somos mães do mundo. Outro dia mesmo, li um *post* do colega professor Daniel Aarão Reis que dizia: "fala-se que este é o século da cibernética e da inteligência artificial. Ou que será o século das pandemias. Penso, numa nota

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

mais otimista, que será o século da completa emancipação das mulheres. Elas cuidarão do nosso planeta (não temos planeta B) melhor que os *matchosmen*"[20].

A maioria das mulheres, hoje, está enfrentando uma tripla jornada, se dividindo entre o trabalho e as atividades domésticas, seja em *home office* ou saindo para trabalhar, arriscando suas vidas e com medo de contraírem o Sars-COv-2 e terem que ser internadas, entubadas e até virarem mais um número na estatística gigantesca que, enquanto escrevo estas linhas, em julho de 2021, chega ao absurdo número de 525.000 óbitos de vítimas da covid-19. Mas ainda há muito o que lutar e seguimos lutando. E quero terminar com esperança em dias melhores para todxs nós (vai ficar grafado assim mesmo, pois estou falando de todas as mulheres, incluindo aqui as letras do movimento LGBTQIA+ que se constroem enquanto mulheres).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

20 FALA-SE que este... 7 jul. 2021. Twitter: @ReisAarão. Disponível em: https://twitter.com/ReisAarao/status/1412754793769148419. Acesso em: jul. 2021.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rahyan de Carvalo; VIDAL, Victória Caroline; BASTOS, Édila Thaís Magalhães Bastos. Vítimas ocultas da pandemia: mulheres em situação de violência doméstica durante a quarentena da covid-19. *Revista feminismos*, v. 8, n. 3, set./dez. 2020.

BUTLER, Judith. O capitalismo tem seus limites. *In*: AGAMBEN, G. *et al. Sopa de Wuhan*: pensamento contemporâneo em tempos de pandemia. Rio de Janeiro: Editorial Siesta, 2020.

MAEDA, Patrícia. *Trabalhadoras do Brasil*, *uni-vos!* A participação das mulheres na construção dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2021.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, p. 1-5, 2020.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

“A PESSOA QUE EU PODIA TER SIDO”: mães de origem e filhos adotivos

Lívia Gonçalves Magalhães[1]

Crianças adotadas inventam sua própria história, porque precisam ser assim; há uma ausência, um vazio, um ponto de interrogação já no comecinho da vida. Uma parte importante da nossa história desapareceu, violentamente, como uma bomba no útero.
(WINTERSON, 2014, p. 15)

Não me perdoo por não ter sentido nada de bom. Sentia tudo, menos alegria. Entrei num desespero enorme e tomei a pior decisão da minha vida: mudar de cidade para ter o bebê escondido. Arrumei um emprego em Brasília e fui para lá aos cinco meses de gravidez. Neguei tanto essa criança que nem barriga eu tinha. E me cobrava por isso. Como não podia aceitar o bebê? Que espécie de mulher sou eu?
(IRANI, 2020)[2]

Foi um prazer abrir as apresentações de 2021 do nosso evento *Mulheres no Brasil Republicano* com meu trabalho “Não se nasce mãe, não se nasce filho; torna-se: reflexões sobre feminismos, maternidade e adoção no Brasil contemporâneo”, versão do artigo de mesmo nome publicado na obra *Mulheres Tecendo o Tempo* (2020)[3]. Falar sobre meu texto naquela ocasião foi ao mesmo tempo um desafio e um acolhimento. Desde 2019 tenho feito relatos escritos e orais sobre o processo que eu e meu companheiro vivemos para concretizar nossa parentalidade adotiva e, apesar de em alguns momentos isso ser difícil de expor, de uma maneira geral o saldo é positivo. Como parto de uma concepção de que a maternidade – e a parentalidade em geral – é um movimento político, sinto a necessidade de expor publicamente nosso caminho, como uma forma de compartilhar e informar, claro, mas também como uma terapia. Compartilhar me faz bem.

Quando decidimos organizar essa coletânea veio a dúvida sobre como eu poderia contribuir. Pensei em diversas questões, mas, ao final, não conseguia

1 Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense.

2 Depoimento de Irani em CIRENZA, Fernanda. Laço desfeito. “Eu dei meu filho para adoção”. Revista *Marie Claire*, edição 59, junho de 2004, disponível em: http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML733264-1740,00.html. Acesso em: 10 jul 2020.

3 O livro completo está disponível de forma gratuita no site do Laboratório Brasil Republicano: https://www.brasilrepublicano.com.br/publicacoes-1.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

dar andamento aos textos. Até que comecei a pensar nos desdobramentos do último ano e qual foi o meu foco na pesquisa e estudo sobre a adoção. O lugar da mãe de origem ainda me impacta, mas passei também a acompanhar em redes sociais os relatos de filhos e filhas adotivos[4]. A experiência, além de profundamente emocionante, reivindica um lugar político, a saída da invisibilidade e a quebra de muitos tabus. Talvez o maior deles seja a interpretação – cruel, a meu ver –, de que a busca pela família de origem seria uma ingratidão dos adotivos.

Em análise das relações entre pais de origem e adotivos, Aída Kemelmajer de Carlucci e Marisa Herrera questionam: "¿Qué herramientas reales, concretas, integrales, no asistencialistas, el Estado maneja para hacer efectivo el derecho de todo niño a vivir con su familia de origen, o sea, para preservar un vínculo jurídico del que se deriva una presunción legal de afecto?" (HERRARA, 2011, p. 2). As perguntas, apesar de direcionadas à análise da legislação e da sociedade argentinas, nos interessam aqui para pensar a realidade brasileira. Além da legislação específica e do bem da criança – que não discordo, de forma alguma, que seja prioridade – não é possível, a meu ver, ignorar o funcionamento social de nosso sistema Judiciário considerando as desigualdades de gênero, classe e raça que marcam a maioria das famílias de origem. Neste sentido, os estudos feministas me parecem um ponto de partida ideal:

> Afinal, foi a partir do questionamento da maternidade que tal instituição pôde avançar nos direitos das crianças a uma família. Os questionamentos dos movimentos feministas ao modelo tradicional burguês e religioso foram fundamentais para ampliar as possibilidades de adoção e compreensão da instituição familiar pelo Estado (MAGALHÃES, 2020, p. 135).

Assim, se no texto que apresentei no *Mulheres no Brasil Republicano* fiz uma análise mais teórica sobre a questão, minha proposta aqui é retomar o tom do primeiro artigo que escrevi sobre o tema, "Mãe é só quem cria? Reflexões sobre as mulheres na maternidade por adoção" (2021), no qual parto de relatos e percepções pessoais. Minha proposta agora parte de depoimentos tanto de mulheres que entregaram seus filhos como dos filhos adotados. Como não se trata de uma pesquisa científica de fato, mas de reflexões mais amplas, optei por utilizar depoimentos presentes em publicações de terceiros. São elas: a coletânea de entrevistas de Alexandre Lucchese*Vida de adotivo*. *A adoção do*

4 No *Instagram* acompanho os seguintes perfis de filhos adotivos: Alexandre Lucchese, @vidadeadotivo; Graziele, @eugrazidurand_; Maternidade atípica e adotiva, @leiladonaria; Luiz Máximo – Eu, Adotado, @euadotado; Fernanda Tuna, @euadotiva.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ponto de vista dos filhos (2020)[5]; o romance da escritora britânica Jeanette Winterson *Por que ser feliz quando se pode ser normal? Memórias* (2014, original de 2011); e a reportagem especial de Fernanda Cirenza. "Laço desfeito. "Eu dei meu filho para adoção"', publicada na revista *Marie Claire* em 2004.

Esse texto é, portanto, um apanhado de reflexões (quem sabe um ensaio?) resultantes de um momento pessoal. Como afirma bell hooks, "Quando penso no que escrever, sempre trabalho a partir do lugar da experiência concreta, escrevendo sobre o que acontecia na minha vida e na vida de mulheres e homens que me rodeiam" (hooks, 2018, p. 9). Em minha luta para realizar meu desejo de ser mãe por adoção e como gestante tenho refletido e pensado nas relações e nos indivíduos que envolvem a instituição do adotar. Como já disse em outros trabalhos, parto do meu lugar de privilégio em todo esse conjunto tão conturbado de relações. Não nego minhas dores e angústias, mas reconheço a desigualdade que me favorece.

Mães de origem: a entrega do filho e o abandono social

> *Não se trata de uma alma santa, ávida por acolher e proteger quem cruzar o seu caminho; tampouco é alguém insensível, incapaz de sentir amor e empatia. É apenas uma pessoa comum que sofreu muito, que cresceu em um ambiente de informação escassa, sem apoio material ou afetivo, e que fez o que pôde para levar a vida adiante.*
> (LUCCHESE, 2020, p. 103)

A grande pauta dos movimentos feministas a partir da chamada "segunda onda" foi e continua sendo a liberalização do aborto. A reivindicação vai além do discurso apontado por algumas vertentes como "liberal" do "meu corpo, meus direitos" e de fato enfrenta uma das questões principais do ser mulher nas sociedades contemporâneas: a maternidade compulsória. Mas, como afirma bell hooks: "O ataque das primeiras feministas à maternidade alienou uma grande massa de mulheres do movimento, especialmente as mulheres pobres e/ou não brancas, para quem a parentalidade era uma das poucas relações em que se sentiam afirmadas e apreciadas" (2019, p. 197).

Hooks é uma das muitas ativistas e pesquisadoras há algum tempo reivindicam a importância de ampliar o debate para questões do direito reprodutivo: acesso à informação, à métodos anticonceptivos, cuidados da saúde a mulher além da gestação etc. Mas, ainda pouco se debate o direito ao *querer ser mãe* e a luta de muitas mulheres para conquistar esse objetivo. Não me refiro à valorização ou romantização da maternidade, mas uma luta por direitos, de

5 A frase do título "pessoa que eu poderia ter sido" é retirada das reflexões de Lucchese, p. 35.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

fato: como lidar com a infertilidade, as dificuldades múltiplas de criação, por exemplo? O ressurgimento do interesse pela maternidade tem, assim, seus lados positivos e negativos, como destaca bell hooks (2019).

Quando levamos tais questionamentos para a instituição da adoção as desigualdades aparecem com força. Como saber se, com acompanhamento, com condições financeiras e apoio psicológico para criar seus filhos, a escolha da entrega da adoção seria a mesma para essas mães? É correto que mulheres em tal situação de vulnerabilidade tenham que tomar decisões tão difíceis, romper de forma tão abrupta vínculos como o da maternidade? Neste sentido, entendo que uma das questões fundamentais a ser questionada na legislação atual é a exclusão das mães e famílias genitoras após a entrega:

> Para tornar seu filho disponível para adoção por qualquer razão, a mãe precisa abrir mão de todos os seus direitos parentais legais, renunciando ao pátrio poder sobre a criança. A partir daí, à mãe biológica é negado qualquer futuro contato com a criança depois que a adoção é homologada pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude. Com a cessão do pátrio poder ela perde o direito sobre a criança, de ter notícias sobre ela, de seu desenvolvimento ou de sua adaptação à família adotiva (MOTTA, 2008, p. 74).

Como veremos, essa ausência, o "sumiço" da família de origem coloca não só as mães e familiares, mas as crianças e adolescentes adotados em um lugar de vulnerabilidade. Cria estigmas, tabus, fantasias, que afetam toda a vida dos envolvidos. E, é claro, a culpa e a vergonha, o lugar que tais mulheres são colocadas socialmente, categorias como crueldade, abandono, maldade, desumanidade. A realidade atual é do abandono das genitoras após a entrega, sem acompanhamento, sem apoio, como se o Estado e a sociedade não tivessem qualquer responsabilidade com sua vida e sua saúde física e mental (MAGALHÃES, 2021). Segundo a psicanalista Vera Iconelli:

> As gestações que emergem desse (não) lugar social revelam um paradoxo. Sua majestade o bebê, puro e inocente, surge onde as subjetividades não são devidamente reconhecidas. É só nesse momento que a sociedade se mobiliza, tentando extrair a pérola do limbo social que essa mesma sociedade produziu.
> O bebê alojado no útero do estorvo será "salvo" por assistentes sociais, psicólogos e juízes ciosos de seu bem-estar. O consumo de drogas é uma das grandes justificativas para a perda do poder familiar entre pobres, enquanto os ricos se entopem de antidepressivos, ansiolíticos, álcool, drogas ilícitas e recreativas por não suportarem "o estresse da vida moderna". Agora, tente imaginar que droga amenizaria a dor de viver com a sua família na rua.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Sob a alegação de que não há boas condições para o desenvolvimento da criança, ela é tirada da família (geralmente da mãe). Não se cogita seriamente ofertar melhores condições para as famílias nas quais vivem, tornando ainda mais despossuídos mães e pais, de quem tudo já foi tirado[6].

A ausência de políticas públicas, acolhimento e cuidado com as mães de origem reflete uma situação muito mais ampla que escancara diferenças profundas de classe, raça e gênero em nossa sociedade. São muitas as mulheres brasileiras que vivem sem qualquer apoio emocional, sem acesso à cuidados de saúde mental. É inevitável que isso não as afete em suas vidas reprodutivas. Motta destaca ao falar sobre sua pesquisa:

> A surpresa do estudo, que envolveu dez mulheres em situação de pré e pós-parto acolhidas por uma instituição de São Paulo, é que a alegação de falta de condições financeiras caiu por terra. Essa justificativa seria uma espécie de escudo para amenizar a dor da separação. 'A limitação financeira existe, mas o principal motivo é a falta de patrimônio emocional para assumir a maternidade', diz a psicóloga. 'Elas não tiveram a segurança necessária para se tornarem mães. Muitas não contaram, durante a gravidez, com o apoio da família e principalmente do pai da criança para seguir com seu filho. São capazes de gerar, mas incapazes de serem mães[7].

Nesse contexto, o sentimento de culpa leva a uma ideia de autopunição. Algumas entendem que não possuem mais o direito de sequer pensar em seus filhos, quiçá procurá-los para saber se estão bem; outras se punem retirando seu próprio direito de ser mãe novamente: "Meu filho nasceu de cesárea porque quis fazer laqueadura. Se engravidei para dar a criança, pensava que não tinha mais o direito de gerar outras. Essa foi a minha autopunição"[8]. Alexandro Lucchese conta sobre o seu primeiro encontro com sua mãe de origem: "Lúcia se mostrava feliz por me conhecer pessoalmente e demonstrava certa culpa por ter me doado. Às vezes, continha o impulso de me tocar – 'Acho que não tenho o direito de te abraçar' –, dizia" (LUCCHESE, 2020, p. 86).

Não há dúvidas como o apagamento das mães de origem após a adoção significa um trauma e deixa sequelas ao longo da vida dessas mulheres.

6 ICONELLI, Vera. Crianças desumanizadas. *In*: *Folha de S.Paulo*, 25 de outubro de 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/10/criancas-desumanizadas.shtml. Acesso em: 16 nov. 2021.

7 CIRENZA, Fernanda. Laço desfeito. 'Eu dei meu filho para adoção'. *Revista Marie Claire*, ed. 59, jun. 2004. Disponível em: http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML733264-1740,00.html. Acesso em: 10 jul. 2020.

8 Depoimento de Vera em CIRENZA, Fernanda. Laço desfeito. 'Eu dei meu filho para adoção'. *Revista Marie Claire*, ed. 59, jun. 2004. Disponível em: http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML733264-1740,00.html. Acesso em: 10 jul. 2020.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Como aponta Motta (2008), é um luto nunca trabalhado, por vezes sequer reconhecido e compreendido como tal. Além disso, as leis atuais de adoção e sua exclusão da família de origem ignoram um ponto fundamental: "[...] cuidar da mãe significa cuidar do filho" (MOTTA, 2008, p. 24).

Adotivos e o direito à origem

> *Eu costumo dizer que faltam os tijolinhos iniciais no muro de uma pessoa adotiva. Para uma pessoa não adotiva, todos os tijolos estão lá. Mas, na nossa construção, faltam alguns.*
> ([*Entrevista Renata*] LUCCHESE, 2020, p. 60)

O debate sobre o direito à identidade e à origem biológica é marcante no mundo contemporâneo. Em alguns países, como a Argentina, o passado ditatorial recente e o então plano sistemático de apropriação de bebês e crianças pelo Estado trouxeram a questão para um debate público e dentro da construção de um projeto político e social na redemocratização. No Brasil, o direito ao conhecimento da origem biológica pelo adotado é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e, no caso de adoções internacionais, garante-se o direito no artigo 30 da Convenção de Haia (1993):

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990

> Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)
> Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)
> [...]
> Convenção da Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, de 1993
> Art. 30
> 1. As autoridades competentes de um Estado Contratante tomarão providências para a conservação das informações de que dispuserem relativamente à origem da criança e, em particular, a respeito da identidade de seus pais, assim como sobre o histórico médico da criança e de sua família.
> 2. Essas autoridades assegurarão o acesso, com a devida orientação da criança ou de seu representante legal, a estas informações, na medida em que o permita a lei do referido Estado[9].

9 Ministério da Justiça e Segurança Pública, "Direito à origem", disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/cooperacao-internacional/adocao-internacional/direito-a-origem, Acesso em: 20 nov. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Como reforça Alexandre Lucchese, "[...] cada adotivo cresce sob circunstâncias diferentes e reage de modo distinto às dúvidas e angústias que podem atravessar seu caminho" (LUCCHESE, 2020, p. 21). Mas, é fato que alguns temas são frequentes. Trarei, a seguir, algumas dessas questões.

A busca pela família de origem costuma estar associada no senso comum à uma adoção que não deu certo. De fato, em alguns casos, é a relação ruim com a família adotiva que serve de impulso para a procura. Em sua autobiografia *Por que ser feliz quando se pode ser normal?* (2014), a escritora Jeanette Winterson reforça o impacto de sua adoção malsucedida ao longo de toda a sua vida:

> O bebê explode em um mundo desconhecido, que só se torna inteligível por meio de algum tipo de história – claro todos vivemos assim, é a narrativa de nossa vida, mas a adoção coloca você na história depois que ela já começou. É como ler um livro que faltam as primeiras páginas. É como chegar ao teatro depois que as cortinas já subiram. A sensação de que alguma coisa está faltando jamais nos abandona – e não pode, nem deve, ser de outro modo, porque alguma coisa está mesmo faltando (WINTERSON, 2014, p. 15-16).

No caso de Winterson, a experiência relatada é de uma relação abusiva, com severos traumas psicológicos para a criança. Para a autora "Ser adotada é estar do lado de fora. Você representa o sentimento de não pertencer" (WINTERSON, 2014, p. 18).

Jorge Pereira, um dos que compartilham sua história no livro de Lucchese, relata momentos que podem ser lidos a partir do que afirma Winterson. Sem saber que era adotado, Jorge percebia que havia alguma questão sobre sua origem e viveu momentos de rejeição: "Em festas de família, em algumas fotos, eu não era convidado para aparecer junto. Festa de cem anos da minha bisavó: eu era pequeno e me disseram que não poderia ir, porque só os netos poderiam entrar. "Mas eu sou neto", respondi. "Não, tu não vai. Fica aqui", insistiram" ([Entrevista Jorge] LUCCHESE, 2020, p. 43). Renata de Souza também citou uma experiência similar em seu depoimento: "Lembro que, quando éramos crianças, havia festas de bairro ou da escola para as quais não éramos convidadas, por sermos adotivas" ([Renata] LUCCHESE, 2020, p. 59). Para Motta:

> A conexão entre os segredos e o estigma é intuitivamente apreendida pelas crianças – e por vezes nem sempre dessa forma –, e a partir daí elas supõem que se há algum fato sobre si mesmas que não lhes pode ser revelado, é porque deve ser algo mau ou negativo. Assim, o segredo perde sua suposta função protetora (2008, p. 79).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Uma constante que aparece nos relatos dos adotivos é a fantasia, a imaginação da própria história, do processo de entrega – ou abandono, para a maioria –, da vida da família de origem, da vida que não aconteceu, do reencontro. Lucchese, por exemplo, afirma que encontrar sua mãe de origem não era apenas encerrar um ciclo, mas, talvez o mais impactante, iniciar um novo. E, nesse sentido, um dos obstáculos que ele afirma ter precisado superar foi "[...] deixar de lado a idealização da minha mãe de origem para lidar com quem ela era na realidade" (LUCCHESE, 2020, p. 100). Para Alexandre a decisão de procurar sua família de origem esteve relacionada às fantasias que ele construiu ao longo de sua vida: "Se eu os encontrasse pessoalmente, seria possível estabelecer até mesmo uma ligação direta de convívio, me liberando de estabelecer um vínculo por fantasia" (LUCCHESE, 2020, p. 56).

Entre as fantasias e expectativas em relação à família de origem está o receio de que algum familiar esteja em uma situação vulnerável e precise de ajuda. Adriana, por exemplo, diz que "Às vezes me pego imaginando que eles possam precisar de mim" ([Entrevista Adriana] LUCCHESE, 2020, p. 30). Já Eduardo Ayub, que no momento de seu depoimento não tinha encontrado ainda sua família de origem: "Não consigo ter uma explicação muito lógica de porque é importante para mim buscar minhas origens. Eu fico pensando: tem aí minha mãe, mas além dela, quem mais há? Será que tenho tios, tias, sobrinhos? [...] fico pensando se ela não está precisando de alguma coisa, se não tem alguma necessidade" ([Entrevista de Eduardo] LUCCHESE, 2020, p. 107). Fabio Cezar também manifestou a preocupação em seu relato: "E de vez em quando eu lembrava: "Será que tenho irmãos? Como será que eles estão? Será que vivem uma vida de miséria?". Isso me incomodava" ([Entrevista Fabio Cezar] LUCCHESE, 2020, p. 169).

A busca pela identidade e origem significa, muitas vezes, enfrentar e questionar escolhas dos pais adotivos, algumas inclusive desconsideradas dentro do panorama mais amplo da situação. Quando estamos nos cursos e encontros de adoção, uma questão que muitas vezes surge é a do nome da criança: manter ou não? Afinal, faz parte dos desejos e da expectativa de muitos pais o nome de seus filhos. Eu, desde criança, manifesto nomes que gosto e que quero para minhas filhas e filhos e, portanto, foi uma questão que me tocou diretamente. Profissionais envolvidos com a adoção enfatizam a importância de, a partir de determinada idade, manter o nome de origem da criança. Sobre isso, Adriana afirma que "Ainda sobre o registro, gosto de lembrar que não trocaram meu nome, o que é algo bem importante. Sempre fui Adriana. Isso está conectado com a minha história, não se apaga. O que mudou foi apenas o meu sobrenome" ([Entrevista Adriana] LUCCHESE, 2020, p. 27). Por sua vez, a experiência adotiva de Pedro Kuhn foi marcada

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

pela mudança de seu nome de origem: "A única coisa que sei sobre minha história é meu nome. Meu nome seria Victor, e não Pedro. [...] Victor foi um nome que não se tornou meu nome. Victor foi uma pessoa que não me tornei. De fato, ele havia morrido" ([Entrevista de Pedro] LUCCHESE, 2020, p. 132).

A culpa é um ponto comum entre parte dos relatos dos filhos, como vimos no caso das mães genitoras. Alguns mencionam a culpa em relação aos pais adotivos, como as dúvidas e a busca por suas origens fosse ofendê-los, machucá-los de alguma forma ou entendida como ingratidão. Foi o caso de Fabio Cezar, que soube por terceiros que era adotado, mas não revelou aos seus pais que tinha conhecimento da situação. Assim, evitava tocar no assunto pois "Eu achava que poderia magoá-los [a família adotiva], tinha medo de que me considerassem ingrato, de que as coisas fossem diferentes. Então, ao mesmo tempo em que sentia necessidade de perguntar, ficava calado" ([Entrevista de Fabio Cezar] LUCCHESE, 2020, p. 163). Fabio Boari soube de sua adoção quando criança em uma sessão de terapia familiar, quando seu pai optou por contar, gerando um novo trauma: "Na minha memória ficou apenas a imagem do meu pai chorando, então eu me sentia culpado, como se tivesse feito algum mal a ele, para gerar aquelas lágrimas" ([Entrevista de Fabio Boari] LUCCHESE, 2020, p. 118).

O cineasta Kiko Goifman optou por contar sua história de busca pela família de origem em um documentário[10] que ele mesmo descreve como auto violência:

> Por causa da exposição da história que foi violenta para mim, para a minha mãe. O filme escancarou nossas vidas. Todo o processo foi muito doloroso e eu não queria machucar a minha mãe. Não estava procurando ninguém para substituí-la. Era uma curiosidade, queria saber sobre a minha origem. Isso foi difícil. Durante a busca, o desejo de encontrar essa mulher oscilava muito. Também tive medo de encontrá-la. E se isso acontecesse? Determinar o prazo de 33 dias para encontrá-la foi fundamental porque, já no primeiro dia, pensava: 'Bom, só faltam 32'[11].

Por outro lado, estava também a culpa em relação à família de origem. Era um direito dos adotados procurá-los? Acredito que aqui temos mais um mito ou estigma relacionado ao tema: o de que a família de origem – principalmente a mãe – em algum momento irá se arrepender, se questionar e buscar

10 *33* – dir. Kiko Goifman – São Paulo – 2003, 74 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=z9FpHXaAOLo.

11 Entrevista de Kiko Goifman em CIRENZA, Fernanda. "Laço desfeito. "Eu dei meu filho para adoção"'. Revista *Marie Claire*, edição 59, junho de 2004. Disponível em: http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML733264-1740,00.html. Acesso em: 10 jul. 2020.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

o destino da criança. De fato, a situação ocorre com frequência, mas não é o mais comum. Como vimos, muitas mulheres sofrem com o ressentimento, vergonha e culpa por não ficar com seus filhos. E o estigma e a fantasia pelo lado dos filhos os leva, muitas vezes, a considerar que a busca deve ser feita pela família de origem uma vez que foi quem optou pela entrega. O que Lucchesi traz em sua obra é o ponto de vista das crianças e o questionamento se fazia sentido "[...] entrar de novo na vida de um pai e de uma mãe que há trinta anos haviam deixado claro que não me queriam por perto" (LUCCHESE, 2020, p. 81).

Considerações finais

> *Dentro de culturas de dominação patriarcal capitalista de supremacia branca, crianças não têm direitos. O movimento feminista foi o primeiro movimento por justiça social nesta sociedade a chamar a atenção para o fato de que nossa cultura não ama crianças, continua a enxergar crianças como propriedade do pai e da mãe, para que façam com elas o que bem entenderem.*
> (hooks, 2018, p. 110)

Apesar de ser parte do que a Organização das Nações Unidas considera direitos humanos das mulheres e da Constituição Brasileira de 1988 considerar o planejamento familiar um direito do cidadão, a experiência da maternidade ainda é uma luta para muitas mulheres. O direito a *não ser* e o direito *a ser* mãe é marcado pelas variáveis de classe e raça. Sabemos que o aborto é proibido por lei no Brasil, mas é acessível à muitas mulheres que possuem condições de pagá-lo. No lado oposto, quando a intenção é conseguir engravidar a situação é a mesma; as práticas de reprodução assistida, por exemplo, não são acessíveis para a maioria da população brasileira. A mulher que não pode gerar uma criança muitas vezes não tem acesso às possibilidades de reprodução via inseminação artificial ou fertilização in vitro.

A solução, muitas vezes é a adoção. No primeiro momento em que precisei lidar com a questão da infertilidade conjugal me opus totalmente à possibilidade de reprodução assistida. Em minha mente, não há diferenciação entre a maternidade biológica e a adotiva, e reproduzia uma frase bem comum: "com tantas crianças precisando de uma família, como vou me submeter a um processo tão agressivo para meu corpo pela experiência da gestação?". Hoje, vejo essa frase de forma muito problemática, especialmente graças aos grupos de apoio à adoção que frequentei.

Nenhuma criança deve ser adotada na lógica do consolo ou da substituição por um filho biológico que não existe. É um peso imenso para qualquer

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ser humano, imaginem para uma criança que já passou por um processo traumático de separação familiar. Essa mesma lógica que, em muitos casos, leva os pais a optarem por ocultar a filiação: "Manter a adoção em segredo ajuda a criar a falsa impressão de que o processo de adotar não ocorreu, soterrando também a angústia e o pesar da limitação de fertilidade" (LUCCHESE, 2020, p. 37). Ao falar sobre sua vivência, Adriana enfatiza:

> Sou muito grata, porque tive a oportunidade de conviver com a minha história de forma muito natural. E acho que essa é a grande sacada sobre adoção. A gente tem que se conectar com aquilo que a gente é, saber de onde veio, ter o máximo de consciência possível da nossa história. Porque o conhecimento liberta. Quando a gente sabe a verdade, é possível trabalhar com ela da melhor forma possível ([Entrevista Adriana] LUCCHESE, 2020, p. 23).

Neste sentido, o que Adriana e Alexandre reforçam é que a verdade e o conhecimento de suas origens são importantes para lidar com a fantasia, a imaginação e as possibilidades de vida que não aconteceram. Em um de seus primeiros textos no livro Alexandre reflete sobre sua dificuldade em criar vínculos em determinados aspectos de sua vida. Apesar de sempre ter sabido de sua adoção, esteve constantemente pendente para ele "[...] a pessoa que eu poderia ter sido" (LUCCHESE, 2020, p. 35).

Mas não podemos ignorar que a instituição da adoção é marcada por violências, preconceitos e estigmas por parte da sociedade em relação às famílias não biológicas. Em alguns casos, são justificativas para ocultar a origem da criança: "Minha mãe não me contou nada porque achava que eu me tornaria rebelde, revoltado e violento" ([*Entrevista Jorge*] LUCCHESE, 2020, p. 46). O depoimento de Jorge me recordou uma experiência pessoal. Quando contei à uma senhora que eu e meu companheiro estávamos no processo para habilitação lhe pareceu a ela conveniente me aconselhar a não fazer isso. Segundo ela, uma família de conhecidos foi atacada pelo filho adotivo quando ele descobriu sua origem adotiva. Quando conto esse episódio muitas pessoas se assustam, mas, infelizmente, ele não foi isolado. Escutei histórias diversas de violência (por alguma razão, quase todas envolviam ataques com facas, o que nunca entendi). O preconceito é forte, de fato. Hoje, quando escuto algo assim gosto de citar um comentário da ex-deputada Manoela D'Avila em um evento em que nos juntamos para debater sobre maternidade lembrando de casos de filhos biológicos que assassinaram seus pais[12].

12 *Ciclo Feminista*: *Maternidades*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ams9H3fSFUI&list=PLQ2voZUXnQORvz97uP3v7XyUjiZjw_9Nx&index=3. Acesso em: 10 jan. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Uma das questões que aparecem na busca dos filhos adotivos por suas famílias de origem é o medo da reação que a família adotiva terá. Muitos temem ser considerados ingratos, ao mesmo tempo que o medo de romper o vínculo com seus filhos faz com que muitos pais biológicos mantenham o segredo da adoção. Para Alexandre Lucchese, que sempre soube: "Após conhecer pessoalmente a minha mãe de origem, a relação com meus pais adotivos melhorou muito, afinal o tabu maior da minha origem havia sido superado" (LUCCHESE, 2020, p. 68). Suzany de Oliveira também relata em seu depoimento uma aproximação com a família adotiva após conhecer a de origem: "Isso me aproximou muito do meu pai. Passamos a ter diálogos que não tínhamos antes. Às vezes ele me perguntava como estavam meus irmãos. Começou a ser um assunto natural dentro de casa" ([Entrevista de Renata] LUCCHESE, 2020, p. 78).

No livro *Histórias de adoção*: *as mães*, Solange Diuana e Ana Amélia Macedo trazem depoimentos de mães que adotaram seus filhos. Certo dia, uma querida amiga me escutou e acolheu em minha dor em todo o processo de tentante[13]. E me sugeriu ler esse livro. De fato, foi transformador e me ajudou a retomar as forças e me preparar para a longa jornada da adoção. Em sua breve introdução, Solange Diuana afirma que:

> A filiação biológica pode acontecer por acaso, mas a adotiva envolve buscas e escolhas que nos remetem a um vínculo familiar que precisa ser construído. Culturalmente, acredita-se que nas famílias biológicas este vínculo está garantido. Na verdade, tanto nessas famílias como nas adotivas o vínculo não é automático. O ser humano precisa nascer biológica e afetivamente para se construir. Desse modo, todos os filhos precisam ser adotados por suas famílias (DIUANA, 2017, p. 13).

Escutei e reproduzi essa ideia até pouco tempo, e ainda a vejo de uma forma majoritariamente positiva. Porém, hoje reflito com um pouco mais de crítica a partir do acompanhamento em redes sociais de filhos adotivos. Compreendo a importância política da reivindicação da identidade adotiva e da diferenciação dessas "adoções" socialmente. Em seu *blog* "Eu adotivo", Luiz Máximo explica o questionamento:

13 O termo tentante se refere a "[...] todas as mulheres que estão tentando engravidar, sejam aquelas que já realizaram algum tratamento para fertilidade ou aquelas que estão tentando engravidar de maneira espontânea. Segundo especialistas, um casal deve procurar ajuda profissional após um ano de tentativas de engravidar sem sucesso", Mater Prime, disponível em: https://materprime.com.br/tentantes/#:~:text=Tentantes%20s%C3%A3o%20todas%20as%20mulheres,tentativas%20de%20engravidar%20sem%20sucesso. Acesso em: 20 dez. 2021. É uma opção consciente e política que faço e incluir também as mães por adoção nessa categoria.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Normalmente, vejo essa frase sendo usada por pais (ou defensores da causa) na tentativa de reagir aos preconceitos sociais relacionados à adoção, como forma de explicar a obviedade de que "filhos adotivos são filhos de verdade", não havendo nenhuma diferença entre eles e os biológicos; ou ainda na tentativa de explicar aos filhos adotivos que eles são tão legítimos quanto qualquer filho biológico. Apesar de todas essas tentativas serem importantes, necessárias, verdadeiras e, em sua maioria, genuínas, fico incomodado justamente com a ausência da palavra "afetivamente" na construção da frase. Pode parecer que não, mas existe uma grande diferença entre "todo filho é adotivo, mesmo os biológicos" e "todo filho precisa ser afetivamente adotado, mesmo os biológicos".
> Sem contextualizarmos de que estamos falando da adoção de forma afetiva, essa frase ganha um caráter conformativo e homogêneo que permite, mesmo que indiretamente e não propositalmente, o silenciamento das vozes dos filhos por adoção, diminuindo ou anulando as singularidades e especificidades de suas histórias. Ela abre espaço para pensamentos generalistas que colocam em risco a real necessidade de se conversar sobre adoção com um filho adotivo, uma vez que essa realidade não se aplicaria para um filho biológico[14].

Para Maria Antonieta Motta, é fundamental questionarmos o mito do amor materno para pensar a situação da adoção: "A ideologia da maternidade vivida ainda em nossos dias confere a todas as mulheres a capacidade "natural" de amar os filhos e deles cuidar, sem restrições" (MOTTA, 2008, p. 68). Nesta lógica, Motta afirma que:

> Todos conhecemos a realidade retratada por Santos (1998)[15], quando diz que a vergonha e o medo de desafiar o mito do amor materno têm levado muitas mulheres a preferir abandonar sorrateiramente suas crianças em portas alheias, em latas de lixo e em locais os mais variados a fim de não terem de abrir mão voluntariamente do pátrio poder, tornando assim pública a sua ausência de condição material e/ou afetiva para exercer a maternagem (MOTTA, 2008, p. 71).

Assim, Motta propõe mudar o modelo de adoção fechada, o atual no Brasil para um modelo aberto. Segundo a autora, o modelo fechado tanto impede que as mães de origem tenham apoio em todas as fases da entrega

14 MÁXIMO, Luiz. Todo filho é adotivo ou precisa ser adotado?, publicado em 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.euadotado.com.br/post/todo-filho-%C3%A9-adotivo-ou-precisa-ser-adotado. Acesso em: 5 jan. 2022.

15 A autora se refere a SANTOS, L. S. Adoção: da maternidade à maternagem – uma crítica ao mito do amor materno". *Serviço Social & Sociedade*: Temas Contemporâneos, São Paulo, Cortez Editora, n. 57, ano XIX, jul. 1998.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

como priva os filhos de saber sua origem, inclusive importantes dados sobre sua saúde genética. Como afirma Lia Cecília, "Quando a gente vai ao médico, ele pergunta se tem isso ou aquilo na família. Não tinha como responder, porque não sabia" ([*Entrevista Lia Cecilia*] LUCCHESE, 2020, p. 144). Com a adoção aberta, as mães estariam disponíveis tanto para prover informações sobre seus filhos como saberiam se os mesmos estão bem, seguros, o que certamente as ajudaria a elaborar sua decisão de entrega.

Não pretendo trazer respostas, mas levantar dúvidas, questionar tabus e interpretações que ainda são tão enraizadas em nossa sociedade. A pauta da maternidade e dos direitos das crianças ganha cada vez mais força nos debates feministas contemporâneos. Mas, infelizmente, a adoção ainda permanece praticamente ignorada. Como aponta bell hooks "Enquanto a questão do aborto foi e permanece relevante para todas as mulheres, houve outras questões reprodutivas que eram tão vitais quanto, que precisavam de atenção e poderiam ter servido para incentivar multidões" (2018, p. 50). Descriminalização do aborto e reivindicação do direito das mulheres sobre suas maternidades de fato são demandas fundamentais. Porém, a valorização das mulheres e de seus filhos em nossa sociedade não pode ser feita ignorando e inviabilizando aquelas que entregaram seus filhos, que não exercem a maternagem mas são, sem dúvidas, mães.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

DIUANA, Solange. Histórias de vida. *In*: MACEDO Ana Amélia; DIUANA, Solange. *Histórias de adoção*: as mães. Rio de Janeiro: Fólio Digital; Letra e Imagem, 2017. p. 13-15.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, bell. *Teoria feminista*: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KEMELMAJER DE CARLUCCI, Aída; HERRERA, Marisa. Familia de origen vs. familia adoptiva: de las difíciles disyuntivas que involucra la adopción. Publicado em: Sup. Const. 2011 (noviembre), 20-LA LEY 2011-F, Decisão Comentada: Câmara de Apelaçõeses de Trelew, sala A ~ 2011-07-08 ~ Assessoria de Família e Incapazes nº 2 s/estado de pré-adotabilidade (C.L.C. E.). Disponível em: http://www.colectivoderechofamilia.com/wp-content/uploads/2015/05/AKC_MH.-Famila-de-origen-vs.-Familia-adoptiva.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

LUCCHESE, Alexandre. *Vida de adotivo*: a adoção do ponto de vista dos filhos. Passo Fundo, RS: Physalis Ed., 2020.

MAGALHÃES, Lívia G. Mãe é só quem cria? Reflexões sobre as mulheres na maternidade por adoção. *In*: CESARI, Paula; MAZNUCK, Andressa (org.). *Feminino Manifesto*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2021.

MAGALHÃES, Lívia G. Não se nasce mãe, não se nasce filho: torna-se: reflexões sobre feminismos, maternidade e adoção no Brasil contemporâneo. *In*: FORTES, Carolina C.; CARLONI, Karla (org.). *Mulheres tecendo o tempo*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 131-146.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *Mães abandonadas*: a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2008.

WINTERSON, Jeanette. *Por que ser feliz quando se pode ser normal? Memórias*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

BEATRIZ ROQUETTE BOJUNGA – DIRETORA DE PRODUÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO: entre o trabalho e o "brilho na sociedade"

Sheila Schvarzman[1]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Mulheres no Brasil Republicano[2] reconstrói trajetórias, indaga os acervos e relatos e a inexistência deles no embate com uma sociedade e com discursos que moldam e estabelecem lugares, formas de ser e saber: o poder possível das mulheres brasileiras a partir do final do século XIX. Nesse embate, essas mulheres se fazem sujeito, servem, negociam ou enfrentam os discursos estabelecidos sobre o que podem ou devem ser. Da mesma forma, pesquisadores podem também se deixar levar por discursos e escutas canônicas, marcadas por um foco específico, pela historicidade da historiografia, e dos questionamentos que eram postos às mulheres.

Assim, em muitos sentidos é necessário resgatar suas histórias de um emaranhado de narrativas estabelecidas, que encobrem o seu protagonismo, e fazê-las sujeito de atuação profissional para a qual, muitas vezes, não havia sequer, no Brasil, nome e nem reconhecimento, para além de uma "ajuda" a maridos, irmãos ou pais, conforme elas mesmas acreditavam estar fazendo, e torná-las protagonistas de profissões que assumiram e de que não percebiam a importância. As vertentes da História das Mulheres, sobretudo desde os anos 1970 e em diálogo com os estudos do discurso, dos saberes e poderes postos à História por Michel Foucault – e que fomentaram desdobramentos com Michelle Perrot e muitas mais nos Estudos Culturais, em especial com Stuart Hall, de gênero com Joan Scott até Judith Butler –, permitem e incitam estabelecer e nomear devidamente seus papéis. Nesse sentido, move-se também a história da atuação das mulheres no Cinema Brasileiro.

---

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi – SP. Esse texto foi apresentado originalmente na II Jornada de Estudos em História Cinema Brasileiro na UFJF, 2018. Dele resultou o artigo *De testemunha à protagonista*: *Beatriz Roquette Bojunga no Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936-1965)* publicado na Revista Estudos Ibero-Americanos 12/2021. O presente texto se baseia e utiliza em parte essa pesquisa, tendo ganho novo vulto, fontes e direcionamento no contato com o GP Mulheres no Brasil Republicano.

2 Ciclo de Palestras organizado por Karla Carloni e Lívia Magalhães, integrantes do Laboratório Brasil Republicano do Departamento de História da UFF, durante os anos de 2020 e 2021.

Dessa forma, abordaremos a trajetória de Maria Beatriz Roquette Pinto Bojunga (1911-1999) como *Diretora de Produção* no Cinema Brasileiro em seu trabalho no Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), órgão federal dirigido por seu pai, Edgard Roquette Pinto a partir de 1936, quando é criado, e onde vai permanecer até se aposentar, em 1965. Para atribuir a ela essa função, para além de "uma quebra galho" (como se referia ao seu trabalho), ou de "braço direito" do cineasta Humberto Mauro, como afirmam testemunhas, me baseei na escuta de seus depoimentos – embora eles não fossem originalmente sobre ela – nos depoimentos dos filhos Gilda e Cláudio Bojunga, de Mirce Gomes, funcionária do INCE, e da atriz Lídia Mattos, além da escassa documentação nos arquivos de Roquette Pinto, no Acervo de Gustavo Capanema, na Hemeroteca da Funarte e em filmes do INCE[3]. Esses materiais e acervos, aliados à escrita da História das Mulheres e delas no Cinema Brasileiro, que vem ganhando corpo sobretudo no século XXI, permitem ir mais longe do que ela mesma entendia sobre o seu papel na instituição. Assim fazendo, cabe dar a Beatriz Roquette Bojunga o reconhecimento profissional que as várias atribuições que exercia hoje demandam e que, no momento dos depoimentos, entre 1997 e 1998, como historiadora voltada à pesquisa sobre o Instituto Nacional de Cinema Educativo e Humberto Mauro, sequer me dei conta.

Por outro lado, no contato com o Grupo de Pesquisa *Mulheres no Brasil Republicano*, a discussão sobre as fontes e acervos dessa história em processo levaram a pesquisa à imprensa, na qual seria possível encontrar, segundo mencionara Beatriz, participações na divulgação do trabalho no INCE. As fontes disponíveis[4] trouxeram pouco dessas intervenções: aparece como jurada em concurso de poesia, desenhos infantis e outras de mesma natureza, com uma única referência significativa ao INCE. Já em notas esparsas, o seu nome surge desde 1925 em colunas sociais e acompanhamos, através de "Notas Mundanas", "Mundo de Madame" ou "O Nome da Semana", não só como ela se fazia notável, mas sobretudo o que é notável no "discurso das mídias" (CHAREDEAU, 2013).

Ao construir as mulheres 'dignas de nota' na esfera pública, as "práticas representacionais" do "espetáculo do Outro" (HALL, 2016, p. 139) referendam modelos sociais e culturais que as mulheres cumpriam para chegar a esse palco: o pertencimento de classe, a ligação com as camadas dirigentes; lugares de poder que, conforme se constata nessa notas, as habilitam a participar dos espetáculos da esfera pública noticiados pela mídia impressa, ao mesmo tempo

3 Há 4 documentos no Arquivo Casa de Oswaldo Cruz, fechado atualmente. Disponível em: http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/informationobject/browse?topLod=0&query=Maria+Beatriz+Roquette-Pinto+Bojunga. Acesso em: 30 jul. 2021.

4 Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *O Globo*. Todos os jornais foram acessados entre 15 de agosto a 19 de setembro de 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

que a menção a trabalho, ao menos até meados dos anos 1950, é inconciliável com os discursos construídos nessas notas, salvo quando escritoras, poetisas, declamadoras, pianistas, pintoras, que não têm exatamente uma profissão, são artistas, criaturas inspiradas. A partir de 1954, com a morte do pai, Beatriz torna-se testemunha da trajetória do atuante antropólogo (1884-1954) e, anos mais tarde, também do cineasta Humberto Mauro (1897-1983), com quem trabalha, e foi por essa razão que a conheci e frequentei sua casa.

A Beatriz que conheci com seus mais de 80 anos, mulher de grande presença e exuberância, falava da obra do pai e de Humberto Mauro permeada por uma paixão afirmativa, quase autoritária, sobre a contribuição do INCE e daqueles sobre os quais eu indagava. Falava também sobre sua atividade na instituição, o que instiga a pensá-la como uma mulher sob a influência do meio positivista de sua família e de muitos com quem terá convivido em suas redes de sociabilidade, positivismo tão presente nos meios cultos da Capital Federal na primeira metade do século XX (CARVALHO, 1998, p. 189-201; HOLLANDA, 1995, p. 158-160) e que se pode ver expresso nos ideais e em temáticas de filmes do INCE (SCHVARZMAN, 2004, cap. 2-4). A leitura das notas sociais da imprensa, ainda que esparsas e breves, mas cobrindo mais de 60 anos, permitem entrever a convivência e os papéis performados (BUTLER, 2018) por essa filha de *Missionários do Progresso* (HERSCHMANN; KROPF; NUNES, 1996, p. 11-67/155-224) em meio ao mundanismo da mesma Capital Federal, entre suas elites econômicas e dirigentes. Vê-la sob a ótica pública da imprensa permite observar suas convenções, pautas do que era cabível dizer das mulheres nesses espaços, e para as quais elas se prestavam em seu 'papel de mulher'. No exame dos discursos a partir dos depoimentos que tinham por centro uma instituição criada durante a Ditadura Vargas, as aspirações de construção do Brasil, das transformações pela educação através de poderes mágicos e persuasivos atribuídos ao cinema, à imprensa, que foca Beatriz em distintos períodos de sua vida, o protagonismo torna-se mais complexo, seja por aquilo que narra de si, como pelo que se diz sobre ela. Narrativas que permitem entrever o que era uma mulher de classe abastada, de boa formação cultural, que trabalhava, quando a maioria delas não o fazia. Uma funcionária pública como tantos homens de mesma extração social.

"Eu era a Xuxa do meu tempo"

Maria Beatriz Roquette Pinto Bojunga nasceu em 25 de janeiro de 1911 na cidade do Rio de Janeiro, filha de um médico que se torna antropólogo. Ele é casado com Riza Batista, filha do médico Henrique Batista, com quem Roquette Pinto havia trabalhado. Em comum, o ideário positivista que o avô

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

segue de maneira fervorosa. Fervor de que a neta partilha, começando pela inscrição no seu nome[5]. A menina estuda no *Sacre Coeur*, aos 6 anos recebe um "prêmio de animação"[6]. Em 1921, com 10 anos os pais se separam. Ela fica com a mãe, mas será parceira inseparável do pai em suas atividades, principiando pelo Museu Nacional. Em 1924, entra no Colégio Pedro II. Em 1925, com 14 anos, numa viagem de férias, imbuída do altruísmo positivista, escreve ao pai sobre o seu contentamento ao ver, em uma escola local, como "menores abandonados" estavam sendo bem encaminhados. Conversou com um deles, que respondeu corretamente às suas respostas e soube que iriam para uma escola agrícola: "São destas escolas que o Brasil precisa para que não haja meninos pela rua aprendendo vícios"[7]. Nesse mesmo ano, apresenta o *Quarto de Hora Infantil* da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada por Henrique Morize e pelo pai em 1923[8], em que conta histórias infantis. No "Tico Tico Mundano"da revista *Tico Tico*, está "Na Berlinda com meninas e rapazes de Copacabana (Posto 6) [...] por ser a mais linda"[9]. Apesar de já trabalhar num programa de rádio para crianças, o que o mundanismo presente até numa revista infanto-juvenil ressalta é sua beleza, atributo que a acompanhará nas notas ao longo de anos. Entre 1926 e 1927, é referida nas "Mundanidades" da *Gazeta de Notícias* na coluna "Binóculo": está presente com a mãe na inauguração do *Joquey Club*, na praia, coletando donativos ou num aniversário que "reuniu uma multidão da mais alegre e elegante juventude da nossa sociedade"[10].

Em 1927, a mãe casa-se com o capitão Jorge Dodsworth Martins, que Beatriz considera um segundo pai. No final desse ano, em seguidas edições de *Beira Mar*, *órgão das praias Copacabana*, *Ipanema e Leme*, participa do concurso "Quais as rainhas desses postos balneários" e, dentre dezenas de concorrentes (cujos votos eram comprados na revista), Beatriz chega ao segundo lugar do Posto 6 com 2702 votos! O que dizer do tamanho da sua votação? São fãs na rádio, amigos, familiares?[11] Apesar de vencedora, é a única concorrente que não tem a foto na primeira página do jornal – o prêmio – publicada. Censura da família? No final de 1927, já havia partido para Paris, onde seu padrasto torna-se adido naval na Embaixada Brasileira durante três

5 Beatriz, a musa de Dante Alighieri, um dos sábios cultuados pelos positivistas.

6 Arquivo Roquette Pinto. Academia Brasileira de Letras. Série Radiodifusão. Subsérie Rádio Sociedade. Diploma, 1917, Dossiê 25.5.18. Caixa 10.

7 Arquivo Roquette Pinto. Academia Brasileira de Letras. Série Radiodifusão. Subsérie Rádio Sociedade. BOJUNGA, Beatriz. [Correspondência]. Destinatário: Edgard Roquette Pinto. 19 fev. 1925. Carta. Dossiê 25.5.18. Caixa 10.

8 *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1925, p. 7.

9 *Tico Tico*, Rio de Janeiro, 4 mar. de 1925, p. 4.

10 *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 set. 1927, p. 5.

11 *Beira Mar*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1928, p. 1.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

anos. Paulo, o irmão mais velho, foi impedido pelo pai de acompanhá-los. Deveria ficar ao seu lado e preparar-se para o curso de medicina. Em Paris, Beatriz faz o liceu, visita a casa de Augusto Comte, encontra-se com Villa Lobos e, nas cartas, pede conselhos a Roquette Pinto sobre o que fazer, pois quer trabalhar com ele quando voltar[12]. Ali conhece Paulo, seu futuro marido. O curso de *PCN – Physique*, *Chimie*, *Sciences Naturelles* feito em Paris a habilita a entrar em medicina, o que quer fazer na volta ao Brasil. No entanto, a família da mãe a proíbe. A família positivista. Segundo suas lembranças e a dos filhos, eles alegaram que, "ela é muito bonita. Não pode ir à faculdade"[13]. Certamente devia ser, pois seu nome aparece na eleição de Miss Brasil de 1929, que se fazia por votos, e, mesmo estando fora do país, obtém 50 votos![14] Extensa rede de amigos fiéis? Quando retorna ao país, em março de 1930, não vai à faculdade de medicina como o avô, o pai ou o irmão. Volta à Rádio Sociedade, onde o *Quarto de Hora Infantil* torna-se *Quarto de hora da Tia Beatriz*, voltado agora à iniciação científica para crianças, com emissão escrita por Roquette Pinto e apresentada por ela.

Os programas versavam sobre "Por que não vemos o ar", "As abelhas.", "O oxigênio", "O arco íris"[15]. Pelos roteiros que Beatriz lia e que tinham em torno de 16 páginas manuscritas, os programas começavam com uma questão feita por alguma criança, e o nome de meninas é bem frequente, o que leva a supor que Roquette não pensava a ciência e o conhecimento como algo preferencialmente masculino: "Mariazinha perguntou a Tia Beatriz, pelo telefone, por que chove muito nos lugares altos?"; "Yvone quer saber por que são verdes as folhas"[16]. Tia Beatriz, a jovem locutora, tinha muitos ouvintes e, apesar de seus 19 anos, como uma tia, era confundida com uma velhinha de cabelos brancos, segundo as cartas que recebia. Gilda atribui a confusão ao estado ainda precário dos transmissores. Seu sucesso pode ser medido também pelo uso de seu nome em um anúncio: "Ouça, Lili... é a Tia Beatriz. Vejam a alegria deste menino ouvindo a Hora Infantil da Tia Beatriz. Adquira um rádio Crosley e aproveite esta útil e agradável distração, proporcionando um prazer inefável às suas crianças"[17].

12 Arquivo Roquette Pinto. Academia Brasileira de Letras. Série Radiodifusão. Subsérie Rádio Sociedade. BOJUNGA, Beatriz. [Correspondência]. Destinatário: Edgard Roquette Pinto. Paris, 19 fev. 1928. Carta. Dossiê 25.5.18. Caixa 10. Carta.

13 BOJUNGA, Gilda. [Depoimento], 2018. Acervo pessoal. BOJUNGA, Cláudio. [Depoimento], 2018. Acervo pessoal.

14 *A Noite*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1929, p. 1.

15 Arquivo Roquette Pinto. Academia Brasileira de Letras. Série Radiodifusão. Subsérie Rádio Sociedade. Dossiê Programa Tia Beatriz, 21 abr. 1931. Caixa 10. Doc. 18. Os outros roteiros estão sem data.

16 Arquivo Roquette Pinto. Academia Brasileira de Letras. Série Radiodifusão. Subsérie Rádio Sociedade. Dossiê Programa Tia Beatriz, 21 abr. 1931. Caixa 10. Doc. 18. Os outros roteiros estão sem data.

17 *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, jan. 1932, p. 13.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Seria isso um *merchandising* consentido pela Rádio Sociedade? Além de apresentadora, Beatriz é diretora artística da rádio. Ela faz os contratos e paga cantores e atores como Francisco Alves e Elisinha Coelho. "Eu ganhava 500 mil réis pela direção da parte artística da rádio e 500 mil réis pelo *Quarto de hora*. Eu ganhava mais do que o meu marido, que era médico-cirurgião do Miguel Couto. Ele ganhava 980 mil réis. Mas eu dirigia aquela rádio toda"[18]. Beatriz é ainda responsável por um Coro Orfeônico, prática incentivada por Villa-Lobos, frequentador da rádio. Ali conheceu Lídia Mattos, a atriz mirim que, anos depois, iria trabalhar com Humberto Mauro no INCE[19]. "Minha estrela era a Lídia Mattos que começa com sete anos". Esse Coro Orfeônico organizado por Beatriz e composto por centenas de crianças[20] vai cantar na cerimônia do seu casamento em 1934, e o casamento será irradiado pela Rádio Sociedade. Como comentou em 1997, "eu era a Xuxa do meu tempo": uma celebridade da época. Sugestiva essa comparação de Beatriz com a atriz que, em 1997, era o grande sucesso do público infantil na televisão. Dado esse sucesso na rádio, "no meu casamento [em 1934] um orfeão das minhas crianças cantou uma Ave Maria composta por papai no dia do meu nascimento"[21]. Segundo ela, foi o primeiro casamento irradiado pelo rádio. Notemos a alusão a "minhas crianças", fator que aponta a repercussão de sua participação na rádio e a relevância desse Coro Orfeônico tão incentivado por Villa-Lobos e pelo próprio Roquette Pinto, que acreditavam que o Brasil se uniria em uma só voz! Apesar do ineditismo da irradiação de um casamento, não há nenhuma nota na imprensa sobre o enlace ou a irradiação. Segundo a filha Gilda, o casamento foi filmado[22]. Essa 'traição' da memória de Beatriz sobre o próprio casamento e a comparação com Xuxa merecem atenção. A filmagem de um casamento não era habitual nos anos 1930, mais cara do que o fotógrafo obrigatório, mas as famílias abastadas como a de Beatriz e seu noivo podiam fazê-lo e a exibição do filme era restrita ao círculo familiar. Distante de uma irradiação pública conforme a lembrança de 1997, associada à imagem de Xuxa que evocou, talvez tenha desencadeado em D. Beatriz essa ilusão sobre o seu passado. Paul Ricoeur (2007, p. 25-70) nos ajuda a entender essa fabulação em torno da memória do passado, mas ela é sobretudo, elucidativa de como se via naquele momento. Por outro lado, cabe lembrar que os aparelhos de rádio, ainda que mais acessíveis, ainda não eram populares, assim como a Rádio Sociedade, cujo alcance dos transmissores era restrito, uma das razões de sua doação, ao governo federal em 1936, por Roquette

18 BOJUNGA, Beatriz. [Depoimento], 1997. Acervo pessoal.
19 MATTOS, Lídia. [Entrevista concedida a] Sheila Schvarzman, 1997.
20 Falou em 300 crianças. Exagerou bastante, evidência que a filha Gilda confirmou.
21 BOJUNGA, Beatriz. [Depoimento], 1997. Acervo pessoal.
22 BOJUNGA, Gilda. [Depoimento], 16 de agosto de 2021. Acervo pessoal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Pinto. Havia audiência, os jornais noticiavam a sua programação, mas era um círculo limitado que tinha então acesso à cultura no Brasil, na Capital Federal, antes de 1936 e 1937 com o Estado Novo.

Apesar da ausência de nota sobre o seu casamento, nesse período ela aparece em chá de caridade, desfila na Av. Rio Branco, é jurada do concurso "Qual é o maior poeta moço do Brasil", junto de poetisas, declamadoras, pianistas, escritoras, a bailarina Eros Volúsia, Carmen Miranda e Cecília Meirelles[23].

Ela entrava no estúdio!

"Mas a mamãe entrava no estúdio!". Foi essa afirmação de Gilda Bojunga[24] que chamou minha atenção para as atividades de Beatriz no INCE, órgão do Ministério de Educação e Saúde criado na gestão de Gustavo Capanema para a produção de filmes documentários ou docudramas encenados, designados então como educativos. Eram filmes destinados à educação pela imagem e voltados não apenas a servirem como suporte pedagógico nas escolas, mas para diferentes plateias, alguns exibidos nas salas comerciais de cinema. A realização dos filmes era do cineasta Humberto Mauro[25].

A afirmação de Gilda sobre a mãe foi surpreendente, pois D. Beatriz atendeu a mim e a vários pesquisadores em entrevistas sobre o INCE e Humberto Mauro, e os trabalhos que desenvolviam no órgão, mas todos se referiram a 'ajuda' ou a sua atividade como secretária (AGUIAR, 1999, p. 81; RAMOS, 2012, p. 225; SCHVARZMAN, 2004, p. 222; SOUZA, 1990, p. IV), ela nunca teve seu trabalho na escolha de temáticas, elaboração de roteiros, produção e divulgação desses filmes devidamente avaliado e creditado. Envolvidos pelas narrativas sobre o trabalho significativo de seu pai, ou do diretor cinematográfico, o caráter de suas atividades na produção e divulgação dos filmes e na manutenção do próprio órgão por 30 anos não foi devidamente observado. Da mesma forma, ela mesma não deu ao seu trabalho o caráter profissional que hoje se busca encontrar nas tarefas desenvolvidas por mulheres em atividades em que sua presença não era ressaltada, cabível ou fugia aos padrões de um "trabalho feminino". Ela falava de si nessas atividades

23 *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, jul. 1932, p. 8.

24 Em 2017 abordei em artigo a carreira de Gilda Bojunga no INCE e no cinema brasileiro (SCHVARZMAN, Sheila. Gilda Bojunga: Caminhos e percalços de uma afirmação. *In*: HOLANDA, Karla; TEDESCO, Mariana (org.). *Feminino e Plural*: Mulheres no Cinema Brasileiro. Campinas: Papirus, 2017, p. 31-41).

25 Humberto Mauro (1897-1983) começa em 1925 em Cataguases (MG). Em 1930, no Rio de Janeiro, na Cinédia de Adhemar Gonzaga, realiza *Ganga Bruta* (1933) e os musicais *Favella dos Meus Amores* (1935) e *Cidade Mulher* (1936) na Brasil Vita Filmes de Carmen Santos. Entre 1936 até 1967, trabalha no INCE, onde produz 356 documentários e docudramas. Realiza ainda o longa-metragem *Argila* (1940) e *Canto da Saudade* (1952). Influenciou e ajudou cineastas como Nelson Pereira dos Santos, Davi Neves, Glauber Rocha, Rogério Sganzerla e outros (SCHVARZMAN, 2004).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

como um "tapa-buraco", embora, ao longo do tempo, tenha se tornado "o braço direito" de Humberto Mauro, conforme os testemunhos e ela mesma quando falava da proximidade e afinidade com o diretor, o que significa que esteve envolvida nas filmagens no estúdio exclusivo de Humberto Mauro e sua equipe de técnicos. Nos anos 1980 e 1990, quando os depoimentos foram recolhidos, tratava-se ainda de lançar luz sobre a filmografia de Humberto Mauro no Instituto Nacional de Cinema Educativo num período controverso como a ditadura Vargas, o papel de Edgard Roquette Pinto na filmografia de Mauro, em meio à visão negativa que a historiografia do cinema brasileiro tinha então sobre esse período e seus principais personagens, aliada à inexistência da documentação, sobretudo escrita, desaparecida quase por completo, assim como muitos dos filmes, hoje acessíveis[26].

Além disso, os estudos sobre mulheres no cinema brasileiro já vinham se esboçando desde os anos 1980, com os livros de artigos de Munerato e Oliveira (1982) e Heloísa Buarque de Hollanda (1989), que procuram recolher dados sobre a atuação de mulheres desde os primórdios do cinema brasileiro, e posteriormente na tese de mestrado de Ana Pessoa sobre Carmen Santos, de 1992, mas ainda não haviam se adensado. O protagonismo feminino atrás das telas, com a exceção da pesquisa de Pessoa (2002), publicada 10 anos depois, era ainda praticamente ignorado.

As questões têm sua historicidade e sua temporalidade (HARTOG, 2014; KOSELLECK, 2014). Enxergar a mulher como objeto de estudo foi uma tarefa longa e discutível, como observou Perrot (1984), uma vez que "é o olhar que constitui o objeto" (p. 12), o que, obriga a "Mudar a direção do olhar histórico e, assim, interrogar o presente" (p. 15). As tarefas femininas, e foram muitas as mulheres que trabalharam no INCE na preparação dos filmes, caso de Beatriz, Gilda Bojunga ou Mirce Gomes, e mesmo na produção ou distribuição dos filmes e sua divulgação. Na verdade, o foco que foi dado às pesquisas sobre o INCE levou em conta o trabalho de Humberto Mauro, dada sua importância para a história do cinema brasileiro, o papel de Edgard Roquette Pinto, como o seu diretor e homem ligado às redes sociais, culturais e políticas de seu tempo, e o caráter ideológico dessas produções oficiais. É só quando a historiografia enlaça os aportes da reflexão sobre as mulheres e os estudos de gênero que se dá relevo e protagonismo a atribuições, funções e práticas que as visões anteriores minimizaram ou sequer podiam enxergar.

Dessa forma, não foi dado o crédito devido a profissionais que ali atuaram e ao tipo de atuação que exerceram. Beatriz, depois de 30 anos no órgão, tornou-se testemunha e fonte. Mas havia mais do que isso e foi possível,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

26 Os filmes citados foram digitalizados e estão no Banco de Conteúdos Culturais em: http://www.bcc.org.br/colecoes/ince. Acesso em: 2 jan. 2022.

sobretudo a partir do depoimento de Gilda Bojunga, "mudar a direção do olhar histórico", e fazer uma nova escuta do antigo material para o qual não havia notado a extensão do papel de Beatriz.

O Cinema Brasileiro

Para pensar mulheres trabalhando no cinema educativo brasileiro é preciso levar em conta o que era o cinema brasileiro dos anos 1930 até os 1960, como era visto e como era visto o trabalho de mulheres nesse meio de muito pouco prestígio junto ao público, sobretudo letrado, atividade economicamente frágil e, no que concerne à realização, essencialmente masculino, exceção feita a Eva Nil (ARAÚJO, 2017, p. 102-125) e Cléo de Verberena (ARAÚJO, 2021), atrizes e realizadoras de um filme só. Nos anos 1930, com a chegada dos *talkies* aos grandes cinemas das capitais, os filmes brasileiros regionais que vingaram desde meados dos anos 1920 até o início dos anos 1930 em Recife, Cataguases, Belo Horizonte, Pelotas, Campinas, ou São Paulo e Rio de Janeiro, não conseguem concorrer com a nova tecnologia introduzida pelos americanos. Havia essa e outras restrições que dizem respeito ao próprio sistema de exibição no Brasil: as salas de cinema estão reservadas preferencialmente aos filmes estrangeiros – sobretudo os americanos, os filmes nacionais tinham que pagar altas taxas para as salas de cinema para serem exibidos, e dessa forma não conseguiam renda com a bilheteria para se pagar; sua permanência em cartaz era difícil. Ainda que houvesse atrizes que vinham do teatro, ou mesmo do canto lírico, podemos imaginar que fazer cinema no Brasil não era uma grande aspiração de profissionalização para mulheres, ou ao menos para as suas famílias. Caso exemplar de cantora lírica no cinema é Gilda de Abreu (Pizoquero, 2006), que se tornará também diretora em 1946, com *O Ébrio*, melodrama de enorme sucesso de público, cujo protagonista era seu marido, o cantor Vicente Celestino.

Na seção "Cartas ao Operador", de *Cinearte*, é possível pesquisar mais a fundo o tema. No entanto, apesar da atração que o cinema exercia nas plateias, a maioria das cartas enviadas à redação pedem informações sobre os grandes estúdios americanos[27]. É nesse cenário de anos 1930, em que a atriz Carmen Santos era a única mulher produtora que tinha expressão para além das telas, que se pode inserir Beatriz Bojunga, cuja carreira se desenvolve no cinema educativo.

O Instituto Nacional de Cinema Educativo

O Instituto Nacional de Cinema Educativo foi criado em 1936, no Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema. Dirigido por Edgard

27 Biblioteca Digital das Artes e do Espetáculo. Disponível em: http://www.bjksdigital.museusegall.org.br/.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Roquette Pinto, o órgão respondia à demanda de educadores e outros intelectuais, em especial Roquette Pinto, que, desde os anos 1920, estavam interessados em utilizar o potencial do cinema para os fins "corretos" da educação. Sua criação ia ao encontro de projetos do governo de Getúlio Vargas, que se voltavam para a utilização política dos meios de comunicação massivos. Humberto Mauro, como diretor artístico, e Beatriz Bojunga juntavam-se à pequena equipe que tocaria o ambicioso projeto de usar o cinema na educação, num país onde os meios de transportes e os caminhos por onde os filmes iriam encontrar quem deles necessitava eram precários, a eletricidade que movia os projetores pouco distribuída e as escolas, carentes – inclusive desses aparelhos. Mesmo assim, em seus primeiros dez anos de atuação, que coincidiram grosso modo com o Estado Novo, foram produzidos 244 filmes, numa média entre mais de 30 até menos de 15 filmes por ano (SCHVARZMAN, 2004, p. 381), atingindo lugares distantes, alguns enviados para o exterior, embora a exibição significativa se desse na Capital Federal, estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (SCHVARZMAN, 2004, p. 223-227).

Por que Beatriz Roquette Bojunga, uma jovem senhora de família abastada, esposa de um médico, com uma filha pequena (Gilda nasceu em 1935), vai trabalhar com o pai no Cinema Educativo? Por que deixar os filhos – ela terá ainda um menino, Cláudio em 1939 – com uma babá, ao invés de se dedicar à educação deles, como seria "natural" num momento em que mulheres não trabalhavam e o trabalho feminino em sua classe social e mesmo nas classes médias era malvisto pelos próprios maridos, que o proibiam como atestado de que não eram capazes de sustentar suas casas?

Ninguém fez essa pergunta a D. Beatriz. Em seus relatos, com seus mais de 80 anos, sua atividade parecia natural, dado o entusiasmo e a paixão pelo que relatava e que era, afinal, o que interessava aos interlocutores. Ainda que tivesse tido protagonismo, as atenções não se voltavam a ela. Dessa forma, não se pensou nela como uma jovem mãe que deixava seus filhos e saía para trabalhar, enquanto a maioria das mulheres como ela não o fazia. Mas, talvez, esse desconhecimento, que era então desinteresse, em parte sanado pela nova escuta dos seus depoimentos e agora dos seus filhos, somado à trajetória do pai, de sua família e do país naquele momento permitam levantar algumas hipóteses para pensar de forma mais ampla o trabalho de mulheres dessas camadas entre os anos 1930-1960 e, em seu caso especial, no cinema brasileiro educativo. No entanto, é importante pontuar, se tomarmos a imprensa como fonte nesse período, abordando a sua beleza, a presença em eventos filantrópicos, sociais e até mesmo numa revista que reconhece que é uma "brilhante conversadora que fez até estudos científicos"[28], isso parece espantoso vindo

28 *Revista Franco Brasileira*, Rio de Janeiro, ago. 1951, p. 31.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

de uma mulher. A ocupação possível que pode ter uma mulher nessas colunas só será referida em 1955. Refletiremos a respeito mais abaixo.

O trabalho no Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936-1965)

> Ao longo do tempo Humberto Mauro constituiu a pequena equipe com quem trabalharia durante toda a vida: os fotógrafos Manoel Ribeiro e José de Almeida Mauro, o laboratorista Erich Walder e o assistente Matheus Collaço, sem esquecer a figura fundamental de Beatriz Roquette-Pinto Bojunga que, além de secretária do INCE e responsável pela Filmoteca circulante, colaborava nos filmes como cenógrafa, figurinista, costureira, assistente de produção, pesquisadora e atriz (SOUZA, 1990, p. IV).

Nesse texto, Carlos Roberto de Souza expõe atribuições de Beatriz no INCE. A primeira e fundamental foi a constituição de um grande fichário de escolas e entidades passíveis de se interessar pelos filmes, o "Fichário Circulante", por meio do qual listou escolas interessadas em receber os filmes. Eles podiam ser retirados pessoalmente ou enviados pelo correio. Além das escolas, havia também associações profissionais e filantrópicas. Tanto Beatriz quanto Gilda, que a sucedeu nessa tarefa central para a instituição, além de comporem e ampliarem o público dos filmes, participavam da sua distribuição: recebiam os pedidos e cabia a elas indicar os mais apropriados e reuni-los no lote de quatro filmes que era enviado. Atuavam para a formação de público como mediadoras culturais (GOMES; HANSEN, 2016, p. 14), balanceando o conteúdo entre conhecimento e diversão, estruturando programações para manter a atenção e o gosto pelos filmes, educativos ou não. De acordo com o seu testemunho, que não é muito preciso nas datas, ela preparava, um pacote com quatro filmes que eram enviados às escolas que os solicitavam. Dois deles produzidos pelo INCE; um terceiro, comprado [ou emprestado e copiado] da *Kodak*, que versava sobre temas gerais, que eram adaptados ao público brasileiro – em geral, o sentido era modificado pela locução de Roquette Pinto. Para fechar a programação, um desenho animado ou um filme cômico. A "sobremesa", conforme Roquette; um prêmio depois da lição. Essa era também a estrutura dos programas que exibiam aos domingos no Cine Glória[29] às 10 horas até meados dos anos 1940:

> Eu escolhia as escolas. Telefonava e oferecia tantos lugares. Depois de passar os filmes, passava um complemento de desenho animado, *Carlitos*, *O Gordo e o Magro*... Tinha que botar um açúcar na boca da criança. Você

29 Na Cinelândia, Rio de Janeiro, RJ.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> não pode querer que a criança veja só esses filmes, que eram de física, de química, de tudo. *Kodak* mandava e deixava tirar cópia[30].

Esse fichário era, assim, o lugar em que o projeto educativo se concretizava com a devida divulgação e exibição dos filmes. E nas fichas, com as marcações da circulação do que produziam, a confirmação da relevância da instituição e de seu alcance. Esse setor era o coração do Instituto, razão de ser da produção dos filmes, eixo do projeto de Roquette Pinto. E essa preocupação com o destino dos filmes é perceptível num artigo encomiástico sobre o INCE de 1944 (RIBEIRO, 1944) em que Humberto Mauro fala ao repórter de como esse setor documenta os "milhares de intercâmbios que realizamos"[31]. Ou seja, o INCE e os 225 filmes (SCHVARZMAN, 2004, p. 381) que haviam sido rodados até aquele momento estavam justificados contra qualquer ataque contrário à manutenção de um setor autônomo de produção de filmes educativos pelo Estado, ou sua assimilação à propaganda, como pretendeu em 1942, sem sucesso, Lourival Fontes, que chegou a redigir um decreto para tomar as bem equipadas instalações do INCE para o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), já que não tinha nem mesmo estúdio próprio.

É na dinâmica da distribuição dos filmes para as escolas que foram devidamente levantadas e cadastradas por Beatriz, com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e demais instituições interessadas na exibição de filmes, que se pode compreender a extensão das responsabilidades de Beatriz dentro das possibilidades materiais daquele momento – as grandes aspirações do pai, de educadores e do próprio Ministério da Educação e Saúde em relação ao cinema, "a escola dos que não tiveram escola" (ROQUETTE-PINTO,1933, p. 1), ou mesmo de Getúlio Vargas, que via no cinema "O livro das letras luminosas" (VARGAS, 1938, p. 183).

Essas atividades habilitam-na a opinar sobre as produções a serem feitas. Envolvia convites a especialistas que queriam mostrar seu trabalho, pedidos do Ministério da Saúde e Educação e outros. "Vamos fazer Machado de Assis. Daí papai dizia: 'Olha precisamos disso, precisa daquilo, preciso de uma mão'. Aquela coisa [...]"[32]. "Uma mão, aquela coisa" envolvia justamente as atividades características da produção de um filme: contatos, locações, agendamentos de filmagens, especialistas para os roteiros. Ou ainda indicação de elenco, como aconteceu com Lídia Mattos, que Beatriz conhecia e que vai fazer o papel da Princesa Izabel em *O Despertar da Redentora* (1942)[33], encenação

30 BOJUNGA, Beatriz. [Depoimento], 1997. Acervo Pessoal.

31 Aqui quem exagera é Humberto Mauro.

32 BOJUNGA, Beatriz. [Depoimento], 1997. Acervo Pessoal.

33 O DESPERTAR da Redentora. Direção: Humberto Mauro. Rio de Janeiro: INCE, 1942. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x59Ej0ISdHk. Acesso em: 14 mar. 2020.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

de um texto de Maria Eugênia Celso sobre a Abolição da Escravatura, que associava o 'nobre ato' à consciência de Izabel, despertada quando jovem, ao ver os padecimentos de uma menina escravizada (SCHVARZMAN, 2004, p. 279-285). E também conseguir locações, objetos de cena, cenografia e figurino de época em produções como *Um Apólogo* (1939), *Carlos Gomes – O Guarani* (1944) e muitas outras. Ou seja, atividades diferentes e específicas que exigem conhecimento e discernimento profissional. "Eu era tudo: era *script-girl*, levava sanduíche, era assistente do Mauro: 'D. Beatriz, precisa de uma pessoa subindo a escada. A senhora amanhã arranja uma roupa bonita'. Lá vinha eu no dia seguinte, subindo a escada – está lá no filme (RUY BARBOSA, 1949)"[34]. Ora, se era *script-girl*, ou seja, continuísta, devia ser presença constante no estúdio, ao menos nos filmes com encenação:

> O que precisava, eu fazia. Em *Henrique Oswald* (1942) eu apareço embalando uma criancinha – que é um bonequinho – na casa de uma amiga minha (uma bela locação que ela conseguiu). Era aquela coisa: precisava, nem punha nome nem nada. 'Precisa de uma pessoa assim'. Lá íamos nós[35].

Nessa lembrança, o crédito inexistente sobressai como uma qualidade. Como se ela não reconhecesse nessa atuação algo profissional ou importante. Ao contrário, estava sempre pronta a ajudar. Como observa Michelle Perrot, a ausência primeira é dos relatos das próprias mulheres. E aqui Beatriz faz questão de mostrar que ajudava, mas que seu papel era quase irrelevante. "Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra" (PERROT, 2007, p. 17). Havia aí também, certamente, o cuidado com o nepotismo, pois era a filha do diretor do INCE, cujo nome também aparece pouco nos créditos. São igualmente raras as fotos em que aparece. Altruísmo positivista? Em parte. Os créditos dos filmes do INCE eram sumários e muitas das funções eram resumidas sob o termo "Realização Técnica do INCE". Isso encobria o trabalho técnico específico dos homens – fotografia, montagem – e o das mulheres na pré-produção, que não era reconhecido, a política do INCE parecia ser não destacar nomes e sim a realização, o filme[36].

Dessa forma, é de supor que Beatriz estivesse por trás da produção de um número considerável de filmes que demandavam contatos com especialistas, locações, pesquisa, pesquisa iconográfica de imagens – muito utilizadas nos filmes, sobretudo históricos, como os *Bandeirantes* (1940), *Castro Alves*

34 BOJUNGA, Beatriz. [Depoimento], 1997. Acervo Pessoal.

35 ROCHA, Renato. [Entrevista] sobre Roquette-Pinto". *Rádio Mec*, 1990.

36 Agradeço a Luciana Corrêa de Araújo por me chamar a atenção sobre essa faceta do INCE que é também parte da creditação fílmica, como se desenvolveu no Brasil.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

(1948) ou *Barão do Rio Branco* (1944) –, mas é importante apontar também que aos poucos, no final dos anos 1940 e anos 1950, forma-se uma equipe de moças que se encarregam dessas pesquisas, como Clélia Coqueiro, Terezinha[37], que era também secretária e, como Gilda Bojunga, gostava de espiar o trabalho no estúdio de filmagem (onde não eram admitidas), ou Gilberta Mendes, filha de Jurandyr Noronha, funcionário do INCE, realizador e pesquisador de cinema brasileiro. A bibliotecária Hilda Schmidt Vasconcelos, pertencente ao mesmo círculo social de Beatriz e madrinha de Gilda, falava várias línguas, traduzia textos e legendas de filmes, participava das adaptações dos filmes estrangeiros. Um ambiente ao mesmo tempo "familiar" e de alto nível, no qual as mulheres podem trabalhar sem que isso prejudique a sua reputação. Mirce Gomes[38], Gilda e Terezinha emprestavam suas vozes para os filmes que eram adaptados, ou mesmo quando era necessário sonorizar diálogos. Outros créditos inexistentes, outros trabalhos e práticas culturais significativas, sequer nomeadas, não reconhecidas. Práticas que revelam a forma de produção cinematográfica possível num órgão federal com um orçamento apertado e no qual os e as profissionais "quebravam galhos", além de suas atribuições originais, como locutores, dubladores, atores ou figurantes.

Um dado que corrobora a atribuição das tarefas de Beatriz como diretora de produção é o fato de que, em torno de 1953/1954, ela deixa a Filmoteca quando a filha Gilda entra para o Instituto e assume esse posto essencial. Passagem simbólica e concreta de um legado: a aspiração transformadora de Edgard Roquette Pinto em torno do cinema educativo. Dessa forma, Beatriz estava mais livre para atividades de produção dos filmes.

Em *Associação Cristã Feminina do Rio de Janeiro*, de 1955, Beatriz é creditada pela "Assessoria Técnica". O filme é expressivo do seu universo social e da mentalidade caritativa do período, que Beatriz conhecia de perto. A cópia está incompleta e em péssimas condições, o que denota que foi bastante usada. Trata-se de um docudrama (um documentário encenado) que acompanha a chegada e adaptação de uma nova residente que vai aprender "corte, costura e demais atividades". Segundo a locução, o casamento "é um acontecimento marcante na vida das residentes". O roteiro, a narração e o figurino tiveram a participação de Beatriz e a colaboração da Associação Cristã Feminina. O filme documenta o que se entendia então por trabalho feminino para moças de classe média baixa, como deviam se apresentar, sendo

37 Gilda não lembrou seu sobrenome.

38 Mirce Gomes era a companheira de Plínio Sussekind da Rocha, intelectual fundamental para a formação de gerações do cinema brasileiro com seu Cineclube na Faculdade Nacional de Filosofia. Ela quer entrar no estúdio para aprender a filmar com Humberto Mauro, o que o diretor recusa. Plínio interfere, mas Mauro aceita sua presença com dificuldade e ela exerce as tarefas menores. Com a aposentadoria de Mauro, ela se torna montadora do Instituto Nacional de Cinema, órgão que substitui o INCE a partir de 1967.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

o casamento enfatizado como um ápice, a maior aspiração de realização da mulher. Como as moças são solteiras e moram no local, o trabalho ali ensinado existe antes do casamento, e poderá ser útil mesmo depois de casadas, pois nas classes médias baixas e pobres as mulheres trabalhavam, e eram bem-vistas no 'corte e costura', como já apontou Perrot (2007).

É preciso pensar também as atividades profissionais e as práticas culturais que aconteciam no Instituto a partir das redes de sociabilidades. Grande parte das produções estava ancorada nas relações pessoais e familiares de Roquette Pinto e Beatriz, o que facilitava o acesso a locações, especialistas e seu universo cultural, a quem ao final prestigiavam. Isso não era remunerado, o que barateava os custos. Era um círculo social e cultural que se retroalimentava.

Segundo Beatriz,

> Maria Eugênia Celso, amicíssima de papai, irmã de papai, e papai queria fazer um filme sobre o 13 de maio. Quem é que eu vou visar? Maria Eugênia Celso. É preciso conhecer o ambiente nosso. A Lúcia Miguel Pereira era prima de papai [autora do roteiro de *O Apólogo – Machado de Assis*], casada com Tarquínio de Souza, um amor de pessoa. Bonitinha, engraçadinha, a Lúcia era tudo. Inteligente, culta. Era de apaixonar um homem. Um encanto. A história [de *O Despertar da Redentora*] foi feita especialmente. Tudo feito para o cinema educativo[39].

Em sua memória, o trabalho aparece como empenho pessoal de uma extensa e afetuosa família que ajuda o INCE e o povo do Brasil. No entanto, essa família é muito expressiva dos laços de compadrio à brasileira, no que tange aos iguais, e de cordialidade na hierarquia. Humberto Mauro convivia pessoalmente com Roquette e Beatriz, era aceito em suas tertúlias onde falavam tupi-guarani com o historiador Affonso de Taunay, ou estes participavam do casamento dos filhos de Mauro. No entanto, pode ser justamente o respeito a essa cordialidade, que implica a obediência à hierarquia dos compadres, que franqueava a Beatriz todos os espaços, inclusive o do exclusivo estúdio de Humberto Mauro. No entanto, devia ser competente o bastante para estar ali. Se por um lado era excepcional que mulheres de sua classe social trabalhassem fora de casa nos anos 1930, ela trabalha com educação, o que era admissível, e junto com o pai, o que lhe permite atravessar barreiras profissionais, sociais e de gênero.

Nos estúdios cariocas da mesma época, a Cinédia ou a Atlântida – que não servem de parâmetro para o INCE ou o trabalho de Beatriz, ainda que houvesse semelhanças entre eles –, veremos que a Direção de Produção não era nomeada, não era ainda uma atribuição profissional valorizada. Apenas na Companhia Cinematográfica Vera Cruz a Direção de Produção já aparece creditada desde

39 BOJUNGA, Beatriz. "Depoimento", 1998. Acervo pessoal.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Caiçara, o seu primeiro filme (1950). Com isso, é mesmo provável que Beatriz visse o que fazia como parte de sua formação, cultura e dotes femininos – habilidades, beleza, relações sociais – que punha à disposição do INCE – obra de seu pai – e da dedicação ao povo que, como ele, queria ver elevado.

Por fim, se nos detivermos no que se encontra na imprensa, é possível observar como o seu trabalho é mencionado duas vezes em matéria sobre a Rádio Sociedade em 1932[40] e 1933[41] em *Lusitania* e, em 1955, sobre o INCE, ainda que esse fosse o lastro por trás de eventos de que participa, somada à classe social e proximidade com o poder político, através do pai e do Ministério da Educação e Saúde, em que atuam, e do Almirante Jorge Dosworth Martins, que cria situações para aparições e viagens. Está com a mãe na inauguração do Jockey Club em 1933 e, em agosto de 1937 também, com o marido, Paulo Bojunga, no *Sweepstake*, evento social e político com a presença da 'corte' da Capital Federal, que culminou com a entrada de Darcy e Getúlio Vargas com "estrepitosa salva de palmas"[42].

No dia do Golpe do Estado Novo, 8 de outubro de 1937, a primeira-dama lança a *Semana Nacional da Criança* e Beatriz participa do 'Dia da Criança Asilada'[43]. Outras aparições caritativas comuns ao período, notas pelo aniversário e,em 1939, os casais Dosworth Martins e Bojunga assistem à estreia da *Comédie Française*, que se apresentou no Teatro Municipal do Rio[44]. Em vias de deixar o poder, o presidente recebe, em 19 de outubro de 1945, Beatriz e o pai que vão ao Catete convidá-lo para inaugurar a Exposição de Desenho no M.E.S no dia seguinte"[45]. Visita de apoio a Getúlio Vargas que já não se sustentava no poder? Quantas questões pequenas notas podem sugerir. Proximidade de Roquette Pinto e sua filha com Vargas? Apenas o cumprimento de um dever a pedido do Ministro Capanema? Com a queda de Getúlio, o vice Epitácio Pessoa nomeia Dosworth Martins, Ministro da Marinha, no que é seguido pelo presidente eleito Eurico Gaspar Dutra. Nesse cargo, em junho de 1946, está em viagem oficial aos Estados Unidos na companhia da esposa e de Beatriz; tomam o "famoso trem *City of San Francisco*, dando início a sua visita ao sul do país"[46].

Em 1949, fala da utilidade da decoração[47], No Mundo de Madame; no evento "Arte à serviço da bondade", sua beleza e elegância são postas em

40 *Lusitânia*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1932, p. 20.
41 *Lusitânia*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1933, p. 13.
42 *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 1º ago. 1937, p. 31;
43 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 out. 1937, p. 19.
44 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jul. de 1939, p. 12.
45 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 out. 1945. p. 6.
46 *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 3 jun.1946, p. 4.
47 *O Globo*, Rio de Janeiro,12 dez. 1949, p. 21.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

destaque[48], o que a *Revista Franco-Brasileira* reitera, e observa que "é uma brilhante conversadora, que fez até estudos científicos"[49]. Em 1952, *Cocktail* faz uma sugestiva menção ao casal Bojunga, colocando entre parêntesis as qualidades da mulher: "(a senhora Beatriz Bojunga, cujos dotes de formosura se aliam aos de sólida cultura, encantava todo um grupo com a sua conversa interessante)"[50]. Eram raras as intervenções femininas inteligentes nesses meios, o suficiente para que isso fosse apontado por um colunista? Aqui encontramos a Beatriz atuante, opinativa e, sobretudo, adequada à coluna social. Ela aparece inclusive na *Última Hora*, no desfile filantrópico *Com mil e seiscentas mulheres*, organizado por Darcy Vargas nos momentos finais do governo. Aqui, desde o título da matéria, o jornal de Samuel Wainer enaltece a iniciativa de um presidente sob ataque, "amparo da mulher pobre na hora da maternidade, representa mais que um título de uma instituição, um programa de governo"[51].

Com a morte do pai em 1954, Beatriz torna-se a testemunha da trajetória de Edgard Roquette Pinto. E dessa feita, falando de um intelectual de envergadura, a imprensa busca através dela, as recordações do pai[52]. Numa mesa redonda na TV Tupi em 1955 Manuel Bandeira fala do vizinho, Rodrigo Otávio, do acadêmico, Villa-Lobos, do amor pela música, Anísio Teixeira, da atuação pela educação, Roberto Assumpção, que trabalhou com Roquette por alguns anos no início do INCE e depois torna-se diplomata, aborda sua atuação no rádio e no cinema. A Beatriz – que trabalhou na Rádio e no INCE por 30 anos – cabe o relato da vida privada! Como os programas eram ao vivo, não sabemos como transcorreu, mas pela proximidade de Beatriz com o pai, e se era então certeira e até brava[53] como a conheci, não terá se limitado às perguntas do apresentador restritas à domesticidade, cabível à filha mulher. Terá interferido sobre outros âmbitos da atividade paterna.

Na mesma semana em que *O Cruzeiro* dedica inúmeras páginas à morte de Carmen Miranda, com artigos em sua maioria voltados ao público feminino de classe média e alta, o colunista Gilberto Trompowski, que já se referira a Beatriz em outros veículos, no "Nome da Semana" apresenta *A Senhora Paulo Bojunga*, colocando em relevo no perfil seu interesse e "ânsia pelo saber". Depois de estudos na França, ingressa na Rádio Sociedade, "compreendendo com acerto o alto valor cultural das difusões bem orientadas, dá a esse trabalho o melhor dos seus esforços", e trabalha também como diretora artística. Com a doação da Rádio Sociedade,

48 *FonFon*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1951, p. 40.
49 *Revista Franco Brasileira*, Rio de Janeiro, ago. 1951, p. 31.
50 *O Jornal*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1952, p 19.
51 *Última Hora*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1954, p. 2.
52 *Correio da Manhã*, *Rio de Janeiro*, 20 out. 1955, p. 2.
53 Como me lembrou Carlos Roberto de Souza.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> [...] passa a um setor que muito a fascina: o cinema e no Instituto Nacional de Cinema Educativo se especializa nos serviços técnicos de montagem[54], cenários, indumentária, "maquillage etc. A sua apaixonada dedicação ao trabalho cotidiano não a impede, porém, de brilhar na sociedade, na qual é figura muito expressiva." [...] "Possui (não, ninguém possui – ninguém é a senhora Bojunga que retifica), existem do feliz matrimônio dois filhos [...][55].

É somente em 1955 que um veículo de imprensa orientado naquele período preferencialmente ao público feminino, conforme se pode ver pelas matérias veiculadas[56], une o trabalho ao "brilho na sociedade". Num momento em que as mulheres estavam de volta ao lar com o pós-guerra, conforme acontecia na Europa e nos Estados Unidos, num Brasil que se modernizava acelerando a industrialização e a urbanização, já era possível, numa revista de variedades da Capital Federal – a cidade então a mais cosmopolita do país –, abordar como dignificante uma mulher de camada abastada, que tem como aptidão a "ânsia pelo saber", trabalhar, conjugando o casamento com o marido, "jovem e estudioso, um dos valores da nossa Medicina"[57], e os filhos. Beatriz, além de bela, caridosa e boa conversadora que entende de ciência, também trabalhou. Ou seja, se as mulheres conscientemente não deixam relatos sobre os seus trabalhos profissionais no Brasil até os anos 1950, não é cabível na imprensa, e certamente para além dela, somar à imagem de uma mulher que "brilha na sociedade" o fato de que tem uma atividade profissional remunerada.

A trajetória de Beatriz Roquette Bojunga, que aqui reconhecemos e nomeamos como Diretora de Produção do Instituto Nacional de Cinema Educativo, inserida no meio social, político e cultural privilegiado a que pertencia, elucida aspectos de como funcionam socialmente e são construídas mulheres nos discursos da mídia na Capital Federal entre os anos 1920 e 1960. Ao alçá-las ao 'brilho social', apagam sua inserção no mundo do trabalho, ocultam suas competências profissionais em favor de uma performance que elas mesmas acabam por ver a meio caminho do desejável do que faz um homem – uma ajuda, ou uma excepcionalidade, quase excentricidade. Ao contrário disso, o trabalho da mulher pobre, por quantas horas por dia se fizer necessário, não é objeto de interdito. É natural, naturalizado. É nesse emaranhado de discursos consagrados de papéis sociais predeterminados, social e etnicamente, que são ocultadas mulheres profissionais; nesse emaranhado em que até mesmo o seu relato está ausente é que podemos encontrá-las.

54 A montagem nesse caso se referia aos trabalhos de preparação das filmagens, a produção.

55 *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1955, p. 70. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pesq=%22Beatriz%20Roquette%20Pinto%22&pasta=ano%20193&pagfis=99733. Acesso em: 27 dez. 2021.

56 Não é possível nos estendermos aqui sobre isso. O link acima permite observar a revista.

57 *O Cruzeiro*, *op. cit*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Cláudio Almeida. *O Cinema como Agitador de Almas*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

ARAÚJO, Luciana Corrêa de. A role in which the work is not completely passive: Eva Nil, *Miss Right Now* (1927), and women's work in Brazilian Silent Cinema. *Feminst Media Histories*, Berkeley, v. 3, n. 4, p. 102-125, 2017.

ARAÚJO, Marcella Grecco de. *Cléo de Verberena*: cineasta brasileira. 2021. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) – Universidade de São Paulo, 2021.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero. *Cadernos de Leitura*, n. 78, jun. 2018. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em: 1º jul. 2021.

CARVALHO, José Murilo. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. *In*: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CHAREDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2013.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais Mediadores*: Práticas culturais e Ação Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Apicuri: Editora PUC Rio, 2016.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso*: médicos, engenheiros e educadores no RJ-1870/1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Quase Catálogo1*: realizadoras de cinema no Brasil (1930-1988). Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 1989.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

MUNERATO, Eunice; OLIVEIRA, Maria. *As musas da matinê*. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1982.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Une histoire des femmes est elle possible? *L´Hisoire Ouverte*, Critique, Paris, n. 843-844, aut./sep. 2017.

PESSOA, Ana. *Carmen Santos*: o cinema dos anos 20. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

PIZOQUERO, Lucilene. *Cinema e gênero*: a trajetória de Gilda de Abreu (1904-1979). Dissertação (Mestrado em Cinema) – Universidade de Campinas, 2006. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/284770. Acesso em: 12 mar. 2021.

RAMOS, Fernão Pessoa. Documentário Sonoro. *In*: RAMOS, Fernão Pessoa; MIRANDA, Luiz Felipe (org.) *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora SESC, 2012. p. 224-225.

RIBEIRO, Adalberto Mário. O Instituto Nacional de Cinema Educativo. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano VII, v. 1, n. 3, mar. 1944. (Separata).

RICOEUR, Paul. *A memória*, *a história*, *o esquecimento*. Campinas: EdUnicamp, 2007.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. O cinema e a educação popular no Brasil. *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, fev. 1933.

SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as Imagens do Brasil*. São Paulo: Edunesp, 2004.

SOUZA, Carlos Roberto de (coord.). *Catálogo Filmes produzidos pelo INCE*. Rio de Janeiro: Fundação do Cinema Brasileiro; Núcleo de Documentação, 1990. (1 Mimeo).

VARGAS, Getúlio. O cinema nacional como elemento de aproximação dos habitantes do país. *In*: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política* do Brasil – *A Realidade Nacional em 1933*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 3. p. 182-189.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

"POR ESTA TUA AUSÊNCIA POR TÃO LONGOS TEMPOS": maridos e esposas – assistência às famílias durante a campanha "Mais borracha para a vitória" (1942-1946)

María Verónica Secreto[1]

"*AMPARO À FAMÍLIA*: *A família deste homem – a sua esposa*, *os seus filhos – também não foram esquecidos*. *As pessoas de família*, *que dependem do trabalhador alistado no SEMTA*, *ficarão a salvo das necessidades*, *amparadas financeiramente com a quantia de Cr$ 2,00 (dois cruzeiros) até Cr$ 8,00 (oito cruzeiros)*, *cada uma*, *ou cabendo-lhes*, *alojamento*, *alimentação – e*, *em todos os casos assistência médica*, *prática da religião católica etc*. *À família do soldado da borracha não faltarão elementos para manter dignidade de vida*."
(SEMTA, Cartilha Rumo à Amazônia, 1943)

"*Então*, *quando comecei a escrever*, *eram pouquíssimos os obstáculos concretos em meu caminho*. *Escrever era uma atividade respeitável e inofensiva*. *O riscar da caneta não perturbava a paz do lar*."
(VIRGINA WOLF, Profissões para mulheres, 2012)

Contexto

O bombardeio japonês à base naval de Pearl Harbour, em dezembro de 1941, provocou o ingresso dos Estados Unidos na guerra e condicionou o posicionamento dos países da América Latina. No Brasil, acabou com a ambiguidade da política externa do governo de Getúlio Vargas e, de várias formas, influenciou a política interna a respeito da Amazônia.

Com o ingresso dos Estados Unidos na guerra, foi despregado um plano "econômico" para América Latina. O conflito bélico tinha dificultado o fornecimento de borracha produzida no sudeste asiático. A invasão japonesa à Malásia e o controle sobre as Índias Orientais Holandesas (Indonésia) – as duas produtoras de látex que, desde a segunda década do século XX, tinham substituído o Brasil como grande fornecedor de borracha – agravou o panorama, tirou do alcance dos Estados Unidos e dos Aliados o fornecimento da

1 Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Cientista de Nosso Estado, bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq, Nível 2.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

matéria-prima estratégica. O abastecimento do mercado só poderia ser realizado a partir de plantas maduras, e, dado que a maturidade e produção de látex só é atingida com 6 ou 7 anos, buscou-se recuperar a atividade nos antigos centros fornecedores. No século XIX, esse mercado tinha sido dominado pelo Brasil e pelo Peru, ambos na zona amazônica onde a *Hevea brasiliensis*, seringueira, se dava naturalmente (WEINSTEIN, 1993).

Os Estados Unidos mostraram-se particularmente interessados em fortalecer os vínculos com América Latina com o objetivo de desenvolver a exploração de matérias primas complementares e estratégicas para a guerra. Na Conferência de Chanceleres, que teve lugar entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942 na cidade do Rio de Janeiro, se definiram as bases da cooperação hemisférica. Nela se consolidou uma lista de produtos estratégicos que os diferentes países do continente deviam produzir para destinar ao comércio com os Estados Unidos. Em 1942, a Commodity Credit Corporation foi designada para negociar contratos sobre muitas mercadorias com exceção das estratégicas como quina e borracha, para essas haveria créditos, agências e acordos especiais (CUVI, 2009).

Com a deflagração da guerra, diz Warren Dean, se descobriu que as companhias químicas americanas não dominavam o procedimento para a produção de borracha sintética, daí a busca de alternativas. Em 1940, foi criada a Rubber Reserve Company com um capital de 140 milhões de dólares, sua finalidade era a aquisição de borracha (DEAN, 1989, p. 133-136). Nos acordos de Washington, foram definidos os termos da cooperação binacional entre os Estados Unidos e o Brasil e, portanto, as condições da aquisição da borracha.

Para a produção gomífera na Bacia Amazônica seria necessário introduzir trabalhadores nos antigos seringais, mas em bases diferentes das que tinham gerado escândalo internacional e denúncias de trabalho "escravo". internacional e denúncias de trabalho "escravo". O presidente Getúlio Vargas confiou ao Conselho de Imigração e Colonização (CIC) a elaboração de um plano de exploração e colonização do Vale Amazônico que considerasse a forma mais adequada de colocação de trabalhadores nordestinos na região. Segundo o CIC, com a elaboração do plano, buscou-se corrigir erros e abusos antes cometidos, regulando as condições de trabalho através de um contrato. Lembremos que o trabalhador rural esteve ausente na legislação trabalhista, portanto, almejou-se dar a aparência de estar resguardando "direitos" que não estavam consolidados nem enunciados em aparato legal nenhum.

Política migratória, política de deslocamento de trabalhadores

O plano de recrutamento e condução de trabalhadores dizia responder a duas necessidades: às da execução do acordo de Washington referente a

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

exploração de borracha com mão de obra nacional e às de "providenciar desafogo" das grandes cidades do nordeste onde, por causa da seca, tinha-se produzido uma aglomeração de retirantes.

No mesmo ano de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica foi incumbida de realizar o projeto geral para a seleção e encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia. O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA) seria responsável pelo recrutamento e encaminhamento de trabalhadores. O Decreto-Lei nº 4750, de 28 de setembro de 1942, fazendo referência à declaração da guerra em todo o território nacional, expressava:

> Art. 1º Ficam mobilizados, a serviço do Brasil, todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, caráter, propriedade ou vínculo de subordinação. Parágrafo único. Inclui-se na mobilização o trabalho humano[2].

Pelo Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942, era criado o Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA)[3]. O SEMTA encarregava-se de recrutar e pôr o trabalhador em Belém e, a partir de lá, o SAVA o conduzia e introduzia nos seringais e, ademais, era encarregado, junto com a Rubber Development Corporation (RDC), de fornecer diretamente gêneros essenciais, evitando os intermediários, que não tardaram em se queixar. Salientamos que um dos pontos críticos do sistema de exploração dos seringais era o da dívida gerada pela compra dos gêneros de primeira necessidade para sobrevivência do trabalhador. Portanto, abaratar esses produtos apareceu como objetivo em todos os diagnósticos e projetos.

Por intermédio do SEMTA foi organizado rapidamente todo um sistema que implicava seleção dos trabalhadores, alojamento em barracas – chamadas de pousos –, exames médicos, alimentação, transporte, vestuário e adiantamentos até serem colocados nos seringais. Também se organizou a assistência às famílias.

Os trabalhadores nordestinos recrutados desde inícios de 1943 para trabalhar na Região Amazônica assinaram um contrato de "encaminhamento", no qual podiam optar – e a grande maioria optou – pela assistência que o SEMTA oferecia para suas famílias que ficavam no Nordeste. Quando foi extinto o SEMTA, o Departamento Nacional de Imigração continuou encarregado de conduzir os trabalhadores. Muitas mulheres com seus filhos permaneceram nos seus lugares de origem ou nas hospedarias improvisadas, esperando o momento para empreender, também eles, a viagem que os levaria ao reencontro com seus maridos e pais ou aguardando o retorno destes ao término de dois anos.

2 *Diário Oficial da União – DOU*, seção 1, 28 de setembro de 1942, p. 14484 (grifo nosso).

3 *Diário Oficial da União – DOU*, seção 1, 7 de dezembro de 1942, p. 17765.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Nas hospedarias, longe dos maridos, entre pessoas estranhas e tendo que seguir normas e "costumes" antes desconhecidos, essas mulheres escreveram cartas a seus esposos. Em junho de 1944, foi suspenso o pagamento da assistência, apesar do acordo entre o presidente da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, o coordenador da Mobilização Econômica e a Rubber Development Corporation (substituta da Rubber Reserve Company nos acordos) sobre o compromisso da RDC disponibilizar para o governo brasileiro a importância de US$ 2.400.000.00 (dois milhões e quatrocentos mil dólares), além da importância de US$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil dólares) para o Departamento Nacional de imigração (DNI) para, sobretudo, "manter os serviços de recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores nos seringais da Amazônia e **atender às obrigações assumidas com as famílias** de trabalhadores já encaminhados"[4]. Quando a assistência foi suspensa, as mulheres novamente escreveram, dessa vez ao presidente da República, Getúlio Vargas.

As denúncias internacionais dos abusos cometidos durante o período áureo da borracha não permitiam encaminhar os trabalhadores em idênticas condições às do período do *boom* (1870-1913). Para minimizar os desastrosos efeitos sociais na nova conjuntura de demanda, elaborou-se um contrato: o de *Encaminhamento*, que trazia anexadas as "*cláusulas gerais* do contrato padrão de trabalho nos seringais." Pela primeira parte do contrato, os órgãos do estado encarregados de encaminhar trabalhadores para a Amazônia se comprometeram a: oferecer assistência médica aos trabalhadores, concentrá-los, transportá-los, vesti-los e alimentá-los até a sua colocação nos seringais. No item "assistência às famílias", havia algumas diferenças entre os contratos do SEMTA e os da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia (CAETA). No primeiro caso, as famílias assistidas seriam pagas com Cr$ 2,00 por dia por dependente, não superando o montante de Cr$ 8,00, qualquer que fosse o número de dependentes (cláusula quarta). À família do trabalhador que optasse pela assistência do SEMTA, mediante desconto dos vencimentos ou de quaisquer outros proventos obtidos pelo contratado, seria assegurada a continuação da assistência prevista durante toda a vigência do contrato do trabalhador no seringal. Essa assistência somente cessaria em caso de rescisão de contrato ou quando a família do trabalhador viesse a se unir a este no local de trabalho. Semelhante ao SEMTA, a CAETA comprometia-se a fornecer como assistência à família Cr$ 2,00 por pessoa da família, até um total de Cr$ 8,00 por trabalhador, desde a data da assinatura do contrato até a colocação nos seringais. Após a colocação do trabalhador no seringal, a assistência à família continuaria a ser prestada,

4 Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943. Rio de Janeiro, 14 set. 1943 (grifo nosso).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

sendo as importâncias correspondentes debitadas na caderneta do respectivo trabalhador, por ocasião da liquidação da safra, por intermédio do Banco da Borracha S. A. Outras cláusulas, que não vamos analisar aqui, se referiam ao trabalhador no seringal.

Remetentes e destinatários

Mulheres e crianças dependentes dos "soldados da borracha" que optaram pela chamada assistência "nucleada" ficaram na cidade de Fortaleza no Núcleo Porangabussu, dirigido por Regina Frota de Chabloz, esposa de Jean Pierre Chabloz – o artista plástico contratado para realizar tudo o que implicasse propaganda e desenho gráfico (SECRETO, 2007b, p. 71-82; MORAES, 2012).

No ano de 2003, a filha de Jean Pierre Chabloz e Regina Frota doou ao Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC) documentos pertencentes à mãe. Esses documentos seriam juntados ao Arquivo Histórico Jean Pierre Chabloz já existente nesse museu[5]. Tive oportunidade de consultar esse conjunto em 2004, quando ainda estava nos envoltórios da remetente, em catalogação. Entre os documentos, encontramos um conjunto de cartas escritas pelos trabalhadores e por suas esposas. Analisei parcialmente essa coleção anteriormente (SECRETO, 2005; 2007 b).

A correspondência entre o Nordeste e a Amazônia deve ter sido intensa, acompanhando cada um dos contingentes de trabalhadores. O conjunto em análise neste artigo não é muito grande, mas entendemos que bastante significativo. Como já tinha indicado (2005), se trata de um conjunto de cartas que não chegou ao destino, provavelmente pelo tom de crítica que continham as cartas. Embora o conjunto de cartas que não chegou ao destino por não se conhecer o paradeiro do destinatário tenha sido muito maior.

Ante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Borracha em 1946, Paulo de Assis Ribeiro, quem tinha chefiado o SEMTA, declarou:

> Devo ainda informar que dispúnhamos de uma secretária, encarregada da correspondência das famílias dos trabalhadores, que escreviam por dia, centenas de cartas. A dificuldade estava em saber para onde endereçá-las. Enquanto os trabalhadores estavam em viagem, até Belém, eram remetidas para os nossos pousos. Daí em diante não tínhamos endereço certo. Em Belém, conseguimos com a S.A.V.A., o endereço de algumas famílias e desse modo pudemos manter a correspondência entre o trabalhador e a família, até 1943[6].

5 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza, foi reconhecido pela Unesco em 2016 com o selo Memória do Mundo.

6 *Diário da Assembleia*, agosto de 1946.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Um correspondente em Fortaleza do jornal *A Noite* escreveu, na edição de 21 de maio de 1943, que numa única tarde saíram pelo serviço de correspondência rumo a Mossoró 180 missivas, para Areia Branca 436 e para Assú 43. "De Teresina, de S. Luiz, de Belém e mesmo da Amazônia chegam cartas de pais, filhos e esposos, que, saudosos escrevem aos seus, sempre entusiasmados com a nova vida que lhes proporciona o SEMTA"[7]. Veremos que o entusiasmo é mais do correspondente d'*A Noite*, que dos trabalhadores e suas famílias.

A rede de transporte envolvia alguns pontos no caminho onde os migrantes pousavam e aguardavam a nova condução para concluir o trajeto (por terra: Fortaleza. Teresina, São Luís, e desta por via marítima/fluvial até Belém). Em 14 de maio de 1943, na hospedaria de Belém, José Rodrigues de Carvalho – um dos trabalhadores recrutados no Ceará, que tinha deixado sua família, composta de seis membros, no Núcleo Porangabussu em Fortaleza – escreveu à senhora Regina. José disse que a missiva estava motivada na fala de um "fulano" que tinha recebido carta da mulher dizendo que ela e as filhas estavam passando fome. Conforme escreveu, "Além de vossa mercê já ter feito muita fineza … não acredito … acho impossível"[8]. Dona Regina gozava de credibilidade. Antes dele, Atanásio, tinha escrito sucintas linhas para a diretora. Estava por partir em breve, escreveu recomendando a família e pedindo a Regina que ficasse atenta às necessidades de sua esposa, que era muito "acanhada" para pedir qualquer coisa.

A carta de José Rodrigues é o primeiro registro de que havia, no mínimo, um desconforto no Núcleo e de que as notícias viajavam com a correspondência das mulheres até seus maridos já na bacia do Amazonas.

O primeiro contato com o conjunto de cartas não pode gerar outra coisa que comoção. A escrita em primeira pessoa transmite uma emoção que outros documentos não conseguem transmitir. Por isso, é difícil não se "envolver" com esse conjunto documental. Por outro lado, se trata de cartas de mulheres em situação vulnerável que encontram na escrita uma forma de reclamação e de protesto. Quão longe das irônicas palavras de Virginia Wolf! "Escrever era uma atividade respeitável e inofensiva. O riscar da caneta não perturbava a paz do lar" (WOLF, 2012).

Há uma primeira carta, em ordem cronológica, muito significativa. A da saudosa Elcidia Galvão, de 20 de junho de 1943. Sua saudade é tão grande que a leva a escrever a seu Cursino frases como estas: "Hoje as saudades cruxificam-me mais do que nunca"; "Quantas noites, quantos dias o meu coração invadido de umas infindas saudades e muitas vezes derramam-se meus olhos lágrimas por

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

7 *A Noite*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1943, p. 3.

8 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. CARVALHO, José Rodrigues. [Correspondência]. Destinatário: Regina Frota. Belém, 14 maio 1943.

esta tua ausência por tão longos tempos…" ou "vivo neste Núcleo de tristeza sem você". Algumas dessas linhas parecem saídas de um romance de M. Delly (CUNHA, 1995). Mas as cartas como a de Elcidia não refletem somente saudades. Ela também se queixa amargamente das condições de vida no Núcleo, onde "já botaram inquisição por causa do fumo". Declara que prefere ser expulsa do pouso a deixar de fumar, já que isso e chorar eram seus únicos consolos[9].

Seis dias depois, Joana Abreu escrevia a seu esposo Guilhermino desejando-lhe que suas linhas o encontrassem gozando de saúde e felicidade. Já ela, dizia, passava horrivelmente devido a problemas que tinham aparecido no Núcleo. "A mulher do doutor Pinto tem implicado com o fumo, pois tu sabes que eu não passo sem o fumo. Quero que tu mandes dinheiro para eu comprar"[10].

O doutor Júlio Pinto Duarte foi o médico responsável pelo pouso de Porangabussu. A inclusão de sua esposa, Ivete, na administração do local gerou muitos atritos e resistências. A personalidade dela, evidentemente, era muito diferente da que tinha a "gentil Regina". O tabagismo na década de 1940 ainda não contava com sólidas pesquisas que o relacionaram a doenças específicas. Segundo Gonçalves e Abreu, foi na década de 1950 quando o antitabagismo científico se difundiu no Brasil. Antes disso, eram os reformadores morais os que se ocupavam do tema. Médicos e pesquisadores citavam consequências morais em paralelo às da saúde do hábito de fumar. Os argumentos transitavam entre a eugenia, a temperança e a salvação (GONÇALVES; ABREU, 2011). Parece ter sido o caso que se apresentou no pouso Porangabussu. O doutor Duarte não registrou tratamentos diretamente relacionados ao tabagismo em seu relatório[11].

Joana escreveu para Guilhermino:

> A mulher do Dr. Pinto... cercou o barracão com cordas para conseguir a nossa comida como animal, e para melhor eu lhe dizer o cativeiro aqui está de não suportar. Vamos para o outro Núcleo com mais sujeição do que os presos, é para todo mundo trabalhar, as mães só vêm os filhos às 6 da manhã e 6 da tarde quando se voltar do trabalho e estas são as mais leves[12].

Quase um mês depois, Maria Filisolina de Abreu escrevia a seu esposo Abel, para comunicar-lhe a situação em que se encontrava no Núcleo: "aqui

9 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. GALVÃO, Elcídia. [Correspondência]. Destinatário: Cursino. Fortaleza, 20 jun. 1943.

10 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. ABREU, Joana. [Correspondência]. Destinatário: Guilhermino. Fortaleza, 26 jun. 1943.

11 Arquivo Nacional. Fundo Paulo de Assis Ribeiro. DUARTE, Julio Pinto. *Relatório Serviço Médico no Núcleo de Porangabussú*. Fortaleza, 30 abr. 1943. Cx. 4, Doc. 20.

12 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. ABREU, Joana. [Correspondência]. Destinatário: Guilhermino. Fortaleza, 26 jun. 1943.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

– dirá – sou uma desprezada". Segundo ela, todos os problemas começaram quando o Dr. Pinto levou a mulher para o Núcleo e essa "inventou umas leis que não podem ser criadas"; primeiro, quis proibir o fumo, mas como não obteve êxito, decidiu, então, cercar um dos barracos para as fumantes[13].

Estava-se organizando outro núcleo para o qual as mulheres e crianças seriam trasladadas e, dizia-se em Porangabussu, que seria coordenado pela mulher do Dr. Pinto. Maria Filisolina prognosticava ao marido que neste dia, quando Dona Ivete fosse diretora do Núcleo, começaria a "guerra civil", porque as mulheres não aceitavam as leis dela, que era do Rio de Janeiro, porque elas eram do interior. Filisolina o informa também de que o inconformismo não é de uma ou duas famílias, mas de muitas. Muitas "que combinam que a liberdade da escravatura foi acabada". Mas por que essa relação com a escravidão? Não somente pelos "hábitos saudáveis" que buscavam impor, como não fumar; mas porque se dizia que no outro Núcleo as mulheres iriam trabalhar sem receber nenhuma remuneração.

Embora as cartas de Elcídia, Joana e Maria Filisolina não tivessem chegado ao destino, outras o conseguiram. Eram cartas que deveriam conter mais ou menos as mesmas queixas. Alfredo Mesquita de Oliveira, por exemplo, escreveu de Manaus, em 15 de julho, à dona Regina pedindo como favor que, quando fizessem trabalhar às mulheres, dessem serviços mais "maneiros" a sua esposa, Antônia Araújo, e que esta levasse as filhas sempre consigo. Alfredo pedia trabalhos "mais maneiros", porque tinha tomado conhecimento de que no Núcleo elas iriam fazer tijolos, telhas e "trabalhar de enxada", e a mulher dele não tinha costume de fazer esses trabalhos. Além disso, escreve ele, "Quando eu fui fazer a ficha de família falamos em trabalhos maneiros como tem de fazer rendas e engomar bordados, criar galinhas e diversos maneiros"[14].

Em 13 de agosto, Manoel Souza Viana escrevia também à Regina. Dizia que tinha recebido informação de que no Núcleo havia problema com o trabalho pesado e difícil, que ele achava não ser adequado para essas mulheres mães de família,

> [...] irresistível principalmente para a minha senhora [porque] ela não tem costume e mesmo eu nunca a botei para fazer esses trabalhos, [...] não assinei este contrato de nuclear a minha mulher para ela trabalhar pesado. O contrato que eu assinei foi para ela ficar no núcleo obtendo o conforto assistida e amparada[15].

13 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. ABREU, Maria Flisolina de. [Correspondência]. Destinatário: Abel. Fortaleza, jul. 1943.

14 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. OLIVEIRA, Alfredo Mesquita de. [Correspondência]. Destinatário: Regina Frota. Manaus, 15 jul. 1943.

15 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. VIANA, Manoel Souza. [Correspondência]. Destinatário: Regina Frota. Manaus, 13 ago. 1943.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Entre as cartas, encontramos uma anotação de Ana Maria Chabloz, a filha de Regina e Jean Pierre, esclarecendo que, segundo a mãe, esses trabalhos pesados não existiram, mas que foi um boato que se espalhou porque as mulheres não queriam ir para o outro núcleo, o que seria administrado por Ivete Duarte. Boato ou verdade, as respostas dos maridos evidenciam um universo de representações sobre o trabalho feminino e sobre as responsabilidades que cabiam ao Estado a respeito das famílias e das mulheres a respeito de si mesmas e de seus papéis como esposas e mães.

Um dos aspectos menos estudado do período Vargas foi o do mundo do trabalho rural. Obnubilado pelo mundo urbano e suas profundas transformações. O contrato de encaminhamento dos trabalhadores é uma peça rara, situado entre "políticas": a de colonização e a do mundo do trabalho propriamente dito. O contrato, que podia ser um pedaço de papel para o seringalista, mas não para o seringueiro. Evidente quando Alfredo e Manoel sublinham: "Quando eu fui fazer a ficha [...]", "O contrato que eu assinei [...]". O papel que eles tinham assinado implicava "assistência e amparo", assim estava escrito e assim o compreenderam. O contrato mencionava 20 vezes o termo "assistência" e isso não tinha passado despercebido para os trabalhadores, como Manoel Souza Viana que, ao se referir às condições em que devia achar-se sua mulher, utilizou a expressão "assistida e amparada".

As mulheres do Núcleo Porangabussu não estavam morando "de favor" (PALMEIRA, 2009). Segundo o contrato, ao trabalhador que optasse pela assistência providenciada pelo SEMTA para seus dependentes, lhe seriam creditados Cr$ 7,00 por dia transcorrido sem prestar serviço e Cr$ 11,00 por dia em que o prestasse. Além disso, como assistência à família, seriam creditados pelo SEMTA Cr$ 2,00 por dependente. No momento de assinar a ficha familiar, os trabalhadores foram informados de que as mulheres realizariam alguns trabalhos no Núcleo, mas eles seriam "maneiros", como costurar, bordar, engomar etc. Trabalhos que eles e elas consideravam apropriados para uma mulher.

A origem das famílias nucleadas era, em sua imensa maioria, o interior do Ceará. Foi lá, nos sertões, onde se incentivaram os mecanismos do recrutamento dos trabalhadores para serem encaminhados ao Amazonas. Estando em Crato, em 24 de fevereiro de 1943, Paulo Assis Ribeiro, diretor do SEMTA, escreveu: "Escrevo-lhe às pressas, às dez horas da noite, no ligeiro intervalo de mil coisas a tratar, do insano trabalho de manter em ordem esse grupo de vadios que estou procurando fazer viajar amanhã [...]"[16].

O ano de 1942 foi ano de seca e, embora ela não tenha sido tão grave como a de 1932, disponibilizou grande número de trabalhadores. Essa

16 Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). RIBEIRO, Paulo Assis. [Correspondência]. Crato, CE, 24 fev. 1943.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

conjuntura foi aproveitada pela agência recrutadora, assim como pelo discurso oficial, de forma a apresentar a migração para a Amazônia como uma ação de socorro público.

As mulheres e as crianças que estavam no núcleo aí permaneceram temporariamente, à espera do retorno dos trabalhadores ou de serem encaminhadas para junto deles. Essa última alternativa era a forma que tinha encontrado o SEMTA para conciliar os interesses norte-americanos de mais borracha e os estadonovistas, de povoamento. Por esse motivo, as cartas das mulheres citadas aqui lembram seus maridos do prazo de seis meses a partir do qual eles poderiam levá-las.

Elcídia Galvão, em carta posterior daquela em que manifesta suas saudades, dirá a seu Cursino que se ele não conseguisse uma forma de levá-la com ele, lá no Pará, ela tomaria uma atitude: "retirando-me *nem que seja para a Emigração* Getúlio Vargas, e quando menos você espera eu chego como aflagelado ainda no Pará"[17]. As opções dessas mulheres eram restritas. Uma era a rua: "João você mande nos buscar para nós ir, se você não mandar, você vai ver eu sair daqui nem que seja para o meio da rua porque eu nunca levei descompostura de ninguém para hoje eu levar". O que aparece como muito evidente nas cartas é o desencontro, a diferença de vivências e representações, entre as mulheres assistidas e as assistencialistas.

Mas Elcídia não se deixa amedrontar. Chegar como "aflagelado", era posicionar-se num lugar de vulnerabilidade. "Aflagelado", diz Lúcia Arrais Morales (2002), "é alguém no extremo da sobrevivência em condições de inferioridade e cuja ida para o Norte somente pode ser realizada no marco dos socorros públicos". Flagelado se opunha a mobilizado. Flagelado envolvia vulnerabilidade e miserabilidade, enquanto mobilizado: patriotismo e dignidade. Durante todo o período, a migração espontânea continuou em paralelo à mobilização. O Decreto nº 14.535, de 19 de janeiro de 1944, habilitou o DNI a recrutar famílias. Elcídia estava disposta a utilizar esse último recurso para reencontrar com seu marido, para reunir novamente a família. As diferenças nada sutis entre flagelado, retirante e mobilizado tinham sido utilizadas pela propaganda para recrutar os trabalhadores e o são agora.

A partir da ideia de "miserabilidade" da população nordestina na conjuntura da seca, chegou-se à errada conclusão de que as esposas aceitariam qualquer condição. Não foi assim. Essas mulheres não se conformaram com um prato de comida balanceado por uma nutricionista, não fariam qualquer trabalho por um teto e uma cama limpa. Elas tinham alguns costumes que pretendiam manter. Elas queriam fumar e estavam cientes de que era o trabalho de seus maridos o que as mantinha. Não manifestam nenhum tipo de agradecimento pela "assistência".

17 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. GALVÃO, Elcídia. [Correspondência]. Destinatário: Cursino. Fortaleza, 1943 (grifo nosso).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Entre os maridos, o sentimento de gratidão é maior. Eles tinham deixado suas famílias na "segurança" de que seriam amparadas. A figura maternal de Regina, com quem trataram antes de partir, é muito importante no seu julgamento do Núcleo e na decisão de empreender a viagem sozinhos.

A vida do SEMTA foi curta, sendo substituído, em 14 de setembro de 1943, pela CAETA. As explicações dadas para essa mudança não são convincentes. Até então o encaminhamento era realizado por dois órgãos: o SEMTA e a SAVA. A breve experiência aconselhava unificar a tarefa num órgão único. O ministro João Alberto, coordenador da Mobilização Econômica, emitiu uma Portaria, em novembro de 1943, na qual comunicava que, na "novíssima conjuntura", era necessário estabelecer uma unidade de serviços administrativos e de controle destinados ao cumprimento do acordo de 14 de setembro de 1943, criando-se para tal fim a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA).

A CAETA deixou de pagar a assistência às famílias. Em junho de 1944 chegou o primeiro telegrama ao Palácio do Catete remetido pelas esposas, mães e noivas dos trabalhadores. De onde? De Crato (CE), do mesmo lugar em que Paulo Assis Ribeiro escreveu em fevereiro de 1943 dizendo que estava cuidando de "um grupo de vadios" que faria viajar no dia seguinte. Escreveram ao presidente Getúlio Vargas noticiando-o do corte da assistência às famílias[18]. No lugar da assistência, lhes foram oferecidas passagens para Amazonas. Como poderiam aceitar as passagens se não sabiam o paradeiro de seus maridos? Pouco tempo depois, outro telegrama, dessa vez de Mossoró (RN), apelou ao presidente. As signatárias eram 54 mulheres. Reclamavam também do fim do pagamento da "assistência às famílias"[19].

Apesar de sabermos que o conjunto de cartas encaminhadas a Vargas constitui um dos fundos mais volumosos da Presidência da República – o que demonstra a convicção que tinham os trabalhadores de ser esta uma via livre de comunicação e uma forma de serem atendidos nas suas demandas –, os pedidos, na sua imensa maioria, não eram atendidos, embora sim respondidos. O que motivava os missivistas sempre era a busca de justiça (FERREIRA, 1997). Diz Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2006), muitas vezes buscando ultrapassar os limites da lei. Não é esse o caso. O que buscavam as mulheres de Mossoró e de Crato, e provavelmente outras, era o cumprimento do contrato.

O primeiro encaminhamento dos telegramas no organograma da Presidência foi para o Ministério da Agricultura. O despacho desse órgão diz que o

18 Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Caixa 3878, PR 22333 Telegrama de Irinêa Leandro e outras pedindo providência contra a suspensão do pagamento de diárias, Crato, CE.

19 Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Caixa 3900. PR 31896. Telegrama de Jovelina Luciano de Souza e 53 outras esposas, mães e irmãs de trabalhadores, Mossoró, RGN.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

auxílio deveria ser prestado às famílias "em cumprimento do acordo firmado em virtude do Decreto-Lei nº 5813 de 14 de setembro de 1943 e aprovado pelo Decreto 14535 de 19 de janeiro de 1944." E estava certo[20]. O Contrato de Encaminhamento do SEMTA diz que a assistência às famílias duraria enquanto durasse o contrato. Na cláusula IV estabelecia que:

> a) à família do trabalhador, que optar pela assistência do SEMTA, mediante desconto dos vencimentos ou de quaisquer outros proventos obtidos pelo aludido trabalhador, será assegurada a continuação da assistência prevista na clausula 2a., **durante toda a vigência do contrato do trabalhador no seringal**; o valor dessa assistência será para mútua fiscalização, escriturado na base mensal da caderneta a ser emitida pelo empregador na forma da lei e regulamentos em vigor;
> b) a assistência acima referida cessará se rescindido o contrato, ou quando a família do trabalhador se venha unir ao mesmo no local de trabalho, respeitando as garantias da legislação trabalhista (grifos nossos)[21].

Quem deu a última resposta não foi o Ministério de Agricultura, senão o auditor da CAETA, José Luiz Maciel, em um parecer pregado de imprecisões e distante da legalidade do contrato. Segundo o auditor, não cabia a reclamação feita pelas mulheres. Em primeiro lugar, diz não querer comentar – mas menciona – a lamentável situação de miséria em que se encontravam, porque essa precedia à ida dos maridos para a Amazônia. Diz que essas mulheres estariam na mesma situação antes ou depois da campanha da borracha, e a CAETA não se considerava responsável pela pobreza delas. O auditor, ademais de falta de empatia, carecia de solvência técnica e jurídica. Mistura argumentos, justifica o corte da "assistência" por motivos banais e casuísticos. Diz coisas como: "muitos trabalhadores que seguiram para Amazonas por intermédio da CAETA, lá chegando, desviaram a sua atividade para outro setor, estranho ao serviço da borracha"[22]. Mas quais seriam esses trabalhadores? Seriam os esposos das signatárias, porque se não fossem esse argumento não deveria ser citado no parecer. Esse foi seu principal argumento. Entendia que estava realizando um trabalho de saneamento, poupando para o Estado um dinheiro que estava sendo utilizado de forma imprópria, pagando às famílias dos trabalhadores que poderiam estar ou não alocados na produção de borracha. Gostaríamos de manifestar nosso posicionamento a respeito do parecer do auditor com as próprias palavras com que ele se refere à demanda de indenizações de algumas

20 Oscar de M. Pacheco. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Caixa 3900. PR 31896.

21 Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). SEMTA. *Contrato de Encaminhamento*. 1943.

22 José Maciel Luz, parecer CAETA. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Caixa 3900. PR 31896.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

viúvas entre as missivistas: "Só nos parece que o tópico... foi redigido por um leigo, absolutamente estranho às leis reguladoras do assunto ventilado!".

Por outro lado, o parecer reduz a situação das mulheres ao infortúnio de quem apostou em enriquecer na Amazônia. Quão longe estão essas palavras das que um ano antes empapelavam a cidade de Fortaleza e do interior:

> SOLDADO DA BORRACHA, HERÓI DA AMAZÔNIA
> Mas não só pelas armas podemos e devemos concorrer para o triunfo completo da liberdade humana.
> Ao Nordestino, ao nosso trabalhador do campo, cabe uma tarefa tão importante como a do manejo das metralhadoras nas frentes sangrentas de batalha: – impõe-se-lhe o dever de lutar pacificamente na retaguarda, dentro do seu próprio país, nas terras abençoadas da Amazônia, extraindo borracha – produto indispensável para a vitória, como a bala e o fuzil[23].

Mas o auditor tomava o argumento da "miséria" para dizer que essa condição – fundamental no apelo das mulheres, pois era a partir desta realidade que esperavam despertar o sentimento de justiça no presidente – preexistia ao momento do recrutamento, citando textualmente no seu parecer o trecho do telegrama, datilografando-o em vermelho: "[…] forçados pela situação de miséria que encontravam-se na sua terra natal, viajaram para Amazônia, etc. […]" Mas foi obviamente negligenciada no seu parecer a frase seguinte, em que Jovelina e as outras dizem: "com esperanças de serem bem-sucedidos e **prestarem relevante serviço à pátria no combate ao inimigo comum**, **produzindo borracha para a vitória das nações unidas"**(grifos nossos). É bom observar que essa última passagem de linhas está repleta de expressões do discurso oficial. Mas continua o auditor dizendo que, já em resposta às mulheres do Crato, teve a oportunidade de explicar que a assistência às famílias não poderia continuar sob a responsabilidade da CAETA, mediante o que estabelecia o Decreto Federal n° 5813, de 14 de setembro de 1943, que criou a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia.

Mais de um desencontro

Os hábitos e costumes de mulheres de classe média capitalinas chocaram com os das mulheres do interior. O discurso higienista e reformador social das mulheres que administraram os pousos, organizaram a nutrição, aplicaram os curativos etc. colidiu com os hábitos das esposas dos trabalhadores "refugiadas" nos núcleos. Dois são os temas em que mais claramente se observa o desencontro: na prática de fumar e nos tipos de trabalho que exerciam e que estariam dispostas a exercer.

23 Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Cartilha Propaganda Rumo à Amazônia.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A divisão sexual dos trabalhos aparece muito claramente nos discursos dos maridos. Como diz Adolfo referindo-se à sua esposa Antónia, a respeito da possibilidade de ela fazer tijolos e telhas e trabalhos de enxada: "esses serviços só para homem, eu não digo que tenha mulheres que trabalham nesses serviços pesados, mas a minha não tem costume de fazer esses serviços"[24]. Manoel, que escreveu em agosto de 1943 de Manaus esclarece os trabalhos que considera que são para mulheres e quais não.

> […] estes trabalhos que elas estão fazendo eu já acho que é um trabalho muito pesado, mas estes trabalhos aguar canteiro, fazer canteiro, cavar valada, limpar de enxada para bananeira, cortar madeira, acho que este não são trabalhos para estas mulheres mães de família porque é muito pesado para elas, irresistível principalmente para a minha senhora ela não tem costume e mesmo eu nunca botei ela para fazer esses trabalhos, nunca[25].

Manoel é um dos trabalhadores que relembra que assinou um contrato e que o fez para obter conforto e assistência. Lembra também da conversa com uma funcionária que o teria atendido à hora de assinar o contrato no escritório do SEMTA. Nessa conversa, Laura, a funcionária, lhe teria perguntado se a esposa tinha alguma habilidade ao que ele respondeu que ela sabia engomar, lavar e cozinhar, fazia renda e colchas muito apreciadas pelas famílias ricas.

Já as esposas se queixam em cartas a seus maridos do tratamento, de ter que obedecer a leis que não poderiam ter sido criadas. Podemos perceber que o pouso era administrado como um "colégio de alunas internadas", com horários e hábitos rigorosos, com espaços "disciplinados", com normas sanitárias e controle dos tempos de lazer. Maria Filisolina diz em carta a seu marido: "eu não me sujeito a ninguém, você bem deve saber como eu sou! Eu dizendo uma coisa eu faço pode acreditar." Elcídia, diz para seu marido Cursino: "aqui já botaram inquisição por causa do fumo." E Joana: "Ontem ela [Ivete, a esposa do Doutor Pinto] não teve mais o que fazer, cercou o barracão com cordas para conseguir a nossa comida como animal, e para melhor eu lhe dizer o cativeiro aqui está de não suportar". Também Maria Filisolina se queixa da "perseguição" às fumantes, diz que Dona Ivete, "quis proibir a gente fumar, como não pode conseguir inventou de amarrar o barracão para o pessoal ir como um magote de assassino". O isolamento das fumantes num barracão cercado por cordas foi percebido como estigmatização ou criminalização. Isso motivou que quatro das "assistidas" fossem até o centro de Fortaleza para enviar um

24 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. OLIVEIRA, Adolfo Mesquita de [Correspondência]. Destinatária: Regina Chabloz, Manaus, 15 de julho de 1943.

25 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. VIANA, Manoel Souza. [Correspondência]. Destinatário: Regina Frota. Manaus, 13 ago. 1943.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

telegrama a seus maridos, provavelmente suspeitando que as denúncias sobre os acontecimentos do pouso não chegassem ao destino quando enviadas pelo serviço de correspondência do SEMTA. Maria Filisolina percebia o conflito como o desencontro entre formas de vida diferentes, por isso prognosticava uma revolta para quando fossem transladadas a um pouso dirigido por Ivete. Revolta que seria protagonizada "pelas mulheres pois não aceitamos as leis dela porque ela é do Rio e nós somos do interior e essas leis não podem serem criadas não sabe ela que buliu com o caos dentro da garrafa, que há tempo estava tampada"[26].

O tom de revolta das cartas escritas para seus maridos se transforma em apelo quando a escrita se dirige ao presidente da República, Getúlio Vargas. Dois são os argumentos mobilizados nos telegramas para solicitar a manutenção da assistência: a necessidade e o merecimento. Isto é, a pobreza e o patriotismo e abnegação de seus maridos. Voltando a parafrasear Virginia Woolf, podemos dizer que escrever não era uma atividade inofensiva. O riscar da caneta perturbava a paz do lar. A resposta do auditor porta-voz do duplo patriarcado, a do homem e o da pátria, evidencia o incômodo da demanda.

Em 1946, a campanha da borracha já era um "escândalo" de dimensões nacionais e internacionais. Formou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no marco da nova Constituição[27]. Em 13 de agosto de 1946, tomou-se o depoimento de Paulo Assis Ribeiro sobre o não cumprimento da cláusula referente às famílias, provavelmente em resposta à visibilidade que as mulheres tinham dado ao tema[28].

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

26 Arquivo Histórico Jean-Pierre Chabloz – Mauc/UFC, Fortaleza. ABREU, Maria Filisolina de. [Correspondência]. Destinatário: Abel. Fortaleza, jul. 1943.

27 Café, Divórcio e Amazonas: foram os três assuntos principais de ontem na constituinte. *Correio da Manhã*, 4 de julho de 1946.

28 CPI da Borracha. *Diário da Assembleia*, agosto de 1946.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Educação e sedução*: normas, condutas, valores nos romances de M Delly. 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo – USP, 1995.

CUVI, Nicolás. *Ciencia e imperialismo en América Latina*. La misión de chinchona y las estaciones agrícolas cooperativas (1940-1945). 2009. Tesis (Doctorat em Història de Les Ciènces) – Universitat Autònoma de Barcelona, 2009.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. o imaginário popular. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GONÇALVES, Huener Silva; ABREU, Deyse Marinho. Entre manuais e artigos: campanhas para o público leigo sobre o fumo e seus males no Brasil da primeira metade do século XX. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, p. 127-145, jan./jun. 2011.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque. *Rumo à Amazônia*, *terra da fartura*: Jean-Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o serviço especial de mobilização de trabalhadores para a Amazônia. 2012. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade de Campinas, 2012.

MORALES, Lúcia Arraias. *Vai e vem*, *vira e volta*: as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional (1977). *In*: WELCH, Clifford Andrew *et al.* (org.). *Camponeses brasileiros*: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A roça y la campana*: a questão agrária sob o varguismo e o peronismo em perspectiva comparada. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha*: trabalhadores rurais entre o sertão e o Amazonas. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SECRETO, María Verónica. Fúria epistolar. As cartas das mulheres dos soldados da borracha. Uma interpretação sobre a assistência às famílias. *Revista Esboços*, v. 12, n. 14, p. 171-191, 2005.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia*: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Edusp, 1993.

WOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: L&PM Pocket, 2012.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

"MULHERES INDÍGENAS, ORGANIZEM-SE! MESMO QUE SEJA EM SUAS CASAS": as ações político-pedagógicas do Grupo Mulher-Educação Indígena (décadas de 1980 e 1990)

Michelle Reis de Macedo[1]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Após anos de ditadura militar no Brasil, a década de 1980 anunciava uma nova Constituição, mais sensível às causas populares e que permitiria a participação ampla de todos os segmentos sociais. Naquele momento de intensa mobilização nacional para superar o "entulho" autoritário, democracia significava, para muitos, o retorno à "normalidade" institucional antes de 1964: eleições livres, multiplicidade de partidos políticos, liberdade de expressão e organização, equilíbrio entre os três poderes da República etc. Mas, para o Movimento Indígena Brasileiro (MIB) em articulação, democracia significava muito mais: decolonizar o pensamento e as estruturas políticas e sociais e superar os entraves para o direito à diferença, existentes desde o período colonial. Sem dúvida, a ocupação da arena política por lideranças indígenas naquele momento contribuiu para o alargamento das fronteiras da luta democrática.

Muitas lideranças indígenas despontaram politicamente naquela época em interlocução com o Estado brasileiro e a sociedade em geral, reivindicando sobretudo direito à terra e reconhecimento étnico. A maioria deles eram homens indígenas, que possuíam o papel político de representar a coletividade em espaços públicos, sobretudo fora das aldeias[2]. Entretanto, a partir dos anos 1980, na esteira do processo de fortalecimento do MIB, mulheres indígenas passaram a construir, pouco a pouco, espaços de visibilidade na arena pública, organizando-se em entidades focadas nas discussões em torno das demandas gerais dos povos indígenas, como a demarcação de terras, mas avançando diante de pautas específicas que diziam respeito à condição feminina, como

1 Professora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista do CNPq-Brasil (PQ-2) com o projeto de pesquisa intitulado *Da aldeia ao Congresso Nacional*: *a trajetória política do índio xavante Mário Juruna (décadas de 1970 e 1980)*. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (nº do processo: 313058/2018-0).

2 No entanto, como afirma Maria Helena Ortolan Matos, esse fato não significava a exclusão das mulheres dos assuntos políticos que diziam respeito ao grupo, pois, no espaço doméstico que lhes cabia, também eram tomadas decisões importantes para o destino da coletividade (MATOS, 2012, p. 146).

violência contra mulheres, saúde reprodutiva, educação para crianças e profissionalização de mulheres para geração de renda. O surgimento do Grupo Mulher-Educação Indígena (Grumin) inseriu-se naquele contexto.

Uma das primeiras organizações de mulheres indígenas criadas na década de 1980, o Grumin atuava basicamente em torno dos seguintes objetivos: fortalecer a luta do movimento indígena ao lado dos homens indígenas, combatendo o racismo e as forças políticas anti-indígenas ainda presentes em postos-chave da República brasileira; reivindicar atenção às questões de saúde da mulher indígena, incluindo debates sobre reprodução e denúncias de violências ao corpo feminino; gerar renda para as comunidades indígenas; formar e conscientizar lideranças indígenas e propor uma educação decolonial, considerando saberes e conhecimentos indígenas sobre sua cultura e sua história. Embora registrado em cartório do Rio de Janeiro no ano de 1987, a coordenadora do Grumin, Eliane Potiguara, revela em entrevista que a ideia de se criar um coletivo de mulheres surgira bem antes de sua constituição jurídica, nas conversas entre elas, bate-papos, denúncias, eventos. Ela estabelece o Primeiro Encontro de Professores Indígenas como um marco para o nascimento do Grumin e, como a maioria das pessoas presentes no encontro eram mulheres indígenas professoras, nomeou-se a entidade de Grupo Mulher-Educação Indígena (POTIGUARA, 2018, *apud* KADIWÉU; COHN, 2019, p. 128).

A proposta deste texto é analisar o espaço político conquistado pelas mulheres na trajetória do movimento indígena nas décadas de 1980 e 1990 a partir da atuação do Grumin e compreender o papel pedagógico que a entidade assumiu no processo de formação de novas lideranças, bem como sua contribuição na construção de uma educação decolonial.

Conscientização decolonial na trajetória de Eliane Potiguara

A categoria decolonial compõe a proposta epistêmica elaborada por pesquisadores e pesquisadoras do grupo Modernidade/Colonialidade para analisar questões próprias da América Latina a partir do seu passado colonial. Portanto, colonialidade seria a estrutura de poder, mantida após a saída do colonizador original, composta por padrões de conduta repetidos ao logo dos séculos, adaptando-se a conjunturas diferentes. Na colonialidade, as relações sociais são constituídas por meio de uma hierarquização baseada em critérios de classificação racial/étnico (QUIJANO, 2009). Como matriz de pensamento da modernidade eurocêntrica, a colonialidade sustentou narrativas que afirmavam a epistemologia europeia como universal, portanto a única maneira possível – e correta – de interpretar o mundo, invalidando outras formas de existências.

As relações históricas entre povos indígenas no Brasil e outros grupos sociais podem ser compreendidas a partir da ideia de colonialidade, na medida

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

em que a racionalidade moderna constituiu filosoficamente as políticas indigenistas do Estado brasileiro e as teorias explicativas dos intelectuais durante o século XIX e boa parte do século XX, naturalizando práticas e discursos racistas na sociedade que marcaram profundamente a vida dos povos originários. Eram considerados povos atrasados, cujo modo de vida seria incompatível com o projeto de se construir uma nação civilizada e desenvolvida nos padrões da modernidade. Logo, acreditava-se no desaparecimento gradual dos povos indígenas. As ações do Estado e da sociedade em geral intencionavam acelerar esse processo, sobretudo por meio da assimilação de modo que sua identidade étnica fosse negada. Ora eram desqualificados por serem *índios*, com toda carga negativa que essa denominação pudesse trazer; ora eram alvos de desconfiança porque não se enquadravam no estereótipo de *índio ideal* definido pela modernidade eurocêntrica, negando-lhes direitos, sobretudo à terra.

A representatividade de Eliane Potiguara, coordenadora do Grumin, é exemplar, em especial por pertencer a uma etnia do Nordeste do Brasil. Por terem sofrido o primeiro impacto da colonização, o processo de desintegração social, miscigenação e reinvenção em situação colonial é mais antigo e, portanto, mais intenso historicamente. De forma particular, recaem sobre esses povos do Nordeste concepções bastante superficiais e preconceituosas, que são usadas para negar a existência de indígenas nessa região do país. Conforme explica João Pacheco de Oliveira acerca do desconhecimento sobre os indígenas do Nordeste:

> O discurso oficial e os dos mais destacados intelectuais convergiam a este respeito: não existiriam mais índios, apenas *remanescentes*, cujas manifestações culturais podiam ser estudadas como folclore. Índios, no sentido em que, após o movimento indianista, o termo passou a ser utilizado, ou seja, como sinônimo de pessoas e coletividades que antecederam a presença portuguesa, seriam encontrados apenas no Amazonas e nas regiões mais remotas do país, onde a colonização estava tão somente começando (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

O Grumin veio na contramão desse discurso, dando visibilidade à etnia Potiguara da Baía da Traíção, no estado da Paraíba, e, de certa forma, contribuiu para que a trajetória de vida de sua coordenadora – e também de outras integrantes do grupo – mudasse de rumo. Eliane Potiguara nasceu no Rio de Janeiro por consequência do processo de colonização e remoções forçadas na Paraíba. Histórias como essa são constantemente repetidas por relatos de vida de muitos indígenas originários de etnias presentes no Nordeste e que reencontram seus laços comunitários depois de muitos anos. Segundo um boletim publicado pelo Grumin sobre os Potiguara,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> […] muitas dessas famílias, amedrontadas pela ação dos colonos, fugiam inteiras para Recife e Natal de lá tomando outro rumo, muitas vezes para não serem mortas. Muitos índios foram assassinados, ensacados e jogados ao mar. Fora tudo isso, o processo de desintegração cultural e espiritual motivados pelo racismo dos colonos, fez com que muitos Potiguara que saíram das aldeias tivessem vergonha de ser índio(a), inclusive escondendo suas origens, negando toda a vida e levando para o túmulo o medo e a vergonha[3].

Eliane conta que seu bisavô Francisco Solon de Souza, um líder Potiguara, foi assassinado na Baía da Traição no início do século XX porque lutava contra a expansão da produção de algodão em seu território. Temendo represálias, sua família migrou para a cidade do Rio de Janeiro e, por isso, Eliane nasceu no Morro da Providência. Segundo ela, não se falava em *ser indígena*; a identidade Potiguara era silenciada entre os membros mais velhos da família. Depois que aprendeu a ler e escrever, sua avó lhe pedia para responder cartas para ela, em que "contava a história dela e chorava sempre". As cartas foram momentos de transformação para Eliane. Ela conta: "Então eu comecei a ligar os fatos, comecei a perceber alguma coisa, isso aí já com onze anos. Eu já estava assim... Meu olhar já estava... Eu já olhava além. Olhava além daquelas letras. E comecei a perceber que nós éramos diferentes" (POTIGUARA, 2018, *apud* KADIWÉU; COHN, 2019, p. 111).

Em entrevista, Eliane Potiguara relata diversos casos de discriminação sofridos por ela e sua família. Em vários espaços sociais, o termo *índia* era usado para desqualificá-la. Fez Escola Normal, tornou-se professora, casou-se com o cantor Taiguara[4] e, com ele, engajou-se politicamente na década de 1980. Com o processo de conscientização, Eliane foi se sentindo pertencente à coletividade Potiguara e, apesar de ter nascido no Rio de Janeiro, sentia que era parte da Baía da Traição. Logo após a morte de sua avó, decidiu fazer "o caminho de volta", isto é, conectar-se com sua ancestralidade a partir do contato com a coletividade na aldeia, reafirmando sua pela identidade Potiguara. Segundo ela, decidiu ir à aldeia na Paraíba apenas para saber mais sobre sua própria história. Mas o cacique João Batista Faustino lhe pedira para construir um centro cultural na aldeia Potiguara. Além disso, ao longo de suas viagens, em contato com movimentos sociais, inspirou-se na campanha do Xavante Mário Juruna para deputado federal, conheceu Ailton Krenak e Álvaro Tukano, jovens lideranças do Movimento Indígena nos anos 1980. Sem dúvida, as ações de outras lideranças naquele contexto foram

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

3 Nordeste brasileiro: uma Amazônia destruída. *Boletim do Grumin*, Rio de Janeiro, julho de 1992, p. 2.

4 Nascido no Uruguai, mas naturalizado brasileiro, o cantor Taiguara teve dezenas de músicas censuradas pela ditadura militar.

importantes ensinamentos para Eliane, demonstrando o caráter pedagógico do Movimento Indígena, assim como suas próprias ações também serviram de incentivo para outros e outras indígenas.

Em conversa com Daniel Munduruku, Eliane Potiguara explica:

> O Movimento Indígena era autoeducativo. Além de educar a si mesmo, ele tinha a finalidade de conscientizar. A palavra-chave era conscientização. Nos pequenos encontros que fazia, participava, sempre havia um momento de crescimento pessoal – tanto que tudo isso desembocou na necessidade de formular uma nova educação indígena no Brasil (POTIGUARA, 2009, *apud* MUNDURUKU, 2012, p. 129).

O processo de conscientização proposto pelo Movimento Indígena pressupunha subverter narrativas históricas baseadas em fundamentos da colonialidade, portanto foram ações e opções decoloniais desde sua origem. Suas memórias geracionais e as experiências históricas de marginalização a qual foram submetidos por instituições, sejam coloniais e imperiais, sejam republicanas, são constantes incentivos para o fazer decolonial. Para os povos indígenas, não é preciso ler teorias acadêmicas para se optar pelo pensamento decolonial, pois este "vive nas mentes e corpos de indígenas" (MIGNOLO, 2008, p. 291). Afinal, em projetos decoloniais, como aquele proposto pelo Grumin, teoria e prática não se distinguem.

Engajada politicamente, Eliane Potiguara aproximou-se do Movimento Indígena a partir da busca da sua própria identidade indígena. Retornando à comunidade, entendeu que a questão da terra era crucial para a sobrevivência dos Potiguara, cujo território estava sendo tomado por práticas de arrendamento a latifundiários da região. Como professora, participava de debates com outras educadoras indígenas e a reclamação consensual era de que não havia material didático específico, "não tinha um material da própria comunidade falando sobre si mesma". Professores de fora e os livros didáticos sustentavam imagens e narrativas que não faziam parte da realidade indígena. Em suas palavras, "nunca aparecia uma cartilha, um livro, com as crianças comendo biju com mel, ou tomando um suco de graviola, tomando um coco ou dançando uma dança do toré, ou que fosse trabalhando culturalmente o próprio artesanato indígena." (POTIGUARA, 2018, *apud* KADIWÉU; COHN, 2019, p. 128). Com a presença maciça de mulheres indígenas nessas conversas, os problemas específicos enfrentados por elas naturalmente surgiam como ponto de pauta de debates.

Sendo assim, durante o processo de compartilhamento de experiências a partir do lugar social de professoras, mulheres e indígenas, formou-se o Grumin, com propostas pedagógicas de decolonizar pensamentos e fazeres, agregando outras mulheres. Logo no editorial da primeira edição do *Jornal*

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

do Grumin, Eliane Potiguara explicou que as intenções do grupo era debater e buscar soluções para problemas relacionados à saúde da mulher; ao ensino para as crianças que resgatasse "suas raízes culturais através do estudo da história e da língua de cada povo"; à violência sexual contra indígenas nas áreas de mineração; à prostituição e bebedeira de algumas mulheres dasaldeadas; ao preconceito contra mães solteiras. Portanto, pautas relacionadas a questões de gênero. No entanto, preocupou-se também em demarcar o lugar do Grumin na luta pelas demandas principais do Movimento Indígena, esclarecendo que não tinha pretensões de dividi-lo. "Ao contrário, o que as mulheres buscam é o fortalecimento da luta, ao lado dos homens, também nas questões centrais como a demarcação das terras, as invasões, violências e mortes, enfim o cumprimento da Constituição, a paz"[5].

Grumin integrado ao Movimento Indígena: luta pela terra e identidade potiguara

A Constituição de 1988 trouxe interessantes inovações conceituais que ampliavam os direitos indígenas em relação a todos os outros textos constitucionais anteriores. Pela primeira vez, houve o reconhecimento da organização social, usos, costumes, religiões, línguas e crenças dos povos indígenas, ou seja, o direito de ser diferente e cultivar essa diferença com liberdade. Estabeleceu o direito à terra como originário, existente antes mesmo da criação das leis e do Estado. Isso significa que a demarcação territorial não seria entendida como uma concessão estatal, mas um ato de reconhecimento por parte do Estado de algo anterior a sua formação. A Constituição também conceituava terra indígena como não apenas o espaço de habitação, mas também de produção, preservação do meio ambiente e reprodução física e cultural dos povos indígenas. Por fim, reconheceu seus direitos coletivos de opinar sobre a exploração de riquezas em seus territórios e de postular em juízo.

Entretanto, apenas a garantia das leis no texto constitucional não seria o suficiente para se combater séculos de racismo e violência contra os povos originários. Conforme defende Leonardo Avritzer (1995), a democracia não é apenas um fenômeno de operação das instituições políticas e negociação entre atores políticos, ela precisa operacionar também as dinâmicas das interações sociais cotidianas; seus valores precisam ser interiorizados, aprendidos e apreendidos. Infelizmente, a ideia hegemônica de cidadania consolidada na sociedade brasileira ainda se alimentava de princípios etnocêntricos pouco

5 POTIGUARA, Eliane. ... nasceu da luta da mulher. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, fev. 1989.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

afeitos às diferenças. São tradições coloniais que ainda aprisionam o pensamento da sociedade brasileira, carregado de noções dicotômicas como civilização/selvagem ou moderno/atrasado.

Sendo assim, a luta precisava continuar no pós-Constituinte para que, no mínimo, fosse cumprido o que estava escrito e aprovado pelas instituições. A autoconfiança adquirida pelas agências indígenas era traduzida pelas atuações incansáveis de lideranças no sentido de pressionar os poderes da República, enfrentar forças particulares e, no mínimo, manter a questão indígena na ordem do dia. Mesmo que seus adversários tentassem os invisibilizar, insistiam em serem sujeitos de sua própria História.

Respaldada juridicamente a partir de então, a pauta da demarcação das terras Potiguara foi tema central do I Encontro Potiguara de Luta e Resistência, organizado pelo Grumin em junho de 1989, na Baía da Traição. Isso significava retirar de lá não indígenas que ocupavam o território a fim de explorar a terra economicamente. Por ser um problema comum em diversos territórios indígenas no Nordeste brasileiro, representantes das etnias Pankararé e Pataxó, da Bahia, Pankararu, de Pernambuco, Xukuru-Kariri, de Alagoas, e Xocó, de Sergipe, estiveram presentes no evento, reforçando a importância da união entre indígenas do Nordeste para enfrentar situações semelhantes de conflitos com latifundiários da região. Segundo o indígena Potiguara Raquel, naquele momento, a monocultura de cana-de-açúcar ocupava de "40 a 70% dos 20.800 hectares restantes do território potiguara"[6]. Os contratos de arrendamento da terra Potiguara a usineiros eram bastante comuns, inclusive com apoio de alguns indígenas.

De acordo com o próprio *Jornal do Grumin*, algumas lideranças deixaram de comparecer ao encontro "por considerar que isso poderia conduzir a caminhos não favoráveis à relação econômica"[7] com latifundiários. Essa atitude destoante do Movimento Indígena reflete a complexidade das dinâmicas sociais e a variedade de alternativas, mesmo limitada, que sujeitos indígenas possuem diante de uma determinada situação e que são condicionadas por fatores também diversos. Nesse caso, a teoria da colonialidade pode oferecer uma explicação. Segundo Anibal Quijano (2009, p. 74-75), a perspectiva cognitiva eurocêntrica não é exclusiva dos setores dominantes, mas todos os setores sociais educados sob sua hegemonia estão sujeitos a interiorizá-la, pois o capitalismo moderno naturaliza experiências dos indivíduos nesse padrão de poder. Sendo assim, envolvidas por interesses individuais baseados na lógica da obtenção do lucro, algumas lideranças indígenas contrapuseram-se ao debate levantado pelo Grumin.

6 ÍNDIO sem terra não tem vida: Potiguara exige terras de volta. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2, jul. 1989.

7 Questão de soberania. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 4, jul. 1989.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

De qualquer forma, foram aqueles engajados na luta pelo direito coletivo à terra dentro da lógica defendida pelo Movimento Indígena que protagonizaram os debates políticos em torno das demandas indígenas já garantidas em lei. A partir de 1988, a Constituição Nacional passou a ser a pedra angular das reivindicações, demonstrando o quanto os indígenas brasileiros estavam engajados e inseridos na sociedade nacional, compreendendo todo o processo de mudança política pela qual o país estava passado. Como afirma Daniel Munduruku (2012, p. 56), "havia uma disposição para fazerem acontecer as promessas que a constituição recém-aprovada fizera". A Carta resultante do I Encontro Potiguara de Luta e Resistência demonstra a importância das conquistas jurídicas para o Movimento Indígena, sobretudo no que diz respeito ao direito originário e coletivo sobre suas terras:

> Não apenas a demarcação das terras dos índios Potiguara, mas exige o nosso povo também que as autoridades constituídas, em cumprimento ao que diz a Constituição, no capítulo dedicado aos índios, libere à área pertencente aos Potiguara, e que hoje são ocupadas indevidamente por invasores. A questão da terra é o fundamento da nossa luta [...], destacamos a nossa consciência de que esta terra é nossa. Sobre ela decidimos seu destino. E seu destino envolve as gerações de hoje e as gerações do futuro. [...] Queremos que a terra Potiguara permaneça nas mãos dos Potiguara. Não uma terra seca, mas uma terra fértil. Não uma terra que seja de alguns, mas uma terra que seja de todos, pois ela, historicamente é de todos[8].

Os Potiguara apoiaram-se na Constituição, pois pela primeira vez na História do Brasil um texto jurídico defendia o direito ao futuro das formas de vida dos povos indígenas, diferentemente dos projetos assimilacionistas anteriores, que os consideravam resquícios do passado em vias de extinção (BARBOSA, 2018, p. 11). Dessa forma, decidiram não renovar os contratos de arrendamento das terras Potiguara feitos com usineiros após o término do prazo, trocando a monocultura da cana-de-açúcar pela diversidade agrícola voltada para a autossuficiência econômica e geração de renda para as aldeias.

A preservação do meio ambiente e o equilíbrio ecológico também eram preocupações do Grumin, que entendia a ameaça histórica da monocultura e da intensa utilização de adubos químicos para a fertilidade do solo, comprometendo a produção de outros produtos indispensáveis para a alimentação da comunidade. No entanto, as preocupações que antes estavam voltadas apenas para suas próprias necessidades – não tinham tanta articulação com o cenário nacional – ultrapassaram as fronteiras locais de suas comunidades

8 Carta do I Encontro Potiguara de Luta e Resistência. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, julho de 1989, p. 6.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

durante o processo de formação e consolidação do Movimento Indígena (MUNDURUKU, 2012, p. 45-46). Atingiram o âmbito nacional e até internacional a fim de dar visibilidade ao que estava acontecendo aqui no Brasil, em particular, e na América, em geral, com os povos originários, angariando alianças entre eles e apoio de ONGs, instituições, organizações sociais, intelectuais e artistas.

Um marco na trajetória do Grumin foi a participação na criação do Comitê Intertribal – 500 Anos de Resistência em fevereiro de 1991, cujo objetivo era se preparar para a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a chamada Eco-92 – que seria realizada pela Organização das Nações Unidade (ONU) em 1992, no Rio de Janeiro. A ideia era realizar encontros antes do evento internacional para avaliar "os estragos produzidos na natureza pela ação predatória do homem da cidade, em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, para denunciar fatos que comprometem a ecologia e até o ecossistema do planeta" e, em 1992, serem reconhecidos na Eco-92 "não como peça exótica", mas como primeiros ecologistas do planeta[9].

Ao lado de grandes lideranças indígenas brasileiras, como os caciques Raoni, Aritana e Megaron Txucarramãe; Marcos Terena, um dos fundadores da União das Nações Indígenas (UNI); Ailton Krenak, coordenador da UNI, estavam as mulheres indígenas Doroty Bakairi, Anahi Kaiowá e Quitéria Pankararu, integrantes do Conselho Coordenador do Grumin, e a coordenadora, Eliane Potiguara, que assumiu a liderança da comissão de articulação política do Comitê Intertribal. Após o lançamento da entidade pluriétnica, representante de demandas indígenas, o grupo produziu um documento, exigindo serem ouvidos na Eco-92 sob o seguinte argumento:

> Não podemos admitir como índios e como brasileiros que um simples evento defina a salvação do planeta, a preservação da Amazônia, deixando de lado toda a catástrofe social legada ao índio nesses 500 anos de dominação. A destruição também deve ser avaliada, e mesmo fazendo parte de um país de terceiro mundo, lembrado apenas como fonte de matéria-prima e por seu futebol e carnaval, o índio reivindicará ter voz. Quem melhor conhece o rio Araguaia, como os Jawaé e Karajá? Quem melhor conhece os pampas, como os Kaingangue e Guarani? Quem melhor conhece o Pantanal, como os Guató, Kadiwéus e Terena? Quem domina melhor os seringais, como os Kampa e Kaxinawá? Quem melhor conhece as águas marinhas como os Pataxó e Potiguara? Quem melhor administra os cerrados, como os Xavante, Bakairi, Bororo e Kraô? Quem melhor conhece a Amazônia, como os Mundurucu, Yanomami, Ticuna, Sateré e Tukano?

9 500 anos de resistência. Índio cria Comitê Intertribal e vai à Rio-92 denunciar destruição. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, abril/maio de 1991, p. 3.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Ou quem conhece melhor os lavrados, como os Macuxi? Se o homem branco quiser, poderá recuperar sua alma nativa junto com os índios[10].

A participação de Eliane Potiguara no Grumin e no Comitê Intertribal não passou despercebida pelas autoridades da República. Embora os militares já não ocupassem mais a presidência, os documentos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAEPR) sugerem que as Forças Armadas ainda assumiam funções de vigilância da sociedade civil, sobretudo de movimentos sociais, marcando traços de continuidade de práticas da ditadura em períodos considerados democráticos. Registrado com o carimbo de "confidencial", um informe do Ministério do Exército, originário do Comando Militar do Leste, datado de 5 de junho de 1991, demonstra preocupação com as ações do Grumin, com destaque para a sua participação no Comitê Intertribal e suas atuações em torno da Eco-92. A fonte revela dados pessoais de Eliane Potiguara e endereço residencial, descreve suas articulações com outras lideranças do Movimento Indígena, enumera as mulheres integrantes do Grumin, os colaboradores da entidade e integrantes do Conselho Consultivo e, por fim, comenta seus projetos enquanto coordenadora do Grumin. Em anexo, o informe traz um panfleto de divulgação do projeto "O Índio conta sua História", criado pelo Grumin, e um recorte de jornal com a fotografia de Eliane em destaque[11].

O Departamento de Inteligência da SAEPR produziu outros documentos confidenciais voltados para a vigilância das ações do Grumin e de Eliane Potiguara nos anos 1990[12]. A própria coordenadora do coletivo de mulheres revela, em entrevista, que foi perseguida pela Polícia Federal, corroborando com os documentos oficiais que demonstram preocupação de órgãos do governo federal com sua militância.

Sem citar a data exata, ela conta que foi convocada para prestar esclarecimentos na Polícia Federal, mas tudo indica que tenha ocorrido nos primeiros anos da década de 1990, já que, segundo ela, ao conversar com um dos fundadores do Comitê Intertribal, Marcos Terena, sobre o que estava acontecendo, não foi possível obter sua ajuda porque ele estava envolvido com a "preparação da Eco-92, o evento gigante sobre ecologia que estava acontecendo no Rio de Janeiro" (POTIGUARA, 2018, *apud* KADIWÉU; COHN, 2019, p. 138).

10 *Ibidem*.

11 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – CML. Informe nº 417-A/91, –. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1991. *In:* Memórias Reveladas/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República/Agência do Rio de Janeiro. *Armazém Memória*. *Centro de Referência Virtual Indígena*. Disponível em: http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/. Acesso em: 21 ago. 2021.

12 Memórias Reveladas/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República/Departamento de Inteligência. *Armazém Memória*. *Centro de Referência Virtual Indígena*. Disponível em: http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/. Acesso em: 21 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Segundo ela, por recomendação de uma tia, Eliane decidiu não ir sozinha, temendo o que poderia acontecer. Logo, em um caminhão, levou consigo outras lideranças. Chegando lá, foi provavelmente questionada sobre o sobrenome Potiguara, acrescentado por ela ao seu nome de batismo, pois afirma:

> Eu fui colocando que sou Eliane Potiguara porque existe o Mario Juruna, existe o Ailton Krenak, existe o Álvaro Tukano. Fui dizendo que a gente não estava trocando de nome, que a gente estava assumindo a comunidade. E vários índios Potiguara estavam se assumindo. [...] A Polícia Federal perguntou então quem é que tinha mandado os indígenas se chamarem Potiguara (POTIGUARA, 2018, *apud* KADIWÉU; COHN, 2019, p. 136-137).

Usar um nome diferente daquele escrito nos registros civis poderia ser caracterizado como atividade suspeita, sobretudo quando eram integrantes de movimentos sociais. Mas no contexto de articulação nacional do Movimento Indígena, muitos indígenas passaram a questionar as regras impostas pela colonialidade para defini-los e classificá-los. Os colonizadores ignoraram suas diversidades e especificidades e os nomearam genericamente de *índios* por um equívoco geográfico. Desde então, essa categoria foi reproduzida, arrastando consigo representações estereotipadas e negativas da condição étnica desses sujeitos. Nos anos 1980, ao invés de simplesmente rejeitar essa denominação, os indígenas de diferentes etnias adotaram-na, ressignificando seu conteúdo explicativo. O termo *índio* passou a refletir o sentimento de identidade indígena nacional consolidado a partir de experiências compartilhadas entre os povos que reconheciam sua ancestralidade nos originários dessa terra, que sofreram o impacto da chegada dos europeus, e de quem herdaram os modos coletivos de viver e se relacionar com o território.

Esse processo de conscientização não foi vivenciado exclusivamente pelo Brasil, mas por diversos países cuja história foi profundamente marcada por experiências de colonização. Sobretudo na América Latina, o questionamento dos parâmetros de constituição social baseados em regras eurocêntricas tornou-se realidade, exigindo dos Estados modernos adaptação e, no mínimo, reflexão. Viagens e trocas entre povos originários de diversos países passaram a ser comuns, fortalecendo cada vez mais suas reivindicações no âmbito internacional. Integrantes do Grumin, sobretudo sua coordenadora, participaram de várias conferências internacionais, inclusive eventos promovidos pela ONU. Portanto, para além das demandas locais dos Potiguara e nacionais dos povos do Nordeste e de outras regiões do Brasil, o Grumin estava integrado com um movimento que ultrapassava fronteiras estabelecidas pela modernidade.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Assim como demais lideranças do Movimento Indígena, as integrantes do Grumin estavam assumindo, nacional e internacionalmente, o pertencimento a uma coletividade e reivindicando os direitos coletivos dos povos originários, negados e desconstruídos pela modernidade europeia que estabeleceu a exclusividade dos direitos individuais (SOUZA FILHO, 2018, p. 77). Direito coletivo à terra e reconhecimento das identidades coletivas eram pautas centrais do Movimento Indígena brasileiro e o Grumin representou uma das frentes na luta por elas.

Grumin na luta contra a violação do corpo feminino: estupro, exploração do trabalho e assistência precária à saúde da mulher indígena

Em seus materiais de divulgação, o Grumin identifica duas principais práticas de violação do corpo das mulheres indígenas: a violência do estupro e a exploração do trabalho. Assim como a terra indígena reivindicada pelo movimento significava o lugar da existência física e cultural da coletividade, o corpo feminino também era visto como território, inseparável do sentido de existência da mulher indígena. Portanto, no movimento das mulheres indígenas, a luta por território possuía significado duplo: demarcação da terra indígena e controle sobre o próprio corpo.

Logo no primeiro número do *Jornal do Grumin*, lançado em fevereiro de 1989, a primeira reportagem apresenta um depoimento chocante de uma indígena Guarani, relatado durante um encontro de mulheres indígenas em 1986, em Dourados:

> Eu crio essa menina da aldeia do Rio Branco (Guarani). A mãe dela casou com meu primo e teve cinco filhos. O marido dela foi embora com outra mulher e uma criança morreu. Morreu a segunda. Foi morrendo tudo. A mãe ficou doente e bebia, bebia e bebia cachaça. Ela teve com um homem e nasceu essa menina que crio. [...] Meu primo expulsou-a da aldeia e ela foi pra minha casa. Mas ela bebia demais e se juntou com um índio que bebia mais ainda. Um dia ele foi preso. Quando saiu da cadeia, eles foram dormir na praça. Aí chegou um bandido e agarrou ela. Ele estuprou ela. Abriu tudo. Arrebentou tudo. Ela deu três gritos e morreu. Eu recorri à FUNAI e me disseram na delegacia: "Parece que ela é índia. Não foi estupro não; foi cachaça. Esse bando é preguiçoso, não quer trabalhar e só quer beber. E se quiser ver o corpo tem que pagar." Minha prima foi enterrada e nem pudemos ver. Aí peguei a criança pra criar, que encontrei com desidratação, pneumonia e desnutrida[13].

13 *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, fevereiro de 1989, p. 1.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Histórias dramáticas como essa passaram a ser constantemente contadas e ouvidas nos encontros do Grumin. Estupro, alcoolismo, adoecimento de mulheres e crianças, alta taxa de mortalidade de crianças indígenas, desprezo e misoginia passaram a ser denunciados porque, a cada relato, outras mulheres sentiam-se encorajadas a enfrentar as diversas formas em que seu corpo era violado por serem mulheres, em especial por serem mulheres indígenas. O lugar social ocupado e atribuído a elas foi sendo questionado coletivamente à medida que percebiam as visões estereotipadas sustentadas pela sociedade racista que, quando aplicada à mulher indígena, produziam significados específicos voltados para a condição feminina. Desde relatos de viajantes e missionários do século XVI, passando pela literatura e pela academia, chegando ao senso comum, as mulheres indígenas eram reduzidas a *primeiras reprodutoras da nação brasileira* devido a sua *natural* disponibilidade sexual para os europeus (MACEDO, 2020, p. 117). Sendo assim, enfrentar esses traumas vividos por elas significava ir além das pautas gerais do Movimento Indígena. O Grumin passou a pensar a partir da interseccionalidade entre raça e gênero.

Assim como as concepções eurocêntricas de raça/etnia para classificação social estavam nas bases de formação da sociedade brasileira, as representações sobre feminino e masculino baseadas na ideia de submissão natural da mulher também determinaram as relações de poder. Esses valores davam suporte para um conjunto de normas e práticas que, de certa forma, legitimavam a violência sexual contra corpos femininos e culpavam as vítimas pelas agressões sofridas. De acordo com Lana Lima (2017, p. 8), embora o termo *cultura do estupro* tenha surgido no contexto de articulação do movimento feminista nos anos 1970, trata-se de um fenômeno de longa duração, cujas bases podem ser identificadas nas representações sobre a mulher construídas no âmbito do pensamento cristão ocidental.

As representações de gênero do mundo ocidental, ao serem transferidas para o mundo colonial, compôs o processo de hierarquização social próprio da colonialidade, associando raça e gênero nas práticas de submissão e violação do corpo das mulheres indígenas, que, por serem práticas naturalizadas, dificilmente provocavam sentimentos de comoção. O Grumin denunciava as práticas históricas e sistemáticas de estupro contra mulheres indígenas não somente como resultado do *natural* desejo sexual atribuído aos homens pela concepção patriarcal e misógina, mas também como uma expressão prática do racismo, baseado na ideia de inferioridade dos povos indígenas construída historicamente a partir das experiências de colonialidade. Ao descrever o processo de colonização vivido pelos Potiguara até aquele momento, destaca-se a violação dos corpos femininos como consequência nefasta para as mulheres Potiguara:

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> E o processo com as mulheres foi pior porque, além de tudo, meninas de 12/13 anos eram abusadas sexualmente. Centenas de abusos fizeram com que mulheres calassem diante da sociedade, causando-lhes desequilíbrio psicológico e emocional para o resto de suas vidas. Essas são as guerreiras anônimas que trazem o silêncio no peito[14].

O trabalho penoso também era denunciado pelo Grumin como uma forma de violação do corpo da mulher indígena. Logo, adotou como estratégia a conscientização pedagógica de mulheres Potiguara a partir da descrição de realidades locais vividas por mulheres indígenas do Nordeste, em particular por mulheres Potiguara, que culturalmente trabalhavam buscando caranguejo, ostras e mariscos nas praias, rios e mangues da região ou na agricultura.

> Esse trabalho leva as mulheres a permanecer um dia inteiro com lama até os joelhos, arriscando sua saúde e muitas vezes voltando para casa com o balaio vazio. O trabalho no roçado também é sacrificante e os especuladores transformam as mulheres em mão-de-obra quase escrava, fazendo-as caminhar quilômetros a pé em busca de alimentos para as crianças. Muitas vezes esses duros trabalhos prejudicam o útero, desregularizando o ciclo menstrual, transformando-o muitas vezes em quadro hemorrágico que elas escondem no dia a dia[15].

Eram constantes as preocupações do Grumin em debater questões de saúde da mulher indígena e cobrar dos poderes públicos soluções. Dentre os vários eventos organizados pelo grupo, o Seminário da Mulher Indígena realizado em 1991, em Brasília, destacou-se pela presença não apenas de mulheres Potiguara, mas também de representantes de várias outras etnias, como Bakairi, Terena, Kaingang, Pankararu, Xukuru-Kariri, Kaiapó, Xavante, que passaram a compor o Conselho de Mulheres do Grupo-Mulher Educação Indígena. Além disso, estavam lá, prestigiando e apoiando as demandas femininas, lideranças masculinas importantes, como o cacique Raoni, Marcos Terena e Estevão Taukane (UNI), e autoridades políticas, como as deputadas Benedita da Silva e Moema Santiago[16].

Como situação comum de várias aldeias, uma das pautas mais debatidas do encontro foi a questão da precária assistência à saúde das mulheres indígenas, sobretudo à saúde reprodutiva, destacando a ausência de médicos nos postos de saúde e a inexistência de um programa de atendimento emergencial, em especial às gestantes com casos de aborto espontâneo e às mulheres

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

14 Nordeste brasileiro: uma Amazônia destruída. *Boletim do Grumin*, Rio de Janeiro, julho de 1992, p. 2.

15 Fortalecendo o espírito e as bases Potiguaras. *Boletim do Grumin*, Rio de Janeiro, julho de 1992, p. 1.

16 Mulher indígena na luta por direito à saúde e educação. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, abril/maio de 1991, p. 7.

com tumores uterinos e nos seios. Como mães, também foi recorrente nos seus testemunhos a negligência do poder público com a saúde das crianças, acometidas com doenças de pele, gastrointestinais, febres endêmicas e outras complicações. Uma das falas mais marcantes foi da presidente da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, no Amazonas, Deolinda Prado, indígena Dessana. Ela contou que o trabalho de artesanato de tapeçaria e cestaria feito por mulheres de sua aldeia não recebia nenhum incentivo. Como consequência, muitas iam para Manaus com a ilusão de obter melhores condições de vida, mas acabavam se sujeitando a empregos mal remunerados de empregada doméstica nas casas da cidade e muitas vezes sendo vítimas de violência física e moral[17].

O reconhecimento do trabalho de apoio a mulheres indígenas promovido pelo Grumin foi fundamental para o fortalecimento de uma rede de articulação em torno das pautas de gênero. Algumas cartas recebidas eram publicadas no *Jornal do Grumin* desde sua primeira edição como forma de publicizar a solidariedade entre elas e entidades de apoio. Em carta ao Grumin, a indígena Eunice Tapirapé, ao constatar que "o trabalho com as mulheres está defasado em relação às oportunidades que os homens têm", mostrou-se representada pelas propostas do grupo coordenado por Eliane Potiguara. Do México, a indígena Bertha escreveu: "Faço votos para que as mulheres indígenas do Brasil se unam a nós e recuperemos nossas palavras." De Genebra, Jeanne Sindab, representando o Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas, diz que sente orgulho do Grumin e expressa "solidariedade até que a justiça e paz sejam realizadas para o corajoso povo indígena." Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Antônio Cláudio Mariz de Oliveira defende que "a seriedade do trabalho com que o Grumin vem pautando vossa atuação é a construção concreta para avançar no combate a toda forma de preconceitos"[18].

Um importante exemplo de aproximação do Grumin com outras entidades de apoio a mulheres em termos interseccionais foi a sua participação na Rede Sisters, criada em 1992 durante a Reunião Mundial de Mulheres contra o Racismo, realizada em Trinidad y Tobago. A proposta da Rede Sisters era desenvolver programas de auxílio mútuo e canais de informação para combater o racismo e o sexismo e denunciar crimes contra o meio ambiente e violações dos direitos humanos, sobretudo de mulheres da América Latina e do Caribe. O objetivo era reunir e estimular a conscientização de "mulheres de cor – indígenas, negras, mestiças e outras minorias étnicas – em torno

17 Mulher indígena na luta por direito à saúde e educação. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, abril/maio de 1991, p. 7.

18 Batendo Tambor. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, fevereiro de 1989, p. 2.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

de questões como a emancipação social; programa de educação básica; formação de lideranças e serviços de saúde"[19]. Como estratégia, promoviam ações de capacitação e resolução de problemas práticos, destinando pequenas doações para iniciativas de diversos grupos. Um dos grupos beneficiados foi justamente o Grumin, que recebeu da Rede Sisters ajuda financeira para a publicação do seu jornal.

Além de compor a Rede Sisters, o Grumin participava de vários eventos internacionais, trocando experiências com mulheres de outros países e regiões, como foi o caso da Conferência Internacional sobre Saúde da Mulher – Saúde Reprodutiva e Justiça, realizada no Rio de Janeiro em janeiro de 1994. Naquela ocasião, um conjunto de entidades de mulheres indígenas, incluindo o Grumin, recomendou que nas próximas reuniões fosse convocada pelo menos uma mulher indígena de cada país; ademais, enfatizou a necessidade de se humanizar a profissão médica, já que as mulheres indígenas eram cotidianamente "maltratadas durante o atendimento a saúde reprodutiva" e reivindicou que "nossas curandeiras sejam reconhecidas legalmente"[20].

Além das denúncias de precariedade da assistência médica e das reivindicações de políticas públicas para cuidar da saúde indígena, uma importante estratégia de ação do Grumin foi promover programas de profissionalização de indígenas que os auxiliassem a se tornarem médicos e enfermeiros para prestarem serviços à comunidade. Mas os esforços não se restringiam à área da saúde, a ideia era capacitar indígenas em outras profissões para geração de renda para a comunidade. Mais ainda: promover programas de educação que valorizassem suas culturas, seus conhecimentos e modo de vida.

Grumin na luta por uma educação decolonial: "O Índio conta sua História"

Para os intelectuais do grupo Colonialidade/Modernidade, a colonialidade do poder manifesta-se em dimensões do *saber* e do *ser*. A partir do estabelecimento da hegemonia dos regimes de pensamento coloniais e da epistemologia eurocêntrica, os saberes locais foram invisibilizados e inferiorizados. Além disso, a classificação social baseada na ideia de raça produziu identidades coloniais dentro de um sistema de hierarquias em que o modo de ser europeu se impôs (SARTORI JUNIOR, 2017, p. 48.). Sobretudo a partir do Iluminismo, o desenvolvimento das ciências modernas reservou para o

19 Rede Sisters: Programas de Apoio e Denúncia estarão presentes em Beijing. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, abril de 1994, p. 3.

20 Saúde Reprodutiva e Justiça reúne 200 mulheres no Rio. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, abril de 1994, p. 3.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

colonizador o lugar privilegiado de enunciação legitimado pela ideia de verdade universal. A proposta do pensamento decolonial não é negar a eficácia dos saberes modernos, mas questionar o processo de naturalização de seu caráter supostamente universal.

Os programas de educação criados pelo Grumin eram fazeres decoloniais porque se baseavam em propostas epistemológicas interculturais. Ao mesmo tempo que promovia cursos de profissionalização a partir de saberes próprios das ciências modernas, trazia para o centro dos debates a importância dos saberes produzidos por suas ancestralidades, em harmonia com a natureza e outros seres vivos.

Em 1989, em paralelo ao I Encontro Potiguara de Luta e Resistência, o Grumin realizou o I Encontro Regional Mulher-Educação Indígena, que discutiu sobre a necessidade de melhoria da qualidade do ensino para as crianças indígenas, de investimento na formação continuada para monitoras de educação, de criação de cursos profissionalizantes e, por fim, de resgatar a história e cultura indígenas, sobretudo elaborando materiais didáticos e pedagógicos que valorizassem os conhecimentos produzidos pelos povos originários. Segundo o *Jornal do Grumin*, alguns indígenas viam as ações de Eliane Potiguara voltadas à promoção da educação escolar como ameaça às tradições. No entanto, a maioria presente apoiava essas iniciativas e aprovou uma moção de solidariedade ao trabalho coordenado por ela[21].

A estratégia pedagógica de Eliane Potiguara como coordenadora do Grumin era elaborar uma outra narrativa sobre a presença indígena na História do Brasil. Questionando a história oficial, que os silenciava, a ideia era dar lugar ao contraponto, apresentando perspectivas dos próprios indígenas sobre os acontecimentos históricos e sobre a realidade contemporânea. Sendo assim, o Grumin lançou, em 1988, o projeto "O Índio conta sua História", pois compreendia que "só entendendo a nossa História, vamos enfrentar o presente para construirmos o futuro: um futuro de trabalho e organização, dentro de um clima de Paz"[22]. Era um projeto de educação que significava mais do que estudar para se profissionalizar; a proposta era promover uma outra visão de mundo, uma maneira diferente de existir. O folheto explicativo do projeto definia-o como um conjunto de programas e publicações "para promover o levantamento da história indígena não contada nos livros oficiais objetivando a revalorização das tradições, a cultura, a língua, a religiosidade depredada por ação governamental"[23].

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

21 I Encontro Mulher-Educação. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, julho de 1989, p. 2.

22 POTIGUARA, Eliane. *A Terra é a mãe do Índio*. Rio de Janeiro: Grumin; Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1989. (Projeto "O Índio conta sua História").

23 Grumin: Grupo Mulher-Educação Indígena. *Mensageiro*, n. 54, novembro e dezembro, 1988.

De autoria de Eliane Potiguara, a primeira cartilha do projeto, intitulada *A Terra é a mãe do Índio*, foi lançada em 1989, no I Encontro Regional Mulher-Educação Indígena. A proposta pedagógica não era voltada apenas para os povos indígenas; pretendia-se ter um alcance maior, porque, para que conquistassem a autodeterminação, era "necessário que essa sociedade envolvente também se conscientize de que o índio não é um ser estranho ou incapaz"[24] (POTIGUARA, 2018).

Na primeira parte, a cartilha começa com a seção "Quem somos nós", apresentando costumes, valores e regras de convivência dos povos indígenas, sempre em contraposição aos valores da sociedade envolvente. Num quadro comparativo (Quadro 1), enumera-se características socioeconômicas uma em oposição a outra:

Quadro 1 – Quadro comparativo

Sociedade indígena	Sociedade envolvente
1 - Sentido de terra coletiva	1 - Propriedade privada
2 - Economia de subsistência	2 - Economia acumulativa
3 - Sociedade igualitária	3 - Sociedade discriminatória
4 - Troca de objetos por objetos	4 - Troca de dinheiro por mercadorias
5 - Respeito à vida e à natureza	5 - Ação predatória

Fonte: POTIGUARA, Eliane (1989).

Logo depois, relata-se o projeto de destruição da sociedade envolvente para com as sociedades indígenas baseado nos valores capitalistas da modernidade. Marca-se a origem desse processo no suposto descobrimento do Brasil, termo questionado pela cartilha, que apresenta outra versão: "O Brasil não foi descoberto. Foi invadido." A partir daí, relata as consequências nefastas da invasão europeia ao longo de séculos: escravidão, violência bandeirante, guerras, negação da cultura indígena pela catequização. Em contrapartida, a cartilha faz questão de dar destaque a personalidades indígenas na história que enfrentaram o processo de colonização, demonstrando seus protagonismos em vários momentos. Em especial, destaca a situação dos indígenas do Nordeste que, mesmo depois de tanta pressão durante séculos para deixarem de ser quem são, "continuam sendo índios e com um alto grau de solidariedade, fundamentada na ideia de sua origem, de uma natureza e um destino comum que os distingue como povo"[25].

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

24 POTIGUARA, Eliane. *A Terra é a mãe do Índio*. Rio de Janeiro: Grumin; Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1989. (Projeto "O Índio conta sua História").

25 *Idem.*

Contrariando o imaginário social do senso comum, a cartilha comprova que, apesar da violência histórica dos projetos integracionistas que visavam incorporá-los à sociedade nacional negando suas especificidades enquanto grupo étnico, os povos indígenas não estavam em processo de desaparecimento. Não eram apenas vestígios de um passado remoto; eram povos em constante transformação e vivos enquanto coletividade, sustentando projetos futuros de continuarem a ser quem eram. Na última parte, a cartilha apresenta o indígena do século XX, com suas propostas e reivindicações. Reconhece avanços na Constituição de 1988, mas identifica a força de seus algozes ainda existentes: fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e políticos tradicionais, em especial aqueles da União Democrática Ruralista (UDR), defensores de interesses anti-indígenas, ligados ao agronegócio.

Logo, não era possível cruzar os braços. Era preciso agir e a cartilha do Grumin apresenta algumas soluções práticas, recomendando a organização em grupos de trabalho dentro ou fora das aldeias. Para a luta pela demarcação de terras, sugere-se ter um advogado e recomenda-se procurar o núcleo de direitos indígenas da União das Nações Indígenas (UNI). Na educação, constata-se que a escola prejudicou os costumes e línguas indígenas, portanto, era urgente a transformação desse setor, através de pesquisas voltadas para a realidade indígena e produção de material didático que valorizasse a história e a cultura indígenas. Além disso, orienta-se a promoção de capacitação profissional de indígenas e programas de geração de renda. Na saúde, também se destaca a necessidade de capacitação de profissionais da área, a valorização da medicina natural e o uso de medicamentos que não violentassem a cultura indígena. Por fim, recomenda-se a escrita de projetos voltados para áreas específicas (saúde, educação, agricultura etc.) e o esforço para angariar recursos para realizá-los.

Outras publicações do Grumin também traziam essa mesma estrutura: esclarecer quem eram; afirmar sua existência no presente, apesar do processo de violência que sofreram ao longo da história; e, por fim, apresentar suas reivindicações e propostas para o futuro, explicando didaticamente as ações para alcançá-las. Assim foi o caso do *Informativo Grumin*, lançado, em 1993, em duas edições: a primeira chamada "500 anos não calam a nossa voz"[26] e a segunda, "Situando os fatos. Olhando a nós mesmos. Continuamos a luta [...]"[27]. A narrativa é construída por meio de perguntas e respostas objetivas para facilitar a compreensão do leitor, além de muitas ilustrações em formas de quadrinho. Assim como as cartilhas, o objetivo era contar uma outra história do Brasil, em que os povos indígenas fossem agentes históricos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

26 *Informativo GRUMIN 1*. 500 anos não calam a nossa voz. Ano 1, janeiro de 1993.

27 *Informativo GRUMIN 2*. Situando os fatos. Olhando a nós mesmos. Continuamos a luta.... Ano 1, outubro de 1993.

Além das diversas publicações educativas, o Grumin também inaugurou, em 1989, durante o I Encontro Potiguara de Luta e Resistência, um espaço de convivência e troca de experiências chamado Centro de Cultura Potiguara, construído por um mutirão de indígenas Potiguara com madeira e palha. A inauguração aconteceu em clima de festa, com apresentações do Toré, uma dança típica das culturas indígenas do Nordeste. Segundo o *Jornal do Grumin*:

> Nesse Centro, além de funcionar como fórum de discussão dos problemas indígenas, serão realizados cursos profissionalizantes (artesanato, tecelagem, corte e costura), danças e músicas, exibição de vídeos e filmes dentro do programa do Núcleo de Documentação e Informação Cultural da Nação Potiguara, do Grumin[28].

As ações do Grumin ultrapassavam as metas da mera capacitação de indígenas para o mercado de trabalho. A proposta era transformar subjetividades e construir novas identidades a partir da desconstrução de valores eurocêntricos arquitetados pela colonialidade. Segundo Catherine Walsh, essas práticas de luta das comunidades afro e indígenas constituem as raízes do que hoje se denomina de pedagogia decolonial, que ultrapassa o sistema educativo e é entendida "como processo e prática sociopolíticos produtivos e transformadores assentados nas realidades, subjetividades, histórias e lutas das pessoas, vividas num mundo regido pela estrutura colonial" (WALSH, 2009, p. 26-28). Portanto, a ideia era não apenas questionar a realidade produzida pela colonialidade, mas também estimular esperanças de transformação no processo de promoção de outras formas de estar e viver em sociedade.

A partir desses ideais, o Grumin projetou o Centro de Profissionalização da Mulher Indígena e Formação de Lideranças em 1992 no território Potiguara, que incorporou cinco programas:

> a) Cursos trimestrais de cerâmica, cestaria, tapeçaria, corte-costura, pinturas, confecções de rede de dormir e pescar. Produção e venda. Intercâmbio com outras nações indígenas.
> b) Reciclagem dos professores e criação de material didático.
> c) Projeto de Cabra-leiteira para famílias carentes.
> d) Campanha da valorização da identidade indígena contra o alcoolismo, estado de desesperança e desânimo.
> e) Apoio à saúde da mulher. Apoio às mães viúvas, separadas, solteiras e a seus filhos menores[29].

28 Inaugurando o Centro de Cultura Potiguara. *Jornal do Grumin*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, fevereiro de 1989, p. 2.

29 Povo Potiguara por um fio: socorro. *Boletim do Grumin*, Rio de Janeiro, julho de 1992, p. 3.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Contando com ajuda financeira de organismos de apoio, a previsão era que este Centro fosse inaugurado ainda em 1992. Não foi encontrada nas fontes pesquisadas a data exata do início das atividades, mas já na edição nº 6, em abril de 1994, o *Jornal do Grumin* apresentou fotografias do projeto em movimento. Chamado de Casa da Mulher Indígena, o centro já estava desenvolvendo cursos de confecção de redes, colchas, toalhas, panos de prato, colares e pulseiras e artesanatos em geral; de criação de cabras leiteiras para alimentar crianças; de farmácia comunitária; de alfabetização de adultos e até cursos de educação sexual. Além disso, distribuía cestas básicas para várias famílias necessitadas e apoiava iniciativas esportivas, como o time de futebol Potiguara[30]. Nas palavras de Eliane Potiguara, sua idealizadora, "a Casa da Mulher Indígena era um prediozinho, mas na verdade era uma filosofia, uma forma de luta" (POTIGUARA, 2018, *apud* KADIWÉU; COHN, 2019, p. 134).

Considerações finais

O Grumin, como organização indígena, já não existe mais, no entanto, seu legado permanece e inspira o atual movimento de mulheres indígenas[31]. Na virada da década de 1980 e 1990, pouco se debatia sobre questões de gênero, em especial, dentro do movimento indígena, que tinha como pauta principal a luta pela terra e pelo reconhecimento étnico. Mas o Grumin soube articular demandas étnicas e de gênero, promovendo a identidade de mulheres indígenas, destacando seus interesses, suas angústias e suas lutas. Para elas, a luta pelo território significava retomar a terra dos seus ancestrais, mas também o controle do seu próprio corpo. Não por acaso, em agosto de 2019, a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas do Brasil adotou o lema "Território: nosso corpo, nosso espírito".

Como prática pedagógica, assim como outras organizações do movimento indígena, o Grumin educou não apenas novas lideranças, mas também a própria sociedade envolvente, mesmo que os resultados tenham sido a longo prazo. Por exemplo, uma das principais demandas do grupo era reformular a educação escolar indígena no Brasil e, hoje, mesmo com muitas limitações, já existem regulamentações estatais que promovem uma educação diferenciada, com professores e professoras indígenas, em um espaço onde eles e elas são os protagonistas ao lado dos discentes também indígenas. Além disso, as

30 *Ibidem*.

31 Após a finalização deste texto, já na fase de revisão, tive contato com o perfil nas redes sociais (grupo do Facebook) chamado Grumin/Rede de Comunicação Indígena, criado em 2012 e atribuído a Eliane Potiguara. Acredito que seja uma iniciativa de Eliane de fazer referência ao Grumin dos anos 1980/1990 no que tange aos debates acerca dos direitos indígenas.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

cartilhas e demais publicações didáticas produzidas pelo Grumin poderiam ser inseridas na categoria de literatura indígena, definida como "um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas) ao longo dos mais de 500 anos de colonização" (GRAÚNA, 2013, p. 15).

Sua coordenadora, Eliane Potiguara, foi, sem dúvida, uma precursora da literatura indígena contemporânea e, hoje, é uma das maiores escritoras indígenas, comprometida com o processo de conscientização dos povos originários e, em especial, das mulheres indígenas. Mas também escreve para o resto do mundo, empenhada a enfrentar o racismo e o sexismo através de seus escritos poéticos. Em entrevista, ao indagá-la sobre sua dedicação à literatura, Eliane a define como "instrumento de libertação, de conscientização". Seguindo em sua resposta, ela desabafa:

> Estava todo mundo ocupando os nossos espaços. Eu vi centenas de pessoas escreverem sobre as lendas indígenas, alterando o conteúdo do texto, o final da história. Escritores que não eram indígenas, que pegavam um mito e alteravam para um texto escrito. Muda tudo. Não pode ser mudado! Aquilo é feito por indígena, alguém tem que defender esse território também. [...] a literatura indígena está funcionando como um registro daquilo que já existe na mentalidade dos nossos avós, dos nossos bisavôs, dos nossos tataravós. [...] O que faço com a minha cara de índia? Escrevo isso e mando para todo mundo. Por exemplo, "mulheres, organizem-se, mesmo que seja dentro das suas casas". O que é isso? Isso é um pensamento do passado, dos nossos avós, dos nossos bisavôs, dizendo o seguinte: vamos conservar a nossa identidade indígena. Como vamos fazer isso, se o mundo lá fora faz de tudo para nos destruir? Se o mundo lá fora vem com toda tecnologia, com todas as estratégias para destruir a identidade indígena? Então, a gente tem que pensar como manter a identidade indígena, ao lado das crianças, ao lado dos velhos. E a literatura é uma estratégia para isso." (POTIGUARA, 2018, *apud* KADIWÉU; COHN, 2019, p. 144).

Nas décadas de 1980 e 1990, o Grumin, portanto, significou a luta pela reconquista de territórios nos seus diversos sentidos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ano 10, n. 28, p. 109-122, jun. 1995.

BARBOSA, Samuel. Introdução. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (org.). *Direitos dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

LIMA, Lana Lage da Gama. Cultura do Estupro, Representações de Gênero e Direito. *Languageand Law / Linguagem e Direito*, Porto, Portugal, v. 4, n. 2, p. 7-18, 2017.

MACEDO, Michelle Reis de. "Território: nosso corpo, nosso espírito": as ações políticas de Tuíra Kayapó como representante das mulheres indígenas no Brasil recente". *In*: CARLONI, Karla; FORTES, Carolina Coelho (org.). *Mulheres tecendo o tempo*: experiências e experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade. Curitiba: CRV, 2020.

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê*: *Literatura, língua e identidade,* Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A Presença Indígena no Nordeste*: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

POTIGUARA, Eliane. Entrevista concedida a Idjahure Kadiweu, Ana Paula Simonaci e Sergio Cohn. Rio de Janeiro, julho de 2018. *In*: KADIWÉU, Idjahure; COHN, Sergio (org.). *Tembeta*: conversas com Pensadores Indígenas. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2019.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

SARTORI JUNIOR, Dailor. *Pensamento descolonial e direitos indígenas*: uma crítica à tese do "marco temporal da ocupação". Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Marco Temporal e direitos coletivos. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (org.). *Direitos dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural na América Latina*: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiguidades 15, 17, 21, 34, 96, 103, 104, 161

Armadilha do casamento 10, 17, 245, 256, 258, 259, 260, 262

Arte de ensinar crianças 9, 16, 57

B

Bandeira da anistia 140

C

Camde 9, 16, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161

Campanha da mulher pela democracia 16, 145, 155, 161

Cinema educativo 10, 18, 317, 318, 324, 325, 326, 327, 330, 331, 334, 336

Clara Nunes 10, 17, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 381

Código civil 87, 88, 173, 175, 213, 252, 258

Comunismo 10, 17, 146, 148, 149, 157, 163, 183, 271

Conjugalidade 17, 246, 247, 248, 249, 256, 258, 259, 260, 261, 264

Corpo da mulher branca 9, 15, 21

Corpo das mulheres indígenas 366, 367

Corpo feminino 9, 16, 30, 32, 33, 34, 41, 63, 103, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 116, 119, 237, 264, 356, 366

Costallat 9, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Cultura negra 185, 186, 190, 191, 192, 194, 195, 380

D

Democracia 15, 16, 19, 105, 135, 137, 142, 145, 148, 150, 152, 155, 161, 228, 293, 355, 360, 377

Desigualdade jurídica 87, 88

Ditadura 9, 10, 16, 17, 19, 105, 126, 128, 129, 131, 133, 135, 138, 143, 145, 146, 149, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 183, 190, 201, 202, 205, 215, 225, 226, 227, 232, 241, 293, 294, 319, 324, 355, 358, 364

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

E

Educação indígena 11, 19, 75, 355, 356, 359, 368, 371, 372

Estado Novo 10, 18, 145, 227, 228, 232, 238, 243, 267, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 281, 282, 284, 285, 323, 326, 332

Estereótipos raciais 63, 65, 66

Estudos de gênero 159, 160, 324, 381

F

Família 10, 17, 30, 32, 38, 61, 62, 69, 70, 85, 88, 103, 126, 127, 129, 130, 138, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 155, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 175, 176, 190, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 218, 219, 220, 224, 227, 232, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 254, 257, 260, 268, 275, 276, 279, 281, 285, 293, 294, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 319, 320, 321, 326, 331, 337, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 348, 350, 358

Feminismo 9, 10, 16, 17, 30, 41, 57, 58, 59, 60, 71, 91, 134, 135, 136, 141, 142, 159, 163, 165, 166, 173, 179, 183, 232, 233, 235, 241, 243, 264, 284, 285, 293, 295, 315

Futebol de mulheres 9, 16, 107, 108, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122, 123

G

Gilka Machado 9, 16, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 91, 92

Governo de Getúlio Vargas 326, 337

H

História das mulheres 4, 10, 18, 41, 89, 106, 160, 215, 229, 234, 237, 243, 267, 284, 285, 287, 292, 295, 317, 318, 336, 381

Homens e mulheres 22, 26, 36, 67, 87, 88, 131, 132, 134, 148, 151, 170, 172, 182, 215, 217, 257, 275

Honra 40, 50, 51, 59, 69, 105, 151, 174, 175, 176, 183, 249, 256, 280, 329

Humanismo intransigente 138, 142

I

Iara Iavelberg 10, 17, 201, 202, 204, 205, 208, 212, 214, 215

Ideal do casamento 260, 262

Identidade de gênero 130, 136, 165, 229

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Identidade negra 17, 99, 185, 194
Imaginário coletivo 114, 120, 145, 149
Independência das mulheres 10, 17, 163, 170, 179, 293
Instituto Nacional de Cinema Educativo 10, 18, 317, 318, 324, 325, 327, 334, 336

J

Júlia Martins 9, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

L

Literatura 9, 15, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 40, 44, 47, 61, 63, 78, 96, 163, 164, 165, 170, 173, 223, 225, 226, 230, 233, 234, 235, 241, 244, 271, 277, 367, 376, 377
LP Esperança 187, 189, 190, 191, 192, 196, 197
Lugar social da mulher 16, 28
Luta das mulheres 9, 16, 125

M

Machismo 113, 295, 297
Maternidade 32, 34, 72, 83, 88, 107, 112, 121, 134, 141, 160, 173, 249, 257, 258, 281, 293, 297, 301, 302, 303, 304, 305, 310, 311, 313, 314, 315, 333
Mercado de trabalho 35, 104, 147, 234, 282, 374
Mestiçagem 16, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 194
Mito do amor materno 313
Momento feminino 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 179, 180, 182
Moralidade 27, 40, 57, 59, 60, 62, 66, 67, 71, 72, 105, 175, 176, 183, 247, 249, 257
Moral sexual 10, 17, 134, 163, 166, 170, 173, 175, 176, 237, 246, 257
Movimento indígena 19, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 375, 377
Mulheres brancas 15, 21, 61, 65, 112, 288
Mulheres no Brasil 3, 4, 14, 15, 77, 121, 122, 123, 134, 234, 288, 295, 301, 302, 317, 318
Mulher pela democracia 16, 145, 155, 161

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

N

Natália Correia 10, 17, 223, 226, 227, 228, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

O

Orientação comunista 164, 165, 166, 173, 179, 180, 182

P

Padrões normativos de feminilidade 17, 246
Pandemia de covid-19 10, 18, 287
Patriotismo 10, 18, 70, 267, 276, 346, 351
Política do cotidiano 10, 17, 163, 166
Postura política 10, 17, 185
Preservação do meio ambiente 360, 362
Primeira República 9, 16, 56, 73, 75, 76, 77, 87, 88, 105, 284
Prisões sociais 77, 87

R

Rachel de Queiroz 10, 17, 223, 224, 225, 226, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 242, 243, 244
Racismo 63, 66, 72, 105, 197, 264, 356, 358, 360, 367, 369, 376
Rede de historiadorxsnegrxs 379, 380
Relações de gênero 4, 15, 17, 21, 25, 26, 30, 32, 39, 61, 89, 259
Relações de poder 59, 166, 170, 215, 220, 283, 367
Religião 48, 145, 150, 178, 241, 337
Religiões afro-brasileiras 186, 187, 191, 198
Resistência 16, 97, 126, 127, 136, 138, 139, 158, 159, 164, 168, 189, 190, 191, 197, 213, 233, 260, 293, 294, 361, 362, 363, 371, 374

S

Sexismo 17, 63, 66, 72, 163, 181, 264, 369, 376
Sociabilidade 15, 17, 24, 33, 105, 164, 223, 228, 233, 235, 242, 256, 319
Sufrágio feminino 76, 80, 81, 86, 89, 91
Sufragismos 9, 16, 75, 89

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

T

Teatro amador 9, 15, 43, 44, 48, 56

Therezinha Zerbini 9, 16, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 294

Trajetórias femininas 9, 15, 43

Transgressões 15, 21, 212, 246

V

Violência doméstica 294, 295, 296, 300

Vítimas 21, 35, 36, 178, 291, 295, 296, 299, 300, 367, 369

Voto feminino 76, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 149, 293

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SOBRE AS ORGANIZADORAS E AUTORAS

Organizadoras / autoras

Karla Carloni
Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação na mesma instituição. Bolsista do programa Jovem Cientista – FAPERJ. Integrante dos laboratórios de pesquisa: Brasil Republicano, NEC e LEGES, todos do Instituto de História da UFF.

Lívia Gonçalves Magalhães
Mestrado em Estudios Latinoamericanos pela Universidad Nacional de San Martín (Argentina) e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Pós-Doutorado na Unimontes e na Universidade de Paris-Est Marne-la-Vallée. Professora da graduação e pós-graduação no Instituto de História da UFF, onde integra os laboratórios de pesquisa: Brasil Republicano, LEGES, NEPESS e NEC.

Autoras

Ana Rita Fonteles Duarte
Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará e Doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora associada do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (Gepehg).

Andréa Casa Nova Maia
Mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação PPGHIS e PPGHC da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do GP/CNPq: IMAM (Laboratório de Imagem, Memória, Arte e Metrópole).

Bárbara Romano Athila Freixo
Graduação e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em História na mesma instituição. Professora de História do Ensino Básico. Integrante dos laboratórios Brasil Republicano e LEGES da UFF.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Iracélli da Cruz Alves
Mestrado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Integrante da Rede de Historiadorxs Negrxs, do Grupo de Estudos sobre Alagoinhas, Litoral Norte e Agreste Baiano (GEPEA) e da HuMANAS: pesquisadoras em rede.

Janaina Martins Cordeiro
Professora Adjunta de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra (2008) e Doutora (2012) em História Social pela UFF. Pesquisadora do CNPq (Nível 2) e Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Integra o Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense (NEC-UFF).

Juliana Marques do Nascimento
Mestra e doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Bolsista Doutorado Nota 10 – FAPERJ. Integrante do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF).

Juliana da Conceição Pereira
Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Integrante da Rede de HistoriadorxsNegrxs e do Grupo de Estudos e Pesquisa Cultura Negra no Atlântico (Cultna).

Luara dos Santos Silva
Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo CEFET/RJ. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense e bolsista CNPQ. Integrante da Rede de HistoriadorxsNegrxs. Professora de História da Educação Básica na rede pública de ensino.

Luciana Penna-Franca
Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do projeto Pequena imprensa carioca: jornalismo e redes de comunicação popular no Rio de Janeiro (1870-1920), desenvolvido na Universidade Federal Fluminense, com recursos Faperj. Professora de História no município de Teresópolis e no Estado do Rio de Janeiro.

María Verónica Secreto
Professora titular da Universidade Federal Fluminense. Formada em história pela Universidade Nacional de Mar del Plata, Argentina (1992). Mestra

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1995) e doutora em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do CNPq (nível 2) e do Programa Cientistas do Nosso Estado da Faperj. Coordenadora do laboratório Escritas da História – Historiografias do Sul (UFF).

Michelle Reis de Macedo
Professora Adjunta de História Indígena da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestra (2008) e Doutora (2012) em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do CNPq (nível 2). Integrante do grupo de pesquisa Brasil Republicano. Pesquisadores em História Cultural e Política do Instituto de História da UFF.

Natália Guerellus
Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense e Mestrado em Estudos Românicos pela Universidade Paris Nanterre. Professora adjunta (MCF) no Departamento de Estudos Lusófonos da Universidade Jean Moulin Lyon 3, França. Integrante dos Laboratórios de Pesquisa: LUPPA, LEGES e MARGE (França).

Nathália Fernandes Pessanha
Mestra e doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Integrante do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF), do grupo de pesquisa Brasil Republicano e do Laboratório de Estudos de Gênero e Sexualidade (LEGES-UFF).

Sheila Schvarzman
Mestrado e Doutorado em História e Pós-doutorado em Multimeios na Universidade Estadual de Campinas. Especialização em Cinéma et Histoire na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Professora do PPG Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi. Líder do GP/CNPq O Cinema e o Audiovisual no Brasil e o Brasil no Audiovisual.

Silvia Maria Jardim Brügger
Mestrado e Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del Rei. Integrante do Conselho de Pesquisa do Memorial Clara Nunes e do LIS-UFSJ.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Tânia Mara Pereira Vasconcelos
Mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia Integrante do grupo de pesquisa ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões e do GT de Estudos de Gênero – ANPUH.

Vitória de Almeida Machado
Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Estudante pesquisadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) "Direitas, História e Memória" (UFJF/UFF). Investigadora Associada da Rede "Direitas, História e Memória". Professora de História do ensino básico da rede privada de ensino.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

MULHERES
NO BRASIL REPUBLICANO

Produzido por 19 historiadoras, os textos aqui reunidos fazem parte de pesquisas individuais e debates coletivos realizados ao longo dos anos de 2020 e 2021, no ciclo de palestras Mulheres no Brasil Republicano, organizado pelo laboratório Brasil Republicano da UFF, sob a coordenação das pesquisadoras Karla Carloni e Lívia Magalhães. Em seu conjunto, a publicação identifica a agência de mulheres e experiências de feminilidades e de feminismos diversos no período republicano. Desta forma, contribui para a compreensão de realidades mais complexas do que a tradicional noção de "ondas feministas" como única forma de transgressão da masculinidade hegemônica. A obra igualmente sinaliza o papel fundamental das mulheres no processo de vivência da cidadania no regime inaugurado em 1888. Trata-se de um longo percurso nas lutas por direito ao ensino, à participação política, ao exercício de uma profissão, ao controle da própria sexualidade e do direito reprodutivo, associadas às demandas de pautas identitárias distintas. Como não poderia deixar de ser, o livro conecta leitoras e leitores com os desafios de um presente atravessado por ameaças à democracia que sustentam práticas misóginas nos espaços dos lares, das ruas e das instituições republicanas, legitimadas pelo vagalhão de obscuridade que inundou o Brasil nos últimos anos.

Editora CRV

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

ISBN 978-65-251-2634-0
9 786525 126340